

A Revolução Portuguesa.
O Passado e o Futuro (1)

Relatório aprovado pelo CC do PCP
para o VIII Congresso

Introdução

Antes do 25 de Abril, falar de Portugal era falar de fascismo, de miséria, de repressão, de colonialismo e de guerra. Noutros países falava-se do povo português como se não pudesse jamais, pelas suas próprias forças, libertar-se de uma tirania que durava já há quase meio século. Para os observadores incrédulos à informação das forças progressistas portuguesas, a libertação do povo português dependia necessariamente de factores externos.

Mas já então o regime fascista português se debatia em contradições e dificuldades, entrara numa profunda crise interna, ao mesmo tempo que as forças revolucionárias, designadamente o Partido Comunista Português, travavam uma luta tenaz, que nos últimos anos avançava impetuosamente em grandes movimentos e acções de massas e atingia o seio de um dos mais sólidos pilares do fascismo e do colonialismo: as forças armadas.

A Revolução desprende o imenso e inesgotável potencial da força criadora que reside nos povos. Abatida a ditadura fascista, o processo revolucionário, embora extremamente irregular, contraditório, incerto e perigoso, desenvolveu-se velozmente. Profundas transformações democráticas foram realizadas.

Depois do 25 de Abril, falar de Portugal não é já falar de um país que marcha na retaguarda do desenvolvimento social e político, mas falar na Revolução portuguesa, falar no povo e em militares, nos trabalhadores e nos comunistas, que, ante a surpresa do mundo, se mostraram e mostram decididos a construir na sua pátria — um país da Europa Ocidental — uma sociedade nova, democrática, livre, independente, a caminho do socialismo. Todas as monstruosas campanhas de desinformação, invenções, deturpações, falsidades, mentiras e calúnias contra a Revolução portuguesa e particularmente contra os comunistas portugueses não alteram esta realidade (2).

A Revolução transformou radicalmente a fisionomia política e muitas das estruturas económicas e sociais de Portugal.

O povo português vivia subjugado pela negação das liberdades, as perseguições, as prisões, as torturas, condenações e assassínios políticos

da mais velha ditadura do mundo. Com a Revolução, conquistou, numa grande parte do território, as mais amplas liberdades, sem paralelo em qualquer país capitalista.

O povo português vivia mergulhado numa criminosa guerra colonial. Com a Revolução, foi posto fim à guerra, os povos dantes submetidos ao colonialismo conquistaram a independência e estabeleceram com o povo português relações de amizade, fraternidade e cooperação.

O povo português vivia explorado e dominado por um pequeno número de grandes grupos monopolistas associados ao imperialismo. Com a Revolução, foram dados golpes mortais ao capitalismo monopolista (com excepção das multinacionais) e nacionalizados os bancos e os sectores básicos da economia.

O povo português vivia explorado em vastas zonas por um pequeno número de grandes proprietários, 500 maiores dos quais tinham mais terra do que os 500 000 mais pequenos agricultores. Com a Revolução, foi levada a cabo uma Reforma Agrária através da qual os trabalhadores agrícolas passaram a cultivar, para si próprios e para todo o País, cerca de um quinto do total da superfície cultivada do País.

O povo português vivia num regime em que o grande capital e os agrários detinham o exclusivo do governo e da direcção de toda a vida nacional. Com a Revolução, os trabalhadores passaram a intervir activamente na vida política, instituíram o controlo operário em centenas de empresas, tomaram conta da agricultura numa vasta zona, passaram a dirigir directamente importantes sectores da economia portuguesa.

A ditadura fascista, a guerra colonial, o colonialismo, o capitalismo monopolista de Estado, os grandes grupos monopolistas, a maior parte da propriedade latifundiária, foram liquidados pela Revolução. Novas relações de produção se estabeleceram em amplos sectores da economia. A democracia portuguesa tomou o rumo do socialismo.

O caso português confirmou, por um lado, que há leis objectivas de desenvolvimento e traços comuns nos processos revolucionários em sociedades pertencentes a um mesmo sistema económico e, por outro lado, que as revoluções não se imitam nem se copiam, que cada revolução apresenta inúmeras «particularidades e originalidades» ⁽³⁾.

Na Revolução portuguesa foi original a forma da intervenção revolucionária do Movimento das Forças Armadas e da sua aliança com o movimento popular. Original o processo das profundas transformações económicas e sociais levado a cabo pelas forças revolucionárias em movimento, sem disporem do poder político. Original o processo de nacionalizações e de ocupações de terras respondendo às necessidades imediatas e adquirindo o carácter de medidas de emergência, não só para a defesa da economia como para a defesa das liberdades. Original uma reforma agrária de carácter regional conduzida por proletários rurais que recusaram a partilha de terras e a formação de cooperativas (com as suas características típicas) e passaram por sua decisão à formação de grandes

unidades colectivas. Original o estabelecimento do controlo, direcção e gestão pelos trabalhadores em numerosas empresas, independentemente da forma da propriedade dos meios de produção (privada ou do Estado, ou condicionada por intervenção estatal). Original um regime que não é parlamentar, nem popular, nem presidencialista, nem militar e que, com um pouco de cada uma destas características, conserva ainda, na Constituição e na sua aplicação prática, os traços específicos e contraditórios do desenvolvimento do processo revolucionário.

Passou-se já de uma situação democrática, provisória, extremamente instável, em que a dinâmica revolucionária e o jogo das forças introduzia alterações e criava situações de facto, mas em que não estavam decididos os traços do futuro regime democrático, para um regime definido por uma Constituição, que consagra, nas suas disposições, as conquistas revolucionárias fundamentais.

Pareceria que na vida política portuguesa tudo agora passaria a ser normal, regular, estável, constitucional.

Mas dois anos e meio passados sobre o derrubamento do governo fascista e já no regime democrático consagrado na Constituição continua a ser legítimo perguntar, e todos se perguntam, onde nos encontramos e para onde vamos. Se há ainda o perigo de um regresso ao passado fascista. Se as conquistas revolucionárias podem ser defendidas ou se correm o risco de ser liquidadas. Se a perspectiva socialista da democracia que a Constituição consagra será o «socialismo» que as próprias forças da direita dizem defender e que significa uma palavra a encobrir a exploração ou o socialismo que significa, como pretendem os comunistas e outros sectores progressistas, a liquidação da exploração capitalista e a construção de uma sociedade sem exploradores e explorados.

Os perigos continuam a ser reais. A contra-revolução, agindo com quase completa impunidade, continua a conspirar. Os ultras preparam o seu golpe. O terrorismo fascista não está morto. Em vastas zonas do País, mantém-se um poder local reaccionário, que impede o exercício das liberdades e dos direitos dos cidadãos e torna uma farsa as eleições nelas realizadas. O governo socialista constituído, minoritário no apoio popular e na Assembleia da República, voltado para alianças com a direita e para um anticomunismo primário, com um programa de reanimação económica à custa dos trabalhadores, inclinado para a recuperação capitalista, estreitamente ligado ao imperialismo, procurando desde já limitar as liberdades, não está em condições, com uma tal política, de dar resposta aos graves problemas económicos, sociais e políticos que Portugal defronta. A reacção apoiada pelo imperialismo procura que se degrade a situação, joga na desestabilização e, na previsão do fracasso do governo PS, prepara uma alternativa de direita.

Os perigos são muitos. Mas também são muitas as possibilidades de consolidação e prosseguimento do processo democrático. A classe operária está fortemente organizada e defende firmemente os seus interesses e direitos. Nas fábricas, nas empresas e nos campos, onde quer que foram

realizadas grandes transformações económicas e sociais, os trabalhadores fazem frente com êxito, dia após dia, mês após mês, às ofensivas do grande capital, dos agrários, das forças reaccionárias e mantêm firmes nas suas mãos as vitórias alcançadas. As nacionalizações revelam-se aos olhos dos seus próprios inimigos de muito difícil anulação. A Reforma Agrária, depois de ter alcançado uma colheita de cereais record prossegue com êxito. O controlo operário e a gestão pelos trabalhadores de numerosas empresas impõem-se como condições para a recuperação económica. A luta pela aplicação das leis progressistas vai-se estendendo ao campesinato do Norte e do Centro em movimentos com rápida expansão. Em todas as classes e camadas antimonopolistas é crescente a tomada de consciência dos verdadeiros perigos e da necessidade de soluções democráticas.

Reforça-se a coesão dos trabalhadores e dos democratas de variadas opiniões e pode já considerar-se uma tendência a aproximação de comunistas e socialistas ao nível de empresas, de locais de trabalho, de localidades. Contra as manobras divisionistas conduzidas pela direita e pelos esquerdistas, reforça-se o espírito de unidade em torno das ideias democráticas. Nas forças armadas, depois de tão complexo e convulsionado processo de divisões e conflitos, mantêm-se com funda implantação o ideal libertador do 25 de Abril, do MFA, contribuindo assim para a consolidação da democracia, na base da observância e respeito pela Constituição.

Pela sua parte, o Partido Comunista emprega os seus esforços e energias em duas direcções fundamentais.

Por um lado, na organização, unidade e mobilização dos trabalhadores, das massas populares, dos democratas, na luta firme e constante com objectivos concretos e imediatos, tendo em conta que, nas condições actuais, a luta e a intervenção das massas se desenvolve, tanto através de reclamações, manifestações ou greves, como em grandes iniciativas e realizações construtivas, num esforçado trabalho produtivo nas cooperativas, unidades colectivas e fábricas sob controlo operário, em campanhas e obras úteis às populações, como alfabetização, centros culturais, abastecimento de água, caminhos, etc.

Por outro lado, na acção construtiva ao nível dos órgãos do poder, na intervenção dos seus 40 deputados na Assembleia da República para a feitura de leis progressistas, no apoio a quaisquer medidas positivas que o governo tome apesar da crítica severa à sua política, na cooperação com a Presidência da República e com o Conselho da Revolução e na insistência de uma alternativa de esquerda, necessariamente com participação comunista, na base da maioria de comunistas e socialistas, que existe numericamente na Assembleia da República.

O Partido Comunista não segue uma política de contestação ou de oposição sistemática. O Partido Comunista apresenta as soluções que considera indispensáveis para vencer as dificuldades actuais, designadamente os grandes problemas económicos e financeiros existentes. Propõe medidas de emergência práticas e eficientes. E insiste em que a solução dos problemas imediatos, sem excluir grandes sectores de economia capi-

talista, tem de assentar na consolidação das conquistas da Revolução e numa dinâmica não capitalista a partir das transformações das estruturas económicas levadas a cabo pela Revolução.

Contra esta perspectiva, tem-se muitas vezes argumentado com a geopolítica, com a situação de Portugal: fronteira única com a Espanha, encostado à Europa do Mercado Comum e aberto para o Atlântico, do outro lado do qual espreitam os Estados Unidos.

Os factores internacionais não são porém tão desfavoráveis como o procuram fazer crer os inimigos da Revolução.

A Revolução portuguesa insere-se no processo revolucionário mundial como um acontecimento típico e um factor do avanço das forças do progresso.

A Revolução portuguesa foi uma clara comprovação de que a coexistência pacífica não significa a paralisação do processo revolucionário em cada país, antes cria condições favoráveis para o desenvolvimento da luta dos povos (4).

O desanuviamento e os progressos da política de coexistência não impediram nem impedem naturalmente formas muito activas de pressão, bloqueio, sabotagem e ingerência do imperialismo em Portugal. Mas, sem qualquer dúvida, que num clima de guerra-fria a Revolução portuguesa teria encontrado muito mais forte resistência externa por parte da reacção e do imperialismo.

A Revolução portuguesa beneficiou da evolução da situação internacional, da mudança da correlação de forças a favor da causa da paz, da democracia, da independência dos povos e do socialismo.

Fazendo apenas referência aos acontecimentos nos últimos anos, beneficiou das grandes realizações e sucessos da URSS e dos outros países socialistas. Da vitória histórica do povo vietnamita. Da conquista da independência pelos povos do Laos e do Kampuchea (Cambodja). Da consolidação do socialismo em Cuba, à vista dos norte-americanos. Do reconhecimento universal da RDA e da inviolabilidade das fronteiras resultantes da Segunda Guerra Mundial.

Beneficiou da luta da classe operária e das forças progressistas dos países capitalistas, do derrubamento da ditadura fascista na Grécia, do reforço da influência dos partidos comunistas irmãos na política dos respectivos países.

Beneficiou dos êxitos dos países libertados do colonialismo na defesa da sua independência e no seu desenvolvimento progressista. E da luta heróica, estreitamente ligada à luta do povo português, dos povos de Moçambique, Angola, Guiné-Bissau, Cabo Verde e S. Tomé e Príncipe.

Temos consciência de que a Revolução portuguesa é uma valiosa contribuição para o desenvolvimento do processo mundial de transformações políticas e sociais que há-de conduzir à derrota final e universal do capitalismo. Mas temos também consciência de tudo quanto a Revolução portuguesa deve, não apenas à solidariedade activa daquelas que a apoiam, mas também às realizações e às vitórias dos países socialistas, à luta dos trabalhadores

dos países capitalistas, aos êxitos dos povos libertados do colonialismo e à luta pela libertação dos que ainda hoje estão sob o jugo imperialista.

Os progressos verificados na Europa nos últimos anos, a passagem do clima de guerra-fria ao desanuviamento e ao estabelecimento e desenvolvimento das relações e da cooperação entre os Estados, a nova situação de que a Conferência de Helsínquia é um índice e um factor, foram favoráveis à Revolução portuguesa.

E inversamente, ao contrário da ditadura fascista portuguesa que, pela sua política interna, pela sua política colonial e pela sua política externa, era uma base das forças mais agressivas do imperialismo, um factor de tensão e de insegurança, o novo Portugal libertado do fascismo, pela sua vida democrática, pelo fim da guerra colonial e do domínio colonialista, pela diversificação das suas relações externas estabelecendo relações com todos os Estados, deu uma contribuição para o desanuviamento, a segurança e a cooperação entre os povos.

Alguns críticos da Revolução portuguesa têm insistido em que as transformações democráticas profundas levadas a cabo pelo povo português intervieram na vida internacional e nas relações internacionais como um factor de tensão e instabilidade.

Sem dúvida que no mundo de hoje quaisquer mudanças profundas na situação política de qualquer país, provocando, num ou noutro sentido, uma mudança da correlação de forças, dão lugar a diferenças de posições e atitudes. Essa é porém, uma lei do próprio desenvolvimento da sociedade. O que não pode significar é que, em virtude do desanuviamento e da cooperação, os povos não possam modificar a sua própria vida, não possam decidir livremente o seu destino.

Aqueles que fazem essa crítica são precisamente os mesmos que viam na coexistência pacífica um acordo quanto ao statu quo, a tal «linha de Tordesilhas» dividindo o mundo em duas zonas imodificáveis de regimes sociais e políticos diferentes.

A Revolução portuguesa desmentiu pelas suas próprias realizações tal teoria. Mostrou uma vez mais, juntando o exemplo do povo português ao exemplo de muitos outros povos que, no mundo de hoje, os povos, podem, com a sua luta, a sua unidade e a sua determinação, transformar a própria vida, conquistar a liberdade e a independência nacional, libertar-se da opressão e da exploração.

Apesar das dificuldades existentes da reacção interna e da pressão e ingerência imperialistas, o povo português continua lutando para confirmar no futuro o que a Revolução já alcançou no passado.

A Revolução portuguesa pode ser defendida e prosseguida. Defendendo e consolidando as liberdades. Defendendo e consolidando as conquistas revolucionárias como parte integrante e irreversível do novo regime democrático.

Conserva actualidade a tese do Partido Comunista Português, segundo a qual, nas condições portuguesas, as liberdades se defendem e a democracia se consolida, se constrói e se prossegue no caminho do socialismo.

I

Os últimos anos da ditadura fascista

Os últimos anos da ditadura fascista foram caracterizados pelo aprofundamento da crise do regime e pelo impetuoso ascenso das forças revolucionárias e do movimento popular.

Debatendo-se em contradições insanáveis, o poder dos monopólios e dos latifundiários não dava saída a nenhum dos grandes problemas nacionais. Agravava-se a situação económica, e as condições de vida dos trabalhadores. Portugal esvaía-se (em recursos e vidas) na criminosa guerra colonial. Acentuava-se o isolamento interno e internacional. E enquanto no campo fascista se cavavam divergências e divisões, reforçava-se a unidade da classe operária, do povo, dos democratas. O derrubamento da ditadura fascista tornava-se uma necessidade imperiosa e entrava na ordem do dia.

As condições objectivas e subjectivas indicavam que, com o derrubamento da ditadura, seriam necessárias e inevitáveis profundas transformações económicas e sociais. O que aparecia no horizonte não era uma mudança da forma do poder das classes dominantes, mas uma Revolução. Ainda M. Caetano estava no governo, ainda alguns punham como objectivo máximo e «possível» a liberalização ou «democratização» progressiva e já a Revolução portuguesa estava em marcha.

1. VI Congresso do PCP, a natureza e os objectivos da Revolução

O VI Congresso do PCP, realizado no mês de Setembro de 1965 ⁽⁵⁾, último Congresso na clandestinidade, teve, no processo da Revolução portuguesa, uma importância e um significado que ganha relevo à distância dos onze anos decorridos.

Embora diferenciada em dois períodos muito distintos, a actividade do Partido nestes onze anos, no prosseguimento daquela que vinha travando desde a sua criação em 1921, marca uma continuidade de acção revolucionária de que nenhuma outra força política portuguesa se pode orgulhar.

Até ao 25 de Abril, mais de oito anos e meio de acção clandestina e revolucionária contra a ditadura e contra a guerra colonial, na defesa efectiva dos interesses populares, na luta pela liberdade, na organização da classe operária e das forças antifascistas e no desenvolvimento do movimento popular de massas, cujo papel foi determinante para criar condições para o derrubamento da ditadura e para o desenvolvimento ulterior de todo o processo da Revolução.

Depois da 25 de Abril, dois anos e meio de luta em defesa das liberdades contra a reacção, pelo melhoramento das condições de vida dos trabalhadores, pela realização das grandes transformações democráticas (nacionalizações, Reforma Agrária, controlo operário), pela consolidação da democracia portuguesa rumo ao socialismo.

Num período e noutro, o Partido Comunista cumpriu honrosamente os seus deveres para com o povo trabalhador e para com o País. Nenhum outro partido deu contribuição que se assemelhe para a libertação do País da ditadura fascista e para a construção de um regime democrático.

Em toda esta actividade, o VI Congresso teve uma influência determinante, porque indicou, por um lado, as tarefas imediatas na luta contra a ditadura e aprovou, por outro lado, o Programa do Partido definindo as características e os objectivos fundamentais da Revolução.

Agora, a onze anos de distância, por altura da realização do VIII Congresso do Partido (primeiro Congresso ordinário depois do 25 de Abril ⁽⁶⁾), é necessário examinar em que medida o Partido traçou uma orientação justa e em que medida o Programa foi realizado.

No que respeita à luta revolucionária contra a ditadura, o VI Congresso indicou a necessidade de defender e reforçar o Partido em todos os aspectos da sua actividade, traçou a orientação para o desenvolvimento da luta popular e insistiu na política de unidade da classe operária, das massas trabalhadoras, das forças antifascistas.

Os últimos oito anos e meio da ditadura fascista continuaram a exigir dos comunistas provas de decisão, firmeza e heroísmo. O fascismo via justamente no Partido o seu inimigo principal e continuou desencadeando contra ele sucessivas ofensivas. Milhares de membros do Partido, entre os quais quase uma centena e meia de funcionários, foram presos e torturados nesses anos. Como consequência dos golpes sofridos, todo o Partido teve de fazer um extraordinário esforço para melhorar a organização, reforçar as ligações com a classe operária e as massas e passar novamente à ofensiva. Essas tarefas foram realizadas com êxito. Nos últimos anos da ditadura, as lutas da classe operária e das massas populares conheceram poderoso ascenso e o Partido, na aplicação da linha definida pelo VI Congresso, con-

firmou ser a força de vanguarda da classe operária e de todo o movimento popular antifascista.

Também os acontecimentos viriam a comprovar as características, os objectivos e o caminho da Revolução portuguesa definidos pelo Programa aprovado no VI Congresso.

Ao definir os objectivos da revolução antifascista, o Partido partiu da análise da realidade portuguesa, do estágio de desenvolvimento do capitalismo, da arrumação das forças de classe e das suas contradições, da relação entre os factores económicos, sociais e políticos internos e da influência de factores externos, designadamente posições do imperialismo em Portugal e existência do colonialismo português.

Dessa análise resultou a definição das características e objectivos da Revolução na etapa considerada.

O Partido definiu a etapa da Revolução como uma revolução democrática e nacional (?), cujos objectivos essenciais eram (como diz o Programa), «o derrubamento da ditadura fascista, a liquidação do poder dos monopólios e dos latifundiários, a libertação do domínio imperialista, a liquidação da vergonhosa herança colonial e uma transformação social profunda da sociedade portuguesa ao serviço do povo e da independência nacional» (Cap. I — A revolução democrática e nacional e os seus objectivos).

A definição do carácter antimonopolista, antilatfundista e anti-imperialista da Revolução portuguesa constitui a essência da política do Partido na luta pela liquidação da ditadura fascista e pela construção de um Portugal democrático.

A própria definição que o Partido deu do regime fascista — «uma ditadura terrorista dos monopólios associados ao imperialismo estrangeiro e dos latifundiários» —, indicava a natureza política e social da Revolução portuguesa, as forças sociais a combater, a direcção dos golpes principais e o sistema de alianças.

Enquanto variados sectores consideravam a queda da ditadura apenas como uma mudança de regime político sem alteração das classes detentoras do poder, o Partido indicava ser indispensável ligar a derrota dos monopólios e dos latifundiários à derrota do fascismo.

A burguesia liberal voltava-se para a conservação intacta do poder do capital financeiro exercido através de um regime parlamentar; os socialistas de direita para o exercício do poder político por uma aliança dos grupos monopolistas com a média burguesia e estratos da pequena aceitando os trabalhadores a «conciliação» num interregno da luta de classes («Pacto de Progresso»). O PCP defendia a conquista do poder por uma vasta aliança das forças sociais incluindo o proletariado (operários industriais e assalariados rurais), o campesinato (pequenos e médios agricultores), os empregados, os intelectuais, a pequena burguesia urbana e mesmo sectores da média burguesia.

Tendo em conta a natureza de classe do regime fascista e na base desta aliança de forças sociais, o Partido considerava a instauração de um novo

regime democrático inseparável da liquidação do poder dos monopólios e dos latifundiários, do fim do colonialismo e da libertação do domínio imperialista estrangeiro.

A questão não era a de optar entre uma democracia política mais ou menos avançada. A questão era a da própria natureza e do conteúdo de classe da democracia nas condições sociais e políticas existentes em Portugal. A opção era entre uma mudança da forma política de dominação das classes detentoras do poder e uma revolução.

O Partido insistia em que não bastava derrubar o governo e instaurar as liberdades. Para que a democracia portuguesa se tornasse viável era indispensável destruir as bases de apoio da reacção e do fascismo. Era indispensável destruir não apenas o poder político, mas o poder económico dos monopólios e latifundiários. Era indispensável pôr fim, não apenas à guerra colonial, mas ao colonialismo.

Este é um aspecto capital da linha política do Partido.

O Programa indicava «oito pontos ou objectivos fundamentais»: «1.º Destruir o Estado fascista e instaurar um regime democrático; 2.º Liquidar o poder dos monopólios e promover o desenvolvimento económico geral; 3.º realizar a Reforma Agrária, entregando a terra a quem a trabalha; 4.º Elevar o nível de vida dos trabalhadores e do povo em geral; 5.º Democratizar a instrução e a cultura; 6.º Libertar Portugal do imperialismo; 7.º Reconhecer e assegurar aos povos das colónias portuguesas o direito à imediata independência; 8.º Seguir uma política de paz e amizade com todos os povos».

Pormenorizando os oito objectivos, o Programa expunha as medidas, transformações e reformas necessárias para os atingir. Entre outras, pela sua extrema importância, a nacionalização da banca e dos sectores básicos da indústria e transportes e a expropriação dos latifúndios e sua entrega aos assalariados rurais e aos camponeses pobres.

Fazendo o balanço do caminho andado, podemos verificar que a vida comprovou a análise da situação, a caracterização da revolução e a definição dos objectivos, constantes no Programa do Partido.

A Revolução portuguesa não foi aquilo que queriam os «liberalizantes», a burguesia liberal e os socialistas de direita, ou seja, uma mudança do sistema político, mantendo o poder económico dos monopólios e latifundiários. No essencial, a Revolução portuguesa foi aquela cujos traços essenciais o Partido previu, definiu, anunciou e defendeu.

É certo que nem todos os objectivos definidos no Programa foram alcançados. Entre eles, a construção de um Estado democrático, a libertação do imperialismo, a solução dos problemas do campesinato (pequenos e médios agricultores). Os atrasos da Revolução nestes domínios, como será adiante referido, têm extraordinária gravidade e representam ainda um sério perigo para a própria democracia.

Mas, apesar desses graves atrasos, pode afirmar-se que a maior parte dos objectivos indicados no Programa do Partido foram alcançados pela Revolução.

Além das características e objectivos da Revolução definidos pelo Partido em 1965 no seu VI Congresso, não foi menos significativa a definição da via da Revolução portuguesa.

Contra as ilusões oportunistas de direita acerca de uma queda automática da ditadura fascista que resultasse das suas contradições internas e da sua degradação, de uma solução pacífica do problema político português, o Partido, no VI Congresso realizado em 1965, insistiu em indicar o caminho insurreccional, como o único que poderia pôr fim à ditadura.

«O fascismo mantêm-se no poder pela força, só pela força poderá ser derrotado»⁽⁸⁾ — tal era a ideia central do Partido, em que assentava a sua táctica e a perspectiva apontada para a acção das massas populares.

Desmentindo as ilusões oportunistas e a descrença de muitos, os acontecimentos vieram a provar que, no essencial, o Partido tinha razão.

2. O fascismo e o capitalismo monopolista

O desenvolvimento do capitalismo em Portugal foi profundamente marcado pela existência durante quase meio século de um regime de repressão e violência ao serviço do grande capital e dos grandes proprietários.

A centralização e a concentração capitalistas e a formação e dominação do capital monopolista tiveram como característica particular terem sido aceleradas e forçadas pela intervenção coercitiva do Estado fascista.

A lei do desenvolvimento económico do capitalismo segundo a qual a concorrência conduz à concentração e a concentração ao monopólio teve a sua realização precipitada pelo factor político.

Antes que o mero jogo da concorrência decidisse a vitória das grandes empresas e a concentração, decidia-o o governo fascista através de múltiplos mecanismos como o agravamento da exploração dos trabalhadores, a fixação de preços, o crédito selectivo, os avales do Estado, a partilha preferencial de mercados, a política fiscal degressiva, as isenções ao grande capital e o agravamento da carga fiscal das pequenas e médias empresas.

Antes que o desenvolvimento da concentração conduzisse ao monopólio, decidia-o o governo fascista pelo condicionamento industrial, por toda a espécie de concessões e direitos preferenciais, por uma política inteiramente ao serviço do grande capital.

Assim foi possível que o capital financeiro (fusão do capital bancário e do capital industrial) ganhasse uma posição dominante e que os grupos monopolistas se formassem, desenvolvessem, estendessem os tentáculos a toda a economia nacional, antes que tivesse tido lugar um verdadeiro processo de industrialização ou um progresso das forças produtivas que, pelo jogo das leis económicas, o justificassem.

Nos últimos anos do fascismo, em todos os ramos da economia nacional, a centralização e a concentração acentuavam-se dia a dia.

As numerosas empresas que não pertenciam aos grupos estavam submetidas praticamente às suas decisões.

Em 1970, 7 bancos no total de 17 tinham 83% dos depósitos e 83% da carteira comercial. As companhias de seguros estavam praticamente todas controladas pelos grupos. A produção de electricidade era de uma só empresa (CPE), o mesmo sucedendo com a refinação de petróleo (Sacor). A Siderurgia Nacional dominava em absoluto um sector, onde havia meia centena de empresas. Na construção de máquinas, 6 sociedades (Sorefame, Cometna, Mague, M. D. Ferreira, Oliva e C. Hipólito), no total de 335, detinham 42% do capital e 48% das receitas. Na construção naval, no total de 45 sociedades, a Lisnave detinha três quartos do capital e três quintos das receitas e empregava cerca de metade do pessoal total do ramo. Nas indústrias químicas, no total de 124 sociedades, cabia à CUF mais de um terço das receitas totais e cabiam às 6 mais importantes (CUF, UFA, Petroquímica, Nitratos, Soda Póvoa e Socel ⁽⁹⁾) 63%. No fabrico de pasta de papel e de papel, no total de 59 sociedades, 7 tinham 80% do capital. Nos vidros, no total de 98 sociedades, duas (Covina e Sive ⁽¹⁰⁾) detinham 53% do capital, 37% das receitas e 39% do pessoal. Na montagem de automóveis e camiões, no total de 54 sociedades, as 3 maiores (Ford, Utic e GM) tinham 56% das receitas e 36% do pessoal. Na indústria de material eléctrico, no total de 175 sociedades, 5 sociedades (Standard, Plessey, Efacec, Cel-Cat e Sepsa) detinham 43% do capital e 62% das receitas. (M. Belmira Martins, *Sociedades e Grupos em Portugal* ⁽¹¹⁾.)

A situação repetia-se semelhantemente em quase todos os ramos da economia nacional, acusando uma elevadíssima zona de concentração, na qual intervinham também, com forte posição, companhias estrangeiras.

No conjunto da economia nacional, em 1971, 168 sociedades (com mais de 50 mil contos de capital social) correspondendo a 0,4%, das 40 051 sociedades exercendo actividade no Continente e Arquipélagos, detinham 53% do capital de todas as sociedades. Se se tiver em conta que muitas destas sociedades pertenciam aos mesmos grupos e que outro tanto sucedia com numerosíssimas sociedades de capital inferior a 50 mil contos, mais claro se torna ainda o elevado grau de concentração.

Em 1973, a economia nacional estava dominada por 7 grandes grupos monopolistas: CUF, Espírito Santo, Champalimaud, Português do Atlântico, Borges & Irmão, Nacional Ultramarino e FONSECAS & BURNAY (ibid.).

Os próprios nomes indicados traduzem que em alguns o capital financeiro se formou pelo alargamento à banca de sectores industriais (CUF, Champalimaud), ao passo que noutros se formou pela absorção ou atracção do capital industrial pela banca.

O grupo CUF, o maior grupo financeiro do País, abarcava mais de 100 empresas com um total de mais de 8,5 milhões de contos de capital nominal.

Além da banca e seguros, o grupo tinha numerosas fábricas e empresas de produtos químicos, sabões, óleo, refinação de petróleo e petroquímica, minas, metalurgia e metalomecânica, artigos eléctricos, construções e

reparações navais, transportes marítimos, tabaco, têxtil, celulose e papel, empresas imobiliárias, de comércio, de hotelaria, agrícolas, etc., e numerosas sociedades coloniais.

Através de processos de fusões, absorções, participações, integração horizontal e vertical, a CUF tinha posições crescentes em todos os sectores importantes da economia portuguesa.

Em vários casos, as empresas eram formadas em associação com outros grupos ou com o capital estrangeiro, mas a CUF assegurava em regra a posição dominante.

Empresas tão importantes como o Banco Totta & Açores (resultado da fusão de 5 bancos), Seguros Império, Eminco, UFA, Sociedade Geral, CNN, Lisnave e Setenave, A Tabaqueira, a Celbi, a Companhia Portuguesa de Cobre, Supermercados Pão de Açúcar, Sonadel, Tinco, Compal, Sichel, Mompopor, Sitenor, Petrosul, faziam parte do grupo ou estavam estreitamente ligadas a ele.

O grupo Champalimaud, tendo começado pelos cimentos e passado ao aço, estende-se depois à banca, aos seguros, ao papel, às sociedades coloniais e a vários outros sectores. Só o capital de cinco das sociedades do grupo, à cotação da Bolsa, subia em fins de 1972 a 40 milhões de contos.

A Empresa de Cimentos de Leiria e os Cimentos Tejo (2,7 milhões ⁽¹²⁾ de contos de capitais e reservas), a Siderurgia Nacional, o Banco Pinto & Sotto Mayor, as companhias de seguros Mundial e Confiança, a Cometa, a Sepsa, a Ferrominas (ferro de Moncorvo) — contavam-se no grupo.

O grupo Espírito Santo, além do Banco e de seguros, abarcava, com posições dominantes, participações e associação com outros grupos portugueses e estrangeiros, petróleo, papel, cimento, pneus, cerveja, sociedades coloniais e muitas outras num conjunto de muitas dezenas de empresas: Tranquilidade, Sacor, Petrangol, Sores, Cada, Rádio Marconi, Sodim (Hotel Ritz), etc.

Uma ideia da importância do grupo é dada pelo facto de que, em fins de Dezembro de 1972, as acções do Banco Espírito Santo, de valor nominal de 800 mil contos, valiam, à cotação da Bolsa, 12,4 milhões de contos.

O grupo Português do Atlântico abrangia outro banco (Comercial de Angola), seguros, posições dominantes em 8 empresas com um total de cerca de 2,5 milhões de contos de capital nominal, numerosas posições em sectores muito diversos. Os administradores do Banco, só por si, estavam à frente de 43 sociedades.

O grupo era um grupo de grupos: Covina de Feteira-Bordalo, Celnorte e Fapobol de Brandão Miranda, Sociedade Central de Cervejas e trust dos vidros de M. Vinhas, têxteis de A. Magalhães, e outros.

O grupo Borges & Irmão, encabeçado por M. Quina, dominava completamente cerca de 40 sociedades com um capital nominal de cerca de 2 milhões de contos, nos mais diversos ramos: pneus, produtos químicos, pesca, materiais de construção, produtos farmacêuticos, sociedades de investimentos.

A Mabor, a Companhia Portuguesa de Pesca, Gelmar, Icesa, Eurofil, Luso-Fármaco, contam-se entre as grandes companhias do grupo ou ligadas a ele.

O grupo do BNU (Banco Nacional Ultramarino) constituía um poderoso grupo com fortes posições nas colónias, mas também com companhias de seguros (Fidelidade) e navegação.

O grupo FONSECAS & BURNAY, resultante da fusão do Banco FONSECAS, SANTOS & VIANA (Sociedade Estoril) e do Banco BURNAY, estava ligado à DIAMANG, EFACEC, CRGE, ITT, CHRYSLER e outras sociedades estrangeiras.

Na complexa arrumação dos grupos financeiros, interligados por numerosos laços, e em geral com intensa actividade especulativa, podiam ainda destacar-se: o grupo BIP, de Jorge de Brito, com uma companhia de seguros (Bonança), transportes rodoviários (Boa Viagem), navegação (Insulana e Sofamar), hotelaria (Torralta), cerâmica, etc. O grupo PINTO de Magalhães, com três companhias de seguros, supermercados, turismo, aglomerados de madeira. O grupo do Banco da Agricultura, banco de agrários, estendendo as suas actividades a imobiliárias, construção civil, etc. E ainda grupos polarizados em torno de grandes empresas. Através do controlo de sectores básicos, os grupos monopolistas controlavam também vastíssimos sectores da economia nacional. Com a produção do aço e do cimento, Champalimaud, por exemplo, comandava os destinos da construção civil, na qual já antes do 25 de Abril tinha provocado uma grave crise.

Os grupos monopolistas eram propriedade de um número restrito de famílias de multimilionários, rodeados de algumas centenas de satélites.

Os Melos eram os senhores do império da CUF. A família Espírito Santo exibia o seu poder ocupando cargos de administração em 20 sociedades com um capital nominal de mais de 4 milhões de contos. A Champalimaud era o senhor absoluto do seu grupo, não admitindo sequer nele os próprios irmãos. Juntem-se M. Quina, Jorge de Brito, M. Vinhas, Bulhosa, Feteiras, Bortalos, Brandão Miranda, A. Magalhães, Conde de Caria, M. Pinto de Azevedo, Queiroz Pereira, e mais alguns, e tem-se a constelação de grandes financeiros que dominavam a economia portuguesa.

A centralização, a concentração e o domínio dos grupos monopolistas acentuaram-se ainda mais nos últimos anos do fascismo.

A par do brutal agravamento das condições de vida dos trabalhadores, assistiu-se a um novo arranque da cruzada de centralização e concentração, conduzida pela oligarquia financeira e pelo seu governo.

As razões invocadas são a baixa produtividade, a pequena dimensão das unidades, a falta de capacidade de competição nos mercados internacionais, a participação na EFTA e os acordos com o Mercado Comum.

Na banca, na indústria, nos transportes, no comércio, multiplicam-se as fusões, as absorções, as participações, as associações monopolistas, dominadas pelos grandes grupos, que se ligam de forma crescente ao capital estrangeiro.

Portugal tornou-se uma coutada de uma centena ou duas de famílias de multimilionários, que, senhores do Estado, senhores do Governo, usaram o poder, a repressão, a violência, para se apossarem das riquezas nacionais e do produto do trabalho de milhões de portugueses.

Na agricultura, também o governo fascista realizou uma política inteiramente ao serviço dos grandes proprietários e capitalistas contra os trabalhadores e os pequenos e médios agricultores.

O proletariado rural vivia numa miséria cada vez mais profunda. Centenas de milhares de pequenas explorações agrícolas foram arruinadas e liquidadas. Apesar do desenvolvimento do capitalismo nos campos, persistia, com a protecção do governo fascista, a propriedade latifundiária e a exploração extensiva.

A concentração, de há muito elevada, continuava a acentuar-se.

Segundo o «Inquérito às Explorações Agrícolas do Continente» de 1968, no total de 811 656 explorações agrícolas, 2637 com mais de 200 hectares, correspondendo a 0,3 do número, detinham 1 966 253 hectares, ou seja, 39,5% da área total. As 1140 explorações de mais de 500 hectares, correspondendo a 0,14 do número total, detinham 1 508 566 ha, correspondendo a 30,3% da área total. Estas 1140 explorações tinham mais do dobro da terra que tinham no total 631 432 explorações de menos de 4 hectares!

Isto é: segundo o «Inquérito», o reduzido número de um milhar de grandes proprietários tinham o dobro da terra que tinham 631 000 pequenos agricultores (proprietários, rendeiros e seareiros).

Tomando as explorações de mais de 500 ha, no distrito de Évora, 275 explorações (2,4% do número) no total de 11 540 explorações, detinham 408 298 ha (71,4% da área total).

No distrito de Beja, 292 explorações (1,4%), no total de 21 079, detinham 354 605 ha (47% da área).

No distrito de Portalegre, 234 explorações (1,4%), no total de 16 531, detinham 261 605 ha (47% da área).

No distrito de Setúbal, 97 explorações (0,56%), no total de 17 588 detinham 151 946 ha (51,7%).

No distrito de Castelo Branco, 86 explorações (0,2%), no total de 44 448, detinham 128 990 ha (31,5%).

No distrito de Santarém, 80 (0,14%) no total de 55 625 detinham 107 722 ha (30,5%).

No total destes 6 distritos, 1064 explorações de mais de 500 ha no total de 166 811 explorações, isto é, apenas 6 em cada mil, detinham 1 413 311 ha, ou seja 49,6% da área total ⁽¹³⁾.

Estes números mostram, sobretudo na zona do latifúndio, o domínio absoluto da agricultura pelos grandes agrários, que dispendo do «monopólio da terra» mantinham a terra abandonada ou mal cultivada, enquanto cada ano dezenas de milhares de trabalhadores agrícolas eram condenados ao

desemprego e os pequenos agricultores não tinham terra suficiente para produzir o bastante para o próprio sustento.

O Estado fascista, Estado dos monopólios e dos agrários, não se limitou apenas a apoiar e a ajudar uns e outros. A partir de certo grau de concentração e desenvolvimento monopolista, o próprio poder do Estado se fundiu com o poder dos monopólios num «aparelho único», em que se concentraram, para servir os interesses monopolistas, os recursos e energias do País.

É na década de 60 que aparecem na economia portuguesa elementos típicos do capitalismo monopolista de Estado ⁽¹⁴⁾. A redistribuição da mais-valia pelo orçamento, as isenções e vantagens fiscais, as subvenções, financiamentos e créditos aos grupos monopolistas, a ampliação de um mercado privilegiado e garantido aos monopólios através do aumento do consumo público, o encargo com as infra-estruturas não rentáveis, o reforço do sector da propriedade do Estado com nacionalizações dos sectores igualmente não rentáveis, as participações no capital das grandes empresas, os esforços de planificação — passam a ser grandes linhas da política económica, mostrando a fusão do aparelho e dos recursos do Estado fascista com o aparelho e os recursos dos grupos monopolistas — para benefício destes.

Dois aspectos desta evolução são particularmente significativos.

Um é a redistribuição geral da mais-valia em favor dos monopólios através da política fiscal e do orçamento. A parte do produto interno bruto arrancado ao País pelo Estado subiu de 13,7%, em 1950, para 21,4%, em 1971. Somando as receitas da Previdência, de fundos diversos, de organismos de coordenação económica e de autarquias temos o total de 58,5 milhões de contos, correspondente a mais de um terço do produto. Por esta forma os recursos nacionais eram mobilizados para a política monopolista.

Outro aspecto é o das participações do Estado no capital das grandes companhias. Com participações superiores a 20% do capital, o Estado tinha 7,8 milhões de contos de papel de 30 sociedades, cujo capital nominal subia a 16,4 milhões de contos. Com participação de 10% e 20%, detinha 365 mil contos em 13 sociedades com o capital total de 2,8 milhões de contos. As participações indirectas subiam a 1,4 milhões de contos no capital total de 2,2 milhões de contos de 23 sociedades. O total das participações directas e indirectas era de 9,6 milhões de contos, sem contar participações em sociedades com capital expresso em dólares (2,8 milhões num capital total de 13,9 milhões de dólares).

Por esta forma, elevadas somas dos dinheiros públicos eram postas à disposição dos grupos monopolistas. Mesmo nos casos em que o Estado «tinha o controlo» por dispor de posição maioritária, a situação não era alterada porque a política do Estado era determinada pelos interesses monopolistas. Em numerosos casos o Estado prescindia de lucros, de dividendos e mesmo de amortizações. Se juntarmos às participações os empréstimos,

os avales, os subsídios, os fundos, vê-se como o governo dos monopólios e agrários servia os seus senhores com os recursos arrancados à nação, à miséria e ao trabalho do povo.

Nos últimos tempos da ditadura, o governo fascista tomou novas medidas para prosseguir este caminho, institucionalizando o capitalismo monopolista de Estado.

Tal como a Lei da Reorganização Industrial de 1945 constituiu como que o «programa» da centralização e concentração capitalistas e da formação e domínio do capitalismo monopolista, a «Lei do Fomento Industrial» de 1972 pode considerar-se como o documento programático do capitalismo monopolista de Estado ⁽¹⁵⁾.

Os auxílios, isenções e reduções fiscais (Base IX), os financiamentos directos (Base X), a intervenção com fundos públicos nos investimentos (Base XXI), a organização dos programas de compras do sector público (Base XVI), a realização pelo Estado de análises de mercados e de projectos para reorganização de empresas (Base XV), as autorizações para que os monopólios pudessem expropriar imóveis por utilidade pública (Base XIII) e outras disposições são uma afirmação de que acabava a separação, mesmo formal, entre o aparelho do Estado e o aparelho dos monopólios. O Parecer da Câmara Corporativa expunha sem pudor a situação ao defender «a participação da própria indústria no delineamento e na efectivação da política industrial» (O Século, 21-2-1972), ou seja a intervenção directa dos monopólios, como tais, na definição, execução e controlo da política e actividade económica do Estado!

A política da ditadura fascista — governo terrorista dos monopólios e dos agrários — protegia, defendia e servia os interesses ilegítimos e egoístas de uma ínfima minoria de exploradores e parasitas contra todo o povo e contra o País. Poder económico e poder político eram um só. Os governantes fascistas, a Assembleia Nacional, a Câmara Corporativa, a Presidência da República, não eram mais do que agentes e instrumentos do grande capital e dos latifundiários.

A ausência das liberdades, a repressão, o terror, eram as armas usadas pelos monopólios e agrários para obrigar o povo a submeter-se à sua exploração e ao seu domínio. Sem essas armas, não teriam conseguido impor à esmagadora maioria da população as condições de vida e de trabalho miseráveis em que assentava a sua riqueza.

Os verdadeiros senhores de Portugal não eram os governantes, os burocratas, os altos funcionários, os tecnocratas fascistas, cujo crime é terem sido os executantes da política e os cães de fila dos grandes senhores do dinheiro e das terras. Os verdadeiros senhores de Portugal eram os Melos, os Espíritos Santos, os Champalimaud, formando uma autêntica quadrilha de grandes capitalistas e proprietários, ao serviço dos quais, como seus instrumentos, estavam o aparelho repressivo, os meios de comunicação social e todos os recursos do País.

Os monopolistas e os latifundiários são tão responsáveis pela repressão e pela guerra, pelas torturas e assassínios, pelas condenações, pelos massacres em África, como os executantes da sua política.

A exploração e opressão de todo um povo para benefício de algumas centenas de grandes capitalistas e agrários e dos seus agentes conduziu ao aprofundamento do conflito entre essa minoria detentora do poder e a grande massa da população — todas as classes e camadas não monopolistas.

A base de apoio social do regime diminuiu rapidamente, reforçando-se inversamente a base social da revolução antifascista. Esta evolução e arruinação das forças de classe vem a ser decisiva quando o regime, roído por contradições e dificuldades, entra numa crise profunda.

3. A crise do regime

As profundas e numerosas contradições económicas e sociais provocadas pelo processo específico do desenvolvimento do capitalismo em Portugal ⁽¹⁶⁾ agudizaram-se extraordinariamente a partir do desencadeamento das guerras coloniais (1961), coincidindo com a necessidade para o capital financeiro nacional de inserir a sua existência e a sua actividade no quadro do acelerado processo da integração económica europeia.

A situação política portuguesa adquire a partir de então duas características sobrepostas cada vez mais nítidas: por um lado, a crise do regime fascista, que se desenvolve e aprofunda e, por outro lado, o ascenso irregular mas seguro e progressivo da luta do povo português.

A crise do regime manifesta-se em quatro aspectos fundamentais: o agravamento e deterioração da situação económica, a guerra colonial, o crescente isolamento interno e o crescente isolamento internacional.

O agravamento e deterioração da situação económica acentua-se progressivamente nos últimos anos da ditadura.

Contra as concepções de oportunistas de direita e esquerdistas, que viam no «marcelismo» uma nova fase de expansão do que chamavam o capital «empreendedor» ou «progressista» ⁽¹⁷⁾, o PCP apontava o agravamento das contradições que se tinham criado pela instauração do capitalismo monopolista de Estado sem um correspondente desenvolvimento das forças produtivas e sublinhava o rápido e progressivo agravamento da situação económica.

O desenvolvimento «artificial» do capitalismo monopolista multiplicava e aprofundava contradições que vieram a manifestar-se de súbito numa rede tão densa que, conforme na altura foi anotado, «a resolução dum problema arrisca agravar a agudeza de outros» ⁽¹⁸⁾.

Os monopólios congelavam os salários, diminuían os salários reais, pelas mais diversas formas, para aumentarem a taxa da mais-valia e a acumulação. Mas daí resultou a restrição do mercado interno, reftreando a

expansão económica, levando os trabalhadores a emigrarem, rarefazendo o mercado da força de trabalho e criando condições para a exigência bem sucedida de mais altos salários.

Os monopólios procuravam na emigração solução para o problema social do desemprego, mas a emigração de centenas de milhares de trabalhadores provocou a diminuição da produção da mais-valia e, consequentemente, da acumulação.

Dada a limitação do mercado interno, os monopólios lançam-se na produção voltada para o mercado externo em zonas de integração. Mas a falta de capacidade competitiva punha-os em inferioridade, não só no mercado internacional como no mercado interno, e à mercê da recessão noutros países.

Para aumentar a exportação encaravam a desvalorização do escudo. Mas logo recuavam pelo inevitável encarecimento de matérias-primas e equipamentos importados e dos encargos de dívida externa.

O poder dos monopólios enredado nestas e noutras contradições não encontrou solução para os problemas.

O afrouxamento do ritmo de desenvolvimento, a diminuição da produção agrícola, o recurso crescente às importações para cobrir as faltas da produção nacional, o atraso cada vez maior da economia portuguesa em relação à dos países desenvolvidos, o surto inflacionista e o agravamento da exploração e das condições de vida dos trabalhadores marcam o plano inclinado da economia portuguesa nos últimos anos do fascismo.

De 1960-1970 para 1970-1973 desce a taxa anual de crescimento no «sector primário» de 1,5% para 0,7%, do «secundário» de 9,1% para 9%, e só o «terciário» (serviços) aumenta, passando de 5,9% para 7,1%. De 1972 para 1973, nas indústrias transformadoras, o aumento da formação bruta do capital fixo desce de 1,2 para 0,6 milhões de contos, anunciando a recessão.

Os monopólios dominantes e o seu governo mostram-se incapazes de promover o aproveitamento dos recursos nacionais, de superar as próprias contradições e de encontrar uma saída para as dificuldades. A «política de desenvolvimento» e o «Estado Social» ⁽¹⁹⁾ anunciados por Marcelo Caetano morreram antes de nascer.

Incapazes de promover uma real política de desenvolvimento, os monopólios dominantes, tendo em vista aumentar os lucros, pagar a guerra, apressar a acumulação e os investimentos e ganhar capacidade competitiva nos mercados internacionais, para os quais voltavam prioritariamente a produção nacional, viam como única «solução» agravar a exploração e as condições de vida dos trabalhadores.

Ao contrário do que afirmavam os teorizadores oportunistas de direita e esquerdistas, os últimos anos da ditadura foram marcados por uma brutal intensificação da exploração. Foram proibidas durante dois anos modificações nos Contratos Colectivos de Trabalho. Foi autorizado o pagamento de salários abaixo do fixado. Foram aumentados a jornada de trabalho e o número de horas semanais. Foi agravada a intensificação do trabalho

sob a capa da «produtividade». Foi acentuada a política fiscal «degressiva», protegendo os grandes e fazendo pagar mais aos trabalhadores e às classes médias. De 1970 para 1973 os impostos indirectos subiram 74% e o imposto profissional 53%. Para completar o esquema de exploração, o governo aumentava incessantemente os preços, provocava a inflação, fazendo por essa forma baixar os salários reais e o poder de compra das classes laboriosas.

Os preços aumentam 11,5% em 1972 e 19,2% em 1973, em confronto com aumentos mais lentos dos salários nominais: respectivamente 10,9% e 12,5% na indústria. Em princípios de 1974, acentua-se o ritmo da inflação, subindo 9,1% só nos primeiros quatro meses.

Em consequência desta política, a parte do Rendimento Nacional correspondente a salários e ordenados, que era já das mais baixas da Europa capitalista, desceu ainda mais, passando de 35,8% em 1972 para 34,2% em 1973.

A falta de emprego e a baixa dos salários reais (a par de factores políticos: fascismo e guerras coloniais) levaram à emigração, de 1961 a 1973, cerca de 1,4 milhões de trabalhadores, num ritmo progressivo, que fez passar o número de 32 mil emigrantes em 1960 para 173 mil em 1970 (Boletim Anual da Secretaria de Estado da Emigração, 1974).

Mesmo com a desenfreada exploração dos trabalhadores, o grande capital não conseguiu, porém, por virtude do atraso técnico da economia portuguesa, o ritmo de centralização de capitais e de acumulação que ambicionava. A «caça às poupanças» passou a ser uma dominante da sua actividade.

A especulação bolsista, através da qual o capital financeiro se apossou dos capitais disponíveis e das pequenas economias, levando a cabo uma gigantesca centralização sem um correspondente aumento das actividades produtivas, torna-se um traço característico dos últimos anos do regime fascista. A simples transferência e a centralização da posse dos meios de pagamento aparece enganadoramente como uma acumulação efectiva, como um aumento do valor criado. O capital financeiro entra em cheio numa política de especulação, em que consegue envolver o conjunto da economia portuguesa.

Só nos primeiros cinco meses de 1973, os índices das cotações de títulos subiram tanto como nos sete anos anteriores. A corrida aos títulos de rendimento variável, com a esperança de altos lucros prometidos por uma propaganda escandalosa e o jogo bem dirigido pelos agentes do grande capital, fez subir vertiginosamente as cotações. As acções das companhias de seguros na Bolsa de Lisboa foram cotadas 10 vezes acima do valor nominal em 1972 e 32 vezes acima em 1973 (Relatório do Banco de Portugal).

Em correspondência com a especulação bolsista são utilizadas as formas mais fraudulentas de aumentos de capital das grandes sociedades, com distribuição gratuita de títulos pelos grandes accionistas e venda aos

pequenos a altas cotações (de previsível baixa a curto prazo) de milhões de contos de papel. Isto permitiu o aumento súbito do capital das grandes companhias, com uma desvalorização à partida das participações dos pequenos accionistas.

De 1968 para 1972, os capitais e fundos de reserva dos 12 principais bancos passam de 7,3 para 13,3 milhões de contos. Num conjunto de 100 das maiores companhias dos ramos mais diversos, a subida é de 36,6 para 54,5 milhões de contos. De 1971 para 1972 os lucros líquidos declarados (muito inferiores aos reais) do mesmo conjunto de companhias passa de 2,7 para 3,6 milhões de contos, correspondendo a um aumento num só ano de 35,5% dos lucros. Só de 1971 para 1972, 10 bancos aumentaram o capital de 3,3 para 5,9 milhões de contos, e 183 sociedades de 8 para 11 milhões.

Em ligação com a especulação, os consumos das classes dominantes e de uma vasta camada nova em sectores e actividades parasitárias, sobem em flecha, como se Portugal fosse o país mais rico do mundo, sem correspondência num aumento da produção. Daqui resultou um crescente desequilíbrio económico e a crescente dependência do equilíbrio financeiro de factores externos (turismo, remessas de emigrantes, lucros coloniais, importação de capitais).

A economia nacional entra num regime deficitário.

É certo que o défice real da produção nacional para satisfazer as necessidades de consumo vinha de trás. Os superlucros coloniais tinham-lhe em determinada fase dado cobertura. Nos últimos anos, outras duas fontes de recursos dependentes do exterior — as remessas dos emigrantes e o turismo — cobriram esse défice.

As fontes externas de recursos, injectando divisas no País, dispensando aparentemente investimentos e o desenvolvimento da economia nacional estimularam o aumento dos consumos das classes exploradoras e a actividade especulativa em torno do numerário disponível.

Isto explica como, apesar dessa injeção externa, aparecem em 1972-1973 défices orçamentais, sobem rapidamente os défices da balança comercial e surgem défices na balança de pagamentos.

Os défices nas contas do Estado aumentam progressivamente, passando de 2 milhões de contos em 1970 para 5,5 milhões em 1973. Em correspondência com as dificuldades financeiras do Estado, recorreu-se de forma crescente à dívida pública, que sobe de 17 milhões de contos em 1960 para 38,6 milhões em 1970 e 53,7 milhões em 1973.

O défice da balança comercial, por sua vez, sobe de 7,9 milhões de contos em 1964 para 17,7 milhões em 1970 e 28,4 milhões em 1973.

Na balança de capitais com o estrangeiro, onde a partir de 1968 se regista uma inversão de saldos positivos para saldos negativos, estes sobem a 2,9 e 1,5 milhões de contos em 1972 e 1973.

Na balança de pagamentos aparece, depois de muitos anos de saldos positivos, uma situação deficitária que se traduz na diminuição das reservas de ouro e divisas de 69,2 milhões de contos em Dezembro de 1973, para

62,7 milhões em Março de 1974, ou seja a sangria de 7 milhões de contos nos meses que precederam o 25 de Abril.

A desenfreada especulação, a monopolização dos capitais disponíveis e dos recursos financeiros provocam uma progressiva diminuição da liquidez da banca. O excesso das reservas totais sobre o mínimo legal passa de 5,9 milhões de contos em fins de 1972 para 1,2 milhões em fins de 1973 e 1,0 milhões em 29 de Março de 1974.

Esta evolução, que depois de criar a aparência de prosperidade, revelou, nos generalizados défices, a base produtiva cada vez mais frágil, conduzia inevitavelmente a uma súbita ruptura de todo o sistema.

O ano de 1973 e os primeiros meses de 1974 anunciam a sua aproximação. Contra a tendência verificada no ano anterior, a cotação das acções na Bolsa conhece nos primeiros meses de 1974 uma queda de 47 pontos, anunciando a curva descendente e o próximo descalabro.

Sem o 25 de Abril, que alterou toda a situação económica e financeira, a política de especulação ter-se-ia traduzido a curto prazo num crack monumental, que deixaria arruinadas milhares e milhares de pessoas que atraídas pelo estardalhaço da especulação bolsista e da miragem das rápidas fortunas haviam convertido as suas economias em acções das grandes companhias. Sem o 25 de Abril, que interrompeu e paralisou a dinâmica especulativa do capitalismo monopolista português, a economia portuguesa teria caído numa crise profunda, provocando um súbito e dramático agravamento da miséria geral.

A crise do regime manifestava-se, em segundo lugar, na guerra colonial e na incapacidade para encontrar uma saída.

Apesar dos esforços de guerra, das provocações, agressões e terrorismo, o governo fascista não alcançou o seu objectivo de afogar em sangue os movimentos de libertação da Guiné-Bissau, Angola e Moçambique. A guerra colonial, mantendo em África efectivos que alguns calculam em 120 000 soldados, provocando milhares de mortos e mutilados, continuou a agravar as dificuldades e contradições do regime.

No plano político, provocou um crescente descontentamento popular e radicalização do movimento democrático, acentuou o isolamento interno e internacional do governo, deu origem a divisões e conflitos no próprio campo do regime.

No plano económico, os gastos com a guerra, subindo a mais de 133 milhões de contos de 1961 a 1973 (15,9 milhões em 1973) e atingindo mais de 40% das despesas do Estado, entravavam o ritmo da acumulação e dos investimentos.

Pelas dificuldades de natureza objectiva que criava ao regime, pela crescente e vigorosa luta do povo português, pela resistência nas forças armadas, pelos sucessos da luta de libertação (que teve elevadas expressões em Setembro de 1973 com a proclamação da independência da República da Guiné-Bissau (24 de Setembro de 1973) e com a abertura de novas frentes

pela FRELIMO), a guerra colonial estava conduzindo o governo a um beco sem saída. Em Julho de 1973, o Comité Central do Partido concluíra que amadureciam as «condições que colocarão na ordem do dia o fim da guerra colonial e uma solução política do problema» (20). Era urgente e inevitável.

O governo fascista resistia porém a render-se à evidência. Em vez de reconhecer a situação real e procurar uma solução que correspondesse aos interesses do povo português e dos povos submetidos ao colonialismo, M. Caetano, como bom serventúrio do grande capital e do colonialismo, insistia em manobras demagógicas enganadoras. Em 1968 proclamou a «autonomia política» das colónias portuguesas. Em 1971 anunciou uma revisão constitucional. Em Abril de 1972 decretou que Angola e Moçambique passavam a ser «Estados». Em Novembro de 1973, na remodelação do Governo poucos meses depois de demitido o general Spínola na Guiné e substituído o general Kaulza em Moçambique, entregou a civis as pastas do «Ultramar» e da «Defesa». Logo depois, em Dezembro, durante a visita do novo Ministro do Ultramar a Moçambique, anunciou-se o propósito de criar uma «Comunidade Lusíada» composta por «Estados federados amplamente autónomos». Intensificaram-se ao mesmo tempo as tentativas de criar grupos fantoches ao serviço dos colonialistas com a intenção de se prepararem para aparecer como «interlocutores» em futuras «negociações» sobre a «autodeterminação».

Fazendo crer que começava o processo de uma solução política e da «descolonização», o governo procurava provocar hesitações e divisões nos movimentos de libertação, travar a luta do povo português, enganar a opinião pública internacional e dar aos governos francês, inglês, oeste-alemão e outros, muito activos na ajuda ao colonialismo português, uma cobertura para se justificarem ante os protestos dos povos respectivos.

O PCP desmascarou esta como todas as outras manobras do fascismo e do colonialismo, alertando contra ilusões de que poderia tratar-se de uma «solução política realista» e do começo da «descolonização» (Nota do Secretariado do CC do PCP de Janeiro de 1974) (21).

Embora obrigado a manobrar e a esconder a natureza da sua política, o governo de Marcelo Caetano, até ser derrubado em 25 de Abril, manteve sempre a mesma linha fundamental de defesa do colonialismo e de guerra colonial, que agravava dia a dia as contradições e dificuldades do regime.

A crise do regime manifestava-se, em terceiro lugar, no seu crescente isolamento interno.

A manobra «liberalizante» de M. Caetano (22) visava alargar a sua base de apoio, dividir a oposição, atrair os sectores mais vacilantes. E eis que o contrário se dá: os elementos mais vacilantes do regime deslocam-se no sentido da Oposição e surgem conflitos e divisões no campo do fascismo.

Nas forças armadas, na própria hierarquia militar, surgem divergências, conflitos, rivalidades e finalmente tendências diferenciadas acerca da saída para as dificuldades. Apesar de todas as suas limitações, o livro do

general Spínola, Portugal e o Futuro, editado em Fevereiro de 1974, apontando para a necessidade de pôr fim à guerra e de encontrar uma solução política, teve na época uma grande e positiva repercussão, contribuindo para reforçar a corrente contrária a M. Caetano.

Na Assembleia Nacional forma-se uma corrente «diferenciada e discordante» que, embora tendo em vista a manutenção do poder das classes dominantes, considerava necessário para garanti-lo uma plataforma liberalizante (grupo Sá Carneiro) com abrandamento dos métodos fascistas. Não tendo chegado nunca a passar para a Oposição democrática, esta corrente foi entretanto um factor de enfraquecimento do regime.

A Igreja católica, comprometida durante longos anos com o regime fascista, começa a tomar distâncias em relação à ditadura fascista e à guerra colonial, particularmente depois da substituição do cardeal Cerejeira pelo cardeal António Ribeiro. Em Moçambique, entre muitas outras atitudes, o bispo de Nampula e dezenas de padres e missionários manifestam abertamente a sua oposição à política colonial do governo.

Estas divergências e conflitos internos abalam profundamente a força do regime fascista.

A crise do regime manifestava-se, em quarto lugar, no crescente isolamento internacional.

Apesar do apoio e ajuda que, para a sua política de repressão interna e de guerra colonial, a ditadura fascista recebeu sempre da parte dos grandes países imperialistas (Estados Unidos, França, Grã-Bretanha, RFA e outros), era cada vez mais viva a sua condenação pela opinião pública internacional e aumentava progressivamente o número de Estados que tomavam firme posição condenatória.

Na ONU sucedem-se as votações contra o colonialismo português. Em numerosos organismos internacionais são expulsos os representantes do governo fascista e admitidos os representantes dos movimentos de libertação. Países africanos e asiáticos cortam as relações com Portugal. Os países socialistas, os países do chamado «Terceiro Mundo» e mesmo países europeus ajudam materialmente os movimentos de libertação e condenam severamente o governo fascista e colonialista. A viagem de M. Caetano a Inglaterra no Verão de 1973, com a qual contava revitalizar os apoios internacionais à sua política, termina por um fracasso, confirmando o descrédito e o crescente isolamento internacional do regime fascista e colonialista.

A manobra «liberalizante» de Marcelo Caetano e o seu clamoroso fracasso constituiu, a partir de 1968, uma expressão e um factor do agravamento da crise do regime fascista.

Reunido no próprio momento em que M. Caetano, tendo constituído governo, anunciava a manobra, o CC do PCP desmascarou os seus objectivos: alargar as bases de apoio do regime, semear ilusões de que a camarilha

fascista podia, ela própria, imprimir um novo rumo à vida nacional, atrair os sectores mais vacilantes da Oposição, isolar o PCP e outras forças de esquerda, refrear o descontentamento, fomentar a inércia e a expectativa das massas, impedir a súbita agudização da luta de classes, alargar os apoios internacionais. O CC insistiu em que «o fim do fascismo não pode resultar da acção daqueles mesmos que o querem salvar» e, apelando para uma posição firme contra a manobra fascista, indicava a necessidade de aproveitar audaciosamente a nova situação para quebrar o imobilismo político, imprimir um novo curso à vida política e impulsionar a luta popular de massas.

Nesse mesmo momento, o CC do PCP reafirmou como «objectivo político fundamental da actual etapa: a subida ao poder de um Governo Provisório, cuja tarefa central será instaurar as liberdades democráticas e a realização de eleições livres para uma Assembleia Constituinte» (Avante!, Outubro-Novembro de 1968) ⁽²³⁾.

Os acontecimentos iriam comprovar serem justas a posição e a orientação do PCP.

A manobra «liberalizante» de M. Caetano traduzia claramente o agravamento da crise do regime odiado pelo povo português e internacionalmente desacreditado, forçado desesperadamente a encobrir a sua verdadeira natureza.

Nada mudou no fundamental. M. Caetano anunciou «tolerância de ideias» e «liberdades», mas limitava-as àqueles que estivessem prontos a «colaborar com o governo». Anunciou a «liberalização» da vida sindical e logo fez aprovar decretos e normas que dificultaram ainda mais a acção dos trabalhadores nos sindicatos. Anunciou a liquidação da PIDE, mas a única coisa que fez foi pôr-lhe o novo nome de DGS. Anunciou a «autonomia política» das colónias e mais tarde mudou o nome de «províncias ultramarinas» pelo nome de «Estados», mas intensificou a guerra e levou ainda mais longe a política de agressão em África (provocações contra a Guiné-Conacry, Senegal e Zâmbia) e o terrorismo (assassinio de Amílcar Cabral).

Os socialistas tomaram em relação à manobra caetanista uma posição tipicamente oportunista ⁽²⁴⁾. Se já antes chamavam a M. Caetano um «fascista de esquerda» (sic), entraram logo em conversação com os homens da ANP (Melo e Castro). Chamaram à manobra «um raio de luz» ⁽²⁵⁾ que «abre um horizonte cheio de esperança para o nosso povo» (Portugal Socialista, Outubro de 1968). Elogiaram um «clima novo, de renovação e de esperança» que «só pode merecer aplauso» (À Nação, Dezembro de 1968). Consideravam que a política de Caetano é «a única possível», «uma saída pacífica», uma «transição inteligente e gradual» (ibid. ⁽²⁶⁾). Mário Soares afirmava «compreender bem» as «dificuldades ciclópicas» de Caetano (entrevista a Raul Rego: Escritos Políticos) ⁽²⁷⁾, e à pergunta se estaria a Oposição disposta a colaborar com a governo fez «ressalvas» à palavra «colaborar» pelo seu sentido pejorativo, mas fora isso respondeu «sem equívocos que sim» (ibid.) ⁽²⁸⁾.

Os socialistas de direita aconselhavam a cessação das actividades clandestinas e da luta popular por «assustarem os liberalizantes» e por

«prejudicarem a liberalização». Recusavam acções unitárias com o mesmo pretexto. Correspondendo às ofertas do Governo de possibilidades de acção numa base anticomunista, logo declararam a sua condenação do «socialismo totalitário» (À Nação), como prato de lentilhas para alcançarem uma legalidade preferencial. Nas «eleições» de 1969, com o mesmo objectivo e a mesma esperança, romperam a unidade e formaram, em oposição às CDE, comissões divisionistas (CEUD), que afinal, na burla «eleitoral», acabaram por obter no conjunto menos de metade dos votos da CDE e em Lisboa pouco mais de um terço.

O radicalismo esquerdista, pela sua parte, deu à manobra fascista uma interpretação semelhante à dos oportunistas de direita. Para eles, o fascismo acabara. O fascismo estaria concedendo a liberdade sindical e tentando instaurar um «sistema parlamentar» ⁽²⁹⁾.

A classe operária, as forças democráticas, responderam à demagogia com a luta de massas e obtiveram importantes êxitos. O regime fascista não conseguiu nenhum dos objectivos a que se propusera: nem o alargamento da sua base de apoio, nem a paralisação da luta popular, nem a divisão dos democratas, nem o isolamento do PCP, nem mais vastos apoios internacionais.

A manobra «liberalizante» de M. Caetano, com o seu fracasso, ainda mais enterrou o regime nas suas contradições, nas suas dificuldades, na sua crise.

Combatendo o oportunismo que conduzia à ideia da queda automática do fascismo, desmascarando aqueles que a esperavam de braços cruzados — o PCP sublinhou com insistência que o regime jamais cairia de podre.

O PCP insistiu ao longo dos anos que só a luta popular de massas poderia abrir caminho para o derrubamento do fascismo e que para derrubar o fascismo seria necessário o emprego da força, popular e militar.

4. O ascenso da luta popular

Nos últimos anos da ditadura, a luta do povo português contra o fascismo e a guerra colonial tornou-se um poderoso movimento nacional de massas, abrangendo praticamente todas as classes e camadas antimonopolistas e todos os sectores da vida nacional ⁽³⁰⁾.

A aliança social contra o poder dos monopólios e dos agrários traduzia-se no avanço convergente da luta em todas as zonas da vida económica e social do País.

Nos últimos meses de 1973 e nos primeiros de 1974, antecedendo imediatamente o 25 de Abril, o movimento popular de massas desenvolvia-se impetuosamente em todas as frentes.

A primeira grande frente da luta popular contra a ditadura foi o movimento operário.

A classe operária intervinha como vanguarda em toda a luta antifascista, em todo o processo da luta popular, adquirindo particular relevo a luta reivindicativa nas empresas e o movimento sindical.

A luta reivindicativa foi ao longo dos anos do fascismo uma das formas essenciais, não só da defesa dos interesses imediatos dos trabalhadores, mas do combate à ditadura.

É para dirigirem e conduzirem a luta que são formadas as Comissões de Unidade, comissões unitárias de trabalhadores, muitas vezes eleitas nas empresas, que, desde 1943, adquiriram um papel decisivo na organização e na luta da classe operária ⁽³¹⁾. Formaram-se muitas centenas (milhares através dos anos) de Comissões de Empresa. Desenvolveram-se constantemente milhares e milhares de lutas, com reclamações, concentrações, paralisações, greves e manifestações.

A repressão caía violentamente sobre o movimento operário e sobre o seu Partido. Nunca porém o fascismo conseguiu liquidar e abafar a organização e a luta dos trabalhadores.

Grandes greves dos operários industriais, dos transportes, dos empregados, dos pescadores, dos trabalhadores agrícolas — algumas das quais ficaram gravadas como feitos heróicos na história do movimento operário — exerceram profunda influência no processo revolucionário. Tomando apenas os últimos anos da ditadura, as greves de 1969, dando uma primeira grande resposta de massas à manobra «liberalizante» de M. Caetano ⁽³²⁾, as greves de 1973, intervindo como poderoso factor de dinamização política para a batalha em torno da mascarada «eleitoral» que se aproximava, e finalmente a vaga de greves nos meses que antecederam o 25 de Abril, tiveram um papel de primacial importância para o agravamento das dificuldades do regime, o aprofundamento da sua crise, e finalmente o seu derrubamento.

Assim como o surto de greves e as outras lutas operárias na primeira metade de 1973 deram decisivo impulso ao movimento democrático, da mesma forma a grande campanha política de massas realizada quando das «eleições» deu novo impulso à luta dos trabalhadores nas empresas, nos sindicatos e nos campos.

De Outubro de 1973 até ao 25 de Abril, além de muitas centenas de pequenas lutas nas empresas, mais de 100 000 trabalhadores dos centros industriais e milhares de trabalhadores agrícolas do Alentejo e Ribatejo participaram numa vaga de greves que vibrou golpes repetidos, incessantes e vigorosos no abalado edifício do regime fascista.

Também a luta que se desenvolvera no seio dos sindicatos fascistas se tornara nos últimos anos da ditadura um movimento sindical independente e organizado, com a participação de numerosos sindicatos libertados das direcções dos laiaios ao serviço do patronato e do governo.

A luta nos sindicatos fascistas, pela sua transformação em instrumentos de defesa dos interesses de classe, constituiu, ao longo de mais de 30 anos, uma luta heróica dos trabalhadores, que conseguiram, com a sua unidade

e determinação, desenvolver grandes acções de massas, realizar concentrações, defender em muitos casos com êxito os seus interesses e expulsar de muitas dezenas de sindicatos as direcções de lacaios do patronato e do governo, colocando em seu lugar homens e mulheres da sua confiança.

A orientação do Partido relativa à actividade nos sindicatos fascistas revelou-se inteiramente justa. Foi o trabalho prolongado e difícil ao longo dos anos, os quadros nele forjados, a rica experiência adquirida, que permitiram, quando da manobra «liberalizante» de M. Caetano, voltar a demagogia contra a ditadura, lançar uma nova ofensiva sindical, desencadear um poderoso movimento de massas, realizar assembleias com um total de centenas de milhares de trabalhadores, vencer obstáculos, manobras e medidas repressivas, conquistar numerosas direcções sindicais e finalmente criar estruturas coordenadoras do movimento sindical ⁽³³⁾.

Também neste caso se revelou a influência recíproca do movimento operário e do movimento democrático. Assim como o movimento democrático recebeu, em 1969, o impulso dado directamente pelos trabalhadores através dos «grupos socioprofissionais» da CDE, assim estas actividades, em que se encontravam e coordenavam a acção política representantes de muitos diversos sectores profissionais, criaram condições favoráveis para a coordenação de acção que se desenvolvia em numerosos sindicatos.

É em 28 de Setembro de 1970 que representantes das direcções de quatro sindicatos de Lisboa (metalúrgicos, lanifícios, bancários e caixeiros) se reúnem e decidem (por ofício com data de 1-10-70) convocar outros sindicatos para uma reunião conjunta, que viria a realizar-se em 11 de Outubro com representantes de 13 sindicatos. A data do ofício, primeiro acto público e aberto de acção coordenada dos sindicatos, é considerada a data da fundação da Intersindical.

Nos oito meses que se seguiram, tiveram lugar treze reuniões da Intersindical com uma participação que varia do mínimo de 13 sindicatos (13-12-70) ao máximo de 47 (13-6-71).

O movimento sindical apontava então três linhas mestras de orientação: a liberdade e independência das organizações de classe em relação ao governo, a democracia interna e a unidade do movimento sindical («Documento dos 21», 21-3-71). Defendia também o direito à greve, o que era, na altura, um acto de coragem.

O governo passou à acção repressiva, publicou decretos modificando a vida interna dos sindicatos, declarou que a Inter era ilegal, procurou impedir com grande aparato policial que as reuniões se efectuassem, suspendeu e demitiu direcções sindicais, estabeleceu a censura prévia nos boletins internos, destruiu as sedes e encerrou os sindicatos dos bancários (que então desempenhavam importante papel), procedeu a buscas e prisões.

Não conseguiu porém o seu objectivo. Grandes manifestações responderam às medidas repressivas. E embora escolhendo desde então novas formas de trabalho, a acção da Inter e de sindicatos continuou sem interrupção. Foi apresentada no Congresso da Previdência organizado pelo governo

fascista a célebre «Tese dos Sindicatos». Foi lançada uma grande campanha pelo salário mínimo nacional. Desenvolveram-se muitas iniciativas e acções de massas contra o patronato, contra a política sindical fascista, contra o governo. Quando surge o 25 de Abril, o número de associados nos sindicatos participantes na Inter elevava-se a meio milhão.

É toda esta luta no tempo do fascismo que explica como, após o derrubamento da ditadura, o movimento sindical aparece logo, poderoso e organizado, em condições de defender os interesses dos trabalhadores e de desempenhar um papel de primeiro plano na luta contra os monopólios e agrários e na democratização da vida nacional.

O PPD e outros partidos reacconários acusam o PCP de ter levado a cabo «o assalto dos sindicatos» (PPD, «Manifesto Eleitoral», Madeira). Com tal acusação traduzem bem o seu pensamento: que gostariam que os sindicatos tivessem continuado a ser os sindicatos fascistas, dirigidos por lacaios do patronato e da reacção. Na verdade, o movimento operário, e com ele o PCP, tomaram de «assalto» os sindicatos fascistas já no próprio tempo do fascismo e transformaram os sindicatos naquilo que sempre deviam ter sido: organizações de classe dos trabalhadores para defesa dos seus interesses e direitos.

Os dirigentes do movimento sindical actual, designadamente da Intersindical, vêm do tempo do fascismo, das condições em que a luta em defesa dos interesses dos trabalhadores nos sindicatos era paga com perseguições, prisões e por vezes com a vida. A isso e à sua acção posterior ao 25 de Abril se deve a confiança de que gozam entre os trabalhadores ⁽³⁴⁾.

A segunda frente da luta popular contra a ditadura foi o movimento democrático.

As formas de organização e métodos de acção de massas do movimento democrático português são um exemplo brilhante da associação do trabalho legal e do trabalho clandestino nas condições duma ditadura fascista.

Mantendo sempre uma grande firmeza política e de objectivos, o movimento democrático, aproveitando as mais pequenas e condicionais possibilidades de actuação legal e semilegal, soube encontrar formas de organização e de acção que lhe permitiram esclarecer amplos sectores e desencadear poderosos movimentos de massas.

O movimento democrático avançou e conquistou êxitos notáveis, na medida em que combateu tanto as tendências oportunistas de direita, que defendiam um legalismo que tendia ao colaboracionismo, como o aventureirismo esquerdista e o verbalismo estéril, tendentes a isolar a vanguarda, a desprezar o trabalho de massas, a dividir e a paralisar a organização e a luta popular.

A justa orientação do movimento democrático permitiu desencadear poderosas campanhas e movimentos com objectivos políticos muito concretos. Voltando contra o regime a demagogia do caetanismo, o movimento democrático desenvolveu amplas estruturas orgânicas, alargou o colete-de-forças imposto pela ditadura, saltou por cima das interdições

fascistas, resistiu à repressão e conseguiu mobilizar massas e desenvolver uma ampla actividade política.

Abaixo-assinados subscritos por dezenas de milhares de democratas conferências, colóquios, mesas-redondas atraíram sectores cada vez mais largos à discussão dos problemas e à luta por objectivos concretos.

Tanto no movimento democrático CDE, como nos movimentos autónomos (Comissão Nacional de Socorro aos Presos Políticos ⁽³⁵⁾ e outros), as Comissões chegaram a ter centenas de membros. Assembleias e Encontros regionais e nacionais, unificando a acção, deram grande capacidade de intervenção na vida política através de acções e campanhas de massas com grande projecção nos últimos anos do fascismo ⁽³⁶⁾.

O Congresso de Aveiro (realizado de 4/8-4-1973), com uma Comissão Nacional de 50 membros, 200 teses apresentadas, das quais metade elaboradas colectivamente, e mais de 1500 participantes, constituiu uma valiosa iniciativa que culminou, no último dia, com uma grande manifestação, brutalmente reprimida ⁽³⁷⁾.

A grande campanha política por altura das «eleições» para a Assembleia Nacional fascista (28-10-1973), tendo como reclamações fundamentais as liberdades, o fim da guerra colonial, a luta contra a carestia de vida, foi uma vigorosa afirmação de unidade, combatividade e apoio popular do movimento democrático, tendo indiscutivelmente na sua vanguarda a classe operária e o Partido Comunista Português.

O governo procurou impedir o desenvolvimento da campanha fazendo prender e espancar candidatos da Oposição Democrática, membros das Comissões Eleitorais, democratas, trabalhadores e jovens, fazendo assaltar e roubar sedes da Oposição, interrompendo sessões e comícios com forças repressivas armadas de metralhadoras, proibindo a entrada a menores de 21 anos, impedindo quem quer que fosse além dos candidatos de falar, interrompendo intervenções e discursos por agentes da «autoridade» presentes nas sessões.

Apesar dessas medidas, a campanha confirmou a organização, a vitalidade e a combatividade do movimento democrático. Mais de 40 sedes foram abertas em poucos dias. Mais de 150 comícios foram realizados com a participação de centenas de milhares de portugueses. Milhões de exemplares de documentos foram impressos e distribuídos. Para finalizar, como protesto contra a burla eleitoral, tiveram lugar grandes manifestações de rua no Porto, Lisboa, Coimbra, Barreiro, Marinha Grande, Leiria e noutras localidades.

A acção popular revelou o total eclipse da burguesia liberal, evoluindo rapidamente para um compromisso com a reacção, um apagamento da iniciativa do sector socialista, apesar de uma evolução política favorável encorajada pelo encontro e comunicado comum do PCP-PS em Setembro de 1973 ⁽³⁸⁾, e o papel determinante do PCP como vanguarda e força dinamizadora do movimento popular ⁽³⁹⁾.

A seis meses do 25 de Abril, o quadro político português traduzia já as posições fundamentais que se revelariam logo após o derrubamento do fascismo.

A terceira grande frente de luta popular contra a ditadura foi o movimento juvenil.

A juventude teve um papel de extraordinário destaque na luta contra a ditadura fascista. Os jovens (trabalhadores e estudantes) estiveram sempre nas primeiras linhas em todas as frentes da luta política, económica e cultural, na agitação clandestina, nas manifestações de rua, nas actividades de maior perigo. A juventude aparece com destacado papel nos movimentos e acções de carácter internacionalista, como a solidariedade para com o povo do Vietname e para com os povos em luta contra o colonialismo português.

Na campanha democrática quando da burla «eleitoral» de Outubro de 1973, a juventude teve um papel de primeiro plano. A juventude trabalhadora realizou comícios, trabalho de propaganda, abaixo-assinados com milhares de assinaturas, reuniões, convívios e encontros e duas campanhas: pelos direitos dos jovens na situação pré-militar e pelo voto ao 18 anos. Os estudantes, pelo seu lado, formaram uma rede de Comissões Democráticas de Estudantes, organizaram «bancas», colóquios, debates, fizeram intensa agitação, integraram-se aos milhares nas estruturas do movimento democrático e nas suas iniciativas.

Na vanguarda da juventude, em organizações cujos métodos variaram com as condições objectivas, encontrou-se a heróica juventude comunista, que assinalou a luta contra o fascismo e o colonialismo com admiráveis provas de combatividade, dedicação e espírito de generosidade e sacrifício.

Nos últimos anos da ditadura, a luta da juventude caracterizou-se sobretudo pela gestação de um amplo movimento de massas da juventude trabalhadora, pela continuação do vigoroso movimento dos estudantes e pela indomável resistência de toda a juventude contra a guerra colonial.

A juventude trabalhadora, conduzida pelo MJT, a par da luta nas empresas, nos sindicatos e escolas técnicas, em defesa dos seus interesses específicos contra o fascismo, realizou frequentes iniciativas de convívio e de confraternização que constituíram uma alavanca da unidade e da organização. Alguns encontros ficaram marcados pela entusiástica participação de muitas centenas de jovens trabalhadores e pela repressão brutal das forças repressivas ⁽⁴⁰⁾.

O movimento dos estudantes, tendo como base principal as associações e como vanguarda a União dos Estudantes Comunistas (UEC), ganhava um destacado papel na luta contra a ditadura e contra a guerra colonial, apesar da acção desagregadora de grupos esquerdistas. A violenta repressão, encerrando associações, dissolvendo com brutalidade reuniões, criando uma polícia escolar privativa, incorporando compulsivamente estudantes nas forças armadas, não conseguiu abafar o movimento, que, depois de cada vaga repressiva, retomava a sua dinâmica em Reuniões Gerais de Alunos (RGA), plenários, assembleias e greves ⁽⁴¹⁾.

A quarta grande frente da luta popular foi a das classes e camadas médias.

É característico dos últimos tempos da ditadura o desenvolvimento simultâneo da luta nas várias frentes e a crescente participação das classes e camadas antimonopolistas.

Os intelectuais, ao longo de quase meio século de opressão, constituíram sempre uma força da Oposição, participando activamente no movimento democrático e desenvolvendo toda uma acção cultural e de criação literária e artística contra o fascismo ⁽⁴²⁾.

Nos últimos tempos da ditadura, as acções dos intelectuais haviam-se intensificado. A criação da Associação Portuguesa de Escritores ⁽⁴³⁾ e os grandes movimentos dos professores do ensino secundário e dos médicos, com grandes assembleias, concentrações e greves, mostraram bem a oposição tenaz ao regime.

No que respeita a outras classes e camadas, depois de muitos anos de relativa estagnação, nota-se nos últimos anos do regime a multiplicação de explosões de descontentamento, esforços de organização e lutas conduzidas com determinação e com êxito.

Os pequenos e médios agricultores, embora em âmbitos regionais limitados, empreendem corajosamente a luta pela restituição dos baldios, contra o corte das vinhas americanas, contra o pagamento de taxas e por outras reivindicações. Graças à sua unidade e combatividade, conseguem em alguns casos (região do Vouga e de Viseu) êxitos notáveis.

Os comerciantes, atingidos também pela expansão dos supermercados e pelos grandes armazéns dos grupos monopolistas, começam a movimentar-se.

Nas cooperativas, apesar da repressão, desenvolve-se um movimento progressista e aprofunda-se a influência democrática.

As lutas em defesa dos interesses das populações expressam-se também com os objectivos mais diversos e pelas formas mais variadas. Tem lugar uma campanha contra o aumento das rendas de casa nas cidades de Lisboa e Porto. Em linhas ferroviárias suburbanas, a população, como protesto contra o mau serviço, deixa de pagar bilhetes (Vila Franca). São tomadas iniciativas de massas contra a poluição (Barreiro) e para resolver problemas de sanidade, abastecimento de águas e outros.

Em todos os sectores da vida social, o povo português passara à ofensiva contra a exploração e a opressão fascistas, pelas liberdades e pela solução dos seus problemas vitais ⁽⁴⁴⁾.

Na situação portuguesa pesava de forma crescente a guerra colonial com todas as suas consequências. Os efeitos da guerra sentiam-se na vida económica, social e política e na situação nas próprias forças armadas. A situação foi-se agravando ainda mais na medida em que os movimentos de libertação da Guiné-Bissau, Moçambique e Angola alcançaram sérios êxitos na luta armada.

Por isso, nos últimos tempos do fascismo, o movimento contra a guerra colonial e as lutas nas forças armadas tornam-se um dos centros de polarização de descontentamento e de energias e adquirem uma importância cada vez maior.

É a quinta grande frente da luta popular contra a ditadura que acabará por ser determinante para lhe pôr fim.

5. A luta contra a guerra colonial e nas forças armadas

A luta contra a guerra colonial e pelo reconhecimento do direito dos povos submetidos ao colonialismo português à completa e imediata independência tornou-se nos últimos anos do fascismo um vigoroso movimento nacional.

Adquirindo crescente amplitude e tomando variadas formas, essa luta travava-se em três frentes principais: a acção política, a resistência nas forças armadas e acções contra o aparelho militar colonialista.

A acção política envolvia sectores cada vez mais amplos.

Se, durante muitos anos, o PCP esteve praticamente só na sua posição anticolonialista, nos últimos tempos do fascismo muitos outros sectores pronunciavam-se contra a guerra e por uma «solução política»⁽⁴⁵⁾.

Durante anos, a questão colonial criou dificuldades reais à unidade das forças antifascistas, porque, ao contrário do PCP, as correntes republicanas, liberais e socialistas defendiam posições colonialistas ou neocolonialistas. O PCP teve por isso sérios confrontos com outros sectores da Oposição.

Primeiro com a burguesia liberal que, junto com socialistas, no seu «Programa para a Democratização da República» (31-1-1961), incluía a plataforma de uma política neocolonialista, com conceitos de «integração» e de defesa da «soberania» portuguesa nessas «parcelas do território nacional»⁽⁴⁶⁾...

Depois com os socialistas. Em 1966, Mário Soares defendia «uma consulta directa às populações interessadas» e, em Portugal, um «referendo sobre política ultramarina» para que o povo português decidisse se aceitava ou não a «autodeterminação» (Mário Soares, «Projecto de Exposição ao Presidente da República a propósito dos 40 Anos do Estado Novo», em Escritos Políticos⁽⁴⁷⁾). Em 1969, Mário Soares e os seus amigos opunham-se a que o movimento democrático abordasse a questão da guerra colonial, defendiam a fórmula «não ao abandono, não à guerra» e a «autonomia progressiva» (Sousa Tavares à Vida Mundial, 3-10-1969), e negavam-se, em conferências internacionais, a assinar documentos em que figurasse o reconhecimento do direito dos povos das colónias portuguesas à completa e imediata independência (Conferência de solidariedade à luta dos povos das colónias portuguesas, Roma, 27/29-6-1970)⁽⁴⁸⁾.

Estas divergências mantiveram-se sempre vivas no tempo do fascismo, embora nos últimos tempos alguns sectores tenham evoluído. Assim, o Partido Socialista (PS), formado em Maio de 1973 na base da Acção Socialista Portuguesa (ASP), declarou-se «radicalmente anticolonialista»

e pelo «direito à autodeterminação». Em Setembro de 1973, num encontro de delegações do PCP e do PS, este acabou por subscrever o comunicado em que se afirma o objectivo do «fim da guerra colonial e negociações com vistas à independência completa e imediata dos povos de Angola, Guiné-Bissau e Moçambique» ⁽³⁸⁾.

O movimento de opinião anticolonialista foi ganhando sectores cada vez mais amplos, sendo de sublinhar a activa participação dos católicos, incluindo sacerdotes, e a evolução nos últimos tempos, num sentido positivo embora hesitante, das posições da Igreja ⁽⁴⁹⁾, como atrás foi referido.

Os grupos esquerdistas, manifestando-se contra a guerra colonial e contra o colonialismo, conduziam entretanto uma acção divisionista, desagregadora e provocatória nesta frente de luta ⁽²⁰⁾.

Apesar dessas dificuldades, o movimento de opinião contra a guerra colonial tornara-se um grande e poderoso movimento. Arrostando a repressão que se abatia (com perseguições e prisões) sobre os anticolonialistas, os protestos contra a guerra colonial e contra a política colonialista haviam-se transformado numa das principais frentes de luta contra a ditadura.

A exigência do fim da guerra colonial, da abertura de negociações, do reconhecimento do direito à independência imediata e completa dos países submetidos ao colonialismo português, tornaram-se consignas centrais da acção política de massas, aparecendo com vigor em assembleias, manifestações de rua, reuniões, conferências, colóquios e nas mais variadas iniciativas políticas.

Quando da mascarada «eleitoral» para a Assembleia Nacional em Outubro de 1973, as forças democráticas, contra o parecer de oportunistas receosos da repressão, aproveitaram as possibilidades momentaneamente abertas para desencadear uma vigorosa campanha contra a guerra colonial e o colonialismo.

O governo foi a pontos de proibir que se discutisse a questão colonial. Em vários comícios, as autoridades presentes chegaram ao ridículo de pegar no microfone para dizer que os discursos que estavam a ser pronunciados não podiam continuar por abordarem matéria interdita. Mas saltando por cima de todas as proibições, a exigência do fim da guerra colonial e do reconhecimento do direito dos povos da Guiné-Bissau, Moçambique e Angola à completa e imediata independência tornaram-se uma direcção política fundamental da campanha democrática.

O trabalho de propaganda e agitação do Partido (imprensa clandestina, Rádio Portugal Livre, manifestos, tarjetas, inscrições) teve um papel de primeiro plano na formação e desenvolvimento deste movimento de opinião. As consignas anticolonialistas acompanhavam sistematicamente todas as reivindicações políticas e económicas, como objectivos inseparáveis de todos os outros grandes objectivos da luta antifascista.

Correspondendo à acção política, multiplicam-se as acções de resistência no seio das próprias forças armadas.

Nunca numa guerra colonial o número de desertores e refractários atingiu uma cifra comparável à registada em Portugal. Segundo alguns cálculos, o número de refractários chegou a atingir quase um terço dos mancebos em idade militar. Na grande corrente emigratória, um forte contingente era de jovens fugindo ao serviço militar e à guerra.

Embora colocando aos seus militantes a obrigação de permanecerem nas forças armadas (em Portugal e em África) para aí conduzirem uma actividade revolucionária⁽⁵⁰⁾, o PCP considerou o movimento de deserções como um grande movimento de resistência contra a guerra colonial e o colonialismo.

A par das deserções, as manifestações de resistência nas forças armadas adquiriram um carácter cada vez mais frequente e maciço.

Dada a violenta repressão, era extraordinariamente difícil a resistência aberta contra a guerra. Entretanto muitas acções se verificaram. Tal o caso de actos de insubordinação e pequenos motins quando eram anunciados embarques para África (RI de Setúbal, Santa Margarida), vaias a discursos de oficiais fascistas, actos de indisciplina (Escola de Sargentos de Tavira, RA de Penafiel), protestos contra a violência e insegurança dos exercícios (EPI de Maфра), greve de serviços como protesto contra agressões (RA de Cascais), inscrições, palestras, canções, etc.

Mesmo em África, atitudes de resistência passiva, pequenos actos de sabotagem, cumprimento simulado de instruções e mesmo casos de «greve militar» expressaram o descontentamento profundo e o protesto contra uma guerra criminosa contrária aos interesses do próprio povo português.

O movimento de recusa a prestar juramento e a levantar o braço, a partir do exemplo de 500 soldados cadetes da EPI de Maфра em Setembro de 1971, tornou-se também em repetidos casos (RAL de Leiria, EPA de Vendas Novas, Arsenal da Marinha, etc.), uma forma de protesto contra a preparação e mobilização para a guerra colonial.

A resistência contra a guerra colonial nas forças armadas, que foi durante algum tempo a expressão quase única de protesto, acabou por inserir-se num descontentamento muito mais generalizado, não apenas contra a guerra, mas contra o regime fascista por ela responsável.

A luta nas forças armadas contra a ditadura, embora por formas muito diversas, desenvolveu-se rapidamente. Nos últimos anos do fascismo, mesmo as lutas por reivindicações imediatas (como alimentação ou melhor tratamento) facilmente se transformavam em acções de protesto com conteúdo político, como sucedeu com levantamentos de rancho de 1200 militares do curso de Sargentos Milicianos de Tavira, de 1000 marinheiros da Escola de Fuzileiros e em muitos outros.

Um balanço feito na época, na base de informações directas das organizações militares do PCP, acusou nos anos de 1972-1973 a realização de acções em mais de 50 quartéis e outras unidades militares, dos quais 5 regimentos de infantaria, 6 de artilharia, 4 bases aéreas, 6 unidades da Marinha, 8 escolas militares, 3 hospitais militares e outras instalações.

Todas estas acções traduziam a rápida tomada de consciência revolucionária nas forças armadas e enfraqueciam dia a dia a eficácia, a disciplina e a vontade de combate dos exércitos colonialistas.

Em 1973 (apesar da vigilância, da espionagem interna, da repressão, das buscas, dos castigos, processos e prisões) as lutas, as contradições, os conflitos de opinião no seio das forças armadas atingem novo nível e novas expressões.

Entre os oficiais do quadro desenvolve-se um movimento que toma rapidamente grande amplitude e vigor. O protesto com 150 assinaturas de oficiais da Marinha contra a busca pela PIDE na casa de um camarada seu, o pedido de cadetes da Escola Naval para assistirem ao Congresso da Oposição em Aveiro ⁽⁵¹⁾, o protesto de centenas de oficiais contra a realização do «Congresso dos Antigos Combatentes do Ultramar» promovido por fascistas e colonialistas, contam-se entre as primeiras grandes atitudes políticas que acusam uma mudança radical da situação nos oficiais do quadro ⁽⁵²⁾.

É nesta situação e neste ambiente que toma corpo o «movimento dos capitães» (o Movimento das Forças Armadas). Embora heterogéneo na sua composição política e sofrendo por isso desde o início muitas contradições internas, o «movimento dos capitães», colhendo a experiência de luta do movimento antifascista, toma desde início formas democráticas de discussão e decisão, traduz-se em grandes reuniões e assembleias que o governo fascista foi impotente para estancar, e nele vai germinar o projecto político e a determinação que lhe dão um lugar imperecível na história do nosso povo, pelo papel determinante que assumiu no derrubamento da ditadura fascista.

O «movimento dos capitães» traduz, nas forças armadas, a tomada de consciência do povo português da necessidade do fim da guerra e da pronta liquidação do fascismo. As forças armadas, que haviam sido durante quase meio século o principal apoio do fascismo, tornaram-se dia a dia um apoio cada vez mais condicional e incerto. Ganhos para a causa da revolução democrática, acabaram por vibrar o golpe mortal na ditadura.

A radicalização da luta contra a guerra colonial e o colonialismo teve ainda expressão nas acções armadas dirigidas directamente contra o aparelho militar colonialista.

A Acção Revolucionária Armada (ARA), cuja actividade foi apoiada pelo Partido, começou as suas actividades em 26 de Outubro de 1970 com a sabotagem e imobilização no porto de Lisboa do navio Cunene, utilizado para transportes militares. A partir daí a ARA realizou uma série de outras acções: destruição de equipamentos no cais de embarque (21-11-1970) ⁽⁵³⁾, destruição de helicópteros e aviões na Base de Tancos (8-3-1971), interrupção de comunicações internacionais quando de uma reunião da NATO em Lisboa (4-6-1971) ⁽⁵⁴⁾, destruição do QG do Comiberlant na véspera da inauguração (27-10-1971), nova destruição de equipamento militar prestes a embarcar (12-1-1972), etc. Estas acções, interpretando os sentimentos de indignação contra a guerra colonial, despertaram entusiasmo na população.

As acções da ARA mostraram a vulnerabilidade do Estado fascista, apesar de todo o seu aparelho repressivo. Criaram, pelos desgastes materiais e o choque psicológico, dificuldades à guerra colonial. Estimularam a luta anticolonialista e antifascista em geral.

Em Maio de 1973, a ARA anunciou uma «pausa temporária» das acções armadas. Essa decisão foi justa e facilitou, no decurso de 1973 e primeiros meses de 1974, o desenvolvimento da luta de massas na conjuntura política então existente ⁽⁵⁵⁾.

A heróica luta do povo português e dos militares revolucionários contra o fascismo, contra a guerra colonial e o colonialismo deu fundos golpes na política fascista e na estabilidade do Estado e do Governo e criou as condições para o derrubamento da ditadura fascista, as rápidas transformações democráticas que se seguiram e a participação decisiva do povo português e dos soldados, sargentos e oficiais progressistas no processo de descolonização.

As lutas que se desenvolviam nas forças armadas explicam largamente a receptibilidade e a pronta, entusiástica e geral adesão que os revolucionários do MFA receberam no momento crucial, em 25 de Abril de 1974, da parte dos soldados, marinheiros, sargentos e oficiais.

Ao longo dos anos o PCP sublinhou insistentemente que enquanto, com a exploração colonial, com os seus crimes, com a guerra, os fascistas e colonialistas desonravam o nome de Portugal, nós, os comunistas, com a nossa inquebrantável solidariedade para com os povos em luta contra o colonialismo, fomos os portadores dos interesses, da consciência e da honra da nação portuguesa ⁽⁵⁶⁾.

O PCP sublinhou insistentemente que a luta do povo português e a luta dos povos das colónias portuguesas eram estreitamente solidárias ⁽⁵⁷⁾. Assim como a luta do povo português constituía uma ajuda efectiva à luta de libertação dos povos submetidos ao colonialismo português, ajuda que veio a traduzir-se depois do 25 de Abril numa contribuição directa para apressar a conquista da independência, assim a luta dos povos das colónias portuguesas desferiu profundos golpes na ditadura fascista e colonialista, contribuiu para uma tomada de consciência e a disposição revolucionária nas forças armadas e constituiu uma ajuda poderosa à luta do povo português para pôr fim à ditadura fascista.

A questão colonial foi um dos factores essenciais para agravar a crise do regime fascista, para desenvolver o movimento revolucionário, para criar as condições necessárias para o derrubamento da ditadura ⁽⁵⁸⁾.

6. Aproximação da situação revolucionária

O agravamento das contradições e dificuldades do regime e o aprofundamento da sua crise interna, por um lado, e o vigoroso desenvolvimento

da luta popular contra a ditadura e contra a guerra, por outro, indicavam que se aproximava a passos rápidos e seguros uma situação revolucionária.

O regime fascista não era mais capaz de superar as contradições e sair das dificuldades a que a sua própria política o conduzia. Uma política de defesa pela violência dos interesses dos monopólios não podia já, nas condições criadas, impedir a degradação da situação económica e reconduzir à estabilidade financeira. A guerra colonial consumia os recursos económicos e humanos do país, multiplicava as dificuldades sociais, políticas e militares, abalava toda a vida nacional, mas o regime fascista pela sua própria natureza estava incapacitado de dar a única solução possível: o reconhecimento do direito dos povos à completa e imediata independência.

A capacidade de defesa do próprio regime enfraquecia com o seu progressivo isolamento social e político, com o descrédito e hostilidade internacional, com as divisões e conflitos internos, com a situação nas forças armadas, que deixavam de ser um instrumento dócil com que o regime pudesse contar.

Aproximava-se visivelmente o momento em que as classes dominantes e o seu governo deixariam de poder continuar a governar à maneira antiga.

Fazendo frente à política fascista, a luta popular, desenvolvendo-se em torno de objectivos concretos de carácter imediato, avançava em todas as frentes, convergindo numa única torrente revolucionária dirigida aos objectivos políticos centrais, fundamentais, primeiros e prioritários da Revolução: a conquista das liberdades, o fim da guerra colonial, o derrubamento do fascismo.

O ascenso impetuoso da luta popular e o seu desenvolvimento, a elevação do «grau de consciência de classe e de organização» ⁽⁵⁹⁾ da classe operária, a progressiva entrada em luta dos mais variados sectores sociais, a radicalização das classes intermédias, as manifestações crescentes de descontentamento e de revolta nas forças armadas, mostravam que as classes dominadas e exploradas pelo poder terrorista dos monopólios e dos latifundiários não queriam mais viver na situação existente e estavam determinadas a pôr fim ao fascismo e à guerra e a instaurar um regime democrático.

O PCP desempenhou um papel determinante em todo o desenvolvimento da luta popular que conduziu ao derrubamento da ditadura.

Vanguarda da classe operária, único partido verdadeiramente organizado na clandestinidade, o PCP, orientando-se por uma linha justa, dispondo de uma longa experiência, dispondo de quadros provados, forjados na luta e de grande ardor revolucionário, foi a força impulsionadora da luta popular na sua justa perspectiva revolucionária.

Há já vários anos que, partindo da análise da realidade nacional, dos factores objectivos e subjectivos, o Partido previa a aproximação da situação revolucionária e indicava como caminho o levantamento nacional, o derrubamento da ditadura pelas armas.

«Dada a ausência completa de liberdades e a política terrorista do governo fascista (indicava o Programa do Partido); dado que o Estado fascista é um Estado fortemente centralizado, com um aparelho militar, policial e judicial cuidadosamente organizado e depurado; dada a determinação dos

círculos governantes de resistirem pela violência até ao fim — o caminho que se oferece ao povo português para derrubar a ditadura fascista e levar ao poder o Governo Provisório é o levantamento nacional, a insurreição popular armada, que, devido à natureza militarista do Estado, implica a participação e neutralização de importante parte das forças militares.» (Cap. II — O caminho para o derrubamento do fascismo e a instauração de um Governo Provisório. (8))

A Revolução trouxe surpresas e originalidades. Na ponta final, o factor militar adquiriu papel decisivo para o derrubamento da ditadura. Mas, nas linhas gerais fundamentais, confirmaram-se a via e as perspectivas indicadas pelo PCP.

II

O 25 de Abril e as conquistas da Revolução

Quando no dia 25 de Abril de 1974 os heróicos capitães do MFA, à frente das forças armadas, saíram dos quartéis, tomaram conta das ruas, cercaram e fizeram render o Governo e o Presidente Tomás e anunciaram a sua destituição, todo o mundo falou num golpe militar. O PCP nunca aceitou tal definição. A própria acção revolucionária militar não foi um «golpe», mas um levantamento. E ao levantamento militar sucedeu-se imediatamente o levantamento popular. No próprio dia 25, as massas populares apareceram poderosas, rodeando, acarinhando, apoiando e estimulando os militares, tomando elas próprias iniciativas de acção, fundindo povo e forças armadas numa mesma aspiração e num mesmo combate ⁽⁶⁰⁾.

Depois de quase meio século de fascismo iniciava-se a Revolução portuguesa que iria causar a surpresa e a admiração da Europa e do mundo.

Embora num processo extremamente irregular e acidentado, as forças revolucionárias imporiam, num prazo relativamente curto, transformações radicais na vida política, nas estruturas económicas, na situação em África, nas relações externas de Portugal.

Os dois anos e meio passados desde o 25 de Abril de 1974 são anos de luta exaltante, que ficarão para sempre inscritos como um dos momentos mais altos da história do povo português.

Saído do terror fascista e da guerra colonial, Portugal empreendeu o caminho da liberdade, da paz, da independência e do progresso social. Ao Portugal fascista e colonialista sucedeu o Portugal revolucionário. À mais longa ditadura fascista sucedeu uma situação democrática apontando o rumo para o socialismo.

A Revolução não se limitou a mudar a forma de domínio político das classes detentoras do poder económico. Afastou essas classes do poder político e aboliu no fundamental o seu poder económico.

Trata-se de vitórias de alcance histórico que há que defender, consolidar e prosseguir.

1. O poder político e a acção revolucionária

O derrubamento do governo fascista foi obra do MFA. Mas a efectiva derrota do fascismo, a instauração das liberdades, as transformações democráticas, as conquistas revolucionárias, foram obra da grande aliança Povo-MFA, da aliança do movimento popular revolucionário organizado com os militares revolucionários do MFA.

O 25 de Abril de 1974 teve uma semana depois o seu complemento no 1.º de Maio, nas manifestações unitárias gigantescas — expressão da imensa força autónoma e independente do movimento operário e popular. A Revolução portuguesa iria desenvolver-se pela acção conjugada das massas populares e das forças armadas.

Um dos aspectos mais característicos do desenvolvimento do processo revolucionário português é terem sido levadas a cabo profundas transformações revolucionárias sem que existisse um poder revolucionário e sem que se tivesse criado um aparelho de Estado correspondente às transformações alcançadas ⁽⁶¹⁾.

Existiram forças revolucionárias no poder (tanto nas estruturas político-militares como no governo). Mas existiram também sempre nesse poder forças conservadoras e mesmo reaccionárias.

Foi destruída uma grande parte do aparelho do Estado fascista. Mas mantiveram-se estruturas, métodos, hábitos, orientações e quadros que permitiram que o aparelho do Estado (incluindo sectores militares, forças militarizadas, instâncias judiciais, serviços diplomáticos, organização burocrática) servisse muitas vezes mais para sabotar e entravar o processo revolucionário do que para o defender e impulsionar.

A própria depuração do funcionalismo fascista foi tão reduzida que, mais do que tolerante, se lhe pode chamar imprevidente. Até fins de 1974, no total de 208 044 funcionários, tinham sido instaurados nas Comissões Ministeriais de Saneamento e Reclassificação (CMSR), criadas em 19 de Agosto de 1974 ⁽⁶²⁾, 4177 processos, número que, tendo em conta a natureza do Estado fascista, era já por si indicador do âmbito restrito dos casos sujeitos a exame. O total das medidas decididas por despachos ministeriais não ultrapassou porém 209, das quais apenas 24 demissões e todas por colaboração com a PIDE/DGS.

Ainda mais importantes que as pessoas dos funcionários eram as estruturas, as orientações e os métodos. Aí ainda menos se fez.

«As forças revolucionárias (sublinhava o Programa do PCP aprovado em 1965) não se podem limitar a tomar conta da máquina do Estado fascista, para utilizá-la pronta como está, introduzindo-lhe apenas modificações e substituindo funcionários. A primeira tarefa das forças revolucionárias é destruir o Estado fascista e substituí-lo por um Estado democrático, ao serviço do povo, ao serviço da revolução democrática e nacional.» ⁽⁶³⁾

E insistia em que esse novo Estado democrático deveria ser «o instrumento para quebrar a resistência dos monopolistas e dos latifundiários

e para defender o novo regime das tentativas de contra-revolução e de intervenção estrangeira» (64).

As forças revolucionárias tiveram capacidade para realizar profundas transformações democráticas. Mas não tiveram capacidade para construir um Estado democrático, garantia de capital importância para salvaguarda da Revolução. É uma falha da Revolução portuguesa de extrema gravidade.

Esta situação no poder político e no aparelho do Estado deu uma sólida base às forças reaccionárias e conservadoras para organizarem a resistência ao avanço do processo revolucionário, recuperarem posições e passarem ao ataque.

No próprio dia 25 de Abril, os capitães do MFA, que tinham o poder militar nas mãos, cometeram dois erros históricos: terem recorrido a militares estranhos ao movimento e à luta antifascista para constituírem os órgãos do poder, em vez de eles próprios os terem imediatamente constituído; e terem-se mantido demasiado tempo na sombra, desconhecidos, sem uma intervenção aberta na vida política, em vez de logo, audaciosamente, buscando as alianças necessárias, se colocarem ao leme da barca do governo.

Destes dois erros, que marcaram todo o curso revolucionário posterior, resultou um desfasamento quase permanente entre o poder político e os avanços revolucionários alcançados pela luta das massas populares e dos militares revolucionários.

O poder político (civil e militar) estava demasiado roído por contradições para poder tomar a iniciativa e a direcção das transformações revolucionárias. Em primeiro lugar as contradições resultantes da composição e características específicas do MFA. O MFA era um movimento politicamente muito heterogéneo. Nele tinham confluído duas grandes correntes fundamentais: a daqueles que, representando os interesses de grupos capitalistas, consideravam que a ditadura fascista deixara de assegurar com eficiência a defesa dos seus interesses e pretendiam por isso uma liberalização do regime e uma solução política para a guerra colonial; e a daqueles que encarnavam os interesses e as aspirações democráticas e progressistas do movimento popular antifascista e das suas várias correntes de opinião.

Essa confluência de um tão vasto leque político no MFA explica o sucesso fulminante do 25 de Abril, em que todos se encontraram unidos num objectivo comum: o derrubamento do governo de Marcelo Caetano e dos órgãos de poder fascista. Mas explica também como imediatamente surgiram sérias divergências.

Em segundo lugar, manifestaram-se contradições resultantes da diversidade dos interesses defendidos pelos partidos políticos que participaram nos sucessivos governos provisórios. Ao lado do PCP, partido revolucionário da classe operária e do povo trabalhador, encontrava-se o PS imbuído de ideias reformistas e com vastos sectores ligados à defesa dos interesses do capital e dos agrários, e o PPD, partido representativo dos interesses da grande burguesia e de estratos da média burguesia.

Nos órgãos do poder foi sempre permanente o confronto entre interesses diversos e mesmo antagónicos, entre concepções diversas e perspectivas diversas, entre aqueles que queriam impedir o processo de democratização e aqueles que queriam levá-lo por diante. Em conformidade com esta situação, estabeleceram-se sistemas de alianças, algumas fundadas em razões de fundo e em interesses de classe, outras meramente conjunturais. Nunca houve nos órgãos do poder considerados no seu conjunto uma real unidade, nem sequer (salvo temporariamente o Programa do MFA) uma plataforma por todos cumprida.

A própria conspiração contra-revolucionária conseguiu manter posições nas estruturas do poder. A batalha que os comunistas travavam no governo era a mesma que travavam nas fábricas, nos campos, nas ruas.

Nestas condições, o poder político que se estabeleceu foi desde a primeira hora muito complexo, dividido, fraccionado, com a tendência para a multiplicidade dos órgãos de decisão. A sua composição foi sempre instável. A sua política irregular e contraditória.

Salvo um curto período após a derrota do golpe reaccionário de 11 de Março de 1975 ⁽⁶⁵⁾ (IV e V Governos Provisórios), o poder ou contrariou ou acompanhou com atraso as modificações e transformações revolucionárias que as massas populares e os militares do MFA foram provocando na vida nacional. Em todo o período de ascenso revolucionário, a luta popular e os seus resultados efectivos ultrapassaram sempre a iniciativa dos órgãos do poder.

Logo nos primeiros dias após o 25 de Abril, a Junta de Salvação Nacional e Spínola, seu presidente, foram ultrapassados pelos acontecimentos. Não estavam claras as suas intenções acerca da DGS. Na conferência de imprensa realizada em 26 de Abril, Spínola respondia que «já foi chamada a atenção da Direcção Geral de Segurança e creio bem que passará a agir por forma a que não mereça mais quaisquer reparos pelo povo português» (A Capital, 26-4-1974). E, quando Spínola assim falava em corrigir os excessos da PIDE, eis que o povo e os militares revolucionários tomam de assalto as sedes sinistras e malditas, desmantelam a odiosa corporação e metem na prisão os seus membros.

As forças conservadoras queriam impedir a libertação de todos os presos políticos, filtrando-os um a um e mantendo presos muitos. E eis que o povo apoiado pelos militares revolucionários cercou as prisões, manteve-se a pé firme e acabou por libertar todos os presos políticos.

A Revolução revelou que o próprio programa do MFA (apesar dos seus grandes méritos) era contraditório e insuficiente. O Programa do MFA traduzia, por um lado, o compromisso de várias tendências, designadamente o compromisso dos «capitães» com os «generais», e, por outro lado, a falta de previsão de que a entrada no processo revolucionário do movimento operário e popular, com as suas reivindicações e objectivos próprios e a sua própria dinâmica, obrigaria inevitavelmente a modificações do Programa e

à sua mais rápida execução. Isso sucedeu, por exemplo, no que respeita à actividade legal dos partidos políticos e à questão colonial.

Entretanto, apesar das suas gravíssimas contradições internas, os órgãos do poder político considerados no seu conjunto tiveram uma acção positiva.

Havia também neles expressões da aliança Povo-MFA e havia forças revolucionárias (como o PCP no governo ⁽⁶⁶⁾) que aí travavam o combate e que em muitos momentos estiveram em condições de fazer aprovar leis e medidas progressistas e revolucionárias e de defendê-las com a força do Estado ao lado do povo.

A Junta de Salvação Nacional (de 25-4-1974 a 14-3-1975) ⁽⁶⁷⁾ tomou as primeiras grandes medidas de democratização: a dissolução dos órgãos do poder fascista, a extinção da DGS, LP, MP, ANP e comissões de censura, o afastamento de oficiais fascistas, a exoneração de directores das escolas superiores, medidas contra a fuga de divisas, proibição de levantamento de depósitos dos bancos de mais de 10 contos por semana, instituição do 1.º de Maio como feriado nacional obrigatório ⁽⁶⁸⁾.

O I Governo Provisório (de 15-5-1974 a 10-7-1974) ⁽⁶⁹⁾, apesar de ter a conspiração reaccionária no seu próprio seio e de ser constantemente pressionado pelo Presidente da República, general Spínola, conferiu ao MAI competência para nomear comissões administrativas nos municípios, estabeleceu a gestão do governo na RTP, decidiu a permissão do acesso das mulheres à magistratura, atribuiu a direcção dos estabelecimentos de ensino a comissões democraticamente eleitas, fixou o salário mínimo nacional, actualizou pensões de aposentação, tomou medidas de protecção das pequenas e médias empresas, assumiu a administração da Companhia das Águas de Lisboa ⁽⁷⁰⁾.

O II Governo Provisório (de 17-7-1974 a 30-9-1974) ⁽⁷¹⁾ fixou a garantia e regulamentação do direito de reunião, consagrou o direito à greve, nacionalizou os bancos emissores (Bancos de Portugal, de Angola e Ultramarino), fixou novas remunerações e aumentos de pensões aos servidores do Estado, atribuiu o título de enfermeiro aos «auxiliares de enfermagem», criou nos Ministérios comissões de saneamento e reclassificação, estabeleceu acordos com o PAIGC e a FRELIMO, reconheceu a independência da República da Guiné-Bissau e estabeleceu relações diplomáticas com os países socialistas ⁽⁷²⁾.

O III Governo Provisório (de 30-9-1974 a 26-3-1975) ⁽⁷³⁾ consagrou os direitos de associação e de actividade dos partidos políticos, publicou a Lei de Imprensa, aprovou a Lei Eleitoral e preparou as eleições para a Constituinte, suspendeu partidos reaccionários, tomou medidas de saneamento (após o 11 de Março), aprovou a Lei de Intervenção do Estado nas Empresas e interveio no BIP, na Torralta, na CTM, na Sociedade J. F. dos Santos, na Grão-Pará, no Touring-Club, na J. Pimenta e na Habitat, aprovou as primeiras medidas de protecção aos rendeiros, definiu as condições em que o IRA podia tomar de arrendamento terras incultas ou mal aproveitadas, estabeleceu preços máxi-

mos de artigos de consumo corrente, suspendeu as execuções de acções de despejo, prosseguiu a descolonização e assinou com o MLSTP um protocolo relativo à independência de S. Tomé e Príncipe. (Durante a vigência do III Governo foi extinta a JSN e criado o Conselho da Revolução, que decidiu a nacionalização dos bancos e das companhias de seguros.) ⁽⁷⁴⁾

O IV Governo Provisório (de 26-3-1975 a 8-8-1975) ⁽⁷⁵⁾ aprovou a Lei Sindical consagrando a unicidade, determinou a intervenção do Estado no RCP, aumentou o salário mínimo, introduziu várias melhorias no regime da Previdência, estabeleceu uma sobretaxa de importação para diminuir o défice das balanças comercial e de pagamentos, publicou a Lei da Reforma Agrária (29-7-1975) e a Lei do Arrendamento Rural, extinguiu as coutadas, tomou medidas contra a sabotagem económica, decidiu a intervenção do Estado em numerosas empresas e decidiu a nacionalização da Siderurgia, da CP, das companhias de navegação e de transportes rodoviários, da TAP, do Metropolitano, de estaleiros, da energia eléctrica, dos petróleos, dos cimentos, da celulose, dos tabacos, etc. ⁽⁷⁶⁾.

O V Governo Provisório (de 8-8-1975 a 12-9-1975) ⁽⁷⁷⁾, no pouco tempo da sua duração e sujeito ao fogo cerrado das forças reaccionárias, já em plena crise político-militar, continuou as nacionalizações (Covina, pirites, petroquímica, Amoníaco, Nitratos, cervejas, etc.), decidiu a intervenção na Mundet, Têxtil Manuel Gonçalves e outras grandes empresas e aprovou uma série de diplomas de extraordinário alcance, alguns dos quais foram retomados e aprovados pelo VI Governo ⁽⁷⁸⁾.

O VI Governo Provisório (de 19-9-1975 a 22-7-1976) ⁽⁷⁹⁾, a par de medidas de contenção e retrocesso do processo revolucionário, e mesmo de recuperação capitalista, ainda nacionalizou empresas de pesca e de transportes, decidiu a intervenção em várias outras, continuou expropriações de latifúndios e aumentou certas pensões e reformas ⁽⁸⁰⁾.

O Conselho da Revolução, a partir da sua criação, em 14-3-1975 ⁽⁸¹⁾, apesar da sua vida acidentada e das suas contradições, teve, como se terá ocasião de particularizar neste relatório, uma intervenção de alto valor na defesa e prosseguimento do processo democrático, na consagração das conquistas revolucionárias do povo português, na opção do rumo para o socialismo da democracia portuguesa.

Os ataques dos esquerdistas contra o MFA e o Conselho da Revolução, a que chamavam «Conselho da Contra-Revolução», coincidiram em absoluto com os objectivos das forças mais reaccionárias e conservadoras ⁽⁸²⁾.

Os órgãos do poder intervieram, pois, também de maneira favorável no processo. Mas, salvo alguns curtos períodos e algumas decisões, intervieram sempre com atraso em relação à luta e às iniciativas das massas populares e muitas vezes procurando travar e impedir as transformações democráticas que estavam em curso.

O factor determinante das transformações democráticas e revolucionárias levadas a cabo e das decisões progressistas do poder político foi a

luta das massas populares. A luta de massas antecedeu sempre as decisões do poder. A iniciativa partiu sempre de baixo.

A classe operária, as massas populares, os militares revolucionários, avançando à frente dos governos, transformaram a vida nacional e criaram novas realidades, muitas das quais o poder acabou por aceitar e consagrar legalmente, até que finalmente a própria Constituição as consagrou também como parte integrante do novo regime democrático instituído.

As conquistas e transformações revolucionárias foram produto da combatividade, heroísmo, persistência, decisão e audácia dos trabalhadores e democratas em lutas grandiosas em que participaram milhões de portugueses. Sem a acção revolucionária das massas, não só não se teriam efectuado as transformações profundas da vida política e económica, como as próprias liberdades e a democracia teriam sido liquidadas num curto prazo.

2. A conquista das liberdades

A conquista das liberdades democráticas não resultou automaticamente do derrubamento da ditadura fascista. Na nova situação criada pelo derrubamento do governo fascista, em cada caso o povo conquistou as liberdades exercendo-as.

Se o MFA, derrubado o governo fascista, proclamou que o povo era livre e que as liberdades estavam restauradas, a sua real concretização deveu-se à luta das massas populares.

A liberdade de reunião e de manifestação alcançou-a o povo português no próprio dia 25 de Abril, ocupando em massa as ruas, fundindo-se com as tropas, intervindo no imediato na batalha política. Confirmou-a uma semana depois no 1.º de Maio, em que Portugal inteiro — meio milhão de portugueses em Lisboa, milhões de norte a sul — não só vitoriam o derrubamento do fascismo e os heróicos militares do MFA, como afirmaram a sua determinação de exercer no imediato as liberdades.

Onde quer que chegou o 25 de Abril, as reuniões e as manifestações tornaram-se não apenas um direito, mas um hábito de vida, e viriam a ter extraordinária importância no desenvolvimento do processo revolucionário.

A liberdade dos partidos políticos foi também conquistada de facto nos primeiros dias da Revolução.

Os generais conservadores colados aos «capitães» do 25 de Abril haviam conseguido fazer figurar no Programa do MFA o adiamento por longo prazo da legalização e formação dos partidos políticos.

O Programa do MFA admitia apenas a formação de «associações políticas», possíveis «embriões de futuros partidos políticos» (B, 5b). Nas primeiras conversações realizadas com representantes do PCP (83), o

general Spínola insistiu em que o PCP não desenvolvesse a sua actividade abertamente, não publicasse o Avante!, não apresentasse nenhum jornal como sendo seu órgão, não utilizasse a foice e o martelo. Pretendia afinal (e isso foi-lhe dito) conseguir, num Portugal libertado do fascismo, aquilo que o fascismo nunca tinha conseguido com a repressão: impedir a actividade do PCP e a publicação da sua imprensa. Chegar-se-ia ao absurdo de o PCP, livre da repressão, ver mais restringidas as suas actividades do que com a repressão fascista! O PCP não aceitou naturalmente tal proposta de suicídio político.

Esse ponto programático do MFA e esses projectos foram porém ultrapassados pela acção dos partidos e das massas. O PCP e o PS, únicos existentes no tempo do fascismo, surgiram apoiados por largas massas, impondo de facto pela acção a sua legalidade. Abriram-se centros de trabalho. Fizeram-se sessões, assembleias, plenários, manifestações. Imprimiram-se documentos. Desfraldaram-se bandeiras vermelhas com a foice e o martelo. A legalidade tornou-se em poucos dias irreversível.

A liberdade sindical e os direitos sindicais foram também conquistados nos primeiros dias.

O movimento sindical não precisava de autorização para se formar. Tinha-se já formado no tempo do fascismo através da luta revolucionária dos trabalhadores.

Tal como sucedeu com os partidos políticos, o movimento sindical surgiu poderoso à luz do dia no histórico 1.º de Maio, conquistando assim a liberdade.

A democratização da vida sindical deu-se rapidamente. Onde ainda detinham posições na orgânica sindical, os fascistas foram escorraçados. Partindo de bases materiais existentes e de estruturas cuja natureza foi radicalmente transformada, assente na rica experiência e combatividade de dirigentes forjados na dura luta do tempo do fascismo, a acção dos sindicatos conheceu um rápido desenvolvimento, inserindo-se no processo revolucionário como uma das suas principais forças mobilizadoras e criadoras.

Para aqueles que no tempo do fascismo nada haviam feito para defender os interesses dos trabalhadores nem para organizá-los, teria sido mais cómodo que, na altura do 25 de Abril, não houvesse já um poderoso movimento sindical organizado. Nesse caso partiriam à corrida a aproveitar as liberdades instauradas para constituir os seus sindicatos. Mas o movimento sindical revolucionário e a Intersindical existiam. Não necessitaram de formar-se à pressa. Impuseram-se desde logo, por força da realidade, como o movimento sindical dos trabalhadores, poderoso, livre e independente.

Por isso o movimento sindical e a Intersindical começaram a ser desde logo violentamente combatidos pelo patronato e por todas as forças reaccionárias e oportunistas.

As tentativas de divisão e cisão multiplicaram-se. Americanos e europeus vieram a Portugal para preparar a liquidação da unidade sindical ⁽⁸⁴⁾.

A aprovação da unicidade sindical (Decretos-Leis 215-A/75 e 215-B/75, de 30-4-1975), isto é, a não permissão de mais de um sindicato por cada ramo ou categoria profissional, e o reconhecimento de uma só confederação geral, a Intersindical, foi uma importante vitória dos trabalhadores e uma consagração da liberdade sindical nas condições específicas existentes no nosso país ⁽⁸⁵⁾.

A criação de diversos sindicatos concorrentes significaria de facto que cada sindicato passaria a depender, a título permanente, do controlo de tal ou tal partido político, ou do governo, ou do patronato. Assegurada a vida democrática em cada sindicato, podendo ser substituídas as direcções por vontade dos associados (como muitas vezes tem sucedido desde a publicação da lei sindical) e podendo assim, por decisão dos trabalhadores, mudar a tendência política dos dirigentes sindicais, os sindicatos asseguram por essa forma, melhor do que qualquer outra, a sua independência e liberdade.

A Constituição não consagrou o princípio da unicidade. Mas a unidade até hoje mantida e defendida no movimento sindical mostra bem o significado e alcance da conquista da liberdade e dos direitos sindicais pelos trabalhadores depois do 25 de Abril.

A conquista do direito à greve deu-se na continuidade da luta revolucionária dos trabalhadores no tempo do fascismo.

A ditadura, apesar de considerar a greve como um crime e de reprimir sistematicamente os grevistas, nunca tinha conseguido impedir que os trabalhadores recorressem a essa forma de luta. Derrubada a ditadura fascista, os trabalhadores não esperaram naturalmente que fosse publicada uma lei reconhecendo o direito à greve. Continuaram a recorrer a ela sempre que o entenderam necessário ⁽⁸⁶⁾.

A liberdade de imprensa e de outros órgãos de informação foi (e continua ainda a ser) o objectivo de uma das batalhas mais duras e prolongadas de todo o processo revolucionário ⁽⁸⁷⁾.

Na grande imprensa, a situação herdada do fascismo era a apropriação dos jornais pelos grandes grupos monopolistas. O BIP (Banco Intercontinental Português) tinha comprado O Século, O Século Ilustrado, a Vida Mundial e Modas e Bordados. O grupo Borges & Irmão adquiriu o Diário Popular, o Jornal do Comércio, o Comércio do Porto, a revista Rádio e Televisão, a Flama e a Alfabeta (Emissores Associados de Lisboa). O BNU (Banco Nacional Ultramarino) adquirira um terço do capital do Diário de Lisboa, que ao mesmo tempo estava dependente do Banco Pinto & Sotto Mayor, ao qual devia 62 000 contos. A Sociedade de Estudos e Gestão de Empresas (CUF, Tabaqueira e outras) adquirira A Capital. A Companhia Portugal e Colónias, como outras, detinha o Diário de Notícias. E o proprietário de O Primeiro de Janeiro tinha relações com o Borges & Irmão. A imprensa estava nas mãos dos monopólios capitalistas.

Uma das primeiras grandes acções dos trabalhadores e dos democratas em geral foi o saneamento de fascistas que dirigiam a rádio, a TV e os jornais. A acção revolucionária silenciou de momento a voz do fascismo e da reacção. Uma lufada de verdade, de liberdade, de amor pelo povo, de esperança no futuro, circulou pelos meios de comunicação social.

Formando Comissões, discutindo em assembleias e plenários todos os problemas, designando em muitos casos Conselhos de Redacção e elaborando e aprovando Estatutos Editoriais, resistindo a pressões, ameaças e assaltos, desenvolvendo poderosas acções de massas, defendidos muitas vezes pelo povo que acorria aos milhares aos pontos ameaçados, os trabalhadores (jornalistas, gráficos, técnicos, empregados) conseguiram libertar os órgãos de informação do controlo do grande capital e convertê-los, no essencial, em órgãos de informação democrática.

Era inevitável que a orientação de cada jornal sofresse das irregularidades do próprio processo, das mudanças da correlação de forças, das tendências políticas predominantes. Dentro dessas contradições e dificuldades, a bandeira da liberdade de opinião e de imprensa manteve-se hasteada longo tempo e os órgãos de informação puseram-se no essencial ao serviço da Revolução.

Este processo foi perturbado e prejudicado, por um lado, pelas tentativas dos sectores reaccionários, conservadores e oportunistas para controlarem os órgãos de informação e, por outro lado, pelas actividades esquerdistas.

A impetuosa luta revolucionária de massas que, exercendo diariamente as liberdades, praticamente as conquistara, que escorraçava os fascistas dos meios de informação, libertava os jornais do controlo dos bancos e grupos monopolistas, impedia ou dificultava a propaganda fascista, encontrou uma resistência frontal das forças reaccionárias e conservadoras, a partir das posições que conservavam no aparelho do Estado e nos órgãos do poder.

O general Spínola, como Presidente da República, fazia constantes pressões. O PS, mostrando já então a sua avidez pelos órgãos de informação, procurava, através das posições que tinha no Governo, encaixar aí gente sua. O ministro da Comunicação Social do I Governo Provisório, o socialista Raul Rego, indicou Ribeiro dos Santos (PS) para director do Diário de Notícias, Trigo de Moraes (PS) para o RCP, Jaime Gama (PS) para a Emissora e Álvaro Guerra (PS) para o Telejornal em substituição de Vilaverde Cabral — um dos primeiros saneamentos à esquerda.

O combate da direita contra a libertação dos meios de comunicação social do controlo do patronato e da reacção andou sempre ligado às suas tentativas de golpes. Em 27 de Setembro, Spínola fez ocupar a rádio e suspender os jornais diários. Em 11 de Março fez bombardear e destruir as torres do Rádio Clube no Porto Alto.

A TV, a rádio e os jornais passaram a ser terreno de uma cerrada luta, com uma evolução irregular como todo o processo da Revolução portuguesa.

Mas, durante mais de um ano, os trabalhadores (designadamente jornalistas e gráficos) conseguiram arvorar a bandeira da liberdade nos órgãos de comunicação social.

Tem-se discutido muito, mais ainda no estrangeiro do que em Portugal, a acção dos trabalhadores portugueses na luta pela liberdade dos meios de comunicação social.

Há quem entenda não ter sido «justo» o saneamento de administradores e proprietários pelos trabalhadores sem que houvesse uma lei de decisão governamental que os autorizasse a isso. Mas nós continuamos a pensar que foi justo e que a conquista da liberdade foi em parte possível porque os trabalhadores tiveram força, coragem e determinação para proceder aos saneamentos. Não aprovamos qualquer injustiça que tenha havido. Mas uma injustiça não invalida o processo. E o processo foi necessário e foi indispensável na nossa Revolução.

Há também quem entenda não ter sido justo que os trabalhadores gráficos se tenham recusado a compor e a imprimir um livro de M. Caetano e outros livros de fascistas e reaccionários, por não caber aos gráficos fazer «censura».

Não tivemos qualquer participação nessas decisões dos trabalhadores. Sabemos que causaram certos problemas nas esferas militares. Mas não criticamos os trabalhadores, que, na situação que se atravessava, tinham pleno direito, direito que lhes vinha da sua participação na Revolução, de recusar o seu trabalho para a composição e impressão de obras contra-revolucionárias.

Uma revolução não é a prática de artigos ou normas de um qualquer código que só existe na imaginação de quem não é revolucionário. E, numa época revolucionária, nenhuma norma pode obrigar a colaborar com a voz da contra-revolução.

O esquerdismo constituiu nos órgãos de informação um factor provocatório para criar as condições necessárias para a sua recuperação pelas forças da direita ⁽⁸²⁾.

Verbalismo irresponsável, insultos grosseiros aos órgãos do poder, noticiário provocatório sobre assuntos militares, provocando constantes conflitos com importantes sectores do poder político-militar, apelos à sublevação e à insurreição, agressividade contra tudo e contra todos, constantes campanhas «ultra-revolucionárias», sem ter em conta as situações reais, formas de luta ultra-radicalis, constituíam a actividade ideal para unir, numa vasta frente contra a situação nos órgãos de informação, sectores dos mais vastos quadrantes políticos, sociais, militares e religiosos. O esquerdismo, cujas actividades a reacção atribuiu muitas vezes malevolamente ao PCP, prestou um serviço inestimável à luta anticomunista.

O PCP foi acusado em todo o mundo como responsável pelos casos do República e da Rádio Renascença ⁽⁸⁸⁾. A verdade é que nunca apoiámos as formas de acção utilizadas. Além do mais na Rádio Renascença havia

um único militante do PCP e no República todos os jornalistas comunistas tinham saído antes do caso por discordarem da orientação sectária e anticomunista do PS.

A linguagem odienta num certo período da Rádio Renascença, o radicalismo extremista no República, provocaram indignação, não contra os esquerdistas, mas contra os trabalhadores dos meios de informação e contra o PCP, que muita gente enganada pelas campanhas caluniosas da reacção e do PS pensava estar à frente dessas lutas.

A manifestação provocatória no Patriarcado com a cooperação do COPCON, transmitida pelas mais variadas televisões do mundo, o espectáculo dos «cristãos perseguidos em Portugal e maltratados pela soldadesca» foi outro inestimável serviço prestado à contra-revolução. O facto de, em todas as grandes acções provocatórias esquerdistas, aparecerem equipas da TV estrangeiras, cameramen, repórteres fotográficos, faz pensar em grandes montagens combinadas com a reacção.

Incapazes de considerar soluções de compromisso, arrastando trabalhadores na ilusão de uma vitória total porque diziam ter com eles o COPCON, agudizando cada vez mais e artificialmente os conflitos, os esquerdistas têm grandes responsabilidades na derrota dos trabalhadores nos órgãos da Comunicação Social e na final recuperação destes pelas forças da direita e conservadoras.

Ainda no que respeita à conquista das liberdades, a expulsão dos fascistas das autarquias locais e a eleição popular directa de administrações democráticas constituíram um importante aspecto da democratização da vida local e do aparelho do Estado.

Apesar das resistências prolongadas da reacção e de certas autoridades, das ameaças, pressões e assaltos, a maior parte das Câmaras Municipais e um elevado número de Juntas de Freguesia foram entregues a demócratas através de grandes acções de massas, com concentrações, plenários e eleições directas realizadas no próprio processo de luta.

A libertação das autarquias e a actividade que nelas foi desenvolvida ulteriormente representaram uma grande vitória das forças democráticas e um factor de grande relevo na luta pela instauração, defesa e consolidação das liberdades e da democracia ⁽⁸⁹⁾.

Não passou muito tempo depois do 25 de Abril sem que as forças reacionárias e conservadoras anichadas no poder, impotentes para suste o avanço da Revolução e a conquista de amplas liberdades pelos trabalhadores, não procurassem cortar o passo à democratização da vida nacional e ao exercício das liberdades.

Logo no I Governo Provisório, o PPD, através do seu secretário-geral Sá Carneiro, então Ministro sem Pasta, tomou a iniciativa de propor projectos de lei regulamentadores das liberdades. O objectivo não era de nenhuma forma consagrar ou instaurar as liberdades. O objectivo era combatê-las e

limitá-las, impedindo o prosseguimento do processo de democratização da vida portuguesa.

O projecto de lei regulador do direito de associação e dos partidos era digno dos Estados Unidos no tempo da «caça às bruxas» de McCarthy. Numa situação em que era ainda tão incerta a sorte da democracia, uma das muitas obrigações impostas aos partidos seria entregar às autoridades o ficheiro de todos os seus membros!

O projecto de lei regulador do direito de greve era uma verdadeira lei antigreve. Precisamente num momento em que o patronato reaccionário lançava a sabotagem económica e pretendia paralisar a economia nacional, Sá Carneiro tinha como máximas preocupações limitar o direito à greve e consagrar o direito ao lock-out, isto é, o direito de os patrões encerrarem as suas fábricas.

Os projectos de Sá Carneiro não visavam institucionalizar a democracia, mas anular liberdades e direitos já alcançados pelas massas trabalhadoras, fazer retroceder o processo e paralisar a luta pelo alargamento e desenvolvimento das conquistas democráticas. Se tais projectos tivessem sido aprovados e pudessem ser aplicados, o regime que vigoraria em Portugal não seria de forma alguma uma democracia, mas uma ditadura «liberalizada» tal como a defendia o «dissidente» do regime salazarista Sá Carneiro, quando, eleito pelas listas da ANP, era deputado na Assembleia Nacional fascista.

Estes projectos de «regulamentação» que alguns procuram agora reviver foram porém rechaçados tanto pelos órgãos do poder como pela acção das massas.

Em relação com a conquista das liberdades, duas concepções e posições contrárias e igualmente erradas se manifestaram no movimento democrático e popular. Uma, do oportunismo de direita, segundo a qual as liberdades eram objectivo suficiente da democracia e caracterizavam por si só o novo regime, não se devendo portanto considerar transformações nas estruturas económicas e sociais. Outra, do oportunismo de «esquerda», segundo a qual as liberdades democráticas nada significavam enquanto não fosse abolida a exploração capitalista, sendo portanto indiferente a sua defesa e a sua consolidação.

Estas concepções estiveram sempre e continuam a estar no centro das divergências políticas no processo da Revolução portuguesa.

Combatendo as duas concepções, o PCP actuou conseqüentemente na defesa e consolidação das liberdades e na realização de transformações revolucionárias profundas das estruturas económicas e sociais, considerando umas inseparáveis das outras.

O processo revolucionário veio mostrar que as liberdades se defendem destruindo o domínio e o poder dos monopólios e latifundiários, e a democracia se constrói tanto no plano político como nos planos económico e social.

3. Melhoramento das condições de vida

A libertação do fascismo e a conquista das liberdades democráticas foram acompanhadas por uma grande esperança e uma firme exigência do melhoramento das condições de vida dos trabalhadores, condenados à mais feroz exploração no tempo do fascismo.

A democracia não podia significar apenas o direito de protestar contra os baixos salários e as más condições de trabalho e de vida. Teria que significar também a modificação a curto prazo da situação existente.

Assim, logo depois do 25 de Abril, os trabalhadores, lançando-se à conquista das liberdades, lançaram-se também na luta pelo melhoramento das condições de vida. Nos órgãos do poder, lutando contra partidos e sectores representativos dos interesses patronais, as forças revolucionárias e progressistas (militares e civis) colocaram também esse objectivo com carácter primordial.

O estabelecimento do salário mínimo nacional ⁽⁹⁰⁾, satisfazendo uma reclamação dos trabalhadores vinda do tempo do fascismo, apareceu como uma grande iniciativa do poder político para corresponder logo depois do 25 de Abril ao anseio e à esperança geral dos trabalhadores de que a libertação do fascismo deveria significar necessariamente o melhoramento das suas condições de vida.

De resto, os aumentos de salários e os benefícios sociais devem-se à luta firme, persistente e vigorosa dos trabalhadores organizados nos sindicatos e nas suas Comissões de Empresa. Foram alcançadas numa dura luta, com movimentos de massas, assembleias, concentrações, manifestações, paralisações e greves, lutas estas que, inseridas no complexo processo revolucionário e em conjunturas político-militares de extrema tensão, adquiriram por vezes extraordinária projecção política, embora em alguns raros casos negativa.

Durante mais de um ano, os trabalhadores tiveram a seu favor o facto de contarem com sólidos apoios no Ministério do Trabalho. O ministro do Trabalho do I Governo Provisório foi um comunista: Avelino Gonçalves. Nos cinco primeiros governos provisórios foi sempre secretário de Estado outro comunista: Carlos Carvalhas. E do II ao V Governo Provisório foi ministro do Trabalho um militar do MFA que mostrou ser um amigo dos trabalhadores: o major Costa Martins. Esta situação facilitou a solução favorável para os trabalhadores em numerosos casos.

Apesar porém desse forte apoio, a política governamental sofreu de todas as contradições e irregularidades do processo e, por pressão das forças da direita, foram muitas vezes aprovadas pelo governo medidas tendentes não a melhorar, mas a agravar as condições de vida dos trabalhadores.

A sabotagem do patronato reaccionário e das multinacionais, a diminuição da laboração em numerosas fábricas, a redução dos dias de trabalho em alguns sectores, a situação deficitária e a falência técnica de numerosas

empresas, a grave crise na construção civil, a inflação, trouxeram sérios problemas para os trabalhadores, entre eles o desemprego, que chegou a atingir cerca de 300 000 trabalhadores. Mas, de uma forma geral, a Revolução significou para a grande maioria dos assalariados uma visível subida do nível de vida.

O estabelecimento do salário mínimo nacional melhorou consideravelmente as condições de vida das categorias mais mal remuneradas.

Foi a medida de mais largo alcance em matéria de salários e vencimentos.

Logo em 17 de Maio de 1974, menos de um mês passado sobre o derrubamento da ditadura e apenas dois dias depois de formado o I Governo Provisório ⁽⁹¹⁾, foi fixado em 3300\$00 o salário mínimo nacional, não abrangendo as forças armadas, os trabalhadores rurais e domésticos, os menores de 20 anos e os trabalhadores das entidades patronais com 5 ou menos assalariados quando não o pudessem pagar.

Para muitos milhares de trabalhadores que recebiam salários irrisórios (cerca de 48% dos maiores de 20 anos nas actividades abrangidas) o aumento representou a duplicação e mesmo mais dos seus recursos.

Calcula-se que o salário mínimo, se geralmente aplicado, beneficiaria mais de 600 000 trabalhadores. O aumento mensal médio por trabalhador foi de cerca de 870\$00, correspondendo a mais de 36% do salário anterior. O aumento salarial significou que os trabalhadores beneficiados dispuseram de mais 6,5 milhões de contos para gastar no decurso do ano.

Pelo mesmo decreto-lei que estabeleceu o salário mínimo, foram congelados os preços e as rendas dos prédios urbanos, foi aumentado o abono de família e o mínimo das pensões de reforma e invalidez, foram congeladas as remunerações iguais ou superiores a 7500\$00. Os funcionários públicos também foram aumentados em 20-8-1974 ⁽⁹²⁾, calculando-se que o aumento global (salários e pensões) foi na ordem dos 5,6 milhões de contos (+ 37,5%).

Entretanto, com os aumentos de preços verificados logo em Agosto e Setembro de 1974, os aumentos conseguidos perderam parte do poder de compra, ficando portanto os aumentos reais de salários abaixo dos aumentos nominais. Segundo alguns cálculos, a subida global dos salários nominais teria sido de 33% em 1974 e 23% em 1975 e a subida dos salários reais teria sido em qualquer dos anos entre 5% e 7% ⁽⁹³⁾. A manutenção da taxa de subida dos salários reais em 1975, apesar de uma muito menor subida dos salários nominais, deve-se à baixa da taxa de inflação e à contenção dos preços nesse ano.

Entretanto, para que a inflação não anulasse completamente o aumento antes conseguido, um Plenário da Intersindical reclamou uma actualização do salário mínimo nacional (20-4-1975) ⁽⁹⁴⁾. A luta dos trabalhadores desenvolveu-se nesse sentido e encontrou acolhimento favorável no IV Governo Provisório, que acabou por decretar o aumento ⁽⁹⁵⁾.

No decurso dos anos de 1974 e 1975 desenvolveram-se praticamente em todos os sectores lutas dos trabalhadores, tendo sido revistos contratos colectivos e alcançados aumentos e regalias em numerosos sectores, classes e empresas.

Houve casos em que o patronato reaccionário, com fins de sabotagem económica, concedeu subitamente aumentos bruscos e exagerados ⁽⁹⁶⁾. Mas o aspecto essencial e geral são aumentos resultantes das lutas reivindicativas operárias conduzidas pelos sindicatos e pelas Comissões de Trabalhadores.

Os Contratos Colectivos de Trabalho (CCT) consagraram importantes aumentos, cifrando-se, nas classes mais numerosas, em muitos milhões de contos. Só a portaria dos metalúrgicos (8-9-1975) ⁽⁹⁷⁾ representou um acréscimo salarial de 2,9 milhões de contos (+ 19,8%).

É também de sublinhar a diminuição dos leques salariais. No conjunto, tomando como base o pessoal não qualificado (acima de «praticantes» e «aprendizes»), o leque salarial, que teria sido de 1 para 7,3 (pessoal dirigente) em 1973, foi logo no primeiro ano de Revolução de 1 para 4,3. Na função pública, passou de 1/7,6 em 1973 para 1/5,7 em 1974 e 1/3,7 em 1975 (Decreto-Lei n.º 506/75) ⁽⁹⁸⁾. Assim se esbateram muito as injustas diferenças salariais.

Para os trabalhadores do campo, embora só praticado em algumas regiões, o aumento dos salários foi considerável, designadamente no Sul, passando para os homens de 80/90\$00 para 180/190\$00 e para as mulheres de 30/35\$00 para 130\$00.

Além dos aumentos salariais, os trabalhadores conseguiram, através da contratação colectiva ou por decretos-leis, benefícios sociais muito diversos, sendo de destacar as reduções dos horários de trabalho, a criação do subsídio de desemprego (31-3-1975), o estabelecimento generalizado do direito a férias de um mínimo de 15 dias e de um máximo de 30 dias, com direito a um subsídio equivalente ao salário (16-6-1975), a proibição dos despedimentos sem justa causa (16-7-1975) e o melhoramento ainda que insuficiente de pensões de aposentação, reforma e invalidez ⁽⁹⁹⁾.

As mulheres beneficiaram também com a Revolução. O estabelecimento do salário mínimo nacional abrangeu 78,8% das mulheres trabalhadoras. Em muitos casos, os aumentos foram consideráveis. Assim, por exemplo, de 25 de Abril de 1974 para Janeiro de 1976, costureiras e maquinistas passaram de 1500\$00 a 2000\$00 para 4200\$00 a 5000\$00. Alcançou-se também uma diminuição das horas de trabalho, o estabelecimento do subsídio de férias, e, de particular importância, a fixação de 90 dias de licença no período de maternidade ⁽¹⁰⁰⁾.

Em resultado de toda esta evolução, subiu a quota de participação dos trabalhadores no produto nacional. A parte dos salários e ordenados no «rendimento nacional» passou de 34,2% em 1973 para 38,2% em 1974 e 41,7% em 1975 (Departamento Central de Planeamento, Situação Económica Portuguesa, Maio de 1976) ⁽¹⁰¹⁾. A percentagem de 41,7 não corresponde

só ao melhoramento da situação dos trabalhadores, pois reflecte também parcialmente a estagnação ou quebra das actividades económicas. Mas o aumento, mesmo com o devido desconto, é significativo.

É um bom índice do melhoramento das condições de vida o facto de que, tendo a produção das indústrias transformadoras nos anos de 1974 e 1975 acusado +2% e -4,9%, a indústria de produtos alimentares tenha subido 13% em 1974 e 27% em 1975 (ibid.).

O melhoramento das condições de vida, aliado à radical modificação da situação política (fim do fascismo e da guerra colonial), provocou uma imediata diminuição do número de emigrantes: 120 000 em 1973 e 70 000 em 1974 (números da Secretaria de Estado da Emigração), estimando-se que tenha descido para 45 000 em 1975 (Departamento Central de Planeamento).

Quando se fala em melhoramento das condições de vida, isso não significa que toda a população portuguesa o tenha conseguido. Um balanço global do processo da Revolução tem de reconhecer que os pequenos agricultores, comerciantes e industriais, assim como quadros técnicos e sectores intelectuais, muito pouco ou nada beneficiaram na sua situação económica como resultado da Revolução. Alguns viram mesmo piorada a sua situação.

Uma razão directa e imediata reside no facto de a classe operária, como classe mais revolucionária, estar mais fortemente organizada, ser mais combativa e ter por isso sabido defender com mais eficácia os seus direitos.

Trata-se de uma falta gravíssima do processo revolucionário, que deve ser rapidamente corrigida.

Entretanto, só com fins reaccionários ou demagógicos se podem opor essas classes e camadas aos trabalhadores assalariados, não para melhorar realmente a situação das primeiras, mas para justificar o agravamento da situação dos últimos.

A política que se impõe não é liquidar as vitórias alcançadas pela classe operária e pelos trabalhadores assalariados em geral, sob pretexto de se ter que melhorar a situação de outros sectores populacionais, mas consolidar e prosseguir as conquistas dos trabalhadores e dar, ao mesmo tempo, satisfação às justas reivindicações, reclamações e aspirações das outras classes e camadas laboriosas.

O patronato, a reacção e as forças conservadoras, salvo esporádicas manobras demagógicas e de sabotagem, opuseram feroz resistência aos aumentos salariais e ao melhoramento dos benefícios sociais. Ante a subida dos défices do orçamento e das balanças comercial e de pagamentos, defendiam, como continuam a defender hoje, que os trabalhadores é que deviam pagar os gastos do reequilíbrio.

O grande patronato e a reacção esqueceram porém que não se vivia já no velho Portugal fascista, em que, para responder às reivindicações

operárias, o patronato pedia apoio ao governo e o governo respondia aos trabalhadores com a PIDE e a repressão. No Portugal libertado do fascismo, o movimento sindical e as Comissões de Trabalhadores tornaram-se poderosas armas de luta. Os trabalhadores conquistaram o direito de se organizarem, de divulgarem as suas informações e opiniões, de se reunirem, de se manifestarem, de fazerem greve. Apoiados nas forças revolucionárias (políticas e militares), nos órgãos do poder, defenderam com energia os seus direitos e conseguiram a satisfação de numerosas reivindicações.

Às justas exigências dos trabalhadores, o actual Primeiro-Ministro chama «fúria reivindicativa» (9-9-1976) ⁽¹⁰²⁾. Há sem dúvida reivindicações irrealistas sopradas pelo patronato sabotador e por esquerdistas pseudo-revolucionários. Mas não é só a esses que se refere o Primeiro-Ministro. Ele refere-se de uma forma geral a tudo quanto foi alcançado pelos trabalhadores.

Os trabalhadores não se deixam porém intimidar nem enganar. Eles sabem que, se não defenderem eles próprios os seus direitos, não será o PS, nem o governo PS, que os defenderá. Se quando necessário não derem mostras de «fúria reivindicativa», a sua situação em vez de melhorar piorará dia a dia. Os trabalhadores não permitirão que, para a recuperação capitalista, lhes seja roubado tudo quanto alcançaram com a sua luta, tudo quanto alcançaram com a Revolução.

4. O controlo operário e a gestão dos trabalhadores

O controlo operário apareceu, no processo da Revolução portuguesa, não tanto como a aplicação de um plano ou programa político, mas como uma necessidade imperiosa para a defesa da democracia, das actividades económicas, do próprio emprego.

Inicialmente, a intervenção dos trabalhadores na vida das empresas manifesta-se pelo saneamento do grande patronato fascista e dos seus agentes directos.

Os saneamentos marcaram profundamente os primeiros tempos após o 25 de Abril e constituíram medidas indispensáveis de defesa da Revolução.

Como bons pequeno-burgueses, os chefes reformistas e oportunistas erguem a voz indignada contra os «saneamentos». Não podem aceitar que os trabalhadores, sem pedirem licença ao poder constituído, nem aos chefes reformistas, tenham decidido expulsar das administrações fascistas e sabotadores contra-revolucionários e tenham impedido a sua entrada em departamentos do Estado e em empresas. Não podem aceitar que «trabalhadores ignorantes», gente das «classes inferiores» tenham ousado dispensar e tratar como mereciam grandes capitalistas e ricos administradores, gente «bem», gente rica, gente das «classes superiores», e tenham assim cometido «graves injustiças».

Num movimento tão amplo, é natural que em alguns casos se tenham cometido injustiças. Mas esse grande movimento de «saneamentos» ficará assinalado como uma justa e necessária acção revolucionária dos trabalhadores a fim de «sanear» a vida política, económica e social portuguesa, a fim de porem termo ao domínio de lugares-chave por fascistas e outros parasitas do grande capital, a fim de defenderem as liberdades e a democracia.

Se não fosse essa luta dos trabalhadores, a direcção da economia e todos os sectores básicos da vida nacional teriam continuado dirigidos pelos fascistas. Se, apesar dessa acção, as forças contra-revolucionárias conseguiram conservar tantas posições-chave donde têm organizado as suas ofensivas, é bem de ver que, se essa grande acção revolucionária que se chamou saneamentos não tivesse sido realizada, quase decerto a democracia há muito teria sido liquidada.

A intervenção dos trabalhadores não pôde porém limitar-se aos saneamentos. Logo teve de alargar o seu âmbito para responder à sabotagem económica e às ofensivas do patronato reaccionário contra os direitos dos trabalhadores.

O controlo operário estabeleceu-se pouco a pouco, em virtude do abandono de empresas pelos patrões, da fuga destes para o estrangeiro, de situações de insolvência ou evidente falência técnica, de desvios e transferências de fundos, de fraudes contabilísticas, da retirada de máquinas e equipamentos, do não aproveitamento de matérias-primas, do esgotamento de stocks, da não aceitação ou do cancelamento de encomendas, do desinteresse na busca de mercados, da degradação económica e financeira e do risco do próximo encerramento das empresas.

Como se anotou nas Conclusões dos 1.º e 2.º Encontros das Comissões de Trabalhadores/Sindicais sobre controlo de produção (Maio de 1975), organizado pela União dos Sindicatos do Porto, o controlo estabelecido «tem sido montado nas empresas a partir da vigilância revolucionária dos trabalhadores, que detectam fraudes de diversa ordem, ou como medida de autodefesa perante um boicote que lhes ameaça a garantia do emprego» (103).

O desencadeamento e o desenvolvimento do processo apresentam grande diversidade, mas as causas são sempre muito semelhantes.

A vigilância e o controlo dos trabalhadores aparece como uma intervenção essencial, de carácter profundamente democrático e patriótico para impedir as fraudes, as ilegalidades, o boicote, a sabotagem do patronato reaccionário e para manter as empresas em laboração, assegurando a produção e os postos de trabalho.

Em muitos casos, tratou-se, no imediato, de assegurar «a simples sobrevivência das unidades de produção» (ibid.).

O controlo operário, o acesso revolucionário dos trabalhadores aos «segredos» das empresas, revelou os abusos, as ilegalidades, as fraudes, a corrupção, a indignidade da exploração pelo patronato fascista.

Na Banca, como será referido ao tratar-se das nacionalizações, os trabalhadores põem a nu irregularidades, delitos antieconómicos, fraudes monstruosas dos grandes senhores da finança.

Em numerosas empresas, os patrões cometeram as irregularidades mais escandalosas.

Na Têxtil Manuel Gonçalves (com intervenção do Estado em 4-8-1975) ⁽⁷⁸⁾, fábrica de 3600 trabalhadores, o patrão utilizou do património da empresa para benefício pessoal mais de 79 mil contos, retirou centenas de milhares de contos, pagou à custa da empresa altos «vencimentos» a pessoas de família que nunca nada fizeram, pagou à custa da empresa carros, iates, um avião (4000 contos) e edifícios: 55 300 contos no edifício de S. Tiago da Cruz, no edifício Neptuno e na Herdade das Tezas. Acabou por fugir ficando a dever à empresa 91 000 contos. Na Rolsol, registou-se a venda fraudulenta de stocks, a diminuição de encomendas, a recusa de pagamento dos salários, ao mesmo tempo que os patrões pediam à Banca centenas de milhares de contos antes de fugir levando o que puderam. Na Ciborel (Pegões), na mesma altura em que a empresa acusava grande défice, o patrão comprava dois Mercedes de uma só vez (fins de 1974), levantara dinheiro para pagar salários e fugia com ele.

A instituição do controlo operário foi uma luta corajosa, tenaz, por vezes heróica, dos trabalhadores, homens e mulheres, contra o patronato reaccionário, contra a reacção, em defesa do trabalho, do pão e da liberdade. Há lutas em relação às quais não é exagerado dizer que foram jornadas épicas em que os trabalhadores, animados pela Revolução, deram provas únicas de espírito de sacrifício e de confiança no futuro.

Os trabalhadores intervieram muitas vezes, seja impedindo que continuassem no exercício das funções de administração os autores de fraudes, irregularidades e sabotagens, seja vetando a nomeação de administradores, nos casos da intervenção do Estado, seja indicando pessoas da sua confiança para as administrações.

Naturalmente que os representantes do capital e do imperialismo protestavam indignados contra o que chamam «saneamentos selvagens». Mas essa intervenção dos trabalhadores foi de alto e positivo significado político, social, económico e moral. Sem essa intervenção, a democracia portuguesa não teria tido longa vida.

O âmbito, os objectivos e as formas de controlo operário não foram previamente definidos. Apareceram por exigência da situação objectiva, como necessários e mesmo indispensáveis para defender a economia nacional e o direito ao trabalho.

À medida que se davam conta das irregularidades e perigos da acção patronal e tinham necessidade de defender as empresas, os trabalhadores começaram a observar os movimentos de fundos, as contas bancárias, a aplicação dos créditos, os níveis de armazenagem dos produtos acabados e das matérias-primas, a facturação (subfacturação e sobrefacturação) e, no caso das empresas comerciais, a contabilidade, a caixa e as compras.

Também, pelas exigências do próprio processo, as funções de vigilância e de controlo deram passagem a funções de gestão, seja para substituir as administrações em fuga, seja para impedir o escoamento de fundos e de divisas, seja para evitar que as administrações conduzissem as empresas à completa ruína e à paralisação, seja para assegurar mercados, para estabelecer formas de coordenação e interajuda com trabalhadores de outras empresas e de outros sectores.

A gestão pelos trabalhadores exerceu-se total ou parcialmente. Em alguns casos, com o abandono e fuga das administrações, os trabalhadores ficaram à frente das empresas, transformando algumas em cooperativas e conseguindo também, em numerosos casos, depois duma luta esforçada, serem credenciados pelo governo a fim de poderem legalmente praticar actos necessários de administração em nome das empresas respectivas. Noutros casos, cooperaram com as administrações (privadas ou nomeadas pelo Estado no caso de intervenção estatal) exercendo o controlo operário.

Ante o avanço do processo revolucionário e as exigências do controlo operário, se houve patrões que opuseram uma resistência frontal e tenaz, outros houve que propuseram a co-gestão como uma tentativa de paralisar o movimento operário, de iludir os trabalhadores e de os associar à defesa das suas posições e à exploração capitalista.

Se, em alguns raros casos, os trabalhadores aceitaram formas de co-gestão, como formas transitórias de controlo operário, em geral recusaram firmemente as propostas nesse sentido.

Há ainda hoje quem queira substituir o controlo operário e a gestão pelos trabalhadores por formas de co-gestão. Há entretanto entre as duas uma diferença essencial. O controlo operário e a gestão pelos trabalhadores é para benefício dos trabalhadores, do País, do processo democrático. A co-gestão aparece como forma de recuperação capitalista ⁽¹⁰⁴⁾.

O controlo e a gestão pelos trabalhadores, como se verificou em Portugal na maior parte dos casos, não apareceram como uma orientação de princípio, uma solução universal, mas como uma solução de emergência. Os trabalhadores aceitaram sempre, nos casos de empresas nacionalizadas ou sob intervenção do Estado, que este nomeasse Comissões Administrativas. O que os trabalhadores exigiram é que as administrações tivessem a sua confiança, que, se possível, fossem designadas algumas pessoas por eles indicadas e que os seus actos fossem controlados.

As funções das Comissões de Trabalhadores são muito variadas: controlo apertado e efectivo às administrações, funções consultivas (Companhia Portuguesa de Pesca), gestão, dinamização da produção, etc.

Como o controlo operário surge do próprio processo revolucionário como uma exigência da situação objectiva, e não como a aplicação de um programa previamente estabelecido, foi no decurso do processo que as organizações dos trabalhadores (Comissões e Sindicatos) começaram a definir o seu âmbito, os seus objectivos e a sua organização.

É a partir do próprio processo revolucionário que os trabalhadores aprofundam a análise da realidade, sistematizam ideias, generalizam as experiências.

Há certamente empresas onde se copiaram de forma demasiado mecânica experiências doutras empresas. Mas o panorama geral revela, a par do espírito de organização, da coragem e combatividade, o poderoso espírito criador da classe operária e das massas trabalhadoras ⁽¹⁰⁵⁾.

O estabelecimento do controlo operário foi caracterizado, em primeiro lugar, por todo um esforço de definição pelos próprios trabalhadores dos seus objectivos e âmbito, sendo por vezes difícil distinguir entre funções de controlo e funções de gestão.

Segundo o Programa da Comissão de Trabalhadores da Setenave eleita em 7-1-1976, «um verdadeiro controlo operário não deve ser interpretado como uma simples vigilância sobre desvios de ferramentas, pequenos roubos e coisas do género. Deve ser voltado prioritariamente para as grandes decisões, em que se ameaça o futuro da empresa», para a «análise sistemática das principais actividades da empresa», «não apenas sobre a produção, mas também sobre o caderno de encomendas» ⁽¹⁰⁶⁾.

Segundo um documento do Sindicato dos Metalúrgicos de Lisboa, que reproduziu o anteprojecto do Estatuto da Comissão de Trabalhadores da Ficol, Lda., são tarefas do controlo operário «o controlo sobre a propriedade, as instalações, as máquinas e equipamentos, as matérias-primas, as questões financeiras, as informações, as actividades administrativas, o pessoal, a contabilidade, a produção e as vendas».

Segundo o Projecto de Estatutos para a Comissão de Trabalhadores da Sociedade Central de Cervejas (sede), os objectivos do controlo operário são, «não só garantir os seus postos de trabalho, como também, através da riqueza produzida, contribuir para uma maior justiça social», «controlar e promover o controlo de gestão da empresa», «com acesso a toda a documentação», «promover a reclassificação de todos os trabalhadores», «elaborar relatórios sobre a situação da empresa», «fiscalizar a posteriori as decisões da Direcção da empresa, podendo eventualmente pô-las em causa», «tornar público, denunciando qualquer forma de sabotagem ou boicote».

A célula do PCP dos Estaleiros Navais de Viana do Castelo, na reunião de 7-7-1976, indicou como «sugestões» para tarefas a exercer pelo controlo operário, entre outras, o recenseamento do equipamento não utilizado, o atraso nos fornecimentos, a implantação e a desactualização dos equipamentos, a carteira de encomendas.

O controlo operário foi caracterizado, em segundo lugar, pelo elevado esforço de organização dos trabalhadores.

Na Sorefame (Amadora) a Comissão de Controlo (CCS) foi formada com 32 delegados, eleitos por sectores e reunindo uma vez por mês. A CCS conta com um executivo de 9 delegados, pertencendo 6 ao Núcleo de Coordenação dos Grupos de Controlo e 3 ao Secretariado. O Secretariado está ligado à Comissão Coordenadora da Electrometalomecânica Pesada.

O Plenário da CCS dos trabalhadores pode propor à Assembleia Geral de Trabalhadores o veto ou, em caso de emergência, a suspensão de qualquer decisão da Administração lesiva dos interesses dos trabalhadores e da economia nacional e, naturalmente, recorrer ao governo e outros órgãos do poder sugerindo e propondo medidas a tomar.

O controlo operário foi caracterizado em terceiro lugar pelo espírito de solidariedade de classe.

No Porto, por exemplo, ao criar-se a Organização de Trabalhadores para Apoio à Produção nas Empresas Controladas (OTAPEC), apoiada pela União Sindical, as Comissões de Trabalhadores das empresas Enecoop, Funicoop, Alumínia, Facar, Secca, Jacinto Ramos & Irmão, Sepsa, Triaço, Cimnor, puseram-se à disposição dos trabalhadores doutras empresas para os ajudar a estudar a situação, a fazer levantamentos do mercado, a ver directamente os problemas de encomendas, de aprovisionamentos de matérias-primas, de comercialização, etc.

O controlo operário foi caracterizado, em quarto lugar, pela capacidade de direcção e gestão dos próprios trabalhadores, apesar da extrema complexidade da situação e das tarefas na maior parte das empresas.

A reacção acusa os trabalhadores de terem desorganizado as empresas e tê-las conduzido à grave situação em que muitas se encontram. O Congresso da Indústria promovido pela CIP (10/12-7-1975) apontou saneamentos, ocupações, sequestros, diminuição de vencimentos de quadros, como se a sabotagem fosse dos trabalhadores e não do patronato reaccionário.

A verdade é que, enquanto o patronato reaccionário conduziu as empresas à falência ou a beira da falência, os trabalhadores conseguiram em muitos casos êxitos notáveis.

Na Mundet (Seixal) a gestão operária (desde fins de Maio de 1975) conseguiu com a unidade, iniciativa e capacidade dos trabalhadores resolver problemas de produção e de mercado e a recuperação económica. Na Ciborel (Pegões), os trabalhadores, dando prova de grande iniciativa, passaram, a partir de Novembro de 1975, a preparar borracha para recauchutagem de pneus industriais gigantes (fabrico inédito em Portugal). Na Movauto (Praias do Sado), dada a quebra das linhas de montagem de automóveis, os trabalhadores passaram a fabricar frigoríficos. Na Luselite (Cruz Quebrada) a produção aumentou 60% e dum situação altamente deficitária passou-se para uma situação «desafogada e rentável». Na Cuétara (Pombal), de bolachas, registaram-se lucros, quando anteriormente havia sempre prejuízos. Na Sopepor (Alpiarça) passou-se dum estado caótico a 100% de capacidade utilizada. Em muitas dezenas de casos (Friantarticus, de Cascais, Latrique, do Cacém, Socotel, de Ovar, Malhas Mara, do Porto) a dedicação, a tenacidade e a capacidade dos trabalhadores conseguiram manter as empresas em laboração e criar condições de sobrevivência e posterior reanimação.

A par de empresas com intervenção do Estado, são às centenas (e só por isso se não citam) as cooperativas que se formaram, empresas portanto em autogestão, onde os resultados financeiros são muito positivos, reabrindo

as empresas, pagando dívidas antigas, melhorando as condições de vida dos trabalhadores.

A reacção acusa o controlo operário de responsável pela «desorganização da economia» e a quebra da produção. A verdade é que o Portugal do 25 de Abril deve ao controlo operário e à gestão pelos trabalhadores que a economia portuguesa não tenha sido mergulhada na desorganização e no caos para onde a quiseram arrastar o grande capital e todos os seus agentes.

Em muitos casos, se tivesse havido o apoio necessário e se numerosos projectos de reconversão propostos pelos trabalhadores tivessem tido seguimento, muitas outras empresas poderiam ter saído das suas grandes dificuldades.

O controlo operário caracterizou-se finalmente ainda pelo reforço da unidade dos trabalhadores no interior das empresas, independentemente das suas ocupações e categorias profissionais.

De facto, no exercício do controlo operário encontram-se lado a lado os operários da produção fabril propriamente dita e quadros técnicos e administrativos, irmanados na mesma luta e nos mesmos objectivos. E foi de resto graças a esta composição diversificada que em muitos casos os trabalhadores detectaram irregularidades e fraudes contabilísticas das entidades patronais, impedindo assim a continuação de sabotagens e abusos que punham em risco a sobrevivência de numerosas empresas.

No seu desenvolvimento, o controlo operário aparece como elemento integrante duma nova dinâmica da produção.

Contra a sabotagem, o privilégio, a cupidez do grande capital, o controlo operário aparece como o esforço da classe operária, dos trabalhadores, para assegurarem, aumentarem e fazerem progredir a produção. Aparece como a «mobilização dos trabalhadores para a salvaguarda, a correcta utilização e o desenvolvimento do potencial produtivo do País», na definição do Sindicato dos Químicos de Lisboa (Cadernos do Controlo Operário).

O controlo operário interveio em todo o processo revolucionário como um instrumento poderoso da transformação das estruturas económicas.

A luta económica que se travou entre um patronato reaccionário voltado para a sabotagem económica, a fraude, a exploração sem limites, a corrupção e os trabalhadores exercendo o controlo e voltados para a defesa da economia e para a produção, colocaram na ordem do dia, como necessidade inadiável para a própria sobrevivência económica nacional no quadro democrático existente, a liquidação da propriedade monopolista e da gestão capitalista nos sectores básicos da economia portuguesa.

O controlo operário e toda a luta revolucionária da classe operária e das massas trabalhadoras em que se insere tiveram decisivo papel para a defesa dos interesses dos trabalhadores e das liberdades, para o avanço de todo o processo revolucionário. Constituíram uma contribuição poderosa para o amadurecimento das condições para as nacionalizações e para a abertura da perspectiva socialista de desenvolvimento.

5. As nacionalizações e a intervenção do Estado

As nacionalizações aparecem como resultado do processo revolucionário, como consequência lógica da agudização da luta de classes, que opunha à Revolução portuguesa os grupos monopolistas, o grande capital.

Depois do 25 de Abril, os bancos e as grandes companhias continuavam sendo uma gigantesca base de apoio das forças reaccionárias, uma força voltada frontalmente contra a Revolução.

Entretanto, avaliando mal o processo revolucionário e a correlação de forças e procurando reconquistar rapidamente o poder político, os grandes capitalistas cometeram três erros que acabaram por lhes ser fatais.

O primeiro foi não terem acreditado na viabilidade da democracia portuguesa e terem procurado liquidá-la o mais rapidamente possível. Com esse fim começaram a sabotar a economia nacional, retiraram e exportaram fundos, cometeram toda a espécie de irregularidades e de fraudes.

Sacavam capitais do Banco Central para os colocar nos bancos comerciais e os distribuir depois pelas empresas dos grupos, por familiares, por compadres, por cabeças-de-turco. As responsabilidades da banca comercial perante o banco central passaram de 9 milhões de contos em 25-4-1974 para mais de 50 milhões de contos em 11-3-1975, o que significou a subtracção ao Estado de 41 milhões de contos.

Enquanto tiveram a banca nas mãos, os capitalistas utilizaram-na para violar as medidas tomadas depois do 25 de Abril com vista a impedir a fuga de capitais. No Banco Espírito Santo (BESCL), por exemplo, foi feito em 13-5-1974 um financiamento de 65 mil contos à herança do Dr. M. R. Espírito Santo Silva e em 9-12-1974 um financiamento de 75 500 contos à Cimianto (empresa do grupo).

As mais variadas formas foram utilizadas pelos grandes banqueiros e capitalistas para organizar a fuga de capitais. Desde operações bancárias irregulares, a «correios» pagos para fazer o contrabando de notas. Acusando saídas ilegais de moeda portuguesa, nos primeiros cinco meses de 1975, o Banco de Portugal recebeu, enviados pelos bancos de vários países, mais 600 000 contos em notas do que em igual período do ano anterior.

O segundo erro dos grandes capitalistas foi passarem a ajudar directamente os conspiradores reaccionários e terem-se alguns tornado eles próprios conspiradores.

O BESCL era pródigo em financiamentos às forças contra-revolucionárias e reaccionárias. O Partido do Progresso recebeu, em nome dos senhores Pessanha e Machado, 2579 contos e, em nome do senhor Deitado, 1613 contos (6-9-1974 e 3-10-1974), parte dos quais para pagar à Tipografia Mirandela o cartaz da «maioria silenciosa»⁽¹⁰⁷⁾. O Partido Liberal recebeu, em nome do senhor Araújo, 1861 contos. O CDS recebeu um financiamento de 5000 contos (28-8-1974). Com nomes incompletos para disfarce, gente do PPD tinha conta aberta para sacar dinheiro ao banco, conhecendo-se levantamentos de 6000 contos.

O terceiro erro dos capitalistas foi continuarem a fazer vida como dantes. Como se nada tivesse acontecido, como se os trabalhadores não tivessem agora a possibilidade de conhecer as suas falcaturas, os administradores continuaram a ir ao estrangeiro em passeatas pagas pelas empresas. Continuaram a receber ajudas de custo de 2 contos diários e mais. Continuaram a ordenar que bancos e outras sociedades fizessem empréstimos de milhares de contos, sem juro, às mulheres e outros familiares. Continuaram a pagar, à conta das empresas, moradias, carros, prendas de anos, almoços diários nos restaurantes mais caros. Para comprar moradias e outros bens, o Cardoso, da Fundação de Oeiras, desviou mais de 100 000 contos de créditos concedidos à empresa. O M. Gonçalves, como atrás se mostrou, desviou para carros, barcos de recreio e até um avião particular ⁽¹⁰⁸⁾. J. de Brito e J. Pimenta desviaram milhões. Os Vanzellers tiraram da EcriL para as suas quintas. O regabofe do grande capital continuava depois do 25 de Abril.

Estas três formas de actuar, em vez de conduzirem os seus autores ao sucesso, conduziram-nos ao desastre.

Além das razões de fundo, a sabotagem económica e as dificuldades de toda a ordem criadas à economia nacional pelos grandes senhores dos grupos capitalistas, as fraudes e abusos que cometiam nas empresas e o seu comprometimento com as conspirações reaccionárias pesaram na precipitação do processo e na decisão final da nacionalização da banca e dos sectores básicos da economia.

Já antes do 11 de Março se tinha efectuado a nacionalização dos três bancos emissores: de Portugal, Nacional Ultramarino e de Angola (15-9-1974) ⁽⁷²⁾. Tratava-se porém da confirmação de uma situação de facto e de uma medida relacionada com o processo de descolonização.

A derrota da reacção no 11 de Março, o comprometimento do grande capital na conspiração, o súbito avanço das forças revolucionárias, a luta enérgica dos trabalhadores, a acção dos militares do MFA, a aliança Povo-MFA, permitiram dar início às nacionalizações que, num curto espaço de tempo, abrangeram os sectores básicos da economia nacional.

Em 14 e 15 de Março, o Conselho da Revolução tomou a decisão histórica de nacionalizar os bancos e as companhias de seguros (com excepção das sociedades estrangeiras) ⁽¹⁰⁹⁾, começando o grande processo das nacionalizações: a 16 de Abril, da Sacor e das outras companhias do ramo dos petróleos, da siderurgia, das companhias de electricidade, das grandes companhias dos transportes (CP, TAP, CNN e CTM); a 9 de Maio, das companhias de cimentos e celulose; a 13 de Maio das companhias de tabacos; a 5 de Junho, do Metropolitano de Lisboa e das grandes transportadoras de camionagem ⁽⁷⁶⁾; a 13 de Julho (já depois da saída do PS do Governo), da Carris ⁽¹¹⁰⁾; a 13 e 14 de Agosto (já com o V Governo Provisório), da Covina e das Pirites de Aljustrel; a 21 e 22 de Agosto, da Petroquímica, do Amóniaco e dos Nitratos ⁽⁷⁸⁾; a 28, das 38 empresas do grupo de camionagem Esteves ⁽¹¹¹⁾; a 30, das sociedades de cervejas; a 1 de Setembro, da Setenave e dos Estaleiros de Viana do Castelo ⁽⁷⁶⁾; a 25 de

Setembro, da CUF e, a 2 de Outubro, das suas holding, a Sociedade Geral e Sogefi ⁽¹¹²⁾.

No total, de 11 de Março até ao fim do IV Governo Provisório (8-8-1975), foram nacionalizadas 150 empresas, das quais 19 bancos e outras instituições de crédito, 36 companhias de seguros, 16 de electricidade, 4 de petróleos, 8 de fabricação de produtos minerais não metálicos, 1 da indústria do ferro e do aço, 61 de transportes, 6 do papel e 5 de tabaco.

O V Governo (8-8-1975 a 12-9-1975) procedeu, no curto período da sua existência, à nacionalização de 54 empresas, das quais 38 de transportes terrestres, 2 estaleiros, 1 de vidro, 1 de petróleo, 3 de produtos químicos, 7 de bebidas e 2 de extracção de minérios.

O VI Governo, a par das nacionalizações de empresas do sector da comunicação social ⁽¹¹³⁾, ainda nacionalizou, no seguimento de um processo em andamento e praticamente irreversível, as companhias de pesca ⁽⁸⁰⁾, já depois do 25 de Novembro.

No total, até 30-7-1976, tinham sido nacionalizadas 245 empresas: 24 bancos e outras instituições de crédito, 36 companhias de seguros, 16 de electricidade, 5 de petróleos, 8 de fabricação de produtos minerais não metálicos, 1 de fabricação de vidro, 1 da indústria do ferro e aço, 2 de construções de material de transportes, 2 mineiras, 4 de produtos químicos, 6 de celulose e papel, 5 de tabaco, 7 de bebidas, 8 de pesca, 1 da agricultura, 96 de transportes terrestres, 8 de transportes marítimos, 1 de transportes aéreos, 10 de cinema e televisão, 4 editoras e tipografias.

Assim foram nacionalizados os sectores básicos da economia portuguesa.

Se o derrubamento da ditadura fascista e a nova situação democrática haviam liquidado o capitalismo monopolista de Estado e o poder político dos monopólios, esta série de nacionalizações liquidou o poder económico dos grupos monopolistas e os próprios grupos monopolistas.

Os trabalhadores tiveram um papel decisivo no processo das nacionalizações. Não só através da luta geral contra os monopólios, mas também através da luta concreta pela nacionalização de sectores determinados.

A classe operária encabeçou decididamente a luta pelas nacionalizações, desenvolveu poderosas acções de massas com esse objectivo, inseriu essa reclamação nas lutas por objectivos imediatos e contribuiu poderosamente para concretizar a «estratégia antimonopolista» consagrada no Programa do MFA, para fazer avançar, com a consolidação da democracia portuguesa, o processo de democratização económica e social.

Na banca, desvios de fundos, actividades especulativas, exportações ilícitas de capitais, separação de filiais no estrangeiro com o fim de desviar fundos, política discriminatória de crédito, mostraram como o capital financeiro usava o seu poder no sistema bancário para causar dificuldades à economia portuguesa e apoiar as forças reacçãoárias.

O caso do BIP foi como que o detonador das nacionalizações. O BIP era o exemplo típico da actividade especulativa e fraudulenta e da degradação moral do capitalismo monopolista.

O BIP era a instituição ao serviço da especulação e da fraude sem limites. Milhões de contos foram desviados, gastos, afundados em operações de empresas do grupo, cada uma das quais com a sua própria história de especulação e irregularidades. O grupo Jorge de Brito constituiu um monstruoso aparelho de empresas, recolhendo milhões de contos e fazendo-os desaparecer em benefício dos senhores do capital.

Se todos os pormenores são exactos, a operação preparada no Crédito Predial era digna da história do crime. O Estado tinha 40%, Jorge de Brito 5% e Bullosa 30%. J. de Brito, depois de procurar meter um homem seu, Brás de Oliveira (5% do capital), como Presidente do Conselho de Administração para facilitar a operação, vendeu os 5% ao Bullosa, mas pretendia depois comprar-lhe os 30%. Para pagar estes 30% faria um empréstimo... ao próprio Crédito Predial! Isto quando J. de Brito já devia ao Crédito Predial 500 000 contos e acabava de fazer desaparecer outros 500 000 de um empréstimo estrangeiro contraído com o aval do Estado!!!

Quando o Estado intervém no BIP (12-10-1974) ⁽¹¹⁴⁾ para o salvar da falência, a operação custa milhões de contos dos dinheiros públicos.

O caso do BIP, e toda a podridão do capital financeiro que o controlo dos trabalhadores vai pondo a nu, reforça as reclamações no sentido da nacionalização da banca, que acabará por ter lugar em 14 de Março de 1975.

O processo da nacionalização da banca é inseparável da corajosa luta dos trabalhadores bancários, organizados nos seus sindicatos e nas suas comissões.

Após o 25 de Abril, os trabalhadores bancários tomaram a iniciativa de sanear administradores comprometidos com o fascismo. Velaram pelo cumprimento das primeiras medidas dos governos provisórios. Desmascararam exportações ilegais de capital, discriminações na política de crédito, desvios de fundos, ajudas financeiras a partidos fascistas e reaccionários. Depois do 28 de Setembro, instituíram um efectivo controlo na banca. A 3 de Janeiro de 1975, reunidos numa Assembleia Geral com 5000 participantes, decidiram pedir ao Governo Provisório «medidas no sentido da nacionalização da banca». A 14 de Janeiro, na manifestação de 300 000 trabalhadores pela unidade sindical, é novamente reclamada a nacionalização.

Derrotada a reacção no 11 de Março, provado o comprometimento da banca privada, os trabalhadores bancários, orientados pelo sindicato, proibem as administrações de entrarem nas instalações. Os delegados sindicais tomam conta das chaves dos cofres. Os trabalhadores constituem piquetes de vigilância em todo o País e encerram os bancos. No dia 13 entregam à Assembleia do MFA provas da sabotagem económica das administrações. No mesmo dia 13, o Conselho da Revolução toma a decisão histórica da nacionalização da banca, cujo decreto-lei terá a data de 14.

O cérebro e a mão de ferro do capitalismo monopolista português sofreram nesse dia um golpe mortal.

Esta data marca verdadeiramente a viragem da democracia portuguesa para o caminho do socialismo.

Dada a estrutura do capitalismo monopolista português, que se tinha desenvolvido nos últimos anos do fascismo com a polarização dos grupos monopolistas em torno dos seus próprios bancos, a nacionalização da banca arrastaria em qualquer caso a destruição das estruturas do capitalismo monopolista e a nacionalização de amplos sectores.

Nos Seguros, a luta dos trabalhadores pela nacionalização vinha de longe. Em Assembleia Geral dos Trabalhadores realizada em 6 de Janeiro de 1975 foi novamente exigida. Averiguando a sabotagem dos capitalistas que investiam em benefício pessoal o dinheiro das reservas, os trabalhadores insistiram com mais firmeza na nacionalização.

A nacionalização da CUF foi precedida também de uma longa e pertinaz luta dos trabalhadores. Em 12 de Abril de 1975, 24 Comissões de Trabalhadores das empresas do Grupo resolveram coordenar a sua acção. Ainda em Abril, o Conselho Geral dos Trabalhadores da CUF do Barreiro exige uma sindicância à Empresa Geral do Fomento (holding do grupo). Em 19 de Abril, 31 Comissões de Trabalhadores das empresas do grupo elegeram uma Comissão Coordenadora e insistem na sindicância. Em 10 de Maio, os trabalhadores fazem centenas de reuniões e generalizam o controlo operário. Finalmente, em 5 de Julho, numa reunião de 38 Comissões de Trabalhadores, é decidido exigir a nacionalização imediata e completa do grupo CUF. Os trabalhadores contactam o governo, a luta desenvolve-se e em 25 de Setembro é finalmente promulgado o Decreto-Lei n.º 532/75 do V Governo Provisório, nacionalizando a CUF ⁽¹¹⁵⁾.

A nacionalização das CRGE ⁽⁷⁶⁾ é também inseparável da luta dos trabalhadores da empresa. A luta agudizou-se depois do 11 de Março, quando os trabalhadores surpreenderam os administradores a destruir documentos. Tendo à frente a sua Comissão, os trabalhadores lutaram pela substituição imediata do Presidente da Administração, pela rescisão do Contrato com a Sofina (monopólio belga dominante na empresa) e pela nacionalização. O contrato foi rescindido a 15 de Abril e a companhia nacionalizada a 16.

A nacionalização do sector petrolífero aparece na continuidade de uma pertinaz luta dos trabalhadores da Sacor, Cidla e Sonap ⁽⁷⁶⁾. Logo depois da nacionalização da banca formaram piquetes permanentes de vigilância às instalações para evitar sabotagens e fugas de documentos. Fortemente organizados e coordenando a sua acção nas quatro empresas ⁽¹¹⁶⁾, mantendo o controlo operário, intervindo no processo de reestruturação, recusando fazer horas extraordinárias até à aprovação dos Estatutos da nova Empresa, tiveram importante papel tanto na nacionalização (15-4-1975) ⁽¹¹⁷⁾ como na fusão numa única empresa do Estado: a Petrolgal ⁽¹¹⁸⁾.

A nacionalização da CP ⁽⁷⁶⁾ foi reivindicada num grande plenário de 6000 trabalhadores realizado no Pavilhão dos Desportos.

A nacionalização da Siderurgia Nacional ⁽⁷⁶⁾ foi reclamada na 1.ª Assembleia Unitária de Trabalhadores, realizada em 2-2-1975, que repudiou as campanhas esquerdistas contra a nacionalização.

A nacionalização do Metropolitano ⁽¹¹⁹⁾ foi reclamada pelos órgãos representativos dos trabalhadores.

A nacionalização da Socarmar, cargas e descargas, foi reclamada pelos trabalhadores em plenário ⁽¹²⁰⁾.

Processos semelhantes se verificaram na maior parte das empresas nacionalizadas e em muitas outras que não chegaram a sê-lo.

As nacionalizações representam uma transformação revolucionária nas estruturas económicas e sociais de Portugal, abrindo uma perspectiva completamente nova à evolução da nossa economia e da nossa sociedade.

Em resultado das nacionalizações, o sector público da economia passou a compreender (e continua a compreender actualmente) 33 empresas que já em 25 de Abril eram propriedade do Estado, 245 empresas nacionalizadas desde o 25 de Abril (incluindo aquelas em que foi apenas nacionalizado o capital nacional), cerca de 200 empresas em que o Estado tem mais de 50% do capital e ainda várias empresas em que o Estado tem de 20% a 50% do capital.

O número total de trabalhadores sobe a cerca de 140 000. O valor global do capital social (antes do 25 de Abril) das empresas nacionalizadas rondava 40 milhões de contos, ou seja, 38% do capital social de todas as sociedades.

A percentagem do capital social das empresas nacionalizadas em relação ao respectivo ramo variam muito, mas, no geral, são muito elevadas: 96% na electricidade, 93,5% nos bancos e instituições financeiras, cerca de 80% no cimento, transportes marítimos, cervejas, rádio e televisão, mais de 60% nos seguros, transportes aéreos e papel, mais de 30% nos produtos químicos e construção de material de transportes.

Trata-se de uma parte determinante da economia nacional. Segundo um estudo ainda inédito (e embora com critérios que podem ser revistos) o sector público no seu conjunto representa, em relação aos valores globais da economia nacional, 25% do valor acrescentado bruto, 44% da formação bruta de capital fixo e 14% da mão-de-obra ⁽¹²¹⁾.

Estes dados de comparação, embora elucidativos, não dão uma medida exacta da importância do sector nacionalizado. O seu peso na economia nacional não é apenas quantitativo, mas qualitativo. Os sectores nacionalizados são as alavancas de todo o processo produtivo. São os sectores fundamentais, centrais, de que todos os outros dependem. O resto da indústria, embora com vastíssimos sectores da indústria ligeira, como a têxtil, o calçado e vestuário e a construção civil, teria de acompanhar uma política económica definida pelo sector nacionalizado

Se se juntarem ao sector nacionalizado as empresas com intervenção do Estado, aquelas que estão sob controlo operário e as cooperativas formadas em médias empresas abandonadas pelo patronato reaccionário, vê-se que os sectores nacionalizados e sob controlo do Estado e dos trabalhadores constituem parte decisiva e determinante da economia nacional.

As numerosas empresas onde se realizou a intervenção do Estado, e outras que se transformaram em cooperativas, são também uma importante realidade nova na economia portuguesa ⁽¹²²⁾. Embora não tenham mudado ainda as estruturas jurídicas, mudou radicalmente a situação de facto, diminuindo a zona do domínio capitalista.

A intervenção do Estado em empresas ao abrigo do Decreto-Lei n.º 660/75 ⁽¹²³⁾ foi um dos aspectos mais originais do processo revolucionário e deu novas machadadas no capitalismo monopolista.

Segundo os dados disponíveis, o Estado interveio em 261 empresas de praticamente todos os ramos de actividade económica, com um total, numa primeira estimativa, de mais de 60 000 trabalhadores.

Os motivos directos da intervenção foram a sabotagem económica (103), a falência iminente (88), a fuga dos patrões (20) e outros. As irregularidades do patronato eram clamorosas. Casos como o da Copam, que comprou à Amidex por 3000 contos equipamento de valor estimado em 70 contos, foram práticas correntes de sabotagem económica e desvio de fundos. Muitas destas empresas já antes da intervenção se encontravam em autogestão. Depois da intervenção, 170 ficaram com Comissões Administrativas, tendo os trabalhadores sido ouvidos em 100 casos. Em 76 casos ficou uma Comissão de Gestão.

Antes de 11 de Março realizaram-se 21 intervenções. De 11 de Março à formação do VI Governo Provisório, 137. Com o VI Governo, 98.

No número das intervenções contam-se: a) casas agrícolas e cooperativas agrícolas; b) grandes empresas têxteis e vestuário com um total de cerca de 10 000 operários: Simões (1000), Cambournac (800), Mondorel, Lanofabril, Fianderia Moderna, Jacinto, Manuel Gonçalves (3600), Fiação de Tomar, A Penteadora de Unhais, etc.; c) grandes empresas de cortiça: Mundet (1250), Pablos e Fiaf ⁽¹²⁴⁾; d) grandes empresas metalúrgicas: Duarte Ferreira (2621), Facar (944), Fundação de Oeiras e outras; e) grandes fábricas de máquinas e aparelhos eléctricos: Messa (1700), E. Ferreirinha (1000), Rabor (567); f) grandes empresas de obras públicas e construção, três das quais com mais de 2000 trabalhadores e com um total de 20 000; g) grandes empresas do comércio por grosso: Supa (2396), Nutripol (320); h) grandes empresas de operações sobre imóveis: Torralta (2507); i) outras importantes empresas: Pesca de Viana (600 trabalhadores), Pardal Monteiro (297), Mármoreos do Condado, fábrica Mendes Godinho (1250), Copam-amidos ⁽¹²⁵⁾ (246), Sociedade de Vinhos Borges & Irmão (320), Papéis Vouga (500), Vidreira M. Pereira Roldão (600), Tomé Feteira (650), Ormis (1900), etc.

Trata-se de empresas importantíssimas que, integradas no sector público junto às nacionalizadas e convenientemente administradas, dão base bastante para uma reconstrução total da economia portuguesa em bases não capitalistas.

Se se tiverem em conta cerca de 840 cooperativas formadas em antigas empresas, ainda mais vasto nos aparece o panorama dos sectores que saíram da exploração e controlo capitalistas.

As cooperativas formadas em médias (e algumas pequenas) empresas abandonadas ou sabotadas pelo patronato, ou à beira da falência, subiram a 787 em Maio do ano corrente. Cento e cinquenta e cinco eram de construção civil, 147 de metalomecânica e 98 de vestuário e calçado. Desde então foram formadas mais de 50. O conjunto representa um sector com possibilidades de grande dinamismo.

O capitalismo português sofreu pois alterações radicais. A dinâmica capitalista pode deixar definitivamente de ser determinante na economia portuguesa, se estas conquistas revolucionárias forem consolidadas e desenvolvidas numa perspectiva progressista, na perspectiva do socialismo.

6. A Reforma Agrária

A Reforma Agrária é uma das maiores conquistas, se não a maior, da Revolução portuguesa.

A Reforma Agrária é uma realização revolucionária de alcance histórico dos trabalhadores agrícolas alentejanos e ribatejanos, organizados nos seus sindicatos, tendo à frente o seu Partido — o Partido Comunista Português — e contando com o apoio dos militares do 25 de Abril.

A Reforma Agrária foi conduzida fundamentalmente pelos assalariados rurais, pelo proletariado rural.

No Alentejo e Ribatejo isso era necessário, indispensável e inevitável. Por um lado, porque o proletariado rural nessas regiões já era no tempo do fascismo uma grande força revolucionária, com elevada consciência de classe, com forte combatividade, com sólida organização, com uma larga e heróica experiência de luta. Por outro lado, esse papel do proletariado rural era condição para a realização da própria reforma, dadas as elevadíssimas percentagens de assalariados rurais na população agrícola activa: mais de 85% nos distritos de Beja, Setúbal e Portalegre e em numerosos concelhos dos distritos de Santarém e Castelo Branco, mais de 90% no distrito de Évora e nos concelhos de Coruche. Alpiarça e outros, no distrito de Santarém. Nos distritos de Évora, Beja, Portalegre e Setúbal os assalariados eram dez vezes mais numerosos que os pequenos e médios agricultores.

O proletariado rural — embora procurando e conseguindo em larga medida atrair, interessar e fazer partilhar na Reforma Agrária os pequenos e médios agricultores — teve sempre simultaneamente o papel de realizador, de dinamizador e de dirigente.

Esta situação permitiu que a Reforma Agrária assumisse um carácter profundamente revolucionário, se desenvolvesse em ritmo rápido, alcançasse características específicas muito avançadas e aparecesse, não como a Reforma Agrária de um sistema capitalista em desenvolvimento, mas como uma Reforma Agrária de carácter socialista.

As vitórias históricas dos trabalhadores agrícolas do Alentejo e Ribatejo foram possíveis pelo elevado grau de organização já alcançado,

designadamente a organização da sua vanguarda revolucionária. É uma verdade histórica que a única força política consequente no desencadeamento do processo e na realização da Reforma Agrária foi o Partido Comunista Português. Sem o PCP não teria havido Reforma Agrária.

O MFA e individualmente numerosos militares revolucionários deram também uma importante, e em alguns aspectos decisiva, contribuição para a Reforma Agrária, seja pelas condições políticas gerais que criaram, seja pelo apoio concreto em momentos e actos fundamentais, incluindo a consagração da Reforma na própria lei.

Apesar disso, a contribuição das forças armadas foi irregular, reflectindo contradições internas. Se muitas vezes intervieram a favor dos trabalhadores, outras intervieram em apoio dos agrários ou ficaram passivas ante as violências desencadeadas por estes.

Mesmo nos sectores mais progressistas, isso sucedeu. No COPCON, por exemplo, em certos momentos foram apoiadas as acções dos trabalhadores. Noutros momentos sucedeu o contrário. Assim, por exemplo, em 11 de Agosto de 1975, numa circular enviada às unidades militares por determinação do comandante do COPCON, general Otelo Saraiva de Carvalho, falava-se das «ocupações de natureza selvagem, oportunista e mesmo contra-revolucionária», acusava-se de que «desarticulam todo o processo produtivo» e davam-se às várias unidades militares ordens para que «não sejam permitidas, seja a que pretexto for, quaisquer ocupações de propriedades» que não resultem da aplicação da lei pelo CRRRA, e para que fossem «detidos para averiguações com vistas ao apuramento de responsabilidades» elementos responsáveis por ocupações ⁽¹²⁶⁾.

A Reforma Agrária não foi dádiva de ninguém aos trabalhadores. Foi obra dos próprios trabalhadores, produto da sua luta heróica. Foi arrancada contra uma resistência constante, tenaz, por vezes desesperada, não apenas dos agrários, mas de todas as forças reaccionárias, de todos os sectores conservadores, incluindo os que se mantiveram no próprio Governo.

Os trabalhadores tiveram de defrontar violentas e venenosas campanhas de propaganda, golpes de mão, operações armadas dos agrários, atentados terroristas, acções militares de intimidação, ameaças de «invasão» vindas de outras regiões, actividades divisionistas, tentativa de estrangulamento económico e financeiro das novas unidades agrícolas que se foram formando.

Houve unidades onde os trabalhadores estiveram meses e meses sem receber salários. O crédito e a assistência técnica foram durante muito tempo sistematicamente recusados. Os trabalhadores tiveram que vencer a sua própria impreparação técnica e falta de experiência. Em muitas unidades não havia quem fizesse contas e muito menos a contabilidade. Só com a unidade, a organização, o espírito revolucionário, a confiança no futuro, era possível nessas condições levar por diante e fazer triunfar a Reforma Agrária.

A luta heróica teve o seu prémio. Uma grande parte dos latifúndios foram liquidados, e hoje, apesar das repetidas ofensivas que prosseguem

contra a Reforma Agrária, os trabalhadores, libertados dos agrários, dirigem mais de 400 Cooperativas e Unidades Colectivas de Produção (UCP), numa superfície de mais de 1 000 000 de hectares, ou seja, um quinto da superfície agrícola de Portugal.

Num balanço sumário e provisório, a Reforma Agrária pode traduzir-se nos seguintes números: Estão sob o controlo dos trabalhadores 1 100 000 hectares, dos quais foi já reconhecida a expropriação de 800 000 a 900 000 ha. A média por cooperativa ou unidade colectiva orça pelos 2500 ha. A maior unidade é a UCP Salvador Pomar (Escoural), com 20 000 hectares. A 12 de Maio (Montargil) tem 17 000 ha. As UCP Margem Esquerda (Serpa), 1.º de Maio (Avis), Terra de Catarina (Baleizão), Estrela do Guadiana (Mértola), Aguiar (Viana) e Esquerda Vencerá (Pias) têm cada uma mais de 10 000 ha.

Foram constituídas mais de 400 cooperativas e unidades colectivas de produção, onde trabalham muitas dezenas de milhares de trabalhadores (20 000 efectivos no distrito de Évora, 20 000 no de Beja, 10 000 no de Portalegre).

Em toda esta área libertada não há mais grandes proprietários, não há mais capitalistas nem patrões. Os trabalhadores dirigem a agricultura, trabalham para si, para os seus, para o seu povo, para o seu país.

Trata-se de uma grandiosa realização, tanto mais assinalável quanto é certo que não havia um poder revolucionário, nem um governo revolucionário, mas um poder e um governo debatendo-se em conflitos internos. Os trabalhadores contaram, é certo, com o apoio de elementos e estruturas do MFA e do Governo, e a esse respeito a acção dos IV e V Governos e dos Secretários de Estado da Estruturação Agrária, António Bica e Vítor Louro, membros do nosso Partido, foi do mais alto valor⁽¹²⁷⁾. Mas contaram também, da parte de outros elementos e sectores do poder, com reservas e hostilidade, que, de uma maneira mais ou menos agressiva, se têm mantido até hoje.

A Reforma Agrária começou no Outono e no Inverno de 1974-1975, num momento particularmente difícil para os trabalhadores dos campos do Sul. A sabotagem económica pelos agrários havia-se generalizado. Os gados ou eram abandonados até morrerem de fome, ou eram levados clandestinamente para Espanha. A azeitona não era apanhada. As culturas eram abandonadas. As máquinas eram retiradas das explorações. Olivais eram incendiados. Hortas e outras culturas eram destruídas criminosamente com bulldozers, tractores ou lançamento de manadas e rebanhos. Os agrários pediam dinheiro aos bancos para trabalhos agrícolas e gastavam-no em proveito próprio. Às terras dos vastos incultos e coutadas juntavam-se novas terras abandonadas ou só simbolicamente cultivadas. O desemprego aumentava e, tal como no passado, a fome instalava-se nas casas dos trabalhadores.

No distrito de Santarém, por exemplo, apontavam-se casos como as propriedades de 4000 ha dos Barreiros (Coruche), onde nem limpavam os

sobreiros, as herdades da Carreta e da Volta do Cale (Couço), por cultivar há vários anos, a herdade dos Farinheiros, com cortiça por tirar há 11 anos, a Quinta da Matinha de Almoester, com as terras e 20 moradias abandonadas.

A realização da Reforma Agrária, a liquidação dos latifúndios, aparecia, não apenas como um programa de transformação económica e de justiça social, mas como uma necessidade objectiva de resolver os problemas da produção e do emprego.

O desenvolvimento da Revolução portuguesa, com as derrotas da reacção e os avanços das forças progressistas, criaram condições favoráveis para o arranque dessa grande realização revolucionária.

A Reforma Agrária começou quando os trabalhadores tomaram a decisão histórica de avançar para as terras, ocupá-las e cultivá-las.

Esta acção revolucionária de massas não mais parou até hoje, em jornadas gloriosas de luta, numa épica cruzada de libertação e de progresso.

Dizem alguns que estariam de acordo com a Reforma Agrária e com a liquidação dos latifúndios, mas se tudo tivesse sido feito depois de publicada na lei, depois de uma decisão governamental, depois de estudado um plano, depois de traçada à régua e compasso a nova estruturação agrária e distribuídos superiormente os trabalhadores pelas terras que lhes fossem destinadas.

É evidente que, se os trabalhadores, em vez de procederem às ocupações «selvagens», esperassem tais processos, morreriam de fome antes disso, pois, nem hoje, nem daqui a um século, nem nunca teriam a Reforma Agrária.

O andamento da Reforma Agrária pode dividir-se em quatro períodos fundamentais. Até ao 11 de Março, do 11 de Março à publicação da Lei da Reforma Agrária (29-7-1975), da Lei da Reforma Agrária até à queda do V Governo Provisório e depois da formação do VI Governo Provisório.

No primeiro período, os trabalhadores começam a ocupar e a cultivar terras dos latifúndios, de princípio apenas terras incultas e abandonadas.

As primeiras iniciativas tiveram lugar no distrito de Beja, em Outubro de 1974, com a ocupação das herdades do Monte do Outeiro (775 ha), na freguesia da Senhora da Vitória, e «Donas Marias» (1200 ha), em Aldeia Nova de S. Bento. Uma tentativa de ocupação da Herdade dos Machados foi impedida e várias outras dezenas de tentativas não se mantiveram também. Nos distritos de Évora e Portalegre, as ocupações começaram um pouco mais tarde: Herdade do Picote (Montemor-o-Novo) em 2 de Fevereiro de 1975, Herdade de Rabaças (570 ha), em Avis, em 13 de Fevereiro, Herdade de Monte Branco, Avis (700 ha) e Herdade do Pombal (Évora) em 11 de Março. Na distrito de Setúbal, os primeiros grandes exemplos foram dados nas Quintas da Corona e do Pocinho (3000 ha). A criação, nessas quintas, da Cooperativa Estrela Vermelha foi assinalada com uma concentração de 30 000 trabalhadores (3-4-1975) ⁽¹²⁸⁾.

Até 11 de Março, as ocupações foram relativamente limitadas. Até essa data as ocupações no distrito de Beja não teriam ultrapassado 9000 ha. A partir dessa data, com a derrota das forças reaccionárias e a conjuntura favorável criada, o processo avança rapidamente, calculando-se que, na altura da publicação da Lei da Reforma Agrária, estavam já sob o controlo dos trabalhadores cerca de 500 000 ha. Depois, já com a Lei publicada, dá-se o segundo grande arranque para a terra, chegando-se aos fins de Outubro com 1 000 000 ha sob o controlo dos trabalhadores.

São diferentes, como se verá adiante, as políticas do V e do VI Governos Provisórios no que respeita à Reforma Agrária. Começam, com o VI Governo, modificações restringindo o alcance de algumas disposições da Lei da Reforma. Mas os grandes êxitos alcançados pelas cooperativas e UCP, não só tornam difícil a recuperação pelos agrários, como permitem continuar a Reforma Agrária.

A Reforma Agrária foi acusada, por todas as forças reaccionárias, de provocar a desordem e o caos na agricultura, de ir causar diminuição da produção e fome para os trabalhadores.

Os factos desmascararam a falsidade de tais acusações. Apesar das condições políticas e económicas extraordinariamente difíceis, os trabalhadores, com os seus sacrifícios, o seu esforço, o seu talento, a sua determinação e confiança, conseguiram, não só organizar a agricultura em novos moldes numa vasta zona, como obter magníficos resultados logo no primeiro ano.

O êxito da Reforma Agrária revela-se em três aspectos essenciais.

O primeiro foi o aumento da área cultivada, com o desbravamento e a arroteia de grandes superfícies abandonadas e incultas.

Na zona da Reforma Agrária, a área cultivada de trigo passou de 407 900 ha para 515 700 ha, aumentando, portanto, 108 800 ha (27%) ⁽¹²⁹⁾, ao passo que diminuiu um terço nos outros distritos. A área cultivada de aveia aumentou 12% e a de cevada 34%, tendo-se também registado baixas nos outros distritos. No total, a área cultivada com os três cereais aumentou 154 100 ha em relação à média dos últimos dez anos (1966-1975).

Defendendo os agrários e atacando a Reforma Agrária, as forças reaccionárias fizeram grande alarido contra o aumento da área cultivada, dizendo estar a repetir-se o erro da «campanha do trigo» dos anos 30, que provocou uma rápida erosão de terrenos por se ter semeado em terras impróprias para a cultura de cereais. Pode admitir-se que, em alguns casos, se tenha feito a cultura de cabeços. Mas, salvo qualquer caso raro, o aumento da área cultivada deu-se em terras com aptidão agrícola, que os agrários mantinham abandonadas, seja para não fazer despesas, seja para conservar coutadas, onde os grandes senhores iam caçar.

O segundo aspecto do êxito obtido pela Reforma Agrária foi o aumento da produção.

Na zona da Reforma Agrária, a produção, em 1976, atingiu 721 700 toneladas de trigo, 132 200 toneladas de aveia, 83 700 toneladas de cevada.

Em relação à média dos últimos dez anos, a produção de trigo aumentou 60%, a da aveia 50% e a de cevada 70%. Em relação a 1975, respectivamente, 31%, 18% e 11%.

As produções unitárias médias de trigo passaram de 11,9 quintais/ha em 1966-1975 para 14,3 quintais/ha em 1976. As produções unitárias aumentaram 20% para o trigo, 40% para a aveia e 39% para a cevada.

Trata-se de um progresso espectacular da Reforma Agrária, ainda que favorecido por um ano climatérico favorável.

Além dos cereais citados, aumentou também a produção de arroz, de azeite, de tomate e de outros produtos.

Em relação ao gado, desmentindo as furiosas campanhas de calúnias, todos os dados disponíveis mostram ter-se registado importante aumento do número de cabeças.

A cooperativa 12 de Maio de Montargil duplicou o seu efectivo pecuário, passando de 1800 para 3500 cabeças. A UCP Maria Machado (Montemor-o-Novo) passou de 779 para 1239 cabeças. A cooperativa 28 de Setembro de Vila Viçosa aumentou mais 120 vacas e 192 ovelhas. A cooperativa Pôr do Sol (Reguengos) mais 200 ovelhas e 515 porcos. A cooperativa do Picote (Montemor-o-Novo) mais 50 vacas, 308 ovelhas, 142 porcos. As 17 UCP do concelho de Santiago do Cacém passaram de 2000 cabeças para 7500. As 6 UCP do concelho de Avis aumentaram 687 vacas, 272 vacas leiteiras, 5650 ovelhas, 1000 porcos e 650 cabras. Não se trata de casos isolados, trata-se do panorama geral, mostrando um aumento notável do efectivo pecuário. Um recente apuramento, relativo a 95 das 156 cooperativas do distrito de Évora, confirma que o aumento é geral: os bovinos passaram de 15 586 para 23 693 cabeças; os ovinos de 69 645 para 101 942; os caprinos de 7930 para 12 029; os suínos de 11 424 para 29 659. No total, o número de cabeças nas 95 cooperativas passou de 104 585 para 167 323, ou seja um aumento de 60%.

O terceiro aspecto do êxito obtido pela Reforma Agrária foi a realização de trabalhos numa perspectiva de desenvolvimento.

Nas cooperativas e unidades colectivas, apesar da assistência técnica insuficiente, discutem-se as formas de diversificar a produção, de aumentar a área irrigada, de desenvolver a criação de gado e a produção de leite. Praticamente, todas as novas unidades desbravaram terrenos, melhoraram o aproveitamento das terras, introduziram novas culturas.

Na cooperativa 1.º de Maio da Gâmbia iniciou-se a cultura do linho. Noutras, a do girassol e do tabaco. Estão em marcha iniciativas para a reconversão de explorações agrícolas em explorações agro-pecuárias, para a construção de estábulos e pocilgas, para a cultura de forragens indispensáveis ao desenvolvimento pecuário.

A diversificação das culturas e uma orientação voltada para o desenvolvimento exige uma radical melhoria técnica, e daí as tarefas da formação de quadros, de aquisição de máquinas, de construção de albufeiras para aumento da área de regadio, em que estão hoje empenhadas numerosas cooperativas e unidades colectivas.

Na cooperativa do Mouchão do Inglês, os trabalhadores fizeram 20 furos artesianos, construíram um depósito aéreo e um celeiro, compraram uma furgoneta, uma camioneta e uma máquina de lavar e terraplenar, compraram gado e têm o plano de construção duma vacaria para 100 vacas, além da electrificação e de alojamentos.

A UCP 25 de Abril (Sousel) comprou mais de 1000 contos de maquinaria. As cooperativas de Safira (Montemor-o-Novo), Pôr do Sol (Reguengos), Boa União (Mourão) tinham apenas 1 tractor cada uma; actualmente têm respectivamente 6, 6 e 3. A cooperativa Sousa da Sé (Évora) adquiriu 7 ceifeiras. A cooperativa 1.º de Maio (Gâmbia) comprou um tractor. A Seara Vermelha (Santiago do Cacém) uma debulhadora. Nas 6 UCP do concelho de Avis, o número de tractores passou de 113 para 147 (mais 34), as ceifeiras-debulhadoras de 18 para 44 (mais 26), além de mais 46 máquinas diversas. Estas 6 cooperativas construíram 13 albufeiras.

Calcula-se que, no total, as cooperativas e UCP adquiriram só num ano, cerca de 2000 máquinas agrícolas, incluindo tractores, debulhadoras, ceifeiras, escavadoras, reboques, motores de rega, etc.

É toda uma perspectiva de desenvolvimento e desafogo que a Reforma Agrária faz nascer no velho Alentejo das coutadas, dos incultos, da cultura extensiva, da miséria.

Como resultado da Reforma Agrária melhoraram consideravelmente as condições de vida dos trabalhadores.

De uma maneira geral, nas zonas da Reforma Agrária desapareceu o desemprego. É esclarecedor comparar zonas onde se realizou a Reforma Agrária e quase desapareceu o desemprego (como no concelho de Avis) com zonas muito próximas (como a de Montalvão), onde continuam de um lado latifúndios por expropriar e do outro numerosos desempregados.

O número de trabalhadores por herdades aumentou consideravelmente em todos os casos. Apenas como exemplo: em 6 UCP do concelho de Avis (42 650 ha) passou de 615 para 1750. Na cooperativa do Mouchão do Inglês, de 15 para 50. Na cooperativa da Quinta de S. João (Alpiarça), de 7 para 30. Na cooperativa da Gouxá e Atela, de 20 para 70.

As cooperativas e unidades colectivas tomaram medidas para o melhoramento das condições de vida dos trabalhadores. Estabeleceram salários fixos. Diminuíram a diferença entre os salários dos homens e das mulheres. Criaram as primeiras creches e os primeiros postos médicos. Tomaram as primeiras medidas de protecção aos velhos.

Há sem dúvida tendências e erros que é necessário corrigir: certos aumentos salariais excedendo as possibilidades reais das cooperativas, tendências igualitaristas que tiram o estímulo a trabalhos mais qualificados,

distribuição de receitas em benefícios sociais sem ter em conta a necessidade de constituir fundos e de fazer amortizações.

Tudo isso se tem de corrigir. Mas o que é de reter, ao falar-se da Reforma Agrária, é o ter conseguido, no imediato, nas cooperativas e unidades colectivas, o melhoramento das condições de vida e a segurança do trabalho e do pão dos trabalhadores.

O aumento da área cultivada e da produção e o melhoramento das condições de vida foram possíveis porque, nas novas unidades agrícolas não há mais explorados nem exploradores, porque as relações de produção se transformaram em relações de cooperação e solidariedade, com a abolição da base de exploração do homem pelo homem.

A Reforma Agrária provocou uma onda de entusiasmo dos trabalhadores de todo o País. Desenvolveu-se uma vasta campanha de solidariedade. A classe operária, particularmente activa, recolheu fundos e ofereceu máquinas e adubos. Operários industriais, jovens trabalhadores e estudantes, mulheres, intelectuais, sectores progressistas, organizaram brigadas de trabalho voluntário, que se calcula tenham dado às cooperativas e UCP mais de 10 000 dias de trabalho gratuito.

À solidariedade interna soma-se a solidariedade internacional. As cooperativas da URSS e da Bulgária socialista ofereceram valiosos parques de máquinas, no valor de muitas dezenas de milhares de contos. Da RDA e de outros países socialistas chegou também auxílio em material. Trabalhadores da RFA e de outros países capitalistas, associados muitas vezes a emigrantes portugueses, prestaram também a sua solidariedade.

As novas explorações constituídas chamam-se Cooperativas e Unidades Colectivas de Produção.

No geral, a segunda designação é mais correcta que a primeira.

Um grande número das unidades constituídas nos primeiros tempos chamaram-se a si próprias «cooperativas». Mas nada têm a ver, na sua orgânica, com as cooperativas existentes, seja em países capitalistas, seja em países socialistas. Tão-pouco se podem identificar com herdades do Estado existentes em países socialistas. Não são associações de pequenos e médios camponeses, mas unidades constituídas fundamentalmente por proletários rurais, embora muitas vezes com um certo número de pequenos e médios agricultores. Não incluem, na maior parte dos casos, quaisquer courelas individuais dos «cooperantes». Não são herdades do Estado, porque as direcções são escolhidas pelos próprios trabalhadores e o Estado não nomeia administrações nem intervém. Não estão sujeitas tão-pouco a uma rigidez salarial, pois admitem ajustamentos e benefícios sociais segundo os resultados. É um tipo original, ainda sem contorno definitivo, tendendo a uma forma de «unidade colectiva popular», em que a autonomia na gestão e o pagamento de salários fixos são características essenciais.

Na formação e características destas unidades originais pesou, de maneira determinante, a elevadíssima percentagem de proletários rurais,

o facto de que a Reforma Agrária foi realizada fundamentalmente por estes ⁽¹³⁰⁾.

Tem-se discutido muito se esta forma de organização corresponde às exigências de carácter económico e social, e se houve ou não erros graves em relação aos pequenos e médios agricultores.

A nosso ver, ainda que, no geral, os trabalhadores agrícolas tenham procurado integrar os pequenos e médios agricultores no processo, houve alguns erros para os quais em devido tempo foi chamada a atenção e que interessa sublinhar.

O primeiro foi não se ter considerado senão em casos muito raros a constituição de reais cooperativas de pequenos e médios agricultores entregando-lhes terras dos latifúndios. Embora em número reduzido, poderiam corresponder melhor às aspirações dos interessados, sem prejuízo da constituição das grandes UCP.

O segundo foi uma demasiada pressa na assimilação dos pequenos e médios agricultores ao proletariado rural, sem ter em conta a maneira de ser própria dessas classes sociais, muito ligadas ao sentimento de independência e de direcção individual das próprias explorações.

A Reforma Agrária abarcou apenas as regiões do latifúndio, que têm características que as diferenciam das restantes regiões do País. A Reforma Agrária até agora levada a cabo é a reforma agrária das regiões do Sul, dominadas pela grande e muito grande propriedade, muitas vezes inculta ou mal aproveitada. É uma Reforma Agrária da região do latifúndio e dos proletários rurais ⁽¹³¹⁾.

Sem dúvida que noutras regiões existem também grandes propriedades e grandes proprietários cujas terras deverão ser entregues um dia a quem as trabalha. Mas predominam em vastas regiões as pequenas explorações agrícolas e os pequenos e médios agricultores cujos problemas são completamente diversos dos problemas do latifúndio e do proletariado rural do Sul ⁽¹³²⁾.

Haverá que aplicar a Lei da Reforma Agrária a outras regiões, com as correcções apropriadas. Mas haverá que realizar outra reforma agrária completamente diversa nas regiões da pequena exploração agrícola e particularmente nas regiões do minifúndio, tendo sempre em conta a vontade, as aspirações e as decisões dos próprios pequenos e médios agricultores.

O Programa do nosso Partido indicou para uma política agrária numerosas medidas que, se levadas a cabo, teriam permitido não só resolver os problemas mais instantes dos pequenos e médios agricultores, como iniciar profundas transformações nas regiões onde predomina a pequena e média propriedade ⁽¹³³⁾. A Revolução não realizou uma tal política.

É certo que foram aprovadas três leis progressistas, de extraordinário alcance, se levadas à prática: a Lei do Arrendamento Rural, a Lei dos Baldios e a Lei da Extinção dos Foros ⁽¹³⁴⁾. Ao abrigo da primeira foram já reduzidos a escrito dezenas de milhares de contratos de arrendamento.

Mas a oposição e a sabotagem dos grandes proprietários é muito intensa e só através da luta diária se consegue fazer aplicar a lei em cada caso concreto.

É certo também que foram tomadas algumas medidas de alcance limitado como o aumento de alguns preços ao produtor (leite e gado bovino), a criação do crédito agrícola a curto prazo, isenções de contribuição predial rústica, abolição das taxas para Grémios da Lavoura e outras. Muitas delas pouco significaram porém.

A Revolução portuguesa conta como uma das suas falhas mais graves não ter dado a resposta adequada aos interesses e aspirações dos pequenos agricultores.

Mesmo os problemas mais imediatos que afligem os pequenos e médios agricultores (crédito, comercialização, garantia do preço) não tiveram resposta eficaz. Esse facto reforça as possibilidades da reacção manter um poder local reaccionário sobre amplas massas de pequenos e médios agricultores.

É necessário antes de mais resolver esses problemas e desenvolver o espírito do associativismo a partir de formas mais elementares, antes de atingir a cooperação na produção, ou seja, antes de lançar medidas da Reforma Agrária nas zonas de pequena propriedade.

Quanto à Reforma Agrária já realizada, apesar do seu âmbito regional, significa uma transformação radical e irreversível das estruturas agrárias em grande parte do território, e o começo de uma agricultura nova, libertada da exploração dos agrários e dos capitalistas, ao serviço dos trabalhadores e do País.

7. O processo de descolonização

O fim da guerra colonial e a contribuição para a rápida independência dos povos submetidos ao colonialismo português constituem uma das grandes realizações progressistas da Revolução portuguesa.

O reconhecimento do direito dos povos da Guiné-Bissau, Moçambique, Angola, Cabo Verde e S. Tomé e Príncipe à completa e imediata independência não correspondeu apenas a uma atitude de justiça para com esses povos. Correspondeu também aos interesses reais e profundos do próprio povo português, à causa da paz e do progresso da humanidade.

A exploração e a opressão coloniais eram por um lado uma história de crimes contra os povos explorados e subjugados e por outro lado uma fonte de energias, de recursos, de força material e ideológica dos exploradores e opressores do próprio povo português, do grande capital monopolista, da reacção e do fascismo. A luta pela liberdade e a democracia em Portugal contou em si como elemento integrante a solidariedade para com a luta libertadora dos povos submetidos ao colonialismo, da mesma forma que a luta destes povos foi activamente solidária para com a luta do povo português contra a ditadura fascista.

A conquista da independência pelos povos da Guiné-Bissau, Moçambique, Angola, Cabo Verde e S. Tomé e Príncipe não só concretizou o seu direito histórico de decidirem do próprio destino e de se governarem a si próprios como correspondeu também à aspiração a uma verdadeira independência nacional por parte do povo português.

A dominação colonial e a guerra colonial eram de há muito e estavam-se tornando cada vez mais, nos últimos tempos do fascismo, factores de acentuação da dependência de Portugal em relação ao imperialismo. A luta pela verdadeira independência de Portugal tornou-se inseparável do reconhecimento do direito à imediata independência dos povos submetidos ao colonialismo português ⁽⁵⁷⁾.

Portugal libertado do fascismo, cortando com um passado de vergonha nacional, apareceu desde a primeira hora como um país amigo e solidário dos países até então vítimas do colonialismo e da guerra movida pelo governo fascista.

A contribuição do Portugal do 25 de Abril para a independência dos povos até então submetidos ao colonialismo português tem um alto significado histórico. Foi para o nosso próprio povo uma atitude dignificadora e redentora. Respeitando as outras pátrias, marcou o fim de uma época da vida nacional manchada pelo colonialismo e abriu as possibilidades reais da construção de uma nova vida, livre, democrática e independente, na nossa própria pátria.

A contribuição da Revolução portuguesa para a independência das ex-colónias portuguesas não se limita à chamada «descolonização». Esta significa o processo conduzido pelos órgãos do poder, as propostas, os acordos e as soluções oficiais. A contribuição da Revolução portuguesa inclui naturalmente tudo o que houve de positivo na «descolonização», mas inclui também, e esse é um aspecto decisivo, a luta do povo português e dos militares revolucionários (coincidindo nuns casos e excedendo noutros a política oficial) para pôr fim imediato à guerra, para que fosse reconhecido sem delongas o direito à independência, para que o PAIGC, a FRELIMO, o MPLA e o MLSTP fossem considerados os únicos e legítimos representantes dos povos respectivos, os únicos interlocutores válidos para negociações, os únicos em condições de formarem governo após a conquista da independência.

Na política portuguesa em relação à questão colonial após o 25 de Abril reflectiram-se a instabilidade política e militar, as contradições, os conflitos, as irregularidades e as incertezas, as mudanças na correlação de forças, as diferenciações de influências no aparelho do Estado, as frequentes alterações e mudanças de concepção política nos vários órgãos do poder e nos vários postos de chefia.

No processo de descolonização estiveram sempre presentes as lutas internas e o curso acidentado da Revolução portuguesa. Esteve sempre presente o conflito entre as forças revolucionárias e patrióticas portuguesas, activamente solidárias para com a luta de libertação, e as forças

reaccionárias, conservadoras, pró-imperialistas, procurando uma solução neocolonialista. O que é fundamental na contribuição portuguesa é a luta e o êxito das forças revolucionárias contra as forças do colonialismo e do neocolonialismo, que dispunham de altas posições nos órgãos políticos e militares do poder. Os resultados finais aí estão para o mostrar.

Derrubado o fascismo, três orientações principais se manifestaram nos órgãos do poder político e político-militar.

Uma pretendia continuar a guerra até obter um acordo tendente a um futuro plebiscito. Substituíam o objectivo da «independência» pelo de «autodeterminação», elaborando esquemas para que esta não conduzisse àquela. O general Spínola, Presidente da República e da Junta, falando violentamente contra os movimentos de libertação, pronunciava-se contra a independência imediata por ser a «negação dos ideais democráticos» (11-6-1974). Palma Carlos esclarecia que no «programa da Junta» não se falava de independência mas sim de «autodeterminação do povo português» (sic) (Entrevista ao Diário de Lisboa, 25-6-1974). Sá Carneiro exigia eleições «aqui e no Ultramar» (Povo Livre, 17-8-1974). Esta linha de acção voltara-se para uma independência fictícia, no quadro de uma «Federação Portuguesa», tendo em Lisboa o seu «governo central» ou «federal». Com mais ou menos variantes, era a concepção de Spínola, do PPD e de sectores reaccionários e conservadores.

Uma outra orientação admitia formalmente a independência, mas pretendia protelar o processo com vistas a uma solução que mantivesse as efectivas posições dominantes de Portugal e impedisse a subida ao poder, pelo menos com posição determinante, dos movimentos revolucionários que haviam dirigido a luta de libertação. Com mais ou menos variantes, era a concepção de alguns dirigentes do PS e de alguns sectores do MFA.

Uma terceira orientação defendia o fim imediato da guerra, negociações com os movimentos revolucionários que haviam conduzido a luta de libertação, o apressamento do processo e o reconhecimento da independência completa com a formação de governos na base desses movimentos. Era a posição do PCP (¹³⁵) e dos sectores mais progressistas, da opinião democrática e das forças armadas.

A luta entre estas várias concepções iria dar-se incessantemente num processo muito irregular. O próprio general Spínola, pressionado pelos acontecimentos, viria a declarar em 27 de Julho de 1974 o reconhecimento do direito à independência dos povos submetidos ao colonialismo português (¹³⁶). Mas a luta continuaria acesa até à proclamação da independência de Angola (¹³⁷), último país a libertar-se definitivamente do «Império colonial português».

Dizemos «último a libertar-se», mas na verdade houve duas excepções: Timor e Macau.

Timor, onde, em vez da rápida autodeterminação, o governo português procurou adiar a solução do problema, concebeu um plano irrealista de eleições para muito mais tarde e, embora se reconheça que teria sido

diffícil impedir, acabou por facilitar, com a sua política, a ocupação e aneção desse território pelos fascistas indonésios, apesar de a antiga parte portuguesa da ilha de Timor não se poder a nenhum título considerar parte da nação indonésia.

Macau, território integrante da China, onde esta continua a reconhecer a administração colonial portuguesa, talvez porque Macau do ópio, do jogo e da prostituição é uma porta aberta para negócios com os países do capital.

Tiradas essas duas excepções, apesar das diferenças dos processos que após o 25 de Abril conduziram à independência os vários países submetidos ao colonialismo português, verificaram-se certos traços comuns a todos eles.

Em primeiro lugar, as soluções inicialmente avançadas pelos órgãos do poder, que estavam voltadas para o neocolonialismo, tiveram todas elas de ser revistas, profundamente alteradas e finalmente completamente ultrapassadas pela luta conjunta e reciprocamente solidária das forças revolucionárias portuguesas e dos povos submetidos ao colonialismo português.

O próprio Programa do MFA adiava a solução de fundo sob pretexto de que «a sua definição cabe ⁽¹³⁸⁾ à Nação» e indicava como objectivos a «criação de condições para um debate franco e aberto a nível nacional» e o «lançamento de uma política ultramarina que conduza à paz». O Programa foi ultrapassado pelos factos, mas as forças reaccionárias, colonialistas e neocolonialistas não se deram por vencidas.

Spínola era tão irrealista na avaliação do presente e nas previsões do futuro que pretendeu fazer distribuir na Guiné-Bissau 20 000 fotografias suas com a ideia de que o povo guineense o elegeria a ele num plebiscito.

Em relação a Cabo Verde, dando posse ao «governador» (6-8-1974) ⁽¹³⁹⁾, Spínola afirmou que o facto de «não ter havido guerra» ⁽¹⁴⁰⁾ levava a concluir que a «autodeterminação» ali se deveria processar através de um «referendo».

Em relação a Angola, a Junta de Salvação Nacional traçou, em 9 de Agosto de 1974, como linhas gerais de «descolonização», um governo de coligação e eleições por sufrágio universal, directo e secreto, dentro de dois anos (Comunicado de 9-8-1974). Imediatamente antes da tentativa do golpe de 28 de Setembro e fazendo parte da sua preparação, tiveram lugar em Lisboa conversações com a FNLA, e Spínola recebeu como «representantes das populações de Angola» agentes do colonialismo.

Em relação a Moçambique, a política era semelhante: fazer tudo para que tivesse lugar um «plebiscito» e para que, em qualquer caso, não fosse a FRELIMO a assumir a responsabilidade de formar governo.

Os planos neocolonialistas foram desfeitos e a situação radicalmente modificada pela luta conjugada do povo e das forças revolucionárias de Portugal e dos movimentos de libertação.

Em segundo lugar, as tentativas para ajudar «movimentos» ou criar grupos dóceis ao neocolonialismo fracassaram ante a força real dos movimentos de libertação que conduziam a luta dos seus povos com o activo apoio das forças revolucionárias e do povo de Portugal.

Em todos os casos foram feitas tentativas para minimizar ou, se possível, afastar do processo de descolonização os movimentos que conduziam a luta.

Na Guiné-Bissau, apareceram a FLING, a Liga Popular dos Guinéus, a Frente Unida para a Libertação, a União Democrática da Guiné e outras organizações fantoches criadas ou apoiadas pelos colonialistas. Em Moçambique criaram-se e lançaram-se com grande propaganda os grupos de Joana Simeão, de Domingos Arouca e de outros. Em Angola foi a ajuda à UNITA, que se distinguiu no tempo do fascismo pelo seu colaboracionismo com o exército colonial, e à FNLA, apoiada pelos americanos e chineses em estreita aliança. Em Cabo Verde apareceram a União Democrática de Cabo Verde (UDC), anticomunista, a UPICV, ligada a elementos da PIDE e a indivíduos que se diziam apoiados pela China e Albânia e que tinha nos seus planos o assassinio dos dirigentes do PAIGC.

Mas, em Portugal, o povo português havia de há muito reconhecido sem sombra de dúvidas quem eram aqueles que combatiam contra o colonialismo e pela libertação e independência dos seus povos, e apoiou-os constantemente através de uma vigorosa acção política. A própria força e a luta dos movimentos de libertação, a luta solidária do povo português e as justas posições dos militares do MFA acabaram por anular as tentativas da reacção e do neocolonialismo e por atribuir aos movimentos de libertação o justo papel e a justa posição.

Em terceiro lugar, as tendências existentes nas forças armadas, segundo as quais estas deveriam conter os movimentos de libertação e servir para impor soluções neocolonialistas, foram ultrapassadas pelo MFA e por todos os sectores militares que entendiam que as forças armadas deveriam agir para concretizar a independência dos povos.

Este confronto nas forças armadas, que acompanhou as variações da correlação de forças entre os vários sectores, expressou-se em nomeações e exonerações de militares para altos cargos em África, na hostilidade ou cooperação dos militares com movimentos de libertação, na atitude dos soldados, sargentos e oficiais no próprio terreno.

Os lugares de chefia sofreram alterações correspondentes às alterações na correlação de forças. Em Junho de 1974 foi nomeado governador-geral de Angola um general de direita, Silvino Silvério Marques. Em Julho foi nomeado para o mesmo cargo um homem de esquerda: o almirante Rosa Coutinho ⁽¹⁴¹⁾.

Os militares revolucionários, os soldados, sargentos e oficiais dos exércitos expedicionários, passando por cima das ordens dos canais oficiais, negavam-se a retomar os combates, confraternizavam com os combatentes do PAIGC, da FRELIMO e do MPLA, abriam conversações locais sobre

situações concretas e tornavam irreversível a solidariedade para com a luta de libertação. Por esta forma, também a Revolução portuguesa esteve presente em África, contribuindo para uma mais breve vitória final da luta libertadora dos povos.

Neste processo criaram-se graves tensões. Assim, entre Spínola e as forças armadas na Guiné-Bissau chegou a existir uma situação de conflito aberto. Spínola acusava de «traidores» aqueles que se opunham aos seus planos. Em fins de Maio de 1974, chamou a Lisboa cinco oficiais do MFA da Guiné-Bissau com a ameaça de os prender. Mas a situação real era clara: se em Lisboa não reconheciam a independência, reconheciam-na as forças armadas portuguesas na Guiné-Bissau. Os mais renitentes tiveram de curvar-se às realidades.

Ao longo do processo de descolonização verificaram-se numerosos conflitos semelhantes.

Em quarto lugar, ao mesmo tempo que se manteve sempre firme e activa a cooperação entre as forças revolucionárias em Portugal e em África, fracassaram as grandes tentativas de golpes armados nas ex-colónias, conjugados com as tentativas contra-revolucionárias em Portugal.

O golpe provocatório e colonialista de 7 de Setembro de 1974 em Lourenço Marques ⁽¹⁴²⁾ (actualmente Maputo) procurou não só opor-se aos acordos de Lusaka sobre o cessar-fogo e ao reconhecimento da independência marcada para 25 de Junho de 1975 como ajudar a preparação da ofensiva da «maioria silenciosa» ⁽¹⁴³⁾, então já em franco desenvolvimento. Em Angola (e numa menor escala em Cabo Verde) também numerosas vezes foram desencadeadas acções armadas e violentas provocações em manifesta ligação com ofensivas da reacção em Portugal.

A par de factos internos próprios do processo da Revolução, a política portuguesa em relação à questão colonial foi também fortemente influenciada pela pressão do imperialismo, que temia, por um lado, perder, com o fim do colonialismo português, as suas posições nas antigas colónias portuguesas e temia, por outro lado, que pela natureza revolucionária dos movimentos de libertação os novos países independentes adoptassem, como vieram a adoptar, uma firme política anti-imperialista.

Ainda hoje se não sabe o que foi tratado e acordado nas conversações de Spínola com Nixon (19-6-1974), de Spínola com Mobutu na ilha do Sal (14-9-1974), de M. Soares com Kissinger (18-9-1974). O segredo que até hoje se manteve, e a política portuguesa que se lhes seguiu, permitem fazer uma ideia acerca do alcance dessas negociações.

Quando se tornou inevitável que o PAIGC seria o partido governante na Guiné-Bissau e a FRELIMO em Moçambique, a reacção e as forças conservadoras, ligadas ao imperialismo, afirmavam que o mesmo não poderia acontecer em caso algum em Angola e Cabo Verde. Considerados esses países indispensáveis à «segurança e estratégia dos Estados Unidos»,

começou a ter-se como forçoso que ficassem na zona da sua influência, excluindo portanto que se viessem a formar nesses países governos do MPLA e do PAIGC.

Perdidas para o colonialismo e o neocolonialismo as batalhas da Guiné-Bissau, Moçambique e Cabo Verde, toda a intransigência dessas forças se concentrava em Angola, cobiçada além do mais pela riqueza dos seus recursos naturais.

Não conseguiram impedir que Angola conquistasse a independência e o MPLA formasse o governo da nova República Popular. Mas conseguiram que o governo português, na fase final da descolonização, amarrasse Portugal a uma posição hostil para com Angola, surgindo o novo Estado e o novo governo não (como sucedeu com a Guiné-Bissau, Moçambique e Cabo Verde) em acordo com o governo português, mas contra a sua vontade e em conflito aberto com ele.

Precisamente no momento em que estava em plena marcha a conspiração neocolonialista para o esmagamento militar do MPLA e fora desencadeada a agressão armada para alcançar esse fim, os imperialistas norte-americanos e as forças reaccionárias e conservadoras portuguesas insistiam na necessidade do acordo entre os «três movimentos».

A 23 de Outubro, tropas sul-africanas, associadas a destacamentos de pides e de mercenários portugueses do ELP, com tanques e apoio aéreo e naval, invadem Angola e avançam em flecha para o Norte. Ao mesmo tempo, a partir do Zaire, a FNLA, integrada também com mercenários e dispendo igualmente de tanques, avança em direcção ao Sul. A agressão imperialista visa colher o MPLA entre duas tenazes, encurralá-lo em Luanda e esmagá-lo.

Em princípios de Novembro de 1975, quando o MPLA reforçava as suas posições na capital, defender a vigência e a aplicação dos acordos de Alvor, que a FNLA e a UNITA declaradamente haviam violado, era uma cobertura para criar condições para a liquidação final do único movimento que lutava consequentemente pela independência do povo angolano.

O PPD exige a vigência e aplicação dos acordos de Alvor e a formação de um governo com os três movimentos como única forma de «evitar a balcanização do território e que Angola se transforme num novo Vietname» (Comunicado do Secretariado Nacional do PPD de 9-11-1975). Mário Soares, em entrevista ao Expresso (8-11-1975) ⁽¹⁴⁴⁾, exige também a aplicação dos acordos de Alvor e uma solução com os três movimentos.

Insistindo nesta atitude, o PS e o seu secretário-geral tiveram responsabilidades históricas no erro monstruoso do VI Governo Provisório (contra a opinião de responsáveis militares e contra a firme posição do PCP) não reconhecendo no dia 11 de Novembro de 1975 a República Popular de Angola.

Foi evidente que o PS e o PPD jogaram a fundo no êxito da intervenção armada sul-africana e da FNLA (ajudada pelos Estados Unidos) contra

o MPLA, que, segundo afirmavam, estaria cercado em Luanda e prestes a ser derrotado. Foi evidente que se fiaram em promessas e cálculos da intervenção do imperialismo. A esse erro juntaram outro. Persistiram na mesma atitude quando ruíram por terra tais esperanças, quando o MPLA constituiu governo e os intervencionistas foram derrotados.

A independência de Angola e a atitude do VI Governo marcam assim tanto o fim do colonialismo português como a intensificação da conspiração e da revanche neocolonialista, que adiante será tratada.

A violência das críticas da reacção à descolonização são um claro indicativo do seu papel progressista. Freitas do Amaral, num comício do CDS em Tondela, criticando as forças armadas, proclamou que, com a descolonização, Portugal «não honrou a sua história» (Diário de Notícias, 10-11-1975), Galvão de Melo, na Assembleia Constituinte, fez um requisiório contra a descolonização, que acusou de «abandono, entrega, venda», «consequência da traição e derrota» (Diário da Assembleia Constituinte, 11-11-1975). No fundamental, a contribuição histórica positiva está presente no resultado: reconhecimento oficial da independência da Guiné-Bissau em 26 de Agosto de 1974 ⁽¹⁴⁵⁾. Independência de Moçambique em 25 de Junho de 1975 ⁽¹⁴⁵⁾. Independência de Cabo Verde em 5 de Julho de 1975 ⁽¹⁴⁶⁾. Independência de S. Tomé e Príncipe em 12 de Julho ⁽¹⁴⁷⁾. Independência de Angola em 11 de Novembro ⁽¹³⁷⁾.

O PCP teve a honra de ser convidado a participar nas cerimónias da declaração da independência dos novos países e ser aí recebido como amigo e irmão. Foi prémio justo à sua política consequente.

Contra todas as tentativas das forças reaccionárias, conservadoras, colonialistas e neocolonialistas, ficaram à frente dos novos Estados os movimentos e os dirigentes revolucionários que haviam dirigido a luta pela independência e se voltam para a construção de uma sociedade progressista, sem exploração capitalista.

Trata-se de uma vitória de profundas repercussões, não só na vida dos povos respectivos, mas na situação da África austral e mesmo no panorama político mundial.

Apesar dos choques, por vezes extremamente violentos, entre as forças políticas e entre sectores militares, apesar de muitas vezes os sectores mais conservadores terem imposto como política oficial portuguesa ou como decisões portuguesas uma política e decisões que visavam impedir ou entrar o processo de descolonização, a Revolução portuguesa constituiu uma contribuição do mais alto valor para a conquista da independência por esses povos.

Daí o poder afirmar-se com justiça que o acesso à independência dos povos dantes submetidos ao colonialismo português foi uma vitória histórica desses povos e uma vitória também das forças revolucionárias e progressistas de Portugal.

8. Uma política de independência nacional

A Revolução portuguesa iniciou um período em que, apesar de todas as pressões externas, os portugueses ousaram encaminhar a vida nacional segundo a sua própria vontade, sem se submeterem às directrizes e ameaças do imperialismo.

O próprio 25 de Abril foi uma poderosa afirmação de independência nacional. O 25 de Abril aparece coma acto da vontade dos portugueses, decidido por portugueses, sem quaisquer colaboração, apoio ou ajuda externos.

Esse traço da sublevação militar reforçado pela poderosa intervenção do movimento operário e popular na democratização do País imprimiu a todo o processo um carácter português e o brio de uma solução nacional e independente.

Numerosas vezes os países imperialistas intervieram contra o processo democrático, fazendo as mais variadas pressões diplomáticas, políticas, económicas, financeiras e mesmo militares.

Logo em 19 de Julho ⁽¹⁴⁸⁾, no encontro de Spínola com Nixon nos Açores, o chefe da Casa Branca declarou aprovar os «objectivos» de Spínola e dar-lhe o apoio dos Estados Unidos, não naturalmente contra as forças da reacção, contra a conspiração fascista, contra os grupos monopolistas, mas contra os comunistas, contra o MFA, para a liquidação da Revolução portuguesa ⁽¹⁴⁹⁾.

O imperialismo insistiu com particular vigor para que Portugal, país da NATO, não seguisse um caminho que o afastasse da dominação do capitalismo monopolista, cuja defesa é a razão de ser da própria Aliança Atlântica.

As pressões militares foram frequentes ao longo dos dois anos e meio decorridos desde o 25 de Abril. Quando em fins de Janeiro de 1975 as forças progressistas se reforçaram e se intensificou a conspiração reaccionária que conduziria ao 11 de Março, a NATO realizou grandes manobras nas costas portuguesas (operação «Locked Gate» — 30-1-1975), que tinha entre outros temas um ataque simulado de aviões americanos a objectivos do centro de Portugal...

Nos meses de Maio e Junho, numa altura em que se agudizava a crise político-militar, novas manobras tiveram lugar ao longo da costa portuguesa.

No dia seguinte às eleições para a Assembleia da República é a «Operação Gate» (26-4-1976), que contava entre os seus «temas» um bombardeamento ao território português ⁽¹⁵⁰⁾.

Estas pressões causaram na altura sérias apreensões. Fizeram tremer os hesitantes. Animaram os reaccionários. Mas não evitaram que a Revolução portuguesa, inspirada pela consciência da independência nacional, seguisse o seu caminho.

O imperialismo insistiu para que as instâncias político-militares e o governo não reconhecessem os movimentos de libertação que haviam con-

duzido a luta dos povos, abafassem as posições anticolonialistas nas forças armadas e no movimento popular e impusessem uma solução neocolonialista.

O imperialismo jogou com a importância estratégica para o mundo ocidental da Guiné-Bissau, Cabo Verde, Angola e Moçambique e fez pressões e chantagens junto de Portugal para que esses países não alcançassem a independência tendo à sua frente movimentos e dirigentes cujas posições anti-imperialistas eram conhecidas.

A descolonização, levada a cabo no fundamental e, salvo o caso de Angola, contra as pressões imperialistas, foi também neste aspecto uma política de independência nacional, uma grande afirmação de que Portugal tem pleno direito de decidir da sua política.

O imperialismo quis manter Portugal bem amarrado à dependência dos Estados Unidos e dos países imperialistas da Europa e afastado da amizade e da cooperação com os países socialistas.

A reacção mundial temia o que pudesse significar a passagem de uma situação em que não existiam quaisquer relações com os países socialistas (salvo Cuba) para relações de amizade com países que apoiariam decerto a Revolução portuguesa.

As forças reaccionárias, conservadoras e oportunistas internas, activamente apoiadas pelo imperialismo, procuraram impedir, dificultar, atrasar, diminuir, reduzir a meras relações formais as relações de Portugal com os países socialistas. Apesar porém dessa resistência conjugada, as relações diplomáticas foram estabelecidas e deram-se importantes passos nas relações comerciais, culturais e mesmo de cooperação.

A derrota da reacção no 28 de Setembro abriu a possibilidade de se ultrapassarem as maiores resistências e obstáculos, e em 29-10-74 uma primeira missão governamental, dirigida pelo Ministro sem Pasta representante do PCP no Governo Provisório, visitou a URSS e lançou as bases do desenvolvimento das relações e da cooperação ⁽¹⁵¹⁾.

As relações com os países socialistas europeus são estabelecidas a partir do 25 de Abril de 1974: em Junho com a Roménia, em Julho com a URSS e a Polónia, em Agosto com a Checoslováquia, a Bulgária e a RDA, em Outubro com a Hungria ⁽⁷²⁾.

Num espaço de tempo relativamente curto (1974-1975) foram assinados acordos económicos, comerciais, culturais e turísticos e acordos sobre transportes aéreos e marítimos.

O comércio externo com os países socialistas, apesar de entravado e por vezes sabotado e apesar das campanhas de calúnias (sobre as vendas do vinho e sapatos à URSS, sobre a compra de açúcar a Cuba, etc.), conheceu importante desenvolvimento ⁽¹⁵²⁾.

A participação de Portugal na Conferência de Segurança Europeia de Helsínquia, com uma delegação chefiada pelo Presidente da República, general Costa Gomes (31-7-75 ⁽¹⁵³⁾), marca também um grande momento da política externa de Portugal após o 25 de Abril.

No fundamental, resistindo às pressões imperialistas, a política externa do novo Portugal democrático foi também uma afirmação da independência nacional.

O imperialismo pressionou insistentemente para que os comunistas não fizessem parte do governo. Foram feitas pressões e ameaças. Foram recusados créditos e auxílios. Foi desenvolvida no estrangeiro uma feroz campanha antiportuguesa, para as chamadas da qual a reacção interna e dirigentes do PS lançaram diariamente achas de anticomunismo.

A participação do PCP no governo português durante mais de dois anos foi uma grande vitória da classe operária e das forças progressistas e uma das mais vigorosas manifestações de independência nacional da Revolução portuguesa.

O imperialismo não se limitou porém a fazer pressões e ameaças quanto ao rumo geral da Revolução portuguesa e às questões da sua orientação global: alianças externas, participação na NATO, política externa, descolonização, composição política do governo com participação do PCP. Fez pressões e ameaças praticamente diárias, em relação às mais variadas questões da vida portuguesa do âmbito estrito da nossa soberania.

Cada passo da Revolução portuguesa encontrou pela frente as reclamações, as ingerências, as ameaças mais ou menos veladas dos países imperialistas.

O imperialismo pressionou para que as instâncias político-militares e o governo impedissem os saneamentos das administrações das empresas e o estabelecimento do controlo operário. Casos houve em que os patrões estrangeiros, supondo bastar-lhes a protecção dos embaixadores dos seus poderosos países, apareceram armados, com capangas, entrincheiraram-se nas empresas, fizeram fogo sobre os trabalhadores.

O imperialismo pressionou para que as instâncias político-militares e o governo impedissem as ocupações de terras e o desencadeamento do processo da Reforma Agrária. Em alguns casos em que tinham sido atingidos pela luta revolucionária dos trabalhadores grandes proprietários de nacionalidade inglesa, alemã, austríaca, francesa, a diplomacia dos países respectivos intervinha para que fossem tomadas imediatas medidas, mesmo já depois de aprovada a Lei da Reforma Agrária.

O imperialismo pressionou para que as instâncias político-militares e o governo pusessem rápido travão às reivindicações operárias, para que protegessem os planos e actos de sabotagem das multinacionais instaladas em território português.

Não houve aspecto da vida nacional, não houve progresso da Revolução portuguesa, em que não se tivessem feito sentir as pressões e ingerências do imperialismo. A CIA esteve particularmente activa.

A Revolução portuguesa despertou porém os sentimentos nacionais e patrióticos da população, a sua resistência à ingerência externa, a sua vontade de decidir do seu próprio destino.

Houve sem dúvida, nos órgãos do poder, sectores que, em estreita colaboração com países imperialistas, solicitaram o seu apoio, a sua ajuda, as suas pressões e ingerência, contra o processo revolucionário, no fim de contas contra o seu próprio povo.

Conseguiram essas forças provocar hesitações, delongas, barreiras, ao avanço das transformações políticas, económicas e sociais. Mas não conseguiram evitar essas transformações. Não conseguiram que, até recentemente, os órgãos do poder se curvassem às decisões do imperialismo estrangeiro.

Pela pressão das massas e pela posição de independência nacional das forças revolucionárias (civis e militares) Portugal manteve-se de espinha direita ante o imperialismo.

Apesar destas notáveis afirmações de independência nacional, tem de considerar-se que, de todas as frentes de luta, aquela em que a Revolução portuguesa menos avançou foi a da luta anti-imperialista, da luta pela libertação de Portugal da dependência e da submissão ao imperialismo, que o Programa do Partido considerava justamente como indispensável para «a conquista da verdadeira independência de Portugal e a instauração e viabilidade de um regime democrático» (Programa, cap. I, 6.º⁽¹⁵⁴⁾).

A Revolução não encontrou os termos justos da luta anti-imperialista.

Teria sido perigosa aventura desencadear a luta aberta contra os países imperialistas. Mas, sem ir tão longe, existiram condições reais para dar passos mais firmes no caminho da libertação nacional. A nacionalização das empresas dos grupos monopolistas portugueses associados ao capital estrangeiro, a sabotagem levada a cabo por algumas multinacionais (cancelando encomendas, diminuindo a produção, decretando despedimentos), o prático abandono de actividades por muitas empresas estrangeiras, reduziram as posições e a capacidade de dominação e intervenção económica imperialistas em Portugal. Também no plano político, a situação internacional favorecia a Revolução portuguesa, limitando as possibilidades duma intervenção aberta.

A razão fundamental de não se ter conduzido uma firme política anti-imperialista foram as ligações, colaborações e compromissos com o imperialismo por parte de forças políticas participantes no poder, que pediam elas próprias ajuda ao estrangeiro contra a Revolução portuguesa, estimulando e aplaudindo pressões financeiras e ingerências políticas.

Apesar dessas limitações e fraquezas, a Revolução portuguesa, na seu impetuoso progresso, marca um período da vida portuguesa com um elevado espírito nacional, com uma vigorosa afirmação de independência e de soberania.

9. Conquistas irreversíveis

Duas críticas têm sido feitas às conquistas levadas a cabo pela Revolução portuguesa. Uma de carácter económico, outra de carácter político.

A crítica de carácter económico atribui às transformações revolucionárias a criação de grandes dificuldades, a desorganização da economia e a «crise» económica e financeira que atravessamos.

A crítica de ordem política atribui às transformações revolucionárias o reforço das forças da direita e os perigos existentes para a democracia.

Nenhuma destas críticas tem razão de ser.

Em primeiro lugar, deve esclarecer-se que uma economia a afundar-se no caos, na desordem, na anarquia, só existia nos desejos e nas palavras de reaccionários e inimigos do processo democrático.

Depois do 25 de Abril, essa visão foi dada pela primeira vez pelo Ministro sem Pasta Sá Carneiro e por um outro ministro do I Governo Provisório a uma assembleia militar na Manutenção (13-6-74) com o fim de fornecer base ao então Presidente, general Spínola, para pedir plenos poderes⁽¹⁵⁵⁾. Depois, ao longo do processo, foi permanentemente levantada como um espantinho pela reacção.

A desordem, o caos, a paralisação da vida económica, foram objectivos da contra-revolução, secundada pelo imperialismo, que tudo fizeram para atingi-los. Mas não o conseguiram.

Com todas as profundas transformações realizadas, com a destruição das velhas estruturas de direcção e gestão sectorial e de empresa, com a gigantesca sabotagem económica interna e externa, com as incidências da crise mundial do capitalismo e da diminuição dos recursos vindos de fora, com o brusco desaparecimento das antigas colónias do quadro económico português, poderiam esperar-se dificuldades económicas extremamente mais graves. Apesar das dificuldades financeiras e de certa estagnação económica, as actividades produtivas mantiveram-se sem uma quebra catastrófica e manteve-se a capacidade de reanimação.

No Verão e Outono de 1975 notava-se mesmo tendência para a melhoria da situação económica ou, mais precisamente, para a quebra do ritmo de agravamento. Alguns factos positivos se verificavam: a diminuição do saldo negativo do comércio externo, o aumento da produção agrícola e da pesca descarregada, o afrouxamento da subida da taxa de inflação. Professores do Instituto de Tecnologia de Massachusetts, dos Estados Unidos, vindos a Portugal estudar a situação, mostravam-se surpreendidos por terem encontrado «uma saúde económica inesperadamente boa»⁽¹⁵⁶⁾.

Se, da parte do poder, tivesse havido, não só melhor política, mas sobretudo melhor gestão dos recursos e disponibilidades nacionais, não teria sido muito difícil sair da curva descendente. Não se podem pois atribuir às grandes transformações democráticas responsabilidades das dificuldades económicas e financeiras. Estas irão agravar-se precisamente a partir do

momento em que, ao nível do governo, se desencadeia uma ofensiva contra as conquistas da Revolução.

Em segundo lugar, deve anotar-se que é um erro profundo considerar as grandes transformações revolucionárias como simples decisões dum poder revolucionário, que muita gente no estrangeiro (enganada pela campanha de desinformação) supõe ter existido sob a forma de um «governo de militares e comunistas».

Se tivesse havido um governo revolucionário com poder para decidir e força para fazer cumprir as decisões, o processo teria sido completamente diferente e extremamente mais simples e seguro. Mas a Revolução portuguesa fez-se sem um poder revolucionário, antes com o poder partilhado entre forças políticas e militares muito diversas, dividido tanto no plano horizontal como no plano vertical e frequentemente com centros de decisão divergentes.

As medidas revolucionárias não foram planificadas pelo poder, mas impostas pela luta revolucionária das massas populares e dos militares, respondendo a situações concretas. O processo revolucionário democrático deu assim bruscos saltos em frente.

O VII Congresso do PCP (extraordinário), realizado em 20-10-74, conservou no Programa, como objectivos da Revolução, as nacionalizações e a Reforma Agrária. Mas não incluiu esses objectivos na Plataforma de Emergência. No que respeita à banca, o VII Congresso preconizava o reforço do papel do Banco de Portugal na coordenação dos três bancos emissores nacionalizados (Banco de Portugal, Banco Nacional Ultramarino e Banco de Angola) ⁽⁷²⁾, e um «papel dirigente e corrector da actividade bancária pela banca nacionalizada». Indicava a necessidade de fortalecer a banca nacionalizada em detrimento da banca privada, propondo nesse sentido o desenvolvimento do sector comercial do BNU, a orientação para a Banca do Estado dos negócios das empresas públicas (Plataforma de Emergência, II. 2), etc. Mas não colocava a nacionalização da banca na Plataforma de Emergência.

No que respeita à indústria, propunha medidas contra a sabotagem económica, propunha a fiscalização e o controlo pelo Estado das empresas que se mostrassem incapazes de cumprir a sua função e se entregassem a irregularidades (II. 3), mas não colocava na Plataforma de Emergência a nacionalização dos sectores básicos, constante do Programa.

No que respeita à Reforma Agrária, exigia a «requisição pelo Estado das terras incultas e sua entrega a formas de gestão pública, cooperativas ou explorações familiares» (II. 4) ⁽¹⁵⁷⁾.

E entretanto, menos de dois meses passados, avançando a luta de massas pelas linhas de acção indicadas pelo Partido, as nacionalizações e a Reforma Agrária vieram a revelar-se, não só como finalidades dum plano de carácter político e social, mas como medidas de emergência impostas pelas próprias condições objectivas.

Dirigindo a luta popular e acompanhando a evolução da situação, o Partido passou a orientar a luta de massas na direcção desses dois grandes objectivos, cuja concretização estava apenas dependente da correlação de forças.

Foi nos meses de Janeiro e Fevereiro que amadureceram rapidamente as condições para tais medidas. O controlo operário entra afoitamente no apuramento das situações e na intervenção efectiva nas empresas. Nos campos, os trabalhadores ocupam as terras incultas e abandonadas e avançam mais destemidamente para as terras dos latifúndios.

Em 9-2-75, na I Conferência de Trabalhadores Agrícolas do Sul, realizada em Évora, já se podia afirmar em nome do Partido: «A Reforma Agrária está na ordem do dia. Com este nome ou sem ele, a Reforma Agrária começa a dar os primeiros passos [...]» ⁽¹⁵⁸⁾.

Nesta situação, nada de pior poderia ter sucedido ao grande capital e aos agrários do que a sua tentativa falhada de conquista do poder em 11 de Março de 1975. O 11 de Março surge como um gigantesco acelerador. A tentativa do golpe militar e o provado comprometimento do grande capital, a participação heróica do povo e do MFA, em estreita aliança, para dominarem o golpe, deram um colossal empurrão a todo o processo. Nesta medida, o apressamento do ritmo foi provocado por aqueles mesmos que queriam não só retardar como impedir o avanço e fazer retroceder o processo revolucionário.

Os acontecimentos políticos e militares sucedem-se então rapidamente. A evolução nos órgãos do poder e nas forças armadas converge com o poderoso movimento de massas em desenvolvimento. As primeiras grandes reformas são o resultado desta situação.

A necessidade urgente das nacionalizações e da Reforma Agrária surge como um imperativo, tanto de ordem económica como de ordem política.

Pode afirmar-se com segurança que, se não tivesse sido estabelecido o controlo operário e não tivessem sido tomadas as medidas revolucionárias das nacionalizações e da Reforma Agrária, a economia portuguesa teria sofrido um completo colapso e as liberdades teriam sido liquidadas num curto espaço de tempo.

A Reforma Agrária e as nacionalizações (tal como a intervenção do Estado em numerosas empresas e o controlo operário) aparecem, a um tempo, como medidas de defesa e iniciativas de ataque. Defesa da economia. Defesa da democracia. Ataque ao poder económico dos monopólios e agrários como condição para impedir que afundassem completamente a economia portuguesa, como condição para impedir que o poder do dinheiro continuasse sendo o animador, o instigador e o financiador da contra-revolução. Ataque ainda contra as velhas estruturas económicas e sociais capitalistas abrindo caminho a uma economia nova, à construção duma sociedade nova a caminho do socialismo.

Numa Europa capitalista, habituada a mudanças políticas de superfície, girando apenas ao sabor de resultados eleitorais, pareceu a alguns heresia que um povo pequeno, mal saído do pesadelo de meio século de fascismo, se tivesse atrevido a fazer uma revolução.

Já se tinha ouvido criticar revolucionários por não fazerem a revolução. Mas os revolucionários portugueses foram criticados por alguns precisamente porque a fizeram.

No processo original da Revolução portuguesa, o proletariado e os seus aliados alcançaram em pouco mais de um ano transformações positivas nas estruturas económicas e sociais que noutros países, apesar de dezenas de anos de luta, não foram ainda alcançadas.

Como resultado das transformações revolucionárias não se modificou apenas a fisionomia política de Portugal. Modificou-se também profundamente a sua fisionomia económica e social.

Além das conquistas das liberdades e da instauração dum regime democrático, são as seguintes as transformações fundamentais alcançadas pela Revolução:

1.^a O capitalismo monopolista de Estado foi liquidado.

Mesmo antes das nacionalizações, já se quebrara completamente a fusão do aparelho dos monopólios com o aparelho do Estado e já este deixara de estar ao serviço dos interesses monopolistas. Com as nacionalizações, o capitalismo monopolista de Estado deixou de ter base em que assentar. Esta situação, criada pela Revolução, distingue radicalmente o sistema e as estruturas económicas existentes actualmente em Portugal das existentes nos países capitalistas da Europa.

2.^a O capitalismo monopolista sofreu golpes mortais.

Com as nacionalizações da banca, seguros e sectores básicos, os grupos monopolistas portugueses que dominavam toda a economia nacional deixaram de existir. Embora tenham ficado praticamente intactos os monopólios estrangeiros, que constituem uma importante base de recuperação capitalista, embora permaneçam ainda largos sectores da indústria e de outras actividades económicas nas mãos do capital e continuem a existir grandes fortunas, os grupos monopolistas portugueses que tinham o poder económico e político foram liquidados. Trata-se também de uma situação que distingue as actuais estruturas económicas de Portugal das existentes nos países capitalistas da Europa ocidental.

3.^a A grande propriedade latifundiária do Sul foi expropriada.

Com a expropriação dos maiores latifúndios, os tradicionais e poderosos feudos agrários receberam um golpe irreparável. Embora na região da Reforma Agrária fiquem ainda nas mãos dos agrários grandes propriedades, a ocupação dos maiores latifúndios e a constituição de cooperativas e herdades colectivas de produção alteram radicalmente as estruturas agrárias. Em nenhum país capitalista da Europa existem como em Portugal centenas de grandes explorações agrícolas, detendo cerca de um quinto da superfície agrícola nacional, dirigidas exclusivamente pelos trabalhadores, sem proprietários nem capitalistas.

4.^a Criou-se um amplo sector da economia libertada da propriedade e do controlo do capitalismo, e onde o Estado e os trabalhadores têm o poder de decisão.

O sector nacionalizado, as empresas com intervenção do Estado, as empresas em regime de controlo operário e autogestão, as cooperativas

formadas em empresas abandonadas ou falidas e as cooperativas e unidades colectivas de produção na zona da Reforma Agrária dão uma base predominante na economia nacional, a partir da qual pode imprimir-se um rumo completamente novo, fora da dinâmica capitalista, ao desenvolvimento económico nacional.

5.^a Tendo contribuído para a liquidação da exploração colonialista, Portugal deixou de ser um país dominante dum império colonial.

Considerando o desenvolvimento na base dos próprios recursos, Portugal tem de definir uma política económica nacional em termos completamente diversos.

A partir das transformações revolucionárias alcançadas e de uma política de independência nacional, Portugal poderá com os seus recursos assegurar uma vida de liberdade, desafogo e prosperidade.

Não têm qualquer viabilidade os planos de encaminhar a democracia portuguesa para um regime social-democrata, isto é, um regime onde os monopólios capitalistas detêm o poder através dum regime parlamentarista. Em Portugal, um tal regime não pode suceder à situação actualmente existente.

Na democracia portuguesa poderão as forças reaccionárias e conservadoras (contra a Constituição) conseguir proceder à restituição de algumas empresas e terras aos antigos patrões, mas não conseguirão, existindo as liberdades democráticas, liquidar as nacionalizações, o controlo dos trabalhadores, a Reforma Agrária ⁽¹⁵⁹⁾.

Mesmo que a reacção conseguisse (e o povo português lutará para que não consiga) levar a cabo um golpe de força e liquidar a democracia, o que provocaria no imediato seria um abalo profundo e uma depressão e crise gravíssima em toda a economia nacional e a entrada numa época conturbada de conflitos sociais e políticos. Em qualquer caso, não mais poderia ser reconstituído um sistema económico e político igual ao existente antes do 25 de Abril.

Os Champalimaud, os Melos e Espíritos Santos não voltarão a ser os senhores de Portugal. E os colonialistas portugueses não voltarão a ser os senhores de África.

As transformações e conquistas revolucionárias alcançadas com a revolução são irreversíveis.

Elas apontam à democracia portuguesa, não o regresso ao capitalismo monopolista e à agricultura dos latifúndios, mas o caminho do progresso social e do socialismo.

III

O processo da Revolução portuguesa

A Revolução portuguesa apresenta características muito particulares quanto à relação entre as massas e o poder político, às forças motoras da Revolução e ao processo do seu desenvolvimento.

Não houve uma força política dirigente, com hegemonia no processo. Não houve um poder revolucionário centralizado. Salvo o ponto de partida (Programa do MFA), não houve por parte das instâncias superiores (MFA e Governo) a definição de uma linha para o avanço da Revolução que se concretizasse na prática.

O avanço da Revolução dá-se em virtude de três factores essenciais: 1.º — as forças revolucionárias (populares e militares) estiveram em condições, pela sua superioridade, de empreender directamente, antes das decisões do poder, profundas transformações democráticas revolucionárias; 2.º — houve uma conjugação entre a iniciativa a partir de poderosos movimentos e o apoio dado pelas forças revolucionárias (populares e militares) que participavam no poder; 3.º — para vencer resistências e obstáculos, a Revolução teve como força motora a aliança das massas com as forças armadas, a aliança do movimento operário e popular com militares revolucionários — a aliança Povo-MFA.

A aliança Povo MFA foi a chave das vitórias da Revolução portuguesa e dos seus êxitos históricos.

1. As duas componentes

Deve-se ao MFA o derrubamento do governo de Marcelo Caetano e, com ele, da ditadura fascista. Mas nem a criação e o desenvolvimento do MFA e o êxito do levantamento militar do 25 de Abril se podem desligar da luta do povo e das forças democráticas contra a ditadura, nem as modificações levadas a cabo ulteriormente se podem separar do movimento operário e popular. Nem o povo sem os militares poderia ter derrubado a ditadura e realizar a revolução democrática, nem os militares sem o povo poderiam fazê-lo.

A Revolução portuguesa tem duas componentes ⁽¹⁶⁰⁾ essenciais, o MFA e o movimento popular e democrático, que juntas asseguraram a defesa da jovem democracia contra a reacção e o avanço do processo revolucionário, mas que, opostas ou mesmo separadas, estariam condenadas à derrota. Isto foi válido logo após o derrubamento do fascismo e continua a ser válido na actualidade.

Por vezes a reacção e as forças hostis ao processo revolucionário utilizam o dicionário político da Revolução, mas invertem o sentido das palavras. Há quem repita connosco que a Revolução tem «duas compo-

nentes», uma militar, outra popular, mas logo acrescente que a militar é constituída pelo conjunto das forças armadas, onde já hoje não haveria reaccionários; e a popular é constituída pelos partidos políticos e só pelos partidos políticos, arrogados em únicos representantes do povo a poderem intervir na vida política. Esta deformação comporta a ideia de uma aliança de militares e de forças políticas, não para defender e fazer a Revolução, mas para a contrariar e destruir.

A componente militar da Revolução foi e é o MFA, o «movimento dos capitães», movimento democrático revolucionário, que, rompendo com a hierarquia fascista, derrubou o governo fascista e, desde então, ligado ao povo, empreendeu a democratização da sociedade portuguesa.

O MFA intitulou-se justamente um «movimento». Foi de facto desde início um movimento, que depois se organizou, definiu os seus objectivos políticos, passou à acção e realizou a façanha histórica de derrubar uma ditadura que tinha quase meio século de existência.

Nunca foi verdadeiramente divulgada a orgânica do MFA, mesmo nos tempos posteriores à queda do fascismo. Era porém evidente que os órgãos político-militares superiores, a começar pela Junta de Salvação Nacional, assim como os lugares militares de chefia, estavam de facto subordinados ao MFA, que conseguiu manter, durante muito tempo, embora num processo difícil e contraditório, o efectivo controlo e o efectivo comando das forças armadas.

Ao longo do processo revolucionário, três organismos superiores do MFA tiveram influência determinante nos acontecimentos: a Comissão Coordenadora do Programa, o Conselho dos 20 e o Conselho da Revolução.

À Comissão Coordenadora do Programa pertenceram Vasco Gonçalves, Melo Antunes, Vítor Alves, Vítor Crespo, Almada Contreiras, Costa Martins e Pereira Pinto, e depois, pela saída de alguns dos seus membros para o desempenho de outras altas funções, Franco Charais, Vasco Lourenço, Pinto Soares, Canto e Castro e Miguel Judas. A Comissão Coordenadora do Programa desempenhou nos primeiros meses da Revolução o papel de direcção político-militar revolucionária do MFA. Apoiada nas coordenadoras dos três ramos, fez frente às tentativas de poder pessoal e ditatorial do general Spínola, derrotou o golpe Palma Carlos ⁽¹⁶¹⁾, decidiu a formação do COPCON ⁽¹⁶²⁾, dirigiu a acção político-militar em 28-29 de Setembro, impediu a declaração do estado de sítio, exigiu a demissão dos três generais da Junta ⁽⁶⁷⁾, decidiu a nomeação de Vasco Gonçalves e de três membros da Comissão para Primeiro-Ministro e ministros no II Governo Provisório. Num trabalho incansável, modesto, dedicado e silencioso, os «capitães» da Comissão Coordenadora, os «homens sem sono», assim como os seus camaradas mais próximos, foram a encarnação viva do MFA, do 25 de Abril, da «revolução dos cravos», ganhando extraordinário prestígio e autoridade pela sua actuação.

O Conselho dos 20 (ou Conselho Superior do MFA), criado depois do 28 de Setembro, assume, nos meses seguintes, o papel que coubera à Comissão Coordenadora do Programa. Foi o Conselho dos 20 (30-12-1974) ⁽¹⁶³⁾ que elaborou as estruturas democráticas do MFA — Conselho Superior, Assembleia de Delegados (Assembleia dos 200) e Conselhos dos Ramos. Foi o Conselho dos 20 que indicou a «via socializante», advertindo que se o capital não colaborasse, de «socializante» a via tornar-se-ia «socialista». Foi o Conselho que aprovou o princípio da unicidade sindical (13-1-1975) e que negociou o primeiro Pacto MFA-Partidos.

Finalmente, na continuidade do Conselho dos 20, o Conselho da Revolução, criado na Assembleia Militar de 11/12-3-1975 (data em que, depois da derrota do golpe, são extintos a Junta e o Conselho de Estado ⁽⁸¹⁾), toma a decisão histórica de nacionalizar a banca ⁽¹⁰⁹⁾ e dá as primeiras directrizes para a Reforma Agrária (14-3-1975) ⁽¹⁶⁴⁾. Nos meses seguintes, o Conselho da Revolução desenvolveu uma importante actividade, até que, quatro meses depois, em plena crise político-militar, roído por divergências internas, desaparece quase completamente, para ressurgir mais tarde numa situação política muito diferente e com uma composição profundamente alterada.

Além dos órgãos superiores político-militares, o MFA, a partir do II Governo Provisório, teve também grande influência (embora por vezes não determinante) na acção do Governo, porque eram do MFA o Primeiro-Ministro e vários ministros ⁽¹⁶⁵⁾, alguns dos quais mostraram (contra os vaticínios de políticos profissionais) serem verdadeiros homens de Estado com notáveis aptidões e talento.

A par dos órgãos de chefia, o MFA, com o avanço da Revolução, criou amplas estruturas de apoio e dinamização.

A Assembleia dos 200 (delegados do MFA) reúne a primeira vez em 6-12-1974 e dará lugar à Assembleia do MFA, institucionalizada em 29-3-1975 ⁽¹⁶⁶⁾. Criam-se Assembleias de Delegados de Unidade (ADU), com Grupos de Dinamização das Unidades (GDU), nomeados pelos Gabinetes de Dinamização do Exército (GDE) do EME. Na Armada é criada no I Plenário de Praças da Armada a Comissão Dinamizadora do Associativismo de Praças da Armada (CDAP) (4-4-1975). Realiza-se uma nova Assembleia do MFA (7-4-1975) em que, pela primeira vez, institucionalmente, participam sargentos e praças e onde se define a opção socialista da Revolução portuguesa. Têm lugar Assembleias da Força Aérea, do Exército e da GNR (13-5-1975).

O extraordinário desenvolvimento e a vida intensa das estruturas democráticas desempenharam um papel positivo no avanço do processo. Entretanto, para que se pudesse consolidar o MFA e reforçar a operacionalidade das forças armadas em defesa da Revolução, teria sido necessário que se verificassem outros dois factores. Primeiro: que o desenvolvimento das estruturas democráticas tivesse sido acompanhado de modificações nas estruturas superiores (Estados-Maiores, secções de informação, chefia dos lugares-chave e das unidades operacionais). Segundo: que os métodos

democráticos não descambassem em democratismo, corroendo a disciplina e a capacidade e prontidão de intervenção e criando condições para manobras e jogadas da reacção e do esquerdismo desmobilizador.

A ausência desses dois factores levou a uma dissociação entre o MFA e a hierarquia, a conflitos no quadro permanente e a uma perda de operacionalidade das unidades fundamentais.

A situação agravou-se quando, sem se tomarem medidas de fundo, concepções radicalistas começaram a hostilizar o quadro permanente e a ameaçá-lo de substituição por uma nova oficialidade, segundo projectos ainda mal esboçados. O descontentamento alargou-se a milhares de oficiais.

Com o desenvolvimento da crise, o democratismo jogou contra o MFA. O MFA usara da democracia contra a oficialidade reaccionária. E esta usou o democratismo contra o MFA, exigindo «eleições» internas e contestando a legitimidade do exercício de cargos não emanados do voto. Essa fora uma das táticas de Spínola e reapareceu mais tarde na aprovação do documento dos «Nove» contra a Esquerda militar.

Foi por compreender o papel do MFA, não apenas no derrubamento da ditadura, mas na iniciativa ou apoio a transformações profundas de carácter económico e social, que a reacção tornou o MFA um dos alvos fundamentais dos seus ataques. A reacção contestava a necessidade de uma vanguarda. Atacando as «cúpulas» exigia a liquidação dos órgãos político-militares e o afastamento dos capitães do 25 de Abril de postos de chefia.

Nos meses que antecederam o 11 de Março, perante o avanço da Revolução, a reacção desenvolveu uma feroz campanha contra o MFA, exigindo a sua dissolução. Além do objectivo de reconduzir uma hierarquia reaccionária ao comando das forças armadas, havia também o objectivo de, em vésperas de eleições para a Assembleia Constituinte, impedir a institucionalização do MFA e criar portanto condições para que a nova Constituição afastasse de vez do poder os militares do 25 de Abril.

O fracasso da tentativa de golpe do 11 de Março ⁽⁶⁵⁾ permitiu o súbito reforço do MFA, a sua imediata institucionalização e um rápido desenvolvimento das suas estruturas.

Posteriormente, a crise político-militar alterou profundamente a situação. O MFA perdeu progressivamente força, influência, autoridade e capacidade de intervenção por alguns factores fundamentais: a) a falta de uma direcção central suficientemente unida, firme, estável e coerente nas suas atitudes; b) a falta de uma linha de comando revolucionário por todos respeitada; c) divergências, divisões, conflitos e confrontos internos; d) a tolerância para com os sectores reaccionários, mesmo quando em condições de os neutralizar; e) a condescendência e o proteccionismo para com o esquerdismo, considerado uma tendência positiva na revolução.

O MFA acabou por ser dilacerado e quase completamente liquidado pelo jogo destes diversos factores.

Mesmo assim, o MFA, entendido como a coesão e o poder militar efectivo daqueles que nas forças armadas se conservaram fiéis ao espírito

libertador do 25 de Abril, continuou e continua a ser necessário e indispensável à defesa e consolidação da democracia e das suas conquistas essenciais.

Se essa coesão e poder desaparecessem, não haveria forças armadas subordinadas a um poder civil democrático (como dizem pretender o CDS, o PPD e alguns dirigentes do PS), mas forças armadas dominadas pela direita reaccionária (como realmente pretendem), intervindo na vida política contra a própria democracia.

Para que as forças armadas se não voltem contra o povo, é indispensável que os militares do 25 de Abril e aqueles que a eles sinceramente se juntaram e juntarem conservem o controlo e o comando. O desaparecimento do MFA, o desaparecimento da direcção do MFA nas forças armadas significaria um golpe militar reaccionário a curto prazo.

Por isso, é necessário apoiar todos aqueles que, nas forças armadas, apesar das diferenças de opinião que possam ter, estão decididos a fazer frente a qualquer tentativa contra-revolucionária, a defender as liberdades, a assegurar o cumprimento da Constituição. Por isso o PCP continua a considerar a aliança Povo-MFA, Povo-Forças Armadas (de que muitos deixaram de falar), como essencial para a defesa e continuação do processo democrático. Por isso o Conselho da Revolução (apesar das suas contradições internas, das modificações registadas na sua composição, da saída de destacados militares revolucionários, da sua temporária paralisação e da diminuição dos seus poderes) continua a ser um órgão necessário ao processo democrático, se não sobrevier qualquer mudança sensível na sua composição e na sua política.

A componente popular da Revolução é constituída pelo movimento operário, popular e democrático, organizado e de massas. Inclui os partidos políticos, na medida em que estes se integram na dinâmica revolucionária, mas compreende também outras formas de organização e acção.

Os partidos fazem parte da componente popular da Revolução, não por qualquer direito que lhes dê o facto de serem partidos, mas pela acção positiva que desenvolvem de facto no processo revolucionário. Nos primeiros tempos depois do 25 de Abril, o PS esteve inserido no processo revolucionário. Podia considerar-se como fazendo parte da componente popular e democrática da Revolução. Mas com a sua viragem à direita e a sua política antioperária e antipopular colocou-se em oposição ao processo revolucionário e às suas forças essenciais.

Seria do interesse da defesa e consolidação da democracia e das conquistas da Revolução que o PS, no seu conjunto, tal como fazem muitos dos seus militantes, cortasse as alianças à direita, adoptasse uma política verdadeiramente democrática e se reaproximasse e integrasse de facto na componente popular da Revolução.

Quando, falando da aliança Povo-MFA, dirigentes do PS diziam que, nessa aliança, o povo só poderia estar «representado» pelos partidos, o

que pretendiam era contestar a acção revolucionária da classe operária e das massas populares e das suas organizações não partidárias e transferir a acção política do nível das massas para as negociações e arranjos dos «chefes».

As componentes da Revolução não são porém fixadas por decretos ou regulamentações. É a própria acção revolucionária que as define, as justifica e as credencia. Na Revolução portuguesa, além de partidos e organizações políticas da juventude e de mulheres, numerosas organizações intervieram activamente na dinâmica revolucionária.

Os Sindicatos e a Intersindical desempenharam um papel de extraordinário relevo na defesa da Revolução e no avanço do processo democrático. Com as suas poderosas organizações, a experiência dos seus quadros, a íntima ligação com as massas, a grande capacidade mobilizadora, os sindicatos e a Intersindical deram uma contribuição insubstituível para a defesa dos interesses dos trabalhadores, a luta contra a sabotagem económica, a instauração do controlo operário, as nacionalizações e a Reforma Agrária, a defesa das liberdades.

As Comissões de Trabalhadores tornaram-se uma das mais poderosas e representativas formas de organização, revelando-se como um instrumento de extraordinária importância na mobilização da classe operária e das massas, na orientação da sua luta, na resolução de problemas de empresas e ramos económicos, no controlo operário, na acção política.

As Ligas e Movimentos de Pequenos e Médios Agricultores (rendeiros, seareiros, proprietários), as Cooperativas, as Assembleias Populares, as Comissões de Moradores, os muito diversos movimentos democráticos com fins específicos, desempenharam também um decisivo papel no processo revolucionário.

A componente popular corresponde no seu conjunto ao sistema de alianças sociais da etapa actual da Revolução. Na liquidação definitiva do poder dos monopólios e agrários está interessada a classe operária, os pequenos e médios agricultores, industriais e comerciantes, os intelectuais, os quadros técnicos, os artesãos. A luta de todas estas classes e camadas insere-se na componente popular.

A Revolução portuguesa confirmou o decisivo papel das forças armadas na revolução num país altamente militarizado. Confirmou o importante papel da pequena burguesia urbana. E confirmou também na prática, na vida, o indiscutível papel de vanguarda da classe operária (proletariado industrial e rural) na transformação revolucionária da sociedade.

Os reaccionários, e com eles todos os inimigos da Revolução, procuram denegrir a acção dos trabalhadores portugueses nas transformações sociais. A classe operária saberá porém conservar sempre bem vivos e homenagear os feitos heróicos dos seus filhos que, em 1974-1975, através de uma luta heróica em que provaram as altas virtudes e a capacidade criadora do povo, levaram a cabo realizações históricas, iniciando os primeiros passos para uma sociedade socialista.

O movimento operário e popular é um movimento fortemente organizado, com elevada consciência de classe, com visão clara das grandes perspectivas da democracia portuguesa.

Quando se fala na iniciativa revolucionária das massas não se pretende afirmar que na Revolução a iniciativa das massas tenha alguma coisa a ver com a espontaneidade e o «basismo». A iniciativa revolucionária das massas deu provas, na Revolução portuguesa, de alto espírito de organização e de grande capacidade de realização.

Os chefes reformistas e oportunistas, fazendo coro com a reacção, erguem a voz indignada contra as iniciativas e realizações revolucionárias a que chamam «selvagens»: saneamentos, libertação de jornais das direcções dos monopólios, estabelecimento do controlo operário sobre as administrações, ocupações de terras e seu cultivo, transformação na gestão das empresas, etc. Não podem aceitar que os trabalhadores, sem pedirem nem esperarem ordens ou licenças do poder dos chefes reformistas, tenham tido a força e a capacidade para dar profundos golpes nas classes parasitárias e provocar alterações profundas nas estruturas económicas do País.

O certo é que as acções revolucionárias são todas «selvagens», na acepção que dão a esta palavra os reaccionários e os moralistas pequeno-burgueses. «Selvagem» foi o 25 de Abril. «Selvagem» foi a libertação dos presos políticos. «Selvagem» foi a legalização dos partidos políticos e a conquista das liberdades. «Selvagem» foi, no fim de contas, toda a Revolução portuguesa.

Aqueles que contestam e condenam a iniciativa revolucionária das massas chamando-lhes «selvagem» contestam e condenam a própria Revolução.

A componente militar intervém no processo com a força das armas. A componente popular intervém com a força das massas. As liberdades foram conquistadas e defendidas, as condições de vida dos trabalhadores melhoraram, a sabotagem económica foi combatida, os sectores básicos da economia nacional foram arrancados às mãos do grande capital e os latifúndios às mãos dos agrários, porque milhões de portugueses e portuguesas, ao longo de dois anos e meio, lutaram com tenacidade, coragem, confiança e heroísmo para impedir o regresso ao passado fascista e para construir uma vida melhor.

As lutas da classe operária e das massas populares são a essência da dinâmica da Revolução.

Grandiosas mobilizações populares, concentrações, manifestações, comícios, acções de vigilância, ocupações de terras, paralisações e greves, confrontos violentos com a reacção, plenários, assembleias, desfiles, as mais variadas iniciativas e jornadas de massas, tornaram-se formas de luta diária, constante, do povo português, tanto para obter satisfação de reclamações imediatas como para defender e prosseguir o processo revolucionário. A história da Revolução portuguesa é a história de grandiosas e constantes

lutas da classe operária e das massas populares, aliadas aos militares revolucionários, para libertar Portugal da opressão, da miséria, da exploração, da injustiça e das desigualdades sociais, para democratizar a vida nacional na perspectiva do socialismo.

2. A Aliança Povo-MFA

A convergência da acção, a cooperação e o apoio recíproco das duas componentes da Revolução foi uma condição essencial para defender, consolidar e fazer prosseguir e progredir a jovem democracia portuguesa.

A aliança Povo-MFA traduziu-se, em primeiro lugar, no apoio de massas à acção dos militares do 25 de Abril e às atitudes e iniciativas das forças armadas favoráveis à democratização da vida nacional.

Esse apoio teve expressão em grandes e constantes acções, que só não foram, em diversas circunstâncias, mais prontas e grandiosas porque o receio de «conotações» prejudicou, a partir de certa altura, a cooperação do MFA com o movimento operário e popular.

A aliança traduziu-se, em segundo lugar, na cooperação de partidos democráticos com o MFA na formação e acção dos sucessivos governos provisórios.

Foi graças a essa cooperação que os Governos Provisórios, apesar das suas contradições e da viragem à direita operada no VI Governo em virtude da hegemonia PS-PPD ⁽¹⁶⁷⁾, tomaram numerosas medidas progressistas, responderam favoravelmente a muitas reclamações e realizaram mesmo em alguns períodos uma política francamente progressista.

A aliança Povo-MFA traduziu-se, em terceiro lugar, na acção conjunta em defesa das liberdades, em grandes lutas contra as tentativas contra-revolucionárias.

Nas grandes jornadas de 28 de Setembro e de 11 de Março, a cooperação foi estreita e maciça. De norte a sul do País, o movimento popular e as forças armadas, lado a lado, em unidade fraternal, derrotaram os golpes contra-revolucionários. Ao longo do processo, nos momentos decisivos, e nos lugares decisivos sempre que surgiram os perigos e houve decisão para os combater, povo e militares cooperaram, uniram-se e obtiveram grandes êxitos.

A aliança Povo-MFA traduziu-se, em quarto lugar, no apoio recíproco do movimento popular ao MFA e do MFA e das forças armadas ao movimento popular.

Sempre que o MFA solicitou ou precisou do apoio popular, em quaisquer circunstâncias, nunca ele lhe faltou. E, por sua vez, numerosas vezes deu também apoio ao movimento operário e popular, às reivindicações, a medidas tomadas no domínio político, económico, social e cultural pela iniciativa de massas.

No estudo dos problemas e de decisões, ao nível nacional, regional, local, de sector ou de empresa, estabeleceu-se uma cooperação, por vezes

regular e estreita, dos partidos progressistas, dos sindicatos e outras organizações de classe, das organizações unitárias de base, com as diversas estruturas do MFA e com os militares, desde os organismos superiores político-militares até pequenas unidades das forças armadas e militarizadas.

Os êxitos e os avanços do processo revolucionário são indissociáveis desta cooperação.

Houve é certas dificuldades e contradições entre as duas componentes.

Houve sectores das forças armadas que, em várias circunstâncias, se voltaram contra o movimento popular e contra as forças revolucionárias e apoiaram e encobriram actividades da reacção. Não se tomaram medidas para combater a vaga terrorista contra o PCP, os partidos progressistas e os sindicatos no Verão de 1975, mas eram tiradas caçadeiras aos defensores de centros de trabalho para que depois estes fossem invadidos, pilhados e incendiados pelas hordas fascistas. Enquanto se deixavam impunes e armados os bandos fascistas, eram feitas buscas a sedes de partidos progressistas e a cooperativas à procura de armas inexistentes. Foram dadas protecções a provocações fascistas nas zonas de grande influência de esquerda, mas deixava-se a reacção impedir pela força o exercício das liberdades nas zonas do seu domínio.

O anticomunismo, as reservas anti-PCP, a provocação reaccionária e esquerdista, instalaram-se em estruturas do MFA, limitando e condicionando a cooperação entre o povo e as forças armadas.

Apesar porém de todas essas dificuldades e limitações, a aliança Povo-MFA não deixou de ser a principal barreira de defesa das liberdades e a principal força motora da Revolução.

Uma das condições essenciais para a efectivação da aliança foi o respeito pela completa independência e autonomia das duas componentes da Revolução.

A origem, a história, as características sociais, a composição política, as formas de organização e de acção do movimento popular e do MFA eram diversas.

Em relação ao MFA, o PCP sempre considerou que este só poderia desenvolver-se sendo um movimento completamente independente, autónomo, com a sua orientação específica diferenciada da dos partidos políticos.

Pretensões de partidos políticos para dirigirem ou orientarem o MFA só poderiam conduzir a divisões e a conflitos internos no MFA e ao seu enfraquecimento.

Apesar das acusações que têm sido feitas ao PCP de ter procurado «manipular» o MFA, apesar das campanhas reaccionárias acusando de «comunistas» todos aqueles que não eram «anticomunistas» e, numa certa fase, todos os «capitães» do 25 de Abril, a verdade é que o PCP manteve sempre firmemente essa linha de actuação.

As tendências para o controlo do MFA, ou pelo menos de certas estruturas militares, por grupos políticos resultaram de posições facilitadas a grupos esquerdistas em diversas unidades.

A necessidade de combater a reacção, por um lado, e os preconceitos anticomunistas, por outro, levaram a uma larga abertura das unidades a oficiais e sargentos milicianos de tendências esquerdistas.

Instalados em várias unidades e no COPCON, alguns grupos procuraram submeter outros órgãos do MFA ao seu dirigismo político.

Estas tendências do controlo do MFA por partidos e grupos políticos foram um dos principais factores de divisões, conflitos e cisões no MFA e de dificuldades e erros na sua aliança com o movimento popular.

Em relação ao movimento popular, o PCP sempre defendeu que, como movimento autónomo, deveria actuar e desenvolver-se sem aceitar qualquer eventual pretensão dirigista do MFA.

Tendências para que o MFA ou as forças armadas tomassem a direcção do movimento popular afectaram tanto o MFA como o movimento popular e comprometeram o entendimento e a cooperação entre as duas componentes.

As tendências para o controlo do movimento popular pelo MFA resultaram em grande parte das dificuldades surgidas nas relações do MFA com o movimento democrático, dadas as posições crescentemente hostis do PS (além das do PPD) para com o «movimento dos capitães».

Menos de três meses passados sobre o 25 de Abril, o golpe Palma Carlos ⁽¹⁶¹⁾ revelou que, ao contrário do que esperavam os «capitães», o PPD estava contra o MFA e contra a Revolução. Entre o 28 de Setembro ⁽¹⁴³⁾ e o 11 de Março ⁽⁶⁵⁾, e ainda mais claramente depois, revelou-se também que os dirigentes do PS se opunham ao papel do MFA como garante da Revolução.

O MFA ficou confrontado com um complexo problema. Ou se aliava abertamente ao movimento operário e popular, e isso significaria, no plano das relações com partidos, uma aliança preferencial com o PCP, ou continuava a pretender a aliança com os outros partidos, e isso entravava e contradizia a própria acção e até a própria existência do MFA, uma vez que esses partidos se opunham ao processo e ao MFA.

Na busca de soluções para esse problema resultaram duas tendências.

Uma tendência consistia em considerar o acordo e a coligação entre o PCP e o PS, mesmo entre o PCP, o PS e o PPD, e dos vários partidos com o MFA, como absolutamente indispensável para se poder realizar a aliança do MFA com o movimento democrático.

Outra tendência, que se desenvolveu sobretudo a partir do momento em que se viu a impossibilidade dum tal acordo com o PS, apontava para formas directas de ligação do MFA com o movimento popular, isto é, dispensando os partidos. No caso concreto, passando por cima do PCP e dos sindicatos.

Desta tendência são expressões as ideias do MFA como vanguarda política de todo o processo, do MFA como movimento nacional-libertador e do MFA como partido único dirigente.

Até ao agravamento da crise político-militar, o MFA respeitou a autonomia e independência do movimento popular e democrático. Foi na medida em que se aprofundou a crise e a Esquerda militar se aproximou mais dos sectores esquerdistas do MFA que começaram a aparecer ideias de dirigismo e controlo militar do movimento de massas.

Os grupos esquerdistas instalados junto de altos centros de decisão militar animaram esta tendência, que lhes permitiria, sob a capa militar do MFA, procurar tomar o controlo do movimento operário e popular, arrancando-o à influência do PCP.

O chamado «ultimatum do COPCON» (27-5-1975) ⁽¹⁶⁸⁾, defendendo várias ideias já expostas por Otelo, acusa «os partidos» indiscriminadamente. Exige uma modificação do governo «por forma a que o seu funcionamento não seja afectado pelas lutas das cúpulas partidárias». Pretende que as autarquias sejam reorganizadas na base da «confiança do MFA» (isto é: do COPCON). E defende que o «MFA não deve empenhar-se numa política de alianças partidárias» (tão-pouco com o PCP), «mas sim aliar-se para objectivos concretos com as forças patrióticas e progressistas» (isto é: com os grupos esquerdistas) «numa ligação íntima e permanente, não sujeita a jogos de cúpulas».

Procura assim reformular-se a aliança Povo-MFA, de forma a que seja o COPCON (e naturalmente os grupos esquerdistas nele instalados) a ter «a direcção do processo de ligação às estruturas populares e da revolução cultural».

Ideias semelhantes virão a ser expressas mais tarde no célebre «Documento-Guia do MFA» (8-7-1975), aprovado em plena crise político-militar.

O «Documento» reflecte a influência do radicalismo pequeno-burguês sobre a Esquerda militar, que, nessa altura da crise, aparece em crescente aliança com elementos pseudo-revolucionários. Os princípios expostos no documento constituem uma tentativa de submeter o movimento operário e popular ao MFA e aos militares em geral, que definiriam quais as estruturas unitárias representativas do povo e as reconheceriam oficialmente.

Caberia às ADU e Assembleias de Unidade «o lançamento das Comissões de Moradores e Trabalhadores nos locais onde ainda não existem». Reconhecidas as organizações, seria o MFA a promover a formação de Assembleias Populares Locais e Municipais («no imediato» ⁽¹⁶⁹⁾), Distritais («a médio prazo»), Regionais («a longo prazo»), e ainda depois, como «última e distinta etapa desta estrutura», uma Assembleia Popular Nacional! O PCP desde logo manifestou as suas discordâncias, sublinhando que «o movimento popular de massas tem a sua ⁽¹⁷⁰⁾ dinâmica revolucionária própria» (Nota da Comissão Política de 9-7-1975) ⁽¹⁷¹⁾.

Tratava-se de facto, por um lado, de todo um programa de interferência dirigista no movimento operário e popular, negando a sua autonomia e

independência e, por outro lado, de um programa de estruturação estatal, definindo a priori um esquema fora das realidades.

Está-se vendo o que significaria esta orientação na sua aplicação prática. Os grupelhos esquerdistas metidos no COPCON, na PM, no RALIS e noutras unidades ficariam de facto com o poder imenso de «reconhecer», em nome do MFA, os seus grupos e grupinhos, e de «não reconhecer» as estruturas reais do movimento popular.

Tratava-se, no fim de contas, de militarizar ou instrumentalizar o movimento operário e popular, o que de nenhuma forma facilitaria nem o seu desenvolvimento nem a aliança com as forças armadas.

Estas concepções, longe de contribuírem para reforçar a aliança Povo-MFA, serviram para criar factores de divisão no movimento operário e popular e nas forças armadas.

A aliança Povo-MFA foi essencial para o desenvolvimento do processo revolucionário, mantendo-se a autonomia e independência das duas componentes.

A reacção compreendeu desde a primeira hora a importância capital das duas forças motoras da Revolução e da sua aliança. Por isso, quando ouvia falar da aliança Povo-MFA é como se ouvisse falar do Diabo. Por isso atacou sempre sem descanso e com toda a violência o movimento operário e popular e o MFA. Por isso desenvolveu uma permanente intriga para provocar o rompimento da aliança. Por isso procurou por todas as formas voltar o povo contra os militares e os militares contra o povo.

A Revolução pôde sobreviver e prosseguir porque, no essencial, a reacção não conseguiu (até hoje!) alcançar este seu objectivo. Porque, apesar das contradições, dificuldades, incertezas e irregularidades do processo revolucionário, apesar das mudanças, da arrumação e da correlação de forças, se manteve uma convergência do movimento operário e popular e das forças armadas na defesa e construção da democracia.

3. Três grandes derrotas da reacção

A dinâmica que o movimento operário e popular imprimiu ao processo revolucionário e a rápida politização nas forças armadas encontraram a resistência dos sectores e elementos mais conservadores que se tinham colado ao MFA. Não era isto que esperavam, não era isto que queriam. Alguns haviam sonhado com uma ditadura militar que dirigisse e controlasse a instauração, a longo prazo, de um regime parlamentar cuja missão seria renovar as formas do poder político do capitalismo monopolista, sem pôr este de forma alguma em causa.

Invocando a cada passo a «pureza» dos objectivos do 25 de Abril, alguns sectores e elementos passaram a actuar para travar o mais rapidamente possível o processo revolucionário, para impedir a consolidação das

liberdades e direitos alcançados de facto pela luta, para recompor a situação militar em África como garantia da execução de um projecto neocolonialista, para abafar a intervenção no processo de democratização da força social revolucionária mais consequente: a classe operária, tendo à sua frente o Partido Comunista.

Esses propósitos manifestaram-se logo após o 25 de Abril e vieram a polarizar-se em torno do general Spínola, então Presidente da República e da Junta de Salvação Nacional ⁽¹⁷²⁾.

Apoiando-se em importantes sectores do poder político-militar, da Junta de Salvação Nacional e do Governo, em partidos fascistas recém-criados, no grande capital e nos agrários, em grupos fantoches em África, o general tornou-se o centro da conspiração.

Como Presidente até ao 28 de Setembro, fora das estruturas do poder até ao 11 de Março, encobriu, estimulou e encabeçou a conspiração para a liquidação da jovem democracia portuguesa.

Politicamente retráctil e agressivo, com grande capacidade de recuar rapidamente quando via estar em inferioridade de forças e em situação perigosa, logo voltava a atacar com extraordinária energia e confiança em si próprio. Quando à beira da derrota, para ganhar tempo, manifestava-se momentaneamente cordato, temporizador, submisso ao adversário, concordando com tudo, mostrando-se repentinamente, se necessário, um homem de esquerda. Mas logo, passado o pior momento, partia à ofensiva.

Até à sua saída do País, o general Spínola esteve no centro das três principais tentativas de golpes contra-revolucionários: o golpe Palma Carlos, o 28 de Setembro e o 11 de Março.

Os três golpes tiveram uma preparação política semelhante: súbito desenvolvimento da ofensiva política das forças reacçãoárias e conservadoras, sabotagem económica, agudização de conflitos sociais pelo patronato com a colaboração de grupos esquerdistas, ambiente de desordem e insegurança nas ruas.

Em qualquer dos três casos, como noutras tentativas de golpes menos conhecidos (como o «golpe do Buçaco» ⁽¹⁷³⁾), a conclusão pretendida era a tomada de plenos poderes pelo general Spínola, a declaração do estado de sítio, o desaparecimento do MFA, a liquidação das liberdades, a repressão do movimento operário e do PCP, a instauração de uma ditadura militar fascista ou reacçãoária.

Os golpes em si foram concebidas de forma diferente no seu acto final: um golpe de estado ou revolução palaciana com Palma Carlos, uma grande operação política de massas a culminar por uma acção militar em 28 de Setembro, um putsch militar para a tomada de pontos-chave no 11 de Março.

O golpe de Palma Carlos ⁽¹⁶¹⁾ ficou sendo conhecido pelo nome do Primeiro-Ministro do I Governo Provisório, mas na verdade o seu verdadeiro inspirador foi Spínola. Palma Carlos agiu como um peão do jogo, logo abandonado, quando perdeu a partida.

A reacção, ajudada activamente pelos grupos esquerdistas, criou o clima necessário de dificuldades económicas, conflitos sociais, «desordem nas ruas», provocações anticomunistas, incêndios de searas atribuídos aos comunistas, exaltadas manifestações pseudo-revolucionárias em S. Bento, etc., para dar pretextos à operação.

Pôr fim ao «caos» económico, à «desordem social», à anarquia nos meios de comunicação social, à «traição» em África, eram objectivos do golpe. Depois de atender telefonemas de Belém, o Primeiro-Ministro declarava melodramaticamente que «não queria ser fuzilado como traidor à pátria por ter reconhecido a independência às colónias sem aprovação do povo português» e que «preferia sair agora de cabeça levantada do que daí a três meses num banho de sangue» (9-7-1974).

O golpe tinha um esquema simples: o Conselho de Estado daria plenos poderes ao general Spínola na pessoa do Primeiro-Ministro (que pessoalmente tinha uma influência nula para além do cargo que, por incumbência, desempenhava); dentro de três meses haveria uma mascarada eleitoral para confirmar o general como presidente, não já por mandato do MFA, mas por «sufrágio universal», dando-lhe assim uma «legitimidade» contra o MFA, de forma a poder assumir plenos poderes; seria aprovada uma Constituição Provisória que adiaría as eleições para a Assembleia Constituinte para Novembro de 1976.

Sá Carneiro, secretário-geral do PPD e Ministro sem Pasta, participou activamente na urdidura que levaria ao golpe. Para preparar nas forças armadas a aceitação dos plenos poderes e da ditadura de Spínola, vai à Assembleia na Manutenção Militar (como já atrás foi referido) apresentar um quadro catastrófico da situação. Quando, no momento culminante do golpe, Palma Carlos pediu a demissão, ainda como forma de chantagem, os dois ministros do PPD, Sá Carneiro e Magalhães Mota, pediram-na também.

Durante alguns dias, o jogo de forças fez ainda balançar a solução da crise, ou no sentido da consolidação da democracia, como pretendia o MFA, ou no sentido da formação de um governo de direita, como pretendia Spínola. Falando «com o coração a sangrar» aos fuzileiros no dia 11 de Julho, Spínola afirmava que se vive um «momento de crise em que a Pátria continua doente» e «em perigo», um «momento de desorientação e de inversão de valores», em que se confundem «heróis com traidores» e apelava às forças armadas para que «assumissem as responsabilidades» para «entregar aos vindouros o que herdamos dos nossos antepassados», de forma a que «Portugal fique uma vez mais devendo a sua sobrevivência, a sua independência e a sua autêntica liberdade às Forças Armadas»⁽¹⁷⁴⁾.

Os partidos neofascistas — Movimento Federalista Português, Partido Trabalhista Democrático, Partido Liberal, Movimento Popular Português, Partido da Democracia Cristã —, que, com o apoio de Spínola, reclamavam participar no novo governo, viram desfeita a ilusão. A situação resolveu-se pela correlação de forças no MFA, de que a nomeação, no dia 13 de Julho,

de Otelo Saraiva de Carvalho para adjunto do Comando Operacional do Continente (COPCON) e Comandante da Região Militar de Lisboa, foi um acontecimento significativo.

A derrota do golpe Palma Carlos-Spínola conduziu à entrada aberta do MFA no governo, assumindo o coronel Vasco Gonçalves o cargo de Primeiro-Ministro (17-7-1974) ⁽⁷¹⁾.

O golpe de 28 de Setembro ⁽¹⁴³⁾ foi de concepção e execução bastante mais complexas. A ofensiva reaccionária, desenvolvendo-se em todas as frentes, deveria culminar por uma gigantesca marcha sobre Lisboa, em que a nação pediria ao Presidente da República para «salvar o país» e em que o Presidente, apoiando-se em sectores das forças armadas ganhos para o golpe, assumiria plenos poderes, declararia o estado de sítio, liquidaria as liberdades e o MFA, reprimiria o movimento operário e instauraria uma nova ditadura.

O desenvolvimento da operação começou quando fracassaram as sucessivas tentativas do general Spínola, instalado no Buçaco, para provocar uma Assembleia militar que afastasse os capitães do 25 de Abril e alterasse radicalmente a correlação de forças.

A ofensiva política começou em fins de Agosto com a ampla difusão de manifestos clandestinos apelando para o general Spínola e exigindo a dissolução imediata da Comissão Coordenadora do MFA e a demissão do Primeiro-Ministro Vasco Gonçalves, dos ministros militares e dos comunistas.

O grande capital monopolista, conluiado numa grande frente promotora do «desenvolvimento económico» (MDE/S), oferecia demagogicamente, sob condição de garantias políticas, 120 milhões de contos de investimentos e 150 000 postos de trabalho ⁽¹⁷⁵⁾. O Grémio dos Industriais dos Transportes Automóveis (GITA), inspirando-se no exemplo do Chile, programou o lock-out para 23 de Setembro. Dirigentes fascistas como Casal Ribeiro, Moreira Baptista e Silva Cunha foram libertados. Na Penitenciária tem lugar um motim dos pides, provocando alarme público. Coordenando a acção em Portugal com a acção em Moçambique e Angola, bandos fascistas tentam o já referido golpe de mão contra-revolucionário em Lourenço Marques, em 7 de Setembro ⁽¹⁴²⁾. Spínola vai encontrar-se com Mobutu na Ilha do Sal (14-9-1974) e recebe em Lisboa uma «delegação» das populações de Angola.

A 10 de Setembro, fazendo apelo à «maioria silenciosa» Spínola dera o sinal para a marcha sobre Lisboa.

Nos dias que se seguem, o Partido Nacionalista Português, o Partido Liberal, o Partido do Progresso, o Partido Trabalhista Democrático, mais tarde o Partido da Democracia Cristã, respondem ao apelo de Spínola, apelando por sua vez para uma grande manifestação. O PPD, que já se distinguira no golpe Palma Carlos e que mantinha relações com o Partido Liberal, apoiou no dia 12 o discurso de Spínola. No dia 17 o CDS promete apoio maciço.

A 20 de Setembro anuncia-se uma Comissão Nacional da Manifestação a que pertencem conhecidos conspiradores. A propaganda fascista atinge o rubro. Aparece o Bandarra, com Múrias à frente, apoiando o general. São editados e começam a ser afixados 500 000 cartazes da «maioria silenciosa» por bandos fascistas armados, que provocam desordens e arruaças. No dia 24 sai uma edição de 1 000 000 de exemplares em formato mais pequeno, uma parte dos quais é lançada de avionetas.

A Associação Livre de Agricultores (ALA), organização dos grandes agrários, marca uma grande concentração junto a Belém para o dia 29 e anuncia para a mesma data uma «marcha» de milhares de tractores sobre Lisboa, de forma a poderem estar em Lisboa no dia 28. Procura provocar-se uma greve dos comerciantes da capital. De norte a sul do país os reaccionários oferecem passagens gratuitas para Lisboa e 1000\$00 em dinheiro de bolso por cabeça.

No dia 26, o general Spínola atrai o Primeiro-Ministro à tourada reaccionária do Campo Pequeno, iniciativa preparatória da manifestação, para aí ser insultado e vaiado. O general recebe directamente o cartaz da «maioria silenciosa» das mãos dos organizadores.

No dia 27, o general Galvão de Melo, então membro da Junta, apela para a manifestação. Os esquerdistas provocam uma súbita agudização do conflito da TAP, com o claro objectivo de contrariar a grande mobilização de massas e de voltar os trabalhadores não contra Spínola, mas contra o governo e contra o MFA, que Spínola atacava.

Nas vésperas da manifestação, Spínola convoca uma reunião do Conselho de Ministros e apresenta um ultimato ao governo. Acusa o governo de incapacidade e apresenta a necessidade da sua substituição. Faz um ataque cerrado ao PCP em termos que anunciavam o propósito de uma ilegalização. Exige medidas drásticas contra a RTP e as emissoras de rádio. Confirma a vontade de que a manifestação em seu apoio se faça, ameaçando quem se opusesse a ela.

Alguns ministros repeliram vivamente as ameaças. O representante do PCP no governo disse claramente que o PCP e os trabalhadores se oporiam à realização da manifestação por considerarem que punha em perigo a democracia.

No dia 27 para 28, Spínola fez ocupar militarmente as emissoras de rádio e suspender as emissões e os jornais diários e reteve durante algumas horas em Belém, praticamente presos, o Primeiro-Ministro e o comandante-adjunto do COPCON.

O golpe foi desfeito pelo levantamento em massa dos trabalhadores e dos democratas, que, lado a lado com o MFA, cortaram o passo à reacção por todo o País, impediram a marcha sobre Lisboa e a manifestação e infligiram uma severa derrota à contra-revolução: demissão do general Spínola e de três membros da JSN ⁽¹⁷⁶⁾, prisão de conjurados militares e civis, remodelação do governo com o reforço das forças de esquerda.

O golpe de 11 de Março ⁽⁶⁵⁾ foi um novo degrau na escalada contra-revolucionária. Agora não se tratava já de um golpe de Estado constitucional, nem de um golpe a culminar uma grande mobilização política reaccionária. No 11 de Março Spínola lançou-se abertamente na aventura de um putsch.

Houve também naturalmente a preparação política do golpe. A campanha anticomunista e a intriga contra o MFA conheceram novo surto. Intensificou-se a sabotagem económica. Multiplicaram-se as violências, os golpes de mão, as manifestações provocatórias contra o governo. Em autarquias, sindicatos e escolas tinham lugar golpes de mão em série contra as estruturas democráticas. Agudizaram-se artificialmente conflitos sociais soprados de um lado e do outro pelo patronato reaccionário e por grupos pseudo-revolucionários, que tentavam precipitar, mesmo sem razões válidas, greves antigovernamentais em sectores importantes da vida económica. No dia 7 de Março, o PPD organiza uma grande provocação em Setúbal, que a actuação dos esquerdistas facilitou e na qual ficou clara a responsabilidade de forças militarizadas que metralharam os manifestantes ⁽¹⁷⁷⁾. Querendo mostrar que se caminhava para o caos e a desordem, procurava pretexto para um golpe militar salvador.

A modéstia das forças empenhadas no golpe leva a concluir que não saíram todos os elementos que se haviam comprometido com Spínola. Spínola não teria ido para Tancos com armas e bagagens, arriscando tudo, para que um avião fosse lançar umas tantas granadas em cima do RAL-I (posteriormente RALIS) e uma companhia de pára-quedistas cercasse o quartel. Pode admitir-se que as restantes forças comprometidas aguardavam o resultado do ataque ao RAL-1. Pode ainda admitir-se que, sobrestimando a sua influência pessoal, Spínola supusesse que, à última hora, bastaria a sua indicação para que as forças armadas o seguissem.

De qualquer forma, o putsch foi rapidamente dominado pelas forças armadas, apoiadas e activamente ajudadas pelos trabalhadores, que cercaram, envolveram, desmobilizaram e conduziram finalmente à confraternização os sitiantes do RAL-I.

Os objectivos políticos do golpe nas vésperas das eleições para a Assembleia Constituinte eram muito semelhantes aos dos golpes anteriores. Num rascunho apreendido, que seria a proclamação a fazer pelo general Spínola ou a ser lida em seu nome por um locutor que então se disse estar ligado a um coronel colaborador de Spínola, o general tomaria conta do poder, proclamaria o estado de sítio «até ao pleno funcionamento das instituições democráticas», suprimiria as liberdades, adiaria as eleições para a Assembleia Constituinte e prometeria «eleições» para Novembro, nas quais, simultaneamente, «o povo português escolheria de uma só vez o Presidente da República, a Constituição por que deseja reger-se, o Programa do governo que deseja executar e os deputados na Assembleia Nacional» (sic)! Se pouco antes do 28 de Setembro Spínola se declarara convertido ao «socialismo em liberdade» ⁽¹⁷⁸⁾, no dia 11 de Março, ao mesmo tempo

que instauraria uma nova ditadura, dir-se-ia partidário de «um socialismo de iniciativa» ⁽¹⁷⁹⁾.

Estas três grandes tentativas de golpes contra-revolucionários são as mais importantes do primeiro ano de revolução.

Mais tarde, a reacção, coadjuvada por gente que se diz democrata, procurou reescrever a história. Afirmou não ter havido qualquer golpe em 28 de Setembro ou em 11 de Março. Que isso foram manobras dos comunistas, invenções dos comunistas ou mesmo... golpes dos comunistas.

O 28 de Setembro passa a ser uma «inventona» (R. Machete, Tempo, 22-4-1976) ou uma «intentiona do PC» ⁽¹⁸⁰⁾ (H. Roseta, Diário Popular, 19-4-1976).

Spínola vem declarar que «o 11 de Março não foi um golpe militar, conforme está hoje sobejamente demonstrado» mas sim «uma hábil manobra montada pelo PC, em combinação com os serviços secretos de certos países estrangeiros» (Diabo, 12-2-1976) ⁽¹⁸¹⁾. Os fascistas afirmam que foi «um golpe da esquerda» (Tempo, 8-4-1976), uma «farsa», uma «miserável inventona organizada criminosamente pela loucura e baixeza de carácter do governo ⁽¹⁸²⁾ gonçalvista» (Barricada, 13-5-1976). Sá Carneiro diz que o 11 de Março foi «uma inventona fomentada por oficiais e forças ligadas ao PCP» (Povo Livre, 4-12-1975 ⁽¹⁸³⁾).

Da parte do PS a atitude não é diferente. O Portugal Socialista (22-12-1975) ⁽¹⁸⁴⁾ põe em dúvida que o 11 de Março tenha sido um golpe contra-revolucionário e intitula o 28 de Setembro e o 11 de Março de «chamadas intencionas». Abranches Ferrão adianta que «o 11 de Março nunca existiu» e que «é ao PCP ⁽¹⁸⁵⁾ que me vejo compelido a assacar as responsabilidades do que se passou» (Jornal Novo, 31-12-1975). Mário Soares afirma que do 11 de Março «ainda não foi dada ao país explicação total» ⁽¹⁸⁶⁾ (Expresso, 8-11-1975), o que é certo, mas em sentido inverso. Manuel Alegre diz que «para uns teria sido um golpe da extrema-direita. Para outros um golpe do KGB», mas ele não está «em condições de dizer ao certo o que foi» (Tempo, 11-3-1975) ⁽¹⁸⁷⁾ — o que até talvez não seja verdade...

Toda esta campanha que se veio mais tarde a desenvolver para incitar à repressão contra o PCP e para preparar o regresso de Spínola é um esclarecedor exemplo de falsidade e provocação política.

Mil ou um milhão de mentiras não têm força bastante para alterar um só facto real. Os golpes da reacção foram golpes da reacção. E a derrota dos três golpes foi possível pela determinação da luta da classe operária e do povo português, pelas gigantescas mobilizações de massas, pela firme posição dos capitães do 25 de Abril e pela aliança real, na acção, na luta, do movimento popular com o MFA.

Foram três grandes vitórias do povo e do MFA, de que resultou a salvaguarda e o fortalecimento da democracia e o progresso do processo democrático.

4. Avanço impetuoso da Revolução

Das três vezes, nos três golpes, a jovem democracia portuguesa esteve em perigo mortal. Das três vezes, se o golpe tivesse triunfado, as liberdades teriam sido liquidadas e teria sido instaurada uma nova ditadura. Das três vezes, Povo e Forças Armadas derrotaram a reacção. Como então se afirmou, a aliança Povo-MFA tornara a Revolução invencível.

Na tentativa de Palma Carlos, dadas as características de conspiração de palácio e golpe constitucional, a intervenção directa das massas populares não se fez sentir. Mas não só a força do movimento popular deu o apoio indispensável às decisões do MFA, como o apoio logo a seguir manifestado aos militares revolucionários e ao II Governo Provisório, no qual entraram capitães do 25 de Abril, permitiu a consolidação da democracia numa fase perigosa nas mais altas instâncias do poder político-militar.

Uma semana depois da formação do novo governo, com Vasco Gonçalves como Primeiro-Ministro e sete ministros do MFA ⁽⁷¹⁾, o gigantesco comício no Estádio 1.º de Maio, com 200 000 participantes, onde falaram os secretários-gerais do PCP e do PS, confirmou a poderosa intervenção do movimento popular aliado ao MFA na construção do novo Portugal democrático.

A operação contra-revolucionária de 28 de Setembro foi esmagada pelas massas populares estreitamente associadas aos oficiais, sargentos, soldados e marinheiros fiéis ao 25 de Abril e à causa da liberdade.

De norte a sul do País, o povo unido ergueu-se firme, corajoso e confiante. Ao apelo do PCP, de outras organizações políticas de esquerda (com relevo para o MDP e algumas organizações do PS), dos sindicatos, de organizações unitárias e juvenis (MJT e UEC), as massas populares agigantaram-se em poderosas acções de vigilância, estabeleceram barragens por toda a parte, controlaram toda a circulação e impediram literalmente a concretização da «marcha sobre Lisboa».

A classe operária desempenhou decisivo papel na derrota da reacção. PCP e sindicatos mostraram a sua grande capacidade mobilizadora e combativa. Nos próprios meios de transporte, os trabalhadores estabeleceram apertada vigilância. Os ferroviários aprontaram-se para parar comboios que transportassem manifestantes e os motoristas recusaram-se a conduzir veículos com o mesmo destino. De 550 camionetas que do Norte do Douro deveriam transportar gratuitamente manifestantes para Lisboa, só duas tentaram passar as barragens. Quando o COPCON veio declarar que a manifestação fora anulada, já ela não tinha a mínima possibilidade de realizar-se, porque a reacção tinha sido imobilizada e encurralada pela grandiosa mobilização popular.

Centenas de milhares de democratas, trabalhadores, jovens, mulheres, deram uma poderosa demonstração de organização, disciplina democrática e determinação revolucionária.

Logo que a operação reaccionária foi derrotada, manifestações de massas coroaram a vitória. No Porto, logo na manhã de 28, mais de 100 000 pessoas concentraram-se no centro da cidade, já certas de que a acção popular estava derrotando a tentativa contra-revolucionária.

As barragens, concentrações e manifestações de 27/28 de Setembro constituíram um verdadeiro levantamento popular de massas contra a reacção, que se saldou por uma vitória estrondosa que, consolidando as liberdades, iria imprimir um ritmo mais veloz ao processo revolucionário.

O Exército, a GNR e a PSP, apesar das recomendações de alguns comandos para dispersarem as barragens, juntaram-se às massas populares e cooperaram estreitamente na vigilância e controlo, ombro com ombro com o povo, dando expressão directa e exaltante à aliança Povo-MFA.

Acompanhando a grandiosa acção de massas, o MFA passou também à ofensiva, fez prender conspiradores, desarticulou «partidos» que cobriam «legalmente» a conspiração e, ao nível dos órgãos político-militares, infligiu um duro golpe na reacção, demitindo o general Spínola e outros membros da Junta.

As manifestações e comícios realizados oito dias depois e as comemorações do 5 de Outubro, designadamente a manifestação do Porto com o Primeiro-Ministro Vasco Gonçalves, confirmaram a determinante participação popular na defesa e na construção da democracia.

No 11 de Março, novamente Povo e Forças Armadas mostraram o vigor da sua aliança na luta contra a reacção.

Logo que os conspiradores cercaram, começaram a bombardear e lançaram o ataque contra o RAL-1, o PCP, outros partidos democráticos, os sindicatos e organizações de massas apelaram à mobilização popular. Pelo País, povo, soldados e marinheiros juntaram-se para fazer frente à reacção. De novo se assistiu a uma imensa mobilização em defesa das liberdades.

As tropas sitiadas do RAL-1 foram envolvidas pelo povo, foram esclarecidas e acabaram por confraternizar com o povo e com os soldados da unidade atacada.

No Largo do Carmo, em Lisboa, onde havia oficiais sublevados, milhares de pessoas cercaram o quartel, tornando as ruas um mar de gente, imobilizando eventuais tentativas de saída de tropas sublevadas. No Porto também as massas populares se juntaram às portas dos quartéis e em Coimbra democratas ocuparam o aeródromo. Acções semelhantes foram realizadas noutros pontos do País.

Em Lisboa e noutras cidades, os trabalhadores, com destacada participação da juventude, formaram barragens e cercaram com muralhas humanas jornais, instalações da rádio e da TV que se mantiveram ao lado do povo.

Dominado o golpe, manifestações com centenas de milhares de pessoas tiveram lugar. Convocada pelo Partido às 19 horas, às 20 horas tinha lugar uma manifestação do Campo Pequeno ao Rossio, em Lisboa, onde a par da bandeira nacional, se desfraldaram milhares de bandeiras rubras.

Uma vez mais, a classe operária, as massas populares, confirmaram a sua determinação de defender as liberdades e a democracia.

Na luta contra as três grandes tentativas de liquidar a jovem democracia portuguesa, dos quatro partidos representados no governo houve dois que deram combate à reacção, correndo todos os riscos de uma eventual derrota: o PCP e o MDP/CDE. Houve um que esteve comprometido numa tentativa e apoiou politicamente outra: o PPD. Finalmente, o PS, opôs-se à primeira, teve uma posição de dúbia neutralidade na segunda e nunca esclareceu a sua verdadeira atitude na terceira.

O PPD esteve como vimos directamente comprometido no golpe de Palma Carlos, apoiou com entusiasmo o discurso de Spínola de 10 de Setembro, apelando para a mobilização das forças reaccionárias; participou activamente, desde fins de 1974 a 11 de Março, na preparação de condições políticas para o golpe.

O PS não teve uma actuação clara a partir do golpe de Palma Carlos. O secretário-geral do PS fazia constantes elogios a Spínola. No célebre Conselho de Ministros com Spínola em 27 de Setembro, o ministro que falou em nome do PS disse que, até então, o PS tinha manifestado reservas em relação à manifestação porque não sabia que o Presidente da República a desejava, mas agora, uma vez que o caso não era esse, não haveria mais objecções da parte do seu Partido. Antes do 11 de Março, o PS participou no desencadeamento da grande ofensiva contra o PCP e contra o MFA. É também sintomático que, no Congresso do PS realizado em 13/15-12-1974, tenha estado um grupo de oficiais convidados, que depois viriam a aparecer comprometidos no 11 de Março e que o República (então órgão oficioso do PS) dizia serem «todos os que estiveram em postos operacionais no 25 de Abril» (13-12-1974).

Salvo a atitude combativa, corajosa e unitária de algumas organizações do PS, como foi o caso do Porto, tanto no 28 de Setembro como no 11 de Março, embora mandando à pressa alguns militantes com bandeiras para desfilerem com o povo vitorioso, o PS nada fez para defrontar o perigo, derrotar os golpes, salvar as liberdades. E depois da derrota da reacção não se viu da parte da direcção do PS alegria por se ter afastado a ameaça de uma nova ditadura, mas reservas em relação à vitória das forças da democracia.

Nesses três momentos cruciais, as liberdades foram salvas pelo povo e pelo MFA, pela aliança de combate dos militares revolucionários com o movimento operário e popular organizado, em que o PCP, o MDP/CDE, alguns pequenos agrupamentos políticos de esquerda, os sindicatos, as organizações da juventude, as organizações de base dos trabalhadores, tiveram decisivo papel.

Com o 28 de Setembro e o 11 de Março, até à grande ofensiva contra-revolucionária desencadeada no Verão de 1975, o movimento operário e popular de massas faz avançar impetuosamente o processo revolucionário.

Este período é marcado por alguns acontecimentos de particular relevo.

O primeiro, que se mantém durante alguns meses no primeiro plano da situação política e social, é a luta pela unidade da classe operária e do movimento sindical.

Verificando o papel de vanguarda dos trabalhadores e a importância da sua unidade no processo revolucionário, a reacção e as forças conservadoras e reformistas, poderosamente ajudadas pelo imperialismo e por organizações sindicais estrangeiras como a CISL, concentram então toda a sua acção na cisão da classe operária, a começar pelo movimento sindical.

Os trabalhadores compreenderam o perigo e desenvolveram uma poderosa luta para que a lei das associações sindicais consagrasse o princípio de uma única organização sindical e de uma central única, a que se chamou unicidade ⁽⁷⁶⁾.

Em 12/13-10-1974 o Plenário da Intersindical, realizado no Porto, confirmou essa reclamação. Os sindicatos dos metalúrgicos definiram como princípios fundamentais da organização sindical a existência de uma central única e a autonomia e independência das associações sindicais face ao Estado, ao patronato, aos partidos e à religião (28-11-1974) ⁽¹⁸⁸⁾. Em Novembro, cerca de 200 sindicatos e mais de 500 reuniões sindicais de empresa, em que tomam parte mais de 1 milhão de trabalhadores, reclamam a unicidade ⁽¹⁸⁹⁾.

Têm lugar em todo o País, de norte e sul, comícios com dezenas de milhares de trabalhadores. Os sindicatos e os trabalhadores reagem à campanha do Ministro da Justiça, S. Zenha, contra a unicidade, que considera «inconstitucional». Em Coimbra e em Beja têm lugar grandiosos comícios e manifestações.

Finalmente, em 14 de Janeiro de 1975, em Lisboa, a manifestação de 200 000 a 300 000 trabalhadores convocada pela Intersindical e apoiada pelo PCP, MDP/CDE, MES, MDM, MJT e UEC, culmina a grande luta em defesa da unicidade como uma das mais extraordinárias acções de massas jamais realizadas em Portugal ⁽¹⁹⁰⁾.

A 18-1-1975, na Marinha Grande, nas grandiosas comemorações da heróica luta de 1934 pela liberdade sindical, os trabalhadores festejam o reconhecimento do princípio da unicidade ⁽¹⁹¹⁾.

Nas fábricas e outras empresas, a par da luta pela unicidade sindical, é também firme e poderosa a luta dos trabalhadores em defesa dos seus interesses de classe, contra a sabotagem do patronato reaccionário, pelo saneamento dos administradores fascistas.

Estas lutas (muitas das quais se tornaram célebres) permitem uma rápida tomada de consciência, não apenas da necessidade de dominar e impedir a sabotagem económica, mas de libertar a economia nacional do jugo capitalista e pô-la ao serviço dos trabalhadores e do país. Objectivos antimonopolistas imediatos são definidos no movimento operário. Em constantes acções de massas ganha cada vez mais força a reclamação de uma política antimonopolista.

Através de uma luta cerrada nas empresas, são saneados patrões sabotadores e administradores ao seu serviço, vai-se estabelecendo o controlo operário e a intervenção dos trabalhadores na gestão das empresas e multiplicam-se as exigências da intervenção do Estado. A reclamação pelos trabalhadores da nacionalização da banca e das empresas dos grupos monopolistas torna-se cada vez mais poderosa.

No Alentejo, reforçada nos últimos meses de 1974 a organização e a acção sindical dos trabalhadores agrícolas, trava-se a luta contra a sabotagem dos agrários. A I Conferência dos Trabalhadores Agrícolas do Sul, realizada em Évora em 9-2-1975, com a participação de 30 000 trabalhadores, marca o ponto de arranque das acções de massas para a realização imediata da Reforma Agrária que entregue «a terra a quem a trabalha». Aí foi afirmado que «a Reforma Agrária [...] aparece como resultado da necessidade objectiva de resolver o problema do emprego e da produção, como solução indispensável e única» (Avante!, 13-2-1975) ⁽¹⁹²⁾. A organização dos trabalhadores, o movimento de massas e a consolidação do MFA mostravam que também as condições subjectivas estavam preenchidas.

As acções de massas estendem-se a todas as classes e camadas anti-monopolistas.

Os pequenos agricultores organizam as primeiras importantes acções em defesa dos seus interesses fundamentais.

A luta por uma lei do arrendamento rural e pela restituição dos baldios aos povos desencadeia-se nos meses de Novembro e Dezembro de 1974.

Promovidos pelo PCP, mas de carácter unitário, as Conferências dos Camponeses do Norte (29-12-1974) ⁽¹⁹³⁾ e dos Camponeses do Sul (5-1-1975) ⁽¹⁹⁴⁾, os Encontros de Agricultores de Torres Vedras em Janeiro, de Castelo Branco, Aveiro, Trancoso, Barcelos e Beja em Fevereiro, de Mortágua em Março ⁽¹⁹⁵⁾, constituem um grande trabalho para a defesa dos interesses dos pequenos e médios agricultores e para o desenvolvimento da sua organização e do seu movimento de classe.

O I Encontro dos Pequenos e Médios Comerciantes (19-1-1975) ⁽¹⁹⁶⁾ constituiu a primeira grande iniciativa para organizar a defesa dos interesses dos pequenos e médios comerciantes.

Têm lugar encontros de professores, de intelectuais, de quadros técnicos, de trabalhadores da função pública, de trabalhadores de sectores muito diversos, de jovens e mulheres. Multiplicam-se as organizações unitárias de base como as Comissões de Moradores.

Com a realização de Assembleias Populares, têm lugar também neste período as primeiras grandes iniciativas para criar órgãos de representação directa das populações.

A Assembleia do Concelho de Almada com a participação de Comissões Administrativas da Câmara Municipal e das Juntas de Freguesia,

Comissões de Desporto, Sindicatos, partidos democráticos, juventude, realiza-se em 2-2-1975 ⁽¹⁹⁷⁾.

No mês de Março realizam-se Assembleias Concelhias e das Populações no concelho de Palmela, freguesias da Amadora e Barcarena, freguesia de Alcântara, em Lisboa, concelho do Montijo e de Sesimbra. A 16-3-1975 tem lugar uma grande realização: a Assembleia do Distrito de Setúbal ⁽¹⁹⁸⁾.

Lançam-se assim as bases de um grande movimento organizado das populações com órgãos representativos verdadeiramente democráticos.

Em aliança com o MFA, este poderoso movimento de massas impulsiona, apressa e vai marcando as direcções e os objectivos da Revolução. A reacção procura por todas as formas impedir o seu desenvolvimento. O fracasso da tentativa de putsch do 11 de Março, vai no imediato acelerar ainda mais o processo. Como atrás foi referido, logo após o 11 de Março são tomadas decisões históricas para o processo revolucionário, concretizando alguns dos objectivos fundamentais da luta que se desenvolvia.

O impetuoso desenvolvimento da luta de massas e do processo revolucionário prolonga-se muito para lá do 11 de Março. Mas em breve se irá inserir numa profunda crise política, militar, económica, social e ideológica, e será entravado por dois factores fundamentais: as eleições realizadas em condições antidemocráticas em vastas regiões, e as divisões e conflitos no campo democrático, designadamente no MFA.

5. As duas dinâmicas

Na Revolução portuguesa intervieram dois processos, duas dinâmicas, com características completamente diferenciadas.

Por um lado, a dinâmica revolucionária, traduzindo-se pela intervenção no processo da força material (popular e militar), transformando directamente as situações, conquistando e exercendo liberdades, derrotando e afastando fascistas, opondo-se às tentativas contra-revolucionárias, levando a cabo transformações democráticas profundas de carácter económico e social e tendendo à criação de um Estado ao serviço da Revolução e à criação de órgãos do poder (incluindo militares) garantes do processo democrático e correspondentes às transformações revolucionárias.

Por outro lado, o processo eleitoral, entendido como a escolha por sufrágio universal de órgãos do poder, tendendo à subordinação de quaisquer transformações sociais a uma prévia legalidade constitucional e ao não reconhecimento nem da intervenção dos militares na vida política, nem da intervenção determinante e criadora das massas no processo revolucionário.

Estes dois processos ou dinâmicas convergiram nos primeiros tempos da Revolução. O objectivo da realização de eleições para a Assembleia Constituinte dava um sentido político geral ao processo revolucionário democrático — o objectivo de institucionalização de um regime. Cami-

nharam depois a par sem se contrariarem. Mas entraram em conflito nos princípios de 1975 e particularmente após o 11 de Março, quando a dinâmica revolucionária, no seu desenvolvimento próprio, introduziu transformações profundas nas estruturas económicas e sociais, dando golpes mortais no capitalismo monopolista.

A reacção e todas as forças conservadoras, se por um lado continuam a conspirar para um golpe contra-revolucionário, contestam desde logo as transformações invocando o facto de o povo não ter expressado a sua opinião através do sufrágio.

O conflito entre os dois processos não se teria dado se se tivesse verificado uma de duas situações: se a dinâmica da Revolução não tivesse ultrapassado, nos seus objectivos e realizações, os limites de uma democracia burguesa; ou se a dinâmica da Revolução tivesse conseguido derrotar inteiramente as forças reaccionárias, organizado um Estado ao serviço da Revolução, instaurado a situação democrática em todo o País e criado portanto condições para que as eleições correspondessem à vontade do povo efectivamente libertado da subjugação e coacção física, económica, política, moral e religiosa, imposta pela reacção em grande parte do território.

No primeiro caso, teríamos assistido à continuação do domínio económico dos grandes monopolistas e dos agrários, à institucionalização temporária de uma democracia burguesa com um regime parlamentar de tipo «ocidental», conduzindo a curto prazo à instauração de uma nova ditadura.

No segundo caso, teríamos assistido à criação de um regime democrático progressista e estável, em que a Assembleia Constituinte, escolhida em eleições verdadeiramente livres, definiria a forma e as estruturas do novo Estado e do novo regime caracterizado por amplas liberdades, por transformações profundas das estruturas económicas e sociais, pela liquidação definitiva do capital monopolista, por uma política orientada firmemente na direcção do socialismo.

Nem se verificou um caso nem outro.

A dinâmica revolucionária levou a cabo transformações profundas, conduziu à liquidação do capitalismo monopolista e à reforma agrária, mas não teve força ou capacidade bastante para libertar o País do domínio da reacção e ⁽¹⁹⁹⁾ da perspectiva socialista.

Não foi capaz de libertar completamente o País, que continuou em grande parte dominado por poderes locais reaccionários, que impediam (como continuam hoje a impedir) o exercício das liberdades e direitos dos cidadãos, que faziam violenta oposição ao MFA, aos partidos revolucionários, aos sindicatos operários.

Não foi capaz de construir um novo Estado. O Estado continuou com muitas das suas velhas estruturas e dos seus quadros, com importantes departamentos (militares e civis) nas mãos de reaccionários.

A Esquerda militar, no seu conjunto, cometeu após a derrota dos golpes de 28 de Setembro e 11 de Março um erro capital: não tomou com

suficiente audácia a ofensiva, não soube aproveitar os desequilíbrios de forças a seu favor e a surpresa e o efeito desmoralizador e desmobilizador da derrota das forças da reacção para desalojar definitivamente estas dos seus feudos locais e regionais e das posições no aparelho do Estado.

Num momento em que a situação objectiva e a luta revolucionária da classe operária e das massas trabalhadoras aliadas ao MFA impunham profundas transformações nas estruturas económicas, as forças reaccionárias continuaram assim em condições de entrar e sabotar as reformas progressistas, de manter as posições de força, de se reagrupar e de muito rapidamente se recompor da derrota e passar à contra-ofensiva.

As campanhas dinamizadoras do MFA junto das populações constituíram sem dúvida uma iniciativa animada de idealismo. Embora de resultados insuficientes, as primeiras («Semana de Campo», «Nortada», «Verdade»), realizadas de Novembro de 1974 a Fevereiro de 1975, e algumas das realizadas pela CODICE nos meses seguintes, tiveram alguns resultados positivos ⁽²⁰⁰⁾. Mas não só o esclarecimento das populações foi gravemente prejudicado pela propaganda verbalista, pela falta de apresentação de uma perspectiva real e por vezes pela destrutiva influência esquerdista, como, a par do esclarecimento, poucas ou nenhuma medidas foram tomadas para defesa dos interesses das populações e contra o poder local fascista e fascizante. Os caciques locais reaccionários continuaram impunemente a iludir e a coagir as populações.

Chamadas para acorrer a situações concretas, as forças militares não intervinham, justificando não ser essa a sua missão. As forças militarizadas que deveriam ter essa «missão», não intervinham porque não foram reorganizadas conforme o disposto no Programam do MFA [A. 2. h.]. Dadas as violações constantes da ordem democrática e das leis democráticas era indispensável a reorganização e a democratização do aparelho judicial. Mas este ficou praticamente com as mesmas estruturas e os mesmos quadros, garantindo até hoje, em nome da justiça, a impunidade das forças reaccionárias e cobrindo os seus crimes.

Como em tais condições as eleições para a Assembleia Constituinte dariam necessariamente como resultado uma maioria às forças hostis à Revolução, era inevitável que as duas dinâmicas (eleitoral e revolucionária) viessem a entrar em contradição e conflito. Assim sucedeu de facto: o processo eleitoral interveio contra a dinâmica revolucionária e contra as suas realizações.

A convergência foi ainda tentada, por iniciativa do Conselho da Revolução, através do Pacto dos Partidos com o MFA, assinado duas semanas antes das eleições ⁽²⁰¹⁾. Como, segundo esse Pacto, era definido como função única e exclusiva da Assembleia Constituinte a elaboração da Constituição, como os partidos se comprometiam a consignar na Constituição um sistema de poderes que mantinha a capacidade de intervenção do MFA ao nível dos órgãos de soberania e se comprometiam também a não colocar exigências de modificações da composição do governo até à entrada em

vigor da Constituição quaisquer que fossem os resultados das eleições, foi assim estabelecido um compromisso de que as eleições não iriam contrariar o processo revolucionário. Aparente e formalmente tinha-se conseguido, embora de forma contraditória e conjuntural, impedir o confronto entre a dinâmica revolucionária e o processo eleitoral.

A campanha eleitoral para a Assembleia Constituinte confirmou a situação antidemocrática existente em grande parte do território ⁽²⁰²⁾. A intolerância, as perseguições, a interdição das liberdades, fizeram das eleições em vastas zonas actos indignos do nome de «eleições». O PCP viu-se impossibilitado de conduzir a campanha numa grande parte do País.

Alguns sectores responsáveis do MFA, dos órgãos político-militares superiores, embora receosos da direita, mostraram-se não menos receosos do PCP e deram apoios políticos de última hora ao PS. O relatório preliminar do 11 de Março (publicado a três dias das eleições) em vez de salientar as responsabilidades do PS na preparação política das condições para a tentativa de golpe insinuaram (na base de afirmações de pides que nada tinham a ver com o golpe) que os dirigentes do PS teriam sido imolados caso o golpe triunfasse, o que deu ao PS (nas vésperas das eleições) o triunfo imerecido de aparecer como uma das maiores vítimas do 11 de Março e o principal alvo das forças reaccionárias!

O PS, beneficiando de muitas circunstâncias, entre as quais «o voto útil» da direita, alcançou 2 145 618 votos (37,9%), o PPD 1 495 017 (26,4%) e o PCP 709 659 (12,5%).

Os resultados das eleições deram a maioria esmagadora aos partidos participantes no Governo (PS, PPD, PCP e MDP/CDE), que alcançaram 233 ⁽²⁰³⁾ lugares no total de 250. Mas dentro do Governo as divergências tinham já alcançado grande agudeza. Deram maioria absoluta ao PS e PCP (146 deputados), mas a direcção do PS estava já voltada para uma política direita, anticomunista e anti-MFA.

As eleições para a Constituinte marcam um ponto de ruptura entre a dinâmica revolucionária e o processo eleitoral nas condições de um País dominado em grande parte do território pelo poder local da reacção, pelo obscurantismo herdado do fascismo, pelos caciques e por camadas anticomunistas do clero.

Podem considerar-se as eleições para a Constituinte como o anúncio da grande crise político-militar, o deflagrar da cisão das forças democráticas e do MFA e a partida para uma crescente agudização dos conflitos que conduziria sete meses mais tarde ao confronto de 25 de Novembro.

6. Divisões no MFA e no movimento democrático

Apesar das contradições entre a dinâmica revolucionária e o processo eleitoral, havia condições para derrotar definitivamente a reacção e reforçar a democracia portuguesa na perspectiva do socialismo.

Essa possibilidade foi gravemente prejudicada pela agudização de conflitos e finalmente pela cisão tanto entre forças políticas democráticas como no MFA.

Se as posições dos partidos correspondessem aos interesses reais das classes e camadas que dizem representar, a arrumação das forças políticas deveria dar-se de forma a que a aliança democrática abrangesse, como forças principais, o MFA no seu conjunto, o PCP e o PS. No interesse do processo democrático, as fronteiras políticas das forças da democracia deveriam ter-se situado, quanto às forças políticas, de um lado entre o PS e o PPD (ou mesmo no seio do PPD entre o actual MSD de Sá Borges e a direita de Sá Carneiro) e do outro lado entre o PCP e os grupos esquerdistas antiunitários. Nas forças armadas, entre o MFA (abrangendo Esquerda e «moderados») e reaccionários à direita e pseudo-revolucionários à esquerda.

Em resumo: teria servido a democracia e seria dificilmente vencida uma aliança centrada em três forças: MFA no seu conjunto, PCP e PS.

Foi uma tragédia para a Revolução portuguesa que o PS tenha seguido um orientação direitista contra o desenvolvimento do processo revolucionário e se tenha aliado à direita. Tragédia ainda maior que se tenha dado uma fractura e rompimento precisamente no núcleo mais consequente (embora não homogéneo) do MFA: entre os membros da antiga Comissão Coordenadora e no próprio Conselho da Revolução.

A ruptura entre o PCP e o PS deve-se à política direitista e anticomunista dos dirigentes do PS.

Desde o 25 de Abril, os dirigentes do PS olharam sempre com reserva e desconfiança o processo revolucionário que foi afastando a perspectiva da democracia portuguesa do projecto de democracia burguesa e de conciliação de classes, defendido pelo PS.

Os dirigentes do PS começaram a opor-se ao processo, quando, por um lado, o MFA se revelou um movimento revolucionário e, por outro lado, a classe operária, as massas trabalhadoras e o Partido Comunista se revelaram como uma força poderosa, capaz de imprimir ao processo revolucionário um rumo fora do quadro previsto e desejado pelos dirigentes do PS.

A mentalidade burguesa e pequeno-burguesa dos dirigentes, a ligação directa aos interesses da burguesia, o desconhecimento da vida dos trabalhadores e da sua luta, as ligações ao imperialismo, as fortes influências da social-democracia (particularmente alemã), conduziram o PS a tomar posições cada vez mais hostis à Revolução.

A força e a independência do movimento operário, tendo na sua vanguarda o PCP e não aceitando pretensões de hegemonia do PS; a força e independência do MFA, mantendo a sua firme disposição de intervir na vida política como garante da defesa e da construção da democracia; e as modificações de fundo que a dinâmica revolucionária foi introduzindo nas estruturas económicas e sociais — contrariavam os planos que o PS havia imaginado.

Os dirigentes do PS estavam voltados para um compromisso com a grande burguesia (o célebre «pacto social» ou «pacto do progresso» ⁽²⁰⁴⁾), para uma perspectiva de desenvolvimento capitalista, para soluções neocolonialistas em África. Os dirigentes do PS nem então nem hoje se mostraram suficientemente realistas para compreender que a Revolução não só se afastou decididamente de tal programa ou esquema como, pelas transformações que levou a cabo, o tornou inaplicável e obsoleto.

As posições de direita dos dirigentes do PS cristalizaram ainda mais quando, tendo já tudo preparado para a cisão do movimento sindical e a criação de uma central própria dirigida pelo PS e directamente ajudada pela CISL e AFL-CIO ⁽²⁰⁵⁾, o movimento operário defendeu vigorosamente a sua unidade, disse não ao divisionismo e conseguiu obter a defesa por lei da unidade sindical ⁽⁷⁶⁾.

Nos meses seguintes, quando a classe operária, as massas trabalhadoras, o MFA, combatendo a reacção e defendendo as liberdades, passaram ao combate, contra os monopólios e agrários, alguns dirigentes do PS voltaram-se contra a Revolução.

O PCP propôs sempre, ao longo do processo, como continua a propor hoje, uma política de cooperação de comunistas e socialistas. Mas os dirigentes do PS, ante o avanço da Revolução, preferiram aliar-se, por formas expressas ou por convergências de posições e actividades, com as forças da direita, partilhando com elas um anticomunismo primário.

Na cisão do MFA pesaram factores muito diversos. Pesou a própria heterogeneidade social e política do movimento nas suas origens, que não se fez sentir quando se tratou de derrubar o fascismo, mas se fez sentir logo que se tratou de construir um novo regime. Pesou, depois do afastamento de Spínola e dos militares que o acompanharam na tentativa de golpe, o menor cuidado e rigor na definição do inimigo principal (a reacção). Pesou a sobrestimação de forças de uns e outros. Pesou a radicalização de posições acerca do ritmo e da perspectiva do processo revolucionário e a acentuação progressiva de divergências em vez da preocupação de superá-las através de um acordo e de uma plataforma. Pesou o subjectivismo na análise da situação política. Pesaram mesmo incompatibilidades de ordem pessoal.

Tem-se dito que nas divisões e na final cisão do MFA o factor principal foi a ruptura entre o PS e o PCP. Decerto esse facto exerceu grande influência. Mas também se pode dizer que se o MFA tivesse mantido a sua unidade esta seria um factor da máxima importância para a aproximação dos socialistas e comunistas.

Aberto o conflito intervieram dois factores que iriam agudizá-lo, desenvolvê-lo, conduzi-lo logicamente até a um confronto violento. Um foi a pressão e a influência da direita reaccionária colando-se aos chamados elementos «moderados». Outra foi a pressão e a influência dos esquerdistas pseudo-revolucionários colando-se à Esquerda militar.

Essa pressão e essa influência foram aceites, porque os «moderados», para lutarem com sucesso contra a Esquerda, procuraram alianças cada vez mais à direita, e a Esquerda, para lutar com sucesso contra os «moderados», procurava alianças nos sectores extremistas pseudo-revolucionários. As alianças custam o seu preço. Enquanto os «moderados» faziam cada vez mais concessões à direita, à qual se ligavam por dela precisarem, a «Esquerda» fazia cada vez mais concessões aos esquerdistas porque pensava também não poder prescindir deles.

O resultado, depois de uma época tumultuosa de conflitos, foi o confronto de 25 de Novembro em que se opuseram forças e homens que podiam e deviam ter-se entendido para prosseguirem unidos o caminho da construção do novo Portugal democrático ⁽²⁰⁶⁾.

No MFA, a principal cisão dá-se entre o «grupo dos Nove» e a Esquerda militar com Vasco Gonçalves.

Os «Nove», cristalizando nas suas posições, passaram a considerá-las inconciliáveis com as da Esquerda militar. A Revolução portuguesa pagou caro essa radicalização.

E a Esquerda, por seu lado, em vez de procurar encontrar uma plataforma política de acção capaz de unir todos os sectores militares interessados na democratização da vida nacional e de mobilizá-los para a luta contra as forças verdadeiramente reaccionárias, deixou-se arrastar para o agravamento dos conflitos internos que começaram a minar o MFA e toda a sua ala esquerda. A Esquerda militar e a Revolução portuguesa vieram a pagar caro este sectarismo ^(82a).

Entretanto, dão-se outros conflitos e cisões, entre os quais, de particular gravidade, entre Otelo Saraiva de Carvalho e Vasco Gonçalves. O Conselho da Revolução tornou-se inoperante. Formado o Directório a 25-7-1975 logo paralisou por completo desentendimento.

O mês de Agosto é caracterizado: no plano político por uma furiosa ofensiva reaccionária, de que a grande vaga terrorista é o expoente; no plano militar pela desagregação e paralisação das estruturas superiores do MFA: desaparecimento prático do Conselho da Revolução e do Directório, liquidação da 5.^a Divisão, demissão de Vasco Gonçalves e finalmente, já em Setembro, a Assembleia de Tancos ⁽²⁰⁷⁾.

O PCP participou intensamente na batalha contra a ofensiva da direita reaccionária, que avançava colada ao PS e aos «Nove». Vendo os perigos da cisão que se aprofundava, sempre insistiu na necessidade de uma reaproximação e entendimento entre socialistas e comunistas e entre os diversos sectores do MFA ⁽²⁰⁸⁾.

Esta política era violentamente combatida pelos radicalistas pequeno-burgueses nas forças armadas, que nem souberam procurar ou aceitar uma solução política para a crise, nem foram capazes de aplicar na prática a solução militar que constantemente defendiam.

Quando o PCP insistia na necessidade de evitar rupturas no MFA, na necessidade de uma reaproximação com o «grupo dos Nove», certos radicalistas acusavam o Partido de oportunista e afirmavam que para a crise só havia uma solução de força, uma solução militar. Entretanto, na previsão dessa «solução militar», não fizeram senão criar um ambiente de desorganização, indisciplina e impreparação nas unidades que controlavam.

Alguns dos seus planos e iniciativas para a «tomada do poder» são dignos de ópera cómica. Em 23-8-1975, a partir de reuniões no RPM controladas por gente do PRP, MES e UDP, resolveram finalmente dar um «golpe». Mas a decisão acabou por não passar das cabeças quentes e das palavras exaltadas dos «conspiradores». Um mês depois, na noite de 29 para 30 de Setembro, depois de umas fantochadas no Palácio Foz, foram a Belém apresentar um ultimatum. Mas a «conspiração» redundou em farsa quando o almirante Pinheiro de Azevedo, Presidente da República em exercício por ausência de Costa Gomes, mandou embora os «conspiradores» depois de lhes pregar um sermão. Mais tarde, no momento culminante da crise, em algumas unidades, os esquerdistas gritavam que «combateriam até à morte». Mas logo a seguir se safavam sem disparar um tiro. Não era gente desta que poderia dar à crise uma «solução militar».

A política de reaproximação, entendimento, reunificação e reestruturação do MFA era a única que, na situação existente, correspondia aos interesses da Revolução.

Essa política foi defendida pelo PCP, antes, durante a vigência e depois da demissão do V Governo Provisório. O Governo tomou posse no dia 8-8-1975. No dia 10, numa reunião plenária do CC do PCP, examinando-se a situação, considerou-se extremamente perigoso o agravamento da cisão e um eventual confronto armado. O CC pronunciou-se pela necessidade da busca de uma solução política ⁽²⁰⁹⁾.

É certo que em determinados momentos, tal como aconteceu com a Esquerda militar, também alguns sectores do Partido se deixaram tentar pela ideia de uma aliança com os esquerdistas.

A participação do Partido num Secretariado Provisório para a organização de uma manifestação de acordo com várias organizações de esquerda e esquerdistas (FUR) não tinha qualquer viabilidade e pouco tempo durou. O acordo estoirou, como seria de prever, dois dias depois de estabelecido. Primeiro porque logo na grande manifestação os esquerdistas quiseram impor as suas palavras de ordem. Segundo porque o PCP, na sua acção independente e aplicando a linha do seu Comité Central, tomou a iniciativa de propor a busca de uma solução política.

Numa Declaração tornada pública em 20-8-1975 o PCP advertia que uma ruptura do MFA «em vez de contribuir para a solução da crise, daria origem a novos factores de instabilidade e de conflitos internos que a contra-revolução não deixaria de aproveitar». «[...] o reforço e a própria existência do MFA dependem, não da hegemonia de um dos seus sectores, mas de um esforço sério, responsável e imediato no sentido da negociação

e do entendimento». Em relação ao V Governo Provisório embora manifestando o seu apoio ao Primeiro-Ministro, o PCP declarou-se «aberto a participar na busca de soluções para superar a crise, reforçar a cooperação das forças revolucionárias, reestruturar o poder político e eventualmente o governo» (Avante!, 21-8-1975 ⁽²¹⁰⁾).

Finalmente, na conferência de imprensa realizada no dia 28 de Agosto, foi proposto um encontro de delegações da Presidência da República, do Conselho da Revolução, do Governo Provisório, das três principais correntes do MFA (Esquerda, COPCON e Nove), do PS, do PCP e de alguns dos partidos da FUR então estreitamente ligados ao COPCON (Avante!, 4-9-1975 ⁽²¹¹⁾).

Esta proposta do PCP não foi bem recebida. A Esquerda militar, preocupada então numa aproximação com os esquerdistas, achou incorrecto admitirem-se conversações com os «Nove» e com o PS, que os esquerdistas acusavam de «fascistas». Os «Nove» estavam já lançados numa ampla mobilização para forçar à queda do V Governo e à derrota da Esquerda. Quanto aos esquerdistas, acusavam o PCP de «traição» só porque se recusava a entrar no revolucionarismo verbal ou no aventureirismo.

Os acontecimentos vieram a demonstrar duas coisas: a primeira, que a orientação esquerdista, de um esterilizante sectarismo ^(82a), só podia conduzir ao desastre. A segunda, que a posição do PCP era a única que, na conjuntura então existente, correspondia aos interesses da Revolução.

Depois da formação do VI Governo Provisório, o PCP, procurando activar a luta de massas populares contra a política de direita ditada pela hegemonia PS-PPD, pronunciando-se contra os saneamentos à esquerda que começaram a ser massivos nas forças armadas, continuou entretanto serena e firmemente a lutar por uma reaproximação e entendimento no MFA, pela unidade com todos os democratas e particularmente com os socialistas, procurando evitar a ruptura entre Povo e Forças Armadas, que, a produzir-se definitivamente, sempre considerou, como continua a considerar, fatal para a Revolução.

7. A crise político-militar

Logo após as eleições para a Assembleia Constituinte, as forças reaccionárias e o PS começaram a agir para a revogação do Pacto com o MFA.

PPD e PS tinham-se comprometido a manter o Governo Provisório sem grandes alterações até à entrada em vigor da Constituição. Mas na base do resultado eleitoral logo começaram a projectar modificações.

Tinham-se comprometido a reconhecer o papel do MFA e a institucionalizá-lo como órgão de soberania na nova Constituição. Mas logo começaram a acusar o MFA de querer estabelecer uma ditadura e a reclamar «o regresso dos militares aos quartéis».

Substituir o governo, procurar uma modificação da correlação de forças nos órgãos superiores político-militares, afastar definitivamente o MFA da vida política, passaram a ser objectivos centrais de todos quantos se opunham à Revolução.

A primeira grande tentativa do PS para provocar rupturas nos próprios órgãos do poder teve lugar no 1.º de Maio de 1975, seis dias depois das eleições. O PS recusou-se a participar no desfile juntamente com o PCP e os sindicatos. Fez desfile à parte. Foi para o estádio fazer uma assuada ao Primeiro-Ministro. Realizou no próprio estádio minicomícios, enquanto falava o Presidente da República. A extraordinária mobilização do PCP e dos sindicatos reduziu o alcance da operação ⁽²¹²⁾. Mas as feridas foram profundas no movimento popular e nas forças armadas.

Dada a gravidade da situação, o PCP propôs um encontro com o PS, que se realizou em 5-5-1975 ⁽²¹³⁾. Mas o PS não se mostrou interessado em chegar a quaisquer acordos.

Nos dois meses que se seguiram agravaram-se as contradições e conflitos no IV Governo Provisório, onde o PS e o PPD criaram dificuldades diárias, e no MFA, onde se acentuaram as divergências.

Mas a crise político-militar coloca verdadeiramente na ordem do dia a questão dos órgãos do poder (Governo e Conselho da Revolução) com a saída dos Ministros do PS e do PPD do IV Governo Provisório em 10 e 17 de Julho respectivamente ⁽²¹⁴⁾.

A saída do PS e do PPD do Governo marca o desencadeamento da ofensiva da reacção e da social-democracia conjugadas, não já só para contrariar tal ou tal decisão do Governo ou do MFA, mas para pôr termo ao IV Governo Provisório, impedir a formação de um V Governo Provisório com Vasco Gonçalves, provocar a efectiva dissolução do MFA.

A par destes objectivos prioritários no que respeita aos órgãos do poder, a ofensiva dirige-se contra o movimento operário e popular, principal base de apoio dum governo progressista e do MFA, procurando atingir, paralisar e, se possível, destruir as suas organizações fundamentais: os sindicatos e a sua vanguarda revolucionária — o PCP.

Não é por acaso que a grande ofensiva política contra Vasco Gonçalves e depois contra o V Governo Provisório é desencadeada simultaneamente com a grande vaga terrorista contra o PCP e os sindicatos.

A 10 de Julho sai o PS do Governo. A 13, com o assalto ao Centro de Trabalho do PCP e a «caça aos comunistas» em Rio Maior, desencadeia-se a vaga terrorista, que se amplia nos dias seguintes. A 17 sai o PPD do Governo. A 19 o PS tenta uma nova «marcha sobre Lisboa», com o projecto de concentrar «meio milhão» de pessoas exigindo a demissão de Vasco Gonçalves. A mobilização da classe operária e das forças revolucionárias opôs-se a esse plano. Mas a violência do discurso de M. Soares marca bem a coincidência da ofensiva do PS e do PPD com a ofensiva do terrorismo ⁽²¹⁵⁾.

A vaga terrorista acompanha a par e passo o desenvolvimento da campanha política contra a formação do V Governo Provisório e, uma vez

formado este, em 8-8-1975, pela sua demissão. Em Julho têm lugar 86 actos terroristas, dos quais 33 assaltos, pilhagens e incêndios de Centros de Trabalho do PCP, 23 tentativas repelidas pelas militantes e lançamento de bombas, fogos postos e agressões. Em Agosto, no auge da ofensiva contra o V Governo, o terrorismo atinge também o seu máximo com 153 acções, das quais 82 assaltos e destruições de Centros de Trabalho (55 do PCP e 25 do MDP/CDE), 39 incêndios, 15 bombas, 23 agressões. Os partidos visados pelo terrorismo são precisamente os mesmos que são visados pela acção política do PS, do PPD e do CDS (216).

Nos meses que se seguem, a ofensiva das forças reaccionárias e da social-democracia desenvolve-se em todas as frentes. A par das acções políticas e terroristas, tem lugar uma gigantesca campanha de desinformação e de calúnias, ataques dos agrários contra a Reforma Agrária, conflitos sociais atiçados pelos inimigos da Revolução, provocações esquerdistas e conspiração militar permanente com vistas a uma solução de força para a crise política.

A classe operária, as massas trabalhadoras, os sindicatos, o Partido, reagiram vigorosamente à ofensiva reaccionária. Na defesa dos Centros de Trabalho atacados pelas bandos fascistas armados e protegidos pelas forças armadas ou militarizadas, os nossos militantes deram magníficas provas de valentia e heroísmo, pagando alguns com a vida a sua dedicação. Nas fábricas, nos campos, nas ruas, os trabalhadores e os democratas fizeram frente com determinação à ofensiva reaccionária. Grandes comícios, concentrações e manifestações tiveram lugar.

Apesar da ofensiva reaccionária, o povo trabalhador e o MFA registaram novos avanços nas transformações democráticas. Tiveram lugar novas nacionalizações. O controlo operário estabeleceu-se em numerosas empresas. A Reforma Agrária prosseguiu a um ritmo mais acelerado.

A crise política só podia porém resolver-se resolvendo-se a crise militar. E foi a evolução da situação no MFA e nas forças armadas que acabou por determinar importantes mudanças nos órgãos do poder.

Desde a saída do PS e do PPD do IV Governo Provisório a evolução da crise político-militar pode dividir-se em duas fases principais (217):

A primeira vai desde a saída do PS e do PPD do IV Governo Provisório (10 e 17-7-1975) até ao pronunciamento de Tancos (2-9-1975).

A segunda vai desde o pronunciamento até ao 25 de Novembro.

Estes quatro curtos meses são de conflitos intensos (militares, políticos, sociais) e duma luta em que, hora a hora e minuto a minuto, se disputam posições, em que às acções defensivas se sucedem contra-ofensivas, em que a correlação de forças entre a esquerda revolucionária e a grande coligação se mantêm incerta durante algum tempo.

O desenvolvimento da crise viria a saldar-se na derrota da esquerda revolucionária. Ao fim da primeira fase, com o afastamento de Vasco Gonçalves e a dissolução formal do MFA. Ao fim da segunda, com a com-

pleta reestruturação de unidades militares e com a dissolução efectiva das estruturas do MFA.

Por parte das forças progressistas, toda a primeira fase é marcada pelos esforços para desenvolver acções de massas em defesa da Revolução, para a formação de um governo progressista capaz de governar nas condições existentes, para manter as forças armadas com o povo

A formação do V Governo Provisório ficou gravemente comprometida pelo agravamento das divisões no MFA, a começar pelo Conselho da Revolução.

A formação do Directório (composto pelo Presidente da República, general Costa Gomes, Primeiro-Ministro, general Vasco Gonçalves, e Comandante do COPCON, general Otelo Saraiva de Carvalho), em 25-7-1975, é uma constatação do desentendimento e uma vã tentativa de solução. Podia ter tido um papel positivo se esses três homens compreendessem que a sua sorte estava ligada, que era absolutamente indispensável entenderem-se, porem-se de acordo, agirem em comum, tomarem medidas práticas para salvaguarda da Revolução portuguesa e no fim de contas também para salvaguarda deles próprios.

Em vez disso, logo eclodiram incompatibilidades. Segundo o que se sabe, a 26 de Julho, Otelo ter-se-ia comprometido a dar apoio militar ao novo Governo Vasco Gonçalves, no qual seria vice-Primeiro-Ministro, mas a 27 teria voltado atrás nessa decisão, deixando Vasco Gonçalves, nesse momento crucial, sem apoio militar.

Logo a seguir, o aparecimento do Documento dos Nove (7-8-1975), tornou públicas profundas divergências e oficializou a cisão do MFA, completando, no plano militar, a cisão dos partidos democráticos verificada, um mês antes, com a saída do PS do IV Governo Provisório.

A reacção alcançava assim um objectivo de transcendente importância: a divisão do MFA e das forças democráticas.

O vazio de poder com a paralisação simultânea do governo e da chefia político-militar, vazio de poder que a reacção procurava prolongar, abria caminho a um golpe de força da direita. Nesse sentido foi positiva a formação do V Governo Provisório em 8-8-1975. Mas sem o apoio do Conselho da Revolução (então praticamente paralisado), nem do COPCON, faltavam-lhe linhas de comando de força militar para governar. Nessas condições, a sua vida seria forçosamente de curta duração.

O PCP repetidas vezes chamou a atenção para os perigos da formação de um tal Governo sem se resolver a situação no MFA. Depois, quando se formou o V Governo Provisório, o PCP, apoiando os corajosos esforços do Primeiro-Ministro, insistia, como condição indispensável para que o Governo pudesse sobreviver, numa viragem da atitude da Esquerda militar no sentido da reaproximação e entendimento dos vários sectores do MFA, particularmente entre a Esquerda e os «Nove».

A campanha contra o V Governo Provisório adquiriu entretanto extrema violência. Nas unidades, o documento dos «Nove» é imediatamente apoiado em massa pela direita, não por estar inteiramente de acordo com ele, mas por ser uma «plataforma» de luta contra a Esquerda. «Democraticamente» discutido, é votado como moção contra Vasco Gonçalves e o MFA. As divisões internas e o radicalismo esquerdista enfraquecem a capacidade de resposta da Esquerda. Da parte da classe operária e das massas populares desenvolveram-se amplos movimentos de apoio ao governo e ao MFA, que têm expressão na constante acção de massas e em grandiosas manifestações. Mas à falta de apoio nas esferas militares, o governo não pôde sobreviver.

Vasco Gonçalves foi combatido simultaneamente pela reacção, pelos «Nove» e pelos sectores esquerdistas. Otelo Saraiva de Carvalho teve um destacado papel no seu afastamento: primeiro recusando apoio ao IV Governo em situações concretas (Embaixada de Espanha ⁽²¹⁸⁾, provocações da Rádio Renascença ⁽²¹⁹⁾ e outras). Depois comprometendo-se a dar apoio ao V Governo e recusando-se à última hora. Depois declarando apoiar o documento dos «Nove» (7-8-1975), embora não o tendo assinado. Finalmente escrevendo a célebre carta (28-8-1975) ⁽²²⁰⁾ a Vasco Gonçalves, dizendo que ele, Otelo, o demitiria, embora não tivesse poderes para isso.

O V Governo Provisório e o seu Primeiro-Ministro, ameaçados na sua existência desde o primeiro dia, enfrentaram os problemas nacionais com serenidade e objectividade, aprovaram decretos-leis de alto valor ⁽⁷⁸⁾, elaboraram outros que o próprio VI Governo Provisório viria depois a aprovar, deram provas de seriedade e competência, ganharam larga simpatia e apoios no povo trabalhador. Mas, nas condições existentes, não poderiam resistir ao combate concertado da reacção, da direita, do esquerdismo, de muitos antigos companheiros do MFA, das forças políticas reacconárias e do PS.

A 30 de Agosto, o Presidente da República exonerou Vasco Gonçalves do cargo de Primeiro-Ministro ⁽²²¹⁾. Dias depois, a Assembleia de Tancos, verdadeiro pronunciamento militar, afastou Vasco Gonçalves dos cargos e estruturas superiores das forças armadas e do MFA e retirou à Esquerda revolucionária posições que detinha em centros vitais de decisão.

A partir da Assembleia de Tancos até ao 25 de Novembro, ao longo de dois meses e vinte dias, desenvolve-se a segunda fase da crise político-militar.

É em torno da sobrevivência ou liquidação do MFA, de uma viragem à direita ou inflexão à esquerda do VI Governo, que a luta se vai travar no essencial ao longo deste período.

A luta desenvolve-se em duas frentes principais, estreitamente associadas: uma, a frente de massas, centrada em torno do VI Governo Provisório, em que o movimento popular desenvolve poderosas acções contra a viragem à direita imposta pela hegemonia PS-PPD, ao mesmo tempo que as forças da direita coligadas levam a cabo grandes mobilizações conjuntas de apoio

ao «almirante sem medo» que depois deixarão vilmente cair; outra, a frente militar, em que se agravará hora a hora a luta pelo controlo efectivo das forças armadas.

As lutas de massas contra a política direita do VI Governo Provisório adquirem extraordinária amplitude, em defesa das liberdades, dos interesses dos trabalhadores, das conquistas da Revolução. A jornada de solidariedade para com a Reforma Agrária no Estádio 1.º de Maio (27-9-1975), o grande comício da Inter no Campo Pequeno com 20 000 participantes (1-10-1975), a greve dos metalúrgicos (24-9-1975) e a sua nova paralisação e manifestação em frente do Ministério do Trabalho com 100 000 trabalhadores (7-10-1975) ⁽²²²⁾, as greves de assalariados agrícolas alentejanos e dos operários da construção civil, a paralisação de duas horas na região de Lisboa, marcam a firme resistência da classe operária à política antipopular do VI Governo Provisório sob a hegemonia PS-PPD.

Semanas inteiras os trabalhadores mantêm-se em estado de alerta, guardando centros de trabalho, sindicatos e cooperativas, procurando ligação mais estreita com os militares, prontos a acorrer aos lugares de perigo ao chamamento das suas organizações.

Grandes comícios, concentrações e manifestações têm lugar em todo o País. Em 16-11-1975, como resposta a uma grande concentração de apoio ao VI Governo (CDS, PPD, PS, esquerdistas e reaccionários), tem lugar a manifestação convocada pela Cintura Industrial de Lisboa, que reúne no Terreiro do Paço cerca de 200 000 pessoas — uma das mais grandiosas concentrações de massas realizadas desde o 25 de Abril. Quatro dias depois (20-11-1975) tem lugar outra grande manifestação (100 000 pessoas) em Belém ⁽²²³⁾.

No plano militar, enquanto o sector dos «Nove» e moderados, continuando a aliança com a direita, procuram reorganizar as linhas de comando e adquirir o efectivo controlo das forças armadas, a Esquerda militar e outros sectores progressistas procuram contrariar e contestar aquela acção e organizar e desenvolver as suas forças e apoios.

Esta luta desenvolve-se com particular intensidade e adquire formas muito variadas. Mudanças nos organismos superiores. Saneamentos. Nomeações. Reintegrações. Contestações de chefia. Actos de rebeldia, insubordinações e sublevações. Grandes assembleias de oficiais, sargentos, soldados. Grandes movimentações militares. Conspirações ao nível local e regional. Preparativos de pronunciamentos e de «marchas militares» contra a «Comuna de Lisboa».

Como mudanças nos órgãos de chefia destacam-se as modificações no Conselho da Revolução (8 e 11-9-1975) ⁽⁸¹⁾. Como medidas de reorganização das forças armadas, a criação do AMI (Agrupamento Militar de Intervenção) (26-9-1975) ⁽²²⁴⁾.

Como agudos conflitos e lutas militares associadas a grandes mobilizações populares, insubordinações e sublevações, o caso CICAP-RASP ⁽²²⁵⁾, recusas a cumprir ordens por parte de unidades, cerco de unidades por

massas populares em seu apoio; o caso dos depósitos de Beirolas, em que a partir de um plenário de 7-10-1975 a guarnição impediu durante mais de um mês a saída de armas e material; e outros.

Como movimento de soldados contra os saneamentos à esquerda e os perigos da direita, desenvolvem-se os SUV (Soldados Unidos Vencerão) os quais fizeram grandiosas manifestações (com milhares de soldados no Porto em 10-9-1975, com mais de mil em Lisboa em 25-9-1975, com 3 a 4 mil em Coimbra em 9-10-1975, com milhares no Entroncamento em 29-10-1975, com muitos milhares em Évora em 15-10-1975).

Tanto as lutas de massas como as lutas militares foram negativamente influenciadas por manobras esquerdistas ⁽⁸²⁾ para se assenhorearem do processo e para empurrarem sistematicamente as acções para choques com as forças armadas.

Tal sucedeu com o cerco do VI Governo Provisório em S. Bento ⁽²²⁶⁾ pelos deficientes das Forças Armadas e pelos trabalhadores da construção civil, com o caso da Rádio Renascença ⁽⁸⁸⁾ conduzido ao paroxismo de aventura, com certo verbalismo na 5.^a Divisão, com a «bagunça» esquerdistas pseudo-revolucionária em algumas unidades como o RALIS e a PM.

Estas influências adiante mais extensamente tratadas contribuirão para o reforço da aliança da direita e a desorganização e impotência operacional da maior parte das forças da Esquerda militar.

O eixo dos conflitos e lutas nas forças armadas, tal como em períodos anteriores, situa-se nas substituições ou tentativas de substituição de postos de chefia (caso brigadeiro Corvacho ⁽²²⁷⁾), em saneamentos à esquerda, na reorganização de unidades e repartições. As próprias sublevações do 25 de Novembro ligam-se directamente a problemas de postos de chefia. Os pára-quedistas exigem a demissão do CEMFA. O RALIS e outras unidades do COPCON exigem que Otelo continue no Comando da RML e não seja dado seguimento à nomeação de Vasco Lourenço.

A auto-suspensão do VI Governo Provisório e a ameaça de transferência da Assembleia Constituinte para o Porto (20-11-1975) ⁽²²⁸⁾ são o toque de clarim para a ofensiva da direita. No mesmo dia, 123 oficiais pára-quedistas abandonam Tancos ⁽²²⁹⁾, o coronel Jaime Neves entrega ao Conselho da Revolução uma moção de apoio ao VI Governo, mobilizam-se forças contra a Esquerda. No dia 23, num comício, Mário Soares ameaça «paralisar o País». No dia 24, a partir de Rio Maior, a reacção ergue barricadas e corta as comunicações do Norte com Lisboa. No dia 25, desencadeiam-se as operações militares.

Na medida em que se agravava o conflito, aumentaram os perigos de um confronto armado, que, conforme o PCP advertia, poderia ser fatal para a Revolução.

O PCP alertava contra os perigos da aliança dos «Nove» com a reacção e contra os perigos da aliança da Esquerda militar com os esquerdistas. Colando-se aos «Nove», a reacção incitava ao choque armado contra

a Esquerda e ao esmagamento militar desta, para depois fazer as suas exigências. Colando-se à Esquerda militar, os esquerdistas incitavam ao choque armado contra os «Nove», esperando, graças às suas influências no COPCON, poder tomar conta dos centros de decisão.

Nas condições existentes, o confronto militar viria quase inevitavelmente a ser favorável à reacção. O PCP multiplicou os esforços para evitar que esse perigo se concretizasse. Pela acção política geral. Pela orientação dada à luta de massas. Pelos inúmeros contactos e conversações com praticamente todos os sectores do MFA, incluindo Esquerda militar, COPCON e «Nove».

Os acontecimentos comprovaram inteiramente que era acertada a orientação do Partido no sentido de procurar uma solução política, de procurar a reaproximação e entendimento dos vários sectores do MFA, de lutar firmemente contra as ameaças da direita, mas não se deixar arrastar em aventuras esquerdistas ⁽²⁰⁸⁾.

Quando haviam já começado as sublevações, os grupos esquerdistas anichados no COPCON procuraram, sob a capa militar, submeter o movimento operário à sua direcção, subalternizar a luta operária aos seus projectos aventureiristas. Na véspera da paralisação operária a realizar no dia 24 ao apelo do PCP, durante a qual deveriam ter lugar assembleias nas empresas para discussão da situação política, teve lugar uma reunião de militares esquerdistas que resolveram ir às assembleias em nome do MFA para aí fazerem aprovar a «Plataforma» do COPCON-PRP — o que só não conseguiram porque os trabalhadores não se deixaram arrastar na manobra.

Se o Partido tivesse caminhado na esteira do radicalismo esquerdista, se se tivesse deixado arrastar à última hora para uma aventura de tipo insurreccional (como pretendiam alguns irresponsáveis) teria arrastado consigo o movimento operário para um desastre de incalculáveis consequências abrindo as portas ao fascismo.

A reacção, todas as forças de direita, o PS, têm caracterizado o 25 de Novembro como a tentativa dum golpe ou insurreição para a tomada do poder ⁽²³⁰⁾.

Na verdade, não houve, por parte da Esquerda, nem golpe nem tentativa de tomada do poder. Numa situação caracterizada por gravíssimos conflitos e lutas nas forças armadas, o 25 de Novembro, com as sublevações militares dum lado e as operações cuidadosamente preparadas contra a Esquerda do outro, insere-se ainda no processo de contestação de comandos, de luta por lugares de chefia, de alteração da influência política predominante nas unidades militares, a fim de provocar um desequilíbrio de forças e uma modificação nos órgãos de direcção.

Se o 25 de Novembro prova alguma coisa acerca da preparação anterior para uma acção militar de âmbito nacional, não foi da parte da Esquerda militar (ainda menos do esquerdismo, reduzido à impotência da anarquia e da contestação), mas da parte de forças e sectores aliados contra a Esquerda militar.

O 25 de Novembro representou uma grande derrota da Esquerda militar, a sua desarticulação e desagregação e o desaparecimento (ao nível das regiões e das unidades) do MFA como movimento militar revolucionário organizado. Mas não representou a derrota definitiva da Revolução, como alguns se apressaram a concluir.

8. O esquerdismo, aliado da direita ⁽⁸²⁾

Desde o 25 de Abril até hoje, tal como no tempo da ditadura, o esquerdismo, expressão do radicalismo pequeno-burguês ⁽²³¹⁾, tem representado um papel muitíssimo negativo no processo revolucionário. Cabem-lhe sérias responsabilidades em derrotas sofridas tanto no movimento popular como nas forças armadas. Colocando-se muitas vezes abertamente contra a Revolução do 25 de Abril, que «não se destinou a salvar o povo, mas a salvar o capital» (Manifesto-Programa da UDP, 3-1-1975), o esquerdismo pôe-se a par da reacção e, objectiva ou subjectivamente, tem feito sempre o seu jogo.

Ao longo do processo revolucionário, o esquerdismo agiu sempre como força complementar e aliado efectivo da reacção. Cada ofensiva da reacção foi sempre preparada ou imediatamente seguida do recrudescimento das acções esquerdistas tendo como alvos precisamente os mesmos alvos da ofensiva reaccionária.

A relação foi tantas vezes observada que, em numerosas ocasiões, o lançamento de iniciativas e provocações esquerdistas serviam de barómetro certo para prever iminentes ofensivas da reacção.

O esquerdismo manifesta-se em ideias, concepções e actividades. Abrange um número muito elevado de correntes, partidos e grupos. Por vezes manifesta-se apenas como tendência em sectores e agrupamentos válidos no processo revolucionário. Mas, na sua expressão essencial, o esquerdismo manifesta-se em agrupamentos políticos, com uma actividade organizada e regular.

Alguns grupos (MRPP, AOC, PCP (m-l)), que apareceram durante algum tempo como a «ultra-esquerda», como os «ultra-revolucionários», vieram a revelar-se agentes directos da extrema-direita. Deitando abaixo a máscara, aliaram-se abertamente ao PPD e ao CDS, merecendo, tal como outros grupos esquerdistas, o justo apelido de «rabanetes» por serem vermelhos por fora e brancos por dentro. São grupos neonazis, tropa de choque e de provocação da extrema-direita.

Nem a reacção nem estes grupelhos escondem já a sua cooperação. Com outros começa a suceder o mesmo. Nas eleições regionais dos Açores, por muito que pareça surpreendente aos desprevenidos, os separatistas apoiaram os esquerdistas da UDP. A UDP vai na esteira do MRPP. Queimado, gasto, desmascarado o MRPP, a UDP vai substituindo-o na acção provocatória. A UDP, ou PCP (r), é, como já se diz, o MRPP (r) — MRPP reconstruído.

Tal como o MRPP de há um ano, ao mesmo tempo que grita contra «os compromissos com os partidos da burguesia» e os acordos das «cúpulas» entra em namoros e acordos com o PS. Não tardará que chegue ao PPD e ao CDS.

Além destes, outros grupos há cuja actividade esquerdista se faz sentir. São muitos. Embora na sua maior parte de inspiração maoísta, fazem guerra uns aos outros. Mas todos eles apresentam algumas características comuns essenciais.

O esquerdismo caracteriza-se, em primeiro lugar, pela incapacidade de analisar as situações concretas, de encontrar uma orientação e uma tática ajustadas.

As suas respostas nas situações mais diversas são sempre as mesmas e sempre a mesma é a linguagem. As formas de organização e de acção são quase imutáveis. As formas violentas de luta são tidas como um dogma. A sua política de alianças é a das alianças sem princípio, conjunturais e oportunistas, mesmo que seja com o inimigo contra o aliado.

Atribuindo as revoluções às «minorias activas», despreza a classe operária e as massas e tende a empurrar os elementos de vanguarda para o voluntarismo, o golpismo e o isolamento. Procura lançar as massas na ofensiva, mesmo quando as condições impõem o recuo e a reorganização das forças. Exige tudo num só momento e de uma só vez, «já-já», e coloca os objectivos últimos, mesmo que distantes, como se fossem objectivos imediatos.

No preciso momento em que a correlação de forças, sociais e militares, evolui em desfavor das forças revolucionárias, o esquerdismo alimenta ilusões de que se está na ofensiva e à beira da vitória total e final.

Por tudo isso, como a Revolução portuguesa tem mostrado, o esquerdismo é a política da derrota e do desastre.

O esquerdismo caracteriza-se, em segundo lugar, por definir como inimigo principal não as forças reaccionárias, mas os principais inimigos da reacção.

Ao longo do processo revolucionário português, tal como a reacção, os esquerdistas definiram como inimigos principais o MFA, o Conselho da Revolução, o PCP, o movimento operário e popular organizado.

Num momento em que a reacção concentrou as suas forças contra o V Governo Provisório, os esquerdistas fizeram precisamente o mesmo. Para a UDP, o V Governo Provisório era «um governo antidemocrático e antipopular, ao qual as massas não devem dar qualquer apoio» (Comunicado do CC da UDP de 11-8-1975), «um governo fantoche, do qual o povo nada tem a esperar» (Comunicado do CC da UDP de 19-8-1975).

Os esquerdistas não dirigem a sua acção contra a reacção, contra os fascistas, contra o terrorismo. Procuraram sempre orientar campanhas, manifestações e greves contra o MFA e contra o governo. As repetidas manifestações em S. Bento coincidiam inteiramente com os objectivos reaccionários.

Modificada a situação depois do 25 de Novembro, o esquerdismo mostrou preferir um governo de direita (ou um governo PS com uma política de direita) a um governo de esquerda com o PCP. Depois das eleições, os grupos esquerdistas aceitaram a ideia do PS constituir «um governo homogéneo socialista» (A. Barreiros, *Diário de Notícias*, 20-7-1976) e colocaram como questão fundamental a mesma que colocavam e colocam a reacção, o CDS, o PPD, o imperialismo e Kissinger: «O PCP não pode fazer parte do Governo» (Conferência de Imprensa da UDP, 29-4-1976).

O anticomunismo dos esquerdistas pseudo-revolucionários não é menos cego e virulento que o da extrema-direita. Para o esquerdismo, tal como para a reacção, o inimigo principal, o inimigo número um, é o PCP.

O esquerdismo caracteriza-se, em terceiro lugar, pela acção divisionista e desagregadora em todas as frentes de luta, ao mesmo tempo que facilita o agrupamento e unificação das forças da direita.

Em toda a parte, intervém, procura dividir as forças da revolução, intriga, fomenta as incompatibilidades e os conflitos, introduz a prática da chantagem e dos golpes de mão, provoca um clima de conflito, de intolerância e de ódio entre os trabalhadores, entre os democratas.

Com o radicalismo verbal, o extremismo de processos, a violência, a desordem, a política de «quanto pior melhor», a imagem deformada e desprestigiante que dá da esquerda, facilita a influência da reacção sobre importantes camadas sociais.

O esquerdismo é um instrumento de divisão das forças da esquerda e do agrupamento das forças da direita.

O esquerdismo caracteriza-se, em quarto lugar, pela provocação em benefício da direita.

Os grupos esquerdistas converteram-se no destacamento provocatório da reacção.

Durante uma primeira fase do processo revolucionário, os grupos esquerdistas atacaram com violência os partidos da direita para que estes aparecessem como «vítimas» da Revolução e tirassem o proveito político das provocações.

O CDS beneficiou do ataque do MRPP contra uma reunião sua em Lisboa e do saque das suas instalações (4-11-1974) ⁽²³²⁾, que constituíram uma grande acção provocatória não contra o CDS e a direita, mas contra o governo e o processo democrático. O CDS beneficiou ainda da manifestação e cerco esquerdista do Porto, que impediu a realização do seu I Congresso ⁽²³³⁾, de um assalto à sede em Bragança (!) por desconhecidos e de outras acções aparentemente realizadas por «inimigos do CDS».

A provocação esquerdista serve de tal forma a reacção que é difícil, se não impossível, dizer onde acabam as actividades dos grupos esquerdistas e onde começam as actividades das organizações declaradamente reaccionárias.

A provocação do PPD em Setúbal nas vésperas do 11 de Março conjuga-se com provocações de grupos esquerdistas ⁽²³⁴⁾. As forças da PSP que intervêm com rajadas de metralhadoras pareciam estar já à espera dessas provocações. Também em Custóias (1-1-1976) a provocação esquerdista facilitou a violência reaccionária ⁽²³⁵⁾.

No desenvolvimento da crise político-militar, a grande provocação diante do Patriarcado a propósito da Rádio Renascença (18-6-1975) ⁽⁸⁸⁾ — com uma manifestação pró-Patriarcado e outra contra, com confrontos, com ofensas à Igreja, com o refúgio dos «católicos» no Patriarcado, a sua evacuação espectacular em carros militares — serviu às maravilhas as forças reaccionárias na sua ofensiva contra a jovem democracia e contribuiu para alargar a base de apoio da reacção nas populações católicas.

A monumental provocação da UDP e outras forças esquerdistas (27-9-1975) com o assalto, destruição, pilhagem e incêndio da Embaixada de Espanha, aparecendo como uma acção dos «revolucionários», descreditou o Governo e a Revolução e empurrou milhares de pessoas para a direita reaccionária ⁽²³⁶⁾.

Em qualquer dos dois últimos casos, os elementos reaccionários e esquerdistas nas forças armadas, apesar de avisados, deixaram que a provocação se preparasse, se desenvolvesse e se consumasse sem uma única tentativa para impedi-la.

Nas manifestações de massas, a provocação esquerdista procurou sempre agudizar os conflitos, provocar as forças armadas e militarizadas, a fim de que estas se voltassem contra o povo. Em vez de aproximar o povo e as forças militares e militarizadas, vencer barreiras, estabelecer laços, facilitar a confraternização, o esquerdismo procurou sistematicamente através da provocação impossibilitar a aproximação e a acção comum.

O esquerdismo actua assim como o detonador da repressão reaccionária contra o movimento popular.

Em todas as frentes de luta em que se manifesta, o esquerdismo exerce uma influência nociva.

No movimento operário e popular, nos sindicatos, nos organismos unitários de base, nas forças armadas, o esquerdismo, quando consegue ter influência, leva a uma errada apreciação da situação, a uma errada estimativa da correlação de forças, a adopção de erradas palavras de ordem, de erradas formas e métodos de luta, conduzindo para caminhos errados e aventureiristas.

Na frente política o esquerdismo procura desviar as massas dos seus objectivos, levá-las a adoptarem formas extremas de acção que conduzem a becos sem saída.

Na frente social, o esquerdismo, coincidindo com os interesses do patronato e da reacção, estimula reivindicações irrealistas, leva à agudização artificial dos conflitos, procura servir-se da luta reivindicativa para intrigar e dividir os trabalhadores.

Após o 25 de Abril, o esquerdismo procurou orientar predominantemente a luta reivindicativa, não contra os capitalistas e contra a reacção, mas contra o governo e contra o MFA, coincidindo inteiramente a esse respeito com a acção do patronato e da burocracia reaccionária, que se afirmavam muitas vezes prontos a satisfazer todas as reivindicações mas atribuíam ao governo a impossibilidade de o fazerem.

Em numerosas circunstâncias, impedindo a provável solução negociada das reivindicações, o esquerdismo, aliado consciente ou inconsciente da reacção, conseguiu desencadear greves com carácter político inseridas em ofensivas reaccionárias.

Na frente económica, o esquerdismo, tal como a reacção, contribuiu para fazer baixar a produtividade e a produção, para agravar a situação económica e financeira das empresas e do País.

Na frente estudantil, ao longo dos dois anos e meio de Revolução, foi sempre um factor de desorganização, de paralisação e ineficácia do ensino, de agitação provocatória antidemocrática.

Na frente da comunicação social, com os seus excessos verbais, os seus ataques virulentos contra os órgãos do poder e contra as forças armadas e militarizadas, com o seu desrespeito ostensivo às proibições de divulgação de segredos militares e com a sua propaganda ferindo e hostilizando a grande massa da população, contribuiu para precipitar a ofensiva repressiva.

Na descolonização, o esquerdismo colocou-se contra o MPLA, ao lado da FNLA, da invasão de mercenários, da conspiração contra a República Popular de Angola, do imperialismo.

Na frente militar, o esquerdismo interveio como um factor de divisão e de desagregação, com altas responsabilidades na derrota da Esquerda militar.

Deve-se em grande parte ao esquerdismo a desorganização e a inoperacionalidade de algumas unidades, a radicalização e o isolamento das forças da Esquerda.

Ao longo do desenvolvimento da crise, os esquerdistas, infiltrados no COPCON, violentamente anti-PCP, hostis à Esquerda militar, identificando os «Nove» com a reacção, deram uma contribuição sinistra para o enfraquecimento político e militar do MFA e para o agravamento progressivo de divisões e conflitos que haviam de levar ao pronunciamento de Tancos e ao 25 de Novembro.

9. Contenção da ofensiva da reacção

Os acontecimentos de 25 de Novembro alteraram profundamente a situação político-militar.

Nas forças armadas, procedeu-se à «limpeza geral» de oficiais e sargentos da Esquerda. Milhares de soldados foram licenciados. Centenas de

militares foram presos, passaram à clandestinidade ou emigraram. Muitos dos mais destacados e populares dirigentes do MFA passaram à reserva ou foram afastados de todas as responsabilidades. As unidades conhecidas como revolucionárias foram «desactivadas». Órgãos de chefia a todos os níveis, onde havia gente «progressista» foram modificados. O MFA dos quartéis, dos plenários, das decisões colectivas, da ligação directa com o movimento popular, desapareceu. COPCON, RALIS, EPAM, Fuzileiros, PM, forças e unidades consideradas (por vezes por desconhecimento da situação real) como garantes da Revolução desapareceram do quadro militar. No próprio Conselho da Revolução se deram novas substituições e nas linhas de comando entravam novos elementos reaccionários e conservadores ⁽²³⁷⁾.

A Revolução, a democracia, deixaram em poucos dias de ter o anteparo militar que, com todas as suas contradições, erros, desorganização e ineficiência, era apesar de tudo justamente considerado como uma barreira ao avanço da direita.

A derrota da Esquerda militar aliada aos esquerdistas abriu largamente as portas ao avanço da reacção. O sentimento popular foi o de que se estava em risco iminente de instauração dum nova ditadura fascista.

A situação revelou, em poucos dias, as contradições e os perigos da aliança com a direita reaccionária estabelecida pelo sector dos «Nove» e outros militares democratas que haviam combatido a Esquerda.

Tal como o PCP previra e prevenira, a reacção, colando-se aos «Nove» e a sectores moderados do MFA e apoiando-os activamente contra a Esquerda militar, tinha o claro plano de, uma vez esta derrotada, ultrapassar os aliados, voltar-se contra eles, afastá-los da vida política, tomar o seu lugar e instaurar um governo e um poder militar abertamente reaccionários.

Depois do 25 de Novembro, as forças reaccionárias de direita, militares e civis, procuraram, ao contrário do que sucedera com a Esquerda em situações inversas, explorar o êxito em profundidade. Os objectivos, que nem sequer escondiam, eram passar abertamente à repressão e ilegalização do movimento operário (designadamente PCP e sindicatos), alterar completamente as estruturas político-militares e militares, liquidar tudo quanto restasse do MFA e do espírito do 25 de Abril.

O pretexto para a ofensiva repressiva contra o PCP era o suposto comprometimento do PCP no «golpe» de 25 de Novembro. Enquanto os esquerdistas acusavam o PCP de não ter jogado as suas forças na aventura, a reacção e os seus aliados acusavam o PCP de ter pretendido assaltar e tomar conta do poder.

Logo depois dos acontecimentos, numa conferência de imprensa realizada no Porto, M. Soares considerava os acontecimentos de 25 de Novembro como «o mais grave atentado à democracia portuguesa desde o 25 de Abril (Primeiro de Janeiro, 27-11-1975) e, falando num comício na mesma cidade, dizia que «os responsáveis são em primeiro lugar os dirigentes do PCP» (Jornal de Notícias, 27-11-1975) ⁽²³⁸⁾. Logo nesse comício, como que previamente combinado, apareceu, recebido com os

aplausos socialistas, uma delegação do PCP (m-l) com um cartaz exigindo «Prisão para Cunhal e seus lacaios» (Comércio do Porto, 27-11-1975 ⁽²³⁹⁾). S. Cardia classificava o 25 de Novembro como «uma insurreição (?) comunista (?) para conquista total (?) do poder (?) e eliminação (!) dos adversários do comunismo» (O Jornal, 5-12-1975). Galvão de Melo, discursando num comício fascista em Rio Maior brandindo a moca, gritava que esta é «a voz de Rio Maior» e fazia um apelo para que os comunistas fossem «lançados ao mar» (8-12-1975).

Na base destas acusações, alguns pediam a ilegalização do PCP, outros o julgamento dos seus dirigentes, outros a saída imediata do governo dos seus membros. E outros ainda, julgando poder intervir na vida interna do PCP como se o PCP fosse uma repartição do Estado, procuravam condicionar a continuação da PCP no processo a uma substituição das seus dirigentes, à rectificação da sua linha política e à sua «democratização»!

De qualquer forma, forças muito diversas, numa indigna aliança, procuraram provocar a repressão contra o PCP, tentando dar um fundo golpe na sua força, influência e autoridade.

Quanto às alterações pretendidas nas estruturas político-militares e militares, o pretexto era a distinção entre os «operacionais» e os «políticos», atribuindo aos primeiros o mérito da desarticulação e derrota da Esquerda militar e ocultando que, se entre eles havia reaccionários, havia também democratas, homens do MFA, que nas divisões surgidas combateram a Esquerda, mas que não se identificavam de forma alguma com a direita reaccionária.

Os últimos dias de Novembro de 1975 e os primeiros dias de Janeiro de 1976 caracterizaram-se pela tentativa de sectores reaccionários de ultrapassar os «Nove», aos quais se tinham aliado, e de atirar as forças armadas contra o PCP e o movimento operário.

Foi rápida a tomada de consciência pelos democratas nas forças armadas dos riscos que a democracia e eles próprios corriam, se as forças reaccionárias conseguissem levar por diante estes seus objectivos. A esse respeito tiveram particular significado e repercussão as declarações do major Melo Antunes logo a 26 de Novembro ⁽²⁴⁰⁾.

A ocupação militar dos Centros de Trabalho do PCP e a ilegalização do PCP, que alguns reclamavam, assim como a repressão dos sindicatos, teria sido, não apenas a repressão de todo o movimento operário e de um partido essencial para a defesa das liberdades e da democracia, mas o primeiro passo para a depuração de todos os democratas nas forças armadas e a final instauração duma ditadura reaccionária ou fascista.

Logo em 7 de Dezembro foi sublinhado que «sectores do MFA e das forças armadas, em geral tomam consciência do perigo, porque a direita reaccionária toma posições, contesta os aliados de ontem, exige medidas e delinea o plano do assalto ao poder» (Comício do PCP no Campo Pequeno, Avante!, 9-12-1975 ⁽²⁴¹⁾). «Por paradoxal que pareça (dizia-se), a derrota da Esquerda militar, pelos trágicos ensinamentos que traz e pelos perigos

imediatos que levanta, cria condições novas para a unidade das forças interessadas na salvaguarda das liberdades, da democracia, da revolução.»

Os acontecimentos comprovaram estas apreciações. Se, por um lado, os sectores reaccionários conseguiram avançar e ocupar posições, por outro lado começou a recompor-se e a reorganizar-se, na própria evolução natural das estruturas, uma nova linha de defesa das liberdades e da democracia nas forças armadas.

Quanto ao movimento operário e popular, os primeiros meses de 1976 marcam uma maior coesão ao nível da base. Militantes socialistas mais esclarecidos, preocupados com a avanço da reacção e com a aliança do PS à direita, começam a defender a aproximação com os comunistas.

Apesar das reclamações de medidas repressivas contra o PCP, apesar de que o CDS «exigia» a saída imediata dos comunistas do Governo, oferecendo-se ao mesmo tempo para entrar (Amaro da Costa, O Jornal, 5-12-1975), apesar de que o mesmo «exigiam» o PPD (Comissão Política de 26-11-1975) e alguns dirigentes do PS (S. Cardia), o PCP, não só não foi ilegalizado como continuou tendo membros seus no governo. Reforçou-se a hegemonia política PS-PPD, mas aumentou também o número de secretários de Estado comunistas ⁽²⁴²⁾.

Embora apontando todas as limitações do VI Governo Provisório, embora combatendo a sua política direita imposta pela hegemonia PS-PPD, o Partido não colocou a palavra de ordem de demissão do governo, porque a sua queda significaria, na conjuntura existente, a formação de um governo abertamente reaccionário ⁽²⁴³⁾.

Falhadas logo após o 25 de Novembro as tentativas de ultrapassar, reduzir, silenciar, afastar e liquidar o movimento operário e os sectores fiéis ao 25 de Abril nas forças armadas, a reacção não desistiu dessa finalidade e procurou por todas as formas impedir a consolidação da situação democrática a fim de explorar a fundo o seu avanço e as posições tomadas.

A reacção gritou que o MFA tinha sido destruído, exigiu o «regresso dos militares aos quartéis», procurou criar conflitos entre o povo e os militares, empurrou através dos seus agentes esquerdistas o povo contra os militares, para que estes se lançassem contra o povo. Pôr definitivamente termo a quaisquer formas de aliança Povo-Forças Armadas na vida política e social corrente e ao nível dos órgãos do Estado, opor definitivamente PCP e forças armadas, provocar a ruptura e o confronto, constituíram um dos objectivos essenciais da reacção.

A grande ofensiva que a reacção procurou desenvolver depois do 25 de Novembro foi sustida por duas razões principais: por um lado, porque os militares democratas que, na cisão do MFA, haviam estado contra a Esquerda militar e contra os esquerdistas, rapidamente tomaram consciência de que a democracia e eles próprios corriam perigo mortal; por outro lado porque o movimento operário e popular deu mostras, na complexa e perigosa situação existente, de maturidade, sensibilidade política e firmeza de orientação.

Na complexa e perigosa conjuntura resultante do 25 de Novembro mais uma vez se confirmou que a participação do PCP na construção do novo regime democrático é indispensável para a defesa das liberdades e do próprio regime democrático.

Na complexa situação existente, contra a corrente de sentimentos existentes no movimento popular de amargura e indignação pela liquidação da Esquerda militar, o PCP teve a lucidez de análise, a serenidade de comportamento e a coragem necessárias para lutar contra a desconfiança mútua, para defender a reaproximação de sectores que se haviam confrontado, para defender todas as formas possíveis de cooperação entre o povo e as forças armadas, para prosseguir uma política de unidade, de entendimento, de estabelecimento de uma nova barreira popular, democrática e militar ao avanço de forças da direita.

A tendência que se verificou para a estabilização da situação democrática (de que a continuação de membros do PCP no governo era um índice contrariava os planos da reacção. Esta procurou, através de campanhas ignóbeis de provocação e violência, impor aos órgãos do poder medidas repressivas contra as forças revolucionárias. Incitou à repressão, como em Custóias, em que foram mortas 3 pessoas e feridas 7 (1-1-1976) ⁽²³⁵⁾. Alargou a sua «zona de ocupação» a novas regiões. Fez recrudescer subitamente o terrorismo depois de certa acalmia após o 25 de Novembro (64 acções terroristas, das quais 47 atentados à bomba em Janeiro de 1976 ⁽²⁴⁴⁾). Procurou tenazmente impedir que os «Nove» e outros sectores democratas consolidassem posições. Lançou uma campanha de infâmia contra o Presidente da República. Exigiu a dissolução do Conselho da Revolução. Pôs em causa a Constituição na parte já aprovada pela Assembleia Constituinte. Procurou de novo desestabilizar a situação para prosseguir a sua ofensiva

Nesta situação, adquiriu extraordinária importância o problema da institucionalização da democracia que mantivesse o papel das forças armadas do 25 de Abril.

A aprovação urgente da Constituição e a sua entrada em vigor passaram a representar um factor de primeiro plano para contrariar os planos golpistas da reacção, para consolidar as liberdades ameaçadas, para confirmar a possibilidade de um regime democrático que a reacção procurava a todo o custo evitar.

Nos primeiros meses de Revolução, as forças da direita, a par da preparação de golpes de força, fizeram imensos esforços para legislar, regulamentar, institucionalizar, cristalizando com soluções conservadoras os avanços do processo. Durante o fluxo revolucionário, que se prolongou até fins do Verão de 1975, a situação democrática provisória, de formação da democracia através das transformações resultantes do próprio processo, fora favorável à causa da liberdade, dos trabalhadores, do progresso social.

Em princípios de 1976, com o perigoso avanço das forças da direita, a passagem urgente da situação democrática provisória para a institucionalização de um regime democrático consagrando as conquistas da Revolução

e consolidando assim as liberdades e as transformações revolucionárias já alcançadas passou a ser da maior importância para a defesa do processo democrático.

Nesse sentido, apesar de novas dificuldades e perigos resultantes da nova correlação de forças e da situação antidemocrática existente em grande parte do País, a passagem da situação democrática provisória para um regime democrático consagrado na Constituição colocou-se como tarefa de todas as forças democráticas e progressistas.

IV

O novo regime democrático

A democracia portuguesa é filha da Revolução.

A institucionalização da democracia, a elaboração, promulgação e entrada em vigor da Constituição, é um resultado directo do levantamento militar do 25 de Abril, da luta do povo e das forças armadas que se seguiu para instaurar de facto as liberdades, conferir-lhes um conteúdo político, social e económico, defendê-las contra a reacção e assegurar o prosseguimento do processo democrático.

O regime democrático saiu da situação democrática criada e defendida pela luta das forças revolucionárias. Não se pode opor, como fazem alguns, o regime constitucional à situação democrática existente anteriormente, pois é o seu continuador.

O governo formado depois das eleições e ao abrigo da Constituição não é mais legítimo que os governos provisórios anteriormente existentes, nem é mais legítimo que o poder político-militar do MFA.

Sem Revolução não haveria democracia. A institucionalização da democracia é inseparável do processo revolucionário e por isso tem as marcas fundas desse processo.

As características fundamentais da democracia portuguesa tornaram-se realidades irreversíveis antes de terem consagração constitucional.

1. A Constituição, consagração das vitórias da revolução

A elaboração, aprovação, promulgação e entrada em vigor da Constituição representa uma grande vitória das forças democráticas e progressistas e uma séria derrota das forças reacionárias e conservadoras.

O maior mérito da Constituição é traduzir, não apenas o resultado dos trabalhos da Constituinte, mas o resultado da luta do povo português e de todas as forças revolucionárias. No decurso dos trabalhos da Constituinte, a Revolução levou a cabo transformações profundas. A realidade portuguesa evoluiu. Foi já depois das eleições para a Constituinte que a Reforma Agrá-

ria foi realizada, modificando radicalmente a agricultura e as relações de produção em cerca de um quinto da superfície cultivável nacional.

A Constituinte viveu ela própria a irregularidade do processo revolucionário e teve de ter em conta as novas realidades que transformaram completamente o quadro político, económico e social do País. A Constituição acabou por ser a consagração das vitórias da Revolução portuguesa e por reflectir o estágio de desenvolvimento do processo revolucionário.

A Assembleia Constituinte não decidiu nem definiu transformações revolucionárias como a Reforma Agrária, as nacionalizações, o controlo operário. Mas teve a virtude de reconhecê-las e consagrá-las.

Sem dúvida que na própria Constituição se reflecte a composição política da Assembleia, as vacilações de alguns sectores e o peso de elementos reaccionários e conservadores. Em vários casos, a par do reconhecimento em termos gerais das grandes conquistas revolucionárias, logo se deixam em aberto, para futuras leis regulamentadoras, possibilidades de alteração, contestação e desvirtuamento.

Entretanto, no fundamental, graças à maioria de socialistas e comunistas existente na Constituinte e graças à luta das forças revolucionárias (populares e militares) que se fez sentir em toda a vida nacional (incluindo na Constituinte), a Constituição acabou por reconhecer as conquistas essenciais da Revolução e por, em termos gerais, institucionalizar as situações de facto criadas pela luta revolucionária.

Tem-se acusado muito o Partido Comunista de hoje apoiar a Constituição, mas ter lutado contra ela e contra a Constituinte. A verdade é outra. O PCP lutou sim contra o facto de que, em determinado período, a Constituinte fazia tudo menos trabalhar na elaboração da Constituição. Ao mesmo tempo que se caminhava a passo de caracol (e em longos períodos nem isso), na elaboração da Constituição, o PS, o PPD e o CDS pretenderam anticonstitucionalmente e contra o Pacto com o MFA ⁽²⁴⁵⁾, que haviam assinado, transformar a Assembleia Constituinte num órgão de soberania, contrapô-la ao Governo e ao Conselho da Revolução, torná-la uma «alternativa» para os órgãos que invocavam não uma legitimidade constitucional, mas uma legitimidade revolucionária.

Para isso, foi criado um período «antes da ordem do dia» que servia para desencadear violentos ataques à Revolução, ao Governo, ao MFA, ao movimento popular ⁽²⁴⁶⁾. Para isso, Freitas do Amaral entendia necessário «funcionar desde já a Assembleia Constituinte como parlamento» (7-8-1975) ⁽²⁴⁷⁾. Para isso, no auge da crise político-militar, a Assembleia Constituinte tomou medidas preparatórias da sua transferência para o Norte, com o propósito evidente de cobrir com a «legitimidade democrática e constitucional» um golpe armado vindo daquela zona do País ⁽²²⁸⁾.

Correu-se o risco de que a Assembleia Constituinte, cuja única e exclusiva tarefa definida na lei constitucional era elaborar a Constituição, se tornasse um instrumento da instauração de um governo de direita, justificando-o como emanação do único órgão de soberania designado por sufrágio universal.

Foi contra uma eventual usurpação de poderes que o PCP interveio com firmeza. Não contra a elaboração da Constituição.

O PCP criticou severamente a Constituinte, não por fazer a Constituição, mas, precisamente porque, esperando «melhores dias» para a direita, a não fazia. Ao contrário do que dizem os acusadores do PCP, o PCP, por intermédio dos seus deputados, deu uma contribuição muitíssimo importante para a elaboração da lei fundamental do País e particularmente para a elaboração e aprovação dos seus preceitos fundamentais. Uma vez aprovada a Constituição, o PCP, muitas vezes praticamente só, lutou vigorosamente para que fosse rapidamente promulgada e posta em vigor.

Os partidos reaccionários opuseram-se tenazmente à elaboração e aprovação da Constituição, tal como esta é. Tudo fizeram para que a Constituição não consagrasse as conquistas da Revolução, que esses partidos consideravam conjunturais e precárias. O CDS votou globalmente contra a Constituição. Com pequenas diferenças na insistência do debate, na votação e em declarações de voto, o CDS e o PPD fizeram numerosas propostas para eliminar ou restringir as conquistas populares e votaram contra muitas das disposições fundamentais. Os artigos que definem o socialismo como objectivo da democracia portuguesa, que consagram a apropriação colectiva dos meios de produção, o direito à greve, o controlo de gestão, as nacionalizações e a sua garantia, as limitações aos poderes das regiões autónomas, as incapacidades cívicas dos fascistas, ou tiveram votos contra ou propostas de numerosas emendas que destruiriam o seu alcance.

Depois, não tendo podido impedir a elaboração da Constituição tal como ficou, o PPD e o CDS desenvolveram a luta contra ela em múltiplas direcções.

Em primeiro lugar, procuraram ainda que a própria Constituição atribuisse competência constitucional à Assembleia da República a eleger.

O PPD e o CDS opuseram-se tenazmente ao artigo 290 da Constituição, que admite a revisão constitucional apenas passados 4 anos e exclui da revisão «os direitos, liberdades e garantias dos cidadãos», «os direitos dos trabalhadores, das comissões de trabalhadores e das associações sindicais», «o princípio da apropriação colectiva dos principais meios de produção», «a eliminação dos monopólios e dos latifúndios», o sufrágio universal e o sistema de representação proporcional, a participação das organizações populares de base no exercício do poder local, etc. Apoiados por alguns deputados do PS e por órgãos de imprensa afectos a este partido (Diário de Notícias, A Capital e outros), o PPD e o CDS propuseram na Assembleia que fossem inseridas na Constituição cláusulas admitindo a revisão logo na primeira legislatura (nos primeiros quatro anos).

Beneficiando da situação antidemocrática existente em vastas zonas do território, fiados na possibilidade de alcançarem uma vitória eleitoral e uma maioria na Assembleia da República tinham claramente a intenção de

rever a Constituição, imediatamente após as eleições, pondo em causa os seus preceitos fundamentais.

Em segundo lugar, fracassando o propósito de alterar o conteúdo da Constituição e de forçar uma revisão a curto prazo, a reacção procurou que a Constituição fosse submetida a um referendo, com a esperança de conseguir por essa forma a sua rejeição.

O PPD, na «Proposta de Revisão do Pacto», propunha um referendo «nos 15 dias imediatos ao decreto da aprovação da Assembleia Constituinte» (30-12-1975).

Em terceiro lugar, fracassando também esse propósito, as forças reaccionárias procuraram precipitar uma alteração na Presidência da República, com a esperança de que um outro Presidente não promulgasse a Constituição.

Com esse objectivo folhas fascistas clandestinas, jornais reaccionários, propaganda do CDS e do PPD, tarjetas do PCP (m-l) e importantes sectores do PS moveram uma infame campanha de calúnias contra o Presidente, general Costa Gomes, a fim de provocar a sua demissão. A coberto da intocável Justiça vimos juízes absolverem e elogiarem caluniadores e difamadores⁽²⁴⁸⁾. E a pretexto da liberdade de imprensa vimos partidos que se dizem democráticos elogiarem tal decisão.

Finalmente, coordenando a acção subversiva com a acção legal, as forças reaccionárias desenvolveram uma intensa actividade de conspiração, fazendo pairar na cena política a ameaça de um golpe de força.

À medida que se aproximava o momento da aprovação final da Constituição, a reacção procurava criar um clima de tensão, instabilidade e desordem. Multiplicou as ameaças e as chantagens. Jogou com a pressão do separatismo dos Açores e Madeira. Ela, que tecera os maiores elogios à Constituinte, como «emanação da vontade livre do povo», passou a considerá-la dominada por «marxistas».

Incapaz de provocar uma alteração global da situação política, a reacção procurou distanciar a promulgação da Constituição da sua aprovação, a fim de, antes de promulgada, tentar ainda por qualquer forma provocar a substituição do Presidente da República.

É significativo da tensão que se viveu o facto de o Presidente da República ter ido à Assembleia Constituinte quando da aprovação da Constituição, em 2 de Abril de 1976, para ali mesmo, imediatamente a promulgar⁽²⁴⁹⁾.

Foi uma decisão da mais alta importância, com a qual o Presidente Costa Gomes prestou um notável serviço à democracia e ao País.

A Constituição, no essencial, é democrática, é progressista e institui um regime ao qual são inerentes, nos termos da própria Constituição, as grandes transformações e realizações revolucionárias do povo português depois do 25 de Abril⁽²⁵⁰⁾.

A Constituição reflecte a libertação da ditadura e a condenação do fascismo. O préambulo (assim como passagens dos art. 273, n.º 2, 212⁽²⁵¹⁾,

etc.) presta homenagem ao 25 de Abril e ao MFA, que «coroando a larga resistência do povo português e interpretando os seus sentimentos profundos, derrubou o regime fascista». A Constituição proíbe as organizações de ideologia fascista (art. 46, n.º 2 ⁽²⁵²⁾), determina a perda do mandato dos deputados por participação em tais organizações (art. 163 ⁽²⁵³⁾), reconhece saneamentos e incapacidades cívicas a fascistas com particulares responsabilidades (art. 308 ⁽²⁵⁴⁾).

A Constituição consagra as liberdades democráticas, e desenvolve-as amplamente, estabelecendo o princípio da não discriminação. «Ninguém pode ser privilegiado — diz o art. 13, n.º 2 —, beneficiado, prejudicado, privado de qualquer direito ou isento de qualquer dever em razão de ascendência, sexo, raça, língua, território de origem, religião, convicções políticas ou ideológicas, instrução, situação económica ou condição social.»

A Constituição estabelece a irreversibilidade da eliminação dos monopólios e dos latifúndios (art. 290, f)).

Estabelece que «Todas as nacionalizações efectuadas depois de 25 de Abril de 1974 são conquistas irreversíveis das classes trabalhadoras» (art. 83, n.º 1).

E no que respeita às pequenas e médias empresas «indirectamente nacionalizadas, fora dos sectores básicos da economia», só poderão ser integradas no sector privado se os trabalhadores não optarem pelo regime de autogestão ou de cooperativa (art. 83, n.º 2).

A Constituição consagra como uma «incumbência prioritária» do Estado a realização da Reforma Agrária (art. 81, h)). Determina «a expropriação dos latifúndios, e das grandes explorações capitalistas» com a «transferência da posse útil da terra e dos meios de produção» para aqueles que a trabalham (art. 97, h ⁽²⁵⁵⁾), admitindo a formação, nas propriedades expropriadas, tanto de cooperativas como de «outras unidades de exploração colectiva» (art. 97, n.º 2). E define a Reforma Agrária como «instrumento fundamental para a construção da uma ⁽²⁵⁶⁾ sociedade socialista» (art. 96).

A Constituição consagra o controlo operário e os direitos dos trabalhadores alcançados desde o 25 de Abril e anuncia outros sob forma de princípios programáticos: o direito ao trabalho (art. 51, n.º 1), o dever de trabalhar (art. 51, n.º 2), a liberdade de escolha de profissão (art. 51, n.º 3), o pleno emprego e a assistência aos desempregados (art. 52, a)), os despedimentos sem justa causa (art. 52, b)), o princípio de salário igual para trabalho igual (art. 53, a)), o direito a férias periódicas pagas (art. 53, b) ⁽²⁵⁷⁾), a actualização do salário mínimo nacional (art. 54, a)), a «criação de um serviço nacional de saúde universal, geral e gratuito» (art. 64 ⁽²⁵⁸⁾), os direitos dos jovens, dos deficientes e dos velhos (art. 70, 71, 72), o direito à educação e à cultura (art. 73 e segs.).

Se, no que respeita à liberdade sindical, a maioria na Assembleia Constituinte teve como objectivo revogar a lei da unicidade ⁽⁸⁵⁾, abrindo caminho à intervenção dirigista e regulamentadora do Estado nos sindicatos existentes e à criação de sindicatos promovidos e controlados pelos

partidos e pelo próprio patronato, não deixa de ser reconhecido o direito de organização sindical (art. 57) e o direito à greve (art. 59) acompanhado da proibição do lock-out (art. 60).

A Constituição consagra as Comissões de Trabalhadores como instrumentos de defesa dos seus interesses, para a «intervenção democrática na vida da empresa» e sua «mobilização para o processo revolucionário de construção do poder democrático dos trabalhadores» (art. 55, n.º 1). Apesar de ter entrado em matéria regulamentar que não é própria da Lei fundamental do País, fixando processos de funcionamento e de voto, a Constituição consagra amplos direitos das Comissões, incluindo «exercer o controlo de gestão nas empresas», «intervir na reorganização das unidades produtivas» e «participar na elaboração da legislação do trabalho» (art. 56, a), b), c) e d)).

As organizações populares (comissões e assembleias de moradores) são reconhecidas, embora a Constituição também tenha intervindo em matéria regulamentar (art. 264 e segs.).

A Constituição consagra o processo da descolonização e a luta libertadora dos povos outrora submetidos ao colonialismo português, reconhecendo «o direito dos povos à insurreição contra todas as formas de opressão, nomeadamente contra o colonialismo e o imperialismo» (art. 7 (259)).

A Constituição consagra, como inerente à democracia portuguesa, o caminho do socialismo.

O preâmbulo afirma como objectivo e «decisão do povo português» «abrir caminho para uma sociedade socialista». O art. 1 define a República Portuguesa como «empenhada na sua transformação na (260) sociedade sem classes». «[...] abolir a exploração e a opressão do homem pelo homem» é indicado como uma das «tarefas fundamentais do Estado» (art. 9, c)).

O regime definido na Constituição é indicado como «fase de transição para o socialismo» (art. 89).

O «desenvolvimento das relações de produção socialistas» é indicado como base da «organização económico-social da República Portuguesa» e como dever do Estado (art. 80 e 81, n)). A apropriação colectiva dos meios de produção é referida em vários artigos (art. 10, 50, etc.).

O próprio conteúdo da Constituição explica a energia e o desespero da luta que contra ela moveram e movem as forças reaccionárias.

A entrada em vigor da Constituição tornou-se da máxima importância para desanimar e desmobilizar as forças reaccionárias, para entrar a conspiração contra-revolucionária, para dar uma motivação política, legal e constitucional às forças armadas na sua inserção na vida política nacional como garantes das liberdades, das conquistas da Revolução, da democracia.

É de interesse notar como partidos reaccionários, que haviam mobilizado todas as suas forças para impedir a elaboração, aprovação, promulgação e entrada em vigor da Constituição, deram uma volta de 180 graus logo que perderam a partida.

A reacção mostrou-se uma vez mais com duas faces: a da conspiração e a do «respeito pela legalidade». Ao mesmo tempo que alguns continuam o combate aberto contra a Constituição, porque, como diz A Rua, «não nos interessa gerir o existente, interessa-nos modificar e alterar» (29-7-1976), outros que lutaram contra ela abertamente e lutarão sub-repticiamente dizem agora que a Constituição «é a lei do País e como tal a respeitamos ⁽²⁶¹⁾». (Freitas do Amaral no II Congresso do CDS, 23/25-7-1976).

A verdade é que só a respeitarão se a isso forem obrigados. É necessário obrigá-los.

O respeito pela Constituição tornou-se um factor de consolidação e de útil e necessária estabilização do regime democrático.

O respeito pela Constituição tornou-se um ponto essencial do comportamento político de vastos sectores, tanto civis como militares. Além da lei fundamental, a Constituição tornou-se, numa situação política muito instável, uma plataforma para a reunificação das forças da democracia e do progresso social.

2. Os novos órgãos do poder

A importância da Constituição no processo democrático não reside apenas nas liberdades, direitos e transformações económicas e sociais que consagra na perspectiva socialista, mas também no sistema original dos órgãos do poder que estabelece.

Também no que respeita aos órgãos do poder, a Constituição, mantendo o papel das forças armadas, dentro do espírito do MFA, do espírito do 25 de Abril, corresponde a uma realidade específica da Revolução portuguesa: a intervenção no processo das duas componentes (popular e militar) e a necessidade da manutenção da linha de continuidade do MFA como garante da democracia.

A consagração na Constituição do papel do MFA e das forças armadas do 25 de Abril ao nível dos órgãos de soberania representa uma importante vitória das forças da democracia e do progresso social contra as forças da reacção e do conservantismo.

Em torno da definição das características do regime democrático a instaurar no imediato e dos seus órgãos de soberania, a reacção conduziu incessantemente um cerrado combate com vistas a afastar definitivamente do poder os capitães do 25 de Abril.

Quando fascistas, reaccionários e conservadores gritavam em coro que era necessário que os militares voltassem para os quartéis, o objectivo não era naturalmente mandar os militares para os quartéis, mas substituir a intervenção dos capitães do 25 de Abril na vida política pela intervenção de generais reaccionários, ao lado dos partidos da direita, contra o movimento operário e popular, contra a Revolução e as suas conquistas. Por muito espantoso que pareça, toda a batalha contra a inserção das forças

armadas nas estruturas da nova democracia a instaurar com a Constituição foi conduzida pela reacção sob o signo da «democracia». É sintomático que quanto mais à direita estavam as forças políticas mais brandiam argumentos «democráticos» contra os órgãos do poder político-militares do MFA.

Os pasquins fascistas (como O Sol e o Templário) em nome de princípios «democráticos» atacaram os militares do 25 de Abril e o próprio 25 de Abril nos termos mais violentos e ofensivos. O CDS e o PPD (assim como o PPM, o PDC e outros) argumentaram com a «soberania popular», a emanação popular do poder, a «vontade do povo», «a autoridade do povo», a legitimidade democrática provenientes do sufrágio universal, contestando o MFA e a legitimidade dum órgão político-militar de soberania.

Aquilo que a reacção não conseguiu com sucessivas tentativas de golpes de força (Palma Carlos ⁽¹⁶¹⁾, 28 de Setembro ⁽¹⁴³⁾, 11 de Março ⁽⁶⁵⁾) procurou conseguir-lo ganhando uma maioria na Assembleia Constituinte para aí elaborar uma Constituição que eliminasse definitivamente dos órgãos do poder o MFA, os capitães do 25 de Abril.

Entretanto, com a derrota do putsch de 11 Março, o MFA esteve em condições de impedir que, beneficiando da situação antidemocrática existente em vastas zonas, a reacção e as forças conservadoras pudessem vir a elaborar uma Constituição que pusesse em causa a própria vitória do 25 de Abril.

Essa a origem do primeiro Pacto entre os partidos políticos e o MFA, assinado em 11-4-1975.

Trata-se de «uma plataforma política pública com os partidos ⁽²⁶²⁾ empenhados no cumprimento dos Princípios do Programa do MFA e na consolidação e alargamento das conquistas democráticas já alcançadas» («Plataforma de Acordo Constitucional com os partidos políticos», A. 4). Coloca-se como objectivo «a continuação da revolução política, económica e social iniciada em 25 de Abril de 1974, dentro do pluralismo político e da via socializante».

A Plataforma, cujos termos deveria «integrar a futura Constituição Política a elaborar e aprovar pela Assembleia Constituinte», estabelecia designadamente: a) que a Assembleia Constituinte teria como «missão exclusiva» «elaborar e aprovar a Constituição»; b) que só ao Presidente da República caberia proceder a eventuais alterações à composição do Governo Provisório; c) que os partidos signatários se comprometiam a «não pôr em causa a institucionalização do MFA» nos termos acordados na Plataforma.

No que respeita à estrutura do poder, a Plataforma estabelecia como órgãos de soberania o Presidente da República, o Conselho da Revolução, a Assembleia do MFA, a Assembleia Legislativa, o Governo e os Tribunais (D. 1). Dois traços característicos eram os amplos poderes do Conselho da Revolução e o sistema bicameral com as duas Assembleias: Legislativa e do MFA.

A Plataforma indicava que «durante todo o Período de Transição, o poder militar manter-se-á independente do poder civil» (E. 3 ⁽²⁶³⁾) e que a

Constituição deveria «consagrar os princípios do Programa do Movimento das Forças Armadas, as conquistas legitimamente obtidas ao longo do processo, bem como os desenvolvimentos ao Programa impostos pela dinâmica revolucionária que, aberta e invariavelmente ⁽²⁶⁴⁾, empenhou o País na via original para um Socialismo Português» (E. 2).

O PS viria a dizer mais tarde que «fora obrigado a subscrever um documento de cujas linhas essenciais discordava profundamente» (Jaime Gama, *Portugal Socialista*, 28-1-1976). E o CDS, mostrando bem a pouca confiança que se pode ter nas suas declarações e na sua assinatura, viria também a declarar que assinara o Pacto «coagido». Tal como agora diz querer respeitar a Constituição e poderá amanhã vir a dizer que fez essa declaração igualmente «coagido». Tal como apoiou um candidato à Presidência e poderá vir a dizer que o fez «coagido». Os partidos políticos não têm porém o direito de agir «coagidos», porque dizer-se que se age «coagido» é uma forma de enganar e de conspirar. O CDS não assinou coagido porque ninguém foi coagido. O que fez, como aliás o PPD e de certa forma o PS, foi enganar o MFA, enganar os militares do 25 de Abril, assumindo ante eles um compromisso com a reserva mental de o não cumprir e de tudo fazer para impedir a sua aplicação.

Por isso, assinado o Pacto, realizadas as eleições, os partidos da direita e o PS não mostraram grande empenho em elaborar a Constituição enquanto a correlação de forças lhes fosse manifestamente desfavorável, com o objectivo de virem a elaborá-la libertados já do Pacto com o MFA.

A Assembleia Constituinte, cuja «missão exclusiva» era a elaboração da Constituição, esqueceu essa função e procurou intervir, como se fosse um órgão de soberania, na modificação da correlação de forças e da situação política a favor da direita, designadamente da direita militar.

Precisamente o capítulo da Constituição relativo aos órgãos do poder foi deixado para o fim com a esperança de entretanto vir a ser anulado o Pacto.

Na medida em que se deram mudanças favoráveis à direita na situação político-militar (cisão no MFA, pronunciamento de Tancos, desaparecimento da Assembleia do MFA, derrota da Esquerda militar, conquista de posições pela direita), as forças reaccionárias intensificaram a sua ofensiva, gritando que o Pacto com o MFA não tinha mais razão de ser, que o MFA deixara de existir, que não havia mais razões para consagrar na Constituição órgãos político-militares, designadamente o Conselho da Revolução.

Do CDS, Freitas do Amaral insistia em que, «se esses oficiais querem ser políticos (...) devem passar à reserva» (6-9-1975), ou devem colocar-se «quanto antes, à margem do processo político» (17-12-1975 ⁽²⁶⁵⁾). Do PPD, Sá Carneiro dizia ao Tempo que «tem de deixar-se o Pacto Constitucional (...) o Conselho da Revolução (...) e o poder militar» (31-8-1975 ⁽²⁶⁶⁾). Graça Moura punha abertamente a questão de «acabar com o Conselho da Revolução» e «colocar o poder militar na dependência estreita do poder civil» (5-9-1975). Ainda Sá Carneiro insistia que «as Forças Armadas

não têm legitimidade nem competência para governar» (25-9-1975) ⁽²⁶⁷⁾ e Nuno R. dos Santos chamava ao Pacto «uma autêntica chantagem política», reclamando a sua «total e completa anulação» (Dezembro de 1975 ⁽²⁶⁸⁾). Quando o CR propôs um novo Pacto com a continuidade do Conselho da Revolução, o PPD gritou que isso seria «uma autêntica ditadura militar de fachada liberalizante» (Sá Carneiro, O Dia, 23-1-1976).

Da parte do PS, J. Campinos protestou contra «uma tutela militar» e afirmava que «a dinâmica militar (sic) levará à reconstrução de verdadeiras (?) forças armadas que ultrapassarão o MFA» (Dezembro de 1975 ⁽²⁶⁹⁾). Cardia afirmava não ver «compatibilidade ⁽²⁷⁰⁾ entre democracia política e poder militar» e estar disposto a bater-se «pela não consagração constitucional do pacto» (1-12-1975 ⁽²⁷¹⁾). Raul Rego, proclamava que «criar na Constituição qualquer órgão de soberania não escolhido directa ou indirectamente pelo povo (...) é consagrar uma ditadura de classe ou profissão» (3-12-1975 ⁽²⁷²⁾). A Luta conduziu uma verdadeira campanha contra o MFA e contra a continuação da intervenção dos militares do 25 de Abril na vida política. «Os militares devem regressar imediatamente aos quartéis» ⁽²⁷³⁾, proclamava (20-12-1975).

O PCP, apesar de todas as modificações verificadas nas estruturas superiores militares e político-militares, apesar de terem sido afastados numerosos oficiais progressistas, apesar de se acentuarem as discriminações anticomunistas nas forças armadas, continuou a considerar que o desaparecimento do Conselho da Revolução e o «regresso dos militares aos quartéis» significaria a porta aberta para a rápida conquista do poder pelas forças da direita e a liquidação das conquistas revolucionárias do povo português. O que conduziria à ditadura não seria (conforme pretendiam os partidos reaccionários) a permanência do Conselho da Revolução com o espírito do 25 de Abril, mas o desaparecimento do Conselho da Revolução.

A reacção tinha porém feito um juízo demasiado sumário da situação. O que, depois das cisões, conflitos e depurações restava do MFA foi suficiente para colocar os partidos reaccionários e conservadores na necessidade de (antes da elaboração final da Constituição) negociar um novo Pacto, que acabou por ser assinado em 26 de Fevereiro de 1976 ⁽²⁷⁴⁾.

O fundamental neste novo Pacto, que os partidos políticos se comprometeram a respeitar na elaboração da Constituição (contra os planos, os propósitos e os desejos das forças reaccionárias), foi a continuidade do Conselho da Revolução, a institucionalização do regime democrático e o papel das forças armadas como garantes da nova Constituição.

O segundo Pacto (comparando com o primeiro) corresponde, é certo, tanto a modificações reais da situação político-militar como a cedências perante a pressão da direita. Desapareceu a Assembleia do MFA (em correspondência com a sua anterior liquidação de facto), estabeleceu-se a eleição directa do Presidente da República (que pelo primeiro Pacto deveria ser eleito pela Assembleia Legislativa e Assembleia do MFA em conjunto), eliminaram-se as normas programáticas progressistas, diminuiu a

intervenção do MFA e do Conselho da Revolução na actividade governativa e legislativa.

Mesmo assim, o Pacto representa uma séria derrota das forças reacionárias e conservadoras.

Em resultado do Pacto, a estrutura dos órgãos do poder no regime democrático definido na Constituição tem ainda as fundas marcas do processo específico da Revolução portuguesa, designadamente da aliança Povo-MFA.

Em relação às Forças Armadas, a Constituição atribuiu-lhes a «missão histórica de garantir as condições que permitam a transição pacífica e pluralista da sociedade portuguesa para a democracia e o socialismo» (art. 273, n.º 4).

Em relação ao MFA, não só reconhece o seu papel libertador no 25 de Abril como lhe atribui o papel de «garante das conquistas democráticas e do processo revolucionário» e a sua participação «no exercício da soberania» (art. 4 (275)) em aliança com os partidos e organizações democráticas (art. 10, n.º 1).

Quanto ao Conselho da Revolução, como órgão de soberania, ficou sendo «garante do regular funcionamento das instituições democráticas» (art. 142).

Os partidos burgueses falam hoje do novo «regime parlamentar», do «novo parlamentarismo», apesar de saberem que tais afirmações não correspondem à realidade política e constitucional. Em Portugal há um Parlamento, mas não um regime parlamentar. O que esses partidos pretendem com tais afirmações é fazer diminuir e contestar o Conselho da Revolução e o próprio Presidente da República que, no actual regime, para o período de quatro anos, são órgãos de soberania com as mais importantes funções. O Conselho da Revolução é um organismo consultivo do Presidente da República, e como «garante do cumprimento da Constituição» pode vetar as leis do Governo ou da Assembleia da República, tendo essa decisão «força obrigatória geral» (art. 146, c) e 281), isto é, o preceito considerado inconstitucional não pode ser aplicado em nenhum outro caso.

Tanto os partidos reacionários como os dirigentes da direita do PS estão descontentes com estes aspectos da Constituição, precisamente porque o espírito do 25 de Abril e a acção dos militares do 25 de Abril é um sério obstáculo aos seus planos de liquidarem as conquistas da Revolução e de conduzirem à recuperação do poder do grande capital.

Muitos dos que contestam que o Conselho da Revolução intervenha declarando a inconstitucionalidade de leis são os mesmos que se esforçaram para que as forças armadas intervissem para destruir a própria Constituição.

É sintomático que precisamente um senhor do CDS, Francisco Lucas Pires, falando ao jornal fascista Liberdade, tenha considerado a competência do Conselho da Revolução para julgar da constitucionalidade das leis, mais do que «militarização», uma «revolução permanente» (2-6-1976).

Se o CDS assim fala contra o Conselho da Revolução é naturalmente porque pensa que este não serve as forças reaccionárias.

O sistema de poder da nova democracia, pelo período mínimo de quatro anos, é pois um sistema complexo, de poder partilhado entre cinco órgãos de soberania: Presidente da República, Conselho da Revolução, Assembleia da República, Governo e Tribunais.

A Assembleia da República resulta do sufrágio universal, mas os seus poderes em relação ao governo são bastante menores do que no geral dos regimes parlamentares. O governo está muito protegido em relação à Assembleia, mas tem de responder também perante o Presidente da República. O Presidente é eleito por sufrágio universal, mas tem junto de si o Conselho da Revolução, cuja consulta é obrigatória em casos importantes. O Conselho da Revolução não tem funções legislativas, mas pode julgar da inconstitucionalidade das leis.

Neste complexo sistema, que reflecte as consequências e a evolução do próprio processo revolucionário, há inevitavelmente contradições, e a base para eventuais conflitos. Mas nas condições existentes, desde que nas forças armadas se conserve o espírito do 25 de Abril, ele oferece mais condições para a defesa e o prosseguimento da democracia do que um regime parlamentar funcionando num país onde em vastas zonas do território ainda não foram verdadeiramente instauradas as liberdades democráticas e onde não são respeitados e assegurados os direitos dos cidadãos.

Com a entrada em vigor da Constituição, a formação dos novos órgãos do poder tornou-se uma das questões básicas da nova democracia.

Assente no papel revolucionário determinante e nas responsabilidades do MFA na Revolução portuguesa, o Conselho da Revolução funda a sua legitimidade no próprio processo revolucionário, e é nessa base que a Constituição o reconhece como órgão de soberania. O novo regime pressupõe tanto o desenvolver normal da vida democrática como a estabilidade do próprio Conselho da Revolução durante os próximos quatro anos.

Daí a intensa campanha, já depois da entrada em vigor da Constituição, para a revisão da composição do Conselho, insistindo, tanto o jornal socialista *A Luta* (20-4-1976) como o jornal reaccionário *Tempo* (17-6-1976), na «eleição» do Conselho.

As forças reaccionárias e a direcção da direita do PS insistem na necessidade de subordinar o mais prontamente possível o poder civil e numa revisão antecipada da Constituição.

As decisões tomadas pelo Conselho da Revolução já depois das eleições para a Presidência da República, definindo certas normas relativas à sua composição e funcionamento, deram novo golpe aos desígnios das forças reaccionárias e conservadoras.

De facto, em 11-8-1976, o Conselho da Revolução decidiu que nos quatro anos previstos até à eventual revisão constitucional os representantes dos vários ramos só em caso de «morte, renúncia ou impedimento

permanente» deixarão de pertencer ao Conselho ⁽²⁷⁶⁾. Esta decisão, que se impunha por si mesma, estava de certa forma implícita no Pacto e é uma garantia de estabilidade.

Estas decisões não agradaram àqueles que já viam o MFA e o seu espírito definitivamente enterrados. Sousa Tavares, em *A Capital* (25-8-1976 ⁽²⁷⁷⁾), chama a esta decisão «facto espantoso», «aberração», «bebedeira do poder». Acusa os membros do Conselho da Revolução de se julgarem «sujeitos de direito divino». Esquecendo que, sem a acção do MFA, não haveria sequer governo PS, diz que «a intervenção militar na política será quase sempre contrária à democracia». Esquecendo fascismo, reacção e golpes, afirma sumariamente que «a história da revolução portuguesa desde o 25 de Abril até hoje resumiu-se quase à luta nacional pela democracia contra o poder militar (?) e ⁽²⁷⁸⁾ contra o poder apoiado em militares (!)». É evidente que este senhor o que pretende é que seja outro o poder militar e que esse poder militar esteja ao serviço da reacção.

Entretanto, o Conselho da Revolução não cedeu dos seus poderes constitucionais e consolidou-se como órgão do poder, a par do Presidente da República e da Assembleia da República, eleitos por sufrágio universal, e do governo formado por incumbência do Presidente e tendo de responder simultaneamente perante este e perante a Assembleia.

O resultado das eleições e a formação desse governo abrem uma nova fase no processo revolucionário, que o povo português está interessado seja de consolidação do que já foi alcançado e de estabilização do regime democrático.

3. As eleições para a Assembleia da República

As eleições para a Assembleia da República marcaram, no que respeita aos órgãos do poder, o primeiro grande acto político para a institucionalização do novo regime democrático.

As eleições foram marcadas num ambiente de intensa actividade das forças reaccionárias, procurando com a violência, a intimidação e o terrorismo acentuar o seu poder local e a situação antidemocrática existente em vastas zonas ⁽²⁷⁹⁾.

De novo se viveu intensamente um ambiente de conspiração e de ameaças fascistas.

O PCP considerou, apesar de tal situação, que as eleições para a Assembleia da República poderiam representar um importante acontecimento para a salvaguarda das liberdades e a consolidação da democracia.

A reacção estava tentando freneticamente provocar uma nova crise político-militar, donde emergisse um golpe de direita. A reacção desenvolveu uma intensíssima actividade para criar factores de instabilidade, agravar contradições nos órgãos do poder político-militar, agudizar conflitos, fomentar situações de choque, dar pretextos à intervenção das forças

armadas, orquestrar gigantescas campanhas de falsidades, calúnias, diversão ideológica e provocação, tomando como ponto de partida as afirmações mais absurdas. Basta lembrar que a invencione dos 30 000 cubanos entrados em Portugal deu lugar a numerosas diligências e a acções de forças militares e militarizadas ⁽²⁸⁰⁾.

O adiamento das eleições daria à reacção possibilidade de aproveitar o carácter provisório da legitimidade revolucionária para provocar mais profunda crise, e um clima de instabilidade, intranquilidade e desordem, abrindo caminho a uma mudança radical, no sentido da direita, da composição dos órgãos do poder.

Nos meses que precederam as eleições, a reacção conquistara importantes posições no aparelho do Estado, nos mecanismos da direcção económica, nos meios estatizados de comunicação social. Alargara a sua base de apoio com a vinda de centenas de milhares de «retornados» e a libertação de mais de 1000 pides ⁽²⁸¹⁾. Aproveitara a hegemonia PS-PPD no VI Governo Provisório para rever numerosas leis progressistas. Procurando explorar em profundidade o 25 de Novembro, as forças reaccionárias (representando o grande capital, os grandes agrários e o imperialismo estrangeiro) passaram à ofensiva, atacaram em todas as frentes e colocaram na ordem do dia a reconquista do poder económico e do poder político ⁽²⁸²⁾.

A reacção procurou simultaneamente várias vias para a reconquista do poder. A tomada de postos de decisão no aparelho do Estado, designadamente nas forças armadas, um golpe de força, ou a instauração legal de um governo de direita através de uma vitória eleitoral.

Por isso, não tendo conseguido impedir a aprovação e a entrada em vigor da Constituição, nem precipitar um golpe, nem provocar a desestabilização e desequilíbrio em seu favor nos órgãos do poder político-militar, os partidos reaccionários, beneficiando da situação antidemocrática em vastas zonas do País, intensificando o terrorismo ⁽²⁴⁴⁾, impedindo o exercício das liberdades pelos partidos progressistas, designadamente pelo PCP, procuraram a todo o preço alcançar nas eleições uma maioria na Assembleia de que resultaria a imediata formação de um governo de direita.

O CDS apresentou-se como a «alternativa 76», e quinze dias antes das eleições Freitas do Amaral afirmou que o CDS poderia obter o primeiro lugar, que tinha mesmo «possibilidades de ganhar as eleições» e por isso julgava «perfeitamente possível constituir sozinho um governo» (7-4-1976). «As sondagens confirmam essa possibilidade (diria ele) e, para além das sondagens, temos a intuição política!» «Não admito [que o CDS] tenha menos do triplo», afirmava peremptoriamente (Expresso, 10-4-1976). Dias depois, num comício do Porto, proclamava: «A 24 horas do encerramento da campanha, o CDS está tão seguro da vitória que não precisa de aproveitar este comício para falar de eleições.»

O PPD conduziu também uma campanha triunfalista, falando e agindo como futuro partido governamental. Sá Carneiro afirmava que estava «seguro da vitória para as próximas eleições» (comício de Lisboa

de 7-4-1976), que o PPD seria «o primeiro partido português» (Tempo, 8-4-1976), que teria «5% a 10% de vantagem em relação aos outros partidos» (O País, 15-4-1976 ⁽²⁸³⁾).

A reacção atribuiu tal importância à batalha eleitoral que resolveu jogar tudo por tudo e lançar para a frente os seus agentes «esquerdistas», os grupos provocatórios AOC, PCP (m-l) e MRPP, para, já sem máscara, lhe darem um apoio declarado e explícito.

Por seu lado, o PS, prosseguindo a ambição do monopólio político, controlando para propaganda partidária os principais meios de comunicação social, tornando órgãos seus os jornais estatizados pagos pelo dinheiro do País, anunciava ir obter mais de 40% dos votos e, com esse resultado, a maioria na Assembleia. Repetidas vezes, Mário Soares insistiu (cá dentro e lá fora) em que «o Partido Socialista poderá contar com um mínimo de 40% do eleitorado português» (em Clermont-Ferrand em 18-3-1976 ⁽²⁸⁴⁾), que «caminhava para uma vitória eleitoral com aproximadamente 40%» de votos (Quotidien de Paris, 20-3-1976 ⁽²⁸⁵⁾), que «esperava obter mais de 40% dos votos» France Inter, 5-4-1976 ⁽²⁸⁶⁾.

O PS contou com um activo apoio do imperialismo e da social-democracia europeia. A «cimeira socialista» do Porto, em vésperas das eleições, onde W. Brandt e outros chefes de governos de países capitalistas vieram pressionar o povo português para votar no PS, é um exemplo desse apoio e da ingerência imperialista a pedido do PS nas questões internas portuguesas ⁽²⁸⁷⁾.

Em 14 de Fevereiro de 1976, o Comité Central do Partido, em decisão interna, definiu os objectivos fundamentais da concorrência do PCP às eleições: a) realizar uma campanha de esclarecimento das mais amplas massas; b) impedir uma maioria da direita reaccionária CDS, PPD, PPM e PDC; c) dificultar uma aliança PS-PPD ou PS-PPD-CDS numa futura Assembleia e num futuro governo; d) aumentar a representação do PCP na Assembleia da República em relação à Assembleia Constituinte; e) levar à Assembleia uma maioria de esquerda; f) apontar para uma eventual cooperação PS-PCP na Assembleia Legislativa e para a formação de um governo de esquerda, um governo com participação do PCP ⁽²⁸⁸⁾.

Como conclusão de debate realizado no Partido, a Conferência Nacional do PCP, em 14-3-1976, definiu a orientação do Partido para as eleições ⁽²⁸⁹⁾.

A Conferência Nacional, sublinhando o terreno ganho pela reacção, sublinhou ao mesmo tempo a firme resistência do povo, das forças democráticas e das forças armadas no espírito do 25 de Abril, dando resposta aos ataques da reacção, recompondo e reconstruindo uma ampla frente social, política e militar em condições de fazer prosseguir o processo democrático.

A Conferência Nacional do PCP pronunciou-se contra quaisquer tendências para a abstenção e o boicote eleitoral, advertindo de que tal atitude tornaria inevitável a formação de uma maioria parlamentar reaccionária e a formação de um governo abertamente reaccionário.

A Conferência Nacional de 14 de Março teve um papel importantíssimo para a unidade de pensamento e o desenvolvimento de acção de todo o Partido. O Programa eleitoral do Partido aprovado na Conferência, difundido com uma tiragem de 300 000 exemplares, além de 1 500 000 da Proclamação Eleitoral, foram os documentos-base para toda a campanha, que ganhou amplas massas.

A campanha eleitoral do PCP foi um extraordinário sucesso de acção política, de propaganda e de mobilização de massas, a que se fará referência quando se abordar a actividade da propaganda do Partido.

Os objectivos fundamentais de acção do PCP nas eleições — impedir uma maioria de direita reaccionária (PPD-CDS-PPM-PDC), fazer sair das eleições a possibilidade de uma maioria democrática, de uma maioria de esquerda, reforçar o PCP e a sua representação na Assembleia — foram alcançados.

Os resultados das eleições traduziram uma séria derrota dos partidos da direita reaccionária, um voto do povo pela liberdade e a democracia e um notável reforço do PCP.

Apesar da situação antidemocrática existente em vastas zonas, onde as eleições se assemelharam à mascarada eleitoral do tempo do fascismo, os partidos da direita, em vez da anunciada vitória, não conseguiram mais que 115 deputados no total de 263 ⁽²⁹⁰⁾.

O CDS aumentou, como se esperava, à custa do PPD e do PS e com a ajuda de reaccionários regressados de Angola e Moçambique. Não se tratou de um ganho efectivo da reacção, mas sim da mais exacta arrumação dos sectores reaccionários, que em 1975 não haviam ousado mostrar a própria cara e haviam votado «útil» no PS e no PPD, partidos do governo.

Mesmo assim, o CDS ficou muito longe do resultado que anunciara aos quatro ventos. Nem as «sondagens» nem a «intuição política» de Freitas do Amaral confirmaram o triplo dos votos e a vitória certa. O PPD, pela sua parte, perdeu 200 000 votos.

Trata-se de uma derrota dos partidos reaccionários e de toda a reacção. Votando contra o CDS e o PPD, o povo votou contra a CAP, contra a CIP, contra o ELP e o MDLP ⁽²⁹¹⁾, contra as forças reaccionárias amplamente conhecidas como tal.

Inversamente, o PS e o PCP em conjunto tiveram mais meio milhão de votos do que o CDS e o PPD e mais 32 lugares do que estes partidos na Assembleia. O PS pagou é certo a sua política direita e de alianças à direita com a perda de 260 000 votos. Em vez dos 40% a 42% que anunciava ficou em 35%. Entretanto, socialistas e comunistas, em conjunto, ficaram tendo 147 lugares, ou seja a maioria.

O reforço do PCP foi a todos os títulos notável, sendo dos partidos no governo o único que melhorou as suas posições ⁽²⁹²⁾.

Em três aspectos fundamentais se traduziu o reforço do Partido:

Primeiro: o aumento do número de votos, de percentagem e de lugares.

Apesar do maior número de abstenções, o PCP obteve um total de 785 620 votos (não incluindo emigrantes) em comparação com os 709 659 obtidos nas eleições para a Constituinte, ou seja o aumento de 76 000 votos e a subida da percentagem de 12,5% para 14,6% — e não os 8% que Mário Soares anunciava nos EUA (21-2-1976 ⁽²⁹³⁾). Enquanto PS e PPD perderam lugares na Assembleia da República em comparação com a Assembleia Constituinte, o PCP passou de 30 para 40 lugares.

Segundo: a votação maciça nas zonas da Reforma Agrária.

Enquanto o PS perdeu nos distritos de Beja, Évora e Portalegre 32 000 votos, o PCP aumentou os votos e a percentagem, obtendo em Beja e Évora respectivamente 44% e 43% do total do eleitorado.

O PCP obteve mais de metade absoluta dos votos nos concelhos rurais de Aljustrel, Castro Verde e Cuba, no distrito de Beja; Alandroal, Arraiolos, Montemor-o-Novo e Portel, no distrito de Évora; Grândola e Sines, no distrito de Setúbal; e Alpiarça, no distrito de Santarém.

Além destes concelhos, o PCP alcançou maioria absoluta em 41 freguesias na zona da Reforma Agrária. Couço, com três votos do PCP em cada quatro eleitores, foi a freguesia com mais alta votação comunista.

O PCP passou à frente do PS em numerosos concelhos, nos quais tivera menos votos nas eleições para a Assembleia Constituinte.

Como resultado, foram eleitos para a Assembleia da República 9 deputados comunistas no total de 17 pelo distrito de Setúbal; 4 no total de 6 pelo distrito de Évora; 4 no total de 6 pelo distrito de Beja; e ainda 14 pelo distrito de Lisboa; 3 pelo distrito do Porto; 2 pelo de Santarém e 1 por cada um dos seguintes distritos: Coimbra, Faro, Leiria, Portalegre.

As grandes votações no PCP no Alentejo, Ribatejo e concelhos rurais do distrito de Setúbal constituíram uma extraordinária vitória política e uma afirmação da decisão de os trabalhadores defenderem e levarem para diante a Reforma Agrária, tendo na sua vanguarda o Partido Comunista Português.

Terceiro: o aumento de votos nos centros industriais.

No distrito industrial de Setúbal foi onde se registou um êxito mais espectacular. O aumento de quase 20 000 votos, a percentagem total de 45%, a eleição de 9 deputados, a maioria absoluta alcançada nos concelhos do Barreiro e Moita, são testemunho da profunda implantação do Partido Comunista na classe operária.

O mesmo se conclui das altas votações com significativo progresso na cintura industrial de Lisboa, na Marinha Grande, na Covilhã e Tortosendo, em Peniche, em Viana do Castelo, nos distritos do Porto, Braga e Aveiro e em diversos centros urbanos como Coimbra ⁽²⁹⁴⁾.

Os esquerdistas, mais uma vez revelaram o seu papel divisionista e desagregador, utilizando largamente os meios de comunicação social. Toda a sua campanha foi um mar de calúnias e provocações das mais vis contra o PCP. Nas vésperas das eleições, o PRP (BR) fez um apelo à abstenção,

à abstenção da esquerda, o que, a ser seguido, teria tido como resultado o triunfo da reacção e a formação de um governo CDS-PPD. Os resultados do divisionismo expressaram-se ainda no facto de que mais de 150 000 votos se dispersaram por variados candidatos de grupos esquerdistas, levando no conjunto à Assembleia apenas um deputado.

As eleições revelaram que a opinião política portuguesa está dividida em dois campos políticos: o campo da reacção, traduzido na Assembleia pelo CDS-PPD; e o campo da democracia, traduzido na Assembleia pelo PCP e PS.

A derrota do CDS e do PPD teve como efeito imediato a contenção da ofensiva reaccionária que se desenvolvia e a consolidação das forças democráticas e progressistas, incluindo as forças armadas.

As grandes votações no PCP na zona da Reforma Agrária e em centros industriais criaram condições mais favoráveis para a defesa e consolidação das conquistas da Revolução.

A eleição de uma folgada maioria de socialistas e comunistas na Assembleia criou as condições básicas para a formação de uma real maioria política democrática na Assembleia e para a formação, nessa base, de um governo de esquerda.

Foi por isso que a reacção procurou reagrupar politicamente os partidos não tendo em conta o sentido da votação popular. Foi por isso que Freitas do Amaral falou na «grande coligação democrática» CDS-PPD-PS, na base da plataforma do anticomunismo.

Não tendo conseguido que as eleições para a Assembleia fossem simultâneas das eleições para a Presidência da República ⁽²⁹⁵⁾, a reacção procurou recuperar o terreno e refazer-se, nas eleições presidenciais, da derrota sofrida nas eleições para a Assembleia.

4. As eleições Presidenciais

O significado, características e processo das eleições para a Presidência da República têm de compreender-se à luz de três considerações fundamentais.

A primeira é que, como resultado do próprio processo da Revolução portuguesa, no regime democrático consagrado na Constituição, as forças armadas desempenham, a par das instituições resultantes do sufrágio, um papel de primeiro plano nos órgãos de soberania.

A segunda é que as eleições para a Presidência da República se inserem num sistema de órgãos do poder em que o Presidente é ao mesmo tempo Presidente do Conselho da Revolução e Comandante Supremo das Forças Armadas.

A terceira é que, no regime democrático agora institucionalizado, o jogo efectivo de forças, designadamente no plano militar, continua a intervir e em muitos casos a decidir.

O Presidente da República é eleito por sufrágio universal. Deve porém ter-se a ideia exacta de que, nas condições actuais, se acaso o sufrágio elegeisse um Presidente que não tivesse aceitação nem do Conselho da Revolução, nem das forças armadas, seria muito difícil evitar uma acção militar directa ou indirecta contra o presidente eleito. Tendo em conta os candidatos que se apresentaram, esta observação é tão válida em relação a Octávio Pato como em relação a Otelio Saraiva de Carvalho.

Isto explica por que, muito antes das eleições, o PCP afirmou ser desejável a apresentação de um candidato militar que o próprio Conselho da Revolução considerasse ser indicado para seu Presidente e que pudesse ter o apoio tanto das estruturas fundamentais político-militares e militares, como das forças democráticas, designadamente do PCP e do PS.

A posição e decisões do PCP acerca das eleições presidenciais foram determinadas, não por objectivos circunstanciais, mas por uma orientação e estratégia gerais que tinham em conta, não só as eleições presidenciais, como toda a situação política e todo o desenvolvimento do processo democrático ⁽²⁹⁶⁾.

Desde o momento que se tornou claro que o Conselho da Revolução, seja para não se sobrepor ao sufrágio, seja pela dificuldade de uma opinião unânime, não quis ou não pôde tomar tal atitude, e desde que se tornou conhecido que, contra a expectativa, haveria não só um candidato membro do Conselho da Revolução, mas dois ou três, o Comité Central do Partido entendeu que não devia apoiar nem hostilizar qualquer deles.

Independentemente da opinião acerca de cada um dos candidatos, o apoio ou o combate a qualquer deles não facilitaria, antes prejudicaria seriamente outros objectivos da acção política do Partido: a) contribuir para a consolidação do Conselho da Revolução como órgão de soberania garante do regime democrático; b) contribuir para a unificação nas forças armadas de todos os que tomam como plataforma o respeito e o cumprimento da Constituição; c) contribuir para que se mantenha a possibilidade de cooperação do povo com as forças armadas e com as mais altas instâncias político-militares: Presidente da República e Conselho da Revolução.

Desde o 25 de Abril, em todas as circunstâncias, a reacção, secundada pelos esquerdistas pseudo-revolucionários, tem procurado criar uma brecha, um conflito e um confronto entre o PCP e as forças armadas. Através de invenções, calúnias e intrigas instigam por um lado as forças armadas contra o PCP. Através da demagogia ultra-revolucionária procuram por outro lado pressionar o Partido contra as forças armadas.

Este esquema foi novamente utilizado nas recentes eleições presidenciais, procurando, tanto a reacção como os esquerdistas, que o PCP passasse ao ataque contra os candidatos militares membros do Conselho da Revolução, particularmente contra o general Ramalho Eanes, que tinha mais probabilidades de vencer, a fim de produzir uma ruptura e um conflito entre o PCP e o movimento operário e popular de um lado e a Presidência, o Conselho da Revolução e as forças armadas do outro. A política do Partido tem feito sempre fracassar estes propósitos.

Além destas considerações que determinaram a posição do PCP, outras impediriam em qualquer caso posição diferente. Uma, o apoio que a candidatura do general recebeu e aceitou dos partidos e forças reaccionárias e de grupos provocatórios — CDS, PPD, CAP, CIP, MRPP, AOC, PCP (m-l). Outra, a falta de quaisquer apoios políticos e a indeterminação de objectivos da candidatura do almirante Pinheiro de Azevedo.

A candidatura do major Otelo, lançada por grupos aventureiristas, que tão grandes responsabilidades tiveram na derrota da Esquerda militar, teve um papel muito negativo nas eleições. Esta candidatura dirigiu-se fundamentalmente contra o PCP, procurou fundamentalmente (nas próprias palavras dos seus promotores) «minar a base de apoio do PCP»⁽²⁹⁷⁾. No plano político significou o relançamento da tática aventureirista, da política de contestação e de divisão de militares, da desorganização do movimento operário e popular. A candidatura não tinha como objectivo (absurdo) levar Otelo a Belém (essa foi uma das grandes ilusões semeadas), mas criar as condições para o reforço dos partidos esquerdistas, anticomunistas, após as eleições.

A reacção compreendeu tão bem as vantagens que tinha para ela esta candidatura que manifestou abertamente o seu regozijo.

Na Conferência de Imprensa dada pelo camarada Octávio Pato logo depois das eleições, alguns jornalistas reaccionários contestaram que alguma vez a imprensa da direita tivesse manifestado alegria pela candidatura de Otelo. A «documentação» não estava ali em cima da mesa e houve quem risse por essa falta. Mas o último a rir é quem rirá mais. E a «documentação» é concludente.

O Tempo chamava a Otelo «uma resposta ao conformismo⁽²⁹⁸⁾ do PCP», «aquele que mais tem despertado a curiosidade popular» (10-6-1976), a «bandeira de um projecto revolucionário» (17-6-1976). O Século elogiava em Otelo «três dias de luta pela unidade do povo trabalhador» e elogiava igualmente simpatizantes do PCP que «tinham o destemor de aplaudir muitas passagens do discurso do Otelo» (15-6-1976). O Dia reproduzia a falsa notícia do apoio de Vasco Gonçalves (17-6-1976). O Expresso dizia que «Otelo já encarna uma alternativa esperançosa⁽²⁹⁹⁾» (19-6-1976). O Rossio chamava-lhe «o líder político da Oposição» (7-7-1976). A Rua, mais explícita, gritava que «é preciso diminuir o PC», e fazia abertos elogios ao papel divisionista da candidatura que «dividindo a extrema-esquerda diminui evidentemente o PC». «Serve⁽³⁰⁰⁾ para isso», esclarecia (24-6-1976)!

É evidente que, se o PCP não tivesse apresentado candidato, o esquerdismo apareceria isolado no combate às forças reaccionárias (embora objectivamente aliado a elas), apareceria como o único sector a apresentar uma perspectiva diferente da que era apoiada pelo CDS-PPD-PS, teria campo livre para enganar as massas e poderia causar prejuízos ainda mais profundos ao processo democrático.

Nas condições criadas, se o PCP não tivesse apresentado uma candidatura e não tivesse desenvolvido uma ampla e vigorosa campanha,

mais amplas massas e mais vastos sectores, inclusive no próprio Partido, teriam sofrido uma profunda desorientação de imprevisíveis e funestas consequências.

Em condições extremamente complexas, remando contra a corrente, era indispensável travar essa batalha, mesmo à custa de um insucesso eleitoral. Não o fazer, seria colocar o movimento operário e popular a reboque dos militares, de pequeno-burgueses e de aventureiros esquerdistas. Seria a demissão não apenas do PCP, mas do movimento operário e popular como movimento autónomo e independente.

A candidatura de Octávio Pato não teve só em vista responder a uma necessidade imediata. Teve em vista assegurar a acção futura.

Por tudo isso o Comité Central considerou indispensável que o PCP promovesse uma candidatura, a fim de conduzir uma grande batalha política de esclarecimento, a fim de mobilizar amplas massas em defesa das conquistas da Revolução e manter o movimento operário na justa perspectiva da consolidação e prosseguimento da democracia portuguesa.

A candidatura comunista permitiu levar a cabo uma grande campanha de esclarecimento do próprio Partido, manter a sua coesão e combatividade.

Os resultados comprovaram que nas eleições presidenciais predominaram as preocupações de ordem militar. Os votos nos candidatos não corresponderam aos votos dos partidos que os apoiaram.

Houve duas grandes deslocações de votos.

A primeira foi de mais de um milhão de eleitores que tinham votado no PS, PPD e CDS nas eleições para a Assembleia e que não votaram no candidato apoiado pelos três partidos.

É de admitir que cerca de 700 mil votos tenham ido para o almirante Pinheiro de Azevedo, 200 mil para Otelo e 100 mil para abstenções.

Esta deslocação teve duas causas contrárias e contraditórias. Por um lado, eleitores reaccionários que, não vendo no general Eanes o seu candidato, foram atraídos pela atitude do almirante em relação à NATO e pela sua hostilidade para com militares democratas que haviam apoiado a candidatura do general. Por outro lado, eleitores democratas, que recearam a candidatura do general e a aliança do PS com o CDS, o PPD e outras forças reaccionárias e procuravam, ou no almirante ou em Otelo Saraiva de Carvalho, um voto à esquerda, tendo ainda presente a sua imagem dos anos anteriores.

Como era de prever, os partidos que apoiaram a candidatura do general Eanes, com vistas a depois apresentarem a conta em Belém, vieram a afirmar que o seu eleitorado correspondeu ao apelo do próprio partido, mas que o dos outros faltou. O PPD acusou disso o PS e o PS acusou o PPD. Não oferece dúvida que centenas de milhares de anteriores eleitores do PS votaram noutros candidatos. Mas o CDS e o PPD não estão em condições para fazer críticas. Se se admite que 300 mil votos do PS tenham ido para o almirante e 200 mil para o major Otelo, tem de admitir-se que cerca de 400 mil antigos eleitores do CDS e do PPD tenham também votado no almirante.

No seu significado geral, a deslocação de votos do PS traduz um descontentamento com a política direita da direcção do PS e uma guinada à esquerda do seu eleitorado. O facto de que a soma dos votos em Octávio Pato e Otelo excede em 200 mil o número do eleitorado que, nas eleições para a Assembleia, havia votado nos partidos e grupos que apoiaram estas candidaturas, é disso uma prova.

A segunda grande deslocação de votos foi a de cerca de 400 mil eleitores que haviam votado no PCP nas eleições para a Assembleia da República e que votaram em Otelo.

Como o CC, na sua reunião de 5 de Julho ⁽³⁰¹⁾, já sublinhou, as causas principais dessa deslocação foram: a) a ideia largamente espalhada de que uma vitória de Eanes significaria o fascismo, que o perigo só poderia ser conjurado por meios militares e que Otelo poderia dispor de tais meios; b) a ideia de que Octávio Pato por ser comunista e ser civil não poderia em nenhum caso ser eleito presidente e que Otelo poderia sê-lo, aparecendo por isso o voto em Otelo como o «voto útil»; c) a identificação do 25 de Abril com Otelo e a ideia de que a vitória de qualquer dos outros candidatos militares seria a morte do 25 de Abril.

As causas eram conhecidas antes das eleições, e na Direcção do Partido admitia-se já como certo que grande número dos que haviam votado no PCP (embora não tão alto como se verificou), votariam no major Otelo. Entretanto, sobretudo nos últimos dias da campanha, as informações, opiniões e previsões de grande parte dos organismos responsáveis do Partido, por demasiado optimistas, traduziram uma deficiente avaliação das disposições de amplas massas e acentuado subjectivismo.

Esta deslocação de votos foi geral em todo o País, mesmo em localidades onde é muito forte a influência do Partido. Algumas excepções não alteram o quadro geral.

Em face dos resultados, três aspectos de orientação do Partido têm dado lugar a interrogações.

Primeiro: Não teria sido preferível abstermo-nos de intervir na campanha eleitoral?

Não. Como atrás fica dito, seria uma catastrófica demissão do Partido de que poderia resultar uma séria desorientação nas próprias fileiras e diminuição da capacidade de intervenção na vida política nacional.

Segundo: Julgando-se necessário apresentar uma candidatura civil não teria sido preferível promover ou favorecer a apresentação de um candidato antifascista não comunista?

Não. Uma tal candidatura, cuja eventualidade foi aliás atentamente considerada pelo CC, não teria a vantagem de permitir conduzir a campanha política que se impunha: com a análise, as opiniões e as perspectivas do nosso próprio Partido.

Terceiro: Tendo-se feito a campanha, não teria sido melhor desistir antes do acto eleitoral, sobretudo se se tivesse previsto a deslocação de votos que se veio a verificar?

O CC examinou também essa eventualidade. Se à última hora se tivesse desistido, seriam inevitáveis duas consequências. A primeira: o Partido teria ficado desorientado, com a sua confiança diminuída, completamente desmobilizado para a luta após as eleições presidenciais. A segunda: mais votos iriam para o major Otelo, parecendo uma aprovação pelo PCP da orientação da sua candidatura e dando razão aparente aos grupos divisionistas que o apoiaram e aparecem a querer liderar o movimento popular.

As deslocações do eleitorado mostraram como ainda são relativamente frágeis as posições dos partidos em amplas massas e como continua a ser movediça e susceptível de receber súbitas influências a opinião de vastos sectores.

A questão que se coloca é a de saber se essas deslocações são recuperáveis pelos partidos ou se se confirmaram em direcções políticas diversas. No que respeita aos eleitores do nosso Partido, numerosos factos indicam que, tendo votado no major Otelo nas presidenciais, de futuro continuarão a votar no Partido. Entretanto, esta questão necessita de exame aprofundado por todas as organizações, pois a experiência mostra que há muitas deficiências no conhecimento do estado de espírito de amplas massas.

Se a campanha do Partido conseguiu alguns dos seus objectivos (esclarecimento de amplas massas, manter coeso o Partido, etc.) não conseguiu a forte votação que seria necessária para influir na formação do governo após as eleições presidenciais.

Na campanha foi advertido de que, nesse sentido, o voto em Octávio Pato era o voto «útil». Indo atrás da miragem de uma vitória de Otelo que tudo resolvesse e assegurasse, centenas de milhares de eleitores viram depois o logro em que caíram.

Quem saudou a elevada votação em Otelo, não foram as massas trabalhadoras. Essas sentiram-se ludibriadas com a falsa ameaça da iminência do fascismo e com a promessa de uma vitória que não se concretizou. Quem exultou com os votos em Otelo foi a direita reaccionária. «[...] é positiva a deslocação de votos para Otelo — diz Sá Carneiro — que representa a opção por um presidente não comunista. [...] O voto em Otelo não me parece ser um voto sectário (!) e portanto irrecuperável (!) para a democracia política. [...] Otelo e os seus apoiantes [...] a curto prazo terão que ceder passo ao realismo político, o que [...] poderia reforçar grandemente o bloco social de apoio ao [...] projecto de democracia política pluralista!»⁽³⁰²⁾ (Rossio, 14-7-1976.)

Estas palavras de Sá Carneiro mostram bem a quem serviu no fim de contas a deslocação de votos do PCP.

Por isso muitos que votaram em Otelo se dirigem ao Partido com sentimento de culpa, e com a consciência de um erro que cometeram e que, no fim de contas, só favoreceu a direita.

Quanto às incidências do resultado das eleições, o resultado mostra que foi justa a posição do PCP.

Remando contra a corrente alarmista em torno do que poderia significar a vitória do general Eanes, o PCP manteve a posição responsável e

calma que a situação exigia. Os acontecimentos até hoje estão comprovando como foi correcta e necessária a atitude de não ter apoiado nem hostilizado. Correcta, não por considerações oportunistas, mas por corresponder à verdade das situações, das possibilidades e das perspectivas.

O Partido definiu antes do acto eleitoral a sua conduta futura. Registrando as declarações do general Eanes no sentido de respeitar e fazer respeitar a Constituição, o PCP declarou apoiar as decisões e atitudes que correspondessem a esse declarado propósito e criticar o que dele se afastasse.

O Partido insistiu na necessidade dos contactos regulares e da cooperação do movimento operário e popular e do PCP com os órgãos político-militares, designadamente com o Presidente da República e o Conselho da Revolução. Salvo sérias alterações na situação política, esta atitude é a única que serve os interesses dos trabalhadores, a defesa das conquistas da Revolução, a construção da democracia.

A vida mostrará que aqueles que apoiaram Eanes contra Pinheiro de Azevedo, como antes haviam apoiado Pinheiro de Azevedo contra Costa Gomes e Costa Gomes contra Vasco Gonçalves, apoiarão um dia um general X contra Eanes, se, como esperamos, o novo Presidente cumprir o compromisso assumido perante o povo português ⁽³⁰³⁾. Mostrará também que será o povo a apoiá-lo nas atitudes e medidas que venha a tomar em defesa das liberdades e para construção da democracia no caminho do socialismo.

5. Governo PS apoiado pela direita

Antes e durante a campanha eleitoral para a Assembleia da República, Mário Soares anunciava (como vimos) que a sua pretensão de constituir um governo sozinho resultava da confiança em que o PS obtivesse «entre 40% e 42% dos votos nas próximas eleições, o que permitiria obter a maioria absoluta na Assembleia da República e formar sozinho o governo» (declarações à agência húngara MTI, 13-4-1976 ⁽³⁰⁴⁾). O secretário-geral do PS estava tão seguro de tal vitória que afirmava que «se o PS tiver uma votação menor do que aquela que teve nas últimas eleições, portanto se ficar abaixo de 38%, nós consideramos que o povo português tem dúvidas e não nos quer dar um mandato para governarmos» (O Jornal, 20-2-1976).

O PS nem aumentou os votos, nem a percentagem. Perdeu quase 300 000 votos e passou de 38% para 35%. Viu-se, nas próprias palavras de Mário Soares, que o povo português «teve dúvidas», que não «quis dar ao PS o mandato para governar». Entretanto, desmentindo as suas afirmações anteriores acerca do respeito pelo sentido do voto, os dirigentes do PS insistiram em constituir sozinhos o governo.

Trata-se de um governo minoritário de um partido que muitas vezes gritou contra os governos minoritários. De um governo de monopólio partidário de um partido que insiste em afirmar que defende o pluralismo.

De um governo sem apoio na classe trabalhadora e nas massas populares que lhe permita enfrentar e resolver as questões essenciais que o País defronta.

A formação deste governo não respeita a vontade dos portugueses expressa nas eleições, ao derrotarem os partidos reaccionários e ao elegerem uma maioria de deputados socialistas e comunistas, que poderia dar uma base para a formação de um governo de esquerda.

A formação de um governo do PS sozinho não foi pois uma solução democrática, tanto pelo facto de ser o governo de uma minoria, como pelo facto de desrespeitar o sentido geral da votação popular.

Este carácter antidemocrático acentua-se pelas estranhas concepções de pluralismo expressas por dirigentes do PS no debate do Programa do Governo na Assembleia. O PS seria o único partido constitucional com direito a governar e o Programa do Governo, correspondendo à Constituição, deixaria de ser de um partido para se tornar «nacional»! Assim o campeão do pluralismo justificaria o seu poder monopolista.

Antes das eleições, o PCP preveniu claramente que o PS não iria alcançar os 40% ou 42% de votos que anunciava, que iria perder votos ⁽³⁰⁵⁾, que não teria maioria na Assembleia, que não poderia governar sozinho sem o apoio de outros partidos.

Uma vez que o PS se recusava a uma aliança com o PCP e à formação de um governo de esquerda, a formação de um governo minoritário PS, como numerosas vezes o PCP insistiu, só era possível com o acordo expresso ou tácito do PPD ou do CDS, ou dos dois. É evidente que o PS nunca apareceria na Assembleia com o governo constituído e empossado e com todo um trabalho e programa elaborado sem saber previamente que tinha assegurado o apoio do PPD ou do CDS.

Encontros entre os dirigentes do PS e do PPD e do CDS, declarações destes últimos, afirmações de Mário Soares segundo as quais os partidos reaccionários são «democráticos» e o PCP o não é, indicavam claramente que, salvadas as aparências, Mário Soares estava decidido a fazer alianças e concessões à direita, ao CDS e ao PPD, para que estes apoiassem o seu governo.

Para que o PPD e o CDS dessem o seu apoio isso significaria evidentemente que o governo do PS dava a estes partidos certas garantias de uma política de recuperação capitalista.

Os acontecimentos comprovaram também nestes aspectos as prevenções do PCP. Mário Soares disse que não constituiria governo se tivesse menos de 40% de votos. E constituiu. Disse que não procurava apoios à direita. E procurou-os. Disse que apresentaria um programa de esquerda. Mas o apoio que lhe dá a direita reaccionária desvenda, melhor do que as formulações gerais do Programa, o que este pode significar na prática.

Pode quase dizer-se que o governo do PS sozinho começou nos últimos dias do VI Governo Provisório, quando os ministros do PS, dominando o governo de parceria com o PPD ⁽⁷⁹⁾, fizeram aprovar uma série de decretos e

medidas antipopulares, para que o odioso não viesse a cair no novo governo a formar. Foi o aumento vertiginoso dos preços ⁽³⁰⁶⁾. Foi o agravamento dos impostos profissional, complementar, de capitais, de selo e da contribuição industrial ⁽³⁰⁷⁾ — reduzindo a progressividade e beneficiando relativamente os altos lucros e rendimentos. Foi a lei do controlo operário, que não chegou a ser promulgada mas que mostra a intenção de pôr em causa essa grande conquista dos trabalhadores ⁽³⁰⁸⁾.

O Programa do Governo PS contém muitas formulações gerais aceitáveis. Mas, tanto pelo seu carácter demasiado geral e equívoco, como pelas afirmações que o acompanharam e pela falta de resposta clara a numerosas questões colocadas pelos deputados do PCP, confirma que este governo não constitui uma solução democrática que corresponda aos interesses das grandes massas laboriosas e da democracia portuguesa ⁽³⁰⁹⁾.

Nada de admirar que Sousa Franco do PPD tenha afirmado que o Programa era «um passo em frente» ⁽³¹⁰⁾ (em direcção ao PPD e ao capitalismo naturalmente) e que Freitas do Amaral, que já no II Congresso do CDS (23/25-7-1976) afirmara que a linha do PS não era mais que o seguimento tardio das análises, consignas e objectivos do CDS, tenha podido afirmar que algumas passagens do Programa do Governo PS foram copiadas do Programa do CDS e que este tinha portanto direito a reclamar «direitos de autor» ⁽³¹¹⁾.

Em quatro aspectos fundamentais, o Programa do Governo PS e as afirmações, comentários e prática política dos dirigentes socialistas mostram que o governo não pretende dar nem vai dar a solução democrática e progressista aos problemas fundamentais que o País defronta na situação actual.

O primeiro aspecto reside nos projectos de recuperação económica.

Tanto pelo programa como pelas declarações do Primeiro-Ministro e de Ministros e deputados socialistas fica completamente claro que o governo se propõe provocar a reanimação económica através do agravamento da exploração e das condições de vida dos trabalhadores. Nas palavras dos dirigentes do PS, assim como nas dos do CDS e do PPD, as grandes dificuldades da economia portuguesa não foram provocadas pela sabotagem do patronato reaccionário, pela política económica PPD-PS no governo, pelo esbanjamento de recursos, pela chantagem económica do imperialismo, mas pelos trabalhadores e pelos comunistas.

Os trabalhadores são, evidentemente, acusados por estes porta-vozes dos interesses da burguesia, dos interesses do capital. Todos os males estariam na «explosão reivindicativa», nos salários demasiado altos e nos lucros demasiado baixos.

Torna-se evidente que o governo tem como preocupação fundamental, não ganhar a confiança dos trabalhadores, mas ganhar a confiança dos capitalistas.

O estabelecimento de uma «norma nacional», consignando um nível global de aumento de rendimentos salariais, a fixação de níveis máximos de aumento individual, a admissão da dilatação dos leques salariais, a par

de uma política de «preços reais» e do aumento dos impostos (designadamente de transacções) mostram que o governo irá lançar uma ofensiva antioperária e antipopular, procurando que os trabalhadores paguem o preço da estabilização financeira e da reanimação económica.

O governo PS anunciou no vago muitos projectos, muitos planos, mas não disse onde vai buscar os recursos, a não ser a empréstimos externos, que se forem concedidos continuarão a pagar consumos correntes, arrastando Portugal para a insolvência e soldando mais fortemente os laços de dependência do imperialismo.

O segundo aspecto do Programa do Governo que mostra que não dará uma solução democrática aos problemas é a sua posição em relação às grandes conquistas da Revolução.

Nas formulações gerais, o governo declara o seu propósito de defender estas conquistas. Mas muitas das ideias expostas e das linhas de orientação anunciadas desmentem tal propósito.

No que respeita às nacionalizações, a teoria da «coexistência concorrencial» entre o sector público e o sector privado, a ideia de «pôr à prova» o sector público para ver se sim ou não justifica a sua existência e o seu papel na economia nacional, os critérios da eficiência e da rentabilidade como determinantes para decidir de eventuais desnacionalizações, deixam a porta aberta a todos os planos de recuperação capitalista.

No que respeita às empresas onde houve intervenção do Estado e aquelas onde existe o controlo operário e a gestão pelos trabalhadores, os ataques à «incompetência» dos trabalhadores, os apelos à iniciativa privada, a preocupação de reconquistar a confiança dos capitalistas, o plano de fazer regressar e reintegrar nas empresas técnicos que fugiram do País ao serviço dos grupos monopolistas, a prática recente dos Ministros do PS no VI Governo no sentido de tornar impossível a acção dos trabalhadores e de entregar empresas aos antigos patrões, a lei sobre o controlo operário proposta e aprovada pelo VI Governo sob proposta e insistência do PS, as referências do ministro do Trabalho ao «controlo anárquico, à vontade e espontâneo» ⁽³¹²⁾, mostra que o governo irá seguir uma política de limitação e se possível de liquidação do controlo operário e de recuperação capitalista nesses sectores.

No que respeita à Reforma Agrária, embora o governo do PS declare o seu projecto de defendê-la, a sua linha de dificuldade de créditos às cooperativas e herdades colectivas, de desintegração de herdades, do exercício do direito de reserva sem ter em conta a sobrevivência das novas explorações, de tentativas de controlo dirigista e burocrático pelos CRRAs e organismos governamentais controlados por inimigos da Reforma Agrária, mostram que o governo não dá garantias de defender, consolidar e prosseguir a Reforma Agrária.

Toda esta política de recuperação capitalista e agrária, de estabilização económica à custa do agravamento das condições de vida dos trabalhadores, encontrará firme resistência de massas.

O terceiro aspecto do Programa do Governo que mostra que não irá dar uma solução democrática aos problemas é o que respeita às liberdades e direitos dos cidadãos.

Os constantes ataques do Primeiro-Ministro e de deputados socialistas contra os trabalhadores, como se fossem os trabalhadores os inimigos das liberdades; as acusações a formas de luta dos trabalhadores em contraste com a condescendência para com o terrorismo fascista; o anúncio da revisão da lei da greve; o anúncio da revisão da lei sindical acompanhado de furiosos ataques ao movimento sindical dos trabalhadores; o propósito de regulamentação de formas de organização unitária de base acompanhado da afirmação da «não representatividade» de organismos representativos de dezenas de milhares de trabalhadores; a intenção de liquidar o controlo operário; as violentas acusações às ideias comunistas em confronto com a defesa da publicidade de propaganda fascista embora inconstitucional; soluções para os meios de comunicação social, designadamente a imprensa, que visa o seu prático monopólio pelo partido no poder; a protecção à imprensa regional em termos que pode representar apoio à propaganda reaccionária; o anúncio da criação de um Instituto de Sondagem da Opinião Pública — mostram que o governo projecta seriamente o cerceamento das liberdades e dos direitos dos cidadãos.

Finalmente, o quarto aspecto do Programa do Governo que mostra que a sua política não corresponde aos interesses da democracia portuguesa é a sua política externa.

Em vez de uma política externa de diversificação das relações internacionais de forma a poder consolidar a democracia portuguesa no caminho do socialismo, o governo define uma política de estreitamento da dependência financeira, económica, diplomática e militar em relação aos países do Mercado Comum e dos Estados Unidos.

Tal política externa representa sérios riscos para a democracia portuguesa e para a independência nacional.

O PCP só não apresentou uma moção de rejeição do Programa porque, se a apresentasse, consagraria, numa votação conjunta PS-PPD-CDS contra o PCP, a aliança do PS com a reacção, aparecendo o Partido o responsável por essa aliança, em virtude de não deixar outra alternativa ao PS ⁽³¹³⁾.

Não apresentando uma moção de rejeição, o PCP quis ainda deixar aberta a probabilidade de cooperação de socialistas e comunistas, que, na situação existente, continua a ser decisiva para a defesa da democracia. O grupo parlamentar comunista tornou claro que não tomaria uma orientação que viesse a facilitar um avanço das forças da direita e declarou que não tomaria uma atitude de oposição sistemática. Combateria medidas antipopulares e apoiaria medidas que correspondessem aos interesses dos trabalhadores e da democracia portuguesa.

O discurso final do Primeiro-Ministro no debate da Assembleia da República não só foi um modelo de estreito sectarismo ^(82a) e de primário anticomunismo, como comprova os seus compromissos com a reacção

para uma linha geral antioperária e antipopular do novo governo. O Primeiro-Ministro ficou manifestamente irritado porque o PCP não apresentou uma moção de rejeição (conforme ele esperava), o que lhe permitiria afirmar que uma aproximação com o PCP só não fora possível porque o PCP o não quisera e que a aproximação com o CDS e o PPD resultava apenas da moção de rejeição do PCP.

As primeiras medidas do Governo confirmam uma vez mais as apreensões e preocupações do PCP.

No que respeita às liberdades e direitos dos cidadãos, o Programa do Governo anunciava o fim dos saneamentos por razões ideológicas. Logo para nós pareceu que o objectivo desta disposição não era a cessação dos saneamentos à esquerda, mas a defesa das posições e da reintegração de elementos fascistas reacconários ⁽³¹⁴⁾.

Alguns dirigentes do PS acusaram o nosso Partido de estar a «fazer um processo de intenção». Mas afinal quem falava verdade? No MEIC, o novo Ministro leva a cabo uma odienta vaga de saneamentos à esquerda como jamais se vira, nem talvez no tempo do fascismo: altos e competentes funcionários, reitores universitários, directores-gerais, professores, cuja obra positiva está patente nos próprios factos, são saneados sob a acusação de comunistas ou simpatizantes comunistas, apenas porque não são do PS. Na Rádio e na TV são readmitidos conhecidos reacconários, mas manteve-se a suspensão que culminou no despedimento ilegal de numerosos trabalhadores, apenas por motivos ideológicos ⁽³¹⁵⁾.

O PCP criticou e critica severamente a composição e programa deste governo que não resolve nenhum dos grandes problemas da democracia portuguesa, antes os poderá agravar a curto prazo. Não conduzirá ao melhoramento, mas à pioria das condições de vida dos trabalhadores. Não conduzirá ao restabelecimento económico, mas à deterioração da situação económica e social. Não conduzirá à estabilidade, mas à desestabilização. Não conduzirá ao reforço da vida democrática, mas ao uso e abuso das medidas administrativas e de restrições às liberdades.

Certas declarações de dirigentes socialistas são de molde a pensar que, à falta de apoio de massas, encaram a repressão como forma de obrigar à aceitação da sua política. O PCP advertiu dos perigos da formação de um governo do PS sozinho e do seu previsível fracasso ⁽³¹⁶⁾, por dar à reacção o argumento da inviabilidade de um regime de partidos e da necessidade de um governo de força. Quando, respondendo a esta advertência, Mário Soares diz que se trata de «uma ameaça de provocar um regresso ao fascismo» (!!!) e que o PCP tem «saudades da clandestinidade» (Portugal Socialista, 3-6-1976) ⁽³¹⁷⁾ não é positivamente uma mentalidade democrática ou liberal que se expressa nestas palavras.

A posição do PCP em relação ao governo foi definida com clareza. Mantemo-la sem alteração.

Por um lado, lutaremos contra todas as medidas que atingem os interesses dos trabalhadores, as conquistas da Revolução, as liberdades

democráticas. Mobilizaremos as massas para essa luta. Utilizaremos para o efeito os direitos e as liberdades consagrados na Constituição. Não cedemos às ameaças nem à chantagem que os dirigentes do PS e o governo começaram já a fazer dizendo que, se o PCP lutar contra a política do governo, «será a prova de que o P[artido] C[omunista] não quer respeitar o jogo da democracia» (Mário Soares à UPI, Diário de Notícias, 19-6-1976) — como se o jogo da democracia não desse precisamente o direito aos partidos de lutar dentro do estabelecido na Constituição democrática!

Parece que certos dirigentes do PS entendem que é democrata quem apoie o governo PS, e não é democrata quem discorde da política do PS.

Por outro lado, tomaremos uma posição construtiva na Assembleia e apoiaremos quaisquer medidas positivas que o governo eventualmente proponha ou tome.

A previsível política do PS obrigará os trabalhadores a uma luta firme em defesa dos interesses e direitos das conquistas da Revolução, das liberdades democráticas. Os trabalhadores estão prontos a aceitar sacrifícios e a apoiar um governo que siga uma política democrática, progressista e que corresponda às aspirações profundas do povo português.

Mas não apoiarão um governo cuja política seja de recuperação capitalista, agrária e imperialista. Uma tal política, no regime democrático português, está condenada à derrota.

A formação deste governo do PS sozinho oferece perigos reais para a democracia. As possibilidades de ele resolver os problemas que Portugal defronta são tão poucas que mais do que o I Governo Constitucional mais parece um VII Governo Provisório. Governo minoritário pretensamente de esquerda mas apoiado provisoriamente pela direita, aumenta os factores de incerteza e os perigos na vida política portuguesa. Por isso, mal acaba de formar-se, já se discute a alternativa.

6. Autonomia e integridade territorial

A Constituição está em vigor. Um novo regime democrático foi institucionalizado. Mas, nos Açores e na Madeira, mais ainda do que em vários distritos do Continente, persiste uma situação antidemocrática, inconstitucional, perigosa para o novo regime e para a integridade territorial do País.

A Constituição é clara ao estabelecer que «A autonomia político-administrativa regional não afecta a integridade da soberania do Estado e exerce-se no quadro da Constituição» (art. 227, n.º 3).

A situação existente não é porém conforme com estas normas da Lei fundamental do País.

O caso dos Açores e da Madeira ilustra o conhecido facto de que a grande burguesia sobrepõe os seus interesses egoístas de classe aos interesses nacionais, de que, para defesa dos seus privilégios, está pronta a trair a sua própria pátria.

Duas características tem a reacção nos Açores e na Madeira: ser fascista e ser antinacional.

O carácter fascista aparece na instauração de um poder local que impede o exercício das liberdades, que instala um clima de ódio e intolerância, que sufoca a discordância e a Oposição com a violência e o terrorismo.

O PCP, a força mais consequente na defesa das liberdades e da independência nacional, continuou a ser, depois do 25 de Abril, o alvo principal dos ataques fascistas.

Nos Açores, a 17 de Agosto de 1975, em coordenação com a ofensiva contra-revolucionária no Continente, os fascistas levaram a cabo o assalto e incêndio total do Centro de Trabalho em Angra, assim como o assalto e destruição de outras sedes de partidos de esquerda e do jornal O Trabalhador. A 18, foi destruído o Centro de Trabalho de Ponta Delgada. A 19, a Junta Regional, oficializando o poder local fascista, obrigou a encerrar o Centro de Trabalho da Horta (logo depois assaltado e destruído) e expulsou dos Açores os mais activos militantes da Partido. Em alguns distritos do Continente existe uma situação antidemocrática, mas não é oficialmente reconhecida. Nos Açores, assistiu-se, com a decisão expressa das autoridades militares, à instauração de uma ditadura reaccionária e à clandestinização de um partido legalmente constituído e então representado no governo.

Na Madeira, embora sem os extremos utilizados pela reacção açoriana, também se instaurou um clima de ódio e perseguições, também militantes do PCP foram alvo de violências e agressões, também houve atentados, raptos e bombas, também reuniões foram violentamente invadidas e centros assaltados ⁽³¹⁸⁾.

Os esquerdistas, como no resto do território, são os aliados da reacção. Na Madeira, o líder reaccionário A. Jardim vai ao ponto de fazer simultaneamente a defesa da UDP e o ataque violento ao PCP (O Dia, depois das eleições). A reacção sabe bem quem a serve e quem a combate.

Durante os dois primeiros anos após o 25 de Abril, só o PCP levantou a voz contra esta situação antidemocrática. Os dirigentes do PS achavam tudo «democrático» e «normal». Falando seis meses depois de terem sido oficialmente proibidas nos Açores as actividades do PCP, Mário Soares, numa conferência de imprensa, expressava a sua discordância com as «afirmações várias vezes proferidas por dirigentes comunistas, segundo as quais não existiriam [...] liberdades políticas nos Açores» (O Dia, 4-2-1976). Foi preciso que a reacção lhe tocasse pela porta, boicotando-lhe uma visita, para que viesse então reclamar a garantia do exercício das liberdades e dar razão aos comunistas «uma vez que neste estado de coisas as eleições na Madeira e nos Açores não podem ser livres» (A Capital, 3-4-1976 ⁽³¹⁹⁾).

O certo é que até hoje, salvo pequenas mudanças, continuam a existir nos Arquipélagos poderes reaccionários, agora com a cobertura dos Gover-

nos Regionais, que de facto impedem o exercício das liberdades e direitos consignados na Constituição.

O carácter antinacional das actividades da reacção nos Açores e Madeira traduz-se nas suas posições separatistas.

O separatismo nos Açores e Madeira é a política dos capitalistas, dos grandes proprietários, dos fascistas e reaccionários, para impedir que chegue aos Arquipélagos o 25 de Abril.

A posição que tomam tem o mérito da clareza: se Portugal fosse fascista aceitariam sem discussão que os Açores e Madeira fossem Portugal, mas se Portugal consolida a democracia, actuarão para que os Açores e Madeira, «autodeterminados», «libertados» ou «independentes», se tornem colónias dos Estados Unidos, da Inglaterra ou de quem der mais.

O separatismo é, na sua essência e nas suas manifestações concretas, uma política de traição nacional.

As actividades separatistas nos Açores têm procurado adaptar-se às várias situações, mas mantêm constante e inalterável o propósito de conservar nessa parte de Portugal, qualquer que seja a evolução política no Continente, um regime reaccionário e os privilégios dos grandes capitalistas e agrários, particularmente da burguesia micaelense.

Menos de duas semanas após o 25 de Abril, o MAPA (Movimento para a Autodeterminação do Povo Açoriano) anunciava um programa de separação e «independência». O MAPA desapareceu e deu lugar a outras organizações. Algumas passaram a falar de «autonomia». Mas a política e os fins continuaram os mesmos. A FLA (Frente de Libertação dos Açores), que sucedeu ao MAPA, prosseguiu a linha separatista e os métodos terroristas e criou ou polarizou uma série de grupos, alguns dos quais apoiados nos Estados Unidos: FRA (Frente Revolucionária Açoriana); CAJ (Comité Açoriano da Juventude); CREP (Comité Revolucionário Patriótico); FAIA (Frente de Apoio à Independência dos Açores); FRIA (Frente Revolucionária para a Independência dos Açores) e outros. A FLA conduziu uma histórica campanha anticomunista, organizou violências e manifestações separatistas e, em Ponta Delgada, da varanda do Governo Civil, assaltado e invadido, os fascistas deram vivas à «independência» na própria presença do general Altino.

A política de traição teve nova expressão na formação de um «Governo Provisório» dos Açores, «clandestino», presidido pelo ex-deputado fascista e homem dos americanos José de Almeida, que se dirigiu por escrito ao secretário-geral da ONU (7-7-1975) pedindo para ser reconhecida a independência do Arquipélago.

As actividades separatistas de cunho fascista e antinacional foram particularmente intensas em 1975, durante a crise político-militar, servindo-se da ameaça da independência como chantagem contra uma política de esquerda dos Governos Provisórios.

Com a viragem à direita do VI Governo e depois com o 25 de Novembro, muitos elementos da FLA consideraram poder actuar com mais vantagem abertamente no CDS e no PPD, procurando aproveitar a situação antidemocrática e as «eleições» dignas do Portugal do tempo de Salazar e Caetano, para conquistarem «legalmente» o poder regional.

Desde o seu início, o movimento separatista aparece estreitamente ligado ao imperialismo americano. O programa do MAPA inseria como parte fundamental a conversão dos Açores num campo militar alugado aos Estados Unidos e a outros países da NATO, tornando esse negócio a base dos recursos para os Açores «independentes»! Os grupos separatistas têm bases nos Estados Unidos, recebem fundos americanos, organizam manifestações em Washington, e em Junho de 1975 chegaram a ser recebidos por Kissinger. Agora, com os governos e Assembleias Regionais nas mãos dos separatistas PPD, Carlucci, assistindo às sessões inaugurais, marca a arrogância do imperialismo norte-americano em partes integrantes do território português, que pretende transformar em protectorados.

A formação do Governo Regional dos Açores e da Assembleia Regional é um desafio ao novo regime democrático português.

Primeiro, porque as «eleições» nos Açores são indignas do nome de eleições, uma vez que não está garantido o exercício das liberdades. Nestas condições, não podem ser reconhecidos os resultados das eleições como traduzindo a vontade do povo açoriano.

Segundo, porque ficou à frente do Governo Regional um ex-deputado fascista, Mota Amaral, comprometido com o movimento separatista. Segundo se afirma, fez parte da Comissão de Redacção dos princípios programáticos antiportugueses da FLA.

Terceiro, porque, para os reaccionários do CDS e do PPD, a autonomia está muito próxima da desobediência aos princípios constitucionais.

Quarto, porque este governo, em vez de procurar resolver os problemas do povo açoriano, procura defender zelosamente os interesses dos capitalistas e do imperialismo estrangeiro. Para isso publica decretos cujo fim é facilitar os investimentos estrangeiros, proporcionar às multinacionais preços das algas mais baixos, restituir ao patronato empresas sob intervenção estatal (Viação Terceirense), etc.

Pela mão dos fascistas e separatistas do PPD-CDS, os Açores estão-se convertendo numa pequena ditadura reaccionária da grande burguesia de S. Miguel, que se prepara para entregar o Arquipélago ao imperialismo norte-americano. O planeamento regional recebe «auxílio» da AID (Agência Internacional para o Desenvolvimento), organização tristemente célebre por ser um instrumento da CIA disfarçada em actividades económicas. E não se sabe quem manda mais na direcção da economia açoriana, se os próprios separatistas, se o sr. Norman Bailey, que se diz ser da CIA e que actualmente dirige o Centro de Estudos Económicos do Instituto Universitário dos Açores.

Na Madeira, tal como nos Açores, o separatismo confunde-se com a reacção, a burguesia rica e o imperialismo.

Também na Madeira apareceram numerosos grupos separatistas: o MAIA (Movimento para a Autonomia das Ilhas Adjacentes), RUMA (Movimento dos Trabalhadores Rurais e Marítimos), JRM (Junta Revolucionária da Madeira), UDA (União Democrática Atlântica), APAM (Associação Política dos Açores e Madeira), e outros. O grupo mais importante e activo é a FLAMA (Frente de Libertação do Arquipélago da Madeira) e a sua organização armada a UNIARMA.

Tal como nos Açores, a política fascista de traição nacional está presente em toda a actividade dos separatistas madeirenses. Actuam impunemente, como se a Madeira já não fosse Portugal, tendo chegado a pôr em circulação notas do Banco de Portugal com carimbos do Banco da Madeira e da «República da Madeira»...

Tal como os separatistas açorianos, admitem ser portugueses enquanto os seus privilégios forem conservados. Estão dispostos a vender a Pátria ao Diabo, se a democracia portuguesa, atendendo as justas aspirações do povo madeirense, afectar os interesses dos capitalistas e grandes proprietários. O Presidente da FLAMA foi a este respeito muito franco: «Se, nos fins de 1975, a política portuguesa tivesse virado à esquerda, a FLAMA teria instaurado a “independência” pela força das armas» (O Retornado, 29-6-1976).

Tal como os separatistas açorianos mostram abertamente o seu desrespeito pela Constituição ao anunciar que submeteriam um novo Estatuto à Assembleia da República, o chefe do PPD na Madeira começa já, inconstitucionalmente, a fazer ameaças para o caso de a Assembleia, no exercício dos seus poderes, não aprovar esse Estatuto (Diário de Notícias, 29-6-1976).

Tal como nos Açores, o Governo Regional PPD na Madeira prepara-se para reforçar as posições do imperialismo, entregando aos americanos o estudo das soluções dos problemas económicos e entrando em negociações com grupos financeiros de várias nacionalidades.

As actividades separatistas desenvolvem-se desde início com a colaboração, conivência ou tolerância das autoridades.

Se desde o 25 de Abril tivesse havido uma política firme em relação a fascistas e separatistas, o povo, libertado da coacção da reacção local, teria dado participação activa à democratização da vida dos Arquipélagos.

Hoje, o PPD e o CDS, eles próprios expressão do separatismo, jogam com a ameaça à integridade territorial como uma arma política. A chantagem separatista, apoiada no imperialismo, designadamente nos Estados Unidos, continuará pois a intervir contra o processo democrático. Os separatistas pretendem transformar os Arquipélagos em bases da contra-revolução.

A defesa do novo regime exige que cessem as conivências e as tibiezas para com actividades fascistas e separatistas. Portugal é um só país e os

portugueses não podem aceitar o seu desmembramento para proveito de uns tantos ricos e de países estrangeiros. A Constituição é para aplicar em todo o território nacional. Não o fazer seria caminhar para a desintegração da nação portuguesa.

A instauração da democracia nos Arquipélagos e uma política regional autónoma mas integrada na política nacional são essenciais não só para defesa do regime democrático, mas para defesa da soberania e integridade territorial do nosso país.

7. O regime e a revolução

Foi um passo importante para a defesa e consolidação da democracia portuguesa na situação criada após o 25 de Novembro a aprovação e a entrada em vigor da Constituição e a formação dos órgãos de soberania do novo regime.

Estes acontecimentos só por si não asseguram porém o prosseguimento normal da vida democrática.

O prosseguimento normal da vida democrática não está ainda assegurado, em primeiro lugar, porque nem o governo do PS sozinho, nem a atitude do PS na Assembleia da República, correspondem à necessidade imperiosa de uma maioria democrática.

Não contribui para a consolidação do regime democrático a recusa do PS em concretizar uma efectiva maioria política de esquerda — a maioria de socialistas e comunistas que existe na Assembleia. Não contribui tão-pouco o governo minoritário do PS, voltado para uma aliança com a direita e adoptando uma política antipopular e de recuperação capitalista.

Os primeiros dois meses de governo chegaram já para mostrar que uma política de concessões à direita não pode dar resposta a esses problemas. O governo é muito activo em saneamentos de democratas, na distribuição de lugares pela sua clientela partidária e na monopolização de meios da comunicação social, adoptando métodos e criando situações incompatíveis com a própria democracia. Mas mostra-se não só ineficiente, mas incapaz de solucionar (ou mesmo de começar a solucionar) um único dos grandes problemas que exigem medidas urgentes, designadamente os problemas económicos e financeiros.

O PCP preveniu a tempo que um governo do PS sozinho apoiado pela direita não correspondia às exigências da situação e estaria condenado ao fracasso. A previsão confirma-se mais depressa do que muitos contavam.

A realidade, que se mete pelos olhos dentro, desmentindo de súbito e espectacularmente tudo aquilo quanto haviam prometido os dirigentes do PS na sua arrogância de governarem sozinhos, provoca discussões, divergências e conflitos no interior do próprio PS e torna ainda mais frágil e precário o seu governo.

Esta situação faz surgir, menos de seis meses passados desde o início do novo regime constitucional, um grave factor de instabilidade e incerteza para a próprio regime.

O prosseguimento normal da vida democrática não está ainda assegurado, em segundo lugar, porque as forças reaccionárias continuam desenvolvendo uma intensa actividade, tendo como fim liquidar o novo regime.

Para não se colocar abertamente fora da lei, a reacção declara, em termos gerais, submeter-se à Constituição e respeitá-la. Entende porém a Constituição à sua maneira, pois por vezes a invoca para exigir situações de impunidade para os que, como os terroristas, atentam violentamente contra ela. E em toda a sua política e em toda a sua actividade mostra que o seu fundamental objectivo político é destruir no mais curto prazo possível o regime consagrado na Constituição. Para isso usa e usará todas as armas, desde a actividade «legal» e «parlamentar» até à conspiração e ao terrorismo.

Ao mesmo tempo que, em situações concretas e em relação a problemas concretos, a reacção procura êxitos parciais (recuperação patronal e agrária, posições no aparelho do Estado, restrição das liberdades e direitos, etc.), ela procura igualmente provocar alterações nos órgãos do poder.

São de esperar nos tempos mais próximos pressões, manobras, campanhas e conluios reaccionários relativos aos cinco órgãos de soberania.

A reacção procurará na Assembleia da República criar condições para que, em vez de uma maioria de esquerda PS-PCP conforme com o sentido da votação popular, se venha a formar uma maioria do PS com o PPD e CDS ou com qualquer deles. Procurará que, caído o governo PS, venha a ser substituído por um governo do PS com a direita. Procurará pôr em causa o Conselho da Revolução com vistas a que se produza uma alteração na sua composição. Procurará pôr o Presidente da República perante os factos consumados do andamento de tal projecto. E procurará ainda, no que respeita ao quinto «órgão de soberania» — os tribunais — que se mantenham, no geral, como instrumento de defesa dos interesses ilegítimos e da absolvição das actividades anticomunistas, ilegais e criminosas praticadas pela reacção.

Todas estas linhas de ataque e a liberdade e impunidade com que se desenvolvem actividades que aberta e declaradamente têm em vista destruir o regime democrático mostram bem os perigos que este defronta.

O prosseguimento normal da vida democrática não está ainda assegurado, em terceiro lugar, porque uma grande parte do território nacional não foi ainda libertado do domínio fascista reaccionário.

A Constituição e o regime democrático não são de âmbito regional. Mas é como se fossem. Enquanto todo o território não for libertado da reacção, enquanto o exercício das liberdades não estiver garantido em todo o País, o novo regime estará permanentemente ameaçado.

Seria uma ilusão pensar que, pelo facto de ter entrado em vigor a Constituição, temos por diante uma calma evolução da situação política no quadro das instituições democráticas. Assim seria se o fascismo estivesse morto e não continuasse a haver conluios, conspirações, pressões e ameaças

quer civis quer militares, se não existissem forças reaccionárias activas e decididas a reporem o poder económico e político do grande capital e dos grandes agrários, recorrendo mesmo para tanto a um golpe de força e a uma ditadura terrorista.

Até à vida democrática normal e definitivamente assegurada há ainda um caminho difícil e perigoso a percorrer. Só quando o 25 de Abril chegar a todo o território, só quando o fascismo for completamente derrotado, só quando cessar a conspiração reaccionária para a instauração de uma nova ditadura, só então será estável o regime democrático e o povo português poderá construir em paz e tranquilidade a sociedade nova por que anseia.

Por agora, nas condições existentes, além do jogo das instituições democráticas, continuará a estar presente na vida política o jogo real de forças, a dinâmica revolucionária.

Alguém afirmou há tempos que «a Revolução portuguesa acabou». A verdade é que não acabou nem acabará enquanto a contra-revolução não acabar também. Não acabou nem acabará enquanto a democracia não estiver definitivamente defendida.

São muitos os perigos que ameaçam o regime. Defender o novo regime democrático, defender o respeito e a aplicação da Constituição é defender a Revolução.

O novo regime democrático consagrado na Constituição não pôs termo à Revolução portuguesa, antes é uma nova etapa do seu desenvolvimento.

V

Perigos para a democracia

A viabilidade do regime democrático agora institucionalizado depende da sua firme defesa contra conspirações e tentativas de pronunciamentos ou golpes contra-revolucionários e de uma política que resolva de facto os problemas actuais e urgentes de carácter económico, financeiro, social e político.

Tanto a solução dos problemas urgentes como o ulterior desenvolvimento da economia portuguesa e da vida democrática são inseparáveis da defesa e consolidação das transformações revolucionárias alcançadas desde o 25 de Abril.

Embora sustidas e derrotadas em numerosos casos e situações, as forças reaccionárias e conservadoras continuam desenvolvendo uma grande ofensiva contra as conquistas da Revolução. O governo socialista não está em condições de combater essa grande ofensiva. Em muitos aspectos, facilita-a, acompanha-a e apoia-a pela sua política antioperária e antipopular, de recuperação capitalista, agrária e imperialista.

Como a classe operária, as massas trabalhadoras, sectores sociais e democráticos cada vez mais amplos, se opõem com vigor a uma tal política,

a insistência na sua aplicação será inevitavelmente acompanhada de medidas restritivas das liberdades, de medidas repressivas.

Por isso, por muito que se afirme o contrário, uma política que ponha em causa as nacionalizações, a Reforma Agrária e o controlo operário, uma política que pretenda fazer pagar aos trabalhadores a solução das dificuldades da economia nacional, põe em perigo, não apenas as conquistas revolucionárias, mas o próprio regime democrático ⁽³²⁰⁾.

Defender a democracia é, literalmente, defender tanto as liberdades como as outras grandes conquistas revolucionárias alcançadas desde o 25 de Abril.

1. Recuperação capitalista

O grande capital e as forças reaccionárias procuram fundamentar nas dificuldades da economia portuguesa, que eles próprios em grande parte criaram, as pretensões de recuperação capitalista.

Segundo eles, o processo da Revolução portuguesa, com o saneamento das administrações e dos técnicos «capazes», com a «indisciplina social», com o controlo dos operários e a sua intromissão na gestão das empresas, com a intervenção do Estado e as nacionalizações, seria o responsável da degradação da economia e da «crise» que se atravessa.

Segundo eles, a saída das dificuldades e da «crise» só poderia alcançar-se fazendo voltar do estrangeiro os administradores e os técnicos «competentes», entregando de novo aos seus «legítimos proprietários» as empresas onde houve intervenção do Estado, acabando com a intromissão dos trabalhadores na gestão «que lhes não compete» e finalmente preparando terreno para reconsiderar as nacionalizações no tempo oportuno.

Com a entrada em vigor da Constituição e a formação dos órgãos do poder, volta a falar-se, como descobertas de última hora, daquilo de que se vem sempre falando desde o 25 de Abril: a necessidade de reanimar a economia nacional, de diminuir os défices das contas públicas e das balanças comercial e de pagamentos, de impedir o descalabro financeiro. Actualmente porém o campo de manobra é mais estreito para o governo PS, uma vez que as divisas foram esgotadas e as reservas de ouro estão reduzidas e hipotecadas, com grandes culpas da política económica que os ministros PS, associados aos do PPD, impuseram ao VI Governo Provisório. O ano de 1976 é um ano de gestão económica e financeira do PS, responsável, com o PPD, pelo anunciado buraco de 40 milhões nas contas públicas, pela sangria do ouro e divisas e pela subida da dívida pública para 103 milhões de contos (em Agosto de 1976), ou 137 milhões, se se considerarem os empréstimos externos contraídos pelo Banco de Portugal.

O problema da reanimação económica e do equilíbrio financeiro estão estreitamente ligados à opção fundamental quanto ao sistema económico

para que Portugal deve caminhar: se o socialista, nos termos da Constituição, se o capitalista, liquidando (contra a Constituição) as conquistas revolucionárias.

Essa opção traduz-se em definições programáticas e afirmações de ordem geral. Mas traduz-se essencialmente na política prática, nos actos e medidas concretas em relação à Reforma Agrária e aos sectores nacionalizados, sob intervenção do Estado e sob gestão dos trabalhadores.

Os projectos de recuperação capitalista podem arrumar-se em duas grandes séries: os projectos de recuperação súbita, total e global através de um golpe que instaurasse uma nova ditadura e impusesse a sua política pelo terror — e esse é o objectivo da conspiração fascista e reaccionária que prossegue; e os projectos de recuperação por etapas, através de uma política seguida aparentemente no quadro da legalidade e das instituições — e esse é também o objectivo do PPD, de outras forças da direita (independentemente das suas actividades ilegais) e, de certa forma, do actual governo PS.

As fronteiras entre a recuperação «legal» e a que resultasse de um golpe de força não são por vezes muito claras. Mas trata-se de dois esquemas de recuperação que se devem ter em conta.

O mais esclarecedor exemplo de uma plataforma de recuperação capitalista assente num golpe de força é dado pelo Programa da «Revolução Patriótica» que António Champalimaud fez publicar em fins de Março do ano corrente (O País ⁽³²¹⁾ e O Poveiro de 1-4-1976), quando se desenvolvia a violenta campanha contra a aprovação e entrada em vigor da Constituição e fervilhavam projectos de um golpe da direita.

Champalimaud fala como se estivesse em vésperas de regressar a Portugal, não apenas para recuperar empresas, mas, como diz, para assumir também responsabilidades no governo. Fazendo elogios a Salazar, propõe a sua «revolução», a «Revolução Patriótica», o «Estado social-liberal». De mistura com exaltados propósitos anticomunistas e anti-soviéticos, define os grandes princípios dos «códigos de leis»: «direito de arrecadar lucros», «liberdade de os patrões baixarem ⁽³²²⁾ os salários», «liberdade de maiorias accionistas ditarem a sua vontade», «direito de lock-out», «direito das minorias se associarem ⁽³²³⁾ em sindicatos». Segundo esse «Programa», os bancos, restituídos aos monopólios, seriam o cérebro da nação, com o poder de julgar da eficiência de departamentos do Estado. A par da recuperação monopolista, Champalimaud anunciava sem disfarce a recuperação colonial e a recuperação imperialista.

O «Programa» de Champalimaud estava certamente ligado à esperança de um golpe próximo. Ele não se deu. Mas enquanto a reacção conspira, o grande capital e os seus partidos vão tentando uma recuperação progressiva.

O objectivo mais imediato do capital e da reacção é a recuperação das empresas sob intervenção do Estado ⁽¹²²⁾ e onde se instaurou o controlo operário e a gestão pelos trabalhadores.

Os exemplos de recuperação alcançada nos últimos meses com decisão governamental ou dos tribunais é um aviso das formas de actuação do capitalismo apoiado pelos seus defensores nos órgãos do poder.

O caso da Martins & Rebello (lacticínios, 3300 trabalhadores) é dos mais típicos. A intervenção do Estado deu-se em 16-6-1975 ⁽³²⁴⁾, como resultado da situação catastrófica a que o patrão Serafim de Figueiredo tinha levado a empresa. No curto espaço de quatro meses, a Comissão Administrativa realizou uma obra positiva, pagando o leite em atraso, aumentando os fornecimentos de leite (mais 10% em Vale de Cambra e 40% em Avis), etc. ⁽³²⁵⁾.

A recuperação deu-se através de uma grande ofensiva, cujas principais linhas de ataque foram as seguintes: a) campanhas do antigo patrão contra a administração; b) boicote e corte final pelos separatistas das ilhas Terceira e S. Miguel no envio de produtos comercializados pela firma, correspondentes a 25% do total; c) acção do ministro do Comércio Externo (PPD), dando apoio a um grupo minoritário na empresa conduzido por dois familiares do «patrão Serafim».

Apesar de, por voto secreto, os trabalhadores terem votado a favor da permanência da Comissão Administrativa (207 contra 59 em Vale de Cambra, 34 contra 4 em Valpedre-Penafiel, 81 contra 0 no Funchal, 53 contra 5 na fábrica dos Cedros, na ilha do Faial), o ministro PPD nomeou (4-2-1976) uma nova Comissão Administrativa com familiares do antigo patrão ⁽³²⁶⁾.

A nova Administração não perdeu tempo para apresentar um plano de completa recuperação: os actuais sócios ficariam com 49% e o Estado com 51% — uma parte referente à conversão da dívida da empresa (!) e outra a um sector de compra e vendas dominado pelos sócios da firma! Como se vê, um projecto digno do capitalismo monopolista de Estado.

O caso da Têxtil Manuel Gonçalves ⁽⁷⁸⁾ (3600 operários) é também um dos mais escandalosos, dadas as irregularidades e fraudes que tinham dado lugar à intervenção do Estado. A coordenação de formas de acção muito variadas ilustra os meios poderosos utilizados na recuperação capitalista: missas campais para o regresso do patrão, campanhas da imprensa chamando-lhe «herói» e «pai exemplaríssimo» (Estrela da Manhã) e vomitando mentiras e calúnias contra os trabalhadores (Barradas, Comércio do Porto); divisão dos trabalhadores; formação de um grupo corrompido para pedir o regresso do patrão; bandos pagos e armados, organizados numa autêntica milícia patronal clandestina e contra-revolucionária (Frente dos Trabalhadores Anticomunistas — FTAC), espancando trabalhadores, paralisando o trabalho, instaurando um clima de terror, fazendo arruaças em assembleias. O governo, dócil ao capital, decidiu-se à restituição da empresa ⁽³²⁷⁾, onde logo depois caiu uma vaga de despedimentos de membros da comissão e de delegados sindicais. Até hoje o patronato, readquirida a sua arrogância, recusou-se a cumprir a decisão do Ministério do Trabalho de readmitir 17 trabalhadores despedidos logo após a recuperação. O Ministro do Tra-

balho do governo PS já não insiste no cumprimento da ordem. Propõe que «se passe uma esponja sobre o passado» (9-9-1976).

Por vezes as tentativas de recuperação são mais directas, com a utilização de processos bandidescos. Na Cooperativa Metalúrgica de Torres Novas (Metalnova), depois da distribuição de um manifesto em que o «proprietário» anunciava ir «reconstruir» a empresa, um bando contratado assaltou a fábrica, destruiu ou roubou 61 motores e 1200 rolamentos. Neste caso os trabalhadores concentraram-se e acabaram por prender os assaltantes, mas o acto (de que aliás há outros exemplos) é um sério aviso aos trabalhadores.

Factos semelhantes ocorreram na Automática Nautex, em Lagos, assaltada pelo patrão e por nove homens armados, que arrombaram janelas, substituíram fechaduras e se entricheiraram (13-9-1976) ⁽³²⁸⁾, sendo finalmente expulsos pelos trabalhadores e as autoridades.

Outro caso, o assalto à fábrica de bolachas Cuétara (Pombal) por um bando de «retornados» comandados pelo procurador da administração (5-10-1976), tentando expulsar os trabalhadores e ocupar os seus lugares — o que só não foi conseguido porque a população de Pombal acorreu em socorro dos trabalhadores e a GNR interveio também.

Os casos multiplicam-se: a Maiombe é assaltada pelo ex-patrão (irmão do general Galvão de Melo) de arma em punho; a Mengas Alves assaltada pelo ex-patrão acompanhado por gorilas; a cooperativa Niltex (Barcelos) pelo ex-patrão, desta vez com o apoio de 25 praças da GNR, expulsando os trabalhadores e ocupando a fábrica.

Para justificar a recuperação, inventam-se ou exageram-se dificuldades da produção, que os próprios patrões haviam criado, fazem-se promessas de empregos e salários, caluniam-se violentamente as Comissões Administrativas e os trabalhadores.

Para intimidar, praticam-se violências com agressões e facadas (Papéis Vouga, Lda.), fazem-se ameaças de morte (Ciborel — Pegões), ameaça-se com o desemprego (Rolsol, confecções).

Para preparar terreno, demitem-se as Comissões Administrativas (Guérin), manobra-se para eleger Comissões de Trabalhadores afectas à entidade patronal (Facar — Leça).

Para enfraquecer a resistência, tenta-se dividir os trabalhadores, fazendo promessas e concessões, corrompendo pequenos grupos com benesses, caluniando torpemente os dirigentes das Comissões de Trabalhadores e dos Sindicatos, que são logo despedidos quando o patronato consegue recuperar as empresas.

As tentativas de recuperação encontram a firme resistência dos trabalhadores, como nos casos citados e em muitos outros. No Hotel Baía (Cascais), no Restaurante Número Um e na Albergaria Valbom tinha-se instalado o controlo e a gestão pelos trabalhadores que, em qualquer dos casos, conseguiu, não só manter os serviços e os postos de trabalho, como assegurar bons resultados financeiros. Mediante decisões dos tribunais,

em «acções de restituição de posse» movidas pelos antigos patrões, estes tentaram ocupar pela força as instalações, mas foram rechaçados pelos trabalhadores.

Se o patronato reaccionário se visse frente a frente com os trabalhadores, sem intromissão do Estado, raríssimos seriam os casos em que conseguiria recuperar as empresas. Se consegue em alguns casos recuperá-las é porque tem com ele o próprio governo ou departamentos governamentais.

Quando o Secretário de Estado do Trabalho (PS), actual Ministro do Trabalho, fez caducar as credenciais passadas aos trabalhadores (31-1-1976), tinha o claro propósito de criar dificuldades insuperáveis às empresas sob gestão operária. Só não conseguiu de momento o seu desígnio pela luta firme dos trabalhadores, de que é exemplo a grande reunião do Porto com representantes de 200 empresas em autogestão ⁽³²⁹⁾. Quando o Ministro da Justiça mandou suspender todos os processos de irregularidades e crimes dos patrões da Facar (9-1975) teve também como fim abrir a porta à recuperação ⁽³³⁰⁾.

A recuperação das empresas sob intervenção do Estado e controlo dos trabalhadores é o objectivo imediato da ofensiva da recuperação capitalista.

No que respeita às nacionalizações, o ataque do capital e dos seus servidores será mais cauteloso. Desde o 25 de Abril, o capital e a reacção viram já os benefícios que podem tirar de se acomodarem aparentemente às novas situações para melhor poderem preparar os seus golpes.

Vasco de Melo, presidente da CIP, desmentia no Jornal Novo (10-7-1975) que esta organização tivesse uma posição condenatória das nacionalizações. Mas esse mesmo senhor, em carta enviada em 21-3-1975 ao secretário-geral do PCP, condenara-as claramente. E o Congresso da Indústria realizado em 19/21-12-1975 ⁽³³¹⁾ critica as nacionalizações por não se terem baseado em qualquer critério técnico-económico, afirma que o Estado não dispõe de meios humanos necessários que garantam a gestão eficiente e racional dos sectores nacionalizados e exige que as decisões de nacionalização sejam sempre submetidas à aprovação da Assembleia Legislativa.

Serão várias as linhas de ataque ao sector nacionalizado.

A primeira é a tentativa de provar que as nacionalizações não trazem benefícios nem aos trabalhadores nem ao País. Procura-se criar a ideia de que no sector nacionalizado tudo está no caos. A CIP fala na «trágica situação das empresas nacionalizadas» (24-3-1976) ⁽³³²⁾.

A segunda é a tentativa de justificar a entrega das empresas nacionalizadas aos capitalistas com uma maior eficiência na gestão. Vasco de Melo, falando em Londres (9-3-1976 ⁽³³³⁾), defende o «regresso à iniciativa privada», quando isso «conduzir a menores custos sociais». Mário Soares, falando pela TV em 9-9-1976, insiste em que as empresas nacionalizadas «têm de se tornar rentáveis» ⁽³³⁴⁾.

A terceira é a tentativa de conseguir através duma gestão temporária confiada aos capitalistas «eficientes» criar as condições para a futura desnacionalização. O mesmo Vasco de Melo, reconhecendo as dificuldades das desnacionalizações «a curto prazo», propõe «um sistema que confie a gestão das empresas nacionalizadas a particulares», para se reconsiderar e desnacionalizar ao fim de dois ou três anos «depois de a administração ter provado a sua boa gestão» (ao *Nouvel Économiste*, 11-3-1976).

A quarta são medidas de reorganização, com pretextos técnicos e administrativos, que conduzam ao mesmo resultado. É aquilo a que Sá Carneiro, falando a Carlucci e outros norte-americanos, chamava a «racionalização do sector nacionalizado» (*Jornal Novo*, 27-5-1976).

A quinta é «pôr à prova» as empresas nacionalizadas em concorrência com o sector capitalista, para que, sendo derrotadas, justifiquem a desnacionalização.

O Programa do Governo PS estabelece precisamente essa orientação ⁽³⁰⁹⁾. No debate sobre o Programa do Governo na Assembleia da República, o chefe do grupo parlamentar do PS, Salgado Zenha, admitiu que houvesse recuperação capitalista se a propriedade pública e cooperativa não corresponder «ao lugar cimeiro que a Constituição lhe reserva» ⁽³³⁵⁾. E dado o desagrado do Primeiro-Ministro pelas nacionalizações e a sua profunda simpatia pela «iniciativa privada», ou seja, pelo capitalismo, é de prever da parte do governo o máximo de esforços para criar dificuldades ao sector nacionalizado e estimular o sector capitalista, de forma a que o sector público «não corresponda», e o capitalismo saia triunfante da «coexistência concorrencial» e se justifiquem assim as desnacionalizações.

Em todas estas vastas manobras, que procurarão criar condições para desnacionalizar os sectores mais rentáveis para proveito dos capitalistas e para colocar de novo os não rentáveis num sistema de capitalismo monopolista de Estado, desempenha importante papel a nomeação de administradores. Na medida em que estes forem homens do capital ou ao seu serviço, as manobras de recuperação capitalista tornar-se-ão ainda mais perigosas.

Ligado à recuperação capitalista está o problema das indemnizações aos capitalistas. O Decreto-Lei n.º 528/76, aprovado no VI Governo Provisório por iniciativa de Zenha/Santos Silva, atinge as raiais do escândalo. Primeiro, porque para a determinação do valor das acções escolhe-se um critério em que pesarão as altas cotações nos anos 1964-1974, provenientes da especulação, e serão beneficiados os grandes accionistas que nos últimos anos do fascismo, pelo processo seguido nos aumentos do capital, meteram «gratuitamente» ao bolso milhões de contos de papel. Depois, porque se aceita que os capitalistas paguem com tais acções... as dívidas aos bancos! Segundo um cálculo de E. Rosa, poderão ser assim tirados dos fundos do Estado 30 milhões de contos, metade dos quais apenas para uma centena de capitalistas, que (se as contas estão certas) receberão em média 150 000 contos por cabeça! ⁽³³⁶⁾

A Constituição (art. 82, n.º 2) permite que se não paguem indemnizações ou se paguem a longo prazo. Mas o governo socialista, empenhado em ganhar a confiança do grande capital, ao mesmo tempo que exige sacrifícios aos trabalhadores para se sair da «crise», resolve pagar fortunas aos grandes sabotadores da economia nacional, aos grandes exploradores do povo português.

2. Ofensiva contra a Reforma Agrária

A Reforma Agrária encontrou, desde o início da sua realização, uma oposição frontal e violenta dos agrários, dos partidos da direita e de todas as forças reaccionárias civis e militares.

As ofensivas contra a Reforma Agrária não são coisa nova. Elas têm tido constantemente lugar desde que teve lugar a primeira ocupação de terras.

As formas de acção dos agrários e das forças reaccionárias e conservadoras foram muito diversas: sabotagem, acções violentas, campanhas políticas, resistência das instâncias do poder às iniciativas revolucionárias dos trabalhadores, medidas legislativas e despachos ministeriais. Um único objectivo estava presente em todas essas acções: impedir o progresso da Reforma Agrária e fazê-la voltar para trás, até à sua final liquidação.

Além de se organizarem nos partidos reaccionários, os grandes agrários, logo depois do 25 de Abril, criaram as suas organizações próprias, prourando à sua volta enganar e mobilizar os pequenos e médios agricultores.

Primeiro foi a ALA (Associação Livre de Agricultores). Depois a CAP (Confederação dos Agricultores de Portugal). Dirigida por fascistas, defensora da manutenção do poder dos grandes proprietários e dos grandes capitalistas na agricultura portuguesa, a CAP, apoiada pelos partidos reaccionários e por certos sectores militares da direita, tornou-se a cabeça da contra-revolução nos campos.

Provocações, assaltos de bandos armados, golpes de mão, atentados terroristas, tentativas de mobilização reaccionária, ameaças de «marchas sobre o Alentejo», campanhas pela «reconquista» das terras pelos agrários, roubos de gado e de máquinas, fogos postos, acompanharam a par e passo o avanço da Reforma Agrária. A instalação de um poder reaccionário fascista em Rio Maior, tomando praticamente conta da vila, impondo um clima de terror, promovendo concentrações, criou durante muito tempo uma «base de operações» contra a Reforma Agrária.

Até à aprovação da Constituição, os partidos da direita, assim como certos dirigentes e organizações do PS, contestavam em bloco a Reforma Agrária. A direcção da organização de Portalegre do PS, por exemplo, certamente dominada nesse momento por agrários, declarava que «a Reforma Agrária nada fez e só criou o caos e a anarquia nos campos». Mário Soares teria ido ao Alentejo dizer que a Reforma Agrária era «um roubo de

terras». Cardia, numa das suas tiradas anticomunistas, definia a Reforma Agrária como a «dominação superlatifundiária e terrorista» imposta pelos comunistas no Alentejo (A Luta, 12-4-1976) ⁽³³⁷⁾! E Sá Carneiro, falando na Madeira, como se viesse a ser Primeiro-Ministro, anunciava o projecto de «revogar a lei de expropriações, a lei de pontuação e resolver o problema das ocupações» (o diário, 19-4-1976).

Desde que a Reforma Agrária está consignada na Constituição as ofensivas contra ela têm sido mais prudentes. Esperando vir a ter condições para a destruir, muitos vão dizendo que o seu desacordo, no fundamental, é contra «a forma como foi feita», contra os «erros», os «exageros», os «excessos», as «injustiças» e naturalmente a «manipulação da Reforma Agrária pelo Partido Comunista».

As ofensivas contra a Reforma Agrária disfarçam-se muitas vezes como uma luta, não contra a reforma, mas contra um partido. «[...] não podemos [...] admitir — disse Mário Soares — que a Reforma Agrária possa servir para que o P[artido] C[omunista] [...] possa dominar numa extensa região do nosso País. Isso não pode ser» (Opção, 16-6-1976) ⁽³³⁸⁾. Vê-se que o que está em causa para os dirigentes do PS não é só a Reforma Agrária, mas o facto de o PCP ter tido e ter um papel fundamental no processo, ter tido e ter a confiança dos trabalhadores da região ⁽³³⁹⁾.

Alguns dos inimigos da Reforma Agrária afirmam-se de repente os seus melhores defensores e é em nome da Reforma Agrária que passam a combatê-la. Acusam o PCP e os trabalhadores alentejanos de terem «desvirtuado» e «desviado» a Reforma Agrária dos seus «verdadeiros fins», como se a Reforma Agrária fosse coisa diversa daquela que realizaram os trabalhadores tendo à sua frente o PCP.

Para estes falsos amigos da Reforma Agrária, o que se trata é de «corrigir», de «rectificar», de «regulamentar», de «reorganizar», de «normalizar», e assim, de forma indirecta, procurar liquidar a Reforma Agrária em nome da sua defesa.

Podem considerar-se quatro objectivos fundamentais da ofensiva contra a Reforma Agrária ⁽³⁴⁰⁾.

O primeiro objectivo da ofensiva contra a Reforma Agrária é a recuperação imediata de terras pelos agrários.

Sem dúvida que todos os ataques contra a Reforma Agrária têm como fim último a recuperação pelos agrários das terras expropriadas. Mas, além desse fim último que a médio prazo visam as forças reaccionárias, é necessário estar preparado para a repetição de tentativas para a recuperação imediata de terras.

Várias formas de ataque serão utilizadas para tentar a recuperação de terras.

Um são as acções violentas dos agrários, na linha das tentativas de 1975: assalto por um bando de 200 homens armados e roubo de gado em

Cujancas (Alter do Chão) (14-9-1975), mobilização reaccionária e assalto ao Grémio de Santiago do Cacém (26-10-1975); cerco e assalto por bando armado de 100 homens à Herdade do Roncão (Odemira) (24-11-1975), etc. Já depois da entrada em vigor da Constituição, a tentativa de ocupação violenta pelos agrários armados do monte da Herdade de Lobeira de Baixo, na UCP Agro-Pecuária do Ciborro, só não resultou porque os trabalhadores das unidades colectivas de produção se mobilizaram em massa, cercaram os agrários e acabaram por expulsá-los.

Outras formas de ataque são o não reconhecimento das expropriações já feitas com pretexto da sua ilegalidade e o exercício do direito de reserva.

Constituiu um sério atentado contra a Reforma Agrária a alteração feita pelo VI Governo à Lei, fazendo desaparecer como condição para o exercício desse direito que o proprietário explorasse directamente a terra ⁽³⁴¹⁾. Esta alteração significa o reconhecimento do absentismo, do parasitismo latifundiário, a manutenção e defesa da classe ociosa e exploradora — os grandes senhores da terra.

É também abusivo que os proprietários que não exerceram o direito de reserva no perímetro de regadio, nos prazos fixadas pela Lei, venham agora reclamá-lo. Mais grave porém é que o possam fazer atingindo a unidade e a viabilidade das cooperativas e herdades colectivas de produção. Esta condição fora inscrita na plataforma acordada para o Ministério da Agricultura em negociações relativas à composição do VI Governo Provisório ⁽³⁴²⁾, mas foi ignorada em numerosos despachos.

O exercício do direito de reserva, se não se tiver em conta os interesses das novas unidades, se não se procurarem soluções com outras terras expropriáveis ou noutras locais, se não se mantiver o direito preferencial ao arrendamento pelas cooperativas e unidades colectivas no caso de o proprietário não explorar directamente a terra, será um poderoso instrumento de recuperação de terras pelos agrários a que os trabalhadores têm de responder firmemente.

O segundo objectivo da ofensiva contra a Reforma Agrária é a degradação e desintegração das Unidades Colectivas de Produção.

Também para alcançar este objectivo várias formas estão a ser e serão utilizadas pelos inimigos da Reforma Agrária.

Uma é o adiamento e a resistência à legalização das cooperativas e unidades colectivas.

Impedindo que as novas unidades adquiram rapidamente personalidade jurídica, as forças reaccionárias procuram não só dificultar no imediato a sua própria existência (compras, vendas, iniciativas), como ter sempre sobre as cooperativas e unidades colectivas a ameaça de uma recusa de qualquer apoio, de intromissão dirigista do aparelho de Estado, de reorganização imposta pelo governo.

Outra forma de desagregar e desintegrar as novas unidades agrícolas é a divisão dos trabalhadores e a formação de pequenos grupos organizados

pelos agrários ou por esquerdistas que rompem a unidade e declaram querer constituir uma nova cooperativa com parte das terras ⁽³⁴³⁾. Há tempos, a cooperativa 15 de Julho (S. Pedro do Corval — Reguengos) estava ameaçada pela divisão dos trabalhadores em dois grupos. Na Estrela do Alentejo, em Grafanes-Brinches, um tal senhor Apóstolo Godinho, com responsabilidades no CRRA, procurou organizar a desintegração da unidade, estimulando e pretendendo apoiar com a força armada um grupo de 9 trabalhadores no total de 350! Na 17 de Dezembro ⁽³⁴⁴⁾ (Portalegre) o MAP, apoiando um pequeno grupo do feitor e lacaios, autorizou a desanexação da Herdade do Monte de Nogueira, embora tal decisão fosse tão absurda que os autores pouco depois começaram a gritar que a herdade não tinha qualquer viabilidade. Na Nascer do Sol ⁽³⁴⁵⁾ (Elvas) no total de 200 trabalhadores, um pequeno grupo de 20 manobrado por reaccionários da Sagrepe pediu a desanexação de terras de regadio.

Muitas destas manobras divisionistas e desagregadoras têm sido apoiadas pelo próprio Ministério, que afirma que as cooperativas devem ser livres e democráticas e não «tuteladas». Se numa cooperativa há 200 trabalhadores que escolhem para a direcção membros do PCP afirma-se que é uma tutela. Mas se há 5 lacaios que pretendem tomar conta de uma herdade contra a vontade de 200, chama-se a isso «autonomia», «independência» e «democracia».

Ainda outra forma de desorganizar e desintegrar as novas unidades agrícolas é a sua reorganização imposta administrativamente. Há já quem avance razões técnicas e sociais contra a demasiada grandeza de algumas unidades precisamente como pretexto para a liquidação dos mais fortes baluartes da Reforma Agrária, daquelas unidades onde são mais espectaculares os êxitos dos trabalhadores na produção e no desenvolvimento.

O terceiro objectivo da ofensiva contra a Reforma Agrária é o estrangulamento das cooperativas e unidades colectivas por escassez e recusa de meios financeiros indispensáveis.

Também para alcançar este objectivo várias formas são utilizadas pelos inimigos da Reforma Agrária.

Uma é a recusa ou insuficiência de crédito. No tempo do fascismo eram concedidos anualmente aos agrários milhões de contos de créditos a 2%. Às cooperativas e unidades colectivas foi concedido bastante menos e a um juro de 6% do crédito agrícola de emergência ⁽³⁴⁶⁾.

A exigência das dívidas do Crédito Agrícola de Emergência com antecipação indevida, retendo o pagamento da última colheita, a recusa de novos créditos desde que não tenha sido pago o anterior (antes do prazo), a elevação dos encargos, o pagamento de altos juros (6 1/2 a 11% efectivos), a obrigação do pagamento dos 17% à Previdência, como se as cooperativas e UCP fossem uma entidade patronal, são formas de criar dificuldades financeiras.

Segundo o Sindicato dos Trabalhadores Agrícolas do Distrito de Beja (circular de 31-8-1976), só 17 unidades colectivas dos concelhos de Cuba,

Castro Verde, Ourique, Barrancos e Serpa pagam mensalmente para a Previdência 3675 contos. São verbas incomportáveis.

O atraso do pagamento dos produtos, a retenção das somas respectivas, a imposição da obrigatoriedade da negociação da cortiça pelos CRRA, a pretensão de impor o pagamento aos agrários de indemnizações (amortizações, máquinas e gado, «frutos pendentes») — esquecendo os art. 87 e 88 da Constituição —, inscrevem-se nos métodos de estrangulamento financeiro da Reforma Agrária.

O mesmo se pode dizer da falta de assistência técnica, da intromissão abusiva na gestão, da assistência dirigista contrariando a vontade e as decisões dos trabalhadores.

O que se tem por vezes passado com a contabilidade é um exemplo da extrema vigilância de que têm de dar mostras os trabalhadores. O aparelho de Estado (CRRA) apareceu em alguns lados para «ajudar» os trabalhadores a fazerem a contabilidade. Mas, concentrando nas suas mãos a contabilidade, passou a controlar e a pretender dirigir e administrar.

O quarto objectivo da ofensiva contra a Reforma Agrária é impedir o seu prosseguimento, mesmo na área marcada, e não permitir o alargamento a novas regiões.

Também as formas utilizadas para atingir este objectivo são variadas.

Uma é a não expropriação de mais latifúndios na zona delimitada apesar de estarem acima da pontuação. Calcula-se que existam, acima dos 50 000 pontos, 1 640 000 ha de terra expropriável. Cerca de 450 000 ha continuam nas mãos dos agrários.

Outra forma é a revisão dos critérios de pontuação. Trata-se de um projecto perigoso ao qual os trabalhadores se têm de opor vigorosamente sempre que se manifeste. Os trabalhadores poderão estar de acordo em que se diminua o número de pontos necessários para a expropriação, mas não podem aceitar que se aumente. Muito menos poderiam aceitar que qualquer revisão aumentando a pontuação tivesse efeito retroactivo, isto é, pudesse aplicar-se a terras já expropriadas.

Uma outra forma de impedir o prosseguimento da Reforma Agrária é a aceitação de que possa haver terras abandonadas e incultas mesmo abaixo da pontuação. Manter terras abandonadas e incultas tem de ser, só por si, independentemente da extensão, motivo suficiente para que as terras sejam entregues a quem as trabalha. Esta é uma reivindicação permanente, que em nenhuma das condições pode esquecer-se.

Finalmente, outra forma de impedir o prosseguimento da Reforma Agrária são as nacionalizações dos grandes domínios agrícolas.

Esta questão diz respeito a alguns dos maiores domínios existentes no país: Companhia das Lezírias, Herdade dos Machados, Herdade do Rio Frio, Barrozinha e Comporta, Quinta do Conde da Penha Garcia (Castelo Branco) e outras.

As nacionalizações, que são acompanhadas em alguns casos de projectos de formação de falsas cooperativas com os patrões, têm em vista impedir a ampliação da Reforma Agrária, a intervenção, o controlo e a direcção dos trabalhadores, facilitar indemnizações aos agrários, impor direcções de burocratas ao serviço do governo e formas capitalistas de administração e exploração. Os casos de gestão ruínosa em algumas herdades nacionalizadas (Herdade dos Machados ⁽³⁴⁷⁾) oferece um esclarecedor contraste com os progressos e desenvolvimento nas UCP.

O quinto objectivo da ofensiva contra a Reforma Agrária é desviar esta para uma perspectiva capitalista.

Já se começa a falar na necessidade de reorganização imposta pelo governo e da organização de «verdadeiras cooperativas», pondo em causa a extensão actual das unidades agrícolas e a organização colectiva do trabalho e contestando o papel dirigente dos trabalhadores agrícolas.

É necessário fazer frente a tais projectos que visam destruir as cooperativas e as UCP que os trabalhadores dirigem e administram, para criar, em sua substituição, empresas capitalistas denominadas cooperativas, ou «cooperativas» de patrões e trabalhadores integradas numa dinâmica capitalista.

A «comunicação» do Primeiro-Ministro pela TV (9-9-1976) atinge as raias do incrível. Começa por elogiar o «surto do progresso técnico» que havia antes no Alentejo. Refere que se tinha elevado um pouco o nível de vida dos trabalhadores da região com a saída do campo para a cidade. E sublinha que, depois do 25 de Abril, ao ser politicamente possível a Reforma Agrária, havia portanto «uma base económica e técnica para fazer dessa reforma um sucesso». Entra depois na acusação.

Que tal sucesso «se não verificou». Que, a não haver correcções, «o Alentejo caminhará para o colapso económico» e que «o governo não permitirá que tal aconteça». Anuncia a sua política: desocupações, estatuto das novas unidades de produção, critério de indemnizações, fiscalização do Estado, apresentação de contas, afastamento dos sindicatos agrícolas acusados de criar «novas formas de dominação e exploração» (!), precisamente no momento em que acaba de afirmar a intenção de toda esta intervenção brutal do Estado contra a vontade dos trabalhadores, proclama que o governo se propõe salvar a Reforma Agrária «contra a tentação estatal totalitária»!!! ⁽³⁴⁸⁾

Quem anuncia tais projectos de intervenção estatal contra a Reforma Agrária nem conhece o Alentejo nem os trabalhadores alentejanos. Os problemas da Reforma Agrária, como de toda a produção agrícola no Alentejo, só podem resolver-se com os trabalhadores e com as suas organizações de classe. Nunca contra os trabalhadores, contra os seus sindicatos e contra o seu Partido.

Toda esta ofensiva da reacção é facilitada pelas actividades esquerdistas na zona da Reforma Agrária.

Procurando arrastar os trabalhadores para a posição extrema de «não ceder nada» mesmo contra a Lei da Reforma Agrária, pretendem criar condições para uma intervenção militar. Soprando o «autonomismo», ou seja o corte de relações de solidariedade com outras cooperativas e UCP, pretendem atingir a maior força dos trabalhadores, a sua unidade, e facilitar a ofensiva da reacção. Fazendo campanhas para a exigência pelos trabalhadores, inclusive através da greve (!), de aumentos de salários incomportáveis (em alguns casos 8000\$00 e férias pagas), aconselhando a distribuição das receitas sem cuidar de amortizações, de fundos e do pagamento de dívidas, pretendem cavar a ruína e preparar a liquidação das cooperativas e UCP. Dividindo os trabalhadores e procurando voltá-los contra os sindicatos e o PCP, pretendem minar a força organizada capaz de se opor, na vanguarda das massas, à ofensiva da reacção ⁽³⁴⁹⁾.

O esquerdismo é, objectivamente, o aliado dos agrários e da reacção na ofensiva contra a Reforma Agrária. A defesa da Reforma Agrária exige a luta contra a reacção e a luta contra o esquerdismo.

Recentemente, contra as pressões e a propaganda esquerdistas, os trabalhadores deram uma prova de grande maturidade política, ao concordarem em abandonar por sua livre vontade algumas herdades que, embora não atingissem os 50 000 pontos, tinham sido ocupadas. Tratava-se de uma rectificação, que há muito os trabalhadores estavam dispostos a negociar. Os agrários queriam que essa questão de fácil solução desse pretexto para uma intervenção violenta das forças armadas. Fazendo o jogo da reacção, os esquerdistas pretendiam que os trabalhadores se recusassem a largar essas terras. A provocação estava tão bem preparada que, nos dias marcados, numerosos jornalistas e repórteres de rádios e TV estrangeiras caíram no Alentejo à espera de combates e de sangue. Os trabalhadores, guiados pelas suas organizações de classe, negociaram calmamente os diversos casos ⁽³⁵⁰⁾. De 63 casos resolvidos sobre reclamações só em 33 as terras foram devolvidas aos agrários. Nestes e noutros casos a considerar o total não deve chegar a 20 000 ha.

Os trabalhadores, com a sua atitude, desmontaram a provocação contra a Reforma Agrária e consolidaram as suas posições. Um pouco mais de 10 000 ha serão assim restituídos por estarem abaixo da pontuação exigida pela Lei da Reforma Agrária ⁽³⁵¹⁾. Trata-se agora de entregar aos trabalhadores os 450 000 ha acima de 50 000 pontos que estão ainda por ocupar e por expropriar.

3. Regulamentação do controlo operário

A recuperação capitalista e o agravamento da exploração encontram como um obstáculo maior o controlo operário e a gestão pelos trabalhadores em numerosas empresas.

O controlo operário e a gestão pelos trabalhadores são fundamentais para impedir o regresso à dinâmica económica do capitalismo monopó-

lista e para assegurar o caminho da democracia portuguesa para o socialismo.

Dá os violentos e insistentes ataques da reacção e do grande capital e as tentativas para liquidar estas grandes conquistas revolucionárias.

Durante muito tempo, esses ataques eram conduzidos abertamente. O controlo operário era apresentado como uma «ilegalidade», um «abuso», uma «violência», e as forças reaccionárias requeriam simplesmente a sua abolição.

Na Assembleia Constituinte, o PPD e o CDS procuraram impedir a sua consagração na Constituição (art. 56, b) votando contra, ou exigindo «regulamentação» por lei ⁽³⁵²⁾.

Ao consagrar o controlo operário, a Constituição não consagrou um princípio geral, mas uma realidade, a realidade criada pela luta dos trabalhadores portugueses depois do 25 de Abril.

O controlo operário tem um conteúdo definido, que resultou do próprio processo revolucionário e que por isso não pode ser interpretado ao belo sabor de quaisquer partidos.

É necessário desmascarar e combater firmemente aqueles que, afirmando respeitar a Constituição, pretendem dar ao controlo operário um tal significado que efectivamente o liquidaria.

Sá Carneiro, falando a Carlucci e a outros americanos, no American Club, pôs claramente a nu os seus propósitos ao afirmar que não interessa que o controlo operário esteja reconhecido na Constituição, porque «o ponto está em saber o que é que o governo tenciona regulamentar sobre esta matéria» (Diário de Notícias, 27-5-1976) ⁽³⁵³⁾.

Mês e meio depois, o VI Governo Provisório, depois de ter impedido a publicação do Decreto-Lei já aprovado pelo V Governo e que tivera também a aprovação dos trabalhadores e do movimento sindical, dava um primeiro exemplo de «regulamentação», tal como a entende o PPD. Já à despedida, por imposição do PS e do PPD, aprovou um decreto-lei sobre o «controlo de gestão», cujo objectivo evidente é a destruição do controlo operário, para servir a recuperação capitalista ⁽³⁵⁴⁾.

O PS e o PPD fizeram os possíveis e os impossíveis para que o decreto fosse aprovado e promulgado antes do termo do VI Governo Provisório.

A própria aprovação deste decreto desrespeitou a Constituição, que determina que as Comissões de Trabalhadores e as associações sindicais têm o direito de «participar na elaboração da legislação do trabalho» (arts. 56, n.º 2, d) e 58, n.º 2 a)) e antecipou-se e sobrepôs-se à competência da Assembleia da República. Apesar de advertidos pelo Primeiro-Ministro interino, comandante Almeida e Costa, de que, estando o governo a terminar as suas funções e tratando-se de matéria da competência da Assembleia da República, o Presidente da República não promulgaria o decreto, os ministros PS e PPD teimaram em aprová-lo, para colocarem o País perante o facto consumado e ainda esperançados em que acabaria por ser promulgado, fosse pelo Presidente em exercício fosse pelo futuro Presidente.

Este «decreto-lei» é um exemplo esclarecedor dos métodos de ataque contra as conquistas da Revolução e contra a Constituição que vão ser desencadeados.

A pretexto da «regulamentação», a reacção procurará destruir, não apenas o controlo operário, mas todas as conquistas da Revolução, incluindo direitos e liberdades alcançados pelo povo desde o 25 de Abril.

A questão será remetida para a Assembleia da República. Mas a análise do «decreto» torna-se indispensável para desde já conhecer as intenções do PS e do PPD acerca do controlo operário, para se ter como certo que, a pretexto de regulamentar um direito dos trabalhadores reconhecido na Constituição, o PS e o PPD visam manifestamente liquidá-lo.

O «decreto» limita o âmbito de aplicação às empresas de mais de 50 trabalhadores, pondo assim a grande maioria das empresas ao abrigo do controlo.

Afasta praticamente todas as Comissões de Trabalhadores existentes, porque exige que provem ter sido eleitas nos termos do decreto-lei agora aprovado (!), cabendo ao Ministério do Trabalho resolver em definitivo (art. 7)!!!

Limita as Comissões a pequenos grupos e tira-lhes a sua ampla representatividade actual, impedindo que tenham mais de 3 membros nas empresas até 200 trabalhadores, mais de 6 membros nas empresas de 200 a 1000 trabalhadores e mais de 9 nas empresas acima de 1000 trabalhadores (art. 9)!

Determina abusivamente um processo de eleição das Comissões, exigindo a presença da maioria dos trabalhadores da empresa (art. 1, 2) e impedindo que os plenários tratem de qualquer outro assunto (art. 1, 5).

E, finalmente, tira aos trabalhadores poder real de controlo e intervenção nas empresas, uma vez que: primeiro, o «controlo de gestão» «não pode interferir com o exercício das funções dos órgãos de gestão ou dos responsáveis da respectiva hierarquia» (art. 11, 2); segundo, para obter informações, têm de pedi-las não quando necessárias, mas «periodicamente» (art. 15, a)); terceiro, excluem-se «informações relativas aos processos tecnológicos e em geral (!) aquelas cuja divulgação em si ou antecipada à verificação de certo resultado (!!)) seja proibida (?) por contratos estabelecidos pela empresa, ou faça perigar a sua actividade» (art. 16, 2); quarto, os trabalhadores não podem dirigir-se às autoridades competentes para averiguarem quaisquer actos senão se «os órgãos da fiscalização da empresa» (!) não promoverem as diligências necessárias (art. 16, 1, b))!

Tudo pode pois ser negado ao controlo. Em compensação, são indicados numerosos deveres aos trabalhadores: «empenhamento responsável dos trabalhadores na vida da respectiva empresa» (art. 11, 1), «fomentar a máxima utilização pela empresa de recursos técnicos, humanos e financeiros nacionais» (art. 13, 1, b)), «contribuir para a melhoria quantitativa e qualitativa da produtividade, designadamente nos domínios da nacionalização⁽³⁵⁵⁾»

(art. 13, 1, c)), «vigiar pelo cumprimento das novas leis e dos programas do Governo» (art. 13, 1, d)), etc.

É certo que em tudo isto estão empenhados os trabalhadores, mas intervindo efectivamente na vida das empresas, controlando efectivamente a gestão, e não, conforme dispõe o «decreto», como auxiliares ou colaboradores das administrações.

Vê-se bem que se pretende não só liquidar o controlo operário, mas voltar os organismos de controlo contra os próprios trabalhadores. O que se pretende não é que os trabalhadores intervenham para impedir ilegalidades, atropelos e fraudes contra a economia nacional, mas assegurar a sua passividade ante os actos das administrações e a sua ajuda para reforçar os métodos de exploração capitalista. O que se pretende não são Comissões ao serviço dos trabalhadores e do País, mas Comissões ao serviço do patronato e das administrações, fazendo dos trabalhadores a quem cabe o controlo subalternos, fiscais e capatazes das entidades patronais e da burocracia da recuperação capitalista.

O CDS, pela boca de Ribeiro de Castro, aprovou o «decreto» com entusiasmo, fazendo apenas algumas novas exigências para a eleição «mais democrática» das Comissões de Trabalhadores: que não seja em Plenário, mas «em urnas colocadas em diversos pontos dos locais de trabalho» ⁽³⁵⁶⁾ (cit. do Jornal Novo, 9-7-1976)...

O PPD declarou tratar-se de um «diploma que honestamente (sic) visa institucionalizar regularmente ⁽³⁵⁷⁾ o controlo de gestão, com base em princípios democráticos (!) e numa perspectiva de responsabilização» (A Capital, 12-7-1976).

O PS considerou-o «um decreto indispensável (!) neste momento» (!), na medida em que é necessário estabelecer as «regras do jogo» ⁽³⁵⁸⁾ (para o capitalista, claro!) a fim de obter o «normal funcionamento» das empresas e de assegurar (claro que para o capitalismo) «a necessária recuperação económica do País» (cit. de Jornal Novo, 9-7-1976, e Diário Popular, 12-7-1976).

Mário Soares, secretário-geral do PS, agora Primeiro-Ministro, já esclarecera a sua posição em relação ao controlo operário: «Não queremos criar tais limitações aos empresários que eles deixem de investir (...). Se se desse ⁽³⁵⁹⁾ aos operários a possibilidade de discutirem determinadas coisas que são do foro de cada empresário, é evidente que os empresários não investem» (declarações à UPI, Diário de Notícias, 19-6-1976) ⁽³⁶⁰⁾.

Pensando-se assim nega-se o próprio controlo operário, porque o controlo operário é precisamente o direito de discutir e intervir naquilo a que Mário Soares chama «o foro de cada empresário». Se o empresário continua a ter o foro exclusivo da direcção, da administração, da situação financeira, das compras, das vendas, dos créditos, é evidente que não é possível qualquer controlo operário.

O «decreto» encontrou resistência muito viva dos trabalhadores — Intersindical, Comissões da Covina, Siderurgia Nacional, Lisnave, Inter-

comissões dos Trabalhadores de Seguros do Sul, Petrogal, CUF, Costa Nery (T. Novas), Sindicatos dos Trabalhadores Agrícolas de Santarém, Metalúrgicos de Santarém, etc.

O controlo operário, ou controlo de gestão, tal como o entendem os trabalhadores, tal como o instituíram os trabalhadores, tal como o praticam os trabalhadores, nada tem a ver nem com «regulamentações» projectadas pelo patronato, nem com a defesa do «foro de cada empresário» de que fala Mário Soares.

O controlo operário nada tem a ver com acção de fiscais de programas de recuperação capitalista, à qual agora se chama «recuperação económica».

O controlo operário ou controlo de gestão não é um instrumento do capital para submeter os trabalhadores e os pôr ao seu serviço, mas um instrumento dos trabalhadores reconhecido pela Constituição para impedir irregularidades lesivas dos interesses dos trabalhadores e do País, para assegurar a estabilidade económica, para possibilitar o funcionamento das empresas, a utilização dos recursos, o progresso, a melhoria da qualidade, o aumento da produção.

Os trabalhadores não consentirão que seja destruída essa grande conquista revolucionária, fundamental para o prosseguimento do processo democrático, na perspectiva do socialismo (^{360a}).

4. Agravamento das condições de vida

Uma política de reanimação económica, reequilíbrio financeiro e desenvolvimento, que pretenda assentar na dinâmica e recuperação capitalista, significa necessariamente o agravamento da exploração e das condições de vida das classes trabalhadoras.

Todos os planos, projectos e propostas dos capitalistas e dos partidos que os representam acerca da solução das dificuldades da economia portuguesa conduzem a um objectivo central: fazer pagar aos trabalhadores o preço das dificuldades.

Enquanto a correlação de forças foi favorável às forças revolucionárias, às forças da esquerda, uma preocupação constante da política económica (animada nos órgãos do poder pela vigorosa luta das classes trabalhadoras) foi congelar os preços dos géneros de primeira necessidade e os altos vencimentos e facilitar a contratação colectiva, o melhoramento salarial e os benefícios sociais das categorias profissionais que o Programa do MFA chamava «as camadas da população até agora mais desfavorecidas» (Programa do MFA, B, 6, a)).

Tal política pretendia (e em larga medida conseguiu, apesar das contradições existentes nos órgãos do poder) fazer pagar às classes exploradoras o preço das dificuldades económicas e promover o melhoramento progressivo das condições de vida das classes laboriosas.

Inversamente, logo que se estabeleceu a hegemonia PS-PPD no governo, logo que do Ministério do Trabalho saíram o Ministro do MFA Costa Martins e o Secretário de Estado do PCP Carlos Carvalhas, a preocupação constante passou a ser «ganhar a confiança dos capitalistas», aumentar a exploração e agravar as condições de vida dos trabalhadores, congelando salários e aumentando preços.

Também enquanto a correlação de forças se manteve favorável às forças revolucionárias, foi linha fundamental da política fiscal o estabelecimento de impostos fortemente progressivos atingindo altos rendimentos e consumos supérfluos e aligeirando, relativamente, os impostos que caem sobre as classes trabalhadoras e as camadas médias.

Logo que se estabeleceu a hegemonia PS-PPD no governo, a política fiscal mudou de rumo, dirigindo-se para o reforço das tributações atingindo as grandes massas populacionais.

Não há nenhum plano de reanimação económica vindo do capital e dos partidos que o representam que não parta da ideia central de assegurar rapidamente lucros aos «empresários», a fim de que possam acumular e investir. Pretende-se passar rapidamente de situações deficitárias para situações lucrativas por um brusco agravamento da exploração.

Em vez do efectivo controlo e direcção da economia nacional através das poderosas alavancas que as nacionalizações, a intervenção do Estado e o controlo operário puseram nas mãos do Estado e dos trabalhadores, procura-se ganhar a «confiança» dos capitalistas, permitindo-lhes dilapidar os recursos nacionais em altos consumos, retomar a direcção económica, recuperar os lucros e reentrar na dinâmica da acumulação capitalista.

Fala-se em «política de austeridade», mas o que o capital e seus representantes entendem por «austeridade» não é a redução dos consumos sumptuários e supérfluos (esses continuam a aumentar com escândalo e desvergonha), mas sim a redução dos consumos da grande massa da população, em géneros e artigos essenciais ⁽³⁶¹⁾.

A linha de orientação fundamental do capitalismo e dos partidos que o representam para a saída das dificuldades actuais resume-se a uma frase: os trabalhadores terão de trabalhar mais e de ganhar menos ⁽³⁶²⁾ e a população laboriosa terá de apertar o cinto.

Para fazer trabalhar mais, pretendem impor o aumento da jornada de trabalho e da semana de trabalho e a intensificação do trabalho através de uma disciplina repressiva.

Para fazer ganhar menos, pretendem congelar os salários e a contratação colectiva, diminuir os benefícios sociais, diminuir salários considerados demasiado altos, diminuir os salários reais através do aumento dos preços e do processo inflacionário em geral, aumentar o «exército de reserva», e agravar os impostos que atingem a grande massa da população.

O agravamento das condições de trabalho e de vida dos trabalhadores é o instrumento fundamental da reanimação económica e do reequilíbrio

financeiro tal como o pretende a reacção e tal como o define o actual governo PS aliado à direita.

Para conseguir esse objectivo são indicadas quatro linhas de actuação fundamentais:

A primeira linha de actuação é o aumento da mais-valia através da intensificação do trabalho em benefício do capital e da recuperação capitalista.

Dado que a produtividade só a médio prazo pode ser aumentada de forma sensível, é inevitável que a reanimação económica tem de assentar no imediato numa maior massa de trabalho realizado no mesmo tempo, portanto na intensificação do trabalho e em medidas urgentes de racionalização. A intensificação do trabalho pode porém dar-se com duas dinâmicas: pela decisão voluntária dos trabalhadores com a consciência de trabalharem para si e para o País, ou por imposição coercitiva do patronato e do Estado para aumentarem respectivamente os lucros e os réditos.

Da primeira dinâmica foi exemplo a chamada «batalha da produção», no tempo do IV e V Governos Provisórios, que, hostilizada pelo PPD e pelo PS, deu um primeiro exemplo das possibilidades de interessar os trabalhadores na intensificação do trabalho e no aumento da produção.

Da segunda dinâmica, a dinâmica da recuperação capitalista, a hegemonia PS-PPD no VI Governo Provisório deu uma primeira amostra, que o governo PS parece querer continuar.

Para o Governo PS (com o qual fazem coro o patronato e os partidos reaccionários) os trabalhadores são os responsáveis de todas os males. As dificuldades económicas e financeiras e a situação difícil em que se encontra a economia nacional não se deveriam à política de esbanjamento de recursos financeiros pelas pastas da Economia geridas em quase todos os governos por gente do PS e PPD ou aparentados, mas a uma suposta conspiração comunista contra a economia nacional. Não se deveriam às tentativas de recuperação capitalista que estagnaram e tentaram paralisar a economia, mas aos progressos da nacionalização e colectivação dos meios de produção no decurso do processo revolucionário. Não se deveriam, no fim de contas, tanto no conjunto da economia nacional como em cada empresa, à sabotagem do grande capital, mas à «sabotagem dos trabalhadores».

Existem, sem dúvida, em algumas empresas, situações irregulares, que é preciso rectificar. O PCP não só não tem apoiado como tem advertido dos perigos de reivindicações irrealistas e demagógicas, como salários nominais de 10 000\$00, abolição de categorias profissionais, igualitarismo de salários ou leque salarial demasiado estreito, horas extraordinárias com pagamento a 200% e mais, regimes de faltas justificadas e tolerância do ponto que dão margem para largo absentismo, horários de trabalho de 39 horas e 37,5 horas, subsídios e reformas iguais ao salário completo e actualizado, etc.

Nos próprios locais de trabalho, o PCP é a única força política que tem lutado contra tais reivindicações irrealistas sopradas demagogicamente

pelos agentes do patronato e da reacção e pelos provocadores esquerdistas ⁽³⁶³⁾.

Mas uma coisa é procurar corrigir essas situações numa dinâmica operária, com vistas precisamente a impedir a deterioração da situação económica e financeira das empresas e a recuperação capitalista, outra coisa é (como faz o Primeiro-Ministro, Mário Soares, na «Comunicação» pela TV em 9-9-1976) partir desses casos pontuais, para exigir a intensificação do trabalho ao serviço da recuperação capitalista ⁽³³⁴⁾.

Na referida «Comunicação», o Primeiro-Ministro pretende precisamente pôr ao serviço da recuperação capitalista: a) «o trabalho duro e disciplinado» que se diz dever partir da «adesão efectiva dos trabalhadores», «livremente consentida», mas que logo se afirma assentar no respeito da «hierarquia das competências» (?!); b) a decretação de um «horário nacional de trabalho, fixando um mínimo semanal» ⁽³⁶⁴⁾, a limitação das horas extraordinárias e o apressamento da cadência do «trabalho de empreitada»; c) a admissão de «despedimentos com justa causa» (aliás já permitidos pelo Decreto-Lei n.º 84/76 ⁽³⁶⁵⁾), que se ousa declarar «no interesse dos próprios trabalhadores», mas que significará aumento calculado do «exército de reserva» a fim de forçar por um lado o aumento da intensidade de trabalho e por outro lado a descida do preço da força de trabalho. Não parece exagero dizer-se que estas declarações definem uma política antioperária.

A segunda linha de actuação para a reanimação económica e o reequilíbrio financeiro à custa dos trabalhadores é a contenção do aumento dos salários nominais, tendo como resultado efectivo a diminuição dos salários reais.

O Decreto-Lei n.º 530/76, publicado pelo VI Governo nos fins do seu mandato, «legalizando» a operação contra os trabalhadores da Timex e generalizando um procedimento para fazer pagar aos trabalhadores a crise da economia, este decreto é um prelúdio da política do governo PS. Ao mesmo tempo que visa a recuperação capitalista e imperialista (multinacionais), admite, nas empresas «em condições económicas não aceitáveis», a redução do período de laboração para três dias, o congelamento da contratação colectiva na própria empresa, a «dispensa» de trabalhadores, a transferência de trabalhadores para outros postos de trabalho e a redução de salários nominais até ao mínimo nacional ⁽³⁶⁶⁾.

Por seu lado, a citada «Comunicação» do Primeiro-Ministro tem a virtude de não deixar lugar a dúvidas quanto às intenções do governo. Anuncia um decreto com «normas claras para a contratação colectiva», a fixação de uma «norma nacional estabelecendo os limites a observar nos aumentos salariais», a fixação em 15% do «aumento máximo da massa salarial» no sector público (portanto inferior à taxa de inflação, que deve atingir 20% ou mais), a limitação, contenção ou eliminação dos «melhoramentos sectoriais», dos «desequilíbrios dos salários sectoriais» e das «remunerações complementares e acessórias». E, para completar, a imposição aos trabalha-

dores do pagamento do 13.º mês, acima de 5000 escudos, não em dinheiro, mas em Títulos do Tesouro! ⁽³⁶⁷⁾

É isto quando se pretende dar milhões de contos de indemnizações aos milionários, se pretende impor o regresso às empresas dos fascistas saneados (Decreto-Lei n.º 471/76 ⁽³⁶⁸⁾) e se anuncia o propósito de colocar no funcionalismo do Estado e das autarquias 100 000 «retornados»! ⁽³⁶⁹⁾

Para esta política procura o Primeiro-Ministro ganhar a aprovação da população de grande parte do País, ataçando-a contra os trabalhadores das «cinturas industriais» (contra os sectores mais conscientes, mais produtivos e mais revolucionários da classe operária), acusando-os de responsáveis das dificuldades da economia nacional em virtude da sua «fúria reivindicativa».

Não se pode nem deve subestimar esta ofensiva contra os trabalhadores. A meta das medidas anunciadas, conjugadas com o aumento de preços, é a redução drástica dos salários reais.

O Primeiro-Ministro não diz em quanto montará. Mas, mais preciso que o Primeiro-Ministro, o Guardian londrino indica como objectivo «uma redução de 30% nos salários reais» (cit. por o diário de 4-9-1976). Como os círculos governantes dos países imperialistas estão em geral mais bem informados das intenções de certos dirigentes políticos do que o próprio povo português, é de admitir que esta estimativa não se afaste muito da realidade.

A terceira linha de actuação para a reanimação económica e o equilíbrio financeiro à custa dos trabalhadores é a subida dos preços dos géneros e artigos de grande consumo.

A subida dos preços de artigos de consumo corrente é, como se sabe, uma forma clássica de diminuir os salários reais e de aumentar os lucros.

Enquanto, na vigência de alguns governos provisórios, existiu a preocupação de que a taxa dos aumentos dos preços dos artigos de consumo corrente não excedesse a taxa dos aumentos salariais, o VI Governo Provisório, com hegemonia PS-PPD, aproveitando a mudança da correlação de forças e o avanço da direita após o 25 de Novembro, procedeu a uma primeira grande operação de «reanimação económica» nos fins de 1975, tomando duas decisões complementares: aumentar os preços e congelar a contratação colectiva de trabalho (Decreto-Lei n.º 783/75 ⁽³⁰⁶⁾).

Segundo o projecto primitivo, a operação seria ainda mais brutal do que veio a ser. Tratava-se de aproveitar uma conjuntura político-militar favorável às forças reaccionárias e em que o movimento operário e popular se encontrava na defensiva para proceder a uma radical diminuição do poder de compra da população trabalhadora. Chegou a ser pedido aos serviços o estudo de aumento de preços de dezenas de artigos, entre os quais a quase totalidade dos de consumo corrente. Não se foi tão longe. Mesmo assim os aumentos foram consideráveis, atingindo combustíveis, transportes, produtos alimentares e tabaco.

Estas medidas significaram, segundo algumas estimativas, o aumento do custo de vida em 22% nos meses de Dezembro-Janeiro, portanto uma brusca restrição do poder de compra dos trabalhadores e uma brusca descida dos salários reais.

Posteriormente, nos últimos tempos do VI Governo Provisório, novamente os Ministros PS com o apoio do PPD procederam a novo e brutal aumento de preços.

O PS procurou assim descartar para o VI Governo Provisório (como se aí não tivesse as pastas das Finanças e da Economia) a responsabilidade de medidas antipopulares. Com os aumentos decididos pelo PS no VI Governo Provisório começou a política de preços do Governo PS, que com pretexto dos chamados preços reais se propõe continuar a série dos aumentos.

Sem dúvida que há necessidade de aproximar mais alguns preços de venda dos preços de produção. Mas, em qualquer economia, e sobretudo na situação existente no nosso país, é indispensável um sistema compensatório de preços e valores nos vários sectores da economia.

O capitalismo monopolista de Estado nos tempos do fascismo, com o estabelecimento do controlo monopolista da economia e de uma política de preços de monopólio (ajudada pela política fiscal), levou a uma redistribuição geral da mais-valia, e a um progressivo distanciamento dos preços em relação aos valores em todos os sectores da economia nacional. A política de preços monopolista foi a política de preços «irreais». Foi a política dos altos preços nos sectores monopolistas e dos baixos preços nos sectores não monopolistas. Um súbito ajustamento dos preços aos valores não só seria completamente impossível como seria um verdadeiro terramoto.

Com a política dos «preços reais», o que o governo PS (assim como o patronato reaccionário) pretende é por um lado o aumento da mais-valia, do lucro e da acumulação e por outro lado a diminuição do poder de compra dos trabalhadores e portanto dos salários reais.

O agravamento de preços dos artigos de consumo corrente pode realizar-se por forma directa ou por forma indirecta com o aumento dos preços da energia, matérias-primas, produtos básicos, transportes, o que provoca o aumento dos preços em cadeia. A forma indirecta é enganadora mas não deixa de ser eficiente.

O Primeiro-Ministro admite vir a «racionar o abastecimento de alguns produtos» («Comunicação», 9-9-1976). Os produtos racionados não serão quase certamente os Porches, Lotus e Mercedes, as jóias e os artigos de grande luxo. Esses, segundo o Governo, não têm importância de maior e continuarão a ser consumidos livremente pelos milionários. O racionamento que há a esperar é em artigos essenciais, incluindo géneros alimentícios. Isso representa não só a carência de produtos como o aumento dos preços e um novo mercado negro, onde comprará quem tem muito e onde terá dificilmente acesso quem tem pouco.

Finalmente, a quarta linha de actuação para a reanimação económica e o reequilíbrio financeiro à custa dos trabalhadores é uma política fiscal

que agrave os encargos suportados pelos trabalhadores e pela grande massa da população.

O primeiro golpe nesse sentido foi também em fins de 1975, particularmente com o aumento do imposto de transacções em 10% ⁽³⁷⁰⁾. O segundo golpe foi o do PS-PPD, que tal como sucedeu com os preços, aprovaram nos últimos dias do VI Governo Provisório consideráveis aumentos de impostos ⁽³⁰⁷⁾.

Quando da discussão do Programa do Governo na Assembleia da República, foi declarado que não haveria novos aumentos. Mas houve. E desde já é de prever que a subida de 20% para 30% da sobretaxa sobre as importações não será apenas uma medida restritiva das importações (e com esse fim, se convenientemente escolhidos os artigos da pauta, poderia ter um efeito positivo), mas uma medida que se reflectirá num aumento dos preços de artigos de consumo corrente.

Comodamente irresponsabilizado pelos aumentos de impostos que o PS (com apoio do PPD) decretou no VI Governo Provisório, o Governo PS pode agora não ter pressas em novos aumentos. Mas é de esperar que, com a falta de recursos e a política de «ganhar confiança» do capital, não tarde em decretá-los, se se conservar no poder.

Não são só os trabalhadores os atingidos pela política de recuperação capitalista. As classes médias sê-lo-ão também. A recuperação capitalista não representa o melhoramento da situação das pequenas e médias empresas, mas das grandes e muito grandes. Não significa o desfogo da situação dos pequenos comerciantes e industriais mas a sua submissão aos interesses das grandes empresas, dos grandes armazenistas e dos grandes intermediários. A política de recuperação capitalista é a política de agravamento das condições de vida dos trabalhadores, das classes e camadas médias, de todo o povo português.

5. A conspiração neocolonialista

A conspiração neocolonialista vem muito de trás, do tempo do fascismo, desde que se tornou claro, mesmo para os exploradores e opressores dos povos, que uma vitória na guerra colonial era impossível e que o colonialismo tinha os seus dias contados. A coligação de forças voltadas para soluções neocolonialistas tornou-se mais larga quando se evidenciou que a luta armada na Guiné-Bissau, em Moçambique e em Angola era conduzida por movimentos e por homens que ligaram à conquista da independência nacional o objectivo da construção de uma nova sociedade fora do quadro do desenvolvimento capitalista.

Daí o raivoso combate que lhes moveram na fase final da «descolonização». E daí também, após a conquista da independência, a rápida deterioração das relações de Portugal com os novos Estados.

Cita-se muitas vezes, como justificação para tais posições, a defesa dos interesses dos portugueses em África. A este argumento há que responder

com duas observações. A primeira é que o Governo português, que tem a obrigação de não defender em Portugal interesses ilegítimos, não os pode ir defender noutros países, apenas porque são de portugueses. A segunda é que a política de hostilidade para com a FRELIMO e o MPLA, a política de participação na intervenção imperialista e na conspiração neocolonialista, foi aquela que pior defendeu os interesses dos portugueses em Moçambique e em Angola. O êxodo para Portugal de centenas de milhares de pessoas foi uma grande operação oportunista, dirigida contra a Revolução portuguesa e contra a independência de Angola e Moçambique. A grande maioria dos «retornados» foi vítima do jogo sórdido dos interesses da exploração colonial e do baixo jogo político de diversos sectores. ⁽³⁷¹⁾

Para provocarem a deterioração das relações com os novos Estados, as forças neocolonialistas e reaccionárias usam todos os meios, desde a grande campanha de ódio contra os povos libertados até a actos dos terroristas: incêndio da Casa de Angola no Porto (22-4-1976) e atentados bombistas contra as Associações de Amizade com Angola, Moçambique e Guiné-Bissau (5-6-1976), a Casa de Angola (20-7-1976) e a DETA (Linhas Aéreas de Moçambique) (22-7-1976). A invenção e a mentira mais desca-belada tornam-se armas correntes da campanha antiangolana e antimozambicana.

Sá Carneiro fala de «400 00 refugiados, famílias destroçadas por uma guerra civil de ocupação soviético-cubana» (Povo Livre, 25-2-1976), quando sabe perfeitamente que o êxodo dos «retornados» antecedeu muito a ajuda cubana e soviética ao povo angolano contra a intervenção estrangeira.

Aqueles mesmos que não tiveram uma palavra para condenar a invasão de Angola pelos racistas sul-africanos, os mercenários, os ELPs, os pides, os fantoches instruídos e armados pelos Estados Unidos e pela China, gritam contra a substituição do colonialismo português pelo... moscovita (O Dia, 12-2-1976)!

A defesa do colonialismo e do neocolonialismo é clara, explícita, sem máscara.

As tentativas de intervenção nas questões internas dos novos Estados multiplicam-se. Porque a República Popular de Moçambique, como era seu direito, resolveu dar a Lourenço Marques o nome de Maputo, logo gritam contra esse «nome indígena» (Barricada).

Porque o governo angolano fez prender alguns membros de organizações clandestinas, logo o PS desencadeia uma campanha pela libertação de Joaquim Pinto de Andrade que... não fora preso. Com esse fim foram enviados ao MPLA telegramas de protesto (26-4-1976) assinados por Mário Soares e outros dirigentes socialistas ⁽³⁷²⁾, foram publicadas entrevistas, entre elas uma da esposa de Mário Soares no Expresso (30-4-1976) e artigos de destacados jornalistas do PS (F. Sousa Tavares em A Capital). Nesta campanha, a par do PS juntaram-se as vozes de todos os inimigos de Angola independente: jornais fascistas, partidos reaccionários, grupos esquerdistas. Certas pessoas ingénuas deveriam perguntar a si próprias porque acontece

que os partidos reaccionários apoiam tão solidariamente grupos angolanos que dizem ser mais «revolucionários» que o MPLA.

Porque em Luanda, num tribunal aberto directamente à observação internacional, foram julgados e condenados à morte alguns mercenários autores dos mais repugnantes crimes (10-7-1976), logo acompanhando uma campanha da reacção internacional se levantou uma campanha de protesto de sectores que nunca ergueram a voz contra os numerosos e monstruosos crimes que os réus haviam praticado (A Luta e a A Capital, 12-7-1976) ⁽³⁷³⁾.

Jornais reaccionários como o Jornal Novo (21-4-1976) e O Retornado (27-4-1976) dão guarida a entrevistas provocatórias, como a do inimigo declarado da RPA Vaal Neto («Ministro dos Negócios Estrangeiros da FNLA»), que, anunciando a «resistência anti-imperialista» em Angola, cita Santos e Castro do ELP como testemunha!

A campanha de ódio atinge um nível só comparável ao da campanha anticomunista interna. Não há crime que não seja atribuído aos governos da FRELIMO e do MPLA. Em Portugal a reacção propaga que os comunistas comem ou roubam crianças. De Moçambique dizem que Samora Machel as «nacionaliza» (O Dia, 10-5-1976).

O caso de Angola, precisamente porque as forças reaccionárias e seus aliados jogaram em cheio na intervenção imperialista, revela com particular clareza a gravidade da conspiração neocolonialista, contra os povos libertados e contra os interesses de Portugal ⁽²¹⁴⁾.

Fracassada a intervenção armada para impedir a formação de um governo do MPLA ou esmagá-lo nos primeiros dias, as forças neocolonialistas, esperanças ainda numa inversão da situação militar, procuraram por todas as formas impedir que o governo português reconhecesse o governo da RPA.

Quando a FNLA e a UNITA anunciaram a formação de um outro governo noutra região, logo todas as forças neocolonialistas em Portugal (fiadas em que o imperialismo, particularmente o imperialismo norte-americano, iria intervir em força) levantaram a bandeira desse governo fantoche. Na Assembleia Constituinte, o secretário-geral do PS, que nos dias 9 e 10 de Novembro conseguira, lado a lado com o PPD, que o VI Governo Provisório não reconhecesse a RPA, punha no mesmo pé «a República Popular de Angola presidida pelo senhor doutor (sic) Agostinho Neto» e «a República Popular e Democrática de Angola, formada pelos movimentos da UNITA e da FNLA» ⁽³⁷⁴⁾.

Errando clamorosamente os seus prognósticos, Mário Soares proclamava que reconhecer a RPA seria «eternizar a guerra» (!) e que, não o fazendo, Portugal manteria «todas as virtualidades de ser o negociador da paz em Angola» (Diário da Assembleia Constituinte, 14-11-1975 ⁽³⁷⁵⁾)! Ainda no mesmo mês, continuando a defender uma política de intervenção imperialista contra a RPA e o Governo do MPLA, Mário Soares propunha em Viena conversações entre as organizações políticas e as grandes potências (!) para a «paz» (?) em Angola (Diário de Notícias, 13-2-1976).

Seguindo esta orientação, o PS fez uma oposição cerrada ao reconhecimento da RPA primeiro e do governo do MPLA depois.

O secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros, Medeiros Ferreira, do PS, invocava a «violação» pela MPLA dos acordos do Alvor (O País, 19-2-1976), como se a FNLA e a UNITA, ligadas à intervenção dos racistas sul-africanos, dos mercenários e do ELP não tivessem violado coisíssima nenhuma.

O Secretário de Estado do Comércio Externo, António Barreto, do PS, afirmava, contra a verdade dos factos, que «Portugal ainda não perdeu nada por não ter reconhecido o governo fundado ⁽³⁷⁶⁾ pelo MPLA» (Portugal Socialista, 25-2-1976).

Estas posições do PS coincidiram com as do CDS e dos «desalojados» do CDS, com os do PPD, da UDP, de uma «Comissão Promotora da Campanha contra o reconhecimento» (MRPP, AOC, JSD, UEC (m-l)) e de outros provocadores ao serviço da reacção.

O CDS, num comunicado do Secretariado da Comissão Política, proclamava que «o MPLA não pode ser reconhecido», porque isso seria reconhecer o «colonialismo russo-cubano sobre Angola». Protestava contra o reconhecimento por vários países, porque isso é «aceitar a projecção do Pacto de Varsóvia em África». Anunciava que Angola se podia transformar num novo Vietname. E, ao mesmo tempo que reclamava a paz em Angola, saudava a retomada da «luta de guerrilhas», fazendo um apelo à «solidariedade» para com estas.

Emparceirando com o CDS, a UDP protestava contra os vivos ao MPLA numa manifestação, considerando-os «uma forma de pressionar o reconhecimento do governo do MPLA», o que, segundo a UDP, é «exactamente a posição ⁽³⁷⁷⁾ do embaixador russo» (Comunicado do CC da UDP, 17-11-1975 ⁽³⁷⁸⁾).

A aliança do imperialismo norte-americano e dos dirigentes chineses na questão angolana corresponde essa coincidência do CDS e da UDP, que mostra quem servem os pseudo-revolucionários maóistas.

A reacção e todos os arautos do neocolonialismo não conseguiram entretanto impedir que fosse tomada, embora muito tardiamente (22-2-1976), a única decisão exigida pelos interesses nacionais: o reconhecimento do governo da RPA pelo Presidente da República.

A partir desse momento, quaisquer partidos que tomassem como bússola, não os interesses dos colonialistas portugueses e do imperialismo estrangeiro, mas os interesses nacionais, defenderiam uma política de rápido estabelecimento e normalização das relações com a RPA.

Muito ao contrário, a campanha contra o reconhecimento mostrou que essas forças continuam a jogar na intriga, na intervenção, na revanche neocolonialista.

Sá Carneiro destila ódio contra o povo angolano e o seu «governo de ocupação [...] soviético-cubano» (A Capital, 24-2-1976 ⁽³⁷⁹⁾). Exige a demissão do Presidente da República. Grita que, com o reconhecimento, «está consu-

mado, não o processo de descolonização, mas sim o processo de colonização de Angola» (Povo Livre, 25-2-1976). A campanha continuou até hoje.

Forçado no seu próprio governo a encarar a normalização das relações com a RPA (bastante adiantada através de negociações feitas nos últimos tempos do VI Governo Provisório) o PS fez com Angola o mesmo que fez com as finanças. Tendo sido dos grandes responsáveis do descalabro financeiro procura aparecer como salvador. Tendo sido um dos grandes responsáveis pela deterioração das relações com Angola procura aparecer como o único capaz de resolver o problema.

É uma injustiça histórica que o estabelecimento efectivo das relações entre os dois países não tenha sido feito com os militares que defenderam o reconhecimento do governo da RPA e trabalharam para o estabelecimento das relações, e venha a fazer-se com um governo constituído pelo partido que mais violentamente se opôs a esse reconhecimento, mais contribuiu para a deterioração das relações com a RPA.

As forças reaccionárias, as forças do neocolonialismo, desde os fascistas até aos maoístas do UDP, não só procuram criar dificuldades nas relações de Portugal com os novos Estados, como parecem lançadas numa política aventureirista, voltada para a intervenção e a revanche.

Kaulza de Arriaga, o general que anunciou a vitória na guerra colonial na precisa altura em que estava a perdê-la com o fracasso da operação «Nó Górdio», não só ousa já atacar a descolonização e defender o colonialismo («sistema espectacularmente avançado no processo histórico da Humanidade» — Diário de Lisboa, 26-5-1976), como aparece ligado a actividades que teriam como objectivo formar um «governo de Moçambique no exílio».

Numerosas notícias indicam que a reacção e o imperialismo fazem sérios esforços para organizar, municiar e dirigir grupos provocatórios e acções armadas nos novos Estados independentes. Anuncia-se a formação de um «Movimento para o Renascimento da Nação Macua», com Ema Bernardo, amiga de Joana Semeão. O Partido Cristão Social-Democrata mostra-se muito activo em ligação com belgas e «retornados». Alguns jornais fascistas anunciam a «Frente Unida Democrática de Moçambique», que teria também intenção de formar um governo no exílio (Liberdade, director Sanches Osório, 14-7-1976). Outros anunciam, com parangonas de lado a lado da página, que o Norte de Moçambique está em «pé de guerra» com «Lázaro Kavandame à frente dos rebeldes» (A Rua, 29-7-1976).

Tais notícias anunciam propósitos e planos do neocolonialismo que é necessário ter seriamente em conta.

No que respeita a Angola, as ligações de forças políticas portuguesas com a UNITA aparecem com particular relevo na conspiração neocolonialista. Os jornais dão destaque ao «Congresso da UNITA no Quénia»⁽³⁸⁰⁾, pondo condições para «o diálogo com o MPLA» (Jornal Novo, 7-7-1976). Savimbi, pela sua parte, mostra as suas tendências e objectivos felicitando o PPD e o CDS pela «vitória eleitoral» (Jornal Novo, 13-7-1976).

O neocolonialismo atacará servindo-se de todas as armas. Não se limitará a atacar violentamente a FRELIMO e o MPLA acusando-os de uma política revolucionária, contra um desenvolvimento capitalista e pela construção de sociedades sem exploradores e explorados. Desencadeará também ataques «de um ponto de vista de esquerda», acusando a FRELIMO e o MPLA e os seus mais destacados dirigentes de não serem suficientemente revolucionários. Tal como em Portugal, o esquerdismo será também, nos novos países libertados, uma arma das forças reaccionárias, da conspiração neocolonialista.

O caso da OCA (Organização Comunista de Angola) é esclarecedor a esse respeito.

A criação desta organização logo depois da independência, imprimindo jornais em Portugal para serem distribuídos clandestinamente em Angola, conduzindo uma campanha violenta contra o MPLA, aparece perfeitamente enquadrada na estratégia neocolonialista.

A OCA maoísta aparece no seguimento do apoio dos dirigentes chineses à FNLA de Holden Roberto, ao serviço do imperialismo norte-americano. Os grupos maoístas de Portugal, a começar pela UDP, apesar de esconderem por vezes as suas posições, dado o grande movimento de solidariedade para com o MPLA, estiveram sempre com a FNLA e apoiaram a agressão dos racistas sul-africanos dos mercenários da PIDE, do ELP e outros.

Os mesmos que atacaram o MPLA por ser demasiado revolucionário, passaram a atacá-lo por não o ser bastante. A OCA é o neocolonialismo fardado de ultra-revolucionário. A actividade da OCA aparece como um prolongamento, em novas condições e com outras armas, da agressão imperialista e neocolonialista contra a independência de Angola e o seu primeiro governo nacional, o governo do MPLA.

O Comunicado conjunto do CC do «PCP (R)» (UDP) e da «delegação do CC da OCA», com data de Abril de 1976, depois das prisões dos conspiradores contra o governo de Angola, definindo como inimigo principal o MPLA e atacando a ajuda soviética e cubana, é um modelo de provocação esquerdista ao serviço da reacção e da conspiração imperialista contra a independência do povo angolano.

As forças reaccionárias, colonialistas e neocolonialistas não se limitarão a agir de fora, apoiando movimentos ou grupos ao seu serviço, enviando mercenários, fomentando incidentes, provocações, revoltas e actos terroristas. Procurarão agir por dentro, atijando divisões e ódios tribais e fomentando divergências e confrontos no seio dos próprios movimentos que detêm o poder. Procurarão tenazmente atingir dirigentes revolucionários como Samora Moisés Machel e Agostinho Neto, cujo indefectível amor ao seu povo, cuja coragem, determinação, patriotismo, lhes confere na direcção dos novos Estados, como lhes conferia na luta libertadora e na guerra, um papel histórico e a garantia de uma firme política anti-imperialista e de independência nacional.

A reacção sabe que a divisão das forças revolucionárias pode ser fatal para a Revolução. A alegria e o estardalhaço com que põe a circular boatos relativos a cisões em Angola e Moçambique mostra-o bem.

É do interesse de Portugal o estabelecimento das relações de amizade e cooperação com os novos Estados independentes na base dos princípios da igualdade, o respeito pela soberania e pelos interesses mútuos, da não ingerência nas questões internas.

O desenvolvimento de relações de amizade com Angola e Moçambique torna necessário também que sejam abandonadas de vez as concepções neocolonialistas expressas pelo actual ministro dos Negócios Estrangeiros quando defendia «um sistema de alianças bilaterais entre os países do Pacto do Atlântico e dos países limítrofes do Atlântico Sul» (Tempo, 7-8-1976) ⁽³⁸¹⁾, ou quando afirmava que «a descolonização, a ter sido efectuada intensivamente (?) ⁽³⁸²⁾, deveria ter tido em conta a zona euro-africana em criação e alinhado ⁽³⁸³⁾ nos acordos de Yaundé e Lomé entre a CEE e países africanos saídos da descolonização francesa e inglesa» (Medeiros Ferreira, Diário de Notícias, 26-7-1976).

Portugal não deve tornar-se uma base da revanche neocolonialista, da conspiração contra os regimes e governos existentes nesses países. É urgente que cessem tais actividades em território português.

6. Ingerência imperialista

O uso pelo imperialismo e pela social-democracia das armas económicas e financeiras contra a Revolução portuguesa tem sido uma prática constante. Não têm conta os actos de sabotagem pelas multinacionais, com o cancelamento de encomendas, os despedimentos, a redução da laboração e o encerramento de empresas. Não têm conta as declarações de governantes de países capitalistas acerca de condições políticas para créditos, compras e investimentos. Nos momentos mais críticos, o imperialismo estendeu sempre com uma mão um maço de notas e com a outra as condições políticas

Como simples exemplo, em 18-7-1975 ⁽³⁸⁴⁾, num aceso momento da crise político-militar, o Conselho da Europa, reunido em Bruxelas, decidiu só conceder ajuda (?) financeira a Portugal no caso de o nosso país «dar provas» de evoluir no sentido de uma «democracia pluralista». Um dia depois, o ministro dos Negócios Estrangeiros da Grã-Bretanha, justificando a recusa de facilidades financeiras a Portugal, dizia que «o nosso negócio não é financiar ditaduras» (A Capital, 19-7-1975) ⁽³⁸⁵⁾.

Com a hegemonia PS-PPD no VI Governo, e agora com a formação do governo PS, ficaram muito facilitadas as tentativas do imperialismo para recuperar posições na economia portuguesa. À falta de uma política económica nacional assente fundamentalmente nas energias nacionais, tender-se-á inevitavelmente a recorrer de forma crescente aos recursos externos e a solicitar ou aceitar «ajudas» condicionadas. Dívida externa,

pagamento de juros, novos empréstimos, esgotamento de ouro e divisas, investimentos com condições gravosas dos interesses nacionais, são punhais apontados à independência de Portugal ⁽³⁸⁶⁾.

O VI Governo Provisório, a fim de estimular a entrada de capitais, aprovou um «Código dos investimentos estrangeiros» (Decreto-Lei n.º 239/76 ⁽³⁸⁷⁾), aos quais abria toda a economia portuguesa, com excepção dos serviços públicos (águas, saneamento, electricidade, gás, telefones, correios, telecomunicações e transportes internos), instituições monetárias e financeiras, seguros, publicidade, meios de comunicação social e sectores nacionalizados à data da publicação do decreto (art. 9).

Admitia mesmo assim a participação minoritária de capital estrangeiro nos sectores nacionalizados (!) (art. 9, n.º 3). Dava às empresas estrangeiras «condições iguais» às das empresas nacionais. Permitia a transferência, com pleno acesso ao mercado de divisas (art. 16), de lucros anuais até 12% do montante do capital investido e até 20% em empresas exportadoras (art. 13, n.º 2). Considerava para este efeito como capital investido o capital importado acrescido dos lucros reinvestidos (art. 13, n.º 3). Permitia a admissão de pessoal especializado estrangeiro não sujeito aos limites do salário máximo nacional, e podendo transferir para fora até 70% do valor das remunerações (art. 23).

Este «Código», procurando «dar confiança» ao capital estrangeiro e atrair investimentos, já ia demasiado longe. Mas os capitalistas estrangeiros e os seus defensores em Portugal acharam que ainda não bastava.

É sintomático que a contestação tenha vindo do jornal reaccionário O Dia (5-2-1976) pela boca do Dr. António Maria Pereira, que o jornal apresenta como «advogado ⁽³⁸⁸⁾ com larga experiência de investimentos estrangeiros», como Chairman (presidente) da Comissão de «Vendas internacionais de bens» (?), e que é conhecido nos meios políticos portugueses por aparecer, ao lado do arquitecto Araújo e de Salles Lane, ligado ao grupo conspiratório do Grémio Literário para o 28 de Setembro ⁽³⁸⁹⁾.

Este senhor afirma que o «Código» não entusiasmou nem ingleses nem americanos e que o capital estrangeiro não tem interesse em investir em Portugal em virtude da «indisciplina e tensões existentes no campo laboral», do «controlo operário», etc.

Por três razões fundamentais é manifestado desacordo com o «Código». Primeiro pela proibição dos investimentos estrangeiros em sectores básicos da economia nacional, que se diz serem «não fundamentais» (!), «actualmente (!!) nacionalizados, mas incapazes (?) de satisfazer convenientemente as necessidades públicas». Depois por ser baixo o limite à exportação de lucros (12%), que se pensa dever ser «substancialmente aumentado» ⁽³⁹⁰⁾. Finalmente por não ser dada suficiente garantia às empresas estrangeiras contra as nacionalizações, isto é, a garantia de que «nunca (sic) serão nacionalizadas» ⁽³⁹¹⁾.

Estas opiniões não são isoladas. A revisão do «Código dos investimentos estrangeiros» tornou-se uma reivindicação do grande capital, da

reação, do imperialismo. O que o governo PS afirma a este respeito não é de molde a tranquilizar acerca da recuperação imperialista na economia portuguesa.

A par das pressões exercidas com armas económicas, o imperialismo tem-se ingerido directamente na vida política interna de Portugal.

Os Estados Unidos, que, pelo que se infere do que diz Kissinger (*Le Monde*, 14-4-1976), apoiam o PS sob condição de ser realmente eficiente na defesa dos interesses do capital e na liquidação da Revolução portuguesa, sempre animaram desde o 25 de Abril e continuam a animar as conspirações que visam a instauração de uma nova ditadura. Os países do Mercado Comum, sem perderem de vista a eventual instauração de uma nova ditadura, jogam fundamentalmente na capacidade do PS, PPD e CDS para, dentro de uma legalidade «democrática», assegurarem a recuperação do capital e a liquidação da Revolução portuguesa.

É de esperar que ante o previsível fracasso do governo PS sozinho, o imperialismo volte a pressionar no sentido da formação de um governo PS-PPD ou mesmo PS-PPD-CDS e que venha a jogar com a situação anti-democrática existente na Madeira e Açores e com os Governos Regionais separatistas do PPD.

De qualquer forma, o que é absolutamente certo é que exercerá toda a espécie de pressões para dificultar uma alternativa da esquerda, ou seja, um governo com participação comunista.

Não é apenas em relação a Portugal, mas em relação a todos os países da Europa ocidental, que o imperialismo tem feito pressão para que os comunistas não façam parte do governo.

Kissinger fez numerosas declarações nesse sentido. No dia 7-4-1976, *The New York Times* publicou notas suas fornecidas pelo seu conselheiro especial, H. Sonnfelt ⁽³⁹²⁾, em que energicamente advertia contra a participação de comunistas nos governos da Europa ocidental. «O domínio dos PC no Ocidente é inaceitável», teria dito Kissinger (*Le Monde*, 14-4-1976) ⁽³⁹³⁾.

Certos dirigentes socialistas portugueses procuram muitas vezes pôr em confronto os comunistas portugueses e os comunistas doutros países, designadamente os italianos. Foi dito e redito que, se os comunistas portugueses fossem como os italianos, tudo seria fácil, no plano interno e externo, para a participação dos comunistas no governo. Até o imperialismo estaria de acordo ⁽³⁹⁴⁾.

Eis porém que em Itália o PCI alcançou uma extraordinária votação e a entrada dos comunistas italianos no governo se colocou na ordem do dia. Contra a expectativa de muitos, em vez de vermos a democracia cristã, a social-democracia e o imperialismo aceitarem como normal «o jogo democrático em Itália», o «compromisso histórico» e a possível entrada do PCI no governo, os representantes dos Estados Unidos, da República Federal Alemã, da França e da Grã-Bretanha, reunidos em S. Juan de Puerto Rico, comprometeram-se uns com os outros a cortar toda a ajuda económica à

Itália no caso dos comunistas entrarem no governo, conforme declarações feitas à imprensa pelo chanceler alemão, Helmut Schmidt, numa conferência de imprensa em Washington (16-7-1976). Logo depois, o Presidente Ford, também numa conferência de imprensa, declarava que «os Estados Unidos ficariam muito perturbados pela participação comunista no governo de Itália. Teria um impacte infeliz na NATO».

Diferentemente do dirigente socialista francês F. Mitterrand, do jornal liberal Guardian e do próprio Times, que se pronunciaram contra essa «chantagem grosseira», contra essa tentativa de levar os povos da Europa pela arreata «para uma nova Santa Aliança» (Mitterrand), alguns pseudo-democratas portugueses citavam essa «opinião» americana para se oporem à formação dum governo de esquerda em Portugal. Durante dois anos, os imperialistas foram impotentes para afastar os membros do PCP do governo português. Portugal deu o exemplo de que é possível, num país da Europa ocidental, num país da NATO, os comunistas fazerem parte do governo, mesmo contra a vontade do imperialismo.

O Presidente Ford gabou-se recentemente de que a viragem à direita na política portuguesa foi «um êxito» da política dos Estados Unidos (7-10-1976 ⁽³⁹⁵⁾). Certamente o foi, na medida em que, desde o 25 de Abril os Estados Unidos se têm ingerido na política portuguesa, e tem havido portugueses a solicitar ou a aceitar essa ingerência. Mas, se a reacção for isolada e as forças democráticas e progressistas se unirem e lutarem com determinação, Portugal será o que quiserem os portugueses, e não o que quiser o imperialismo norte-americano.

O maior perigo das pressões e ingerências do imperialismo é que elas são solicitadas ou aceites pelo grande capital e por partidos e sectores políticos.

Num mesmo dia, por exemplo, o Presidente da CIP, Vasco de Melo, e o secretário-geral do PPD, Sá Carneiro, apelaram quase nos mesmos termos para a ingerência económica imperialista. O primeiro procurou convencer os governos dos países capitalistas a «fazer ver ⁽³⁹⁶⁾ ao governo português» qual deve ser «a estratégia económica» (Diário de Notícias, 27-5-1976). O segundo, almoçando no American Club com Carlucci, defendeu um «miniplano Marshall» (empréstimos e investimentos americanos) como condição para «uma política de reconstrução nacional» e apelou para «as organizações internacionais (?) no sentido de virem a Portugal elaborar as linhas mestras de um plano global a submeter ao governo e ao Parlamento e desenvolverem a sua ajuda a partir daí» (Jornal Novo, 27-5-1976).

Através da submissão ao imperialismo, o capital e a reacção procuram apressar a recuperação capitalista e monopolista. No debate sobre o Programa do Governo PS, o deputado Lucas do CDS ousa propor que às empresas nacionalizadas sejam associadas as multinacionais!

Também da parte do PS, em dois anos e meio de Revolução, houve frenética actividade na busca de auxílios externos e na solicitação das

pressões vindas de fora. Isso sucedeu ao longo de todo o processo e com particular nitidez nos períodos mais agudos, designadamente no auge da crise político-militar.

Depois, nas vésperas da abertura da campanha eleitoral para a Assembleia da República, a chamada «cimeira socialista» realizada no Porto (13/15-3-1976) com a presença de chefes de governos e de destacados dirigentes de partidos no poder numa série de países da Europa, constituiu um exemplo perfeito do apelo à pressão externa e à ingerência da social-democracia europeia na vida interna de Portugal ⁽²⁸⁷⁾.

Se esta prática do PS não bastasse para indicar que agora, com o PS senhor do governo, as ingerências imperialistas se vão tornar ainda mais activas, as ideias defendidas pelo actual Primeiro-Ministro e pelo actual Ministro dos Negócios Estrangeiros não deixam a esse respeito lugar a dúvidas.

A formação de uma brigada da NATO em território português, com soldados portugueses e com comandos estrangeiros, agravou os perigos dessas pressões e ingerências externas ⁽³⁹⁷⁾.

E as remodelações e saneamentos nos órgãos de comunicação social, designadamente na TV onde abundam os programas americanos ou americanizados — um verdadeiro «lixo», do mais repugnante, uma suja amostra da acção de diversão do imperialismo e da reacção, um anticomunismo ainda mais primário e violento que no tempo da ditadura —, mostram que o imperialismo encontrou já poderosos apoios para envenenar ideologicamente a democracia portuguesa ⁽³⁹⁸⁾.

Agravam-se pois os perigos de ingerências externas e do aumento da dependência de Portugal em relação ao imperialismo.

O reforço dos sentimentos nacionais, a tomada de consciência dos perigos e a determinação de fazer respeitar o princípio de que em Portugal decidem os portugueses estão cada vez mais ligados aos sentimentos democráticos e progressistas.

A defesa, consolidação e prosseguimento da democracia são inseparáveis da defesa intransigente da soberania e da independência nacionais ⁽³⁹⁹⁾.

7. Ameaças às liberdades

As forças reaccionárias, ao mesmo tempo que se preparam para liquidar as liberdades, afirmam que não há ameaças nem perigos para o regime democrático.

De facto, tais ameaças e perigos existem. A relativa calma aparente não deve enganar. Fascistas e reaccionários conspiram para liquidar o regime democrático e instaurar uma nova ditadura.

Se não houvesse mil e um indícios de actividades de conspiradores, os nomes de Kaúlza de Arriaga e Spínola aí estão para as lembrar.

Kaúlza de Arriaga tem sido desde o 25 de Abril um dos mais activos organizadores da contra-revolução.

Além das manobras contra Moçambique, a sua acção parece desenvolver-se em três direcções fundamentais: a) a conspiração, voltada principalmente para os sectores fascistas e reaccionários nas forças armadas, no activo ou na reserva, havendo quem ligue a sua actividade ao aparecimento dos Comitês de Defesa da Liberdade (CDL), de inspiração fascista; b) a acção política que desenvolve há muito, que esteve para concretizar-se na sua candidatura à Presidência e que teve nova expressão pública no lançamento do Movimento Independente de ⁽⁴⁰⁰⁾ Reconstrução Nacional (MIRN), em 9-7-1976. O objectivo anunciado era reagrupar as forças reaccionárias, a que chama «forças políticas nacionais democráticas pluralistas não marxistas e anti-extremistas», promover a «total harmonia» com o CDS e o PPD e preparar condições para que se venham um dia a realizar «eleições sem os actuais vícios eleitorais» de forma a que possam resultar «maiorias absolutas reais», ou seja, o poder absoluto de Kaúlza & C.^a.

Quanto ao ex-general Spínola, o seu regresso a Portugal no preciso momento em que se estava a discutir na Assembleia da República o Programa do Governo foi um estímulo real à reacção.

O regresso estava preparado com altas protecções. A decisão judicial de libertação imediata estava pré-fabricada, mostrando que na magistratura continua a haver gente pronta a agir, não ao serviço da ordem e da justiça democráticas, mas ao serviço da contra-revolução.

Diz-se que o ex-general declarou ser sua disposição observar a legalidade democrática. Mas se não bastassem as suas tentativas de golpe (Palma Carlos ⁽¹⁶¹⁾, 28 de Setembro ⁽¹⁴³⁾, 11 de Março ⁽⁶⁵⁾) e a sua chefia da associação terrorista MDLP que, ao lado do ELP ⁽²⁹¹⁾, é responsável por atentados, assaltos, pilhagens, incêndios e assassínios, o caso Wallraf, independentemente da opinião que se formar dos métodos usados pelo jornalista, é nova prova das suas intenções e planos numa data relativamente recente (25-3-1976 ⁽⁴⁰¹⁾).

É de colher com incredulidade tudo o que Spínola, com o objectivo de se credenciar para obter a ajuda financeira de 800 000 contos (?), declarou acerca de ligações e apoios em altas instâncias e esferas militares àquele que julgava ser o chefe duma poderosa organização nazi na RFA. A divulgação dessas declarações não ajudou a Revolução portuguesa. Mas, a par disso, é absolutamente certo que ele preparava grandes operações terroristas e armadas, andava à busca de dinheiro e armas para o efeito e anunciava sem subterfúgios o seu propósito de instaurar uma nova ditadura e afogar em sangue a democracia portuguesa, massacrando os comunistas e outros antifascistas.

Apesar do descrédito provocado pelos seus desaires e pela triste figura no caso Wallraf o ex-general não dá quaisquer garantias de não reincidir.

Esta gente precisa de ser vigiada e bem vigiada. Mas a vigilância em relação a destacadas figuras da contra-revolução não deve levar a fechar

os olhos aos numerosos círculos e redes de conspiradores que pululam por todo o País. A história tem mostrado que a conspiração, precisamente porque o é, só deixa localizar muitas vezes os chefes depois de dado o golpe. É necessário vigiar conhecidos fascistas que não escondem os seus objectivos. Mas é sobretudo necessário combater, no concreto, as diversas actividades fascistas, levando até ao fim a desarticulação das redes terroristas e o castigo dos responsáveis, impedindo propaganda do fascismo que viola constantemente as leis penais, fazendo punir as provocações, as violências, os desafios à ordem democrática e ao regime democrático.

Não haja ilusões. O actual abrandamento do terrorismo deve-se sem dúvida em parte aos golpes que foram dados a algumas das suas redes, embora logo depois se libertem bombistas, assassinos e chefes da mafia terrorista, dando assim novo alento às suas actividades. Mas deve-se também ao facto de que a reacção está jogando a carta da «legalidade» e da «evolução» para a conquista pacífica do poder, seja através duma desestabilização que dê pretextos ao avanço da direita, seja através do jogo das instituições.

As fronteiras entre os partidos reaccionários legalizados e as organizações terroristas são muito difíceis de determinar. O CDS quando vê que gente sua é descoberta na rede desmente o facto e bate palmas ao MAI por combater o terrorismo. E os separatistas dos Açores que, com a bandeira da FLA conduziam o terrorismo, estão agora no governo regional com a bandeira do PPD.

Desde o 25 de Abril, a reacção tem sempre actuado com as suas duas faces: a legal falsamente democrática e a clandestina da conspiração e do terrorismo. O futuro mostrará que a reacção não perdeu nenhuma destas duas faces.

No II Congresso do CDS, F. do Amaral demarcou-se de Kaúlza e do MIRN. Protestando, os ultras vieram exigir que o CDS «assumisse» abertamente uma «expressão da direita» (J. Sanches Osório, *Liberdade*, 28-7-1976). E o jornal fascista *A Rua* veio revelar que «o CDS nas últimas eleições legislativas comprometera-se com a direita, que o apoiou ⁽⁴⁰²⁾ com a mais perfeita e honrosa lealdade» (29-7-1976). Disputas em família. Embora se afirme um «partido imaginativo, criador e revolucionário» (F. do Amaral no II Congresso ⁽⁴⁰³⁾), o CDS era e é a direita, era e é a reacção. O seu «jogo democrático» visa longe. Os braços que estende ao PS são para começar em abraço e acabar em garrote. A «grande coligação democrática» CDS-PPD-PS não seria o caminho da consolidação da democracia, mas o caminho «legal» para a liquidar.

Os perigos dum golpe de força contra-revolucionária continuam a existir, os perigos da tomada legal do poder pela reacção existem também. É necessário reforçar e unir as forças da liberdade e da democracia, para evitar que o previsível fracasso do governo PS seja a antecâmara dum governo abertamente reaccionário.

Além dos perigos dum golpe de força e da conquista «legal» do poder pela reacção, existem graves ameaças directas e imediatas às liberdades no próprio quadro das instituições e dos actuais órgãos do poder.

As liberdades continuarão a ser formalmente reconhecidas, mas todas serão «regulamentadas». Para fazer voltar para trás a Revolução, uma fúria «regulamentadora» apossou-se da direita e do governo. Até a luta de classes o Primeiro-Ministro se propõe «regulamentar» com vistas a que acabe numa «concertação» entre capitalistas e trabalhadores (M. Soares na TV, 19-9-1976)! A «regulamentação» tornou-se a forma «democrática» utilizada pela direita para limitar e tentar liquidar direitos e liberdades conquistados pelo povo português. Quando se ouvir falar de «regulamentação» pode-se estar certo: é uma ameaça e um perigo.

As ameaças às liberdades manifestam-se, em primeiro lugar, no domínio da liberdade de expressão.

Ao mesmo tempo que se atacam órgãos independentes e progressistas, considera-se «salutar» (M. Soares a A Capital, 7-7-1976) a vaga podre da imprensa fascista que (paga não se sabe por quem) aparece como cogumelos e envenena a atmosfera política, abrem-se os meios de comunicação social estatizados ao mais vesgo anticomunismo e obscurantismo.

A monopolização dos grandes meios de comunicação social por partidos que se dizem pluralistas e o seu uso para a desinformação e manipulação da opinião pública; o pagamento anual pelo Estado dos défices de 600 000 contos da imprensa estatizada para uso de partidos conjuntamente no poder; a tolerância que estimula a propaganda provocatória e criminosa de fascistas e esquerdistas; a impunidade para as mais vis calúnias — representam não só ameaças às liberdades, mas reais atentados a uma prática democrática.

Enquanto o PS e o PPD não tiveram o controlo da imprensa estatizada não havia dia nenhum em que não fossem citados os défices, para justificar uma intervenção e ocupação dos jornais pelo governo. Segundo diziam, o Estado não podia pagar propaganda política. Logo porém que o PS e o PPD tomaram conta deles, as tiragens desceram verticalmente: Diário de Notícias de 140 000 para 90 000 com 30% de sobras, O Século de 50 000 para 30 000 com 50% de sobras. Os défices subiram, mas nunca mais se pregou moral. A vergonhosa propaganda reaccionária de O Século custa aos dinheiros públicos 90 000 contos por ano, mas o PPD agora não protesta!

Semelhantes aplicações de «pluralismo» se verificam na RTP e na rádio. De Janeiro a Julho, na vigência do VI Governo Provisório, o PS teve de antena na TV 12 horas 5 minutos e 59 segundos; o PPD 5 horas 39 minutos e 35 segundos; o PCP apenas 1 hora 53 minutos e 19 segundos. Nos primeiros dois meses de Governo PS sozinho — Agosto e Setembro — a discriminação agravou-se ainda mais: o PS teve 11 horas 19 minutos e 54 segundos (85% do tempo ocupado pelos partidos), o CDS 1 hora 6 minutos e 39 segundos (8,3%); o PPD 22 minutos e 45 segundos (2,9%);

o PCP apenas 13 minutos e 11 segundos (1,7%). Não incluindo a apresentação e debate do Programa do Governo na Assembleia da República — em que teve 6 horas, 37 minutos e 57 segundos —, Mário Soares acentuou ainda mais a sua presença passando de 2 horas, 13 minutos e 41 segundos para 6 horas, 31 minutos e 28 segundos, enquanto F. Amaral passou de 1 hora, 6 minutos e 53 segundos para 58 minutos e 7 segundos e Álvaro Cunhal de 34 minutos e 23 segundos para 1 minuto e 13 segundos! Isto em dois meses! Quanto aos critérios de classe, evidenciam-se no facto de que as organizações reaccionárias patronais (CAP e CIP) tiveram 38 minutos e 25 segundos, a Intersindical 10 minutos e 4 segundos e o MARN 1 minuto e 45 segundos, de Janeiro a Junho. Vê-se como os partidos no poder entendem o «pluralismo» e a «proporcionalidade» democrática ⁽⁴⁰⁴⁾.

A nacionalização da TV, da rádio (com excepção da Rádio Renascença) e da imprensa, decretada em 29-6-1976 ⁽⁴⁰⁵⁾, tornando de direito uma situação de facto, aparece, não como uma medida tendente ao socialismo, mas como o passo técnico para facilitar a monopolização política e ideológica dos meios de comunicação estatizados.

As ameaças às liberdades manifestam-se, em segundo lugar, no domínio da organização dos trabalhadores.

Dividir e enfraquecer a organização de classe dos trabalhadores tornou-se um objectivo essencial para tentar impor uma política antioperária e antipopular, para tentar fazer pagar aos trabalhadores o preço da reanimação económica e da estabilização financeira.

Uma campanha de agressividade sem precedentes é conduzida contra a organização sindical e as Comissões de Trabalhadores. Desenvolve-se uma vasta operação divisionista e nega-se a representatividade dos sindicatos e da Intersindical como se os trabalhadores tivessem tido alguma vez precisão de pedir autorização ao patronato, à reacção ou à social-democracia para se organizarem e defenderem os seus interesses.

O grupo parlamentar do PS vai ao ponto de recusar-se a receber, por «falta de representatividade», o Secretariado da CIL (Cintura Industrial de Lisboa), apesar de representar muitas dezenas de Comissões de Trabalhadores eleitas pela classe operária.

Os projectos de revisão da lei sindical, a pretexto da defesa da «liberdade sindical», e de «regulamentação das Comissões de Trabalhadores», a pretexto da defesa da sua «democraticidade», anunciam o propósito de limitar a real liberdade de organização dos trabalhadores e a real liberdade sindical, a fim de submeterem as organizações dos trabalhadores à intervenção, ao dirigismo, ao comando dos partidos do patronato e do governo.

As ameaças manifestam-se, em terceiro lugar, no domínio do direito à greve.

Fazendo o requisitório das «greves selvagens», proclamando que só aos sindicatos cabe «decretar a greve» e discorrendo que «os dias de

greve não têm de ser pagos aos trabalhadores pelas empresas», pois que isso «é um princípio que vem de longe e que está inscrito na história do movimento operário a atestar a força moral da luta dos trabalhadores» (!) (9-9-1976 ⁽³³⁴⁾), o secretário-geral do PS, como Primeiro-Ministro, dá os primeiros passos para a restrição do direito à greve.

Há tempos, um documento do PS gabava que «na Assembleia Constituinte os deputados socialistas propuseram e fizeram aprovar o direito à greve sem qualquer limitação». Mas parece que aquilo que o PS fez na Assembleia pretende desfazer no governo.

A revisão da lei da greve que o governo anuncia (com o aplauso conjunto do CDS, PPD e PS) não visa certamente alargar o direito mas restringi-lo.

As ameaças às liberdades manifestam-se ainda nas discriminações e perseguições por motivos ideológicos, nos saneamentos à esquerda no aparelho do Estado ⁽³¹⁵⁾, ao mesmo tempo que são readmitidos fascistas e reaccionários.

Trata-se de um dos aspectos mais preocupantes da política do governo actual. Por um lado, faz a «caça às bruxas», aos comunistas, como nos tempos do fascismo. No aparelho do Estado, em organismos económicos, em empresas. Afastam-se das suas funções pessoas competentes pelo único «crime» de serem da «esquerda». Na RTP e na rádio, o «pluralismo» começou por grandes saneamentos (36 na RTP, 70 na Emissora), a que se seguiu o afastamento de militares que haviam sido lá colocados pelo MFA. No MEIC, o novo Ministro faz saneamentos em massa, dentro e fora do domínio da sua competência, ao mesmo tempo que (entre os aplausos de fascistas e reaccionários) procura destruir todas as conquistas alcançadas após o 25 de Abril no domínio do ensino: unificação do ensino secundário, gestão democrática das escolas, etc. No Ministério do Trabalho, no Ministério da Comunicação Social, um pouco por toda a parte, o «chamado pluralismo» revelou-se como intolerância ideológica e sectarismo estreito e cego. ^(82a)

Nas empresas, o terreno está preparado pelo Decreto 471/1976 (14-6-1976), aprovado pelo PS-PPD no VI Governo Provisório, que visa anular os saneamentos de reaccionários levados a cabo pelos trabalhadores. Saneiam-se democratas. E readmitem-se fascistas e outros reaccionários no aparelho do Estado e nas empresas, sob pretexto de que a Constituição não permite despedimentos por motivos ideológicos... ⁽³⁶⁸⁾

Ameaçam-se os comunistas. E libertam-se os seus torturadores e assassinos, os Fernando Gouveia, os Sachetti, os Porto Duarte, os Abílio Pires, sob pretexto de que ninguém pode estar preso sem julgamento ⁽⁴⁰⁶⁾.

Esta política e esta prática pretendem-se «constitucionais», «legais» e «democráticas». Mas são de facto violações grosseiras da Constituição e da democracia.

Limitações às liberdades e ameaças às liberdades não podem conduzir ao reforço do regime democrático.

Uma tal orientação, a prosseguir, tenderá, pela própria lógica da sua aplicação, a evoluir no sentido da acção abertamente repressiva. Tal não poderá ser a saída para as dificuldades actuais. A saída existe, mas no respeito pelas liberdades e direitos dos cidadãos. No respeito pelas conquistas da Revolução portuguesa consagradas na Constituição.

VI

A política necessária

A Revolução portuguesa percorreu no espaço de dois anos e meio um caminho acidentado. Luta heróica do povo e dos militares para eliminar o fascismo da nossa pátria, acabar com a guerra e o isolamento internacional, conquistar uma vida de liberdade, de paz e de amizade com todos os povos. Luta pelo pão e pelo melhoramento das condições de vida. Luta heróica para pôr fim ao poder explorador dos grupos monopolistas e dos agrários. Tentativas contra-revolucionárias fracassadas e avanço impetuoso do processo revolucionário. Controlo operário, nacionalizações, intervenções do Estado, Reforma Agrária. Resistência feroz da reacção e divisões e conflitos no campo democrático e no MFA, entre partidos, entre militares. Confrontos e novo avanço da reacção novamente sustido. Entrada em vigor da Constituição, institucionalização do novo regime democrático e eleição e formação dos órgãos de soberania correspondentes. E de novo, no momento presente, novas tentativas de desestabilização e de ofensiva contra as transformações democráticas por parte das forças reaccionárias e novas lutas populares em defesa das liberdades e das outras conquistas da Revolução.

Ao fim de dois anos e meio de um processo tão acidentado, o Portugal de hoje, apesar dos perigos da hora presente, é um país profundamente transformado pela Revolução, em que as conquistas alcançadas introduziram modificações tão profundas que as forças reaccionárias, mesmo quando aparentemente a correlação lhes é favorável, têm sido impotentes para liquidá-las.

O Portugal de hoje é um Portugal libertado dos monopólios e dos latifúndios. Um Portugal novo e melhor, democrático e progressista.

Não é uma política que queira fazer andar para trás a história, uma política de recuperação capitalista, agrária e imperialista, que poderá dar solução às dificuldades actuais e assegurar um desenvolvimento democrático e pacífico da sociedade portuguesa.

No Portugal de hoje, a única política que, no quadro do regime democrático, pode dar solução aos problemas nacionais é uma política que parta da defesa e consolidação das grandes transformações revolucionárias alcançadas e que mantenha firmemente a democracia portuguesa no rumo do socialismo.

Essa é a política necessária, a única política verdadeiramente nacional.

1. Duas perspectivas de desenvolvimento

A definição de qual é o sistema económico de Portugal no momento presente e do sistema económico para que se pretende caminhar é um ponto de partida essencial para qualquer programa de acção governativa e particularmente para a definição de uma política económica e financeira que se proponha resolver os graves problemas existentes.

Portugal, presentemente, é ou não um país capitalista? Se o é, em que estágio de desenvolvimento se pode considerar? Se não o é, como caracterizar o sistema económico existente? Abstraindo o factor político, quais são actualmente as leis que regem a nossa economia? As leis da economia capitalista? Se não, quais? E, em qualquer dos casos, qual o sentido da evolução económica e social?

A resposta a estas perguntas é essencial para se formar uma ideia do Portugal em que vivemos após dois anos e meio de Revolução e para se poder definir uma política, na base, não de abstrações ou projectos voluntaristas, mas da situação concreta existente.

Na apreciação da situação objectiva deve-se ter em conta que as estruturas fundamentais do estágio de desenvolvimento capitalista existente antes do 25 de Abril foram destruídas. O capitalismo monopolista recebeu golpes mortais com a nacionalização da banca e dos sectores básicos da economia nacional a que se devem juntar as numerosas empresas em que o Estado interveio, aquelas em que existe elevada participação do Estado no capital, as muitas que se transformaram em cooperativas e, independente do possuidor, todas aquelas onde foi instaurado o controlo operário e a gestão pelos trabalhadores.

Na agricultura, a Reforma Agrária, apesar de ter um carácter regional, pôs termo à maior parte da propriedade latifundiária e libertou da exploração agrária e capitalista um quinto da superfície agrícola, que se aproximará de um quarto, quando a Lei da Reforma Agrária for integralmente aplicada, mesmo que só na zona respectiva. ⁽⁴⁰⁷⁾

Como atrás já foi mostrado, os sectores libertados do domínio e exploração capitalista são os mais importantes da economia nacional. As transformações levadas a cabo alteram profundamente as estruturas económicas e sociais. As relações de produção capitalistas são ainda predominantes, mas não determinantes.

O capitalismo monopolista de Estado era um sistema global de organização económica e política ao serviço do grande capital. A apropriação pelos grupos monopolistas dos meios de produção dos sectores-chave na economia nacional e o elevado grau de concentração existente permitiam ao grande capital dominar, dirigir e orientar toda a política económica.

Permitiam-lhe colocar o fundamental dos recursos nacionais (riquezas naturais, força de trabalho, instrumentos e meios de trabalho) ao serviço dos seus interesses egoístas de classe, da acumulação capitalista, do prosseguimento do desenvolvimento capitalista da produção.

Hoje, ao contrário do que sucede na economia capitalista, quem detém os meios de produção dos sectores determinantes não são os capitalistas, mas o Estado. A elevada concentração coloca o Estado na posição cimeira nos sectores básicos e determinantes da economia portuguesa. Esta situação permite que todos os recursos apropriados antes pelos grupos monopolistas possam (se o poder político for exercido por forças favoráveis ao processo revolucionário) ser colocados ao serviço dos interesses do povo e do País, de uma acumulação não capitalista, de um desenvolvimento da produção e de relações económicas em direcção do socialismo.

Criaram-se condições objectivas para que uma parte considerável da economia portuguesa escape definitivamente às leis do capitalismo e venha a constituir uma formação económica socialista.

A lei da mais-valia, lei económica fundamental do capitalismo, segundo a qual a finalidade imediata da produção é a obtenção do maior lucro possível pelos capitalistas através da maior exploração dos trabalhadores — deixou de ter aplicação universal na economia portuguesa. Numa grande parte da indústria, da agricultura, dos transportes e dos serviços, a produção não está directamente dependente, como sucede na economia capitalista, da obtenção do lucro.

Ao contrário do que sucede na economia capitalista, é possível mediante a acção orientadora e planificada do Estado e a intervenção dos trabalhadores, dirigir todo esse sector no sentido da produção com vistas à satisfação das necessidades nacionais, e não à obtenção do lucro.

Isto não exclui, antes pressupõe, um esforço no sentido da rentabilidade por sectores e empresas. Mas admite diferenciações planificadas de preços e valores, compensações interempresas e intersectores, que se podem traduzir (e isso é o essencial) na rentabilidade geral do sector não capitalista.

Desde que se consolidem as conquistas da Revolução, a lei da mais-valia deixa assim de ser o regulador principal da economia portuguesa.

A lei da acumulação capitalista, segundo a qual, pela intensificação da produção da mais-valia, a riqueza dos capitalistas cresce sem cessar e a situação dos trabalhadores piora relativa e absolutamente em termos históricos — deixa também de ter validade em grande parte da economia portuguesa, desde que se impeça a recuperação capitalista.

A lei da concorrência é também limitada. Enquanto na economia capitalista a concorrência decide do agravamento da exploração tendo em vista a diminuição dos preços de custo e o aumento da mais-valia, a situação existente na economia portuguesa impõe que o progresso na produção se baseie fundamentalmente no aumento da produtividade e no melhoramento técnico e tecnológico. Enquanto na economia capitalista a concorrência

provocou a concentração e a concentração o monopólio, na situação actual é possível criar mecanismos de direcção e controlo que impeçam tal evolução.

A contradição fundamental do capitalismo entre o carácter social da produção e a apropriação privada dos meios de produção sofreu também sérias limitações com as transformações revolucionárias alcançadas desde o 25 de Abril.

No sistema capitalista, a apropriação privada determina políticas sectoriais independentes, contraditórias, procurando cada qual o lucro máximo, sem cuidar dos efeitos económicos gerais seja nos outros sectores da produção seja no consumo. Daí a contradição entre a organização da produção em cada empresa ou grupo monopolista e a anarquia da produção à escala nacional, que os mecanismos de controlo e de «planeamento» capitalista em nenhum país conseguem dominar e superar.

Com as transformações alcançadas com a Revolução e a existência de um determinante sector não capitalista resultante da apropriação social de meios de produção fica muito diminuída a zona de desenvolvimento desta contradição, já em parte superada.

Deixou de poder dizer-se que a economia portuguesa é, globalmente, uma economia capitalista.

Em conclusão: a economia portuguesa no seu conjunto, se considerarmos apenas a situação económica objectiva, e não a natureza de classe do poder político, encontra-se num estágio intermédio e transitório entre uma economia capitalista e uma economia socialista. Mais perto ainda da primeira, mas em movimento para a segunda.

Dado o processo das grandes transformações económicas e sociais (realizadas pelas massas e pelas forças revolucionárias) e dada a extensão do controlo operário, todo esse sector pode vir a ser considerado um sector de formação socialista, desde que nos órgãos do poder a política corresponda a essa perspectiva.

O desenvolvimento actual da economia portuguesa nas condições criadas pelas transformações levadas a cabo pela Revolução não é no sentido do capitalismo, mas no sentido do socialismo.

Uma evolução capitalista em Portugal exigiria um regresso a relações de produção e a um estágio de desenvolvimento que desapareceram. Exigiria a reconquista pelo grande capital e pelos agrários dos meios de produção que lhes foram arrebatados. Significaria necessariamente uma alteração violenta da situação económica e das suas leis.

A evolução para o socialismo é a evolução natural, a evolução correspondente ao processo económico em curso, evolução que, se não intervierem factores políticos que a contrariem, se poderá operar de forma pacífica e sem grandes perturbações económicas.

Nas condições criadas pela Revolução, um sistema capitalista em Portugal implica, não a defesa ou consolidação do que existe, mas o regresso

e retrocesso ao passado, um processo inverso ao processo revolucionário, uma contra-revolução.

O desenvolvimento económico no quadro da democracia só poderá dar-se a partir das transformações profundas verificadas nas estruturas económicas, ou seja, no sentido, não da recuperação capitalista, mas no sentido do socialismo.

Esta definição é da maior importância quando se trata de traçar uma política económica e financeira que permita resolver os graves problemas existentes, reanimando e reequilibrando a economia e traçando uma política de desenvolvimento.

Para o efeito podem admitir-se duas dinâmicas fundamentais.

Uma é a dinâmica capitalista, assente na propriedade privada dos meios de produção, no agravamento da exploração dos trabalhadores, no aumento dos lucros e da acumulação capitalista, na ligação e subordinação aos interesses do imperialismo estrangeiro.

Uma tal dinâmica, que tende à restauração do capitalismo monopolista, poderia, em abstracto, conduzir à reanimação económica e mesmo ao desenvolvimento. Mas, nas condições concretas existentes em Portugal, significaria: primeiro, a liquidação das grandes conquistas da Revolução, designadamente as nacionalizações, a Reforma Agrária e o controlo operário. Segundo, a obrigatória utilização de medidas repressivas e a efectiva liquidação da democracia ⁽¹⁵⁹⁾. Finalmente, no plano económico e social, uma agudização dos conflitos sociais e uma depressão económica profunda, com graves repercussões nas condições de vida da população.

Mesmo sem falar no que significaria no plano político, a via da recuperação capitalista nem responde aos interesses do povo e do País, nem conseguiria solucionar os graves problemas económicos e financeiros imediatos. Pelo contrário: agravaria as dificuldades da economia nacional.

A outra via, a que pode permitir vencer as graves dificuldades económicas e financeiras, é a que assenta numa dinâmica não capitalista, com base nas transformações das estruturas económicas levadas a cabo pela Revolução.

Em tal dinâmica, o móbil da produção não é mais o lucro do capitalista, mas o benefício para a comunidade nacional e para o povo português. A acumulação indispensável (valor criado e não consumido) não é mais a acumulação de fortunas privadas, mas o enriquecimento dos bens pertencentes a todo o povo e o desenvolvimento dos instrumentos e meios de trabalho que permitam criar cada vez mais riqueza. A partilha dos consumos não é mais a carne para os proprietários dos meios de produção (para as classes exploradoras e parasitárias) e os ossos para os que vendem a sua força de trabalho (para aqueles que tudo produzem), mas o aumento progressivo das remunerações tendo como critério supremo o trabalho de cada qual.

Uma tal dinâmica, para poder responder às exigências de estabilização e desenvolvimento da economia portuguesa, tem de corresponder a duas

condições: a) assentar necessariamente na consolidação e prosseguimento das nacionalizações, da intervenção do Estado, da Reforma Agrária, do controlo operário, da gestão pelos trabalhadores e das cooperativas; e b) concretizar-se na convergência da acção governativa e da intervenção activa dos trabalhadores com vistas à reanimação, ao reequilíbrio, à reorganização e ao desenvolvimento económico.

Uma tal dinâmica, tendendo a transformar-se numa dinâmica socialista, não exclui grandes sectores de economia capitalista (de «iniciativa privada») onde o lucro e a acumulação capitalista persistem, em que os estímulos da produção são necessariamente diversos dos do sector não capitalista. Esses sectores podem e devem ter as garantias e a segurança necessária para o seu desenvolvimento, mas podem e devem também ser controlados pelo Estado e pelos trabalhadores de forma a limitar o grau de exploração, a garantir a defesa dos interesses do povo e do País, a obrigar esses sectores a cumprirem os seus deveres para com a economia nacional e a refrear e a contrariar a inevitável tendência para uma centralização e concentração de tipo capitalista e monopolista.

Em torno da perspectiva e da natureza do desenvolvimento económico e do sistema económico do novo Portugal democrático trava-se actualmente uma aguda luta de classes que se traduz nas apreciações e nas medidas que propõem os vários sectores sociais e os partidos que os representam.

O grande capital e os seus representantes defendem naturalmente a liquidação das conquistas da Revolução, a recuperação pelos patrões e agrários das empresas e das terras que lhes foram retiradas pela Revolução, a restauração do capitalismo monopolista e da sua dinâmica própria.

No período do grande fluxo da Revolução alguns representantes do capital apresentavam-se aparentemente como cooperantes com a nossa jovem democracia.

Em Julho de 1975, a Confederação da Indústria Portuguesa (CIP) dizia querer apenas refrear as «fortes pressões no sentido das nacionalizações» e que houvesse «uma delimitação rigorosa entre o sector público e o sector privado» (Primeiro de Janeiro, 22-7-1975) ⁽⁴⁰⁸⁾. Oito meses mais tarde, animada pelo avanço da reacção, muda o plano. Já não se trata para a CIP de refrear o processo de nacionalizações e de defender as posições do sector capitalista, mas de partir à ofensiva, recuperar sectores e empresas, iniciar um processo de desnacionalizações, alcançar a revogação de «um conjunto de leis criptocomunistas» e assegurar em Portugal a «completa existência de uma economia do mercado» (Vasco de Melo e M. Cabral em Londres, 8-3-1976). O objectivo é claro: a restauração do capitalismo monopolista.

O CDS e o PPD, partidos defensores dos interesses do grande capital, definem naturalmente uma política semelhante.

O governo PS, afirmando-se formalmente pela perspectiva socialista, tem defendido uma política de «conciliação de classes», e praticado uma política de recuperação capitalista.

Desde 25 de Abril, o PS tem insistido num entendimento, acordo ou pacto com o grande capital. Esse «Pacto de Progresso» ⁽⁴⁰⁹⁾, como lhe foi chamado ainda antes da Revolução, consistiria numa «pausa da luta de classes», no compromisso de os trabalhadores aceitarem sem reclamações o agravamento da exploração capitalista, para tornar possível a reanimação económica geral.

Alguns dirigentes do PS têm defendido a necessidade, não de combater e destruir os grupos monopolistas, mas de procurar um entendimento com eles. Tal posição vem de trás. Quando, na preparação do golpe de 28 de Setembro, os grupos monopolistas apareceram com o plano demagógico MDE/S ⁽⁴¹⁰⁾, enquanto o PCP e outras forças progressistas desmascararam a demagogia e o objectivo contra-revolucionário desse plano, os dirigentes do PS consideraram-no «um gesto de colaboração» com a nova democracia e propuseram que o governo estabelecesse um contacto com eles para examinar os projectos.

Na discussão do orçamento geral do Estado para 1975, representantes do PS, ministros e secretários de Estado que então diziam não serem socialistas mas que depois apareceram como tal, afirmavam que o «essencial é restabelecer a confiança dos capitalistas» e que com cedências às classes populares não há possibilidade de restabelecer essa confiança. «O povo viveu 50 anos sob a paternidade» — dizia um economista referindo-se certamente à «paternidade» fascista. — «A mudança radical da situação no país está a provocar um sentimento freudiano da procura do pai» (sic)! O que não ficou claro na altura foi se o «pai» era Spínola ou o capitalismo monopolista.

Essa ideia de considerar ponto básico da reanimação económica e de desenvolvimento o «ganhar a confiança» do grande capital tem-se mantido inalterável mesmo depois das grandes transformações revolucionárias e é hoje a linha de acção do governo PS de mistura com declarações acerca da manutenção e irreversibilidade das nacionalizações e da Reforma Agrária.

Esta linha contraditória que não tem em conta a realidade portuguesa actual não dá uma orientação nem uma perspectiva clara e segura para a solução dos problemas imediatos nem para o desenvolvimento económico ulterior.

A perspectiva de estabilização e desenvolvimento que o PCP indica tem em conta a situação real das estruturas económicas portuguesas depois das grandes transformações alcançadas com a Revolução.

É uma política que pressupõe a defesa e consolidação das conquistas revolucionárias que, nos termos da Constituição, são parte integrante da democracia portuguesa. Pressupõe por isso também que a política nacional exclua definitivamente a recuperação capitalista, agrária e imperialista, contrárias à Constituição e à natureza do regime democrático institucionalizado.

O PCP defende uma política que corresponde à situação actual, considerando portanto a economia portuguesa como uma economia de transição com a simultaneidade de formações económicas (tipos de economia) diversas:

1.^a Uma formação económica não capitalista constituída por três sectores: a) o do Estado nas empresas nacionalizadas e nas empresas sob intervenção do Estado; b) o das cooperativas e UCP na zona da Reforma Agrária; c) o das cooperativas constituídas pelos trabalhadores em empresas abandonadas pelo patronato.

2.^a Uma formação económica de pequena produção mercantil, constituída por artesãos e por pequenas explorações agrícolas e industriais sem trabalhadores assalariados ou com um número muito reduzido de empregados auxiliares do trabalho familiar.

3.^a Uma formação económica capitalista, constituída por empresas nacionais na indústria, na agricultura, nos transportes, no comércio e noutros sectores e por empresas estrangeiras.

4.^a Uma formação económica tendendo a transformar-se num sector de capitalismo de Estado, constituída por empresas mistas do Estado e de capital privado português ou estrangeiro.

É nesta base e só nesta base que se torna possível, não só defender e consolidar o regime democrático, como resolver os problemas cruciais do momento presente, reanimar e estabilizar a economia e empreender uma política de desenvolvimento.

2. Problemas cruciais do momento presente

O agravamento e deterioração da situação económica e financeira que se vinha verificando nos últimos tempos do fascismo e as múltiplas consequências da revolução democrática colocam desde 25 de Abril de 1974 a necessidade de encarar de frente, como um dos problemas centrais da Revolução, a estabilidade económica e financeira e o desenvolvimento.

Como atrás se mostrou, a evolução do capitalismo monopolista conduziu a uma situação altamente deficitária da economia portuguesa ⁽⁴¹¹⁾. Os consumos excediam largamente a produção e a diferença era coberta pelos ingressos de origem externa, designadamente turismo, remessas de emigrantes, lucros coloniais e importação de capital estrangeiro. As actividades especulativas tinham criado um falso clima de prosperidade, mas o edifício acusava fortes indícios de uma próxima derrocada.

Com o 25 de Abril, às dificuldades vindas de trás juntaram-se novos e graves problemas. Com uma quebra da produção e a continuação do aumento dos consumos, o défice global da economia portuguesa continuou a aumentar.

A destruidora sabotagem económica levada sistematicamente a cabo pelo grande capital e pelos agrários, a descapitalização e o abandono das

empresas, a fuga de capitais, a anulação de encomendas, o desaparecimento dos aparelhos de direcção económica ao nível nacional, sectorial e de empresa, provocaram profunda perturbação na vida económica do País.

A estes factores juntaram-se as repercussões da crise internacional do capitalismo, designadamente do aumento dos preços de matérias-primas (petróleo e outras), da retracção dos mercados internacionais e das limitações à importação da mão-de-obra nos países desenvolvidos.

Se não fosse a luta dedicada e heróica dos trabalhadores contra a sabotagem da reacção, mantendo a laboração das empresas e resolvendo os complexos problemas correspondentes, a economia portuguesa teria sofrido uma queda vertical. Mesmo assim, não foi evitado, primeiro um afrouxamento da taxa de crescimento da produção interna (de 7% no período 1968-1973 para 5,3% em 1974), depois uma efectiva diminuição da produção (quebra de 2,7% em 1975 ⁽⁴¹²⁾).

Foi sobretudo nas indústrias transformadoras que se deu a contracção: crescimento ainda verificado de 3,6% em 1974 e decréscimo de 4,9% em 1975 ⁽⁴¹³⁾.

Na metalurgia de base a quebra foi de 18,2% e na construção de máquinas, material eléctrico e de transporte 12,9% ⁽⁴¹⁴⁾.

Na têxtil, a quebra foi de 17,2%, devido à diminuição das compras externas.

Esta diminuição reflectiu-se no decréscimo do consumo de energia (3%), apesar de se ter registado simultaneamente o aumento da utilização doméstica.

Estas quebras foram grandes alertas, embora sem razões para alarme. Circunscritas a sectores determinados e relativamente limitados, não atingiriam gravemente a possibilidade de reanimação desde que fossem tomadas medidas preferenciais dirigidas aos pontos mais frágeis.

Isso não foi feito e a situação tem-se agravado até hoje. Embora algumas previsões admitam em 1976 um aumento de 6% do Produto Interno Bruto, numerosos indicadores mostram não haver mudança visível da situação. Em 1975 o défice da balança comercial subiu a ⁽⁴¹⁵⁾ 48 milhões de contos. Em 1976 prevê-se que suba a cerca de 60 milhões.

À quebra de produção não correspondeu uma diminuição do consumo. Pelo contrário. Em virtude da melhoria sensível e muito ampla de salários e benefícios sociais e do aumento da população (diminuição da emigração, regresso dos soldados de África, «retornados»), o consumo interno teve uma alta brusca. Por esta forma acentuou-se o desequilíbrio entre a produção e o consumo e o défice aumentou.

O agravamento da situação económica foi acompanhado por um agravamento da situação financeira por duas razões fundamentais.

A primeira consistiu numa quebra das exportações: menos 11,8% em 1974 e menos 21% ⁽⁴¹⁶⁾ em 1975.

A quebra das exportações deve-se em parte à retracção do mercado externo por virtude da crise existente nos países capitalistas. Deve-se tam-

bém à sabotagem económica do imperialismo contra a jovem democracia portuguesa.

De 1974 para 1975, a Grã-Bretanha ⁽⁴¹⁷⁾ diminuiu 7% das suas importações, mas diminuiu 17% das importações de mercadorias portuguesas (menos 1,9 milhões de contos); os Estados Unidos diminuíram 12,5% das suas importações, mas 38% das importações das mercadorias portuguesas (menos 2,2 milhões de contos). Mesmo tendo em conta uma hierarquia de prioridades de compras por esses países, a diferença reflecte a influência de factores políticos.

A segunda razão do agravamento da situação financeira foi a baixa dos principais ingressos externos, que cobriam tradicionalmente o défice da produção nacional.

O progresso da luta de libertação dos povos estancou os lucros coloniais. As campanhas internacionais caluniosas e alarmistas contra a democracia portuguesa (movidas pelo imperialismo, pela social-democracia e pela reacção internacional) levaram a uma brusca retracção da corrente turística (quebra de 40% ⁽⁴¹⁸⁾ de receitas) e a uma diminuição dos envios das economias dos trabalhadores portugueses no estrangeiro (quebra superior a ⁽⁴¹⁹⁾ 20%).

De todos estes factores conjugados resultou a veloz subida dos défices da balança de pagamentos e a necessidade de recorrer às reservas de divisas e de ouro para os saldar.

Uma política revolucionária e nacional teria desde logo encarado e adoptado medidas de fundo. Havia condições para superar com relativa facilidade os desequilíbrios existentes, além do mais porque existiam no Banco de Portugal reservas de 860 toneladas de ouro e 35 milhões de contos de divisas — bastante mais de 100 milhões de contos (valor real), que (conscienciosamente «guardados» e administrados) teriam permitido, apoiando investimentos produtivos, dar um impulso radical ao desenvolvimento económico. As contradições no poder político e as irregularidades do processo revolucionário não o permitiram, apesar do esforço feito, num curto período, para a «batalha da produção» e para o lançamento de uma «política de austeridade», e apesar da luta incessante dos trabalhadores para assegurar e em muitos casos desenvolver a produção ao nível das empresas.

Mesmo sem tomar medidas de fundo, impunham-se medidas conjunturais eficazes face ao previsível agravamento do desequilíbrio da balança de pagamentos e à progressiva diminuição das reservas.

Não houve governo algum que não tivesse referido a gravidade da situação e o perigo. Mas, tirando o IV e V Governos Provisórios, e mesmo esses com hesitações, nenhum encarou a situação com suficiente determinação e eficácia.

De Setembro de 1974 a Março de 1975, as reservas de ouro e divisas diminuíram à média de 2 milhões de contos mensais. De Março a Setembro de 1975 (IV e V Governos Provisórios) o ritmo foi contido, descendo a média mensal para 1,2 milhões. Com a hegemonia PS-PPD no VI Governo

Provisório e a ligeireza da orientação do Ministério das Finanças, a situação evoluiu desastrosamente. Nos três primeiros meses de 1976 o decréscimo foi de 15,6 milhões de contos, ou seja à média mensal de 5,2 milhões de contos! Quadruplicando o ritmo de consumo das reservas, só no espaço de três meses, a política financeira do PS, apoiada pelo PPD no VI Governo, atirou à voragem mais do dobro de ouro e divisas do que governos anteriores no espaço de seis meses... Foi abrir os cofres do Banco e deixar correr.

Os dirigentes do PS e o PPD têm acusado os III, IV e V governos de causadores do descalabro financeiro. Mas ninguém mais do que os Ministros do PS e do PPD, a quem estiveram confiadas as pastas económicas, designadamente no VI Governo, são responsáveis pela rapidez do esgotamento de reservas ⁽²⁸²⁾.

A incapacidade para definir, adoptar e fazer cumprir uma política de reanimação e reequilíbrio económico e a dependência dos empréstimos ou «auxílios» financeiros externos em que sistematicamente o PPD e o PS colocaram a economia portuguesa tornaram ainda mais rápida a sangria de ouro e divisas.

Durante a crise político-militar, o PS e o PPD constantemente acenavam com promessas de empréstimos e de auxílios financeiros dos países imperialistas. Verdadeiras campanhas foram desenvolvidas com este tema. Os Estados Unidos, a RFA e outros países do Mercado Comum estariam prontos a «auxiliar» financeiramente Portugal, a emprestar e a dar, mas para isso era necessário terem garantias de que Portugal não iria para o comunismo...

O VI Governo Provisório formou-se com grande anúncio de que iam finalmente chegar financiamentos e ajudas anteriormente recusadas aos outros governos. O que chegou foram magros empréstimos, alguns consignados a compras de artigos de consumo corrente, com juros elevados e caucionados com ouro. Em meados de Junho de 1976, calculam-se que estariam já hipotecadas mais de 300 toneladas de ouro, ou seja cerca de 36% das reservas.

Não só a garantia em ouro dos empréstimos estrangeiros ⁽⁴²⁰⁾ põe as reservas portuguesas à mercê de uma súbita descida do preço do ouro resultante de um aumento de transacções pelo Fundo Monetário Internacional, como admitindo-se, como o Governo admite (embora exagerando), que o défice da balança de pagamentos subirá em 1976 a 40 milhões de contos, é de prever que nos fins do ano estarão «empenhados» cerca de dois terços do ouro. E como as exigências da garantia serão tanto maiores quanto menos reservas de ouro existirem, dentro em pouco, a este ritmo, estará esgotada a possibilidade de garantir empréstimos externos.

Ante esta situação, em vez da mobilização dos recursos e energias nacionais para evitar o completo descalabro, o governo do PS, prossequindo o caminho do VI Governo Provisório, continua a aumentar as dívidas do Estado e a deixar comprometer as reservas de ouro na garantia dos créditos externos.

Não constitui solução conforme com os interesses do nosso povo e do nosso país o recurso a meios externos que permitam equilibrar a balança

de pagamentos sem resolver a questão básica do aumento da produção e do equilíbrio do produto e da despesa nacional.

Os empréstimos estrangeiros podem diminuir o défice da balança de pagamentos, mas pelo aumento de encargos que comportam e pela hipoteca do ouro por que são acompanhados agravam ainda mais a médio prazo toda a situação económica e financeira. Mais grave ainda quando os empréstimos são contraídos não para investimentos rapidamente produtivos (e nesse caso seriam até de desejar, desde que não tivessem condições políticas), mas para pagamento de importações de artigos de consumo corrente.

O recurso ruinoso aos empréstimos, externos e internos, não para investir, mas para pagar despesas correntes tornou-se apesar disso a «solução» para as dificuldades financeiras. Durante a vigência do VI Governo Provisório a dívida pública subiu de 74,7 milhões de contos para 103 milhões (84,6 milhões de dívida interna e 18,4 milhões de dívida externa). Mas como os empréstimos externos contraídos pelo Banco de Portugal se têm de considerar como dívida pública, a dívida pública efectiva pode calcular-se em 105 milhões de contos em fins de 1975 e 137 milhões em Agosto de 1976.

Esta evolução comporta perigos extremamente graves para a economia portuguesa e para a democracia. O imperialismo espia a descida das reservas de ouro de Portugal, regateia créditos, espera que a política do governo PS, como antes a do VI Governo, conduza ao esgotamento completo das reservas, para depois, vendo o nosso país sem recursos, ameaçado de ter de suspender importações de artigos essenciais de consumo, vir oferecer novamente créditos e «dádivas», mas com pesadas condições de natureza económica e política, que não deixarão de ser no sentido da liquidação da democracia e da submissão de Portugal ao imperialismo ⁽⁴²¹⁾.

É possível sair desta corrida catastrófica. Possível através do trabalho, da produção e de restrições necessárias. Mas o esforço popular e nacional indispensável só se pode alcançar com o empenhamento das classes trabalhadoras, com a perspectiva de uma sociedade de justiça social, e nunca com uma política de recuperação capitalista, agrária e imperialista, uma política que ponha em causa as grandes conquistas revolucionárias, como o está fazendo a política efectiva do governo PS, e como pretendem fazer frontalmente o CDS e o PPD.

Uma tal política, não só não poderá resolver os graves problemas económicos e financeiros, como constitui um real perigo para a democracia.

3. A balança de pagamentos, ponto nodal das dificuldades

Para se poderem criar condições para a reanimação económica e o reequilíbrio financeiro é necessário ganhar plena consciência de dois aspectos que exigem medidas de correcção urgentes e globais: o défice da balança de pagamentos e o défice da produção nacional em relação aos consumos.

O défice da balança de pagamentos tornou-se um problema central e prioritário a resolver por uma política de emergência.

Este défice não tem uma existência independente. Mas é o ponto de convergência e de polarização das mais variadas dificuldades e carências da economia portuguesa. O défice da balança de pagamentos é um ponto nodal das dificuldades económicas e financeiras nacionais.

Com a situação criada pelo progressivo esbanjamento de divisas e ouro, este défice tornou-se uma grande ameaça que pesa sobre toda a economia.

O governo PS, ao falar de 60 milhões de contos do défice da balança comercial e de 40 da balança de pagamentos, apresenta um quadro demasiado pessimista da situação. Na verdade, a cobertura previsível do défice da balança comercial é superior a 20 milhões de contos, podendo mesmo admitir-se que as remessas dos emigrantes e o turismo excedam 30 milhões. Não surgindo elementos novos, o défice da balança de pagamentos poderá estimar-se entre 25 e 30 milhões de contos. Só novas e imperdoáveis imprudências poderiam conduzir a mais do que isso. Mesmo assim, o perigo é real e ameaçador.

Ou se consegue atacar e diminuir radicalmente este défice, ou a crise económica e financeira se aproxima rapidamente de um ponto crítico, que significará um súbito colapso económico e financeiro com profundas perturbações no processo produtivo e no consumo. Será então extraordinariamente mais difícil o esforço nacional necessário para vencer as dificuldades. O imperialismo está atento e procura que chegue esse ponto crítico para impor condições drásticas, económicas, financeiras e políticas, para «salvar Portugal» com o seu dinheiro.

A reacção ligada ao imperialismo está também interessada em que se chegue a uma tal situação, para se apresentar no plano interno como única possível salvação.

Uma política económica de emergência exige que — com plena noção do que pode significar não se cortar o caminho a esta evolução catastrófica — se concentrem esforços e energias com vistas a reduzir o mais prontamente possível e na escala maior possível o défice da balança de pagamentos.

É necessário programar o ritmo da diminuição do défice de forma a não se atingir o ponto crítico da descida das reservas, a partir do qual começam a ser negados créditos por falta de garantia considerada ou afirmada suficiente.

A programação deve estabelecer as modificações necessárias nos vários factores que intervêm no reequilíbrio, de forma a que, acompanhando-se de perto a sua evolução e verificando-se atraso em qualquer desses factores, se possam introduzir correcções de compensação para que o resultado seja alcançado.

Uma meta estabelecida da redução do défice para uma cifra da ordem dos 15 milhões de contos no próximo ano e diminuições sucessivas nos anos

posteriores, permitiria a recuperação do equilíbrio, ainda em tempo devido. Menos do que isso, pode ser o desastre.

Os problemas têm sido enunciados por todos os governos. Mas nem a política indicada e certas linhas de orientação são as mais conformes com as necessidades, nem tem havido a diligência, a tenacidade e a capacidade de executar medidas de ordem prática e imediata.

Os factores que intervêm são conhecidos e limitados em número. É necessário atacar a fundo e simultaneamente todos eles.

É necessário, em primeiro lugar, diminuir radicalmente as importações.

O aumento das taxas que os governos, incluindo o do PS, têm adoptado pode ter um efeito positivo. Mas para isso é necessário uma condição: que os artigos da pauta atingidos digam respeito fundamentalmente a produtos supérfluos, sumptuários ou dispensáveis, e não a artigos de consumo corrente, o que provocaria o rápido agravamento das condições de vida da população.

O aumento das taxas não é porém bastante. O preço de muitos produtos supérfluos ou dispensáveis aumenta. Mas, como são em geral para consumo das classes privilegiadas, estas continuarão a consumir mesmo com preços mais altos.

Isto significa que têm de se adoptar outros mecanismos de intervenção a fim de reduzir tais importações.

Não se pode admitir que na situação presente continuem a importar-se carros de superluxo, grandes consumidores de gasolina, para que elementos inúteis à sociedade continuem a sua vida de parasitagem. O mesmo se pode dizer de muitos outros artigos. Procurando-se por um lado acordos internacionais que possam admitir contingentações e alargamento de prazos de pagamento, tem de insistir-se na aplicação criteriosa de taxas que em alguns casos forcem de facto à redução drástica das importações e na adopção de medidas de austeridade, que conduzam ao mesmo resultado. Em relação a alguns produtos, impõe-se a fixação de máximos e rateios pelos importadores. Em relação a outros, impõem-se verdadeiras campanhas nacionais em que se mobilize a cooperação e a vontade populares para reduzir as importações.

A política de redução de importações não se pode considerar apenas como uma medida de carácter técnico. Tem de inscrever-se numa política geral de austeridade, a que adiante se fará referência.

A substituição de mercadorias importadas por mercadorias de produção nacional é o caminho mais seguro para a diminuição das importações. Em muitos casos o que falta é o apoio técnico e o estímulo financeiro.

Este resultado pode obter-se através do empenhamento dos trabalhadores em todos os sectores económicos nacionalizados, com intervenção do Estado, reorganizados em cooperativas ou sob controlo operário e gestão pelos trabalhadores. Com uma ligação e cooperação estreita com os circui-

tos de comercialização reorganizados e o apoio do Estado em matéria de crédito e de preços pode assegurar-se a substituição de numerosos produtos importados, desde produtos alimentares a bens de equipamento.

A possibilidade duma participação decisiva dos trabalhadores na solução deste problema, na base das conquistas da Revolução, ficou patente com a Reforma Agrária. O grande aumento da produção de cereais na colheita de 1976 permite só por si poupar ao país divisas que já têm sido estimadas em cerca de 1 milhão de contos. A produção de beterraba açucareira e de tabaco poderão também permitir a curto prazo uma elevada economia de divisas. Sendo demorado o desenvolvimento pecuário que permita satisfazer o consumo de carne bovina, o aumento rápido da produção planificada de carne de frango e de porco pode permitir, por um desvio do consumo, um corte nas vultosas importações de carne bovina, que custam anualmente centenas de milhares de contos, sem afectar gravemente a capitação do consumo de carne.

Embora o sector capitalista não tenha, nas condições presentes, condições para dar mais que uma resposta limitada a estes problemas, são de tomar medidas que o atraiam e interessem na produção para o mercado interno, em substituição de artigos importados.

É necessário, em segundo lugar, aumentar as exportações.

O principal mercado para os produtos portugueses são os países capitalistas europeus. Nos primeiros três meses de 1976, as exportações para os países do Mercado Comum e da EFTA foram respectivamente 50% e 18% do total das exportações. É pois indispensável uma política no sentido, não só da manutenção, como do reforço das relações comerciais com estes países.

Entretanto, a adesão ao Mercado Comum que o governo PS anuncia, tornando Portugal ainda mais dependente, não facilitará o reequilíbrio de trocas, mas pelo contrário tenderá a acentuar a situação deficitária geral ⁽⁴²²⁾.

A quebra de laços de dependência e a diversificação das relações comerciais é indispensável. Têm particular importância as relações com os países socialistas e com os países libertados do colonialismo português.

O comércio com os países socialistas conheceu um rápido desenvolvimento. Mas está muito aquém das possibilidades reais.

Desprezando as extremas dificuldades económicas e financeiras de Portugal, a reacção e certos partidos submetidos ao grande capital e ao imperialismo tudo fazem para impedir o desenvolvimento das relações comerciais com os países socialistas: obstáculos burocráticos, desinteresse por propostas, lentidão na solução dos problemas práticos, campanhas caluniosas sobre preços, etc.

Apesar de todos esses obstáculos, o comércio externo com esses países tem-se desenvolvido, passando de 1,1 milhões de contos de importações e 286 mil contos de exportações em 1973 para respectivamente 3,9 e 1,2 milhões de contos em 1975. No primeiro semestre de 1976, as importações

subiram a 2,5 milhões de contos (4,6% do total das importações) e as exportações deram um salto espectacular para 1,4 milhões de contos (5,2% do total das exportações) — mais do que em todo o ano de 1975.

É com a URSS que o progresso é mais acentuado, tanto em compras como em vendas, com maior expansão nestas últimas, tendendo por isso a diminuir o défice da balança. No primeiro semestre de 1976, as compras feitas à URSS correspondem a 47% do total das compras feitas aos países socialistas, e as vendas a 67% (922 mil contos).

As relações comerciais com os países socialistas constituem pois uma valiosa contribuição para o reequilíbrio da balança comercial e de pagamentos.

Com a organização de serviços que possam corresponder com eficiência às solicitações de países onde o Estado tem o monopólio do comércio externo, é perfeitamente possível, num espaço de tempo relativamente curto, a duplicação das trocas num sistema em que a balança se aproxime rapidamente do equilíbrio.

Também com Moçambique e Angola e outros países libertados do colonialismo português, é possível o desenvolvimento das trocas comerciais mutuamente vantajosas. O comércio com esses países sofreu uma quebra vertical em virtude das modificações históricas verificadas e também da deterioração das relações provocada pelas forças reaccionárias e conservadoras em Portugal.

Mesmo assim, no primeiro semestre de 1976, as importações de Moçambique e Angola subiram a cerca de 1,6 milhões de contos e as exportações a 794 mil contos. Com uma real política de amizade e cooperação fundadas no escrupuloso respeito dos princípios de igualdade, respeito pelos interesses mútuos e pela soberania, não ingerência nas questões internas, há condições para um rápido desenvolvimento das relações.

Deve também ser feito sério esforço em relação aos países do chamado «Terceiro Mundo», que são já hoje grandes fornecedores e podem vir a ser importantes compradores.

O aumento das exportações e toda a política de reequilíbrio económico e financeiro exigem uma programação do comércio externo, um maior dinamismo do aparelho governamental, ajudas às exportações em formas adequadas (incluindo contratos de desenvolvimento e subsídios), criação de empresas estatais, sem exclusão da iniciativa privada.

Para fomentar o aumento das exportações, alguns economistas sugerem a desvalorização do escudo.

A desvalorização do escudo baixaria o preço dos produtos portugueses no mercado internacional e aumentaria portanto a sua capacidade competitiva. Mas os resultados inversos seriam extremamente mais gravesos.

Primeiro, a desvalorização significaria, no mesmo nível, o aumento dos preços pagos ao estrangeiro pelas mercadorias importadas. Tendo em conta que as importações correspondem a um quarto do produto nacional

e ao dobro das exportações, o que se ganhava num lado perdia-se a dobrar no outro.

Segundo, sendo muito elevados a dívida externa e os encargos pagos em divisas, uma desvalorização de 10%, por exemplo, significaria o aumento anual dos encargos em cerca de 5 milhões de contos (amortizações e juros).

A desvalorização podia, pela baixa do preço da força de trabalho quando paga em divisas, estimular os investimentos estrangeiros. Isso reconduzia-nos porém a uma política de submissão ao imperialismo e de redução da economia nacional a um fornecedor de mão-de-obra a baixo preço.

A desvalorização do escudo não se reflectiria necessariamente num aumento das exportações e numa restrição das importações (por serem mais elevados os preços). Como Portugal está numa situação de dependência, os países imperialistas aproveitariam a desvalorização não tanto para comprar mais barato em Portugal como para vender mais caro.

Talvez por isso, certos economistas estrangeiros, vindo falar à Gulbenkian, propuseram tão calorosamente a desvalorização do escudo ⁽⁴²³⁾.

O que se está a passar permite avaliar o que tal desvalorização, aberta e declarada, representaria.

Porque, de facto, já se está a dar uma desvalorização, não oficial é certo, mas real, diária, por decisão do Banco de Portugal e que se tornou particularmente nítida a partir do VI Governo Provisório. Até ao V Governo, as desvalorizações do escudo em relação ao dólar e ao marco tinham sido respectivamente de 7,4% e 3,5%. Com o V Governo, acentua-se a desvalorização em 0,7% e 0,5%. Mas desde o VI Governo Provisório a desvalorização subiu respectivamente mais 16% e mais 19,8%! Tomando como base as cotações do escudo, vê-se que de 2-1-1976 a 23-7-1976 se verificou uma desvalorização real que se pode estimar em cerca de 10%.

Esta forma encapotada de desvalorização tem resultados ainda mais graves do que teria uma desvalorização oficial e declarada. Além do mais, dá lugar a uma grande especulação com a moeda portuguesa, procurando os exportadores que os clientes paguem o mais tarde possível (!) e procurando os bancos manter no estrangeiro elevados saldos em divisas para, no fim do ano, estando o escudo mais desvalorizado, apurarem um lucro cambial. Da desvalorização encapotada resulta assim uma retenção no estrangeiro de disponibilidades em divisas. Se os exportadores e os bancos, com esta prática censurável, podem depois apurar mais escudos, a economia nacional não recebe nem mais um pfennig ou um cêntimo do dólar, e entretanto tais divisas não beneficiam a economia portuguesa, mas a economia de outros países.

A desvalorização do escudo tem-se dado em benefício não das exportações portuguesas, mas dos fornecedores estrangeiros à custa de Portugal. De facto, se nos primeiros sete meses de 1976 se verificou uma desvalorização média de 10%, ela foi muito mais acentuada com os maiores for-

necedores de Portugal, os Estados Unidos e a RFA: 14,7% em relação ao dólar e 16,8% em relação ao marco. Sem ganhar nas exportações, Portugal perde nas importações, com um agravamento dos preços (em parte devido à desvalorização) que não andarão longe de 4 milhões de contos para os dois países.

A desvalorização do escudo não é pois solução, mas tem de considerar-se a desvalorização encapotada como uma má política.

Na luta contra o défice da balança de pagamentos, é necessário, em terceiro lugar, tomar amplas iniciativas em relação às outras fontes de ingressos externos, designadamente o turismo, as remessas de emigrantes, os fretes de transporte e a entrada de capitais.

Em relação ao turismo, mantendo embora um importante sector de turismo de luxo, é indispensável reconvertê-lo em grande parte no sentido de um turismo de massas, acessível às classes trabalhadoras de outros países.

Isso exige, além da intervenção do Estado, a criação de empresas especializadas. Uma taxa de câmbio específico para os turistas, a associação de esquemas turísticos com os transportes nacionais, planos de intercâmbio turístico e sistemas de instalações consignadas, podem ser valiosos estímulos para o desenvolvimento turístico.

Tanto em relação ao turismo como em relação às exportações a atribuição de subsídios pelo Estado deve ser aceite dentro do princípio de que, dado o carácter prioritário e inadiável da diminuição do défice da balança de pagamentos, são de admitir aumentos das despesas públicas a troco da entrada de divisas.

Em relação aos emigrantes, além da garantia às suas economias e respectiva aplicação em bens imóveis, habitações, etc., da aceitação de depósitos em divisas e do estabelecimento de uma taxa preferencial de juro para os seus depósitos, é de considerar, para recolha das remessas, a reestruturação da rede bancária externa.

Em relação aos fretes de transporte é necessário estabelecer uma estreita articulação entre os organismos de comércio externo e os sectores de transportes nacionalizados, de modo a utilizar ao máximo os transportes nacionais.

Em relação à importação de capitais, sendo indispensáveis os créditos e investimentos externos, uma condição deve colocar-se em quaisquer circunstâncias: não serem acompanhados de quaisquer imposições políticas ou ingerências nas questões internas de Portugal.

Também só em casos extremos se devem contrair empréstimos para pagar artigos de consumo corrente e muito menos desde que estes se possam produzir no País.

Ligados a planos de industrialização e a outros investimentos reprodutivos, os créditos externos podem representar um papel positivo no reequilíbrio económico e financeiro e mesmo no desenvolvimento. Isso

exige o adiantamento de planos e projectos assim como de esquemas de cooperação económica e tecnológica.

Finalmente, para diminuir o défice da balança de pagamentos é necessário dificultar a saída de capitais, ouro e divisas.

Além de medidas de carácter económico, são necessárias medidas de carácter técnico como a regulamentação cambial e novos critérios nas linhas do crédito, controlo de movimentos de capitais e de outras operações com o estrangeiro, combate ao mercado negro de câmbios, mecanismos de controlo nas empresas e nos bancos para lutar contra a sobre facturação e a sub facturação, manutenção dos limites da soma de escudos em viagens ao estrangeiro ⁽⁴²⁴⁾, estabelecimento (ao contrário do que hoje sucede) de severas penalidades para delitos de carácter económico.

Todas estas linhas de actuação e medidas são indispensáveis para diminuir o défice da balança de pagamentos. Excluindo os empréstimos externos, a diminuição do défice será o melhor índice da reanimação da economia portuguesa.

Medidas convergindo nesse objectivo constituirão em si mesmas e na sua interligação um estímulo à economia nacional.

Mas as medidas indicadas estão relacionadas e serão necessariamente a consequência do aumento da produção e da diminuição dos consumos. Só isso permitirá a diminuição real do défice da economia portuguesa, de que o défice da balança de pagamentos não é mais do que a tradução.

4. Produção e consumos

A carência básica da economia portuguesa — ou seja o facto de que os consumos ultrapassam num quantitativo que se não deve afastar de 50 milhões de contos a produção nacional (excluindo o turismo) — é o mais grave problema de fundo que, no domínio económico, Portugal defronta no momento presente.

A médio prazo, a produção pode estar em condições de satisfazer o consumo ao nível actual. Mas é uma utopia pensar-se que num primeiro ano se pode aumentar em 15% o Produto Nacional.

Para vencer nas condições actuais este enorme défice só há um caminho: aumentar a produção e diminuir o consumo.

O aumento da produção depende de três factores essenciais: A capacidade produtiva, o abastecimento de energia, matérias-primas e força de trabalho, e mercado para colocar os produtos.

A capacidade produtiva tem de ser considerada no imediato e numa perspectiva de desenvolvimento.

Tomando os cálculos disponíveis (de 1975) e tendo em conta indicadores indirectos, relativos designadamente à produção industrial, pode concluir-se que existe uma quota elevada de capacidades não utilizadas.

No sector I (produção de meios de produção) a capacidade utilizada deve rondar apenas os 60% (83% antes do 25 de Abril) e no sector II (produção de bens de consumo) os 80% ou menos. Nos transportes é muito elevada a taxa de capacidade não utilizada. A capacidade de transporte/ano de mercadorias da CP sobe a cerca de 12 milhões de toneladas, mas a utilização em 1975 não atingiu os 4 milhões.

A situação é sem dúvida complexa porque se criaram irregularidades e desequilíbrios extremos entre os vários sectores, em cada sector e mesmo em cada fábrica. O desequilíbrio é particularmente acentuado onde existem dificuldades de mercado não conjunturais e onde se colocam problemas de reconversão. Há fábricas com secções a trabalhar a pleno e outras praticamente paradas. Na Metalúrgica Duarte Ferreira, a fundição trabalha a 100% e a secção de máquinas-ferramentas a 30%. Na electrónica, há secções a 100% e outras a 20% (Automática Eléctrica). Como estes, centenas de outros casos.

Só por si, o trabalho a pleno daria na indústria um aumento de produção da ordem dos 20% (cerca de 6% do Produto Interno Bruto).

O aumento da produção na base de um mais elevado coeficiente da capacidade utilizada contribui para o levantamento da depressão económica e é um recurso necessário numa situação de emergência. Mas o aumento nítido e permanente da produção depende de investimentos, melhoramentos, tecnologia, reorganizações, reconversões, aumento da produtividade (que não se deve confundir com intensificação do trabalho), medidas de racionalização e melhoramento de aparelhos e circuitos comerciais.

Os investimentos constituem um problema grave e complexo dada a situação deficitária geral. A par dos investimentos públicos e das actividades bancárias, que adquirem importância crescente neste domínio, são de estimular os investimentos privados e os investimentos externos, ou o crédito para investimentos.

Não é fácil passar de situações deficitárias para autofinanciamentos. Mas é de procurar generalizar o mais possível ao nível das empresas a retirada de uma parte dos resultados para melhoramento técnico e tecnológico.

As reorganizações e reconversões impõem-se em numerosos casos como medidas de emergência para evitar a continuação de défices ruinosos. Há muitos planos e projectos que, convenientemente reformulados, podem solucionar situações graves.

O aumento da produtividade e medidas de racionalização são indispensáveis e possíveis. Em numerosas empresas está-se longe de aproveitar as possibilidades potenciais da produção. Não é de um novo taylorismo que se necessita mas de uma racionalização assente na busca da eficiência e da produtividade por técnicas e por operários, conjuntamente.

O melhoramento dos circuitos comerciais é indispensável para assegurar o abastecimento em todas as linhas da produção e de consumo e diminuir a diferença entre o preço na produção e o preço de venda aos consumidores.

O aumento da produção exige que se tenha em conta a existência das formações económicas capitalista e não capitalista, cada qual com a sua dinâmica própria.

Tendo em conta essa situação e as dinâmicas correspondentes, é possível assegurar um sensível e rápido acréscimo da produção. Em todos os casos, o êxito dependerá porém essencialmente dos próprios trabalhadores.

Muitas empresas sob controlo operário, as cooperativas e UCP na zona da Reforma Agrária, e cooperativas constituídas em empresas sabotadas ou abandonadas, mostram no concreto que, mesmo em condições muito difíceis, é possível aumentar rapidamente a produção, se os trabalhadores estão nisso interessados.

Quanto ao abastecimento de matérias-primas, energia e mão-de-obra não há dificuldades que não sejam de ordem financeira no que respeita às primeiras e há excesso no que respeita à última. Algumas propostas de cooperação internacional que envolveriam importação de matérias-primas e exportação do produto fabricado (algodão e têxteis e peixe e conservas, por exemplo) não tiveram a atenção que mereciam das instâncias oficiais. É necessário reexaminar essas possibilidades e procurar outras semelhantes.

O problema do mercado aparece na conjuntura actual como o problema imediato decisivo. De nada valeria produzir mais se não se tivesse comprador. E a maior parte das dificuldades conjunturais na produção têm resultado directamente da falta de mercado. Mesmo no que respeita à reconversão de numerosas empresas, muitos projectos esbarram não só com as dificuldades de investimentos, mas com a dificuldade de mercado.

Em toda a electrónica, há sectores paralisados ou a paralisar porque, estando a produção (como no caso dos semicondutores) integrada num processo industrial internacional, deixou de ter mercado no dia em que as multinacionais que dominam o ramo cortaram as encomendas.

O mercado externo foi gravemente afectado pela sabotagem económica dos grupos monopolistas portugueses e do imperialismo estrangeiro, com o cancelamento de encomendas (construção naval, electrónica, vestuário e muitos outros ramos) e o efectivo corte do mercado.

Com iniciativa e dinamismo dos aparelhos comerciais e uma actividade dos serviços diplomáticos verdadeiramente ao serviço dos interesses nacionais, é possível não só conservar e em alguns casos alargar o mercado externo dos países capitalistas como alargá-lo radicalmente com os países socialistas, os novos Estados independentes e países do chamado «Terceiro Mundo».

O mercado interno tem de ser considerado da maior importância na reanimação económica.

No tempo do fascismo, praticamente todos os projectos de desenvolvimento (nacional, sectoriais e de empresa) assentavam no alargamento do mercado externo. Os grupos monopolistas (associados ao imperialismo) orientavam a economia portuguesa como uma economia de integração

de mão-de-obra a baixo preço em círculos industriais e comerciais mais vastos. A política da produção e do desenvolvimento voltada quase em exclusivo para o comércio externo era a política da miséria do povo para assegurar os lucros aos monopólios. As advertências do PCP (feitas no VI Congresso ⁽⁴²⁵⁾) acerca dessa política confirmaram-se inteiramente.

Sem menosprezar a importância do mercado externo, o alargamento do mercado interno tem um papel insubstituível para a reanimação económica em geral e a reanimação industrial e agrícola em particular. O mercado interno é o mais fiel à economia portuguesa. O mercado interno, alargado após o 25 de Abril pelo melhoramento das condições de vida dos trabalhadores, deu uma valiosa contribuição para aguentar a economia portuguesa num período de sabotagem imperialista.

Tem-se dito que a subida geral dos salários coloca muitas empresas em dificuldades. É verdade. Mas é igualmente verdade que, sem essa subida geral e sem o aumento da procura interna que provocou, muitas empresas teriam encerrado as portas.

A comparação da produção e da capacidade utilizada entre a indústria de bens de consumo e a indústria dos meios de produção parece confirmá-lo. Enquanto na última se registou uma depressão, em alguns ramos da primeira a capacidade utilizada manteve-se num nível elevado (92% nas indústrias alimentares).

Também no sector I, a retracção do mercado interno teve e tem graves consequências, como é o caso da diminuição da produção de ferro e aço (produtos longos) relacionada com a crise da indústria da construção civil.

A reanimação económica exige, tanto no imediato, como na perspectiva, o alargamento do mercado interno, e isso significa uma política de elevação de salários e o melhoramento incessante das condições de vida das massas populares.

Para alcançar uma diminuição dos consumos impõe-se definir uma verdadeira política de austeridade.

O PCP de há muito insiste na urgência de uma tal política. O que o PCP combate é uma «política de austeridade» que pretende fazer pagar aos trabalhadores o peso de todas as dificuldades, que significa fundamentalmente reduções de salários reais e de benefícios sociais e agravamento de todas as formas de exploração. Isso não é uma política de austeridade, mas uma política de recuperação capitalista. Uma política de austeridade, para ser digna deste nome no Portugal democrático de hoje, deve compreender medidas moralizadoras, medidas económicas de fundo e medidas fiscais.

Uma política de austeridade tem de significar antes de mais nada a redução dos consumos sumptuários, supérfluos, secundários e inúteis.

Pela importância material, pela correspondência a critérios de justiça social e pelo valor moral do exemplo, as reduções de consumos devem atingir, de forma visível, as classes e camadas parasitárias e de altos ren-

dimentos, que continuam a esbanjar os recursos nacionais. Corte-se nos carros e nos palácios dos ricos, mas não se toque no pão dos trabalhadores.

É necessário pôr fim às camadas sociais que vivem da fraude, da ilegalidade, do suborno, da corrupção.

O estabelecimento de um limite aos mais altos vencimentos, a proibição das acumulações em tais casos, o cancelamento de reformas a fascistas saneados, são medidas necessárias para pôr termo ao sustento de milhares de ociosos à custa dos dinheiros do País.

As medidas de austeridade devem começar pelo próprio governo e outros órgãos de soberania, na sobriedade dos vencimentos, das ajudas de custo, das despesas oficiais, e na limitação de viagens ao estrangeiro de membros do governo, altos funcionários e respectivas comitivas.

Entre os grandes consumos que é necessário reduzir conta-se o da energia eléctrica e da gasolina.

Havendo carência de energia hidroeléctrica, os gastos inúteis da energia eléctrica custam ao País centenas de milhares de contos de divisas. Havendo carência de energia, impõe-se a redução sistemática da iluminação em estradas e ruas, da publicidade luminosa, assim como o agravamento de preços dos escalões elevados, diversificação dos horários de funcionamento das empresas, fixação de horários para a TV e para a rádio. São de admitir cortes de energia, desde que convenientemente programados, e não como em Julho o VI Governo Provisório fez, de forma precipitada e imponderada, causando graves prejuízos à produção nacional ⁽⁴²⁶⁾.

Nesta matéria, para que não surjam tais dificuldades, é necessário, em primeiro lugar, um planeamento da política energética. Depois, impõe-se acompanhar de perto a evolução da situação, prever as dificuldades e tomar a tempo as medidas adequadas. Em Março do ano corrente, os técnicos fizeram propostas concretas ao Ministério da Indústria, mas este não as quis tomar em conta, talvez em virtude das eleições que se aproximavam. Preferiu ficar à espera do milagre da chuva.

A improvisação e ligeireza das medidas do VI Governo provocaram milhares de contos de prejuízos em numerosas empresas: prática paralisação de 5 horas das caldeiras de fábricas como a Copam e a Copaz, diminuição da produção semanal de 98 toneladas de margarina (Fima), de toneladas de tintas (Robbialac) e de outros produtos, entupimento das tubagens nas fábricas de concentrados de tomate, etc.

A redução do consumo da gasolina deve ser seriamente estudada.

É certo que a vida de centenas de milhares de portugueses foi organizada na base da utilização do transporte automóvel individual. Isto implica localização das habitações, horários de trabalho, etc. Não se pode modificar subitamente uma tal situação. Impõe-se porém, dada a situação financeira, reduzir os excessos. Ao mesmo tempo que se deve apressar a reorganização e melhoramento dos transportes colectivos, impõem-se medidas de austeridade, com limitações de consumo, indo se necessário ao racionamento da gasolina.

Uma campanha nacional contra o desperdício, interessando toda a população na luta contra gastos dispensáveis e inúteis (de energia, de matérias-primas, etc.) poderá provocar resultados materiais de interesse, além da contribuição para a criação de uma nova mentalidade em relação à economia e ao aproveitamento dos bens e recursos nacionais como bens e recursos de todo o povo.

Entre as medidas fiscais, dentro dos critérios de imposto progressivo (com isenção e abatimentos nos escalões baixos), devem ser mais fortemente tributados os mais altos rendimentos e os mais altos consumos, designadamente através do imposto sobre os capitais, da contribuição predial urbana, dos impostos de sucessões e doações, de impostos sobre segunda habitação quando de luxo, de imposto de transacções sobre artigos (criteriosamente seleccionados) de consumo exclusivo das camadas privilegiadas.

O défice global da economia portuguesa distribui-se nas situações deficitárias que existem na maior parte dos sectores da actividade económica. De uma maneira simplificada, pode dizer-se que o défice global da economia portuguesa não é outra coisa senão a soma de todas as situações deficitárias existentes.

As contas do Estado apresentam um défice que o governo anuncia subir a 40 milhões de contos no ano corrente. Empresas tanto nacionalizadas, como com intervenção do Estado, como capitalistas, nos mais variados ramos da actividade (indústria, agricultura, pescas, transportes e outros serviços), apresentam elevados défices, criando-se a tendência para considerar estes como facto normal ou irremediável.

O volume e a gravidade do défice global podem ser iludidos ou ocultados por operações financeiras de emergência (e é isso que se faz dia a dia), mas nunca poderão ser reduzidos e eliminados se persistir a situação deficitária nos vários departamentos, vários sectores e empresas.

A luta contra a carência básica da economia portuguesa (entre a produção e o consumo), a luta pelo reequilíbrio económico, significa necessariamente a luta geral contra o défice, em todos os sectores da actividade económica.

As medidas administrativas e repressivas, os despedimentos sem justa causa, o agravamento da situação dos trabalhadores, podem permitir liquidar o défice numa ou noutra empresa. Mas não permitirão uma dinâmica de reanimação económica que conduza a um bem sucedido combate contra o défice global da economia portuguesa.

A correcção do défice global exige medidas para a correcção das situações sectoriais, embora num processo progressivo.

A redução do défice do orçamento do Estado exige que o governo adopte uma política de orçamento ligada ao planeamento, ponha fim ao «egoísmo» de cada Ministério, que procura ter o máximo de verbas e que orçamenta acima das necessidades como forma de regateio, comece por fazer em todos os ministérios o que deve exigir no conjunto da economia

nacional: a austeridade, a redução das despesas supérfluas ou inúteis, a eliminação de situações abusivas de chefia, uma gestão criteriosa das verbas.

O rigoroso cumprimento da disciplina orçamental, a limitação de transferências internas, o reforço do controlo financeiro dos serviços públicos, a fixação da regra de que o financiamento dos défices orçamentais deve ser coberto por recursos internos, o reforço da fiscalização e da punição de fraudes fiscais, contam-se entre as medidas necessárias para o reequilíbrio orçamental.

Tal como a política visando a diminuição radical do défice da balança de pagamentos tem de planificar e quantificar as metas a atingir, assim também a luta contra o défice da economia tem de ser planificada sector por sector e empresa por empresa.

Com as estruturas económicas actuais, estes objectivos nunca poderão ser atingidos com critérios dirigistas, da parte do governo ou das administrações, ou pela imposição às empresas de uma dinâmica capitalista. Podem ser atingidos, mas com a participação interessada, viva e criadora dos próprios trabalhadores, numa perspectiva de reanimação económica, reequilíbrio e desenvolvimento no caminho do socialismo.

Não existe para o efeito nenhum remédio de aplicação universal.

O «remédio» do súbito e geral agravamento da exploração e das condições de vida dos trabalhadores não conseguirá os resultados em vista. Os trabalhadores resistem e resistirão a quaisquer tentativas de uma tal «solução».

Tão-pouco dariam resultado medidas administrativas seguindo um mesmo critério para todas as situações. Tem de ter-se em conta que a rentabilidade de alguns sectores ou empresas (muitas vezes de grande importância na vida económica nacional) só pode ser alcançada a médio ou a longo prazo. Deve procurar-se em toda a parte reduzir os défices de forma programada e escalonada; não se deve pretender pôr a faca ao peito, fazendo depender a própria continuação das actividades de um reequilíbrio impossível no imediato.

Em casos de empresas inviáveis, as medidas são de outra natureza: de reorganização e de reconversão.

A correcção das situações deficitárias exige medidas diversificadas segundo as situações concretas. É necessário nuns casos aumentar os preços do produto ou serviço, noutros casos diminuir o preço de custo.

Dado o afastamento existente em toda a economia nacional entre os valores e os preços dos produtos (resultado de muitos anos da política de preços de monopólio), a política de preços tem de ser cautelosa e não querer forçar mudanças súbitas e radicais.

Numa situação deficitária geral e numa economia descoordenada, como actualmente se verifica, a aplicação geral de uma política de «preços reais», mesmo que em alguns casos tornasse possível o melhoramento da situação financeira de tais ou tais sectores ou empresas, significaria, além do agravamento das condições de vida da população, criar novos desequilíbrios

e estrangulamentos nocivos ao processo produtivo, dar lugar a súbitas e inesperadas restrições do mercado interno, reduzir ainda mais a possibilidade de colocação de certos produtos nos mercados externos e provocar de um só golpe um salto de 20% ou mais na inflação.

Tendo em conta as diferenças criadas entre os valores e os preços, é indispensável extrema cautela na reaproximação dos preços em relação aos valores e um sistema de compensações intersectoriais que permitam caminhar para um equilíbrio, sem alterações bruscas.

A luta pela reanimação económica e pelo reequilíbrio da situação financeira significa empreender uma verdadeira guerra aos défices, em toda a economia nacional.

É possível levar a cabo com êxito essa batalha. Mas só com o empenhamento dos trabalhadores e das massas populares, o que implica a consolidação das grandes conquistas revolucionárias e uma política económica nova correspondente à nova economia portuguesa criada com a Revolução.

5. A nova economia portuguesa

A nova estrutura da economia portuguesa, resultante das transformações revolucionárias realizadas, exige uma modificação radical da natureza da política económica para que esta seja capaz de assegurar, não só a solução dos problemas imediatos de reanimação e de reequilíbrio, mas o desenvolvimento económico normal e progressivo.

Uma política de recuperação capitalista contrária e obstaculiza já hoje, objectivamente, no conjunto da economia nacional, o processo de reprodução.

Só uma política que tenha em conta a diversidade das formações económicas existentes, o seu peso relativo e o sentido geral da evolução, pode encontrar uma saída para as dificuldades e o caminho para a reconstrução da economia portuguesa.

Ao vasto sector capitalista, exigindo-se que respeite a nova realidade, devem ser asseguradas condições para poder dar a contribuição positiva que está ao seu alcance e que é necessária. Impõe-se, nesse sentido, definir as zonas da actividade para a iniciativa privada e estabelecer formas eficazes de apoio às pequenas e médias empresas.

Mas o facto de que o sector não capitalista, não sendo dominante, é determinante, implica que só a partir da defesa e da consolidação das conquistas revolucionárias (nacionalizações, intervenção do Estado, Reforma Agrária, controlo operário, gestão pelos trabalhadores e cooperativas) pode ser traçada uma política económica que assegure o progresso, o desenvolvimento e o desafio da economia portuguesa.

Não há outro caminho para a reanimação económica, o reequilíbrio financeiro e o desenvolvimento no quadro do regime democrático e da independência nacional.

Torna-se indispensável uma profunda modificação de conceitos e de orientação em relação a aspectos fundamentais da actividade económica e financeira.

Além de factores políticos e de factores externos desfavoráveis, se a economia portuguesa, depois das transformações revolucionárias, não caminhou mais rapidamente em frente, não foi tanto pelas perturbações das mudanças estruturais, nem pela debilidade dos estímulos à dinâmica capitalista, mas pelo atraso da adaptação da política económica e das estruturas financeiras à nova realidade nacional.

Em particular, a planificação, o orçamento e as finanças do Estado, a actividade bancária, a política de crédito e a política de preços exigem uma orientação nova correspondente às exigências das novas estruturas económicas.

A planificação tornou-se uma necessidade objectiva e imperiosa da economia nacional. A anarquia da produção à escala nacional que vem do capitalismo é um obstáculo ao processo produtivo. Sem planificação nacional, o desenvolvimento de qualquer sector da economia nacional esbarra no atraso de outros. No primeiro semestre de 1975, a fábrica de produtos planos da Siderurgia trabalhou a 50% porque as fábricas de conservas de peixe e de tomate diminuíram a produção. A previsão e programa para o fabrico de produtos planos tem de coordenar-se com a previsão e programa do fabrico de conservas. E assim em toda a economia.

Só a articulação de todos os sectores da economia nacional (indústrias extractivas, indústria pesada e ligeira, agricultura, pesca, transportes, comércio) pode assegurar o desenvolvimento económico harmonioso e progressivo.

Abrangendo toda a economia nacional, e portanto também o sector capitalista, a planificação tem entretanto de partir fundamentalmente do sector não capitalista: empresas nacionalizadas ou sob intervenção do Estado, cooperativas e Unidades Colectivas de Produção na zona da Reforma Agrária, cooperativas constituídas pelos trabalhadores nas empresas abandonadas.

Um planeamento burocrático baseado em critérios específicos da economia capitalista não tem quaisquer hipóteses de ser correcto, operativo e eficiente, tanto para a solução dos problemas imediatos como para assegurar o êxito de uma política de desenvolvimento.

A planificação terá de abranger as empresas capitalistas, mas não pode pretender ter em relação a elas as mesmas exigências e o mesmo rigor que pode ter em relação ao sector não capitalista. É em estreita ligação com este último que deverão ser definidas as linhas gerais da planificação.

Seria um erro pensar num Plano decidido apenas nos gabinetes de um Ministério ou de uma repartição, mesmo que apoiados por poderosos meios humanos e técnicos. Tão-pouco basta sujeitá-lo à discussão e ratificação pela Assembleia da República.

Partindo de estudos baseados no tratamento especializado de uma informação tão completa quanto possível e dos objectivos provisórios fundamentais indicados pelo governo, as linhas orientadoras devem ser submetidas a todos os sectores e empresas, para ampla discussão pelos trabalhadores, técnicos e administradores a fim de introduzirem propostas de rectificações de harmonia com a situação concreta dos sectores e empresas respectivas.

Nessa base deveria então ser elaborado o Plano e aprovado em definitivo.

Qualquer orientação que não tenha particularmente em conta a opinião dos trabalhadores não poderá conduzir ao resultado desejado.

As finanças do Estado que, numa economia capitalista, servem os interesses do capital, devem passar a ser um instrumento de direcção económica e de planificação.

Mário Soares alude de forma crítica ao facto de que «antigamente vivia metade do País à custa do orçamento e agora vivem três quartas partes» (Opção, 16-6-1976). Se o orçamento serve clientelas, a acusação é legítima. Mas se se caminha para uma economia socialista, a tendência será, embora sem pressas, para a integração dos sectores nacionalizados no âmbito do Orçamento Geral do Estado. A «parte do Estado» nas receitas e despesas nacionais tenderá a crescer progressivamente.

Os financiamentos e os investimentos do Estado assim como um sistema fiscal, para corresponderem às estruturas económicas actuais, têm de passar a intervir como um factor de redistribuição do valor acrescentado, de correcção de preços, de regularização de disparidades e assimetrias de desenvolvimento regional e sectorial, de coordenação económica à escala nacional.

A conjugação do alargamento do âmbito das isenções fiscais com a utilização harmoniosa das várias formas de imposto e com a progressividade acentuada nos mais elevados escalões de rendimentos, constituem também um importantíssimo instrumento de direcção económica.

Os subsídios do Estado, os apoios, empréstimos e avales, terão que deixar de funcionar como meras medidas conjunturais, para passarem a ser instrumentos de estímulo, reequilíbrio e regularização das actividades económicas inseridas numa política global.

A prioridade das compras do Estado às empresas nacionalizadas ou intervencionadas, às cooperativas e às pequenas e médias empresas pode também ser um valioso estímulo a uma nova dinâmica.

A actividade bancária necessita de uma profunda reforma.

É a própria situação que exige medidas urgentes de reestruturação da banca correspondentes à situação nova criada pelas nacionalizações, a liquidação dos grupos monopolistas e as outras modificações nas estruturas económicas.

Na época do capitalismo monopolista de Estado a banca floresceu e ganhou um papel de controlo e direcção na economia nacional ao serviço dos interesses do grande capital, que, através da actividade bancária, explorava todos os sectores da economia, derrotava a pequena e a média empresa, acumulava e centralizava capitais, alargava o seu domínio a sectores cada vez mais numerosos, amontoava fortunas pessoais de milhões de contos. A banca engrandeceu-se no processo de desenvolvimento capitalista com a concorrência entre os vários bancos, com a sua fusão com o capital industrial, com a formação dos grandes grupos financeiros. Cada grande banco era a arma de um grupo em concorrência feroz com os outros.

Assim se criaram e decuplicaram serviços, agências, meios de intervenção concorrentes, numerosos e custosos aparelhos com funções muito semelhantes, luxuosíssimas instalações de prestígio, devorando uma quota elevada dos recursos nacionais.

Com a nacionalização da banca, uma perspectiva socialista e a criação de um vastíssimo sector não capitalista na indústria, agricultura, transportes e outros serviços, as estruturas bancárias vindas do capitalismo monopolista deixaram de corresponder às exigências da actividade económica e financeira da nova economia.

A actividade bancária deixou de estar partilhada e dividida por interesses de grupos concorrentes para poder e dever estar unida no serviço a um único interesse: o interesse do povo e do País.

As estruturas económicas actuais e o desenvolvimento económico nacional exigem, objectivamente, uma profunda reestruturação das actividades bancárias.

As necessidades objectivas impõem a criação imediata de órgãos coordenadores a nível nacional e regional assim como das representações no estrangeiro; a fusão ou integração de bancos reduzindo o seu número (respeitando os legítimos interesses dos trabalhadores); a reconversão de alguns dos bancos em instituições de crédito especializadas (agricultura, construção civil e habitação, comércio externo, etc.); a coordenação e integração a curto prazo de determinados serviços; a racionalização da cobertura bancária do País alargando-a por um lado e evitando duplicações inúteis de serviços por outro; o reforço da acção fiscalizadora do Banco de Portugal relativa à liquidez e solvabilidade, à política de crédito e à negociação com o estrangeiro.

As actuais estruturas bancárias são completamente inadequadas à nova situação. A sua manutenção só pode interessar a projectos contra-revolucionários de recuperação capitalista e monopolista. Pelo seu peso, o seu custo, a falta de serviços que respondam às novas situações e exigências, constituem travões efectivos à reanimação económica, ao reequilíbrio financeiro e ao desenvolvimento

A sua reorganização é indispensável, tanto para a solução dos problemas de emergência, como para a marcha regular e normal da vida económica nas condições novas criadas pelas transformações revolucionárias.

A política de crédito, que era dirigida pelos grupos monopolistas e fonte do seu enriquecimento, tem de mudar radicalmente de orientação para corresponder às actuais estruturas económicas.

No Portugal de hoje, uma política de crédito orientada por critérios do capitalismo monopolista, estabelecendo uma discriminação em favor do sector capitalista e em prejuízo do sector não capitalista, contraria a produção e a regularidade da vida económica.

Para corresponder às necessidades objectivas das estruturas económicas, a política de crédito deve ter como características essenciais a utilização de forma planificada dos recursos financeiros no interesse da regularidade, aumento e aperfeiçoamento da produção.

Sem deixar de dar apoio ao sector capitalista e particularmente às pequenas e médias empresas, a política de crédito tem de atender prioritariamente às necessidades do sector nacionalizado, das empresas sob intervenção do Estado, da Reforma Agrária e das cooperativas. Tem de adoptar, não os critérios tradicionais de garantia, que deixaram de ser conformes com as novas estruturas económicas, mas critérios de rentabilidade e perspectiva de desenvolvimento. A garantia é hoje mais sólida em unidades industriais ou agrícolas sob controlo operário e em progresso que em capitalistas habituados a sacar do banco e a fugir com os capitais.

A política de preços, para corresponder à nova situação económica, tem também de mudar de natureza e de critérios.

Com as novas estruturas económicas torna-se objectivamente indispensável uma efectiva política nacional de preços, somente possível pela sua integração num sistema de planeamento, que, no quadro das diversas formações económicas existentes, dê prioridade ao sector e à dinâmica não capitalistas, atendendo entretanto aos interesses de todos os outros sectores, designadamente dos pequenos e médios agricultores e das pequenas e médias empresas.

Tendo em consideração a inter-relação de carácter complementar dos diversos sectores de actividade, uma política nacional de preços permite sistemas de compensação e subsídios de forma a estabilizar os preços dos produtos para o consumo das classes laboriosas e para a produção agrícola e industrial.

Com estes poderosos instrumentos de orientação, direcção, controlo, estímulo e execução de uma política económica, é possível, tomando como sector determinante o sector não capitalista, mas sem menosprezar os sectores económicos capitalistas e a pequena produção mercantil, atacar com sucesso os grandes problemas imediatos e lançar as bases sólidas de uma política de desenvolvimento.

A política industrial deverá ter em conta a diferenciação da dinâmica económica nos vários sectores.

No sector nacionalizado, grande base de arranque da reconstrução da economia portuguesa, impõe-se a reestruturação, a reorganização, maior eficiência e produtividade.

No sector sujeito a intervenção estatal é urgente definir o seu estatuto, admitindo uma de três soluções segundo os casos: ou o prolongamento da actual situação, ou a nacionalização, ou a transformação em cooperativa. Mas não é de admitir que empresas, que os trabalhadores, com os seus sacrifícios, pagando dívidas e resolvendo complexos problemas, mantiveram em laboração, sejam restituídas aos antigos patrões, que as defraudaram e conduziram à ruína.

O Decreto-Lei n.º 422/76 (29-5-1976), que revogou o Decreto-Lei n.º 660/74, deixou de considerar motivo para intervenção do Estado o desvio de fundos, a redução injustificada do volume da produção e o empolamento de despesas da administração. Por este decreto de inspiração patronal, a intervenção só pode agora ser justificada por «exercício anormal de actividade empresarial resultante de conduta dolosa ou gravemente negligente» ⁽⁴²⁷⁾. Trata-se de disposições tendentes à recuperação capitalista e que marcam a inaceitável absolvição da sabotagem económica. Mas, se se discutem os termos das intervenções futuras, não podem ser postas em causa as intervenções passadas.

Nas cooperativas formadas em empresas abandonadas, é urgente legalizar definitivamente a sua propriedade dos meios de produção.

No sector capitalista ou privado, é urgente também definir o âmbito das suas actividades e os seus direitos e deveres, estimular os investimentos e apoiar as pequenas e médias empresas, sem pretender de momento planificar rapidamente as suas actividades.

É necessário também ter em conta que escasseiam os meios de investimento e há excesso de mão-de-obra, o que obriga a encarar investimentos não só em equipamentos mas em capital variável (salários), ou seja, em sectores industriais de composição orgânica de capital muito baixa, onde há grande número de trabalhadores em relação ao capital fixo (construção civil, têxtil e confecções, conservas, etc.). A rentabilidade social, o aumento do produto nacional, a ocupação de mão-de-obra, a substituição de produtos importados, a importância regional, as repercussões noutros sectores, são, entre outros, critérios das prioridades numa política industrial.

A planificação, integração vertical e desenvolvimento de indústrias básicas e estratégicas; o estudo e execução de projectos de complexos industriais; a fabricação programada de bens de equipamento para substituir as importações; a fabricação de bens de consumo a partir da capacidade não utilizada e de melhoramentos tecnológicos; os processos de integração vertical no sector agroindustrial e nas pescas; a reanimação da construção civil pela simplificação dos processos de expropriação de terrenos, programas habitacionais, apoio à construção por cooperativas — contam-se entre os esquemas de desenvolvimento sectorial indispensáveis para o arranque económico geral.

É urgente fazer uma revisão cuidadosa e crítica dos planos e projectos herdados do capitalismo monopolista, e que este concebeu com objectivos de lucro em situações conjunturais. O projecto de Sines, verdadeiro e monstruoso aborto do planeamento do capitalismo monopolista e do Estado fascista, exige urgente exame para que não se estejam ali a enterrar dezenas de milhões de contos, parte dos quais em pura perda. Construir, por exemplo, uma refinaria com capacidade de 10 milhões de toneladas sabendo-se antecipadamente que só refinará 5 milhões e que dará prejuízo, não parece ser o tipo de realizações que mais convém à economia portuguesa. A situação agrava-se ainda mais, se se querem «justificar» os enormes investimentos não pelos objectivos inicialmente traçados, mas por novos projectos adicionais, como fábricas de automóveis e outros. Está bem que se consiga e se encontre uma solução. Mas que não se corra atrás da voragem, queimando o grosso dos recursos disponíveis em projectos errados de princípio a fim.

Os gabinetes e serviços de planificação necessitam de elevada especialização e competência. Mas necessitam também de se apoiar sempre na experiência e na opinião dos trabalhadores. Há numerosas empresas onde os trabalhadores, com a colaboração de técnicos, elaboraram estudos e projectos de reconversão. É indispensável tomá-los em consideração e ver se podem ou não, com auxílio qualificado e apoio financeiro, abrir caminho para soluções válidas.

Existem empresas industriais vivendo em grandes dificuldades e carecendo imperiosamente de serem reorganizadas e reconvertidas

Pode entender-se esta questão de duas maneiras. Uma (parece ser a do governo PS) é agravar imediatamente a situação dos trabalhadores, reduzindo dias e horas de trabalho, diminuindo salários, decidindo despedimentos. Outra é procurar, com os trabalhadores, e com a ajuda do Estado, fazer sair as empresas da difícil situação actual. Na segunda está o único caminho que poderá dar uma solução real às dificuldades.

Um princípio básico nas condições actuais é que a reanimação económica e uma política de desenvolvimento só são possíveis com a participação dos trabalhadores, não passivamente com o trabalho, aceitando uma maior exploração, mas activamente, com o trabalho sim, mas também com as suas ideias, a sua experiência profissional, o seu espírito criador, a sua energia, a sua dedicação e determinação.

É necessário em muitos casos um esforço sério dos próprios trabalhadores para a racionalização, o aumento da produtividade, a melhor utilização da capacidade produtiva. Não é com ameaças e o agravamento compulsivo da sua situação que se consegue um tal esforço.

O arranque da economia depende essencialmente dos trabalhadores. Os trabalhadores têm de saber que está garantido que não haverá desnacionalizações, que as empresas sob intervenção do Estado não serão devolvidas aos antigos patrões, que as participações do Estado são inamovíveis e que as cooperativas formadas em empresas abandonadas ou falidas terão

definitivamente garantida a propriedade dos meios de produção. Com essa garantia, que urge tornar formal, existem sólidas bases para a reanimação e o desenvolvimento industrial.

A política agrária tem de exercer-se em três direcções.

A primeira é a da Reforma Agrária em curso.

Consolidar, prosseguir e assegurar a vitória completa, total e definitiva desta grandiosa e histórica realização revolucionária e nacional é uma das principais tarefas do novo Portugal democrático.

Da sua realização depende não apenas a sorte da agricultura portuguesa, mas a sorte da própria democracia.

Os trabalhadores mostraram recentemente estar prontos a examinar quaisquer casos de incorrecta aplicação da Lei embora esteja mais do que provado que a Reforma Agrária foi correctamente realizada, pois, do total de 1 100 000 ha expropriados, apenas houve até agora reclamações relativas a 19 187 ha e mesmo, desse pequeno número, facilmente se viu que uma boa parte não tinha qualquer razão.

Que se examinem objectivamente as reclamações. Se há mais algum proprietário que não tinha 50 000 pontos e cujas terras foram ocupadas pois que lhe sejam restituídas Mas nem um palmo de terra acima dos 50 000 pontos deve ser recuperado pelos agrários ⁽³⁵¹⁾.

Tão-pouco o direito de reserva deve ser exercido de forma a liquidar a viabilidade às cooperativas e UCP. Há que encontrar soluções negociadas, seja cedendo para reserva outras terras noutra local ou terras acima dos 50 000 pontos ainda por expropriar, seja arrendando às UCP e cooperativas as terras em que se exerce o direito de reserva ⁽⁴²⁸⁾.

Os trabalhadores já mostraram ser capazes de transformar radicalmente a agricultura, aumentando a área cultivada e a produção e lançando-se com confiança no caminho do desenvolvimento. A diversificação e intensificação das culturas, o alargamento da área irrigada com barragens de terra e furos artesianos, a mecanização, o fomento pecuário, os projectos agro-pecuários e agro-industriais, são caminhos já encetados com sucesso e que é necessário prosseguir ⁽⁴²⁹⁾.

Os trabalhadores já mostraram a sua capacidade e o seu elevado espírito de iniciativa. Para o desenvolvimento da agricultura fizeram mais num ano do que os agrários em meio século.

Com apoio técnico e créditos, a agricultura na zona da Reforma Agrária tornar-se-á rapidamente uma agricultura moderna e progressista. A ajuda do Estado é indispensável. Não a intromissão e o dirigismo.

A autonomia de gestão das cooperativas e UCP é uma característica essencial de cuja defesa e reforço depende o próprio êxito da Reforma Agrária. Nem na gestão, nem na organização, são de aceitar intromissões que quebrem essa autonomia. Em particular, quaisquer alterações da estrutura das explorações agrícolas devem obrigatoriamente ser decididas pelos próprios trabalhadores.

O prosseguimento da Reforma Agrária exige que a Lei seja aplicada até ao fim e se expropiem e sejam entregues aos trabalhadores os 450 000 hectares acima dos 50 000 pontos que ainda estão em mãos dos agrários. É também necessário que se não volte a permitir que os grandes proprietários tenham terras abandonadas e incultas. As terras não cultivadas devem ser expropriadas e entregues a quem as trabalha (operários agrícolas e pequenos e médios agricultores ⁽⁴³⁰⁾).

Há ainda muitas questões a resolver no domínio da Reforma Agrária em curso. Entre elas, o estatuto da terra. Os trabalhadores não reclamam a propriedade da terra. Mas reclamam o usufruto perpétuo com absoluta garantia de que se exclui qualquer reversão do processo, de que as expropriações são um facto histórico definitivo.

Com os apoios e auxílios necessários, a Reforma Agrária garantirá dentro de pouco tempo um aumento ainda mais considerável da produção agrícola e pecuária, dando grande contribuição para o Produto Nacional, para a reanimação geral da economia e para o reequilíbrio financeiro.

A segunda direcção da política agrária é a Reforma Agrária noutras regiões não compreendidas na zona marcada ⁽⁴⁰⁷⁾.

Desde já há que fazer aplicar a Lei do Arrendamento Rural ⁽⁴³¹⁾ que beneficia dezenas de milhares de pequenos e médios rendeiros, assim como as Leis dos baldios ⁽⁴³²⁾ e da extinção dos foros ⁽⁴³³⁾.

Há também que encarar de frente a situação dos pequenos agricultores nos Arquipélagos, abolindo a colonia na Madeira ⁽⁴³⁴⁾.

Estas medidas constituem os primeiros passos de uma reforma agrária nas regiões onde predominam as pequenas explorações agrícolas, embora assim se não intitule.

Em relação a essas regiões é necessário extrema prudência em tudo quanto diga respeito às estruturas agrárias. Dois princípios fundamentais devem ser observados: o primeiro é o respeito absoluto e rigoroso da propriedade privada da terra dos pequenos e médios agricultores; o segundo é que todos os problemas relativos às estruturas agrárias devem ser obrigatoriamente resolvidos segundo a vontade dos pequenos e médios agricultores e dos trabalhadores agrícolas.

Um factor da mais alta importância para o futuro é o desenvolvimento do associativismo. Aí também se impõe uma política cautelosa sem quaisquer pressas de criar cooperativas de produção. É necessário começar por formas mais simples e limitadas de cooperação, relativas à comercialização dos produtos agrícolas, à compra de máquinas, etc. Só pela experiência própria das vantagens do associativismo, os pequenos e médios agricultores se decidirão confiantes pela formação de cooperativas de produção.

Entretanto é necessário criar condições para outras medidas de fundo nessas regiões. Também nelas existem muito grandes proprietários, a par de uma população camponesa (trabalhadores e pequenos e médios agricultores) vivendo em grandes dificuldades por escassez de terra. Com estudo adequado e preparação de condições políticas gerais, será necessário

determinar as áreas máximas das explorações privadas, entregando a terra excedente disponível aos trabalhadores e pequenos agricultores.

A terceira direcção da política agrária respeita aos problemas imediatos dos pequenos e médios agricultores.

Urge corrigir, na distribuição dos recursos nacionais, a gravíssima falta dos sucessivos governos que não encararam com suficiente compreensão e decisão os problemas dessas classes e camadas sociais, provando-lhes com actos que a Revolução democrática é também delas. Foram atribuídas verbas de muitos milhões de contos a objectivos bem menos importantes. Alguns milhões de contos nesta direcção poderiam ter contribuído para dar solução a alguns dos problemas existentes.

Por razões económicas e por razões políticas, é urgente atacar sistematicamente as questões centrais que afectam os pequenos e médios agricultores com decisões acertadas e com os meios apropriados: concessão de créditos a juro módico, alargamento de isenções fiscais, fixação antecipada de preços, preços diferenciais, garantia do escoamento dos produtos, simplificação dos circuitos de comercialização dos produtos agrícolas, liquidação dos Grémios da Lavoura em benefício de quem trabalha a terra, integração dos pequenos agricultores no regime de Previdência e outros.

Há situações concretas em alguns sectores da produção agrícola cuja solução se arrasta também, em virtude do domínio brutal que ainda exercem os grandes proprietários, os grandes armazenistas e os grandes intermediários sobre os pequenos e médios agricultores. Em relação ao vinho, batata, leite, carne, é necessária a garantia do escoamento e dos preços de compra à produção. No que respeita ao trigo e cevada é urgente que sejam pagos os diferenciais.

Para solução de todos estes e outros problemas é essencial que os organismos de coordenação e direcção da agricultura (Junta Nacional dos Vinhos, das Frutas e dos Produtos Pecuários e outros) passem a estar nas mãos dos pequenos e médios agricultores, ou de pessoas que defendam os seus interesses.

Uma política comercial, ajustada à nova situação é necessária para assegurar o desenvolvimento normal da produção.

A grande amplitude do sector não capitalista (na indústria, agricultura, transportes e outros serviços), assim como a protecção dos interesses dos pequenos e médios produtores, exige uma reorganização do aparelho comercial que corresponda às novas realidades e necessidades das estruturas da produção nacional.

Os interesses dos pequenos e médios comerciantes devem ser não só respeitados como protegidos com medidas que os aliviem de encargos fiscais incomportáveis. É necessário pôr termo às situações monopolistas ainda existentes, proceder progressivamente à racionalização e normalização dos produtos e simplificar os circuitos.

A reconstrução da economia nacional no quadro das instituições democráticas só é possível atendendo à diversidade das formações económicas, mas tomando como base fundamental o sector não capitalista.

A dinâmica capitalista, dinâmica da exploração e do lucro, pode ser admitida num vasto sector desde que se conforme com os interesses da economia nacional e seja devidamente controlada pelos trabalhadores e pelo Estado. Mas não pode ser de forma alguma a dinâmica determinante e animadora do processo de reconstrução económica.

A única dinâmica conforme com as estruturas actuais e a salvaguarda das conquistas da Revolução é uma dinâmica não capitalista. E isto significa que a intervenção dos trabalhadores é decisiva.

A manutenção do controlo operário e da gestão pelos trabalhadores e a participação combativa e criadora das massas trabalhadoras no processo produtivo constituem condições fundamentais para a reanimação económica, o reequilíbrio financeiro e o lançamento de uma política de desenvolvimento.

O conhecimento pelos trabalhadores da situação concreta da empresa, das receitas e despesas, da carteira de encomendas, das mercadorias armazenadas, do destino dos fundos, da negociação de empréstimos, e a sua participação obrigatória na elaboração de planos de produção, de reorganização e de reconversão, são características essenciais do controlo operário que há firmemente que defender.

A luta em defesa do controlo operário e da gestão pelos trabalhadores identifica-se com a luta pela solução dos graves problemas actuais da economia nacional e por uma nova política de desenvolvimento.

Além do mais porque, enquanto, numa dinâmica capitalista, a reanimação económica e o reequilíbrio financeiro seriam alcançados à custa do agravamento das condições de vida dos trabalhadores, numa dinâmica não capitalista, tendendo a transformar-se numa dinâmica socialista, a reanimação económica e o desenvolvimento são inseparáveis do melhoramento das condições de vida materiais e culturais dos trabalhadores.

6. Uma política ao serviço do povo e do País

A política económica e financeira do novo Portugal democrático deve ter como objectivo servir o povo trabalhador e o País. Deve corresponder aos interesses e às aspirações de todas as camadas não monopolistas. Deve significar não o enriquecimento de uma pequena minoria de exploradores à custa da miséria da esmagadora maioria da população, mas a elevação do nível de vida material e cultural de todo o povo português.

A elevação do nível de vida da população não contraria a reanimação económica e o estabelecimento do reequilíbrio financeiro, conforme pretendem os arautos do capitalismo, mas, pelo contrário, constitui um factor estimulante e dinamizador da reanimação económica geral, do aumento

da produção e do desenvolvimento numa dinâmica económica não capitalista.

Os planos económicos do CDS e do PPD, baseados numa recuperação capitalista, agrária e imperialista e no agravamento das condições de vida dos trabalhadores, não conduziriam a uma reanimação económica, mas a uma séria depressão.

O melhoramento das condições de vida do povo português não é só uma justa aspiração e um justo direito, mas uma característica inerente a uma política económica que corresponda às actuais estruturas da economia portuguesa, à formação não capitalista determinante e ao papel dos trabalhadores em todo o processo produtivo.

Os trabalhadores estão dispostos a grandes sacrifícios à escala de tal ou tal empresa, de tal ou tal sector, mesmo à escala nacional, para concretizarem e assegurarem um futuro democrático e socialista. Mas, nas linhas fundamentais da evolução, a reanimação económica e o desenvolvimento terão de ser acompanhados pelo melhoramento progressivo das condições de vida material e cultural das grandes massas populares.

Por isso, ao contrário dos partidos reaccionários e do governo PS, para os quais a reanimação económica significa necessariamente o agravamento das condições de vida dos trabalhadores e de todas as camadas laboriosas, o PCP alia indissolúvelmente o progresso económico à subida do nível de vida da população e à satisfação progressiva das suas reivindicações mais prementes.

A classe operária e todos os trabalhadores assalariados têm justo direito a novos aumentos salariais e ao melhoramento dos benefícios sociais.

O salário mínimo nacional necessita de ser actualizado com prioridade para as categorias mais mal pagas e alargado a todos os trabalhadores incluindo rurais, jovens e domésticos. Não são de aceitar o congelamento de salários e da contratação colectiva. Os salários devem pelo menos acompanhar no seu aumento o aumento do custo de vida. As pensões e reformas necessitam também de ser actualizadas. A assistência médica melhorada. Os subsídios pagos em dinheiro e não em papéis do Estado como pretende o governo ⁽³⁶⁷⁾. A gestão da Previdência confiada aos trabalhadores, que justamente a reclamam. ⁽⁴³⁵⁾

Para os pescadores, cuja difícil situação não tem recebido os apoios necessários, é urgente garantir contratos colectivos por sector, apoio financeiro e técnico para a formação de cooperativas de pesca, o justo pagamento do peixe capturado, a criação urgente duma rede do frio e a organização de estruturas que simplifiquem os circuitos comerciais.

Na função pública é urgente a uniformização das regalias, a equiparação progressiva dos salários aos dos sectores nacionalizados, a abolição do Estatuto Disciplinar fascista, a plenitude dos direitos sindicais, a revogação da legislação antigreve.

Os trabalhadores «retornados» que se encontrem em má situação precisam de ter assegurados postos de trabalho, ajuda para resolverem

problemas de habitação, apoio nos seus interesses legítimos e, de uma maneira geral, apoio para se integrarem, de forma construtiva, na sociedade democrática portuguesa em formação ⁽³⁷¹⁾.

Os emigrantes necessitam do apoio do Estado português a fim de que os seus direitos sejam firmemente defendidos junto dos governos dos países em que residam e de forma a que, embora à distância, acompanhem a construção duma vida democrática na sua pátria.

No novo regime democrático, todas as discriminações profissionais e salariais devem ser abolidas progressivamente segundo o princípio, consignado na Constituição, de que para trabalho igual, salário igual (art. 53). O PCP, pela sua parte, luta de há muito contra quaisquer discriminações de salários ou regalias sociais resultantes da diferença de sexo ou de idade ⁽⁴³⁶⁾.

As discriminações existentes em relação à juventude deverão desaparecer.

Como todas as revoluções, a Revolução portuguesa foi, em larga medida, uma Revolução da juventude. A juventude tem de encontrar no novo Portugal democrático a resposta aos seus interesses, necessidades, anseios e aspirações.

A eliminação do trabalho de menores de 14 anos, a formação profissional, as promoções, a redução das horas de trabalho dos trabalhadores-estudantes, a conveniente protecção das jovens trabalhadoras em relação às infâmias morais dos patrões, o fomento do desporto de massas — são reivindicações da juventude trabalhadora que devem ter, o mais prontamente possível, justa satisfação.

Também devem ser eliminadas progressivamente as numerosas discriminações económicas e sociais a que as mulheres estão ainda sujeitas. As suas reivindicações actuais mais sentidas: assistência materno-infantil, creches, infantários, cantinas, lavandarias, generalização das férias antes e depois do parto, etc., exigem medidas conjugadas do Estado e das organizações operárias e populares.

Ao mesmo tempo que defende o melhoramento progressivo das condições de vida dos trabalhadores e das massas populares, o PCP não estimula, nem apoia, antes combate, certas reivindicações irrealistas perigosas para a classe operária e as massas trabalhadoras e para a construção da sociedade democrática.

Nas condições actuais, exigir que correspondam ao salário por inteiro periodicamente actualizado as reformas e pensões por invalidez ou velhice e subsídios de viuvez e de doença é uma utopia soprada pelos esquerdistas ou por agentes do patronato.

É necessário que todos os trabalhadores ganhem plena consciência de que é do interesse dos próprios trabalhadores a situação económica e financeira do país, assim como das empresas do sector nacionalizado e sob intervenção do Estado, com controlo operário, e das cooperativas e UCP na zona da Reforma Agrária.

O crescimento da produção e a rentabilidade das empresas e explorações do sector não capitalista, assim como a reanimação económica geral, correspondem inteiramente aos interesses dos trabalhadores. O essencial é defender tenazmente a perspectiva socialista da economia portuguesa.

É absurdo pensar que se pode, numa fase de recessão sectorial ou de empresa, diminuir a produção, aumentar o pessoal, diminuir o número de horas de trabalho semanais e a produtividade, deixar instalar-se o absentismo e aumentar os salários e regalias sociais.

Tais reivindicações, se fossem atendidas, contribuiriam para aprofundar ainda mais as situações deficitárias podendo, dentro dum prazo mais ou menos curto, conduzir à falência das empresas, à entrega ao capital privado e aos antigos patrões das empresas nacionalizadas ou sob intervenção do Estado ou transformadas em cooperativas, e à ruína das cooperativas e UCP e sua recuperação pelos agrários.

A atitude dos trabalhadores para com as empresas nacionalizadas, sob intervenção do Estado, sob controlo operário tem de se transformar radicalmente à medida em que se consolida e confirma a perspectiva socialista. Contando com a confiança dos trabalhadores e sob o seu controlo, as administrações não podem ser vistas como o eram os antigos patrões. A atitude dos trabalhadores para com o trabalho e para com as empresas ou para com as explorações agrícolas, modifica-se com o avanço do processo democrático e as transformações das estruturas num sentido não capitalista. Os trabalhadores passam a considerar as empresas e as explorações como suas, empenham-se (como já hoje sucede na zona da Reforma Agrária, em numerosas empresas nacionalizadas e intervencionadas e em cooperativas industriais) na sua administração, na sua produtividade e rentabilidade, no seu melhoramento e nos seus resultados. A reanimação económica caminha harmoniosamente a par com o melhoramento das condições de vida dos trabalhadores.

Não é apenas a classe operária que está interessada na continuação do processo democrático numa dinâmica predominante não capitalista. Só esta poderá solucionar os graves problemas das classes e camadas intermédias.

Os trabalhadores intelectuais e os quadros, cujo papel na Revolução tem sido no geral subestimado, além dos interesses de ordem científica, técnica e cultural têm interesses de ordem material e profissional que exigem pronta resposta. Aos trabalhadores intelectuais e aos quadros põem-se já hoje numerosos problemas que os aproximam da classe operária. O novo regime democrático deve assegurar-lhes trabalho e remuneração correspondente ao trabalho, devendo ser examinado o descongelamento dos salários, acompanhado pela fixação de um máximo. A possibilidade de actualização de conhecimentos e reciclagem, e criação de condições para poderem de facto servir Portugal com os seus conhecimentos e preparação, é também um problema que se coloca a vastos sectores desta camada social.

Os pequenos e médios agricultores, como atrás foi referido, necessitam de ver resolvidos os seus problemas mais agudos relativos a escoamento de produtos, a créditos, a preços, a impostos, a apoio técnico.

Os pequenos e médios comerciantes e industriais reclamam justamente o aligeiramento da carga fiscal, uma margem de lucro suficiente, apoio para venda para o mercado externo.

Os interesses das populações, muito diversos, esquecidos ou menos-prezados desde sempre, devem ser atendidos através de realizações do Estado e das autarquias ou de apoios financeiros e técnicos à acção e ao trabalho popular. A electrificação rural, o abastecimento de águas, a construção de esgotos, a construção e reparação de estradas e caminhos, de escolas e centros culturais, contam-se entre as aspirações mais sentidas das populações, a que o novo Portugal democrático deve dar resposta tão pronta quanto possível.

Os problemas da saúde, da instrução e da cultura inserem-se no desenvolvimento da democracia e do bem-estar do povo português.

Um vasto plano de acção médico-sanitária é de urgente solução, melhorando os serviços hospitalares, reorganizando os serviços de urgência, descentralizando a assistência, regulamentando a fiscalização às clínicas privadas, normalizando as carreiras dos trabalhadores da saúde e racionalizando a produção e comercialização dos produtos farmacêuticos.

O ensino, a investigação, a ciência e a cultura, fazem parte integrante do desenvolvimento económico, social e político.

Num país democrático caminhando para o socialismo é necessário que à frente dos departamentos do Estado responsáveis pela educação e a cultura estejam homens e mulheres de visão clara e serena, isentos e devotados ao bem comum, abertos e tolerantes, animados pelo amor ao povo e ao País e não por intelectuais frustrados e complexados, cegos pelo sectarismo ^(82a) e pelo ódio à classe operária e aos trabalhadores.

A erradicação do analfabetismo e reforma geral do ensino, a elevação para 8 anos do ensino básico, a elaboração de programas correspondentes às exigências da construção da sociedade democrática, a formação e actualização de conhecimentos de professores, o desenvolvimento da investigação científica e a sua ligação à produção, o alargamento das bolsas de estudo, a defesa do património cultural do País, a divulgação da arte popular e o apoio ao talento criador das massas populares, contam-se entre as tarefas centrais necessárias à Revolução cultural portuguesa.

O ideal democrático é um ideal de bem-estar material, de elevação cultural de todo o povo. É um ideal de libertação do homem de todas as formas de exploração e de servidão, da fome e da miséria, da ignorância e do obscurantismo, do servilismo, do medo e do crime. É um ideal, não apenas de construção dum economia em bases novas para servir o povo e o País, mas da formação do homem novo, o homem do Portugal nascido no acto heróico do 25 de Abril, o homem empenhado na construção de uma sociedade que responda aos sonhos de igualdade e justiça social que

iluminam desde sempre de esperança os explorados e oprimidos: a sociedade socialista.

7. Estabilidade e desestabilização

Uma recuperação capitalista, agrária e imperialista, contrariando já hoje as leis tendenciais da evolução da economia portuguesa, só poderia ser alcançada pela violência, pela contra-revolução ⁽¹⁵⁹⁾. Uma política orientada na perspectiva do socialismo é aquela que corresponde ao sentido da evolução e pode ser assegurada no quadro da vida democrática. Por isso a estabilidade da situação política, económica, social e militar é favorável à causa da liberdade, da democracia, do progresso social na direcção do socialismo. E a desestabilização só poderá servir os desígnios das forças reaccionárias de liquidarem a democracia e as conquistas da Revolução e instaurarem uma nova ditadura.

«Desestabilização» é a criação de um tal agravamento de conflitos que estes dificilmente possam ser solucionados sem alterações profundas da situação, designadamente nos órgãos do poder, fora do quadro da Constituição e das instituições. Quem procura «desestabilizar» tem em vista uma alteração a seu favor, ou seja ganhar posições nos órgãos do poder ou apossar-se deste.

A luta de classes de todos os dias, a expressão de divergências com o poder, a indicação de dificuldades económicas, a defesa dos interesses dos trabalhadores, a apresentação de soluções diversas para os grandes problemas nacionais, a oposição a medidas governamentais e a oposição ao governo, não se podem considerar medidas de desestabilização, como pretendem alguns, antes fazem parte inalienável dos direitos e liberdades dos cidadãos consagrados na Constituição.

A ideia de que o uso da liberdade de imprensa, de reunião, de manifestação, de organização, assim como o direito à greve, é «desestabilizador» depressa conduz a uma outra ideia: que a estabilidade exige a supressão das liberdades. Tais concepções não podem inspirar um projecto democrático, antes conduzem a formas autoritárias e ditatoriais.

Nos primeiros meses do ano corrente, a reacção conduziu uma violenta campanha com o objectivo de impedir a aprovação, promulgação e entrada em vigor da Constituição, porque esta consagra as vitórias da Revolução e porque institui um regime em que militares do 25 de Abril continuam a desempenhar importante papel nos órgãos de soberania ⁽⁴³⁷⁾.

A reacção procurou por todos os meios «desestabilizar» a situação, conduzindo a mudanças nos órgãos do poder, designadamente a substituição do Presidente da República, general Costa Gomes, que então se aprontava para assinar a Constituição, por um outro que se recusasse a assiná-la.

O PCP defendeu então que a «desestabilização» procurada pela reacção só poderia favorecer as forças da direita e que o povo português estava

interessado na rápida institucionalização do novo regime democrático e na entrada em vigor da Constituição. A estabilidade democrática tornou-se um importante factor para a defesa das liberdades e da democracia contra a ofensiva reaccionária.

Já depois de aprovada e posta em vigor a Constituição, as forças reaccionárias procuraram de novo «desestabilizar» a situação, desta vez conduzindo uma campanha para alterar a composição do Conselho da Revolução. Era uma nova tentativa para pôr em causa a Constituição e a sua aplicação. O fracasso da tentativa e a estabilidade jogaram a favor da democracia.

O PCP pronunciou-se firmemente pela estabilidade democrática, pela consolidação das liberdades e das outras grandes conquistas da Revolução. A reacção e aqueles que querem fazer andar para trás a Revolução portuguesa pretendem a «desestabilização», precisamente porque sabem que, no quadro da Constituição e das liberdades, essas grandes conquistas não podem ser destruídas.

A política que o PCP defende e propõe é uma política de defesa e consolidação do regime democrático com todas as características que lhe imprime o processo revolucionário. É portanto uma política de estabilidade e estabilizadora.

Inversamente, as medidas que visem atingir as liberdades e as transformações revolucionárias alcançadas, procuram alterações de fundo e são altamente «desestabilizadoras». Ninguém pode pretender alcançar a estabilidade através de tentativas para impor a recuperação capitalista, agrária e imperialista.

Enquanto o terrorismo, a violência fascista, os atentados, o impedimento do exercício das liberdades e dos direitos dos cidadãos, a conspiração, as campanhas de calúnias e a sua impunidade, a especulação alarmista sobre assuntos militares, são acções «desestabilizadoras» —, a garantia dos direitos e das liberdades dos cidadãos, a manutenção da ordem democrática, a localização, neutralização e castigo dos bandos terroristas, o impedimento da propaganda e actividades fascistas, a responsabilização pelas campanhas de difamações e boatos alarmistas, são medidas de estabilização democrática.

Enquanto o súbito agravamento das condições de vida dos trabalhadores, o congelamento de salários e da contratação colectiva, acompanhado do aumento de preços dos géneros de consumo popular, e uma política de «austeridade» que procure fazer pagar aos trabalhadores todo o preço da recuperação económica, são acções «desestabilizadoras» —, a defesa e melhoramento das condições de vida dos trabalhadores, as actualizações de salários acompanhando o aumento do custo de vida, a austeridade que começa pelos consumos sumptuosos e supérfluos, são medidas reais de estabilização democrática.

Enquanto tentativas de desnacionalização, a restituição de empresas aos patrões que as sabotaram, as substituições de administrações da confiança dos trabalhadores por elementos saneados, agentes do patronato, ou

apaniguados do partido no poder, as tentativas de liquidação do controlo operário e da gestão pelos trabalhadores, as tentativas de liquidação das cooperativas, a aprovação aos golpes de mão dos antigos patrões e seus bandos armados, são medidas «desestabilizadoras» —, a consolidação das nacionalizações, a confirmação das intervenções do Estado, a defesa do controlo operário e da gestão pelos trabalhadores, são medidas de estabilização.

Enquanto os golpes de agrários contra os trabalhadores, o exercício do direito de reserva sem ter em conta a viabilidade das novas explorações, as tentativas de estrangular financeiramente as cooperativas e as unidades colectivas de produção, são actividades e medidas «desestabilizadoras» —, a defesa da Reforma Agrária, das cooperativas e das unidades colectivas, o trabalho esforçado para elevar a produção, o esforço organizativo duma nova agricultura, são medidas de estabilização.

Enquanto a protecção aos interesses do grande capital em prejuízo dos pequenos empresários e a falta de resposta aos problemas das classes médias, criam perigos de «explosões» de carácter social e constituem uma política «desestabilizadora» —, a defesa efectiva dos interesses dos pequenos e médios agricultores, industriais e comerciantes, o apoio efectivo às pequenas e médias empresas (em créditos, subsídios, ajuda técnica), são medidas de estabilização.

Enquanto uma política de saneamentos à esquerda e de readmissão de fascistas, de perseguições políticas no aparelho do Estado, de destruição de estruturas democráticas, são medidas «desestabilizadoras» —, o prosseguimento duma política de democratização do ensino e da cultura, de tolerância e respeito pelas opiniões políticas, é uma orientação estabilizadora.

Uma política antioperária e antidemocrática provocará inevitável e necessariamente protestos e lutas de massas. Mas a responsabilidade da desestabilização não poderá ser atribuída aos protestos das massas, mas às medidas que os provocam.

Queira ou não queira a reacção, a Revolução portuguesa levou a cabo transformações radicais das estruturas económicas e agrárias. Criou órgãos de intervenção democrática dos trabalhadores e das massas populares. A Constituição consagrou essas transformações revolucionárias ⁽²⁵⁰⁾.

A questão da desestabilização e da estabilidade dá particular relevo a dois pressupostos fundamentais para que possa ser definitivamente consolidada e prosseguida a construção da democracia portuguesa: que as instituições democráticas e a ordem democrática sejam observadas em todo o País e que Portugal adopte e siga firmemente uma política de independência nacional.

A efectiva instauração do regime democrático em todo o território exige que se ponha termo às conspirações, ao terrorismo, às situações antidemocráticas, aos poderes locais reaccionários que foram instalados em vastas zonas do território nacional.

Em todas estas zonas e actividades, existem não apenas elementos de intranquilidade, insegurança e perturbação constante da vida democrática

e pacífica, mas constantes obstáculos à reanimação da economia e perigos para a própria existência do regime democrático.

As forças reaccionárias continuam a agir, conjugando a actividade legal e parlamentar dos seus partidos com a actividade clandestina a nível civil e militar. Continuam a preparar o assalto ao poder e a instauração de uma nova ditadura terrorista.

A própria existência da democracia portuguesa exige que sejam tomadas sérias medidas contra todas as actividades fascistas e reaccionárias onde quer que se desenvolvam, exige que se faça respeitar firmemente a ordem democrática.

Às forças armadas que têm particulares responsabilidades na garantia da vida democrática nos termos da Constituição, o País tem o direito de exigir que dêem exemplo de unidade e isenção no cumprimento desse seu dever fundamental.

As forças de segurança devem ganhar autoridade pelo seu papel na defesa da ordem democrática, pelo seu respeito pelo povo, pelo seu escrupuloso cumprimento dos deveres no quadro da nova democracia portuguesa.

Os tribunais, órgãos de soberania, têm de deixar de ser protectores de privilegiados e reaccionários e, como é seu dever imperativo, passar a administrar justiça com critérios democráticos. O aparelho judiciário deve ser democratizado e, nos termos da Constituição (art. 217.1), deve ser assegurada a participação popular na administração da justiça. O Estatuto judiciário carece de reforma, de maneira a que os juizes fiquem obrigados a respeitar a legalidade democrática e possam ser responsabilizados quando o não fizerem. Novos códigos (civil, comercial, de processo) devem ser elaborados e aprovados, de acordo com o regime democrático e as novas realidades económicas e sociais. A Polícia Judiciária necessita de ser reestruturada de forma a dispor dos meios técnicos necessários.

Todas estas medidas são necessárias para assegurar o respeito pela Constituição e a ordem democrática em todo o território nacional.

Uma política de independência nacional é condição essencial para a realização duma política democrática e progressista.

O caminho da liberdade e do socialismo é ao mesmo tempo o único caminho que pode assegurar a verdadeira independência nacional.

Uma política de independência nacional exige que se encarem as relações com os outros Estados e as soluções dos problemas tendo apenas em vista a defesa dos interesses de Portugal e não dos capitalistas portugueses nem dos imperialistas estrangeiros.

Portugal democrático deve rejeitar firmemente quaisquer ingerências estrangeiras na sua vida interna.

O imperialismo estrangeiro tem feito variadas pressões para que sejam destruídas em Portugal as conquistas revolucionárias, para que o poder político em Portugal se lance com decisão numa política de recuperação

capitalista, mesmo que para isso tenha que ser instaurada uma ditadura reaccionária.

A construção do regime democrático na base da consolidação das conquistas revolucionárias é uma política guiada pelos interesses portugueses, é uma política de independência nacional.

Pôr em causa as conquistas da Revolução e pretender liquidá-las é literalmente querer «desestabilizar» a situação, procurar provocar uma alteração de fundo, necessariamente violenta, da situação política existente. A defesa das conquistas da Revolução e a sua garantia efectiva são essenciais para assegurar a estabilidade política, económica, social e militar.

Uma política de estabilização e de estabilidade é uma política de defesa, consolidação e prosseguimento do processo democrático, é uma política de construção dum regime democrático rumo ao socialismo.

8. A alternativa democrática

O PCP apresenta e propõe ao povo e ao País as grandes linhas de orientação que podem dar uma saída aos graves problemas imediatos e construir a nova sociedade do Portugal democrático saído da Revolução.

Uma política diferente põe a questão dum governo diferente. O actual governo PS sozinho, por ser minoritário tanto na Assembleia como na população, por não ter os apoios sociais e políticos indispensáveis, e pelo seu Programa, pela sua composição e pela sua prática governativa, não é o governo que a situação exige.

Conforme com as previsões e as prevenções do PCP, o governo do PS sozinho mostrou em pouco tempo não estar em condições de resolver os problemas económicos, sociais e políticos que se colocam à democracia portuguesa.

Depois do anúncio espectacular dum ambicioso programa governativo ⁽³⁰⁹⁾, depois do pedido à Assembleia da República da competência legislativa para andar depressa mesmo durante as férias, o tempo passou e todos os problemas continuam por resolver e alguns a agravar-se.

Animado por um estreito sectarismo ^(82a), o governo tomou rapidamente medidas para agravar a situação dos trabalhadores, para readmitir fascistas, para assaltar (agora sim) os lugares do aparelho do Estado. Não mostrou tanta pressa na solução do desequilíbrio financeiro, na reanimação económica, na solução dos mil e um casos concretos que exigem uma intervenção urgente da parte do Estado.

Por isso, menos de três meses passados sobre a sua formação, já se não pergunta o que vai fazer o governo, mas quanto tempo vai durar e quem o vai substituir.

A questão da alternativa coloca-se desde já, não apenas no quadro das eventualidades a prever e a encarar, mas como uma questão política a resolver dentro dum prazo de tempo, relativamente curto.

O governo PS está já pagando uma parte do preço da sua aliança à direita. No próprio debate do Programa na Assembleia da República o PCP alertou: «Dir-se-ia que a direita, com a sua aprovação, os seus elogios e o seu estímulo, empurra o PS para um beco sem saída para o qual ele voluntariamente se dirige.»⁽⁴³⁸⁾ Tal como se previra, o CDS e o PPD prometeram apoio e «deixaram passar» o Programa do Governo, mas vê-se que já estavam à espreita do seu previsível fracasso para aparecerem como alternativa.

A campanha para uma alternativa da direita reacçãoária a curto prazo começou.

Pondo de parte as conspirações, projectos e planos visando a instauração duma nova ditadura, as hipóteses da constituição dum governo abertamente da direita, na base das instituições, designadamente da Assembleia da República, não são muitas nas circunstâncias actuais. Teoricamente são quatro: um governo PS-PPD, um governo PS-CDS, um governo PS-PPD-CDS e um governo PPD-CDS, que o PS «deixaria passar» na Assembleia não votando contra.

Não considerando como possível que o PS pudesse apoiar de facto a formação de um governo PPD-CDS, as únicas possibilidades constitucionais de formação dum governo abertamente da direita são coligações do PS com o PPD, com o CDS, ou com os dois.

É o projecto para que aponta a reacção interna e o imperialismo. O CDS «sempre se bateu por uma coligação PS-PPD-CDS», diz a Comissão Política respectiva (Relatório ao II Congresso, 32), 23-7-1976). Kaúlza dizia depender do PS e do PPD «uma fórmula com probabilidades de êxito» («Pontos programáticos de um novo Presidente da República», 5-5-1976). E o PPD insiste dia a dia numa tal solução.

Se o PS se decidisse a um tal passo seria o começo do seu suicídio político.

O CDS e o PPD agitam muito a oferta da «competência». Mas a sua «competência» — «competência» de defensores, gestores e administradores do grande capital — não pode dar solução aos problemas existentes, numa economia e numa sociedade que sofreram transformações radicais desde o 25 de Abril.

Um governo da direita não daria solução aos problema nacionais. Pelo contrário, iria provocar um rápido agravamento de todos eles, tanto os de natureza económica como os de natureza social e política.

A política que o CDS e o PPD defendem é conhecida. É uma política abertamente contra os trabalhadores e contra a democracia, contra as conquistas da Revolução, pela destruição das nacionalizações e da Reforma Agrária, pela restituição das empresas ao grande capital, por um agravamento brutal, imposto pela repressão, das condições de vida dos trabalhadores, por uma política externa de submissão ao imperialismo estrangeiro a

troco duma ajuda (tal como nos tempos do fascismo ⁽⁴³⁸⁾) a uma camarilha instalada no poder.

Uma tal alternativa da direita ainda muito menos que o governo PS sozinho poderia solucionar os graves problemas existentes e encaminhar a construção da democracia. Agindo contra a Constituição, mergulhando o País numa situação ainda mais grave em todos os aspectos, seria não uma alternativa democrática, mas uma alternativa de restrição das liberdades, de repressão, de liquidação da democracia, de instauração duma nova ditadura.

O PCP sublinhou também no debate do Programa do governo que «a democracia portuguesa não está interessada em que o previsível fracasso da política do governo PS seja o fracasso e a derrota da própria democracia» ⁽⁴³⁹⁾. Lutando contra a errada política do Governo PS sozinho, desvendando os perigos da formação dum governo abertamente reaccionário (com ou sem o PS), o PCP está empenhando em tornar possível uma alternativa democrática.

Nas circunstâncias actuais, no quadro das instituições, existem duas soluções para a crise política que surgirá no dia em que se puser na ordem do dia a substituição do Governo PS sozinho.

A primeira solução, a solução mais natural e conforme com as instituições, é a constituição de uma maioria de esquerda e um governo de esquerda, com participação comunista, correspondendo ao sentido da votação nas eleições para a Assembleia da República.

É certo que dirigentes do PS lançaram há muito o seu Partido num anticomunismo primário, numa política errada da definição dos inimigos e de alianças, numa luta constante contra o PCP, a sua orientação e a sua actividade. É também certo que a orientação e a prática política do PS, evidenciadas na acção do seu governo, são radicalmente diferentes das do PCP.

Apesar de tudo isso, o PCP continua a considerar (como sempre tem considerado ⁽⁴⁴⁰⁾) que é necessário encarar seriamente uma alternativa com o PS e o PCP.

Primeiro, porque existe na Assembleia da República uma maioria numérica de comunistas e socialistas que, conforme tem mostrado a discussão e aprovação da lei eleitoral para as autarquias ⁽⁴⁴¹⁾, desde que se ponham de acordo ou convirjam, estão em condições de decidir uma política e de fazer aprovar pela Assembleia as leis que considerarem justas e necessárias.

Segundo, porque a aproximação entre socialistas e comunistas, apesar das muitas dificuldades e incompreensões ainda existentes, se tem acentuado, aos mais variados níveis, na vida política nacional.

Terceiro, porque as actividades, projectos e planos da reacção para a tomada do poder obrigam todos os antifascistas, todos os democratas, a procurar uma saída que impeça a formação dum governo reaccionário, que a curto prazo conduziria Portugal a uma nova ditadura.

Quarto, porque um governo de esquerda na base dum aliança PS-PCP teria uma esmagadora base de apoio popular à sua política, a começar pelas classes trabalhadoras.

Por todas essas razões, o PCP defende a formação dum governo de esquerda com um programa comumente acordado, assente na maioria PS-PCP existente na Assembleia e formado por representantes do PS, do PCP, militares e elementos independentes ou de quaisquer outros partidos, que se juntassem no projecto de formar um governo estável assegurando o prosseguimento do processo democrático.

A segunda solução democrática seria a formação de um governo, presidido de preferência por uma personalidade não partidária (militar ou civil), com participação de militares e de civis independentes e de diversos partidos e contando com o apoio, pelo menos, do PS e do PCP.

Um tal governo necessitaria de adoptar, tanto no seu conjunto como nos vários ministérios e departamentos, as soluções que melhor pudessem garantir, simultaneamente, prontidão e eficácia na acção governativa e amplo apoio político e popular.

Tanto na primeira como na segunda solução, a formação do governo, a sua composição e o seu programa deveriam resultar da negociação e acordo entre partidos e de um exame atento de todos os problemas com o Presidente da República e o Conselho da Revolução.

Nos termos da Constituição seria ainda possível uma terceira saída para a crise previsível: a dissolução da Assembleia da República e a realização de eleições gerais no prazo de 90 dias.

Uma tal decisão não parece constituir uma solução por três razões.

A primeira é não serem de prever grandes mudanças no panorama político. Chegar-se-ia ao fim com uma nova Assembleia, mas com os mesmos problemas. A real dificuldade não está na actual composição da Assembleia: existe nesta a possibilidade de apoio (PS-PCP) a um governo democrático estável. A real dificuldade está numa recusa dos dirigentes do PS no sentido de uma aliança à esquerda. Quase certamente as eleições não resolveriam este problema.

A segunda razão é que a realização de novas eleições gerais, sucedendo-se, num curto espaço de tempo às legislativas, às presidenciais e às eleições para as autarquias, consumiria novamente um tempo imenso, energias, recursos, adiando a resolução dos problemas e permitindo o seu ainda maior agravamento.

A terceira razão é que precisamente numa situação que exige sem demora medidas urgentes e operativas, o novo vazio do poder, a carência da acção governativa, a espera e incerteza durante três meses (!), e a nova campanha eleitoral, constituiriam poderosos factores desestabilizadores, criando condições favoráveis a conspirações e a tentativas de um golpe de força reaccionário.

É no quadro actual dos órgãos do poder que se deve procurar e encontrar a alternativa democrática.

O PCP expõe ao povo, às forças democráticas e ao País, a política que entende corresponder às exigências da situação.

Indica uma alternativa democrática ante a previsível necessidade de substituir o Governo PS. Mas a democracia portuguesa não está interessada em que o Governo PS caia para dar lugar a uma alternativa de direita. O PCP nada fará para facilitar uma tal situação. O PCP não modificou a sua posição em relação a este governo: criticará e combaterá todas as medidas que tome contra as liberdades, os direitos dos trabalhadores, as conquistas da Revolução; e apoiará (na Assembleia da República e fora dela) todas as medidas que considere positivas.

Na Assembleia da República, o grupo de 40 deputados do PCP agirá de forma a tornar possível uma cooperação de comunistas e socialistas na defesa dos interesses dos trabalhadores e das conquistas da Revolução, na adopção de medidas para a construção de um novo Portugal democrático.

Ao mesmo tempo continuará infatigavelmente a sua actividade política junto das massas populares. Continuará empregando os seus esforços para a unidade, a organização e a acção da classe operária, de todas as classes e camadas interessadas no processo democrático, de todas as forças democráticas e patrióticas.

Como todo o processo revolucionário tem mostrado e demonstrado, além dos órgãos do poder, o povo português tem uma intervenção determinante em toda a vida nacional.

A sorte da democracia portuguesa depende em larga medida da acção do poder. Mas depende também, e em última instância depende em definitivo, do esclarecimento, da consciência política, da força organizada, da vontade e da acção do movimento operário e popular.

VII

O movimento operário e popular

O movimento operário e popular, componente essencial da Revolução, foi um dos factores determinantes da defesa das liberdades conquistadas com o 25 de Abril e das transformações revolucionárias que imprimiram à democracia portuguesa os seus traços específicos de reformas económicas, progresso social e aspiração humanística.

Na situação actual, o movimento operário e popular é mais do que nunca determinante para a defesa das liberdades e das outras conquistas da Revolução, para a consolidação do regime e a construção da democracia no caminho do socialismo.

Expressão das transformações profundas verificadas na sociedade portuguesa são as formas de luta utilizadas. A par das formas clássicas (reclamações, manifestações, paralisações e greves) adquirem cada vez mais relevo as formas de intervenção através do trabalho na construção duma vida diferente e melhor. A classe operária e as massas populares não intervêm na vida nacional apenas para reclamar e para exigir. Nas condições criadas pelas transformações revolucionárias, intervêm também para criar e para construir.

Essa intervenção não pode verificar-se de forma espontânea e desorganizada. Na organização, na correcta orientação, na disciplina consciente do movimento operário e popular, está a raiz da sua força.

1. Alianças sociais e as bases de apoio da revolução

O movimento operário e popular, componente essencial da Revolução, abrange numerosas classes e camadas sociais.

À frente de todas, como vanguarda, a classe operária, a classe mais consequente e organizada, a mais coesa, a «única revolucionária até ao fim» ⁽⁴⁴²⁾, aquela que encabeçou a luta pelas transformações económicas e sociais realizadas pela Revolução portuguesa.

Foi a classe operária que, estabelecendo o controlo sobre a produção, salvou a economia do colapso que o grande capital procurava provocar. Foi ela que conduziu a luta pelas nacionalizações de sectores básicos da economia até alcançar esse objectivo. Foi também a classe operária (trabalhadores agrícolas) que conduziu vitoriosamente a luta pela Reforma Agrária e organizou centenas de unidades colectivas agrícolas, onde foi abolida a exploração do homem pelo homem e onde se trabalha exclusivamente para o bem do povo e do País. Foi ainda a classe operária que esteve sempre nas primeiras linhas, em massa, ao lado dos militares, na defesa das liberdades e da jovem democracia portuguesa.

Depois do 25 de Abril, como no tempo da ditadura, a classe operária confirmou o seu papel de vanguarda no processo revolucionário.

O campesinato (pequenos e médios agricultores — proprietários, rendeiros, seareiros, colonos), os pequenos e médios industriais e comerciantes, as camadas intermédias (intelectuais, quadros, profissões liberais), os artesãos, fazem parte, com a classe operária, com os empregados, do grande bloco das forças sociais interessadas, embora em forma diferente, na liquidação definitiva dos monopólios e nas grandes transformações políticas, económicas e sociais alcançadas pela Revolução.

São estas classes que constituem o sistema de alianças sociais da classe operária na actual fase do processo revolucionário. São elas que constituem a base social de apoio da Revolução.

A aliança da classe operária com o campesinato é a aliança social básica da revolução democrática no seu desenvolvimento para o socialismo.

Como aspecto muito particular desta aliança, deve considerar-se a unidade dos operários das cidades e dos centros industriais com os trabalhadores agrícolas. Embora estes pertençam também à classe operária, a sua activa participação na luta torna os campos uma base da Revolução. É o que sucede na zona da Reforma Agrária.

Nas restantes regiões do país, o atraso na concretização da aliança entre a classe operária e o campesinato constitui um travão ao desenvolvimento do processo revolucionário.

Ganhar para a Revolução os pequenos e médios agricultores de todo o país é tarefa de transcendente importância não só para os interesses da população laboriosa dos campos como para a sorte da Revolução portuguesa. E para isso é indispensável a defesa constante, firme e dedicada dos interesses dos pequenos e médios agricultores, por parte da classe operária e das suas organizações de classe.

Esta posição da classe operária não respeita apenas ao campesinato.

A defesa, consolidação e reforço da base social e política de apoio da Revolução exige a defesa dos interesses de todas as classes e camadas sociais antimonopolistas e antilatfundistas e o apoio recíproco das lutas que travam.

As alianças não excluem contradições de interesses. Uma política de alianças exige que se procure a solução dessas contradições tendo em conta os vários interesses em jogo.

A Revolução portuguesa tem mostrado a convergência dos interesses das classes e camadas não monopolistas. Mas tem também mostrado que as posições sectárias ^(82a) e oportunistas podem enfraquecer as alianças e reduzir a efectiva base de apoio da Revolução.

As concepções e actuações esquerdistas, que consideram e tratam os aliados como se fossem inimigos, tendem a provocar o isolamento da classe operária e a afastar dela (e da Revolução) os seus aliados sociais.

Isso tem sucedido por vezes na menor atenção dada aos sentimentos, aos hábitos e à mentalidade próprios de certas camadas do campesinato, e num esforço insuficiente para se encontrarem soluções que vão ao encontro das suas aspirações.

Isso tem sucedido por vezes com apressados esquemas da organização do aparelho comercial sem ter em conta os interesses e a possível participação e integração dos pequenos comerciantes no processo revolucionário.

Isso tem sucedido em relação aos quadros técnicos e a certas profissões liberais, com a imposição de critérios igualitaristas e niveladores em matéria salarial e com programas que eliminam actividades individuais independentes.

As concepções sectárias e esquerdistas são tão prejudiciais aos interesses do movimento operário e popular como as concepções oportunistas

de direita que, negando à classe operária o seu papel de vanguarda, tendem a paralisar e a desorganizar o movimento popular, privando-o da acção dinamizadora e orientadora da classe mais consciente, organizada e revolucionária.

Uma política estreita e sectária da parte do movimento operário, que não tivesse em conta os interesses específicos dessas camadas, tenderia ao isolamento da classe operária e à transformação dos seus aliados sociais numa base de apoio das forças reaccionárias e conservadoras.

A actividade de alguns dirigentes do PS em relação à classe operária é típica da pretensão hegemónica da pequena e média burguesia. Quando Mário Soares define como «média burguesia» o proletariado das cinturas industriais (na TV, 19-9-1976) e um seu colega de governo e do PS ⁽⁴⁴³⁾ chama aos operários «pseudotrabalhadores manuais parasitas» (Jovem Socialista, 16-10-1976) têm manifestamente em vista desacreditar, perante as outras classes e camadas sociais, a classe operária e os seus sectores mais organizados e combativos e dificultar o papel de guia e vanguarda de todas as classes que na Revolução cabe ao proletariado.

Lutando contra o sectarismo e a estreiteza esquizoide, como contra as concepções oportunistas de direita, a classe operária tem de mostrar, na prática das suas posições e da sua actividade, que é de facto a classe de vanguarda.

Não basta a afirmação de princípio, historicamente válida, de que o proletariado é a classe mais revolucionária, a única classe «revolucionária até ao fim». Para que o proletariado esteja à altura da sua responsabilidade histórica no processo revolucionário, não pode limitar-se à defesa dos seus interesses de classe. Tem de dar uma contribuição decisiva para pôr em movimento e organizar as classes e camadas da população que são seus aliados na actual etapa da Revolução, tem de tomar decididamente a defesa dos seus interesses e dar-lhes uma perspectiva na nova sociedade democrática a caminho do socialismo.

É um luminoso ensinamento de Lénine que «os operários industriais não podem cumprir a sua missão histórica, que é de libertar a humanidade do jugo do capital e das guerras, se se fecham no quadro dos seus interesses estreitamente corporativos, estreitamente profissionais e se limitam, com suficiência, a preocupar-se apenas com o melhoramento da sua situação, por vezes um tanto pequeno-burguesa» (Obras, ed. francesa, t. 31, pp. 154, 155 ⁽⁴⁴⁴⁾). «O proletariado (sublinhou Lénine) não é uma classe realmente revolucionária, agindo de uma maneira realmente socialista, senão na medida em que se afirme e se comporte como a vanguarda de todos os trabalhadores e de todos os explorados, como o seu guia na luta pelo derrubamento dos exploradores» (ibid, p. 154 ⁽⁴⁴⁵⁾).

Daí toda a atenção que o Partido deve dar ao esclarecimento, à organização, à luta, à defesa dos interesses de todos os aliados sociais da classe operária na actual etapa da Revolução ⁽⁴⁴⁶⁾.

Nas condições específicas da Revolução portuguesa, aliança Povo-MFA, na base do carácter unitário e apartidário do MFA, constitui uma forma original da aliança das forças sociais interessadas na Revolução antifascista e antimonopolista.

Esta aliança, na sua essência, oferece dois aspectos distintos.

O primeiro é o facto de que amplos sectores militares, seja pela ligação real de interesses próprios ou familiares, seja pela origem social, seja pela mentalidade, interpretam e traduzem, nas suas opções políticas, os interesses de classes e camadas não monopolistas.

Outro é o facto de que os militares constituem um estrato social diferenciado e que muitos deles não estão directamente ligados aos interesses económicos de tal ou tal classe. A necessidade de aumentar os efectivos imposta pela guerra colonial levou ao quadro permanente numerosos oficiais vindos de classes trabalhadoras e de camadas intermédias. Este facto e a própria condição profissional permitem aos militares uma opção e uma actuação política independentes.

Para a grande maioria dos militares, os seus interesses são coincidentes com os da Revolução, numa perspectiva socialista. Os militares nada têm a perder com o socialismo, antes têm tudo a ganhar.

A organização e estruturação das forças armadas, com elevado nível de eficiência militar e de disciplina, inteiramente consagradas à defesa da democracia e da independência nacional no quadro da Constituição, à garantia da construção de uma sociedade melhor e mais justa, é um objectivo aliciante e mesmo exaltante para os militares portugueses.

A aliança Povo-MFA — a aliança do movimento operário e popular com os militares inspirados pelo ideal libertador do 25 de Abril — continua ainda a ser a expressão necessária da aliança do povo com as forças armadas. Esta aliança Povo-MFA insere-se no quadro mais vasto das relações do povo com as forças armadas, cujo melhoramento constante, cooperação e respeito mútuo, deve ser uma preocupação essencial do movimento operário e popular.

2. O movimento sindical

A vida sindical é neste momento dominada pela preparação do próximo Congresso Sindical ⁽⁴⁴⁷⁾.

A realização do Congresso aparece como um acontecimento de extrema importância para os trabalhadores portugueses e para o regime democrático.

Em torno do Congresso trava-se uma luta muito aguda entre os defensores da unidade, da liberdade e da independência do movimento sindical e aqueles que procuram enfraquecer os sindicatos ou torná-los mesmo um instrumento do patronato ou de uma política antioperária, antipopular e de recuperação capitalista.

No combate à Intersindical e ao movimento sindical, as forças reacionárias, conservadoras e reformistas invocam constantemente a liberdade sindical.

Mas a «liberdade sindical» que defendem representaria de facto, se aplicada, a cisão do movimento sindical e a subordinação de sindicatos ao controlo de organizações e forças estranhas às classes trabalhadoras.

Nas condições portuguesas, o conteúdo fundamental da liberdade sindical é a liberdade de os trabalhadores decidirem livremente, com completa independência, da direcção, orientação e gestão dos sindicatos.

Sindicatos únicos e uma central sindical única com uma vida democrática interna é (nas condições portuguesas) a única forma de verdadeiramente assegurar a independência e a liberdade dos sindicatos.

Com uma vida democrática nos sindicatos, os trabalhadores escolhem para as direcções quem entendem, não estando obrigados (e é isso que sucederia no caso da divisão do movimento sindical e do «pluralismo» sindical) a ter dirigentes impostos e orientações traçadas pelo partido ou forças sociais ou políticas que exercem a «tutela».

A unicidade mostrou ser uma solução de extraordinário valor e de profundo conteúdo democrático, não apenas para manter a unidade dos trabalhadores, mas também para garantir a vida democrática nos sindicatos e a sua liberdade e independência em relação ao patronato, aos partidos e ao governo ⁽⁸⁵⁾.

Em numerosos casos têm sido substituídas direcções sindicais duma tendência política por direcções doutra tendência sem que a vida sindical deixe de prosseguir normalmente, sem se quebrar a unidade do sindicato.

A Constituição, embora sublinhando o princípio da unidade sindical, não aprovou o princípio da unicidade. Não estabeleceu o princípio da central sindical única e dos sindicatos únicos, embora tão-pouco o exclua.

Os que defendem a «liberdade sindical» e o «pluralismo sindical» pretendem não a liberdade da organização dos trabalhadores, a liberdade e independência das suas organizações de classe, mas a cisão do movimento sindical, a sua submissão a um controlo partidário, governamental e mesmo patronal.

Compreende-se a importância que a questão sindical tem para o patronato.

Num total de 306 sindicatos existentes no Continente, 184 representando 1 478 805 trabalhadores estão filiados na Inter ⁽⁴⁴⁸⁾. A Inter lutou e luta firmemente em defesa dos interesses dos trabalhadores, participou e participa activamente na defesa e consolidação da democracia, na construção dum novo Portugal democrático na perspectiva do socialismo. Para a reacção, o patronato e as forças de recuperação capitalista, a Inter é um inimigo a abater.

O grande capital sente de tal forma a força da central única dos trabalhadores que a CIP justifica os pedidos de apoio aos industriais dizendo ser ele necessário «enquanto houver neste país uma central sindical forte, aguerrida e capaz de tudo fazer no sentido da liquidação da iniciativa privada em Portugal», o que não é verdade, mas mostra o respeito que o movimento sindical infunde ao patronato reaccionário.

Havendo uma organização sindical forte, unida, com vida democrática, ao serviço dos trabalhadores, dirigida por sindicalistas firmes e experimentados, assegurando a coesão e a vontade combativa dos trabalhadores, é extremamente difícil levar a cabo uma política de agravamento da exploração dos trabalhadores e de liquidação das conquistas revolucionárias.

O enfraquecimento e divisão do movimento sindical insere-se na ofensiva contra as conquistas da Revolução e nos projectos e planos de recuperação capitalista, agrária e imperialista.

Esse objectivo tem vindo a ser persistentemente prosseguido de há muito pelo patronato, pela reacção e pelos dirigentes do PS.

Têm sido muitos, desde o 25 de Abril, os preparativos para a cisão e a formação duma nova central sindical. Numerosos organismos, grupos e grupelhos foram criados para actuarem no sentido da cisão: a Força Democrática do Trabalho (FDT), o CECNS, o Centro de Estudos Sindicais (CES), a Confederação Geral dos Trabalhadores Livres, e outros.

Apesar da irregularidade do processo revolucionário e das mudanças na correlação de forças, a unidade, o espírito de classe e a luta decidida dos trabalhadores impediu até hoje que esses planos se concretizassem.

A unidade sindical não foi oferecida à classe operária. Foi ela que a conquistou com a sua consciência de classe e a sua luta.

Em 1974 a unidade foi defendida numa áspera batalha em que os trabalhadores em grandes acções de massas, como atrás já foi referido, se pronunciaram firmemente para que a lei não permitisse a cisão do movimento sindical.

As tentativas divisionistas, as pressões políticas, as campanhas, não conseguiram evitar que a lei viesse a proibir a cisão e a consagrar a unidade sindical.

As ingerências estrangeiras contra o movimento sindical português têm sido constantes. No auge da discussão sobre a lei sindical, a CISL realizou um «seminário internacional de formação sindical» no Hotel das Arribas (16-12-1974) ⁽⁴⁴⁹⁾. Os Estados Unidos foram particularmente activos. A AFL-CIO conta no seu jornal que houve «conversações em Washington com a liderança dos dois mais importantes partidos políticos portugueses (?); que se estabeleceram contactos com o movimento sindical português; que sindicatos e partidos políticos (?) não comunistas da Europa ocidental têm estado activos em Portugal (!) a fim de corrigir (?) as distorções (?) que os comunistas foram capazes de impingir (!) imediatamente após a revolução de Abril de 1974»; e declara publicamente que «concita» «ajuda

sem limite aos nossos irmãos do movimento sindical da Península Ibérica!» (15-9-1976) ⁽⁴⁵⁰⁾.

Tão-pouco as ingerências imperialistas foram capazes de dividir e desorganizar o movimento sindical.

A lei da unicidade significou, nas condições então existentes, uma grandiosa vitória da classe operária e de todos os trabalhadores em defesa das suas organizações livres e independentes contra as tentativas de divisão, desagregação e controlo por forças estranhas.

Actualmente, ainda que em condições diferentes, de novo se trava um combate pela unidade, liberdade e independência do movimento sindical contra a nova ofensiva para dividi-lo e desorganizá-lo.

Com as modificações na situação político-militar, designadamente após os acontecimentos de 25 de Novembro ⁽²⁰⁶⁾, as forças reaccionárias e conservadoras julgaram ter chegado o momento para empreenderem uma nova ofensiva contra o movimento sindical.

O I Encontro dos dirigentes sindicalistas socialistas, realizado em Aveiro em 2-2-1976 ⁽⁴⁵¹⁾, pode tornar-se como ponto de partida dessa nova ofensiva contra o movimento sindical.

Numa das suas resoluções solicita-se ao Presidente da República que revogue imediatamente a lei da unicidade sindical — mesmo sem consulta dos trabalhadores e dos sindicatos. Afirma-se não se reconhecer as decisões do «Congresso dos Sindicatos» realizado em Julho de 1975 ⁽⁴⁵²⁾, no qual participaram 159 sindicatos — o que mostra que a vontade das maiorias só serve ao PS quando é a sua.

A campanha contra a Inter intensificou-se através dos meios de comunicação social controlados pelo governo, dos jornais estatizados ao serviço do PS e do PPD, dos porta-vozes de todas as forças reaccionárias e conservadoras.

Nos seus esforços para a defesa da unidade do movimento, a Inter, no seu plenário de 26-3-1976, anunciou a realização, ainda em 1976 ⁽⁴⁵³⁾, do novo Congresso Sindical. Pacientemente, tendo em vista a defesa da unidade sindical, a Inter e diversos sindicatos estabeleceram contactos com direcções sindicais de tendência PS procurando soluções unitárias.

É nesta situação que em 26 de Abril, dia imediato às eleições, a «Carta Aberta» assinada por 16 sindicatos lança grande operação cisionista.

A estratégia sindical do PS é de extrema clareza: ou a hegemonia PS do movimento sindical e nesse caso defenderia a unidade do movimento; ou, não conseguindo a hegemonia (por métodos mais ou menos lícitos), a cisão e a formação duma nova central sindical.

Mário Soares, confiante na evolução de toda a operação, declarava então que «a Intersindical tem hoje uma expressão relativamente fraca» (Diário de Notícias, 19-6-1976).

Os cisionistas, ao mesmo tempo que procuram reforçar por novas adesões o grupo de sindicatos contra a Inter, procuram inverter a situação

em alguns sindicatos, pondo à sua frente gente sua, sem olhar a meios. Tal o caso do Sindicato da Indústria e Comércio Farmacêuticos onde foi colocada uma direcção PS, com a ajuda de ingerências da CISL e do secretário de Estado do Trabalho. Afinal a operação não resultou. Em Junho, nesse mesmo sindicato, em assembleia geral, os trabalhadores, desfazendo as manobras, pressões e ingerências, elegeram uma direcção unitária ⁽⁴⁵⁴⁾.

Noutros sindicatos passou-se o mesmo. São afastadas direcções cisionistas e colocadas direcções defensoras da unidade do movimento. Desenvolvem-se acções de massas. Contra o que esperava, o grupo cisionista vai perdendo progressivamente posições e ficando cada vez mais isolado.

Os cisionistas, no jogo da sua própria estratégia, colocam-se assim numa situação extremamente difícil: como não conseguem a hegemonia não querem a unidade; mas se vão para a cisão, em vez de um grupo dos sindicatos a engrandecer-se, arriscam-se a ficar reduzidos a um pequeno número.

A derrota estrondosa da manobra da «Carta Aberta», promovida pelo PS e apoiada pela reacção, fica evidenciada na evolução do grupo.

A «Carta Aberta» (26-4-1976) começou por ser assinada por 16 sindicatos. A esses juntaram-se posteriormente mais 21. Na reunião cisionista de Coimbra (a que teve maior participação) estiveram presentes representantes de 59 sindicatos.

Quando os cisionistas pensaram estar a formar bola de neve, começaram a hostilizar em termos cada vez mais violentos a Intersindical, a exigir a «paridade» na Comissão Organizadora do Congresso, a colocar uma série de outras exigências como se tivessem já a força dominante no movimento sindical. As suas reclamações foram feitas um tanto em forma de alternativa: ou são aceites ou é a cisão.

A reacção dos trabalhadores à operação cisionista não tardou. Os trabalhadores reforçaram a sua coesão, combateram e isolaram em muitos sindicatos os divisionistas, engrossaram a corrente unitária que com a Intersindical prepara o Congresso e levaram à desintegração do grupo cisionista e a situações difíceis dos seus promotores nos respectivos sindicatos.

Até 25-10-1976, dos 37 sindicatos que chegaram a aderir à plataforma cisionista, 6 abandonaram a «Carta Aberta» devido ao ambiente desfavorável nos próprios sindicatos, 11 desvincularam-se por imposição de assembleias gerais, 3 desvincularam-se porque entretanto se realizaram eleições e as direcções foram substituídas, e 7 decidiram participar no Congresso embora sem redefinirem a sua posição em relação à «Carta Aberta». Partindo do total de 37 que chegaram a apoiar a manobra cisionista, 27 reviram as suas posições e decidiram participar no Congresso.

Nos 10 que restam, a situação não é brilhante. Um não tem participado nas reuniões de Coimbra. Noutro têm-se realizado assembleias que não chegaram ainda a nenhuma conclusão. Em dois desenvolvem-se movimentações que põem em cheque as direcções cisionistas ⁽⁴⁵⁵⁾.

Na grande assembleia geral do sindicato dos Empregados de Escritório de Lisboa com a participação de mais de 7000 trabalhadores, os dirigentes cisionistas, depois de contarem a seu favor votações que lhes eram contrárias, acabaram por abandonar a sala quando os trabalhadores resolveram deslocar-se na sala e formar um grandioso grupo de votantes de forma a tornar indiscutível onde estava a maioria ⁽⁴⁵⁶⁾.

Agora anunciam um plebiscito, mas os trabalhadores não aceitarão mais esta manobra. A forma democrática de decisão no movimento sindical é a assembleia e não o plebiscito digno de fascistas a jogarem à democracia. Além disso, ninguém pode acreditar na seriedade de um plebiscito conduzido por uma direcção que conta ao contrário votações ante a indignação da esmagadora maioria dos 7000 participantes na assembleia e que fugiram quando foi desmascarada a falsa contagem.

Os cisionistas sabem tão bem como os trabalhadores prezam a sua unidade que mesmo a sua actividade cisionista é levada a cabo sob a falsa bandeira da unidade e da central única.

A preparação do Congresso está mobilizando em massa os trabalhadores, decididos a defender firmemente a unidade sindical e a central sindical única contra os cisionistas inspirados pelo patronato, pela reacção e pela social-democracia.

Na discussão do Regulamento do Congresso, no espaço de um mês, realizaram-se 197 assembleias gerais de sindicatos, 101 plenários de sindicatos e Comissões de Trabalhadores, 120 plenários de zona, 538 plenários de empresas, 309 plenários sectoriais, 157 reuniões gerais de sindicatos e ainda outras reuniões, num total de 1487 reuniões em que participaram 360 000 trabalhadores ⁽⁴⁵⁷⁾.

Na reunião geral dos sindicatos realizada em 22/23-10-1976 ⁽⁴⁵⁸⁾, convocada pela Comissão Nacional Organizadora Provisória (CNOP), participaram 222 sindicatos dos quais 160 filiados na Inter e 62 não filiados, 16 Uniões Distritais, 3 Uniões Locais, 12 Federações, 19 secções e 14 delegações representando no total 1 585 000 trabalhadores. A reunião geral sindical contou com mais 52 sindicatos do que os representados na anterior reunião realizada em 4 de Setembro. Trata-se da maior e da mais representativa reunião de sindicatos realizada alguma vez em Portugal.

A reunião geral marcou o Congresso Sindical para 27/30 de Janeiro, definindo um prazo de 75 dias para debate sobre os projectos de documentos.

A movimentação de massas e os êxitos da política sindical unitária ao longo do ano demonstram vigorosamente a elevada consciência de classe, a sensibilidade política, o espírito de unidade e a disposição combativa da classe operária e de todos os trabalhadores.

No interesse da classe operária e de todo o povo português, da salvaguarda das liberdades e da construção da democracia rumo ao socialismo, a realização do Congresso Sindical deverá ser uma nova e poderosa afir-

mação da unidade, combatividade e independência do heróico movimento sindical português.

A Intersindical, os sindicatos, os trabalhadores, não podem porém repousar nos êxitos alcançados. Faltam ainda três meses para o Congresso. Três meses, na situação portuguesa, são um largo lapso de tempo. Haverá mais manobras, mais provocações, mais campanhas da reacção, do CDS e do PPD, mais intervenções do governo do PS.

É por isso absolutamente necessário que, no prosseguimento da linha justa conduzida pelo movimento sindical, a luta não abrande.

Os membros do Partido que militam no movimento sindical devem empenhar o máximo de energias para que:

Primeiro: Prossiga o trabalho no sentido de garantir que o Congresso seja de facto o Congresso de todos os Sindicatos, o Congresso que confirme a unidade do movimento sindical português, a unidade da classe operária e de todos os trabalhadores ⁽⁴⁵⁹⁾.

Segundo: Prossiga o amplo trabalho de massas, a movimentação dos trabalhadores nos respectivos sindicatos para que eles se mantenham na linha unitária, exigindo das Direcções que procedam segundo a vontade dos associados, ou substituindo-as se o não fizerem e continuarem manobras cisionistas.

Terceiro: Prossigam os trabalhos preparatórios e seja realizado o próprio Congresso dentro de um espírito democrático e de normas democráticas, com debate fraternal, seriedade de processos e respeito pela verdade, procurando-se sempre sinceramente a aproximação dos pontos de vista, o entendimento e a unidade dos trabalhadores das mais variadas tendências.

Quarto: Se mantenha a vigilância dos trabalhadores em relação a novas ofensivas contra os sindicatos, contra o movimento sindical unitário e contra a Inter e sejam combatidos e isolados pelas massas elementos cisionistas, divisionistas ou provocadores.

Quinto: Se mantenham firmes o movimento sindical e cada sindicato na defesa dos interesses dos trabalhadores, na defesa das conquistas da Revolução, na luta contra quaisquer tentativas de recuperação capitalista e agrária, na construção da democracia portuguesa rumo ao socialismo.

Com a luta, os trabalhadores conseguiram em 1974-1975 fazer reconhecer na lei a sua unidade. Agora também os factos estão mostrando que mesmo sem a lei conseguirão defendê-la.

3. Organizações unitárias de base

As organizações unitárias de base constituem algumas das formas mais democráticas, representativas e eficientes do movimento operário e popular.

A sua formação e actividade estão, em grande parte, ligadas ao melhoramento das condições de vida dos trabalhadores e das massas populares e ao avanço do processo revolucionário.

Dezenas de milhares de portugueses começam a sua aprendizagem na vida política activa e militante nas organizações unitárias de base. No conjunto, seguindo uma orientação justa e animadas por um espírito unitário, constituem uma força poderosa na luta contra a exploração e a injustiça social, em defesa dos interesses dos trabalhadores e das populações, na construção do regime democrático com a perspectiva do socialismo.

Compreende-se por isso que as forças reaccionárias manifestem o seu ódio a estas formas de organização e afirmem que «nada significam, a ninguém representam, constituindo excrescências não democráticas» (Relatório da Comissão Política ao II Congresso do CDS, 18), 22-7-1976).

A verdade é que tanto significam, tanto representam, tão democráticas são que a Constituição da República teve de consagrá-las (artigos 55.º e 265.º e outros) e o CDS nem sequer na altura ousou votar contra.

Trata-se de formas de organização do mais alto significado na construção da democracia e por isso continua a ser necessário dedicar-lhes uma grande parte das atenções e energias.

As formas mais importantes das organizações unitárias de base são as Comissões de Trabalhadores, as Comissões de Moradores e as Assembleias Populares.

As Comissões de Trabalhadores desempenharam um papel decisivo na unidade e na luta dos trabalhadores para conseguirem a melhoria das suas condições de vida, o controlo operário da produção, o combate à sabotagem económica, a sobrevivência das empresas abandonadas ou conduzidas à ruína pelo patronato, a intervenção e o auxílio estatal, as nacionalizações, a mobilização das massas nos locais de trabalho pelo avanço da Revolução e em defesa das suas conquistas.

Na actualidade, os principais aspectos de orientação das Comissões de Trabalhadores respeitam às suas tarefas e à sua composição.

As tarefas das Comissões de Trabalhadores são fundamentalmente a defesa dos interesses dos trabalhadores, o estabelecimento e reforço do controlo operário, a luta contra todas as formas de recuperação capitalista.

Isto não significa que todas as Comissões tenham todas estas tarefas. Existe uma extrema diversidade de situações regionais e, dentro de cada região, grandes diferenças da situação de classe para classe e de empresa para empresa. Não é por isso possível definir funções e tarefas de aplicação geral no país.

Um problema muito discutido tem sido o papel das Comissões de Trabalhadores na luta reivindicativa.

Depois do 25 de Abril, manifestaram-se no movimento sindical opiniões contrárias à intervenção das Comissões de Trabalhadores nesta

matéria. A luta reivindicativa deveria ser exclusiva atribuição dos sindicatos, não podendo haver organizações «paralelas» que tenderiam a contestar as estruturas sindicais.

Houve, é certo, elementos e grupos esquerdistas que a partir das empresas e das Comissões procuraram afastar os trabalhadores da organização sindical e voltar mesmo os trabalhadores contra os sindicatos. Pelo seu lado, o «sectarismo sindicalista» ⁽⁴⁶⁰⁾, não tendo em conta a situação real e os sentimentos das massas em relação às Comissões de Trabalhadores, não favoreceu a unificação geral das diversas formas de organização operária, nem o desenvolvimento das estruturas sindicais nas empresas.

A tendência será para que toda a luta reivindicativa caiba à organização sindical. Deve, porém, ser um processo natural resultante da própria experiência e do desenvolvimento do trabalho especificamente sindical nas empresas e não uma divisão de tarefas decretadas de forma administrativa ou burocrática.

As Comissões de Trabalhadores e a luta à base de empresas têm uma longa tradição ⁽³¹⁾, que o derrubamento do fascismo e as novas condições políticas só por si não fazem desaparecer.

A actividade das Comissões de Trabalhadores confirma que elas são formas complementares e não paralelas ou concorrentes da organização sindical, sendo necessário que entre umas e outras se desenvolva uma cooperação cada vez mais estreita ⁽⁴⁶¹⁾.

As transformações revolucionárias e a própria acção de massas deram uma extraordinária responsabilidade no processo revolucionário às Comissões de Trabalhadores. A 1.ª Conferência Nacional Unitária de Trabalhadores (2-2-1975), com a representação de 191 empresas englobando mais de 160 000 ⁽⁴⁶²⁾ trabalhadores dos mais variados ramos, foi uma poderosa afirmação da organização dos trabalhadores na defesa dos seus interesses de classe e na defesa da economia nacional.

O processo revolucionário e as modificações das estruturas económicas com as nacionalizações, a intervenção do Estado, o controlo operário e a gestão pelos trabalhadores, fizeram surgir, em vastos sectores, situações novas e novo tipo de relações entre os trabalhadores e as administrações das empresas respectivas. Em muitos casos essas relações não podem já ser consideradas como relações patrão-trabalhador. Há exemplos onde os trabalhadores exercem um efectivo controlo da gestão, intervêm nas decisões fundamentais relativas à empresa e dirigem efectivamente a empresa. Em tais casos, as Comissões de Trabalhadores têm necessariamente funções completamente diferentes das funções nas empresas capitalistas.

O controlo operário e funções de gestão contam-se actualmente entre as tarefas das Comissões de Trabalhadores. Em muitas empresas sob controlo operário ou sob gestão dos trabalhadores, a luta pelo melhoramento das condições de trabalho e de vida não se fez através da luta contra o patronato

ou contra as administrações, mas pela decisão conjunta com estas ou pelos próprios trabalhadores.

Quanto à composição, a preocupação essencial deve ser a de que sejam os próprios trabalhadores a eleger as Comissões e que estas correspondam à confiança dos trabalhadores.

A actividade do Partido deve desenvolver-se no sentido de que as Comissões eleitas sejam não só uma expressão da unidade dos trabalhadores, como também um factor para essa unidade.

A participação de empregados e técnicos em comissões de fábrica pode em muitos casos contribuir para o reforço da unidade de todos os trabalhadores.

O PCP defende um espírito unitário na formação das Comissões. Depois de formadas, quando nelas participem trabalhadores de tendências políticas diversas, como correntemente sucede, um grande esforço deve ser feito para a mútua compreensão e um trabalho colectivo.

O PCP defende esta política porque considera que a unidade da classe operária é fundamental para esta conduzir a sua luta com sucesso e não por querer ganhar posições à custa de outras tendências.

Como resultado da sua grande influência na classe operária, o PCP tem nas empresas e nas Comissões de Trabalhadores muito fortes posições, a que se não podem comparar as de qualquer outro partido ou corrente política.

Um recenseamento das Comissões de Trabalhadores realizado recentemente pelas organizações distritais do Partido claramente o mostra. Embora não se tenham recolhido a tempo os elementos de Braga e Bragança e sejam de admitir outras faltas, os elementos apurados não devem andar longe da situação real.

O recenseamento indica a existência no Continente de cerca de 1250 Comissões de Trabalhadores, metade das quais no distrito de Lisboa. Seguem-se Setúbal, Faro, Castelo Branco, Santarém, Leiria e Aveiro. No distrito do Porto, confirmando certas características tradicionais da luta operária nesta região (predomínio da organização e acção sindical por classes sobre a organização e acção nas empresas), o número de Comissões de Trabalhadores recenseadas é relativamente baixo.

Segundo um estudo inédito feito sobre este recenseamento, a influência política predominante nas Comissões de Trabalhadores seria: do PCP em 56% das Comissões, unitária (PCP e outros) em 26%, PS em 10%, esquerdistas em 3% e reacção em 5%.

Como é natural, nas zonas dominadas pela reacção, há muitas comissões criadas num ambiente de intimidação e repressão interna nas empresas, dominadas por laiaos dos patrões.

Apesar das suas posições predominantes, o PCP insiste na necessidade da constituição de Comissões de Trabalhadores com carácter unitário, que gozem da confiança de todos os trabalhadores.

Em cada empresa, as organizações do Partido devem trabalhar para ultrapassar as divergências entre os trabalhadores, para conseguir unir todos em torno dos objectivos da classe e de formas de actuação que correspondam na situação actual aos interesses dos trabalhadores e ao desenvolvimento do processo democrático.

O patronato, a direita reaccionária e o próprio governo fazem tentativas para liquidar a força revolucionária das Comissões e das suas estruturas de coordenação, de que a Cintura Industrial de Lisboa (CIL), representativa de 200 Comissões de Trabalhadores, é um alto exemplo. Impotentes para subordinar as Comissões de Trabalhadores aos interesses do patronato, da reacção e de partidos no poder é de esperar que venham a tentar novamente limitar a sua actividade e a sua força através da regulamentação legal da formação das Comissões (formas de eleição, âmbito da actividade, etc.).

A afirmação da independência das Comissões de Trabalhadores face ao patronato e ao governo é uma importante direcção para a sua actividade, não se podendo aceitar qualquer estatuto legal que contrarie a Constituição.

As Comissões de Moradores têm um importante papel na intervenção organizada das massas para a solução dos seus problemas ⁽⁴⁶³⁾.

Ao longo do processo revolucionário, as Comissões de Moradores contribuíram para a entrada na vida política de amplos sectores e para a mobilização popular em numerosas iniciativas e lutas.

Formaram-se e existem por todo o País muitas centenas de Comissões de Moradores ligadas às massas e actuando regularmente na defesa dos seus interesses.

Entretanto, pelas próprias características da sua formação e funcionamento, trata-se de uma forma de organização muito facilmente aproveitada por grupos isolados para se apresentarem como representantes das populações. Em numerosos casos, não havendo verdadeiras Comissões de Moradores constituídas numa base democrática, grupos de meia dúzia de aventureiros intitulam-se a si próprios Comissões de Moradores e começam a actuar como se o fossem.

A subestimação desta frente da actividade por organizações do Partido facilitou em algumas localidades e bairros este tipo de usurpação por grupelhos esquerdistas.

Um outro perigo espreita (tal como sucede com as Comissões de Trabalhadores) esta forma de organização unitária de base: a regulamentação (que os partidos da reacção e o próprio PS projectam) que procura roubar-lhes as suas características fundamentais de expressão directa da vontade, iniciativa e dinamismo das massas.

A formação de Comissões a partir da participação dos moradores, sem qualquer discriminação, desde que se mostrem dispostos a defender os interesses das populações; o seu carácter unitário; a ligação das Comissões à massa dos moradores através da realização periódica de amplos plenários; uma prática constante no sentido de aproximar e unir a população em torno

dos seus interesses comuns; o desenvolvimento da sua actividade directa e imediatamente útil — são linhas de actuação indispensáveis para que as Comissões de Moradores possam continuar a desempenhar um papel de alto valor na democratização da vida nacional.

É necessário dar a devida atenção à formação e actividade regular das Comissões de Moradores, que, no imediato, podem ser reactivadas em torno da preparação das eleições para as autarquias.

As Assembleias Populares, criação da Revolução portuguesa, constituíram e constituem um instrumento poderoso para a defesa dos interesses das populações e para a mobilização das massas na construção da nova sociedade democrática. A partir do lançamento da iniciativa em Fevereiro de 1975, no distrito de Setúbal — Almada (2-2-1975) ⁽¹⁹⁷⁾ e Barreiro ⁽⁴⁶⁴⁾ e Seixal (16-2-1975) ⁽⁴⁶⁵⁾ — as Assembleias Populares tiveram uma notável expansão. Um registo, embora incompleto, dá um quadro aproximado da evolução. Até 11 de Março, tiveram lugar 10 Assembleias Populares. De 11 de Março até à Assembleia do MFA (8-7-1975), que aprovou o «Documento-Guia» indicando as Assembleias como elemento capital de concretização da aliança Povo-MFA, realizaram-se 17. De 8-7-1975 ao 25 de Novembro, 35. Depois de 25 de Novembro, 24.

Segundo este registo, realizaram-se no total 86 Assembleias Populares, a grande maioria das quais nos distritos de Lisboa (48) e Setúbal (23).

As Assembleias Populares tiveram desde o início um carácter democrático e representativo.

Convocadas por Câmaras Municipais, Juntas de Freguesia, Sindicatos, colectividades, bombeiros, comissões de bairros e, em alguns casos, por partidos políticos interessados, as Assembleias Populares deram exemplos magníficos de discussão democrática, de unidade popular, de intervenção construtiva na nova democracia.

A ampla participação de outras organizações unitárias de base confere-lhes um carácter genuinamente democrático. Na Assembleia Popular do concelho de Loures (23-11-1975), por exemplo, estiveram representadas 23 Comissões de Trabalhadores, 51 Comissões de Moradores, 12 Juntas de Freguesia e 6 outras organizações populares.

Nas Assembleias são discutidos os problemas de maior interesse das populações: energia, transportes, saúde pública, habitação, defesa do meio ambiente, ensino, creches, desporto, cultura e recreio, segurança dos moradores, situação nas empresas, nacionalizações, intervenção do Estado, reforma agrária, etc., além da situação política geral e das correspondentes tarefas das organizações unitárias.

Logo de princípio se manifestaram certas concepções idealistas acerca das Assembleias Populares, nas quais se viam «emбриões da estrutura do futuro Estado democrático e socialista» (Assembleia Popular do distrito de Faro) ou «órgãos de poder popular apartidário, que seja a base de um novo aparelho do Estado» (Assembleia Popular de Torres Novas).

Mas a influência da classe operária, do movimento popular organizado e do Partido foram suficientemente fortes para, salvo raras excepções, assegurar que as Assembleias Populares tenham mantido a sua justa orientação e tenham abordado de forma correcta os problemas das populações no quadro de uma democracia a caminho do socialismo.

As organizações unitárias de base e particularmente as Assembleias Populares, como já atrás foi referido, foram entretanto sujeitas a uma verdadeira ofensiva conjugada de grupos esquerdistas e de certos sectores militares com o fim de as controlarem.

O «Documento-Guia» da Assembleia do MFA de 8-7-1975, indicando as Assembleias como forma de concretização da aliança Povo-MFA, e, no seu desenvolvimento progressivo até à formação da Assembleia Popular Nacional, como estruturas básicas do novo Estado, deu no imediato um impulso à realização de Assembleias Populares ⁽⁴⁶⁶⁾. Mas contribuiu desde logo para lhes dar uma falsa perspectiva, para tender a afastá-las das preocupações e da dinâmica essenciais.

Em reuniões de executivos de Assembleias Populares, começaram a aparecer militares falando em nome do MFA, a querer subordinar a iniciativa popular às indicações dos núcleos esquerdistas de quartéis (Marvila, 22-7-1975) ⁽⁴⁶⁷⁾. Reivindicavam a elaboração nas unidades militares dos Boletins das estruturas populares. Pretendiam ter o poder de convocar as estruturas populares para manifestações, o que conseguiram em alguns casos, subordinando-as a consignas aparentemente muito revolucionárias mas coincidentes de facto com os objectivos da direita (manifestação em S. Bento, 16-7-1975). Pretenderam mais tarde, no auge da crise político-militar, que os Estatutos das Assembleias Populares fossem redigidos pelos militares.

A Assembleia Popular da Pontinha (13-7-1975), que se atribuía a competência de eleger o «Comité Revolucionário da Zona», era já definida, não pelo nome de qualquer bairro, mas como Assembleia Popular da «Zona do Regimento de Engenharia 1»! Também na EPAM e noutros quartéis se faziam reuniões de Comissões de Moradores para preparar a realização de Assembleias Populares nas zonas respectivas. Tratava-se nitidamente de subalternizar (embora por vezes com boas intenções) as estruturas populares de base às unidades militares.

Um documento do COPCON (13-8-1975) ⁽⁴⁶⁸⁾ foi ao ponto de definir as organizações unitárias de base como «os verdadeiros órgãos do poder político», «poder de transição constituído pelo MFA e por todas as organizações políticas verdadeiramente revolucionárias» (as esquerdistas, claro!), que «será a direcção política (!) deste período transitório até à realização da Assembleia Nacional Popular»!

Em plena crise político-militar, tais ideias, saídas com a chancela COPCON, deram cobertura a uma verdadeira ofensiva dos grupos esquerdistas em direcção às organizações unitárias e contra todos os que não fossem dos seus grupos.

O fanático sectarismo esquerdista, o divisionismo, a ambição estimulada pelas ilusões, manifestavam-se nas afirmações de partidos e grupos esquerdistas, que, vistas à distância, mais aparecem despidas de qualquer sentido das realidades.

A UDP protestava contra os esforços para levar as massas populares a aliar-se a um MFA que incluía entre outros o grupo Melo Antunes e o tenente Judas (26-8-1975) ⁽⁴⁶⁹⁾. O PRT via já o caminho para «um governo verdadeiramente democrático eleito em Congresso de Comissões de Trabalhadores, de Moradores e ADU» (19-10-1975)!!!

O MES via na fusão do movimento popular de massas com o MFA a criação de «um poder que punha de lado a direcção pequeno-burguesa da Revolução de Abril e os partidos e os oficiais que tentam conciliações de classes» (O Século, 14-11-1975). Um tais «Comissões Revolucionárias Autónomas de Moradores e Ocupantes» (CRAMO) exigiam que não pudessem fazer parte das Assembleias nem as autarquias nem as «Comissões de características burguesas ou de colaboração de classes» (referem-se às Comissões unitárias ou de influência do PCP). E, com a sigla TUV, afirmavam outros que as Assembleias Populares locais «são desde já (!) órgãos do novo Poder do futuro Estado dos Trabalhadores»! ⁽⁴⁷⁰⁾

Há gente que não aprende com a vida. E por isso vemos hoje de novo precisamente o mesmo esquema de «via revolucionária autêntica» (que no dizer de alguns pode demorar dezenas de anos...). Agora são os GDUP. Na afirmação de alguns dos seus defensores, estes grupos são órgãos da democracia directa (!) que «possa vir a substituir completamente a democracia parlamentar». Não tardará muito que digam serem os GDUP «os novos órgãos do poder»!

Estas tendências foram contidas e as Assembleias Populares mantiveram-se firmemente dentro de uma correcta orientação.

As modificações da situação político-militar resultantes dos acontecimentos do 25 de Novembro ⁽²⁰⁶⁾ não alteraram a capacidade de realizar Assembleias ⁽⁴⁷¹⁾. Entre outras, as Assembleias Populares de Olivais-Beato-Marvila e de Gondomar ⁽⁴⁷²⁾, em Dezembro de 1975, da Chamusca, Alpiarça, Póvoa de Santa Iria e Vila Franca de Xira, em Janeiro de 1976, Barreiro e Setúbal, em Fevereiro, Costa da Caparica, Palhais e Loures, em Março, e já outras em Junho e Julho confirmam o carácter completamente autónomo e independente do movimento popular e a possibilidade de prosseguir estas importantes iniciativas.

Com a entrada em vigor da Constituição, com as Assembleias Municipais e Assembleias de Freguesia eleitas por sufrágio universal e a prevista constituição de Conselhos Municipais ⁽⁴⁷³⁾, o papel que as Assembleias Populares tinham adquirido como órgãos consultivos das autarquias não fica de forma alguma diminuído. A composição dos Conselhos Municipais será ainda definida por lei. A continuação da realização de Assembleias Populares e o seu carácter democrático pode entrar no processo como a

expressão democrática da vontade das populações e como exemplo do que devem ser os futuros Conselhos Municipais.

4. O movimento dos pequenos e médios agricultores

O movimento dos pequenos e médios agricultores constitui uma das forças cujo desenvolvimento é decisivo para o triunfo completo e final da Revolução.

As forças reaccionárias, nas vastas regiões que dominam, impedem ou dificultam o esclarecimento do campesinato, exercem uma constante campanha de intoxicação anticomunista e procuram manter as populações rurais como base social de apoio. Entretanto, pouco a pouco, mesmo nessas regiões, os pequenos e médios agricultores tomam consciência de quem são os seus exploradores e de quais são os seus direitos. Pouco a pouco, entram na corrente das forças revolucionárias.

Tendo como objectivos a defesa dos interesses específicos dos camponeses pobres e das camadas médias do campesinato, o movimento dos pequenos e médios agricultores enquadra-se no processo geral da Revolução e da construção da democracia no sentido da democratização económica e do socialismo.

Apesar das condições de vida social que dificultam a formação dum espírito colectivo, da falta de hábito de associativismo, do clima de intimidação e de coacção física, económica e moral a que aqueles são submetidos nas regiões dominadas pela reacção, dos obstáculos de toda a ordem levantados por organismos governamentais, o movimento organiza-se, atrai milhares de agricultores, que empreendem corajosamente a luta contra a exploração, a injustiça, o desprezo e as más condições de vida a que têm estado votados.

Três formas de organização têm particular importância no movimento dos pequenos e médios agricultores: as Ligas, os Movimentos em defesa de interesses específicos de determinadas camadas do campesinato e as cooperativas.

As Ligas de Pequenos e Médios Agricultores começaram a organizar-se no Alentejo logo depois do 25 de Abril de 1974 ⁽⁴⁷⁴⁾. A primeira formou-se no distrito de Beja, seguindo-se a de Évora em Dezembro de 1974 e a de Portalegre em meados de 1975. Formaram-se posteriormente Ligas em diversos distritos e concelhos ⁽⁴⁷⁵⁾.

As Ligas não se desenvolveram igualmente. Algumas mantiveram-se em actividade mais ou menos regular até ao momento presente. Outras não conseguiram vingar.

Mantêm-se as dos distritos alentejanos. Radicou-se a Liga de Torres Vedras, que desenvolve um activo trabalho de massas, com reuniões e plenários ⁽⁴⁷⁶⁾. Existem Ligas constituídas em diversos concelhos do

distrito de Lisboa (Alenquer, Loures, Azambuja e Sintra), de Coimbra (Montemor-o-Velho) e outras. Formaram-se também Comissões Pró-Liga em número apreciável de concelhos e freguesias do Algarve.

Todas têm tido um papel muito positivo na organização e defesa dos interesses dos pequenos e médios agricultores. Mas, salvo um número limitado de casos, não têm tido a expansão, a actividade e os êxitos de ordem prática que a situação exige.

A formação e o desenvolvimento de algumas Ligas sofreram a influência negativa de vários factores. Num caso, tendo a iniciativa sido lançada por técnicos agrícolas, estes, a partir de certo momento, deixaram de levar à prática um trabalho de massas e de fazer reuniões com os interessados. Num outro caso, uma Liga, formada num ambiente predominante de interesses ligados à realização da Reforma Agrária conduzida pelo proletariado rural, não soube traduzir e encarnar as aspirações e os objectivos diferenciados dos pequenos proprietários, rendeiros e seareiros. Noutros casos ainda, lançadas em regiões dominadas pela reacção, sujeitas aos ataques desta e sem um forte apoio exterior, acabariam por desaparecer (França e Carvalhais, no distrito de Bragança).

Não se podem porém considerar estas explicações de apenas alguns casos concretos como a razão geral do número e expansão relativamente limitados das Ligas. É necessário ver se as Ligas não terão com frequência colocado a luta pelos interesses dos pequenos e médios agricultores em termos demasiado genéricos, em vez de tomarem questões concretas em momentos concretos para desenvolverem a propaganda, a movimentação e a luta com determinados objectivos imediatos.

Quando as Ligas o fazem, e há casos em que isso sucede, não só se mantêm como progridem (Liga de Torres Vedras). Quando não o fazem, correm o risco de não alargar a sua influência e não conseguirem desenvolver uma ampla actividade de massas.

Para o progresso de um movimento organizado, a obtenção de sucessos, mesmo que pequenos e limitados, é essencial para atrair massas interessadas, para criar confiança, para ganhar energias e dedicação. Conseguir resultados na luta, resultados palpáveis verificados na própria vida, é essencial para o reforço e a dinâmica das organizações, cuja finalidade é a defesa dos interesses dos pequenos e médios agricultores.

Os movimentos criados tendo como objectivos a defesa de interesses muito concretos de certas camadas do campesinato criaram fortes raízes e conheceram rápido desenvolvimento.

O Movimento dos Agricultores Rendeiros do Norte (MARN) começou a desenvolver-se nos fins de 1975 ⁽⁴⁷⁷⁾. Partindo da formação de Comissões de Rendeiros, na base local ou de concelho, formou depois uma Comissão Coordenadora Regional e um Secretariado Central.

Circunscrito inicialmente à zona do Norte, acima do Douro, alargou-se posteriormente às Beiras ⁽⁴⁷⁸⁾, abrindo uma delegação em Coimbra e desen-

volvendo trabalho em diversos concelhos dos distritos de Aveiro, Coimbra, Viseu e da Guarda.

O I Encontro dos Rendeiros do Norte realizou-se em 1-2-1976 no Porto, o II Encontro em 11-4-1976 também no Porto e o III Encontro em 13 de Junho em Penafiel — qualquer deles com a participação de mais de 1000 rendeiros ⁽⁴⁷⁹⁾. Foram debatidos democraticamente os problemas e tiradas conclusões, com reclamações e propostas concretas.

Além destes três grandes Encontros, o MARN realizou muitos outros encontros e reuniões de âmbito mais limitado com uma participação total de muitos milhares de rendeiros. A grande Festa de Confraternização Operária e Camponesa do 1.º de Maio (1976), em Penafiel ⁽⁴⁸⁰⁾, organizada em conjunto pelo MARN e o Sindicato dos Trabalhadores Agrícolas do Porto e que teve a participação de mais de 3000 pessoas, foi um extraordinário sucesso, sobretudo tendo em conta a região onde se realizou.

O MARN mobiliza já hoje muitos milhares de rendeiros na luta pela imediata e integral aplicação da Lei do Arrendamento Rural ⁽⁴³¹⁾, e, além das campanhas de esclarecimento, regista na sua acção êxitos notáveis: decisiva contribuição para a redução a escrito de muitos milhares de contratos de arrendamento, vitórias em tribunais, desmascaramento dos caciques locais e da CAP como organização defensora dos interesses dos grandes agrários.

A luta pela aplicação da Lei fez surgir certas contradições entre rendeiros e senhorios pobres. A defesa pelos rendeiros de indemnizações ou pensões de reforma ou velhice para os senhorios pobres esbatem um pouco a contradição sem no entanto a resolver totalmente.

O movimento dos rendeiros tem encontrado por um lado amplo apoio, inclusive em instâncias oficiais. Tem encontrado por outro lado uma viva e violenta resistência dos ricos proprietários e dos capitalistas e dificuldades de toda a ordem por parte de departamentos do Estado. Pela sua acção em defesa dos direitos dos rendeiros e pela aplicação da Lei do Arrendamento Rural foram saneados do CRRRA de Lisboa pelo VI Governo nove técnicos progressistas ⁽⁴⁸¹⁾. No Norte, senhorios reaccionários respondem ainda com agressões e violentas butalidades a rendeiros que exigem o cumprimento da Lei.

Tendo ganho as massas, o MARN progride, obtém apoios cada vez mais largos e está em condições de continuar dirigindo com sucesso a luta dos rendeiros do Norte.

A Associação dos Rendeiros do Barlavento Algarvio (ARBA), com sede em Lagos, criou-se, em princípios de 1976, como conclusão de um grande número de reuniões de rendeiros. Com um sentido prático de trabalho, procede à ampla divulgação da Lei do Arrendamento, intervém na concretização de contratos e facilita assistência jurídica. O 1.º Encontro de Rendeiros Algarvios (4-7-1976) ⁽⁴⁸²⁾, com cerca de 500 participantes, foi um êxito que mostra as amplas perspectivas deste movimento.

O Movimento pela ⁽⁴⁸³⁾ Extinção dos Foros (MEF) foi criado no concelho de Condeixa, distrito de Coimbra, em meados de 1975. Através de

comunicados, correspondência e sessões, o MEF desenvolveu uma ampla acção de esclarecimento. Apesar de não estar voltado para a movimentação popular (só realizou uma grande manifestação, em Coimbra) suscitou largo interesse e criou um movimento de opinião em torno do problema ⁽⁴⁸⁴⁾.

O Movimento dos Utentes dos Baldios (MUB) foi criado na região do Vouga, na sequência de numerosas reuniões de pequenos e médios agricultores ⁽⁴⁸⁵⁾ e aparece como continuador das grandes lutas camponesas travadas no tempo da ditadura pela recuperação dos baldios, na região de Préstimo, Talhadas do Vouga, Albergaria das Cabras e Cabreiros ⁽⁴⁸⁶⁾.

O Movimento dos Agricultores por uma Melhor Previdência Rural (MAPRU) foi formado em meados de 1975, na região de Coimbra ⁽⁴⁸⁷⁾. Tem criado uma rede de núcleos na região e tem contactos com outros distritos.

A Comissão de Apoio e Divulgação das Organizações dos Camponeses do Algarve (CADOCA) começou os seus trabalhos em Agosto de 1976 com o objectivo de dinamizar o associativismo agrícola ⁽⁴⁸⁸⁾.

Também na Madeira em relação à colónia e contra os altos preços das águas («levadas»), se começa a desenvolver um movimento dos pequenos agricultores. A União dos Caseiros da Ilha da Madeira tem desenvolvido acções positivas no contexto local, apesar da sua orientação radicalista e esquerdista.

Estes movimentos no seu conjunto representam já hoje uma base sólida da organização dos pequenos e médios agricultores, cuja acção se faz sentir na defesa dos seus interesses.

Importa alargar os movimentos existentes a novas regiões e criar se necessário outros movimentos de carácter regional ou para defesa de camadas particulares do campesinato.

A formação de cooperativas agrícolas de pequenos e médios agricultores é uma das direcções fundamentais para assegurar a defesa dos seus interesses e o progresso da agricultura.

As cooperativas de pequenos e médios agricultores podem formar-se em todo o País, incluindo na região da Reforma Agrária. Mas não devem confundir-se com as Unidades Colectivas de Produção mesmo quando estas usam o nome de cooperativas.

Não é de esperar que se desenvolva rapidamente a formação de cooperativas nas regiões onde predomina a pequena propriedade. Primeiro, o Estado não dá o apoio técnico e financeiro indispensável. Depois, salvo agricultores mais esclarecidos e audaciosos, a esmagadora maioria não dará um passo sem previamente estar convencida das vantagens materiais que pode tirar. Só o estará, quando vir no exemplo, na prática de cooperativas já criadas, que a cooperação é a melhor solução, aquela que lhe pode permitir maiores proventos e uma vida mais desafogada. É de todo o interesse fazer visitar cooperativas que obtenham bons resultados por pequenos e médios agricultores. No desenvolvimento do cooperativismo vale mais um bom

exemplo do que um mês de propaganda. Iniciativas, como a de Martinlongo no Algarve, organizando uma festa de confraternização por motivo da inauguração duma barragem construída pelas cooperativas, são o bom caminho para convencer das vantagens da cooperação.

Como já atrás foi referido, na formação de cooperativas de pequenos agricultores é necessário caminhar cautelosamente, não só para que um fracasso não desacredite a solução cooperativista, mas para tornar possível ganhar definitivamente os pequenos e médios agricultores. A não ser em casos excepcionais, é aconselhável não começar por cooperativas de produção, mas por formas mais elementares, como postos cooperativos de venda, cooperativas de comercialização, de máquinas, etc.

Apesar de todas as dificuldades e da falta de apoio, as cooperativas de pequenos e médios agricultores, constituídas em diversas regiões, têm registado êxitos reais.

De particular interesse, a criação de várias cooperativas de pequenos e médios agricultores no distrito de Faro: de máquinas, de comercialização e de produção agro-pecuária em terras próprias ou arrendadas, as de Alcoutim; de comercialização, as de Monchique, Lagoa, Vila do Bispo e Loulé.

As Cooperativas de Rendeiros de Vale de Sousa (Lousada), uma dúzia de cooperativas nos distritos de Viana do Castelo, Porto e Bragança (Cortiços), a cooperativa dos produtores de batata de Montalegre (que vem do tempo do fascismo), a cooperativa agrícola da Maia (S. Miguel — Açores), as iniciativas para transformar antigos Grémios da Lavoura em cooperativas de comercialização e mais umas tantas — constituem um balanço modesto em zonas onde predomina a pequena produção agrícola.

A formação em massa de cooperativas dificilmente pode ter lugar sem um forte apoio técnico e financeiro do Estado. Mas as realizações já alcançadas não só se podem multiplicar com vantagem para os pequenos e médios agricultores, como são passos necessários para abrir caminho para uma perspectiva que virá a concretizar-se.

Desde já as iniciativas dos pequenos e médios agricultores para a formação de cooperativas suscitam valiosas acções de solidariedade. A oferta dum tractor a uma cooperativa transmontana e a cedência pelas Unidades Colectivas de Produção do Sul de máquinas aos pequenos agricultores de Montemor-o-Velho ⁽⁴⁸⁹⁾ foram dois dos primeiros grandes exemplos.

O Partido tem dado crescente atenção e apoio à organização e à luta dos pequenos e médios agricultores.

A evolução da organização e do movimento dos pequenos e médios agricultores, apesar das suas organizações completamente autónomas e não partidárias, está intimamente ligada ao trabalho do Partido para este sector. A criação de organismos distritais e regionais do Partido para o trabalho camponês tem permitido em alguns casos um rápido desenvolvimento da actividade de massas e rápidos sucessos.

No Algarve, por exemplo, a dinamização levada a cabo pelo Partido no sector camponês ilustra-se pelo balanço do trabalho de 1975: 230 reuniões de rendeiros, pequenos e médios agricultores e trabalhadores rurais no concelho de Lagos, 92 reuniões no concelho de Silves, 180 reuniões em Tavira e Alcoutim, etc. Esta actividade teve os seus efeitos nos sensíveis progressos da organização e acção de pequenos e médios agricultores ⁽⁴⁹⁰⁾.

Também em Outubro de 1974, quando foi posto à discussão pública o projecto da Lei do Arrendamento, o Partido promoveu centenas de reuniões de rendeiros, das quais saíram numerosas propostas de emendas ao projecto que acabaram em grande parte por ser atendidas na Lei.

O Partido tomou a iniciativa de numerosas Conferências e encontros unitários, onde os próprios interessados, em sessões plenárias e em trabalho de secções, discutiram os seus problemas, apresentaram as suas propostas e as suas reclamações e definiram a orientação a seguir.

São muitas as Conferências realizadas: a 1.^a Conferência de Camponeses do Norte, no Porto (29-12-1974), com 600 pequenos e médios agricultores ⁽¹⁹³⁾; a 2.^a em 16-2-1975, também no Porto, com cerca de 1000 agricultores ⁽⁴⁹¹⁾; a dos Camponeses do Sul, em Santarém (5-1-1975), com 2000 participantes ⁽¹⁹⁴⁾; a dos Pequenos e Médios Agricultores, em Torres Vedras (13-1-1975), e numerosas outras conferências e encontros em: Castelo Branco (26-1-1975), Aveiro (2-2-1975), Trancoso e Barcelos (9-2-1975) ⁽³⁶⁸⁾, Beja (16-2-1975) ⁽¹⁹⁵⁾, com mais de 2000 participantes, Alcobaça (9-3-1975) ⁽⁴⁹²⁾, Mortágua (23-3-1975), sobre a venda da madeira ⁽¹⁹⁵⁾, Merceana (22-6-1975) ⁽⁴⁹³⁾, Sobral de Monte Agraço (2-8-1975) ⁽⁴⁹⁴⁾, Estremoz (12-10-1975) ⁽⁴⁹⁵⁾, Vila Viçosa (26-10-1975) ⁽⁴⁹⁶⁾, Benavente (13-3-1976) ⁽⁴⁹⁷⁾.

Todas estas iniciativas estão na raiz do desenvolvimento da organização e dos movimentos de massas dos pequenos e médios agricultores.

Os agrários, os capitalistas e os seus partidos (CDS, PPD) desenvolvem uma intensa campanha de calúnias e mentiras contra o PCP acusando-o de ter uma política agrária contra os pequenos e médios agricultores. A verdade é que nenhuma outra força política mais que o PCP defende os interesses dos pequenos e médios agricultores. O desenvolvimento das lutas e movimentos dos pequenos e médios agricultores está ligado em parte decisiva a iniciativas e ao trabalho do Partido ⁽⁴⁹⁸⁾.

Apesar disto, tem de reconhecer-se que, dada a decisiva importância do campesinato na Revolução, não foi feito tudo quanto a situação exigia.

Esta batalha é particularmente complexa em vastas regiões porque o PCP está praticamente ilegal, porque existem enraizadas desconfianças criadas pelo anticomunismo de meio século de ditadura, porque não chega lá qualquer informação, porque sectores reaccionários do clero exercem grande influência local. Todas essas dificuldades terão de ser vencidas. E para isso é necessário também não querer aplicar a essas regiões os métodos de trabalho que dão resultados noutras. É necessário encontrar os métodos adequados de organização e de propaganda.

A actividade junto do campesinato em vastas regiões exige uma persistência incansável, grande coragem e uma confiança inabalável na possibilidade de alcançar resultados positivos.

Caminhar para certas regiões é como que caminhar para um muro de pedra que à primeira vista não dá uma única abertura. Depois, como a experiência mostra, o muro de pedra acaba por abrir-se e tudo se torna mais fácil.

De qualquer forma, todo o Partido tem de ser ganho para a batalha pelo campesinato. Nas actividades das organizações deve estar sempre, entre as tarefas prioritárias, o trabalho entre as massas dos pequenos e médios agricultores.

5. Camadas e grupos sociais intermédios

Além dos pequenos e médios agricultores, cujos problemas, organização e movimentos foram atrás referidos, há outras camadas e grupos sociais intermédios que representam um papel de grande relevo na vida política, económica, social e cultural.

Os intelectuais, os quadros técnicos, aqueles que exercem profissões liberais, que já no tempo do fascismo tinham participado corajosamente na luta contra a ditadura, continuaram a dar, após o 25 de Abril, uma notável contribuição para a conquista e defesa das liberdades e a democratização da vida nacional.

Os intelectuais, tanto na acepção geral como na acepção mais restrita, têm consigo uma honrosa tradição de luta ao longo da negra noite fascista ⁽⁴²⁾. Porque nunca conseguiu ganhar o apoio dos intelectuais; porque a sua lei era o obscurantismo; porque temia a ciência, a beleza e a verdade; porque mergulhado na mediocridade odiava o talento e o valor dos homens — o fascismo conduziu sistematicamente a perseguição aos intelectuais.

Derrubado o fascismo, os intelectuais — o que havia de melhor na ciência e na cultura — apareceram abraçando a Revolução e participando activamente no complexo processo de democratização.

Em particular, os trabalhadores da informação, os professores, os escritores, os artistas apareceram logo integrados e irmanados no levantamento popular que se seguiu ao levantamento militar de 25 de Abril.

Nas artes e nas letras, as fundas raízes democráticas reflectiram-se nas realizações práticas de todos os dias (representações, artigos, murais, poemas), no surto da arte teatral independente, nas actividades musicais, na publicação de novos livros. Reflectiram-se ainda na presença viva do espírito unitário e progressista nas organizações de classe (Associação Portuguesa de Escritores, Sindicato dos Músicos, Sindicato dos Espectáculos, SPA, SNBA), bem como na formação e actividades do MUTI (Movimento Unitário de Trabalhadores Intelectuais).

Numa prova de modéstia revolucionária, muitos artistas vieram à rua e fundiram-se com as massas trabalhadoras, dando-lhes o que melhor têm de si próprios: o seu amor à liberdade e ao povo, e o seu talento.

Também os técnicos, em grande número, se empenharam na Revolução e nas suas grandes transformações económicas e sociais. Muitos puseram o seu saber ao serviço da Reforma Agrária, das nacionalizações, da reanimação económica de empresas sob gestão dos trabalhadores, na transformação do ensino, no melhoramento dos serviços de saúde.

A chamada «fuga dos técnicos para a estrangeiro» é uma acusação demagógica à Revolução. Emigraram algumas centenas num total de mais de 15 mil. Nessas centenas, certamente alguns dos que mais ganhavam mas não os de mais valor.

Os Encontros de Quadros Técnicos (12/13-7-1975 e 5/6-6-1976) e o Encontro Nacional de Política Energética (14/16-11-1975) foram grandes realizações político-profissionais que mostram bem a vontade e a capacidade dos técnicos portugueses de intervirem para a construção de uma economia progressista, que responda simultaneamente aos interesses do desenvolvimento e da independência nacional.

Tem de reconhecer-se que, com frequência, não foi dado o valor devido ao papel dos intelectuais e dos técnicos na Revolução.

É uma realidade que, dois anos e meio passados desde o 25 de Abril, não foram ainda até hoje melhoradas sensivelmente as suas condições de trabalho nem os estímulos para o trabalho científico, para a alta especialização, para a aplicação integral do saber, para as actividades artísticas e para um ensino correspondente às novas realidades criadas pelas transformações revolucionárias.

O nosso próprio Partido, no seu conjunto, se tem sabido respeitar, acolher fraternalmente e estimar os intelectuais e os técnicos, não lhes tem dado todo o apoio e ajuda de que eles necessitam para poderem desenvolver e aplicar as suas aptidões e serem ainda mais úteis ao povo e ao País, à luta para construir uma democracia e para que essa democracia vá para o socialismo.

Tão-pouco se tem sabido encontrar as formas de organização e de acção e as iniciativas que permitam que os intelectuais, os quadros técnicos e aqueles que exercem profissões liberais, por um lado, defendam, de forma organizada, os seus direitos e, por outro lado, intervenham, de maneira eficaz, na construção da democracia portuguesa.

Um passo necessário é a promoção de reuniões e debates, de forma organizada, para que se definam em colectivo as grandes linhas de actuação unitária.

Os pequenos e médios comerciantes e industriais, que sofrem as consequências das dificuldades da economia portuguesa, têm diante de si um largo campo de organização e mobilização em defesa dos seus interesses

específicos e para que possam também dar uma contribuição positiva ao progresso do País.

Em relação aos pequenos e médios comerciantes, o Partido tomou a iniciativa da realização de reuniões e encontros a fim de discutirem os seus problemas, chegarem a conclusões, definirem os seus objectivos e encontrarem formas de organização e acção adequadas.

Foi assim que teve lugar uma reunião de Pequenos e Médios Comerciantes no Porto (15-1-1975) e outra em Lisboa (19-1-1975) ⁽⁴⁹⁹⁾. A participação de mais de 200 comerciantes na primeira e mais de 1000 na segunda, mostrou o extraordinário interesse pela iniciativa e as amplas possibilidades de organização de um movimento com ampla base de apoio.

O radicalismo esquerdista de algumas das pessoas que tomaram nas suas mãos a continuidade dos trabalhos da Conferência ⁽⁵⁰⁰⁾ Nacional e que, em vez de trabalhar para a unidade da classe e para iniciativas de massas, lançaram (com acordo de alguns camaradas) certas acções aventureiristas (ocupação do Grémio), mataram à nascença uma iniciativa que tinha grandes possibilidades de progredir.

É necessário recomençar de princípio, promover reuniões em que se debatam os problemas que afectam esta camada social e procurar lançar as bases para a formação de organismos unitários donde parta a organização e a defesa dos interesses dos pequenos e médios comerciantes.

As mulheres domésticas ou donas de casa constituem uma categoria social muito numerosa, sem características sociais definidas, uma vez que existem «mulheres domésticas» em praticamente todas as classes e camadas sociais.

Mas considerando apenas as classes trabalhadoras e a pequena burguesia, existem nesta categoria social muitas dezenas de milhares de mulheres que acompanham com simpatia o processo democrático, mas que têm extrema dificuldade em encontrar formas de participação activa e de organização. É urgente criar condições que permitam a presença e actividade mais regulares das mulheres nas diversas estruturas de intervenção pela defesa dos seus direitos e interesses e pelos objectivos mais gerais da Revolução portuguesa. As Comissões de Moradores podem dar em parte uma solução. Mas não totalmente.

Este problema levanta um outro mais vasto e complexo que é o de um movimento das mulheres.

De há muito se discute, por um lado, se sim ou não se justifica a existência e organização de um movimento de mulheres, e, por outro lado, desde que se justifique, que tipo de movimento deve ser, que classes e sectores sociais deve abranger.

O Movimento Democrático das Mulheres Portuguesas (MDM), que já era um corajoso destacamento unitário do movimento democrático no tempo da ditadura fascista, tem tido, depois do 25 de Abril, uma activa participação

no movimento popular, dando contribuição de grande valor nas lutas em defesa da liberdade e em todo o processo democrático.

O MDM tem comissões organizadas em vários bairros de Lisboa e em algumas dezenas de concelhos. Tendo realizado o seu I Encontro ainda no tempo da ditadura (21-10-1973), realizou o seu II Encontro em 12-10-1974 ⁽⁵⁰¹⁾, em Lisboa, com cerca de 500 delegados, representando 13 distritos.

O MDM desenvolve uma permanente acção de esclarecimento, organiza sessões, comemorações e campanhas, desenvolve trabalho cultural e mantém contactos estreitos com organizações unitárias de base.

À semelhança dos anos anteriores, as comemorações do Dia Mundial da Criança em 1976 (1.º de Junho), com numerosas realizações em que participaram no total cerca de 20 000 crianças e alguns milhares de adultos, as 14 sessões da campanha contra o custo de vida, as 50 sessões da campanha de solidariedade aos militares presos, mostram a regularidade do trabalho, a base organizada e a influência do MDM.

Entretanto, este movimento não responde a todas as necessidades de organização da luta das mulheres.

Surgem por isso outras formas de organização das mulheres, designadamente o Departamento de Mulheres da Intersindical e a criação de departamentos semelhantes em diversos sindicatos (têxteis, químicos e electricistas). No quadro deste trabalho, realizou-se o I Encontro Nacional das Mulheres Trabalhadoras (24-7-1976) ⁽⁵⁰²⁾ em que participaram (com a assistência de 500 observadores) cerca de 750 mulheres com voto e 120 sem direito a voto, pertencendo a 74 sindicatos, 13 Uniões, 2 Federações e 7 secções locais.

Estas realizações enquadram-se no movimento operário e na actividade sindical. Mas citam-se aqui para mostrar que, na organização e movimentação das mulheres, a par do MDM, surge um «movimento» de mulheres trabalhadoras no seio dos próprios sindicatos, com um poderoso apoio organizado e com extraordinárias possibilidades de desenvolvimento.

Esta evolução coloca a necessidade do debate acerca das formas de organização e acção das mulheres trabalhadoras e das mulheres de outras classes e camadas sociais, e dos objectivos, coordenação e âmbito das respectivas organizações.

Desde o 25 de Abril, as mulheres tiveram uma actuação corajosa, combativa, dedicada e confiante em todo o processo revolucionário, em todos os sectores da vida portuguesa, em todas as frentes de luta. Participando activamente na vida sindical, nas Comissões de Trabalhadores e de Moradores, em comissões contra a carestia de vida e em outras estruturas populares. Participando na luta contra a reacção, contra a sabotagem económica, pela sobrevivência das empresas, pela Reforma Agrária, pelo controlo operário. Lutando também pela eliminação das situações de discriminação que ainda sofrem no trabalho, na formação e promoção profissionais e nas remunerações, e pela sua plena integração na produção.

É indispensável que nas próprias organizações de mulheres, a começar pelas mulheres comunistas com responsabilidades neste sector de actividade, o problema das formas de organização seja profundamente discutido ⁽⁵⁰³⁾. Uma coisa é porém certa: a necessidade de manter um movimento de mulheres organizado à escala nacional.

6. O movimento da juventude

Tal como dantes, na luta contra o fascismo, a juventude deu, depois do 25 de Abril, uma contribuição heróica e decisiva para a luta contra a reacção, a defesa das liberdades, o avanço do processo revolucionário.

Em todas as grandes lutas travadas durante os dois anos e meio decorridos desde o derrubamento da ditadura, em todos os momentos e lugares de perigo, nas grandes mobilizações populares contra a reacção, na luta pelas nacionalizações e a Reforma Agrária, encontrou-se sempre a juventude nas primeiras filas de combate — rapazes e raparigas corajosos e confiantes no futuro democrático e socialista do novo Portugal libertado do fascismo.

O esquerdismo e a contestação anarquizante ao serviço da reacção desenvolvem uma intensa actividade entre a juventude, nomeadamente entre os estudantes. Conseguiram iludir (e continuam a iludir) milhares de jovens, arrastando-os para acções prejudiciais ao processo revolucionário.

Mas não conseguiram impedir que uma parte considerável da juventude tenha sido ganha pela Revolução, sob a direcção do PCP e das organizações juvenis comunistas (UJC e UEC), e tenha formado um destacamento aguerrido e avançado do movimento operário e popular.

A União da Juventude Comunista (UJC) foi criada em 9-3-1975, num grande encontro constitutivo em que participaram 5000 jovens ⁽⁵⁰⁴⁾.

Embora fundada formalmente com este nome apenas em 1975, a UJC é a continuadora da actividade ininterrupta dos jovens trabalhadores comunistas de há muitas dezenas de anos. As formas de organização da juventude comunista variaram segundo as condições concretas ⁽⁵⁰⁵⁾. Durante muitos anos, até 1946, existia a Federação das Juventudes Comunistas Portuguesas (FJCP). Nesse ano, com vistas a aproveitar as possibilidades semilegais de actuação de massas que o fim da Segunda Guerra Mundial criara conjunturalmente, foi decidido extinguir a FJCP e concentrar os esforços dos jovens comunistas na formação de uma grande organização unitária da juventude: o MUD Juvenil. Com o agravamento da repressão interna nos tempos de «guerra-fria» e a completa ilegalização do MUDJ, os jovens comunistas passaram a estar organizados no Partido. Mais tarde, criou-se um novo movimento unitário: o Movimento da Juventude Trabalhadora (MJT), que organizou núcleos em vários distritos, empresas e escolas nocturnas e animou e conduziu importantes jornadas de luta contra

a guerra colonial, em defesa dos interesses da juventude, pelo direito de voto aos 18 anos e por outros objectivos.

Já depois de derrubada a ditadura, o MJT ainda formalizou a sua existência legal (Encontro de 26-5-1974) ⁽⁵⁰⁶⁾ e desenvolveu intensa actividade até à criação da UJC.

A criação da UJC correspondeu inteiramente às necessidades das novas condições resultantes da Revolução. A criação da UJC abriu um novo período na actividade dos jovens comunistas, alargando-se rapidamente a organização e o trabalho de massas. Três meses depois da sua fundação, a UJC tinha nas suas fileiras 6000 jovens, ao realizar-se o II Encontro Nacional (7-7-1976) ⁽⁵⁰⁷⁾ atingia os 12 000 e actualmente tem mais de 15 000, dos quais 60% operários industriais e agrícolas.

A composição social acusada no último balanço é positiva: 53% operários industriais, 10% operários agrícolas, 25% empregados e 12% de profissões diversas.

Neste seu primeiro ano e meio de existência, a UJC desenvolveu um amplo trabalho de massas, trazendo dezenas de milhares de jovens à luta em defesa das liberdades, contra os monopólios e os latifúndios, por profundas transformações económicas e sociais ⁽⁵⁰⁸⁾.

A acção da UJC desenvolveu-se em algumas principais frentes de trabalho:

A primeira: a defesa dos interesses específicos da juventude trabalhadora, através fundamentalmente da luta nas empresas e nos sindicatos; da formação de Comissões; de encontros de jovens rurais, de jovens metalúrgicos e de jovens de outras profissões; das acções de trabalhadores-estudantes (assembleias, reuniões, manifestações, eleições de associações e pró-associações).

A segunda: acções culturais, desportivas e recreativas, com iniciativas juvenis em bairros, vilas, aldeias; com sessões de esclarecimento, colóquios, realizações culturais (teatro, cinema, excursões, etc.); com centenas de provas desportivas; com actividade nas colectividades e comissões de moradores.

A terceira: jornadas de trabalho voluntário, na zona da Reforma Agrária, na limpeza de escolas e noutras iniciativas, mostrando pelo exemplo que o trabalho é uma das direcções fundamentais da actividade revolucionária no Portugal democrático caracterizado por profundas transformações económicas e sociais.

A quarta: grandes festivais, com relevo para 20 Festivais de Canto Livre em que participaram mais de 30 000 jovens e para os Festivais da Primavera em que participaram mais de 100 000 pessoas.

Finalmente, nas campanhas eleitorais, em que se realizaram mais de 450 iniciativas juvenis, incluindo comícios, sessões de esclarecimento, grandes acções de propaganda.

A acção da UJC confunde-se com a sua própria actividade de massas.

A União dos Estudantes Comunistas (UEC), que foi criada na clandestinidade ⁽⁵⁰⁹⁾ e desempenhou um papel essencial na unidade e na luta dos estudantes contra o fascismo, tomou após o 25 de Abril a cabeça da luta dos estudantes pela imediata concretização de medidas de democratização nas escolas, pela consolidação da jovem democracia portuguesa e pelo prosseguimento do processo revolucionário, participando activamente no movimento popular e dando uma preciosa contribuição em numerosas lutas de massas.

Nas complexas condições criadas nas escolas após o derrubamento do fascismo, contra a acção convergente da reacção, dos grupelhos provocatórios neonazis e dos esquerdistas, a UEC participou activamente em lugar de destaque na luta pelas transformações progressistas que se deram na Universidade, tais como o afastamento dos elementos do corpo docente mais comprometidos com o fascismo, a sua substituição por professores competentes e democratas, a gestão democrática e as reestruturações pedagógicas.

A acção da UEC desenvolveu-se também intensamente para que o movimento associativo, assaltado pela demagogia, a provocação e a violência esquerdistas, prosseguisse a sua actividade em defesa dos interesses dos estudantes e em defesa de um ensino correspondente às transformações que a Revolução introduzia na vida política, económica e social do País.

Fora do âmbito das escolas, a acção da UEC expressa-se em jornadas de confraternização e convívio e (tal como a UJC) em jornadas de trabalho voluntário nas UCP, em campanhas de alfabetização, nas campanhas eleitorais e em numerosas outras iniciativas ⁽⁵¹⁰⁾.

O trabalho de alfabetização merece referência especial. A primeira grande campanha (promovida pelas AAEE e pela Pró-UNEP), apesar da feroz oposição das forças reaccionárias, teve lugar no Verão de 1974, no Norte do país (nomeadamente nos distritos de Braga, Viana e em Trás-os-Montes), com a participação entusiástica de mais de mil estudantes do ensino secundário e superior ⁽⁵¹¹⁾. A segunda grande campanha teve lugar no Verão de 1976 realizada pelo Movimento Alfa, no qual cerca de 1500 estudantes do ensino secundário e superior foram para os campos trabalhar e alfabetizar, ensinando a ler a muitos milhares de trabalhadores ⁽⁵¹²⁾.

Partindo de uma iniciativa da UJC, o Movimento Alfa tornou-se um movimento de carácter unitário, com participação de estudantes de variadas tendências e tendo como fim, além da alfabetização, outras tarefas como a animação cultural, a recolha de poemas populares, a exibição de filmes, a promoção de festas, a criação de creches, a educação sanitária, os primeiros socorros, etc., além do trabalho voluntário oferecido aos camponeses.

Dentro e fora das escolas, a UEC, no prosseguimento das suas magníficas tradições de luta, desenvolveu e continua a desenvolver uma actividade

de massas que constitui o fundamental da contribuição dos estudantes para o processo revolucionário.

Embora ainda não tenha uma organização unificada, uma actividade que se deve progressivamente ligar ao trabalho da juventude é a relativa às crianças, aos Pioneiros.

Existem cerca de 50 núcleos que exercem regularmente actividades culturais, artísticas, recreativas, gimnodesportivas e de educação cívica.

Não há qualquer esquema de organização nem normas rígidas de trabalho. Cada núcleo encontra soluções próprias relativas à idade de admissão, às insígnias, ao vestuário, aos lenços, etc.

É necessário dar um sério apoio ao trabalho dos pioneiros e, embora sem pressas, estabelecer, num curto espaço de tempo, uma orientação geral que facilite o seu rápido desenvolvimento.

A democracia portuguesa necessita de um forte movimento da juventude, como grande movimento de massas, polarizado em torno dos interesses e aspirações da juventude e dos grandes ideais do povo português na hora actual e inserido, como um verdadeiro exército de energias renovadoras, na construção da democracia portuguesa rumo ao socialismo.

Um tal movimento depende em parte decisiva do reforço da UJC e da UEC, da sua justa orientação política, do melhoramento da direcção, do reforço orgânico, do melhoramento da propaganda, do trabalho ideológico, da adopção de justas formas de actividade.

Quanto à orientação política, são justas as direcções fundamentais de luta traçadas pela UJC e a UEC.

Para a criação do amplo movimento nacional da juventude trabalhadora: a defesa das reivindicações económicas dos jovens trabalhadores e das reivindicações particulares das jovens trabalhadoras; a luta contra o agravamento das condições de vida dos trabalhadores e contra a recuperação capitalista; a solução dos problemas específicos dos trabalhadores-estudantes; o direito à cultura e ao desporto; a participação na gestão democrática das escolas; a ocupação dos tempos livres; o combate à droga, à prostituição e à delinquência juvenil.

Para o desenvolvimento do movimento dos estudantes: a luta pela reforma geral e democrática do ensino; a defesa da gestão democrática das escolas; a luta pelas transformações progressistas quanto ao conteúdo dos programas e métodos do ensino; a dinamização do movimento associativo na base da sua democraticidade, unidade e independência; a defesa dos interesses dos estudantes; o reforço da ligação do ensino com os problemas das massas e as transformações revolucionárias; o reforço da unidade dos estudantes com os professores progressistas e outros profissionais do ensino; a resistência à reintegração de fascistas nas escolas e à ofensiva reaccionária

do Ministério da Educação PS contra as conquistas democráticas no sector do ensino.

Quanto à Direcção, há que melhorar a coordenação entre as duas organizações juvenis comunistas, tendendo à criação de estruturas federativas que, em alguns aspectos, permitam evitar duplicação de aparelhos, e que, em relação à actividade geral das duas organizações, possam permitir a definição de linhas de acção comuns em frentes de luta comuns às duas organizações e uma estreita cooperação em numerosas iniciativas de massas.

É entretanto indispensável que uma mais estreita cooperação não signifique, por parte da UJC, desvio para actividades relacionadas com o ensino e as escolas com prejuízo de actividades nas empresas, sindicatos, organizações unitárias de base e colectividades; nem, por parte da UEC, desvio para iniciativas com prejuízo de actividades nas escolas.

Quanto à organização, os jovens comunistas têm no conjunto registado progressos, mas está-se longe do que pode e deve ser.

A UJC reforçou a sua organização num ritmo regular. O número de filiados constitui já um bom núcleo de militantes nas fábricas, empresas, escolas técnicas, associações recreativas e desportivas, um pouco por todo o País. Mas não corresponde às necessidades e possibilidades de desenvolvimento desta organização da juventude comunista. A fraca percentagem de raparigas (17%) conta-se entre as mais graves deficiências de organização da UJC. Essa percentagem é igual à das mulheres militantes no Partido. Mas deve ter-se em conta que na actual organização da vida social portuguesa as jovens têm muito mais possibilidades de ter uma actividade militante regular.

Um dos obstáculos ao desenvolvimento da organização da UJC, que tem sido mais frequentemente apontado, é a atitude menos correcta de organizações do Partido em relação ao trabalho da juventude.

Nessas críticas há uma parte que não é justa, mas há uma parte que o é.

Não é justa a crítica ao facto de o Partido recrutar jovens para as suas fileiras. É positivo que haja actualmente nas fileiras do Partido (além daqueles que são também membros da UJC) cerca de 5000 jovens com menos de 21 anos e que haja muitos jovens em organismos e tarefas responsáveis do Partido. O Partido não pode nem deve diminuir o seu recrutamento entre a juventude e de promover quadros jovens na sua própria organização. Isso é essencial nas circunstâncias presentes para a vitalidade, a energia combativa, o constante rejuvenescimento do Partido.

A Revolução exige que milhares de jovens desenvolvam a sua actividade não apenas no campo específico da defesa dos interesses da juventude e do movimento juvenil, mas na vanguarda revolucionária de todo o movimento operário e popular — o Partido — nas principais frentes de luta.

Além disso, se a UJC (assim como a UEC) é uma escola de comunistas, um viveiro de futuros membros do Partido, também no processo revolucionário as próprias fileiras do Partido são e devem continuar a ser uma escola de militantes jovens.

A crítica tem porém muitos aspectos justos. É uma velha situação que, até por ser velha, necessita de ser mais firmemente combatida.

Há um grande número de organismos do Partido, incluindo organismos de direcção, que subestimam manifestamente o trabalho da juventude. Considera-se em muitos casos o trabalho da juventude como qualquer coisa completamente à parte, a que o Partido não tem que dar atenção nem apoio. Há também casos em que as organizações do Partido chamam a si militantes responsáveis das organizações comunistas juvenis sem quererem saber da falta que fazem nestas e sem muitas vezes perguntarem sequer a opinião da UJC e da UEC. Devem combater-se tais tendências.

Entre as medidas imediatas, é de considerar o alargamento da prática de designar responsáveis da UJC e da UEC para pertencerem aos organismos de direcção partidária dos sectores respectivos e enviar regularmente (o CC às organizações do Partido) indicações e instruções sobre as suas tarefas relativas à juventude.

A UEC, apesar de toda a sua combatividade e do seu amplo trabalho de massas, não tem tido nos últimos tempos o desenvolvimento que seria necessário. A organização mantém-se a um nível insuficiente, designadamente no ensino superior. Mesmo que a UEC duplicasse os efectivos ficaria abaixo das necessidades.

A degradação da situação nas escolas, resultante da acção conjugada da reacção, dos grupos esquerdistas e neonazis e da reaparição aberta de grupos da extrema-direita, não explica só por si «uma perda da velocidade» nas actividades da UEC.

Tanto em relação à UEC, como em relação à UJC, é necessário fazer um exame crítico dos métodos do recrutamento, das condições exigidas para que um jovem possa entrar nas organizações juvenis comunistas, das exigências feitas depois de serem admitidos. Há casos em que as organizações juvenis fazem mais exigências do que o Partido para a admissão de jovens nas suas fileiras. É de corrigir uma tal rigidez onde se manifeste.

Quanto à propaganda, tanto a UJC como a UEC têm desenvolvido intensa actividade própria e integrada em mais amplas iniciativas juntamente com o Partido: participação em manifestações populares, organização de comícios, sessões e reuniões, caravanas, cartazes, edição de documentos, etc. Mas é necessário examinar se o actual estilo de propaganda corresponde à sensibilidade da juventude e se não repete o estilo de propaganda partidária pouco adequada para o tratamento das questões juvenis.

Particular atenção deve merecer a imprensa, considerando atentamente se o UEC e mesmo o Juventude correspondem à necessidade de uma

imprensa cuja expansão se não restrinja à juventude comunista, mas que seja acolhida com agrado por amplas massas da juventude.

Quanto à educação política e ideológica dos militantes, é uma tarefa de importância vital nas organizações comunistas da juventude, porque esta é literalmente bombardeada com a propaganda de diversão e perversão ideológica e moral conduzida pela reacção e o imperialismo, através da imprensa, da TV, da rádio, do cinema e de outros meios.

A educação política e ideológica caminha a par da educação moral e constitui uma das frentes essenciais do trabalho das organizações juvenis comunistas.

Para a formação de quadros tem-se feito um trabalho positivo, mas longe das possibilidades existentes.

Quanto às formas de acção de massas, as reclamações, protestos, concentrações, manifestações e greves continuam a ser utilizadas necessariamente, tanto mais que em grande parte do País existe uma situação antidemocrática, e a política do Governo PS, em relação à juventude, e designadamente ao ensino, fere profundamente os interesses dos jovens. Mas, em virtude das transformações revolucionárias alcançadas, as formas de luta da juventude, assim como as de todo o povo, foram extraordinariamente enriquecidas.

Actividade revolucionária continua a ser, tal como nos tempos do fascismo, a luta contra a reacção, o trabalho difícil, corajoso e dedicado de organização, propaganda e esclarecimento das massas e a sua direcção nas lutas respectivas.

Mas no Portugal de hoje, com as transformações revolucionárias alcançadas, ganham crescente importância, como formas de acção revolucionária, as formas directas de participação e intervenção na construção da nova economia e da nova sociedade.

Na zona da Reforma Agrária, assim como em numerosas empresas sob controlo operário e gestão pelos trabalhadores, uma das formas essenciais da actividade revolucionária da juventude, tal como dos adultos, é o trabalho esforçado, o trabalho criador para o bom resultado da produção.

Nas situações referidas, nenhuma outra tarefa sobreleva a de contribuir pelo trabalho para o progresso técnico e tecnológico, a solução das dificuldades financeiras, o aumento da produção e da rentabilidade.

Os jovens que pelo seu trabalho e a sua capacidade organizativa conseguem resultados que beneficiam economicamente as UCP e as empresas referidas, contribuindo assim para a consolidação dessas conquistas revolucionárias, fazem tanto para a Revolução como os jovens que conseguem grandes êxitos no trabalho de organização, na propaganda política e na mobilização de massas.

Da mesma forma, nas escolas, os estudantes que conseguem melhorar as condições reais do ensino e formar-se como quadros profissional-

mente qualificados, para poderem intervir com eficiência na construção da democracia portuguesa, conduzem por essa forma uma actividade que nas condições presentes se tem de considerar revolucionária.

Ser-se revolucionário no Portugal democrático de hoje é, portanto, também o empenhamento nas iniciativas empreendidas para o aumento de produção, o ensino eficiente, a alfabetização, a resolução pelo trabalho colectivo de problemas concretos das populações — iniciativas que pelo seu conteúdo, significado, resultados práticos e políticos são essenciais para o prosseguimento do processo de democratização da vida portuguesa.

A UJC e a UEC são a vanguarda, a força dinamizadora e a consciência revolucionária do movimento da juventude. Respeitando a sua autonomia, o Partido deverá dar-lhes, em todos os escalões e em todos os aspectos, o apoio de que necessitam para realizar com sucesso as suas tarefas.

7. Interesses das populações e autarquias

Os principais problemas e carências das populações dizem respeito à habitação, saneamento básico, caminhos, estradas e arruamentos, transportes públicos, electrificação, equipamentos colectivos.

O problema da habitação (das condições de habitação e do seu custo) torna-se talvez o problema mais sentido pelas populações, não só nas grandes cidades, mas duma forma geral em todos os centros urbanos e mesmo nas zonas rurais.

Entre as justas reclamações das populações contam-se a fixação de rendas de casa em função dos rendimentos familiares, a melhoria das condições das habitações pela realização das obras necessárias, a construção pelo Estado de bairros de renda económica, a construção de alojamentos para os habitantes dos bairros de barracas, o fomento de cooperativas de habitação, a urbanização dos loteamentos clandestinos e a municipalização dos solos urbanos.

Estreitamente ligados aos problemas de habitação contam-se os problemas do saneamento básico (abastecimento de água, recolha e tratamento de lixos e construção de esgotos) e da electrificação.

Outros grandes problemas que afectam as populações são as carências de estradas, caminhos e arruamentos; de transportes colectivos; de hospitais e postos de assistência médica; de escolas, instalações culturais e desportivas, zonas verdes e outros equipamentos colectivos como creches e jardins de infância; de meios para assegurar a higiene pública, como a limpeza das ruas e defesa contra a poluição. As populações exigem a solução de graves problemas sociais como a mendicidade, a situação de abandono dos velhos, diminuídos e inadaptados, a prostituição e o consumo da droga, particularmente entre a juventude.

Muitos destes problemas só podem ser resolvidos pelo Estado ou com o seu directo apoio financeiro e técnico. Na solução de muitos outros,

desempenham as autarquias um decisivo papel. Em todos, a participação das próprias populações é da mais alta importância e em alguns casos determinante.

Depois do 25 de Abril, com o saneamento das autarquias e a eleição directa de Comissões democráticas, foram introduzidas em grande parte do País profundas alterações, caracterizadas essencialmente pela preocupação de resolver os problemas mais instantes das populações e pela democratização da vida municipal e local.

As populações organizadas passaram a intervir activamente junto das Câmaras e Juntas de Freguesia. Foram elaborados e aprovados em plenários cadernos reivindicativos. Efectuaram-se numerosas reuniões das Comissões Administrativas com os moradores e organismos populares. As populações foram em muitos casos chamadas a discutir os orçamentos e os planos de actividade das autarquias. Muitos milhares de cidadãos participaram por estas formas na administração local.

No plano de administração, muitas Comissões Administrativas eliminaram práticas corruptas, consumos sumptuários como banquetes, levaram a cabo importantes simplificações burocráticas, descentralizaram serviços e estabeleceram uma nova ordem de prioridades, preferenciando os problemas que mais tocam as massas trabalhadoras.

Apesar das inúmeras dificuldades e resistências encontradas pelas Câmaras Municipais da parte do Governo e de departamentos do Estado, foi realizada uma obra útil que dignifica a gestão democrática.

A colaboração, coordenação e interajuda das autarquias encontraram em alguns distritos uma forma original e eficaz de se concretizar em reuniões inter-Câmaras (RIC) e reuniões inter-Juntas de Freguesia (RIJ). Produto da iniciativa criadora dos organismos colectivos de emanação popular, estas reuniões ganharam, em alguns distritos, designadamente nos de Lisboa e Setúbal, foros de instituição.

As RIC permitiram iniciar uma frutífera cooperação das Câmaras em matéria de transportes, habitação e urbanismo e outros sectores de ponta. Fizeram ao governo e outros órgãos de soberania valiosas exposições com sugestões construtivas abrangendo os principais problemas da administração local: programação de obras públicas municipais, apoio técnico aos concelhos mais carecidos, finanças municipais e repartição da receita geral do Estado, medidas para assegurar o mínimo necessário de autonomia financeira aos municípios e freguesias. Muitas destas sugestões e experiências acabaram por ser consagradas na Constituição.

São de reter e aprofundar os ensinamentos da coordenação inter-Câmaras e inter-Juntas de forma a poderem concretizar-se ainda com maior eficiência depois das próximas eleições para as autarquias.

Os membros do Partido que trabalham nesta importante frente de luta deram extraordinárias provas de capacidade e de dedicação ao serviço dos interesses das populações. Diversas organizações locais e regionais tomaram iniciativas em torno das autarquias. Adquiriu-se uma rica experiência que

deve ser plenamente aproveitada na vida e na administração das autarquias depois das próximas eleições.

Mas tem de reconhecer-se que, ao nível da actividade dos organismos de direcção central e de outros organismos responsáveis do Partido, se verificou uma subestimação desta frente de luta. Basta dizer que nunca foi verdadeiramente definida uma política municipal do Partido e que os seus organismos executivos não acompanharam nem ajudaram devidamente, no plano político, no plano orgânico e no plano de quadros, a actividade das numerosas administrações municipais, onde os comunistas tinham e têm fortes posições.

É sobretudo agora, na preparação das próximas eleições para as autarquias, que se toma plena noção do que representou esta deficiência do trabalho de direcção. O exame autocrítico deverá significar que, depois das eleições, é indispensável dar às autarquias, no trabalho de direcção do Partido, a importância devida. É indispensável coordenar e ajudar, com os recursos e apoios adequados, os membros do Partido que sejam eleitos para as administrações municipais e para as Juntas de Freguesia. E é necessário estreitar ainda mais as relações das administrações municipais com as organizações unitárias de base, de forma a manter sempre um apoio recíproco, ligando as populações às realizações de iniciativa das Câmaras e ligando as Câmaras às iniciativas das populações.

As próximas eleições para as autarquias constituem um acontecimento de grande relevo na vida política nacional ⁽⁵¹³⁾. Os partidos reacçãoários procuram fazer destas eleições e das posições que com elas venham a alcançar o eixo duma nova ofensiva contra a democracia portuguesa. Beneficiam de vários factores. Nas zonas dominadas pela reacção existe uma maior densidade populacional e um número de freguesias muito superior ao das outras zonas. Nas questões locais, ainda mais que nas questões de âmbito nacional, faz-se sentir o poder local reacçãoário exercido por caciques e por certos sectores reacçãoários do clero. Aproveitando-se destes factores, o CDS e o PPD mobilizam as suas forças para tomar de assalto o maior número de Câmaras Municipais e Juntas de Freguesia, não só com o fim de se assenhorearem nestas importantes regiões do poder local, mas também com o fim de jogarem com a sua «vitória» eleitoral para exigirem mudanças ou modificações no próprio governo.

Por uma razão e por outra, as eleições revestem-se de grande importância no momento actual.

Com vistas a reforçarem ainda mais as possibilidades de os caciques imporem às populações listas reacçãoárias, o CDS e o PPD procuraram introduzir modificações na lei eleitoral, chamando esta à discussão na Assembleia da República. Adquire o valor de uma lição o facto de que, na Assembleia, socialistas e comunistas se entenderam acerca da lei eleitoral, rejeitaram unidos as tentativas do CDS e do PPD e diariamente revelaram nas votações que é possível, na base de um acordo PS-PCP,

fazer funcionar na Assembleia uma maioria democrática, uma maioria de esquerda ⁽⁵¹⁴⁾.

A complexidade e o profundo trabalho de massas que o simples facto da elaboração e apresentação das listas comporta fica patente no facto de que no Continente há 3078 Assembleias de Freguesia, 274 Assembleias Municipais e 274 Câmaras Municipais a eleger, e nos Arquipélagos da Madeira e Açores respectivamente 178, 30 e 30. O número de candidatos efectivos e suplentes sobe a cerca de 50 mil cidadãos, cuja candidatura implica toda uma série excessiva e despropositada de actos burocráticos.

Pela própria importância dos órgãos de administração local e pelas incidências das eleições na situação política do País, trata-se de uma grande batalha para a qual se tem de mobilizar todo o Partido, procurando num vasto trabalho unitário e em torno dos interesses locais chamar à vida política vastas camadas da população, e alcançar nas eleições um resultado que derrote os propósitos da reacção, que entregue o máximo de autarquias a defensores dos interesses populares e que por esse facto influencie de forma positiva a situação política geral.

Não tendo sido aceites pelo PS propostas no sentido dum acordo eleitoral, o PCP participou na formação e apoiou inteiramente a Frente Eleitoral Povo Unido ⁽⁵¹⁵⁾, que promove listas de unidade, com homens e mulheres, sérios e prestigiados, democratas e antifascistas, com ou sem partido.

A experiência está já mostrando que esta política de unidade é a mais adequada, quer à situação política concreta, quer ao carácter específico das eleições para as autarquias locais.

A elaboração das listas numa ampla base unitária está já mostrando a possibilidade real de uma nova arrumação política de vastas camadas sociais, que não corresponde ao quadro dos partidos. Das listas Povo Unido, que têm sido elaboradas e apresentadas com larga participação das populações, fazem parte, num grande número, pessoas independentes, sem filiação partidária, numerosos membros do PS e em muitos casos eleitores que anteriormente votaram enganados no CDS e no PPD. As listas Povo Unido estão revelando as grandes possibilidades de unir as populações em torno dos seus interesses específicos, opondo-se nesta base, em zonas dominadas pela reacção, ao domínio dos tiranetes locais.

Índice do entusiasmo que provocou e provoca uma política unitária é a rápida formação de numerosas listas Povo Unido a contrastar com as dificuldades encontradas tanto pelo PS como pelos partidos da reacção, que levou o governo a adiar (por forma de legalidade contestável) o prazo de apresentação de listas anteriormente determinado (22-10-1976) ⁽⁵¹⁶⁾.

Na totalidade dos concelhos do Continente foram apresentadas listas Povo Unido para as Assembleias Municipais e Câmaras Municipais. Nos Açores e Madeira, apesar do clima antidemocrático a que as populações estão sujeitas, foram apresentadas listas para 15 Assembleias Municipais e 14 Câmaras. No Continente foram apresentadas listas para cerca de 1360 Assembleias de Freguesia, das quais cerca de 200 promovidas por grupos

de cidadãos eleitores, no espírito unitário da frente ⁽⁵¹⁷⁾. É de salientar que nos distritos da zona da DORN, apesar das dificuldades existentes em algumas zonas, tenham sido apresentadas listas em todos os 66 concelhos. No conjunto das listas apresentadas foram propostos mais de 30 000 cidadãos.

Embora ainda na fase de arranque, multiplicam-se as reuniões, os encontros, as assembleias, os debates com a população, os primeiros grandes comícios para apresentação da constituição da Frente, como os de Lisboa (1-10-1976) ⁽⁵¹⁸⁾, Porto e Setúbal (23-10-1976) ⁽⁵¹⁹⁾ e outros. Só por si, o movimento para a apresentação das listas do Povo Unido, bem como a elaboração democrática dos programas das listas, constitui já um amplo e fecundo trabalho de massas. Nele participam activamente muitas dezenas de milhares de homens, mulheres e jovens, em torno da defesa dos interesses das populações, da luta por uma administração local democrática e por uma vida democrática entendida como a intervenção viva das massas na solução dos seus problemas.

A decisão da Assembleia Popular de Almada (2-10-1976) ⁽⁵¹⁸⁾ de participar activamente na promoção de listas Povo Unido tem o particular significado de confirmar as possibilidades de articulação das autarquias com as organizações unitárias de base.

A eleição para numerosas Câmaras Municipais de listas Povo Unido e a possibilidade de, em muitas outras, se constituir uma maioria dos eleitos pelo Povo Unido e pelo PS não só permitirá dar uma resposta a muitas das necessidades e aspirações das populações, como fará fracassar a manobra política que os partidos reaccionários pretendem levar a cabo com as eleições, reforçando as possibilidades de se vir a concretizar uma política democrática nos órgãos de poder central.

Os órgãos do poder local têm um importante papel no novo regime democrático. Com rigor esta matéria não deveria ser tratada nesta parte do relatório dedicada ao movimento popular, mas atrás, ao tratar-se das estruturas do novo Estado democrático. Dada porém a estreita ligação das autarquias e da defesa dos interesses das populações com o movimento de massas e os organismos unitários de base, preferiu-se incluí-la não nas estruturas do Estado, mas dentro da dinâmica da intervenção da componente popular da Revolução para a construção duma nova sociedade.

Um dos perigos existentes para a actividade das autarquias ao serviço das populações é uma eventual tentativa de controlo político através do sistema de tutela e de direcção, e de comando financeiro através da atribuição discriminatória de verbas.

Por isso se impõe o respeito pela autonomia do poder local, com precisa definição das suas atribuições e competência, com participação em receitas de impostos, para não ficar à mercê do partidarismo do poder central, e com a garantia de que a tutela administrativa do aparelho técnico de apoio nunca se transformará numa tutela política.

As autarquias locais, mesmo com resultados eleitorais favoráveis, não poderão só por si resolver, com os insuficientes recursos disponíveis, todos os problemas das populações.

A melhoria das condições de vida, a habitação, a electrificação, o saneamento básico, os meios de comunicação, a defesa da saúde, exigem participação activa, dedicada e confiante das populações com o seu trabalho e o seu espírito criador na solução dos próprios problemas.

Daí a importância do funcionamento democrático das autarquias, da ligação entre a actividade das autarquias e das organizações unitárias de base (Assembleias Populares, Comissões de Trabalhadores e de Moradores, etc.), conforme o consignado na Constituição ⁽⁵²⁰⁾.

Daí também a necessidade de independentemente da composição política dos órgãos de administração local, se desenvolverem iniciativas pequenas e grandes que mobilizem recursos materiais e humanos e exaltem as energias criadoras das massas populares para resolverem directamente problemas locais e regionais.

8. Uma política de unidade

O povo fez a Revolução. O povo poderá defendê-la, consolidá-la e prosseguir-la.

As massas populares têm força invencível, quando unidas, organizadas e em movimento.

A unidade da classe operária, a unidade das massas populares, a unidade dos democratas e das forças progressistas, não é apenas um factor, mas uma condição para a vitória definitiva da Revolução.

O PCP mantém como uma das constantes da sua actividade o reforço da unidade da classe operária e de todas as classes trabalhadoras e a concretização das alianças sociais em acções comuns ou convergentes de movimentos organizados das várias classes e camadas sociais, e em entendimentos e acções comuns dos partidos e outras forças políticas representativas dessas mesmas classes e camadas.

A política de alianças do PCP traduz-se numa política de unidade. Por isso mesmo não se trata de uma política conjuntural, mas de uma política a médio e mesmo a longo prazo.

As alianças entre partidos democráticos constituem um importante aspecto da unidade popular e democrática.

Entretanto, no actual quadro político português, essas alianças para a construção de um regime na base das conquistas revolucionárias alcançadas oferecem sérias dificuldades.

Além do PCP, o PS é o único partido democrático que tem um largo apoio e está representado na Assembleia da República. Mas, embora exista uma folgada maioria PCP-PS na Assembleia, os dirigentes do PS,

pretendendo praticar uma política de recuperação capitalista, insistem num anticomunismo primário, recusam encarar um entendimento com o PCP e inclinam-se para uma aliança com a direita.

Apesar dessas dificuldades, o PCP insiste na necessidade duma aproximação e busca dum entendimento entre o PS e o PCP, porque é a única alternativa democrática possível no quadro das instituições actuais e da composição actual da Assembleia da República.

Os dirigentes do PS não querem o entendimento com os comunistas. Mas um número crescente de socialistas compreendem a situação de forma diversa. Como o PCP já havia verificado ⁽⁵²¹⁾, não se trata de casos, mas de uma tendência, que se observa desde as organizações de base a militantes socialistas com maior responsabilidade.

Se muitas das organizações do PS, seguindo o exemplo dos seus dirigentes máximos, prosseguem contra o PCP uma campanha que nada deve à da extrema-direita, há muitas organizações e militantes socialistas que se recusam a acompanhar uma tal política e que tratam fraternalmente com os comunistas.

Isso passa-se em numerosas fábricas, em cooperativas, em Comissões de Trabalhadores e de Moradores, em empresas sob controlo operário. Passa-se, em maior ou menor escala, em todos os distritos. Nas eleições para as autarquias há muitos membros do PS em listas unitárias e há muitos outros que estando de acordo em participar nelas só o não fizeram porque receberam ordens e ameaças do seu partido.

Esta corrente no sentido da unidade é da maior importância, não só para vir a facilitar uma evolução do PS, como para facilitar a unidade na acção das massas populares.

A posição do PCP em relação ao PS mantém-se clara: no que respeita aos vários escalões do Partido, todas as organizações e militantes do PCP estão autorizados, sem consulta prévia ao CC, a entrar em contacto com organizações ou militantes do PS, em manter regularmente esse contacto e em examinar acordos com vistas à acção comum.

No que respeita às relações entre os dois partidos, o PCP está pronto a examinar com o PS todas as questões relativas às divergências existentes, ao estabelecimento eventual duma plataforma e uma alternativa de esquerda.

Quanto a outros partidos e agrupamentos políticos democráticos, o PCP, além das boas relações que tem com o MDP/CDE, está sempre pronto a considerar possibilidades de cooperação com todos os que sinceramente se queiram aliar aos comunistas na luta pela consolidação das liberdades e das outras conquistas da Revolução e na construção da democracia, a caminho do socialismo.

A organização é essencial para que o movimento operário e popular possa alcançar os seus objectivos.

A forte organização, longe de excluir, pressupõe e exige métodos democráticos de discussão e decisão. Nos sindicatos, nas Comissões de

Trabalhadores e de Moradores, nas Assembleias Populares, nas Ligas e outras organizações de classe ou profissionais, nas cooperativas, nas autarquias, nas organizações juvenis e de mulheres, nas mais diversas formas de associação, os princípios da eleição, de intervenção das massas nas grandes decisões, da prestação de contas por quem for escolhido para executar quaisquer tarefas, são princípios essenciais de organização democrática.

Estes princípios não se devem porém confundir com os métodos anárquicos, a eliminação dos órgãos de decisão, o «basismo» desorganizador que oculta a intenção de pequenos grupos sectários imporem a sua vontade às massas por métodos antidemocráticos.

Os princípios democráticos não se podem também confundir com os métodos pseudodemocráticos (percentagem obrigatória nas presenças das assembleias, voto à distância e por correspondência, «plebiscitos», etc.) que a reacção e a social-democracia procuram introduzir no funcionamento dos sindicatos e de todas as organizações populares.

As formas democráticas no funcionamento das suas próprias organizações devem ser os trabalhadores e outros componentes das organizações a determiná-las.

Só fortes organizações, funcionando com verdadeiros métodos democráticos, estão em condições de ter direcções que gozem do apoio das massas e de orientar e conduzir com sucesso a sua luta.

A acção das massas, a intervenção das massas em todos os aspectos da democratização política, económica, social e cultural da vida portuguesa, constitui o próprio motor do processo revolucionário.

As formas de luta de massas têm de ter em conta que já não vivemos em sistema capitalista «puro», que existem formações económicas diversas, que existe um vasto sector não capitalista, que os trabalhadores e com eles a democracia estão interessados em que a situação económica se não agrave mais, que a Reforma Agrária triunfe, que as empresas nacionalizadas ou sob controlo operário não sejam restituídas aos antigos patrões. Fazer greve em cooperativas do Alentejo para exigir aumentos de salários, como aconselham os provocadores esquerdistas, e tão louco como uma pessoa querer alimentar-se com o seu próprio sangue.

A greve continua a ser uma arma legítima e um direito. Mas, nas condições existentes, os trabalhadores têm de saber utilizá-la de forma a que não sejam eles próprios as vítimas.

À luta através da qual se exige e reclama do patronato ou do governo tal ou tal reivindicação há que juntar a luta através da qual se produz, se alfabetiza, se constrói.

Foram as massas em movimento que, aliadas aos militares do 25 de Abril, transformaram radicalmente as estruturas do capitalismo monopolista que dantes existiam. Serão também as massas que assegurarão a consolidação e o prosseguimento da vida democrática.

E são ainda as massas que poderão determinar uma deslocação para a esquerda de amplos sectores da opinião, incluindo no PS e nos órgãos do poder, criando finalmente as condições para uma alternativa democrática, uma alternativa de esquerda, que será necessariamente um governo com a participação e apoio do PCP.

Nas circunstâncias actuais, é a única solução que permitirá resolver os grandes problemas nacionais, incluindo a reanimação económica, o reequilíbrio financeiro e uma política de desenvolvimento.

Os acontecimentos já provaram no passado e comprovarão no futuro que, nas condições portuguesas, a democracia defende-se, consolida-se e prossegue-se não contra o PCP, mas com o PCP.

VIII

O PCP, força da liberdade e do socialismo

O PCP existe para servir a classe operária, o povo e o País. No tempo do fascismo, como desde o 25 de Abril até hoje, as suas forças e energias, toda a actividade e dedicação dos seus militantes, são inteiramente consagradas à causa da liberdade, da democracia, da independência nacional, da paz e do socialismo.

O PCP é uma força necessária e indispensável para a defesa e a construção da nova democracia portuguesa. A viabilidade da democracia, a defesa e consolidação das liberdades, das nacionalizações, da Reforma Agrária e do controlo operário, dependem em parte decisiva da justa orientação, da força organizada, da influência de massas e da capacidade mobilizadora do PCP.

A vida está também mostrando que, para a solução dos problemas urgentes e inadiáveis da economia portuguesa, é necessária a participação activa dos trabalhadores, e isso significa também a participação activa do PCP.

À democracia portuguesa é indispensável um forte Partido Comunista, capaz de resolver problemas cruciais com a sua capacidade de realização, o seu dinamismo e a sua estreita ligação com as massas.

O reforço da acção política, da organização, da ligação com as massas, da propaganda do PCP, são essenciais não só para a defesa dos interesses dos trabalhadores, mas para a defesa, a consolidação e o prosseguimento do processo democrático.

1. O PCP no processo revolucionário

As forças reaccionárias e conservadoras (secundadas pelos seus agentes pseudo-revolucionários) conduzem uma campanha sistemática contra o PCP e votam-lhe um ódio de morte. Todas definem o PCP como o inimigo principal. E porquê? Porque o PCP não aceitou ser no Portugal libertado do fascismo uma força política de contenção das lutas operárias em benefício do capital. O PCP manteve a sua completa independência de classe, desenvolveu uma acção revolucionária e deu uma contribuição determinante (com os trabalhadores, com as massas populares, com os militares revolucionários) para fazer ruir o capitalismo monopolista, para pôr fim aos latifúndios, para realizar profundas transformações revolucionárias que naturalmente não estavam nos programas, projectos e planos dos partidos reaccionários e conservadores, mas correspondem aos interesses, às aspirações mais profundas e aos objectivos de luta das classes trabalhadoras.

As forças reaccionárias e conservadoras insistem em que o PCP não deveria ser o Partido revolucionário que é, mas um partido que abdicasse dos seus objectivos fundamentais, que se colocasse numa posição seguidista em relação à social-democracia, que, a troco de uma liberdade condicionada, colaborasse no projecto de manter o poder económico e político dos monopólios e dos agrários no quadro de uma democracia burguesa.

Ainda hoje, em Portugal que destroçou o capitalismo monopolista de Estado, que liquidou o poder dos monopólios e agrários, parecem admitir que o PCP pudesse colaborar ou condescender com uma política de recuperação capitalista, agrária e imperialista.

O PCP nunca foi e nunca será um tal partido.

Tal como no tempo do fascismo a luta do povo português foi inseparável da actividade do PCP, assim também, depois do 25 de Abril, são inseparáveis da actividade do PCP a conquista e a defesa das liberdades e das outras grandes conquistas revolucionárias.

O PCP esteve sempre presente nos momentos decisivos para a defesa das liberdades ameaçadas por tentativas de grupos reaccionários e nas lutas das massas populares que conduziram às profundas transformações de carácter democrático. Quem quer que fale com verdade não pode falar de nenhuma das conquistas revolucionárias do povo português sem falar na actividade dos comunistas. A todas elas está ligado o nome do Partido.

A conquista das amplas liberdades, o melhoramento das condições de vida dos trabalhadores, uma política social avançada, o controlo operário, as nacionalizações, a Reforma Agrária, ficarão sempre ligados à luta da classe operária e das massas trabalhadoras, à luta decidida, corajosa e audaz do Partido Comunista Português.

Não foi o PCP a única força que interveio no processo. Homens e mulheres de variadas tendências lutaram lado a lado com os comunistas. A aliança do povo com o MFA foi a força motora da Revolução. Mas aos

comunistas se deve uma parte, e não a menor, do caminho de liberdade, da libertação e de progresso social percorrido desde o 25 de Abril.

Houve sem dúvida deficiências e erros na actividade do Partido.

No que respeita às alianças sociais, não foram consagradas à actividade e à luta das classes médias todas as atenções e recursos que a sua situação e importância requeriam, designadamente em relação aos pequenos e médios agricultores do Centro e do Norte, aos pequenos comerciantes e aos intelectuais e quadros. Foram é certas tomadas iniciais, algumas de vulto. Foi desenvolvido trabalho dedicado. Mas, na distribuição de forças do Partido, foi subestimada a importância dessas classes e camadas, facilitando a sua deslocação para a direita.

No que respeita às alianças políticas, registou-se em certos momentos e em certos sectores um grande sectarismo e uma cedência à pressão esquerdista. Foi, é certo, travado um incessante combate contra as concepções, as palavras de ordem, as actividades divisionistas e provocatórias dos grupos esquerdistas. Mas por vezes algumas organizações deixaram-se arrastar seja para uma apreciação destrutiva dos possíveis aliados impedindo a correcta definição do inimigo principal, seja para palavras de ordem e formas de luta que não correspondiam às condições existentes.

No que respeita à componente militar do processo revolucionário, houve em certos momentos e em certos sectores do Partido uma má avaliação da situação nas forças armadas e no MFA e uma apreciação optimista acerca da solução dos seus conflitos internos.

Foi, é certo, no essencial, conduzida uma política de alianças que permitiu, em momentos capitais, impedir a vitória da reacção e fazer avançar o processo. Mas, em alguns casos, uma mais correcta avaliação teria permitido alargar consideravelmente o número de aliados e dar uma ainda maior contribuição para a unidade dos diversos sectores que estavam com o processo.

Também é de referir, como factor negativo na actividade do Partido, com reflexos no processo revolucionário, o sectarismo que se manifestou (e continua a manifestar) em numerosas organizações e camaradas.

A ideia de que os comunistas sozinhos podem resolver tudo, a falta de maleabilidade no tratamento com outras correntes políticas e outras camadas sociais mesmo quando aliadas, o «obreirismo», o triunfalismo, a dificuldade de encontrar em situações concretas plataformas de acção, o encerramento de algumas organizações em si próprias, a criação de círculos de convívio comunistas demasiado fechados, a resposta ao sectarismo dos outros com o próprio sectarismo, apareceram como factores negativos para o desenvolvimento do Partido, o alargamento da sua influência de massas e a concretização das alianças sociais e políticas.

Apesar porém dessas deficiências, cujas lições se devem tirar, o Partido manteve um papel determinante no decurso do processo revolucionário.

A definição de uma linha política justa, a firmeza inabalável na prossecução de objectivos essenciais e em questões de princípio, a grande maleabilidade na táctica, a fidelidade ideológica e a atenção às experiências

inovadoras, a capacidade de enfrentar com êxito situações extremamente complexas e súbitas mudanças de correlação de forças, a obtenção de grandes vitórias — constituem um êxito histórico do Partido.

O próprio desenvolvimento do processo revolucionário, os próprios factos, mostraram a correcção da linha política do Partido.

Foram justas a orientação e a actividade correspondente que permitiram que, ao longo dos dois anos e meio decorridos desde o 25 de Abril, a par da sua intervenção no processo, o Partido, contra os vaticínios dos seus inimigos, se tenha tornado um partido de massas e esteja hoje mais forte do que nunca.

Dois anos e meio decorridos desde o 25 de Abril, também hoje, na democracia institucionalizada, o papel do PCP, partido da classe operária e do povo trabalhador, é indispensável para a salvaguarda das liberdades, para a solução dos grandes problemas de carácter imediato que Portugal defronta, para a construção de uma democracia rumo ao socialismo.

O PCP defende firmemente uma política de unidade da classe operária e das massas populares, a aliança da classe operária com os pequenos e médios agricultores, a aliança do movimento popular com as forças armadas, o entendimento de todas as forças democráticas a começar por comunistas e socialistas. Assim como o PCP não pretende que seja excluído da construção do Portugal democrático qualquer sector político que esteja com a democracia, assim também é um erro profundo pensar que se pode excluir o PCP das responsabilidades da vida política portuguesa.

O PCP é um partido fundamental da nova democracia portuguesa.

2. Trabalho de direcção

Todo o trabalho do Partido depende em grande medida do trabalho de direcção: da preparação, experiência, composição, funcionamento e estilo de trabalho dos organismos de Direcção e das suas ligações com a base do Partido, com a classe operária e as massas.

As exigências que se colocam ao trabalho de direcção nas condições actuais, no Portugal democrático de hoje, são radicalmente diferentes daquelas que existiam no tempo da ditadura fascista. Antes do 25 de Abril, os efectivos, as estruturas, os métodos de trabalho do Partido, eram determinados pelas condições de clandestinidade. Hoje, o Partido é um grande partido de massas, que participa activamente numa posição de vanguarda em toda a vida nacional.

O trabalho de direcção sofreu em consequência grandes transformações, adaptando-se à nova situação de forma a poder cumprir as novas tarefas. No essencial, o trabalho de direcção correspondeu àquilo que a situação exigia do Partido e que o Partido exigia da Direcção.

Entretanto, os grandes êxitos do Partido não devem levar a fechar os olhos às insuficiências e debilidades que se verificam no trabalho de direcção, a começar pelo Comité Central.

A experiência directa do nosso Partido, dos nossos quadros, da nossa Direcção, era muito rica, mas sempre colhida nas condições de clandestinidade. A Revolução colocou à Direcção do Partido tarefas completamente diferentes, obrigando à solução simultânea de um sem-número de situações e problemas.

Apesar da extraordinária actividade desenvolvida, da energia e da dedicação sem limites dos quadros mais responsáveis, da sua assistência a todo o Partido nas incessantes batalhas desde o 25 de Abril, o Comité Central e os seus organismos executivos não foram suficientemente expeditos em tomar medidas de organização do trabalho de direcção de forma a superar evidentes dificuldades.

O trabalho de direcção atrasou-se em relação a diversas frentes. Não houve suficiente iniciativa e prontidão na batalha ideológica. Não houve assistência bastante a importantes sectores e organizações do Partido: autarquias, intelectuais e artistas, bairros de barracas e certas camadas médias, designadamente pequenos comerciantes e industriais.

A superação destas dificuldades e deficiências depende em larga medida do alargamento, do melhoramento da composição, do funcionamento e dos métodos de trabalho do Comité Central e de outros organismos de direcção do Partido.

O VIII Congresso é o momento apropriado para proceder a nova composição, estrutura e organização do trabalho do Comité Central, dos organismos de direcção das grandes regiões e dos organismos intermédios. Impõe-se também examinar alguns aspectos do estilo de trabalho, traçando linhas de orientação.

O Comité Central actualmente em funções é no fundamental o mesmo que veio da clandestinidade, alargado com algumas cooptações.

Em 25 de Abril de 1974 o Comité Central tinha 19 membros efectivos e 7 suplentes (incluindo camaradas que se encontravam presos). De então para cá foram cooptados para membros efectivos 4 camaradas (3 dos quais eram suplentes) e para membros suplentes 10 camaradas.

Dado que faleceu um membro do Comité Central (o camarada Pedro Soares), o Comité Central tem actualmente 22 membros efectivos e 14 suplentes.

Este Comité Central apresenta características muito positivas.

É composto por quadros provados, experimentados, de dedicação e firmeza a toda a prova, muitos deles com a vida inteira dedicada à luta pela causa das classes trabalhadoras. O facto revelado no VII Congresso (Extraordinário) de que, no seu conjunto, os membros do CC passaram mais de 300 anos nas prisões fascistas, é um atestado da têmpera da nosso colectivo do CC ⁽⁵²²⁾.

A composição social dos membros efectivos é correcta: maioria absoluta de operários, 16 operários e empregados no total de 22 camaradas.

No que respeita aos membros suplentes, a composição social não é tão favorável: 7 operários e empregados no total de 14.

De sublinhar o número reduzido de mulheres: 2 membros efectivos e 2 membros suplentes. A percentagem de mulheres membros do CC (11%) é inferior à percentagem de mulheres membros do Partido (17%). É situação que necessita de ser rectificada.

Também a idade média dos membros do CC é demasiado elevada: 48 anos. No CC há 3 camaradas com menos de 30 anos, 3 de 32 a 40 anos, 14 de 41 a 50 anos, 11 de 51 a 60 anos e 5 com mais de 60 anos. Não se vê necessidade de que quaisquer camaradas, desde que continuem tendo condições de trabalho, devam sair do CC por motivo de idade. Mas é necessário assegurar uma percentagem mais elevada de camaradas de menos idade.

Apesar da sua elevada capacidade revolucionária, o CC, com a composição actual, não está em condições de atender a todas as necessidades do trabalho do Partido e à natureza de todos os problemas que defrontamos.

O Partido precisa de uma Direcção Central mais ampla, em que se juntem, aos quadros vindos da clandestinidade, quadros forjados na luta de classes, na acção revolucionária de massas, neste período exaltante da história do nosso povo e do nosso Partido que é a Revolução portuguesa.

Como orientação geral para a composição futura é de considerar: a continuação dos actuais membros do Comité Central, o alargamento com camaradas que entregaram a sua vida ao Partido (funcionários) e com camaradas que, não deixando as suas profissões, continuem em organizações de base e nas frentes de batalha essenciais e decisivas em que têm desempenhado destacado papel.

Na eleição do novo Comité Central é de conservar a regra de ouro de uma maioria operária. Já tem havido camaradas que contestam esta regra, dizendo que, tratando-se de quadros que deram sobejas provas de capacidade e dedicação, a origem social deixa de ter significado. Tal opinião não é correcta. Naturalmente que não há discriminações em relação aos camaradas das mais variadas origens sociais desde que dêem boas provas na sua actividade e na sua vida. Mas no Partido que é a vanguarda revolucionária da classe operária, uma elevada percentagem de trabalhadores nos organismos de direcção é uma das melhores garantias de que não se desviará de uma política orientada pelos interesses de classe, de uma política revolucionária, de uma política fiel aos princípios do marxismo-leninismo e do internacionalismo proletário.

Quanto aos organismos executivos do Comité Central, é de conservar uma Comissão Política e um Secretariado, embora levando a cabo certa reorganização interna de maneira a assegurar maior eficiência de trabalho.

Ainda no que respeita ao Comité Central, não se pode deixar de referir que os dirigentes do PS, aplaudidos e secundados pelo PPD e por todas as forças reaccionárias, desenvolvem há muito uma campanha contra a Direcção do Partido.

Todos insistem em que o Partido precisa de «renovar-se», de seguir modelos oeste-europeus ⁽⁵²³⁾, de substituir os seus dirigentes, designadamente o secretário-geral. Mário Soares, particularmente activo nesta matéria, tem feito centenas de declarações no mesmo sentido. Anunciou que «haverá uma revolução democrática no PCP» (24-5-1976), que «há tensões internas sérias dentro do PCP» (24-8-1976), que a boa influência europeia chegará ao PCP e que «isso significará ⁽⁵²⁴⁾ transformações internas no PCP, visto que os dirigentes do PCP são os mesmos desde 1941» (Diário de Notícias, 19-6-1976) ⁽⁵²⁵⁾. À força de tanto repetir os seus desejos já se deve ter convencido de que são realidades.

A verdade é que, no decurso do acidentado processo da Revolução portuguesa, enquanto o PS e o PPD já conheceram várias cisões e expulsões de dirigentes, enquanto se debatem em conflitos e dificuldades internas, o PCP mantém uma inabalável unidade.

Não é defeito mas virtude de um Partido, que, ao longo de anos e anos, consiga formar um núcleo de dirigentes, provados, experimentados, inteiramente dedicados, mantendo uma indestrutível unidade. Que se desiludam. A Direcção do PCP está unida como um bloco num colectivo revolucionário e fraternal.

No PCP não há lugares vitalícios. O Partido tem pleno direito de substituir os seus dirigentes. Mas repele quaisquer pressões ou tentativas de ingerência nas suas questões internas. Quem decide da política e da Direcção do PCP são os comunistas e só eles.

Os organismos de direcção das grandes regiões, ou seja, as Direcções das Organizações Regionais (DOR), têm cumprido no essencial as suas difíceis tarefas.

As DOR têm trabalhado com margem de iniciativa praticamente ilimitada e capacidade de decisão no âmbito do seu trabalho. Não é de alterar esta descentralização de competência.

Algumas das DOR (particularmente a DORL e a DORN e também a DORA e a DORS) têm a seu cargo grandes organizações, com elevado número de funcionários, instalações, serviços técnicos, actividades editoriais, etc. Uma actividade tão complexa exige uma grande qualificação dos quadros que desempenham funções nas DOR. Por isso a composição das Direcções das Organizações Regionais necessita de ser acompanhada muito de perto, dada a sua extraordinária importância em todo o trabalho de direcção do Partido.

No momento actual, fazem parte das DOR 75 camaradas. O número dos seus membros varia de 17 (DORN) a 6 (DORA).

Apesar de que em todas há maioria de operários e empregados, a composição social não é satisfatória (32% de operários, 32% de empregados, 31% de intelectuais e estudantes).

A situação mais favorável é na DORS e DORA, com 50% de operários, além de 25% e 33% de empregados, respectivamente. A composição é

má na DORL e na CDF (apenas 20% de operários). O peso de intelectuais em alguns casos é excessivo: 43% na DORB, 32% na DORL, 50% na DORIA. Esta situação precisa de ser corrigida.

Predominam nas DOR camaradas de menos de 40 anos de idade (75%). Com menos de 30 anos há 37% e com menos de 25 anos 9%. Esta composição é positiva.

Examinando os anos de filiação, embora não se disponha de momento de elementos totais suficientemente precisos, vê-se pelos dados parciais que um certo número eram já membros das DOR antes do 25 de Abril, mas que a grande maioria, embora já então fossem membros do Partido, ainda não eram funcionários.

É também insatisfatório o número de mulheres membros das DOR: apenas 12 (16%).

Os membros das DOR são actualmente todos funcionários do Partido. Há muitas vantagens que assim continue a ser, dado que, em organismos com tão grandes responsabilidades, dificilmente pode estar à altura das exigências das tarefas quem não dedique todos os seus esforços e todo o seu tempo ao trabalho partidário. Isto não se deve porém considerar uma orientação rígida. Desde que, em casos concretos, se veja ser compatível e até desejável que um camarada seja membro da Direcção Regional e continue no seu local de trabalho, não há razões de princípio que se oponham a tal solução.

O trabalho das DOR tem sido muito positivo. Mas o reforço do Partido exige o seu melhoramento. São tarefas imediatas: aperfeiçoar o trabalho colectivo, reforçar a estruturação, proceder a uma equilibrada divisão das tarefas pelos seus membros, de forma a cobrir os sectores fundamentais de actividade, exercer regularmente o controlo de execução e reforçar a responsabilização individual.

Quanto aos organismos intermédios (Comissões Distritais, Concelhias e de Freguesia, assim como organismos com tarefas específicas) o seu trabalho é decisivo para assegurar uma justa orientação no trabalho partidário, porque esses organismos, além da ampla iniciativa e da capacidade de decisão que possuem na esfera da actuação respectiva, são os meios de transmissão da orientação geral do Partido entre o Comité Central e toda a organização.

Segundo o balanço da organização realizado em 30-9-1976, registaram-se progressos na formação destes organismos. Desde 8-3-1976, mantiveram-se e consolidaram-se as direcções regionais, de distritos e de concelhos, e formaram-se mais cerca de 300 Comissões de Freguesia ⁽⁵²⁶⁾.

Trata-se de um progresso real, mas insuficiente. É indispensável persistir na formação de mais Comissões de Freguesia, pois há ainda atrasos neste trabalho.

Tão importante como a formação destes organismos de direcção (assim como dos Secretariados de Célula) é o seu funcionamento, o reforço da sua iniciativa e, em muitos casos, dos seus meios de trabalho, e a ajuda

aos camaradas que os compõem com vistas à sua preparação e qualificação políticas, de forma a poderem desempenhar com eficiência a tarefa de direcção que lhes compete.

Depois do VIII Congresso deverão realizar-se Assembleias das organizações de base, onde se fará o balanço do Congresso, onde se definirão as tarefas que o Congresso coloca às organizações respectivas e onde, sempre que possível, deverão ser eleitos os organismos de direcção correspondentes.

Será um novo grande passo para o reforço dos organismos de direcção e da unidade e da democracia interna do Partido.

Finalmente, quanto ao estilo de trabalho.

As condições do Portugal democrático colocaram a necessidade de uma modificação do estilo de trabalho, sendo entretanto de manter firmemente alguns traços adquiridos ao longo dos anos no tempo da clandestinidade: o hábito do trabalho colectivo associado à responsabilização individual, a franqueza da crítica associada à camaradagem e fraternidade, a disciplina inseparável do ambiente democrático, a autoridade ganha pelo próprio trabalho e nunca imposta, a dignificação e valorização pela Direcção das tarefas mais modestas, o contacto vivo e permanente com as organizações de base e as massas, o dinamismo, a iniciativa, a energia inesgotável, fundados no espírito de classe, na dedicação sem limites, na combatividade, na tenacidade, na inabalável confiança na classe operária, no Partido, na causa do comunismo ⁽⁵²⁷⁾.

Estas características gerais do estilo de trabalho são válidas para todos os organismos de direcção, desde o CC à base do Partido.

No que respeita ao CC, às DOR e em alguns casos às Comissões Distritais, a complexidade da situação e das tarefas exige que estes traços essenciais sejam inseridos em soluções de estruturação, de organização e de métodos, que permitam à Direcção estar à altura das suas tarefas.

Tem a maior importância: o reforço das grandes comissões de âmbito nacional funcionando junto do CC, como a Comissão de Organização, a SIP, a Comissão da Reforma Agrária, a Comissão do Trabalho Camponês e outras; a manutenção e criação, junto do CC e dos seus organismos executivos, de Comissões de Trabalho, de Gabinetes e grupos especializados de carácter permanente ou temporário; a realização de reuniões de quadros para tratar assuntos específicos mediante preparação política, orgânica e técnica adequada; a especialização dos quadros de direcção sem qualquer estreiteza sectorial.

Dentro destas linhas fundamentais pode melhorar consideravelmente a eficiência do trabalho directivo.

Ao mesmo tempo que se devem reforçar e desenvolver as características positivas são de combater três tendências negativas que se manifestam com frequência no estilo de trabalho.

Uma é o estilo de trabalho absorvente e dirigista.

Há camaradas que gostam de fazer tudo, que chamam a si todas as tarefas, que sobrepõem sistematicamente a sua opinião às dos camaradas de organismos inferiores, que intervêm mais como comandantes políticos do que como dirigentes.

Assim, por exemplo, chega a haver reuniões e grandes assembleias de quadros de âmbito regional ou concelhio em que o camarada da Direcção que vai de fora, preside à reunião, pega no microfone, abre a sessão, dá a palavra aos oradores, dá indicações técnicas, lê moções, fecha a sessão, monopolizando completamente todo o trabalho da mesa, além das próprias intervenções políticas. Em reuniões e comícios desse tipo, chega a acontecer não intervir nenhum dos camaradas da região ou do concelho que estão na mesa.

Outra tendência negativa no estilo de trabalho de direcção é o tipo do controlo individual.

Este hábito vem do tempo do fascismo, foi de certa forma imposto pelas condições de clandestinidade, fez escola e continua nas condições radicalmente diversas da nossa luta actual.

As características negativas deste tipo de controlo são fundamentalmente três: A primeira: o controlo é compreendido como a ida do controlador aos organismos inferiores, quando em muitos casos haveria vantagem de que responsáveis dos organismos inferiores fossem membros efectivos dos organismos superiores ou pudessem ter frequentes contactos com estes. A segunda: a existência de um único laço de ligação dos organismos inferiores com os superiores por intermédio do funcionário prejudica o conhecimento das organizações pelos organismos de direcção, torna mais contingente a transmissão das directrizes e sujeita a apreciação dos problemas das organizações de base aos critérios subjectivistas dos funcionários. A terceira: um certo afastamento entre os organismos de direcção e a base do Partido constitui um efectivo travão à actividade.

Finalmente, uma outra tendência negativa no estilo de trabalho de direcção é o burocratismo.

Há muitos funcionários do Partido, quadros operários, que há muitos anos não trabalham em empresas. Esse afastamento do trabalho profissional não só distancia dos problemas correntes dos trabalhadores, como anima tendências e hábitos burocráticos. Naturalmente que são precisos gabinetes, cadeiras, máquinas e papéis. Mas não é bom que se generalize o gosto pelos gabinetes e pela papelada. Seria muito vantajoso em alguns casos que camaradas com muitos anos nos quadros de funcionários voltassem temporariamente ao exercício das suas profissões.

Há também sectores onde o trabalho dos funcionários não está suficientemente bem organizado e o controlo de execução é irregular e pouco rigoroso. Há casos de afrouxamento de actividade e de demasiados «tempos livres».

Manifestam-se também tendências de «regionalismo» e de estreiteza regional e sectorial, que prejudicam a eficiente cooperação entre organismos

e entre quadros. Esses fenómenos negativos, embora limitados, devem ser prontamente combatidos.

O estilo de trabalho de direcção do Partido sempre se distinguiu e continua a distinguir-se pelo seu dinamismo, a sua energia, a sua dedicação, a sua combatividade, o seu espírito de classe. Esses traços essenciais típicos do nosso Partido devem ser reforçados a fim de que a Direcção esteja sempre à altura do seu extraordinário prestígio e autoridade e das exigências que as tarefas actuais lhe colocam.

3. Política de quadros

A rápida formação e promoção de quadros tornou-se uma questão de vital importância para o Partido nas novas condições de luta criadas pela Revolução.

A transformação do Partido num grande partido de massas obrigou em pouco tempo a promover milhares de quadros aos organismos de direcção nos diversos escalões. Basta dizer que, um ano depois do 25 de Abril, o número de organismos existentes ultrapassava o número de membros do Partido regularmente controlados na altura do derrubamento da ditadura.

O aparecimento de elevado número de frentes de luta e a extrema variedade e complexidade das tarefas exigiram do Partido um esforço gigantesco de mobilização e de formação de quadros para poder estar à altura das suas responsabilidades no processo democrático.

Os quadros responsáveis que vinham de antes do 25 de Abril, do Partido caldeado nas duras condições de clandestinidade, deram extraordinários exemplos e tiveram um papel determinante na evolução da situação política. A sua larga experiência, a sua consciência política, a sua dedicação militante, o seu ardor revolucionário, o seu espírito de organização e disciplina, permitiram que o Partido aparecesse logo à luz do dia, na nova situação (no plano nacional, nas fábricas, nos campos, nas ruas, nas escolas) com uma tremenda força de intervenção nos acontecimentos. Este núcleo de quadros continua ainda hoje a desempenhar um papel da mais alta importância em toda a actividade partidária. Mas esses quadros eram manifestamente insuficientes.

A primeira grande direcção do trabalho para formar e promover os quadros do Partido depois do 25 de Abril foi pôr os militantes, velhos ou novos, directa e audaciosamente à prova em maiores responsabilidades. Saber reconhecer e descobrir os quadros no próprio campo de batalha política e social, avaliar dos mais valorosos pelas provas que dão, confiar neles mesmo que muito novos no Partido e muito jovens de idade, é um princípio fundamental na política de quadros numa época revolucionária.

A revolução é a melhor escola de quadros. A revolução cria, revela e promove os quadros no fogo da própria luta. A revolução abre amplamente a oportunidade para que se afirmem na acção qualidades humanas

até então ocultas e sem aplicação prática. A revolução intervém como um filtro gigantesco por onde passam os mais conscientes, os mais combativos e os mais capazes. A revolução ensina em poucos dias o que, em condições de estabilidade reaccionária ou democrática, leva anos a aprender. A Revolução trouxe ao Partido milhares de novos quadros que se educaram e revelaram em todas as frentes, em dois anos e meio de luta exaltante.

São aqueles que, nas fábricas, nos campos, nas minas, no mar, tomaram com determinação a cabeça da luta pelas transformações revolucionárias de Portugal. São aqueles que tiveram determinante papel no processo revolucionário das nacionalizações, no estabelecimento do controlo operário, na Reforma Agrária, na luta contra a reacção e em defesa das liberdades. São os novos grandes dinamizadores e organizadores do Partido, dos sindicatos, das organizações unitárias de base, da juventude, das mulheres. São os novos propagandistas, os quadros com funções no Estado e nas autarquias, os quadros da defesa e segurança, os quadros técnicos, todo esse novo e grande colectivo de comunistas, de homens e mulheres de todas as gerações, vindos com a Revolução, que estão assegurando o papel de primeiro plano do Partido no processo revolucionário.

Este importante aumento de quadros do Partido não pode porém fazer esquecer as tremendas dificuldades dos quadros no cumprimento das suas novas tarefas, cuja vastidão e complexidade revelam as carências da preparação geral, da preparação política, ideológica e técnica.

O Partido teve e tem de tomar medidas para ajudar a vencer essas dificuldades. Uma das grandes tarefas que se colocam na política de quadros é formar e preparar quadros capazes de corresponder em todos os aspectos às exigências do trabalho nos diversos sectores da actividade partidária.

Três grandes problemas na formação de quadros devem merecer especial atenção: o conhecimento real dos quadros, a sua preparação ideológica e técnica e o núcleo de funcionários do Partido.

O primeiro problema: o conhecimento dos quadros. Apesar do extraordinário trabalho efectuado desde o 25 de Abril, o conhecimento dos quadros, base fundamental da sua selecção e promoção, é ainda manifestamente insuficiente.

O afluxo ao Partido de mais de uma centena de milhares de novos membros cria sem dúvida enormes dificuldades. Mesmo nessas condições, promoveram-se milhares de quadros.

Mas duas deficiências são de sublinhar:

Por um lado, o conhecimento, atenção e apoio aos quadros mais valiosos em todos os sectores de actividade não se pode considerar satisfatório.

A dificuldade que têm as DOR de responder prontamente a perguntas que a esse respeito lhes são feitas pelo CC é um claro sintoma dessas deficiências.

O estilo de trabalho de direcção dirigista e absorvente atrás referido e a prática do «controleiro» com trabalho muito individual são fortes barreiras ao conhecimento, à «descoberta» e à promoção dos melhores quadros. Há ainda, de certeza, muitas e muitas centenas de militantes com altas qualidades revolucionárias não conhecidos dos organismos dirigentes dos sectores ou incorrectamente apreciados por estes.

Por outro lado, o insuficiente conhecimento dos quadros tem levado à permanência nas fileiras do Partido de pessoas que revelam, pelo seu comportamento, não terem condições para serem comunistas.

Isto não significa que não se ajudem os quadros a vencer as suas dificuldades e debilidades de formação política e mesmo de carácter e a corrigirem e a superarem os seus erros e faltas. Há porém casos de oportunismo e de indignidade, de gente que veio ao Partido não para servir o Partido, mas para se servir do Partido. Isso tem acontecido, nalguns casos, felizmente raros, de condutas irregulares em Centros de Trabalho assim como em vários sectores de actividade.

Tais situações afectam gravemente o prestígio, autoridade e influência do Partido. Sempre que se verificarem, têm de ser atalhados e resolvidos com prontidão e sem condescendências.

O critério no exame de casos deste tipo será o que sempre foi: quanto maior for a responsabilidade no Partido de quem comete as faltas, maior deve ser a severidade do juízo.

O segundo problema: a preparação ideológica, técnica e cultural dos quadros.

Trata-se de uma tarefa geral que incumbe a todo o Partido no seu trabalho corrente. Reuniões, encontros, assembleias de quadros, conferências, colóquios, formação de grupos de trabalho, imprensa do Partido, edições, lições diversas, aprendizagem técnica, alfabetização, são algumas das formas de ajudar, na vida corrente do Partido, a formação e preparação de quadros.

Isto não dispensa, porém, iniciativas de maior fôlego, designadamente cursos, escolas de quadros e visitas de estudo.

Tal como já antes do 25 de Abril, o nosso Partido procurou aproveitar as possibilidades oferecidas por partidos irmãos. Desde 25 de Abril de 1974, frequentaram cursos de preparação geral no estrangeiro, com durações diversas, numerosos camaradas, numa série de grupos de militantes, que somaram 153 membros do Partido (dos quais 38 mulheres), tendo 105 de 20 a 30 anos de idade e sendo 86 operários (entre os quais 13 operários agrícolas), 40 empregados e os restantes de profissões diversas. Além de cursos gerais, efectuaram-se cursos rápidos sobre planificação, cooperativismo, organização municipal, política monetária, técnicas industriais, organização de serviços de saúde, problemas infantis. Realizaram-se também visitas de estudo de problemas diversos.

A estes cursos e visitas de estudo há a acrescentar a ida de delegações do Partido ao estrangeiro, que são também um elemento importante para a educação dos quadros. Além das delegações por motivo de Congressos de partidos irmãos, só em 1976 quase uma centena de membros do Partido, além de jovens e crianças, visitaram 8 países socialistas.

Apesar disso, temos de reconhecer que o Partido não deu suficiente atenção a este problema e não aproveitou as reais possibilidades de preparação, especialização e aperfeiçoamento que existem noutros países, designadamente em países socialistas.

Neste domínio adquire particularmente importância a organização em Portugal de uma ou várias escolas de quadros do nosso Partido.

Ainda não conseguimos resolver os problemas da organização de cursos de média duração. Mas alguns importantes passos foram dados, desde o início do ano corrente, para a realização de cursos de pequena duração.

De 11 de Janeiro até Outubro tinham frequentado esses cursos 836 camaradas, dos quais 398 operários (48%), 252 empregados (30%) e 110 intelectuais e estudantes (13%).

A grande maioria, 555 (66%), tinha menos de 30 anos. O número de mulheres foi relativamente reduzido: 124 (15%), embora se deva compreender que, durante os cursos de vários dias, a permanência de mulheres se torna mais difícil.

O número de frequências por ordem decrescente foi de camaradas da DORS, DORL, DORN, DOROR, DORA (incluindo distrito de Faro), DORB, UEC, UJC e DORIA.

Os cursos têm constado de 9 temas: desenvolvimento do capitalismo português e a situação actual; as nacionalizações e o controlo operário; a questão agrária; as classes, a luta de classes e o papel do Estado na Revolução portuguesa; a etapa actual da revolução; a unidade da classe operária; o oportunismo de direita e esquerdista; o Partido; e o movimento comunista internacional.

São também de referir cursos feitos por diversas organizações do Partido, como o Comité Local de Lisboa. Realizados à noite, algumas vezes por semana, têm sido frequentados, no total, por algumas centenas de camaradas.

As dificuldades principais resultam da nossa pequena experiência neste tipo de trabalho, da grande diferença da preparação dos alunos, da necessidade de preparar os próprios professores e de elaborar e editar os materiais de estudo, além, naturalmente, de instalações, meios técnicos e recursos financeiros.

Trata-se sem dúvida de um trabalho modesto, mas muito positivo. Tem contribuído para a preparação de quadros, e todos os camaradas são unânimes em afirmar a utilidade da frequência dos cursos.

As tarefas que temos a este respeito são fundamentalmente as seguintes: a) Continuar a realizar cursos de pequena duração (1 semana) desenvol-

vendo os cursos ao nível das DOR; b) Organizar cursos de maior duração; c) Preparar professores e monitores; d) Melhorar os programas e elaborar materiais escritos de estudo; e) Ligar mais directamente os cursos a aspectos políticos do trabalho, com uma maior assistência de camaradas responsáveis.

O terceiro problema: os funcionários do Partido.

No tempo da clandestinidade, os funcionários do Partido, ou seja, quadros revolucionários profissionais, inteiramente dedicados à vida partidária, constituíram um núcleo central, garante da combatividade, da defesa e da continuidade do trabalho.

A vida dos revolucionários era uma vida dura, arriscada e perigosa. Muitos foram presos, torturados e assassinados.

Precisamente porque o fascismo sabia o papel que desempenhavam os funcionários do Partido na luta revolucionária, eles eram o alvo principal das ofensivas da PIDE. Por vezes sofremos pesadas baixas.

Existe hoje geralmente uma ideia errada da amplitude do aparelho clandestino do Partido e dos seus funcionários. Na clandestinidade nunca em qualquer momento excedemos o número de 100 funcionários, embora muitos mais naturalmente tenham passado pelo Partido.

Com o 25 de Abril, a legalidade do Partido e o seu desenvolvimento orgânico verificou-se uma evolução acentuada no quadro de funcionários: tanto em número, como no tipo de tarefas e responsabilidades.

Entretanto, o número de funcionários é relativamente pequeno e são autênticas fantasias os números lançados por certos sectores e certa imprensa nacional e estrangeira.

A verdade é que existem actualmente apenas 507 funcionários do Partido, assim distribuídos: 36 membros do Comité Central, 75 membros das DOR, 274 com tarefas políticas, de organização e de propaganda, 120 com tarefas técnicas e 2 sem tarefas de momento.

Em relação aos funcionários do Partido, é necessário considerar atentamente alguns aspectos.

O primeiro é o recrutamento e a origem social.

No total de 507 funcionários, mais de 60% são operários e empregados e cerca de 30% são intelectuais e estudantes.

A percentagem de operários (menos de 40%) não se pode considerar satisfatória. É particularmente desequilibrada nas Beiras, no Algarve e no aparelho do CC, apesar de que, neste último, pesam as tarefas técnicas.

É necessário fazer um rápido esforço para assegurar uma nítida maioria de operários e empregados nos quadros de funcionários, designadamente daqueles que têm tarefas de organização.

Um segundo aspecto a considerar nos quadros de funcionários é o número de mulheres e a idade dos quadros.

No total dos funcionários há 167 mulheres. O número é satisfatório, pois corresponde a 33% do total dos funcionários. É cerca do dobro da per-

centagem de mulheres membros do Partido (17%). São de notar, entretanto, as baixas percentagens de mulheres funcionários do Partido nas Beiras (20%) e no Alentejo (apenas 15%).

Quanto à idade dos funcionários, algumas observações se devem fazer.

É predominante o número de funcionários jovens: 82% com menos de 40 anos, 55% com menos de 30 anos, 30% com menos de 25 anos.

Três organizações regionais se distinguem pela juventude dos funcionários: com menos de 25 anos de idade, a DORN tem 40%, a DOROR 42% e a DORB 53%. A DORS e a DORA são as organizações regionais com quadros mais velhos: respectivamente 22% e 35% com mais de 40 anos.

O panorama geral é positivo. A juventude dos quadros é um índice de saúde, vitalidade e renovação do Partido.

O terceiro aspecto a considerar é a distribuição dos funcionários pelos vários sectores.

A distribuição é muito desigual e necessita de estudo aprofundado. A organização que de longe tem mais funcionários é a DORL, com 164. Seguem-se a DORN com 77 e a DORB com 60. A DORA e a DORS, têm bastante menos: 20 e 36 funcionários, respectivamente. O número de funcionários por militante varia muito: de 1 funcionário para 130 militantes até 1 funcionário para quase mil. Deve ver-se se não haverá nuns casos funcionários a mais e noutros casos funcionários a menos.

O número de funcionários com tarefas técnicas merece também estudo mais atento. Apesar das características especiais da organização da DORL, deve ver-se se um terço de funcionários com tarefas técnicas não será excessivo.

Um quarto aspecto a considerar são os salários dos funcionários do Partido.

Como é sabido, os funcionários do Partido, qualquer que seja a sua responsabilidade, tenham um trabalho técnico, tenham as mais altas responsabilidades no Partido, incluindo no Comité Central e seus organismos executivos, têm o mesmo salário fixo: 4500\$00, acrescido de um máximo de 1500\$00 para a renda de casa. No caso de terem filhos, têm direito a um subsídio de 1500\$00 mensais. Tal como no ano passado, este ano foram concedidos 15 dias de férias com subsídio correspondente.

Admite-se, para alguns camaradas, em razão da sua responsabilidade e necessidade de segurança, certas facilidades de transporte ou de instalação. É a única diferença.

Este critério igualitarista, com a igualdade de remuneração de um trabalho não qualificado e de um trabalho intensíssimo e responsável altamente qualificado, pode não ser completamente justo.

A orientação actual poderá um dia ser revista. Mas não imediatamente, como têm proposto alguns camaradas.

Este critério, tal como veio do tempo da clandestinidade, tem sido conservado por se entender que, na luta difícil que travamos, é um factor importante para a coesão, espírito e ambiente fraternal e confiante existente em todo o nosso Partido. De certo, o Partido aprova esta decisão.

A soma modesta do salário dos funcionários é em alguns casos um obstáculo à vinda para os quadros profissionais de camaradas, incluindo camaradas operários, que ganham mais na sua vida profissional, que têm encargos de família e outros encargos pessoais correspondentes ao que ganham actualmente e consideram não estar em condições de aceitar o nível de vida que o actual salário dos funcionários permite. É um caso que precisa de ser estudado.

Os funcionários do Partido constituem um núcleo cuja preparação, dedicação e ardor revolucionários são da mais alta importância para todo o trabalho partidário.

No cumprimento dos seus deveres, os funcionários do Partido têm de dar exemplo de dedicação, de esforço, de trabalho, de espírito de classe. Os funcionários do Partido, as mais das vezes não têm horários, nem domingos, nem descanso. Têm de dar tudo o que podem dar e por vezes mais do que o que podem.

Mas os funcionários do Partido não têm mais direitos do que quaisquer outros membros do Partido.

Assim como não há categorias de membros do Partido, de antes e de depois do 25 de Abril, também não há dos funcionários e dos não funcionários.

Além dos funcionários do Partido, há milhares de camaradas profundamente dedicados que dão ao Partido as suas capacidades e as suas melhores energias.

Para que o Partido possa realizar com êxito as suas tarefas políticas é indispensável conhecer, acompanhar e ajudar os quadros e promovê-los audaciosamente. A fusão, num grande colectivo, com vida política regular, dos organismos de direcção, dos funcionários, dos quadros em geral, e de todos os membros do Partido, confere ao Partido a sua unidade e capacidade de acção e de mobilização, que não tem paralelo no quadro das forças políticas portuguesas.

4. Organização

O trabalho de organização do Partido continua a ser, como sempre foi, um aspecto essencial de toda a actividade partidária. O desenvolvimento da organização do Partido é um dos melhores espelhos da sua força real.

Derrubada a ditadura fascista, o Comité Central colocou como tarefa transformar o PCP, do forte partido clandestino que era, num partido de massas.

Houve alguns raros camaradas que, receando a entrada de pessoas que não correspondessem às tradições heróicas do tempo do fascismo, punham reservas acerca dessa ampla abertura das fileiras do Partido.

É verdade que se inscreveram e foram aceites pessoas que mostraram depois não preencher as condições necessárias. É verdade que em alguns casos tais pessoas, pelo seu comportamento, causaram prejuízos ao Partido. Mas o seu número foi reduzido, comparado com a grande massa de novos militantes que trouxeram com eles todo o entusiasmo, o idealismo e a frescura da Revolução.

Alguns militantes vindos dos tempos da clandestinidade não compreenderam todo o significado e valor da grande massa de novos comunistas. Alguns passaram a estabelecer uma diferença entre os membros do Partido de antes do 25 de Abril e os de depois do 25 de Abril. Foi completamente justa a orientação do Comité Central de lutar firmemente contra tais tendências e de salientar sempre, na discussão do problema e na actividade prática, que todos os membros do Partido, tenham entrado antes ou depois do 25 de Abril, têm os mesmos direitos e os mesmos deveres.

A transformação do Partido num partido de massas foi um trabalho imenso, que se traduziu, desde o 25 de Abril até hoje, em mais do que a decuplicação do activo partidário.

Nesta evolução tiveram que vencer-se dificuldades extraordinárias, a começar pela irregularidade e incerteza do processo da Revolução.

Após o 25 de Abril, dada a dificuldade da consolidação da situação democrática e os perigos que permaneceram, continuou longo tempo a pesar no país o receio da repressão.

A incerteza da situação e os perigos dum golpe fascista faziam retrair muita gente que, apoiando a actividade do Partido, pensava entretanto com preocupação no que pudesse acontecer no caso do regresso ao passado fascista. Por isso evitavam inscrever-se oficialmente no Partido.

Tendo em conta esse sentimento e as necessidades de segurança, os primeiros cartões do Partido que foram passados não tinham a indicação do nome, mas apenas as iniciais e o dia do nascimento para efeito de identificação na base do bilhete de identidade.

Isto explica porque, na 1.ª Reunião Nacional de Organização, realizada em 16-7-1974, três meses passados sobre o derrubamento do fascismo, se registaram apenas 14 593 membros do Partido (contados pelas inscrições). Nessa data havia já muitos mais camaradas com uma actividade regular, mas que não se tinham ainda inscrito.

Para o número modesto acusado nesse balanço pesou um outro factor: não estar o Partido preparado, no plano técnico, para encaminhar as inscrições. Muitos dos que se inscreveram ficaram depois à espera de serem contactados. Foram encontrados mais tarde «montes» de fichas de inscrição a que não tinha sido dado seguimento. Milhares de casos se devem ter registado.

Por alturas do 28 de Setembro, os efectivos aproximam-se de 30 000 membros (29 140 apurados na Reunião Nacional de Organização realizada em 7-10-1975) ⁽⁵²⁸⁾. Em relação ao balanço anterior era uma duplicação, muito longe entretanto da influência de massas do Partido.

É a partir daí, com a derrota da reacção e o rápido fluxo da luta revolucionária, que o número de membros do Partido aumenta rapidamente. Em 15-5-1975, pouco mais de um ano depois do 25 de Abril, os efectivos tinham ultrapassado, embora muito ligeiramente, 100 000 membros. Na mesma data os organismos atingiam já o número de 6000 ⁽⁵²⁹⁾.

A evolução da organização sofreu a influência dos acontecimentos políticos mais importantes no curso acidentado da Revolução portuguesa. A grande ofensiva terrorista da contra-revolução, no Verão e Outono de 1975, repercutiu-se necessariamente na organização do Partido.

O assalto, pilhagem e destruição de 48 Centros de Trabalho do Partido, em grandes operações de violência e banditismo — toleradas ou protegidas pelas forças armadas e militarizadas às quais cabia assegurar a ordem democrática — criando um ambiente de insegurança e de terror fascista em vastas regiões, afectou gravemente o desenvolvimento da organização. O mesmo aconteceu com a proibição pelas autoridades das actividades do Partido nos Açores ⁽⁵³⁰⁾ e com a ilegalização de facto em vastas regiões.

Entretanto, apesar desses factores, e do avanço ulterior das forças reaccionárias e de direita, a organização do Partido continuou a desenvolver-se, a reforçar-se e, embora com irregularidades regionais, encontra-se actualmente no seu mais alto ponto de sempre.

O balanço geral efectuado na Reunião Nacional de Organização realizada em 30-9-1976 mostra que a organização do Partido continua a desenvolver-se ⁽⁵³¹⁾.

O número total de membros do Partido sobe a 115 000.

A estrutura do Partido assenta em mais de 7 mil organismos: Comissões Distritais, Comissões Concelhias, mais de mil Comissões de Freguesia e Locais, quase mil Comissões de classe profissional e de sector, mais de três mil organismos de empresa (secretariados e núcleos de célula).

A composição social mantém-se sem grandes alterações: 59% de operários, 20% de empregados, 6% de técnicos e intelectuais.

São de sublinhar as elevadas percentagens de operários e empregados (79%), o elevado número de trabalhadores agrícolas (mais de 15 000, correspondendo a 13% dos membros do Partido) e o reduzido número de pequenos e médios agricultores (1%).

A composição etária não acusa mudanças sensíveis: 35% dos membros do Partido tem menos de 30 anos, 47% entre 30 e 50 anos e 18% mais de 50 anos. De notar que há mais de 5000 jovens (4,3%) com menos de 20 anos que militam nas fileiras do Partido, além daqueles que, sendo membros do Partido, militam na UJC e na UEC.

O número de mulheres corresponde actualmente a mais de 17% de membros do Partido, registando portanto ligeiro aumento (16% em 8-3-1976) ⁽⁵³²⁾.

Estes números reflectem uma notável consolidação e reforço da organização partidária.

Entretanto existem muito sérias dificuldades em zonas dominadas pela reacção. Em numerosas localidades onde existe um clima permanente de intimidação que aterroriza as populações, o trabalho do Partido é praticamente clandestino. Basta lembrar que dos 48 Centros de Trabalho do Partido destruídos pelos bandos terroristas da contra-revolução apenas 9 foram reconstruídos e reabertos.

Nos distritos de Bragança e Vila Real, nos Açores e Madeira, apesar da actividade corajosa dos militantes, as organizações têm-se mantido estacionárias ou acusam mesmo pequenos retrocessos.

Nos distritos de Viseu e Guarda a organização progride, embora o número de membros do Partido continue a ser muito modesto.

É necessário continuar firmemente a lutar não só para manter como para reforçar a organização do Partido nessas zonas, apesar das condições extremamente difíceis em que se desenvolve a actividade.

Naturalmente que o desenvolvimento da organização do Partido nessas zonas depende em larga medida de factores políticos, designadamente da instauração de facto de uma situação democrática. No dia em que for assegurado em todo o território o exercício das liberdades, o Partido registará um novo grande salto nos seus efectivos. Mas, mesmo nas difíceis condições actuais, é possível progredir.

O que se impõe em alguns casos é a justa escolha de formas e métodos de organização (assim como de propaganda e de trabalho de massas). Não é possível actuar da mesma maneira nas «zonas ocupadas» pela reacção, onde existe um clima de terror, e nas zonas onde existe uma fortíssima influência do Partido (centros industriais, alguns centros urbanos, Alentejo) e um ambiente geral democrático, progressista e mesmo revolucionário.

Há muita dificuldade da parte dos trabalhadores e simpatizantes em se «inscreverem» no Partido, fazerem uma ficha, terem um cartão, participarem em reuniões onde possam ser localizados. É necessário compreender essas dificuldades e não querer aplicar, em tais condições, as formas de trabalho que utilizamos geralmente no conjunto do Partido.

Embora insistindo corajosamente em não aceitar a ilegalização na actividade do Partido, pode admitir-se que, em tais situações, para grande número de camaradas não haja registo de inscrições, não se passem cartões, não se torne pública a militância.

Se, por um lado, é necessário travar a batalha política para libertar essas zonas do domínio da reacção, assegurar o exercício das liberdades, criar condições para uma verdadeira actividade legal e aberta do Partido, é necessário, por outro lado, enquanto estes objectivos não forem alcançados, aperfeiçoar os métodos de trabalho que permitam alargar o recrutamento,

constituir, defender e consolidar núcleos partidários e partir daí para o esclarecimento da população e o alargamento da influência.

O balanço revela também que o trabalho de organização nos distritos de Évora e Beja não acompanhou o extraordinário trabalho de massas. O número de militantes é já muito elevado, e isso pode explicar em certa medida que se mantenham sem aumento os efectivos do Partido. A estruturação oferece também algumas dificuldades em resultado de certa dispersão provocada pelas actividades agrícolas. Estas explicações não são porém suficientes. Em alguns sectores da região descurou-se o trabalho de organização, sendo disso um índice o baixo número de organismos em relação ao número de militantes.

O melhoramento do trabalho de organização neste sector é tanto mais urgente quanto é certo que se trata de uma das mais fortes organizações do Partido, com uma profunda e enraizada influência de massas e com notáveis êxitos na sua actividade, designadamente na realização da Reforma Agrária.

O reforço da organização é de importância vital para o futuro do Partido.

A primeira tarefa que se coloca para o reforço da organização é consolidar a organização existente, aperfeiçoar todo o trabalho de organização, melhorar a sua estruturação, funcionamento e métodos de trabalho.

O fortalecimento das organizações nas empresas industriais e de serviços, nas cooperativas e unidades colectivas de produção, nas classes profissionais que em alguns concelhos desempenham um papel decisivo no movimento operário e popular; o fortalecimento das organizações com base local (localidades, bairros, etc.); a acentuação dos progressos na formação e trabalho regular dos organismos; a transformação da filiação do Partido numa militância efectiva através do desempenho regular de tarefas; os métodos democráticos de trabalho e a eleição, sempre que possível, dos organismos dirigentes — são aspectos fundamentais do reforço e aperfeiçoamento do funcionamento orgânico do Partido.

A discussão regular dos problemas de organização em todo o Partido é indispensável para que esta tarefa possa ser cumprida com êxito.

A segunda tarefa que se coloca para o reforço da organização é continuar o recrutamento para o Partido, tanto entre os muitos milhares de homens, mulheres e jovens que já hoje participam regularmente nas iniciativas partidárias, como entre aqueles que agora se aproximam do Partido e se manifestam identificados com os nossos objectivos de luta.

Sem deixar de considerar sempre os trabalhadores como objectivo fundamental do recrutamento, é necessário corrigir debilidades existentes, fazendo particular esforço no recrutamento de mulheres e de pequenos e médios agricultores.

A terceira tarefa é desenvolver a organização nas regiões onde ela se encontra mais atrasada.

Esta tarefa diz respeito antes de tudo às regiões dominadas pela reacção.

Impõe-se uma ajuda efectiva a essas regiões, definindo as formas apropriadas de trabalho, mobilizando os esforços de outras organizações, dando o apoio necessário em quadros e recursos técnicos e materiais.

Além dessas regiões, devem também ser consideradas aldeias, empresas e outros locais de trabalho, que, embora em zonas onde a organização do Partido é forte, não têm por vezes a assistência de que necessitam.

Há alguns centros de grande força orgânica e influência, com elevado nível de trabalho partidário, onde, entretanto, não se faz um esforço real para alargar a actividade a empresas e localidades muito próximas. Um certo sectarismo encerra tais organizações em si próprias e dificulta o alargamento do trabalho.

A quarta tarefa é ligar ainda mais estreitamente as organizações do Partido às massas populares.

A ligação com as massas, a influência de massas e a capacidade da sua mobilização são um dos índices principais da força da organização do Partido.

Para realizar com sucesso esta tarefa é indispensável que as organizações do Partido conheçam perfeitamente os problemas dos trabalhadores e das massas, acompanhem o seu sentir e as suas aspirações e saibam dar-lhes a resposta justa e adequada.

O combate ao sectarismo continua a ser essencial para manter, consolidar e alargar a influência de massas do Partido.

Os Centros de Trabalho constituem bases essenciais para o desenvolvimento da actividade em todos os aspectos, designadamente do trabalho de organização.

O Partido tem actualmente abertos 427 Centros de Trabalho. Está à cabeça o distrito de Lisboa, com 104. Segue-se o de Setúbal com 62, Beja com 46, Évora com 41, Santarém com 34, Porto com 29, Portalegre com 24, Faro com 21, Leiria com 11 e Aveiro com 10. Nos outros distritos há menos de 10 Centros. No distrito de Bragança e no arquipélago dos Açores não há actualmente Centros de Trabalho em virtude da repressão e do terrorismo.

A grande maioria de Centros, 380, foram abertos antes do 11 de Março e, desses, 232 entre 28 de Setembro e 11 de Março, caracterizando bem o ascenso da luta revolucionária e do Partido nessa fase da Revolução. De 11 de Março a 25 de Novembro foram abertos mais 126 Centros e depois do 25 de Novembro 22. A vaga de terrorismo destruiu-nos 48 Centros de Trabalho. Foram encerrados 58 e reabertos 9.

O número de Centros de Trabalho é elevado mas insuficiente. Nos distritos onde o Partido é mais forte existe um número apreciável de Centros: nos distritos de Beja e Évora em conjunto, por exemplo, 87 Centros para um total de 27 concelhos. Nos distritos onde há mais dificuldades são raros

os Centros de Trabalho. Nos distritos de Viseu e Guarda, em conjunto, há apenas 7 Centros para 38 concelhos.

É importante tarefa abrir novos Centros de Trabalho, reabrir logo que possível aqueles que foram destruídos pelo terrorismo e melhorar o funcionamento de todos eles.

Os Centros de Trabalho são ao mesmo tempo as sedes da direcção regular, o local ideal para realização de reuniões e encontros e um pólo de interesse e de atracção política.

O melhoramento dos Centros de Trabalho (das suas instalações, de pequenos postos de venda de jornais, livros e objectos, assim como a criação de pequenos bufetes) e a manutenção de um ambiente de trabalho, de fraternidade e de elevada conduta moral, são de particular importância para o desenvolvimento de todo o trabalho partidário, do trabalho de organização em particular.

5. Informação e propaganda

Depois do 25 de Abril, a importância da informação e propaganda do Partido longe de ter diminuído mais aumentou.

A Revolução portuguesa deu lugar a uma luta política e ideológica extremamente aguda. A desinformação, a mentira, as campanhas de calúnias, a diversão ideológica, tornaram-se uma das armas principais da contra-revolução.

O 25 de Abril não silenciou o fascismo e a reacção. Os fascistas voltaram a fundar jornais e a fazer livremente a sua propaganda. Complementar da propaganda reaccionária, a propaganda esquerdista deturpa e desorienta. Os ataques contra o movimento operário, contra os sindicatos dos trabalhadores, contra o Partido e outras forças democráticas, contra as transformações democráticas alcançadas, contra a MFA, contra a Revolução, adquirem particular intensidade. O 25 de Abril não significou qualquer pausa na luta política e ideológica. Representou sim a sua intensificação.

O Partido viu-se confrontado com a urgente necessidade de desenvolver uma propaganda de massas, para a qual o aparelho clandestino, dum dia para o outro, passou a ser completamente inadequado e inutilizável.

O trabalho de propaganda do Partido lutou com as mesmas dificuldades que os outros sectores: impossibilidade de responder simultaneamente a todas as exigências da nova situação, designadamente por falta de quadros, escassez de recursos técnicos e financeiros.

Dentro dessas limitações, o Partido, inspirado pela clareza de objectivos, apoiado na dedicação e espírito revolucionário dos quadros e no extraordinário dinamismo das organizações, desenvolveu desde a primeira hora um amplo e poderoso trabalho de propaganda, que tocou amplas massas do povo português.

Logo em 1974, o aparecimento legal da imprensa do Partido ⁽⁵³³⁾, a edição e difusão de numerosos materiais, a realização de comícios e sessões de esclarecimento, a organização no plano propagandístico de grandes concentrações e manifestações, a feitura e colagem de cartazes, os autocolantes, as festas e as sessões de canto livre, as festas de confraternização, sessões de cinema, caravanas, apareceram em todos os sectores como um dos aspectos mais importantes da actividade partidária e dos seus métodos de ligação com as massas.

Ainda sem estruturas permanentes ligadas ao trabalho de propaganda, todo o Partido desenvolveu um intenso trabalho. Criaram-se pequenos aparelhos técnicos regionais. As diversas organizações, à falta de um aparelho central eficiente, procuraram suprir as suas dificuldades e as suas necessidades.

Apesar de ser muito incompleto o registo das acções de propaganda em 1974, alguns dados podem ilustrar o trabalho realizado.

Em 1974, em Beja, realizaram-se 39 comícios e 200 sessões de esclarecimento e editaram-se mais de 1 milhão de exemplares de diversos materiais. Em Évora, realizaram-se mais de 200 comícios, sessões de esclarecimento e assembleias (incluindo o comício-festa no 1.º de Maio, com mais de 30 000 pessoas) e editaram-se materiais com 300 000 exemplares; em Portalegre, realizaram-se 150 comícios e sessões de esclarecimento, assembleias e grandes reuniões e editaram-se documentos com 80 000 exemplares.

As outras organizações regionais desenvolveram também intensa actividade.

A organização do trabalho de propaganda junto do Comité Central foi lenta e irregular. Não sendo possível destacar desde logo para a tarefa um núcleo de quadros qualificados, não se dispoendo de experiência ao nível exigido pela nova situação, a Secção de Informação e Propaganda (SIP) demorou a arrancar. As deficiências da organização do trabalho não permitiram sequer que ficasse registado o balanço do seu trabalho em 1974.

Em 1975, com melhor organização, a SIP publicou folhetos com tiragens de 95 000 a 500 000 exemplares, 83 notas e documentos da Comissão Política, dezenas de discursos de dirigentes do Partido, milhões de pequenas tarjetas e executou 13 cartazes (dos quais 8 para a campanha eleitoral) com uma tiragem total de 4,2 milhões de exemplares, sendo a tiragem mínima de 100 000 exemplares.

Em 1976, o reforço do trabalho central da informação e propaganda tornou-se particularmente imperioso em virtude da multiplicação de órgãos de informação fascista e reaccionários, da monopolização da TV, rádio e jornais estatizados pelos partidos no poder, dos saneamentos à esquerda nos órgãos de comunicação social e do seu controlo por partidos e elementos da direita, direitistas, anticomunistas.

Com uma mais clara definição das suas tarefas e o reforço dos quadros, a actividade central da propaganda desenvolveu-se consideravelmente. A SIP editou notas, comunicados e um boletim, realizou numerosas reuniões

e colóquios. A sua contribuição nas campanhas eleitorais foi do mais alto valor.

Algumas organizações regionais conseguiram estruturar fortes aparelhos de propaganda. A SIP da DORL dispõe de um organismo de direcção com 5 funcionários, sectores de informação, montagem e gráficos, máquinas, meios audiovisuais e som, distribuição, fotografia, decoração, fundos.

As SIP da DORS e da DORN, que foram das primeiras a criar um aparelho, têm hoje quadros de funcionários, estruturas, meios técnicos. Ao nível concelhio, o concelho de Almada deu um primeiro grande exemplo de organização e eficiência.

Numerosas iniciativas de massas de extraordinária importância marcam logo depois do 25 de Abril a informação e a propaganda do Partido. Os aniversários e datas gloriosas de luta do povo e do Partido (18 de Janeiro, morte de Catarina Eufémia, Germano Vidigal, Alex, Dias Coelho e outros camaradas assassinados pelo fascismo, etc.), as comemorações do 7 de Novembro (realizaram-se grandes comícios, sessões e espectáculos), as comemorações do 55.º aniversário do Partido (tiveram lugar mais de 200 iniciativas), deram lugar a grandiosas acções de massas com a participação de dezenas de milhares de pessoas.

As campanhas eleitorais, sendo grandes acções políticas de massas, são também grandes acções de propaganda.

No novo Portugal democrático, as campanhas eleitorais conduzidas pelo Partido foram grandes acções que a partir de meios técnicos muito limitados exigiram da organização e de todos os militantes extraordinários esforços, imaginação, espírito criador, coragem e combatividade.

Na campanha eleitoral para a Assembleia Constituinte (Março/Abril de 1975), o Partido fez um primeiro grandioso esforço propagandístico, com comícios, sessões de esclarecimento, manifestações, festas, caravanas, afixação de cartazes, pintura de painéis murais, programas na TV e rádio e edição de variados materiais com um total de milhões de exemplares. Por falta de registo de dados, não é possível infelizmente fazer uma síntese da campanha.

Na campanha eleitoral para a Assembleia da República (3/23-4-1976) realizaram-se 223 comícios (mais de 10 por dia) e 1762 sessões de esclarecimento (80 por dia). Por ordem decrescente, os distritos de Setúbal com 44 e 217, respectivamente, de Lisboa com 42 e 411, do Porto com 24 e 144, de Évora com 21 e 71 e de Santarém com 15 e 136. Os distritos de Coimbra, Faro e Beja, com, respectivamente, 8 e 152, 6 e 135 e 4 e 103 destacam-se pelo elevado número de sessões de esclarecimento.

A SIP editou a Proclamação Eleitoral com uma tiragem de 1 500 000 exemplares, 9 cartazes com uma tiragem de 1 235 000 exemplares, 15 folhetos com uma tiragem de 1 935 000 exemplares, 14 folhas volantes e tarjetas com 10 555 000 exemplares e autocolantes com 1 005 000 exemplares.

No mesmo período realizaram-se 65 espectáculos e sessões artísticas, não se conseguindo satisfazer dezenas de pedidos das organizações regionais. Iniciou-se também o uso do videotape, cujas potencialidades não estão ainda hoje suficientemente aproveitadas.

Os diversos sectores regionais editaram numerosos materiais. A DORN, por exemplo, editou vários documentos com um total de 2 111 000 exemplares.

As organizações juvenis (UJC e UEC), com as suas formas específicas de acção, deram uma contribuição muito positiva por todo o País. Na pré-campanha e na campanha, organizaram festivais, cantos livres, desporto, caravanas, trabalho voluntário, assembleias. Só durante a campanha, a UJC organizou cerca de 300 iniciativas, algumas de colaboração com a UEC.

Na campanha para a Presidência da República (30-5 a 25-6-1976) realizaram-se 162 comícios (92 com Octávio Pato) e 850 sessões de esclarecimento. Setúbal, Lisboa, Évora e Porto realizaram o maior número.

A SIP editou 3 cartazes, folhas volantes, tarjetas, no total de 10 765 000 exemplares, havendo quatro tiragens superiores a 1 milhão. Continuou a usar-se o videotape e organizou-se o aproveitamento dos tempos de antena na rádio e na televisão.

As organizações regionais fizeram também os seus materiais próprios. A DORN alcançou um total de 1 332 500 exemplares. Todo o Partido se empenhou e deu contribuições valiosas.

Cada campanha tem as suas particularidades, e a experiência das três realizadas desde o 25 de Abril claramente o mostrou. As próximas eleições para as autarquias revestem aspectos muito diferenciados de qualquer das eleições anteriores. A propaganda do Partido tem que ter isso em conta em todo o seu trabalho.

A imprensa do Partido e em particular o *Avante!*, nosso órgão central, desempenham um papel de primeira grandeza na informação e propaganda e em toda a acção política e ideológica.

Ao aparecer legal depois do 25 de Abril, o *Avante!*, desde sempre redigido e impresso no interior do País, jornal que custou aos comunistas dedicações sem limites, prisões, torturas e vidas, jornal que era a grande voz livre e independente da classe operária no Portugal subjugado pelo terror fascista, tinha atrás de si uma gloriosa tradição. Depois de mais de 30 anos de publicação clandestina, a sua publicação legal teve uma transcendente importância para o desenvolvimento da acção partidária nas condições do novo Portugal democrático.

O *Avante!* informa com verdade e contribui para o esclarecimento das complexas situações que se têm atravessado. Divulga a justa orientação do Partido, indicando o rumo exacto para as lutas da classe operária e das massas populares no avanço do processo revolucionário. No combate à reacção, aos golpes e manobras contra-revolucionárias, ao aventureirismo

e provocação esquerdista, ao oportunismo social-democrata, na defesa das liberdades e das históricas conquistas da Revolução, na definição de posições internacionalistas consequentes, o Avante! é um instrumento e uma força ao serviço da classe operária, dos trabalhadores, da Revolução portuguesa.

O Avante! luta com dificuldades orgânicas (reduzido número de redactores, fracos contactos com as organizações, prática inexistência de correspondentes) e técnicas (carência de transportes e de meios fotográficos e outras). Daqui resulta por vezes o acompanhamento insuficiente dos acontecimentos, a limitada divulgação das experiências do processo revolucionário, a carência de informação directa de muitos sectores.

Dada a importância do Avante!, é indispensável um sério esforço para vencer estas dificuldades e deficiências.

As tiragens do Avante! têm-se mantido num nível elevado. Logo depois do 25 de Abril quando do seu aparecimento, registou-se naturalmente um interesse excepcional de momento. Desde então as tiragens mantiveram-se francamente acima de 100 000 até ao desencadeamento da vaga terrorista no Verão de 1975. A partir daí, com o assalto, destruição e incêndio de dezenas de Centros de Trabalho e de todo o seu recheio, incluindo imprensa e livros, com os atentados à bomba que se seguiram, com o terrorismo instalado em mais de metade do País, o Avante! regista uma quebra importante, não voltando a atingir os 100 000. A tiragem (exceptuando o período de férias) tende a estabilizar-se por volta dos 85 000, o que, não sendo ideal, é satisfatório.

No total, a tiragem média dos primeiros 135 números publicados (incluindo números especiais), até Setembro do ano corrente, foi de 99 871 exemplares. A tiragem total em dois anos e 3 meses subiu a 13 483 465 exemplares.

Além do Avante! semanal, publicou-se um Avante! diário nas campanhas para a Assembleia Constituinte e para a Assembleia da República. Apesar do papel positivo que desempenhou, a iniciativa não teve o êxito que se esperava. Não chegou a ser nem jornal diário, nem uma folha de propaganda. Sem uma estrutura orgânica adequada, feito pela mesma pequena equipa do semanário, a sua informação era escassa, não podendo competir com a imprensa diária. Devemos ter em devida conta esta experiência.

A Festa do Avante! foi uma grande iniciativa, inteiramente coroada de sucesso. Todo o Partido deu valiosa contribuição. Visitada por centenas de milhares de pessoas, contando com a participação fraternal e solidária de jornais de partidos irmãos e de artistas estrangeiros e nacionais, a Festa do Avante! constituiu uma vigorosa afirmação de força, capacidade de organização e influência de massas do PCP.

O Militante, boletim de organização do Partido, só reapareceu já legal em Junho de 1975. O atraso explica-se pela impossibilidade em que estava a Direcção do Partido de dar resposta a todas as exigências do trabalho.

Mas a sua falta, como instrumento de organização e de formação de quadros, fez-se sentir.

É positiva a regularidade da publicação que se tem conseguido manter. Os materiais publicados são de grande utilidade. Falta entretanto o tratamento aprofundado e suficientemente variado de experiências concretas do trabalho e de luta. Esta deficiência só poderá ser corrigida pela colaboração com artigos e notícias de camaradas que vivem directamente as próprias experiências.

Publicação destinada fundamentalmente aos problemas de organização, as suas tiragens são bastante mais reduzidas do que as das publicações da imprensa e propaganda. A tiragem de O Militante tem-se mantido um pouca acima dos 20 000. É uma tiragem razoável, mesmo boa, se for lido e estudado pelos militantes.

Além do Avante! e de O Militante há outras publicações partidárias de grande valor, como boletins de células e outras.

A coordenação de toda a actividade da informação e propaganda impõe-se como uma necessidade. Há duplicações de esforços, quadros e despesas e há atrasos consideráveis em algumas formas de actividade como no cinema e em algumas linhas de acção propagandística que só com a coordenação de todos os esforços se poderão vencer.

A actividade editorial do Partido constitui um dos principais sectores de informação e propaganda e acção ideológica.

Desde o 25 de Abril até fins de Agosto do ano corrente as Edições «Avante!» editaram 139 títulos com tiragem total de 2 174 430 exemplares, o que dá uma média por livro de 15 643 exemplares. No mercado livreiro português é uma média muito elevada.

No total, as edições de divulgação do marxismo-leninismo, incluindo 12 títulos dos clássicos, ocuparam o primeiro lugar com 72 títulos (43%) e 1 081 300 exemplares (43%), seguindo-se materiais do Partido com 43 títulos (26%) e 737 300 exemplares (29%).

A Revista Internacional ocupa lugar de relevo nas actividades editoriais, com um total de 24 títulos (14%) e 305 850 exemplares (12%). Também a revista Economia, com 4 títulos (incluindo duas 2.^{as} edições) e o total de 50 000 exemplares em 1976 é uma iniciativa de grande utilidade e repercussões.

As actividades editoriais sofreram, tal como a imprensa, um sério golpe com a vaga de terrorismo que levou a cabo a destruição de milhares de livros nos Centros de Trabalho, e paralisou praticamente durante muito tempo a distribuição e a venda em vastas regiões.

Em resultado dessas circunstâncias e da situação posteriormente criada verificaram-se grandes prejuízos financeiros, dificuldades de distribuição e a necessidade de adaptar a actividade editorial à situação existente.

A criação pelo Partido de um aparelho próprio de distribuição e vendas (armazenagem, embalagem, distribuição) permite resolver muitas

das dificuldades. Trata-se de um empreendimento audacioso nos planos organizativo e financeiro, pois, além do mais, envolve volumosos recursos técnicos e humanos. Entretanto, esta iniciativa mostrou-se justa e necessária e está dando os seus frutos, mesmo no plano financeiro.

A todo este nosso sector de trabalho chamamos «Informação e Propaganda». Antes do derrubamento da fascismo, na clandestinidade, chamava-se «agitação e propaganda» (agiprop). Depois do 25 de Abril, na actividade legal, deixou-se de utilizar a expressão «agitação» e passou a usar-se a expressão «informação». Os organismos responsáveis por esta tarefa acompanharam naturalmente a mudança.

A mudança foi correcta. Em virtude de dezenas de anos de acção ideológica fascista e reaccionária dominante, as palavras «agitação» e «agitadores» adquiriram um sentido pejorativo. Por «agitação» entende-se vulgarmente a tentativa de criar artificialmente um clima «subversivo», e por «agitadores» aqueles que o fazem, não com um fim correcto e construtivo, mas «com fins inconfessáveis e ocultos».

A palavra «agitação» tem porém um sentido próprio, correcto e exacto, diferente da «informação» e da «propaganda».

A agitação deve ir ao fundo das consciências, despertar e pôr em acção o espírito crítico, desenvolver e orientar no bom caminho a compreensão dos interesses reais, a indignação, as aspirações e objectivos das massas. A agitação visa encontrar meios simples, directos, claros e incisivos de tocar a compreensão e a sensibilidade das massas, de as esclarecer e mobilizar para a luta.

Se não usamos a palavra «agitação» nem por isso poderemos deixar de desenvolver a actividade que lhe corresponde.

Tem de reconhecer-se que o nosso Partido é muito mais forte na propaganda e na informação que na agitação.

Editam-se muitos materiais rigorosos e incisivos para explicar os acontecimentos essenciais e situações complexas, para difundir análises e linhas de orientação do Partido, mas poucos materiais e uma actividade insuficiente, omissa ou atrasada na divulgação e tratamento de numerosos factos e situações acerca dos quais a reacção desenvolve grandes campanhas de desinformação e de mentiras, de calúnias, de deformação e diversão ideológica.

O nosso Partido tem um elevado estilo de propaganda, mas, na legalidade, ainda não encontrou um estilo apropriado de agitação. Na informação e propaganda do Partido sente-se a falta de um espírito «agitador» no tratamento dos casos concretos que tocam profundamente as massas e são susceptíveis de esclarecer e mobilizar. Isto é verdade na imprensa, nos folhetos, manifestos e folhas volantes, e na grande maioria dos discursos dos militantes do Partido.

Temos é certo muitos exemplos de trabalho que se pode considerar de boa agitação: folhas volantes de células e outros sectores de trabalho,

comícios-relâmpagos, assembleias das populações sobre problemas imediatos. Temos também oradores talentosos. Mas a necessidade dum trabalho metódico de agitação faz-se sentir em todo o Partido e a todos os instantes, a par do trabalho de informação e propaganda. Trata-se de uma tarefa, não só da SIP, mas de todo o Partido, porque todo o Partido, todo o militante, tem de ser um propagandista e um agitador.

Algumas tarefas imediatas se colocam no domínio da informação e propaganda.

A primeira: melhorar a organização, a coordenação e unificação de toda a informação e propaganda do Partido.

Sem em nada cortar a larga iniciativa de cada sector e o adequado tratamento dos seus problemas específicos, unificar as linhas fundamentais de acção, planificar, evitar duplicações, permite concentrar os esforços de todo o Partido na mesma direcção fundamental num dado momento.

A segunda: reforçar o trabalho da informação e propaganda em todos os escalões da actividade partidária.

A experiência mostra que, além dos assuntos gerais, dos temas nacionais, há questões de interesse regional, local, de empresa e de sector que interessam profundamente as massas e são capazes de mobilizá-las. A resposta pronta, imediata, muito concreta e viva a essas questões tem de partir necessariamente das organizações respectivas.

A terceira: melhorar a informação dada pelo Avante! acerca dos acontecimentos correntes da vida e da luta dos trabalhadores e das suas experiências.

Para isso é indispensável resolver com prontidão o problema da ligação da redacção com as organizações do Partido e a criação de uma rede de correspondentes.

A quarta: melhorar radicalmente a distribuição da imprensa, de publicações e de livros do Partido e a utilização dos meios técnicos e humanos de que a informação e propaganda dispõe.

Há numerosos e importantes documentos editados pelo Partido que são enviados para os Centros de Trabalho e aí ficam à espera que os militantes os levem. Naturalmente que esses documentos devem ser acessíveis nos Centros. Mas é necessário fazê-los chegar a sectores mais distantes da organização do Partido, distribuí-los nas fábricas, nas campos, em todos os locais de trabalho, nos bairros, nas escolas. É necessário colá-los nas paredes e distribuí-los porta a porta. Isso significará para muitas organizações provas de iniciativa, mudanças dos hábitos e quebra da rotina.

A quinta: associar às formas clássicas e usuais da informação e propaganda formas inovadoras, procurando tornar o mais possível atraentes às largas massas as iniciativas do Partido.

Os artistas do Partido, cantores, músicos, actores, declamadores, decoradores, pintores e desenhistas, fotógrafos, artistas gráficos, merecem uma referência particular pela sua grande dedicação e pelo seu talento posto ao serviço do povo. É necessário estimular as provas de imaginação e o espírito criador.

Também é necessário que os membros do Partido sejam menos sectários em certo tipo de iniciativas, e se mostrem abertos às pessoas das mais variadas opiniões. Se nos comícios está muito bem que se inunde o ar com o nosso glorioso «P-C-PI!», em certas iniciativas isso é susceptível de afastar gente que se está aproximando do Partido.

A sexta: considerar de forma particular a informação e propaganda nas regiões dominadas pela reacção, encontrando a orientação, os métodos e as formas práticas de levar a voz do Partido às populações respectivas.

Tais são algumas das tarefas imediatas que se colocam no domínio da informação e propaganda.

6. A batalha ideológica

A batalha ideológica adquiriu extrema intensidade no decurso do processo revolucionário.

A luta de classes, a gravidade dos problemas, as transformações em curso, a arrumação de forças sociais e políticas, o sistema de alianças, traduziram-se também no campo das ideias por uma luta aguda, em que se chocaram as ideologias das várias classes e estratos sociais.

A ideologia fascista e reaccionária, típica dos grandes capitalistas e grandes agrários, a ideologia social-democrata, na sua expressão portuguesa, típica da pequena burguesia e de certos sectores da média, o esquerdismo, típico da pequena burguesia urbana radicalizada, e o marxismo-leninismo, ideologia da classe operária, constituem as grandes correntes que se defrontaram e continuam defrontando num combate incessante.

A luta das ideias, que é uma expressão da luta de classes, influencia por sua vez essa própria luta, nas suas expressões concretas, de carácter económico e político.

A luta económica e política das classes trabalhadoras e de todas as forças progressistas é inseparável da luta ideológica.

Em seis direcções principais se desenvolve a ofensiva do Partido na batalha ideológica.

A primeira direcção é a divulgação da linha política do Partido.

A reacção concentra a sua guerra política e de diversão ideológica contra a orientação e actividade do Partido.

Todas as campanhas tomam como alvo dos ataques a linha política do Partido precisamente porque esta tornou possível que à frente da classe operária e das massas populares o Partido desse uma decisiva contribuição para o desenvolvimento do processo revolucionário.

As forças reaccionárias e conservadoras não se limitam porém a combater a linha do Partido, tal como ela é. Impotentes para tal combate, aduiteram-na e falsificam-na da forma mais grosseira, para depois, assim aduiterada, a combaterem perante as massas.

A divulgação da linha política do Partido tem por isso de ser acompanhada pelo desmascaramento das aduiterações que dela fazem os seus inimigos e pelo desenvolvimento dos fundamentos, das análises, dos objectivos e das formas de acção indicados pelo Partido.

Se as forças reaccionárias e conservadoras combatem com tanta ferocidade a orientação do Partido é porque essa orientação se tem revelado capaz de inspirar amplas massas populares na realização de grandes transformações democráticas.

O conhecimento e assimilação da linha do Partido, e a sua justa aplicação no concreto, é um aspecto fundamental da batalha ideológica.

A segunda direcção da acção do Partido na batalha ideológica é a divulgação e defesa dos princípios do marxismo-leninismo.

A teoria marxista-leninista explica a evolução da sociedade humana e as leis objectivas fundamentais dessa evolução. Permite analisar as situações e os fenómenos e mesmo prever as linhas fundamentais do desenvolvimento social.

O marxismo-leninismo não é um dogma, mas uma teoria viva, que se enriquece ao contacto com as novas realidades e com as experiências da luta de classes. É «um guia para a acção» ⁽⁵³⁴⁾ das forças que se propõem transformar o mundo.

O marxismo-leninismo dá uma base científica para a definição da linha política revolucionária a partir da análise das situações concretas. A divulgação do marxismo-leninismo arma os trabalhadores e todas as forças do progresso social com um instrumento poderoso para a compreensão da situação e para a acção revolucionária.

É essencial associar o estudo dos princípios com o estudo da realidade e particularmente com problemas cruciais da Revolução portuguesa: o papel da classe operária, a natureza e funções do Estado, o conteúdo político, económico e social da democracia, os sistemas de alianças.

Os conhecimentos teóricos permitem compreender melhor a situação existente e a base científica em que assenta a linha e a actividade do PCP.

Um dos grandes objectivos da luta ideológica é defender o marxismo-leninismo, doutrina científica da classe operária, de todas as dis-

torções e falsificações que visam privar os trabalhadores dessa poderosa arma de combate.

O inimigo de classe não ataca apenas de fora a ideologia do proletariado revolucionário. Procura atacá-la de dentro, alterando-a, «melhorando-a», «actualizando-a», roubando-lhe, em qualquer caso, os seus conceitos fundamentais. É necessário lutar simultaneamente contra o oportunismo de direita que procura tornar o marxismo uma arma inofensiva e contra o oportunismo esquerdista que cobre com o nome «marxista-leninista» o radicalismo pequeno-burguês ⁽⁵³⁵⁾.

A terceira direcção da acção do Partido na batalha ideológica é a luta contra a ideologia fascista.

O 25 de Abril derrubou a ditadura fascista, mas não pôs termo à sua ideologia. A imprensa reaccionária lança todas as calúnias contra o processo democrático, chama «traidores» e «palhaços» aos capitães do 25 de Abril, insulta nos termos mais indignos forças e elementos progressistas, acusa violentamente tudo quanto se fez na nova situação democrática e faz elogios ao fascismo e ao colonialismo, ao racismo, mantendo viva a propaganda do velho ideário fascista.

Repetem-se as manifestações de ódio aos trabalhadores e a tudo quanto significa liberdade e progresso. Expandem-se a intolerância e o vesgo obscurantismo. Apregoa-se a violência, a brutalidade e o crime. Defendem-se e glorificam-se bombistas e assassínios. Fazem-se apelos à liquidação violenta da democracia e à instauração duma nova ditadura. Depois do 25 de Abril houve a tendência para subestimar a influência da ideologia fascista, que entretanto, mesmo depois do derrubamento da ditadura, continua a manter-se, através de meios poderosos: diários, semanários, revistas, imprensa regional, caciques locais, sectores do clero reaccionário, posições no aparelho do Estado, etc.

O Partido tem lutado firmemente contra a reacção, tem desmascarado as suas posições e os seus objectivos. Mas não tem conduzido um combate ideológico sistemático revelando todo o significado e alcance da ideologia fascista.

Além do combate directo à ideologia fascista, é necessário tornar claro como ela aparece por vezes de mistura com palavras tiradas do dicionário da democracia. O fascismo utiliza hoje sem pudor a palavra «democracia» tal como o fascismo hitleriano utilizava a palavra «socialismo». Com o rápido deteriorar da situação económica, a falta duma resposta aos problemas por parte do governo PS e a intensa campanha procurando atirar as responsabilidades de todos os males à Revolução, é de admitir que se acentue a deslocação para o ideário fascista de sectores relativamente amplos hoje vacilantes no campo da influência do PS e do PPD.

Não se deve subestimar a ideologia fascista. Ela exerce ainda influência considerável na média burguesia e, nalgumas regiões, em amplos estra-

tos da pequena (pequenos industriais, pequenos comerciantes e pequenos agricultores).

Daí a necessidade de intensificar o combate contra a ideologia fascista e todas as suas implicações práticas.

A quarta direcção de acção do Partido na batalha ideológica é a luta contra a ideologia social-democrata.

A ideologia social-democrata não é só nem principalmente representada por aqueles que, à disputa uns com os outros, se intitulam sociais-democratas.

O PPD, apesar de agora se ter crismado com o novo nome de Partido Social Democrata (PSD) ⁽⁵³⁶⁾ constitui na sua maioria um partido reaccionário. O maior sector político representativo desta ideologia (embora com certas «franjas» no PPD) encontra-se no PS.

A «social-democracia» tem como objectivo a defesa e consolidação do capitalismo contra o avanço revolucionário dos trabalhadores. Como «sistema social e político» nada tem a ver com o socialismo.

Atacando violentamente o único socialismo existente, os representantes desta corrente chamam à URSS e outros países socialistas os «países ditos socialistas», países «totalitários», «sem liberdade». Dizem querer um «socialismo democrático». Mas, na verdade o «socialismo» que defendem não é mais nem menos do que o... capitalismo monopolista. «Haverá outros países (pergunta M. Soares) que sejam mais socialistas que esses da Europa connosco?» (Opção, 16-6-1976) ⁽⁵³⁷⁾, isto é, os países capitalistas da Europa dos monopólios?!

Este «socialismo» dos «socialistas» e «sociais-democratas» não se opõe ao capitalismo (pois é uma ideologia de defesa do capitalismo), mas ao único verdadeiro socialismo.

Medeiros Ferreira vai ao ponto de teorizar que uma vez que «o socialismo democrático» não é possível em zona de influência soviética ⁽⁵³⁸⁾, a OTAN é necessária para a «contenção da influência soviética» e «a defesa da transformação das sociedades europeias ocidentais no sentido do socialismo democrático» (Diário de Notícias, 26-7-1976)!

O modelo do «socialismo sueco» foi durante muito tempo apresentado como aquele que mais convinha a Portugal. Mas o «socialismo sueco» era apenas um governo social-democrata que geria temporariamente ao nível do Estado o poder do grande capital, dos grandes monopólios suecos. O «socialismo sueco» dava tanta tranquilidade aos capitalistas que um senhor do Banco Mundial trazido a Portugal pela CIP aconselhava os portugueses a andarem mais devagar, pois «a Suécia há 40 anos que prepara cuidadosamente o caminho para o socialismo» (Diário de Lisboa, 10-7-1975) ⁽⁵³⁹⁾. Tanto tempo levou a preparar, que O. Palme saiu do governo e se formou um governo conservador, que volta a receber das mãos da social-democracia o capitalismo monopolista.

Procurando valorizar e glorificar as «virtudes» dos países capitalistas desenvolvidos e a mentalidade burguesa, e inventando os «horrores» dos

países socialistas, a ideologia social-democrata desmascarou completamente a sua essência: a defesa do capitalismo contra os trabalhadores.

Nas condições actualmente existentes em Portugal a ideologia social-democrata traduz uma política de recuperação capitalista, agrária e imperialista. Fornece a base ideológica para uma política de direita. Apresentando-se como uma «alternativa de esquerda», abre na realidade o caminho à reacção. Necessita de ser firmemente combatida, dada a influência que ainda exerce em sectores amplos da pequena burguesia e das classes trabalhadoras.

A quinta direcção da acção do Partido na batalha ideológica é a luta contra o esquerdismo.

No combate ao esquerdismo deve ter-se em conta a sua raiz social: camadas médias rapidamente proletarizadas, intelectuais e estudantes bruscamente entrados na luta pelo socialismo, amplos sectores da pequena burguesia e sectores das classes trabalhadoras com pouca experiência de luta.

O esquerdismo é uma manifestação ideológica típica do radicalismo pequeno-burguês ⁽⁵³⁵⁾.

É necessário combater com firmeza no esquerdismo a pretensão hegemónica da pequena burguesia; o verbalismo pseudo-revolucionário; a errada definição do inimigo principal e da direcção do ataque principal; a permanência do ataque às forças decisivas da Revolução portuguesa; o aventureirismo, o golpismo e os métodos provocatórios; a política sistemática de divisão e desagregação do movimento operário e das forças progressistas; e todas as suas outras manifestações.

A demonstração no concreto dos imensos prejuízos causados à Revolução portuguesa pelas concepções e actividades esquerdistas é também uma das linhas fundamentais da luta ideológica nesta frente.

As influências anticomunistas e anti-soviéticas do maoísmo aparecem estreitamente ligadas à ideologia do radicalismo pequeno-burguês e à propaganda e actividade dos grupos esquerdistas. O combate ao maoísmo, como expressão em cada país e à escala internacional de uma política de divisão da classe operária e de todas as forças revolucionárias, de uma política de alianças sem princípios, ao serviço do chauvinismo de grande potência — tem de ser conduzido com tenacidade.

O oportunismo esquerdista converge com o oportunismo de direita. No processo da Revolução portuguesa, essa convergência leva a uma aliança (objectivamente considerada nuns casos e conscientemente decidida como directa cooperação noutros casos) entre as actividades esquerdistas e as actividades da reacção ou oportunistas de direita. As actividades esquerdistas assumem de forma crescente a missão de instrumento de provocação anticomunista ao serviço da direita e da extrema-direita.

O desmascaramento desta convergência, aliança e cooperação é um dos aspectos mais importantes da batalha ideológica contra o esquerdismo.

A sexta direcção de acção do Partido na batalha ideológica é a luta contra o anticomunismo e o anti-sovietismo.

O anticomunismo e o anti-sovietismo constituem o eixo da acção ideológica de todas as forças reaccionárias e conservadoras, assim como da social-democracia e dos grupos esquerdistas. Exercem forte influência em largas camadas sociais, incluindo o campesinato de algumas regiões. Têm à sua disposição a quase totalidade dos meios de comunicação social. Os jornais do PS como o Diário de Notícias (pago pelo Estado) e A Luta, assim como a própria TV, certa imprensa regional e sectores do clero, são poderosos instrumentos de propaganda anticomunista e anti-soviética.

Através desta campanha, as forças reaccionárias, e sociais-democratas e seus grupos, procuram desacreditar a exaltante experiência histórica do poder dos trabalhadores e da construção do socialismo. Procuram apresentar a URSS (e os outros países socialistas) como países sem liberdade, países de opressão e de miséria. O objectivo é desanimar e desiludir os trabalhadores e desviá-los da luta pela liquidação da exploração capitalista.

Na política interna, o anticomunismo manifesta-se particularmente pela falsificação da política e da actividade do PCP, contra o qual são lançadas as maiores calúnias e infâmias. Numa campanha que se serve de todos os recursos, meios e formas, desde afirmações políticas directas a insinuações feitas através da informação, do teatro, do cinema, da TV, os comunistas são apresentados como ambiciosos do poder, partidários da tirania, ladrões de terras, de mulheres e de crianças, autores dos crimes mais vis.

Considerando apenas os aspectos políticos mais gerais, um dos pontos capitais da propaganda anticomunista é apresentar o PCP como um partido «não democrático» ou «antidemocrático». O secretário-geral do PS está sempre a repeti-lo ao mesmo tempo que considera «democráticos» o CDS e o PPD. Freitas do Amaral expressa precisamente a mesma opinião. E Sá Carneiro, atacando o PCP como partido «antidemocrático», dá mesmo a lista dos que considera «partidos com comportamento democrático»: o PS, o PPD, o CDS, a AOC, o PCP (m-l) e o MRPP (Rossio, 14-7-1976)!

O desmascaramento no concreto da falsa democracia da reacção, a demonstração, com base nos factos, de que o PCP é a força principal na defesa das liberdades e na consolidação de um regime democrático, de que a defesa e a construção da democracia se fazem no caminho do socialismo, é um dos mais importantes aspectos da desmontagem do anticomunismo.

O anti-sovietismo manifesta-se, não só na propaganda, mas na política externa, que agora, com a formação do governo PS, visa entravar o desenvolvimento efectivo das relações com os países socialistas (os maiores amigos da Revolução portuguesa) e volta-se para as alianças com o imperialismo dentro de conceitos próximos dos da guerra fria. Quando o Ministro dos Negócios Estrangeiros diz que «a defesa da nossa fronteira terrestre começa na fronteira com a Alemanha Oriental (540)» fala em termos de guerra fria pouco conformes com os acordos de Helsínquia.

A divulgação da linha do PCP e de todos os aspectos da sua política e actividade, a divulgação da realidade e da política da URSS e dos outros países socialistas, assim como o desmascaramento das invenções e calúnias da campanha anticomunista e anti-soviética, são aspectos de relevo na batalha ideológica.

Como Marx sublinhou numa passagem célebre, «a força material deve ser dominada pela força material, mas a teoria transforma-se, ela também, em força material quando ganha as massas» (541).

A batalha ideológica não se travou à parte da luta de classes de todos os dias. Insere-se nessa luta como sua parte integrante e inseparável.

Daí a sua extrema importância no momento actual.

7. A política financeira

A política financeira do Partido é um importante aspecto da sua actividade. Por um lado, porque dos recursos financeiros depende em larga medida a possibilidade da realização e desenvolvimento de certas tarefas. Por outro lado, porque a orientação partidária, tanto no que respeita a receitas como no que respeita a despesas, tem elevado significado político.

A política financeira do Partido parte de um pressuposto essencial: o nosso Partido é um Partido de trabalhadores, cuja contribuição financeira, embora seja grande a sua dedicação, é necessariamente limitada.

Por isso, para angariar recursos, é necessário: a) manter bem vivo o espírito de dedicação dos militantes e simpatizantes e a compreensão da necessidade de ajudar financeiramente o Partido; b) educar os militantes na ideia da obrigatoriedade de ter as quotas em dia; c) empreender as mais variadas iniciativas para angariar fundos, com espírito prático e eficiente.

No que respeita às despesas do Partido, se por um lado há que não ter vistas estreitas e considerar que o PCP, como grande partido nacional, precisa de instalações, transportes automóveis, numerosos funcionários, propaganda à altura das suas responsabilidades, e que tudo isto custa muito dinheiro, é necessário por outro lado: a) manter bem viva a consciência de que o dinheiro do Partido, dinheiro dos trabalhadores, é dinheiro sagrado; b) lutar contra as ideias de grandezas e de facilidades, os gastos inúteis, os desperdícios, as despesas não justificadas; c) garantir uma caixa e uma contabilidade rigorosas, correctas e controladas.

Tendo-se tornado um grande partido de massas, o Partido tem actualmente um enorme volume de encargos. A manutenção de elevado número de funcionários, as despesas de instalações, os transportes, o expediente, a propaganda, as edições, as campanhas eleitorais e outras despesas significam somas elevadíssimas.

O orçamento geral do Partido em 1975 subiu a 75 000 contos, mas esta soma está muito abaixo da realidade. Se tivermos em conta que a

Editorial «Avante!» (Avante! e Edições «Avante!») e outras iniciativas do Partido tem gestão e contabilidade autónomas (nos termos da lei), vê-se que o volume dos encargos e grandeza da movimentação financeira real do Partido excedeu largamente as suas contas gerais.

Apesar de ser muito elevada esta quantia, é natural que, para muitos partidos que têm o apoio dos capitalistas, para aqueles que pagam aos funcionários e a elementos de segurança 15 e 20 contos mensais, assim como para os que fazem as suas análises na base dos boatos e do sensacionalismo, o orçamento do Partido surpreenda não pela grandeza, mas pela sua soma relativamente moderada.

Mas, para um partido dos trabalhadores como é o nosso, gastos regulares e praticamente obrigatórios de 75 000 contos anuais, só com a actividade corrente do Partido, exigem um extraordinário esforço para angariar os fundos que permitam cobri-los.

Em 1975, as receitas, por ordem decrescente, provieram de ofertas e dádivas (45 843 contos), quotização (15 117 contos) e proventos acessórios — vendas (10 631 contos ⁽⁵⁴²⁾).

As despesas, por ordem decrescente, respeitam a pessoal (28 437 contos), informação e propaganda (12 640 contos), edições para vendas (8701 contos), transportes e comunicações (6546 contos) e instalações (5482 contos).

São desde logo evidentes nas receitas o peso predominante das ofertas e dádivas (60% do total ⁽⁵⁴³⁾) e a insuficiência no pagamento das quotizações.

As ofertas e dádivas como fonte primacial de receitas é uma tradição que vem da clandestinidade. Não há que reduzir, antes há que aumentar tal fonte de receitas.

Continuamos felizmente a conservar a tradição da compreensão da importância do auxílio financeiro ao Partido. Há camaradas que fazem um esforço real, as mais das vezes espontâneo, para aumentarem a sua contribuição financeira. É frequente camaradas oferecerem ao Partido dias de salário, subsídios de férias e outros proventos próprios. Há que prosseguir e estimular esta orientação. É possível conseguir que mais 5000 a 10 000 camaradas dêem, ao longo de um ano, um conto de contribuições extraordinárias, ou seja um aumento nesta rubrica de 5000 a 10 000 contos anuais.

A soma recebida à conta de quotização é manifestamente insuficiente. Tomando, para arredondar, o número de 100 000 membros em 1975, cada um pagou anualmente de quotização em média 151 escudos, o que dá uma média mensal de 13 escudos. Vê-se que muitos membros do Partido não têm as quotas em dia, sendo mesmo de admitir que há camaradas inscritos que receberam o seu cartão e nunca mais as pagaram. Há que modificar radicalmente esta situação.

Repare-se que, em contas redondas, 100 000 membros do Partido a 20 escudos mensais de quotização representariam 24 000 contos anuais, ou seja 60% mais do que em 1975. É pois possível um aumento substancial desta rubrica.

Dos «proventos acessórios» (vendas), a soma contabilizada, 10 000 contos, é manifestamente insuficiente. Nesta soma estão incluídas iniciativas muito variadas que podem dar recursos muito maiores ao Partido. É certo que muitas dessas iniciativas têm um âmbito local, com contas autónomas, e acabam por não aparecer contabilizadas nas contas gerais do Partido. Mas muito mais se pode fazer neste domínio.

Os autocolantes, além do magnífico trabalho de propaganda, deram grandes receitas ao Partido. Mas tanto se quis fazer que parece que estamos a caminho de matar a galinha dos ovos de ouro. Quanto a gastos, as festas são também para dar dinheiro, e isso deve sempre ter-se em conta.

Nas despesas, a manutenção de funcionários do Partido e outro pessoal absorve 40% do total. A seguir a informação e propaganda com 17%, as edições para vendas com 12% e os transportes e comunicações com 9%.

Embora pareçam muito elevadas as despesas de 28 000 contos com pessoal são relativamente baixas.

Isso deve-se a duas razões fundamentais.

Uma é o número insuficiente de quadros profissionais. Aqui não há que esperar a redução das despesas, mas o seu aumento, dado que precisamos de ter um número de funcionários muito superior ao actual.

Outra razão das despesas relativamente moderadas com o pessoal resulta do baixo salário dos funcionários do Partido, como atrás foi já referido. Nós contabilizamos segundo o contrato colectivo. Mas todos os funcionários entregam para a caixa central o que excede o salário fixado com critério revolucionário.

Com o aumento previsível do número de funcionários e o também previsível aumento, embora moderado, dos salários dos funcionários, as despesas com o pessoal conhecerão um acréscimo de alguns milhares de contos.

As despesas com a informação e propaganda referidas nos balancetes são muito inferiores às reais, dado que alguns dos sectores mais importantes da nossa informação e propaganda (Editorial «Avante!» e outros) estão a cargo, no plano administrativo, de empresas que têm uma contabilidade completamente à parte. Essas empresas têm conseguido manter no essencial o equilíbrio financeiro. Se somarmos as contas desses sectores de actividade partidária às contas gerais do Partido, as despesas com a informação e propaganda ultrapassam as despesas com o pessoal, embora as primeiras tenham no geral uma contrapartida imediata de receitas.

Relativamente às receitas e despesas com a informação e propaganda existe uma situação grave que necessita de ser rectificadas.

A maior parte das organizações regionais recebem imprensa, recebem livros, vendem uma e outros, mas, em vez de enviarem o dinheiro para a Editorial «Avante!», metem-no nas suas próprias receitas gerais. Isto significa que as organizações regionais «cobram» por sua própria decisão um «subsídio» das actividades editoriais. Isto representa um prejuízo directo para as empresas editoriais do Partido e vem a transformar-se num encargo para a Caixa Central.

Numa organização distrital sucedeu que as organizações locais pagaram regularmente e enviaram para a Comissão Distrital, mas esta considerava sua a receita e metia-a nas contas como tal.

Os organismos executivos do Comité Central têm insistido junto das DOR para se pôr termo a esta situação. A situação continua porém, no geral, por resolver. É necessário de uma vez para sempre que as DOR e Comissões Distritais compreendam que têm de pagar a imprensa e as edições do Partido e que, salvo casos excepcionais, não as pagando, não poderão recebê-las.

As despesas com transportes merecem uma referência especial. As contas da gasolina e gasóleo são muito elevadas e em alguns casos excessivas. Impõe-se acompanhar de perto a utilização de veículos automóveis de forma a que não haja nem desperdício, nem espírito de facilidade, nem abusos.

Em relação às despesas do Partido é indispensável um esclarecimento. O que o Partido faz custa muitíssimo mais do que as despesas totais. Se o Partido fosse a pagar tudo não chegariam as receitas. Conseguem chegar porque os funcionários não têm horários nem descansos, porque há milhares de militantes que dão constantemente trabalho voluntário, porque há ofertas dos mais variados materiais, porque há camaradas que emprestam os seus carros, porque há muitos camaradas e simpatizantes que fazem abatimentos, descontos e dádivas de variadas mercadorias. Essas contribuições, além do valor militante e moral, representam anualmente para o Partido a economia de muitos milhares de contos.

O exame das contas das DOR mostra haver entre elas diferenças acentuadas na proporção das várias rubricas de receitas e despesas.

Na DORL são de notar a primeira posição no pagamento de quotas (55,5% do total nacional, apesar de os efectivos regionais serem de um terço do total dos militantes do Partido) e as elevadas despesas com instalações (42,5% do total nacional) e pessoal.

Na DORN são de notar a elevada contribuição de ofertas e dádivas (64,8% do total regional) e as despesas elevadas com pessoal (59% do total regional e a mais elevada no País em relação ao número de membros do Partido). Foram pagos em 1975, com pessoal, 444\$00 por cada membro do Partido da região. É a cifra mais elevada no plano nacional, seguindo-se a DOROR com 316\$00.

Dados os grandes encargos da DORN com pessoal e uma situação deficitária que daí tem resultado, já tem sido encarada a diminuição do número de funcionários no sector. Não é essa a solução acertada. Tendo em conta a importância e as dificuldades do trabalho de toda a região teremos não de diminuir, mas de aumentar o número de funcionários do Partido. O problema que temos de saber resolver é o aumento correspondente das receitas do Partido.

A comparação com as contas da DORS e da DORAA torna-se difícil porque nos balanços destas duas organizações apareceu com grande peso a rubrica «edições para vendas», que altera muito os resultados.

Apreciando-se as contas vê-se que, no fundamental, o Partido tem uma situação financeira sã, embora grande dificuldade em corresponder no plano financeiro às exigências das suas complexas tarefas.

Corrigindo as deficiências apontadas, considerando sempre a política financeira como uma tarefa de primeiro plano, estamos em condições de resolver com êxito estes problemas.

8. Uma política internacionalista

O PCP, partido revolucionário da classe operária e de todos os trabalhadores, sempre considerou e continua a considerar que as tarefas nacionais e os deveres internacionais são inseparáveis ⁽⁵⁴⁴⁾.

Ao passo que em cada país capitalista os interesses da burguesia e do proletariado são inconciliáveis, os trabalhadores de todos os países têm os mesmos interesses e os mesmos objectivos fundamentais.

Essa a raiz do internacionalismo proletário, da amizade e solidariedade recíproca entre os partidos comunistas e operários, assim como entre estes e os movimentos revolucionários de libertação.

É dentro desses princípios que o PCP de há muitos anos mantém relações fraternas com numerosos partidos comunistas irmãos, dos países socialistas e dos países capitalistas, com os movimentos de libertação dos países que estiveram submetidos ao colonialismo português e com outros partidos nacionais revolucionários de países que se libertaram ou estão em luta contra o imperialismo.

O Partido não tem porém podido dar às suas actividades internacionais toda a atenção e todos os esforços que a sua importância requer.

Os militantes mais responsáveis, absorvidos pelas tarefas prementes que a Revolução coloca cada dia, só com dificuldade se podem ausentar do País. Por outro lado não puderam até hoje ser destinados à Secção Internacional do Partido, que funciona junto do Comité Central, os quadros e os recursos que exige o seu vastíssimo e complexo trabalho.

Entretanto, em cumprimento de tarefas políticas, registaram-se, em 1975, 49 viagens ao estrangeiro de delegações ou delegados do nosso Partido, assim distribuídas: 15 delegações a Congressos de partidos irmãos, 6 delegações para participar em festas dos seus órgãos centrais, 8 delegações para conversações, 10 delegações a encontros internacionais. Registaram-se também diversos encontros com delegações dos partidos revolucionários dos novos países africanos antes dominados pelo colonialismo português.

A visita de delegações a alto nível do PCP à URSS, RDA, Bulgária, Hungria, Checoslováquia, Cuba, Polónia, Mongólia, Roménia, Jugoslávia, França, Moçambique, Angola, República Popular do Congo e outros países traduziram-se no estreitamento das relações de amizade e cooperação com os partidos irmãos e movimentos de libertação respectivos.

Particular significado teve também a participação do PCP nos trabalhos preparatórios e na Conferência dos partidos comunistas e operários da Europa realizada em Berlim em 29/30-6-1976. Esta Conferência constituiu uma contribuição de grande importância para a cooperação e acção comum dos partidos comunistas e operários e das forças democráticas e progressistas, na defesa da paz, da segurança e do progresso social ⁽⁵⁴⁵⁾.

Ao mesmo tempo, o interesse que em todo o mundo despertaram a Revolução portuguesa e a actividade e experiência do nosso Partido trouxe a Portugal numerosos camaradas de outros países.

Um índice flagrante do interesse internacional pela actividade do PCP foram os numerosíssimos contactos com a imprensa estrangeira. A média dos pedidos de entrevistas por jornalistas estrangeiros foi em 1975 entre 30 a 50 mensais havendo períodos em que atingiu 5 a 10 pedidos diários. Durante a campanha para a Assembleia Constituinte, a Secção Internacional registou 200 pedidos de entrevistas com dirigentes do Partido.

Não contando com as constantes visitas de camaradas de outros países em missões muito diversas de informação e estudo, visitaram Portugal, desde 25 de Abril, 47 delegações de partidos irmãos, das quais 7 delegações oficiais.

Este número poderia ter sido muito superior se não fosse a grande instabilidade da situação política e as dificuldades do nosso Partido em consagrar recursos bastantes para o desenvolvimento deste sector de trabalho.

Devemos inscrever, entre as tarefas a realizar após o Congresso, o reforço da Secção Internacional com mais quadros e com melhores condições de trabalho, a programação das actividades internacionais, a maior frequência de convites a partidos irmãos para nos visitarem e a promoção de encontros mais frequentes.

Depois do 25 de Abril, ao longo do complexo processo da Revolução portuguesa, o PCP recebeu um activo apoio dos partidos comunistas e operários, tanto dos países socialistas, designadamente da URSS, República Democrática Alemã, Bulgária e outros, como dos países capitalistas, com relevo para o PC Alemão. Também a FRELIMO, o MPLA e outros partidos e movimentos revolucionários de países que alcançaram a sua independência nacional mostraram, ao longo destes dois anos e meio, uma grande compreensão da Revolução portuguesa e simpatia e solidariedade para com a luta do nosso povo e a actividade do nosso Partido.

O êxito e as grandes realizações da Revolução portuguesa, a originalidade do processo revolucionário, a orientação e as ricas experiências dos comunistas portugueses suscitaram profundo interesse no movimento comunista internacional, no movimento de libertação nacional, em todas as forças progressistas do mundo.

O prestígio e a autoridade do PCP, vindos já antes do 25 de Abril como resultado da sua luta heróica e das suas experiências nas condições

de clandestinidade, reforçaram-se extraordinariamente com os êxitos alcançados depois do 25 de Abril.

Estes são os traços essenciais das relações externas do Partido.

Entretanto, destoando da apreciação geral, alguns partidos comunistas e operários tomaram uma posição negativa em relação à Revolução portuguesa e particularmente em relação ao nosso Partido. Incapazes de compreender uma revolução que não correspondia aos seus esquemas acerca do processo revolucionário nos seus próprios países, alguns partidos irmãos, felizmente em número reduzido, em vez de solidariedade e apoio às forças revolucionárias e ao povo de Portugal, entenderam por bem fazer críticas públicas à actividade do nosso Partido.

As posições desses partidos, como é sabido, foram e são ainda largamente utilizadas em Portugal pelas forças reaccionárias e pela social-democracia na campanha anticomunista e no combate ao PCP e às conquistas da Revolução.

O que pode parecer estranho é que alguns desses camaradas se tenham insurgido, não tanto contra os ataques da reacção à Revolução portuguesa, mas contra a política do nosso Partido que desempenhou papel decisivo nas derrotas das tentativas da reacção e no avanço das realizações revolucionárias fundamentais. Nos momentos de maior perigo não nos chegou da parte de alguns partidos uma palavra de solidariedade, mas palavras de censura que correspondiam a acusações que contra nós, noutros termos, ouvíamos todos os dias em Portugal da boca da reacção e da social-democracia.

A verdade é que, se tivéssemos actuado como pensam alguns camaradas estrangeiros, de há muito a jovem democracia portuguesa teria sido liquidada e uma nova ditadura terrorista teria sido instaurada.

É curioso que alguns camaradas que constantemente sublinham a completa autonomia e independência dos partidos, a não ingerência na política dos outros partidos, e o direito de cada partido definir a sua linha política e táctica, tomaram atitudes críticas que se têm de considerar como ingerências abertas na política e actividade do PCP.

Não abrimos polémica pública, além do mais porque pensamos que um melhor conhecimento da realidade portuguesa, uma melhor informação e um exame menos influenciado pelos acontecimentos conjunturais dos seus países, acabarão por modificar as suas atitudes. Mas agora, em vésperas do VIII Congresso, dando contas da actividade do Partido nos últimos anos, não se podem deixar de referir estes acontecimentos e dar uma explicação.

A atitude de alguns desses partidos em relação à Revolução portuguesa não se pode considerar como accidental, como resultado apenas de uma falta de informação, ou incompreensão da situação portuguesa. Fundamenta-se, por um lado, em posições ideológicas e em concepções políticas que aproximam em alguns pontos esses partidos das concepções reformistas da social-democracia. É estimulada, por outro lado, pelas van-

tagens ou desvantagens que os nossos camaradas julgam colher, na sua política interna, das repercussões que a Revolução portuguesa e a actividade do PCP possam ter nos seus aliados.

A apreciação da Revolução portuguesa foi um teste para as tendências que nos últimos anos se têm manifestado no movimento comunista.

O abandono de firmes posições de classe; a negação do papel da classe operária como vanguarda e do papel do Partido na revolução; uma política de alianças aproximando-se da «conciliação» de classes; a confusão de maleabilidade táctica e alianças conjunturais com cedências em questões essenciais; a concepção de uma passagem para o socialismo por uma evolução gradual da democracia burguesa; o esvaziamento dos conceitos de liberdade e democracia de um critério de classe; a subestimação da questão do Estado na revolução; a ilusão de que o grande capital cederá o poder às classes trabalhadoras sem uma resistência feroz e o recurso a todos os meios; a concepção da coexistência pacífica entendida como a necessidade do abandono da acção revolucionária nos países capitalistas; a substituição de facto do internacionalismo proletário por um «internacionalismo» sem raízes de classe, à sombra do qual se é solidário para com forças antioperárias noutros países — são algumas das posições ideológicas que explicam a incompreensão e atitude desfavorável da parte de alguns camaradas estrangeiros para com a Revolução portuguesa e o PCP.

O PCP sempre esteve e continua a estar pronto a discutir todos os pontos de interesse comum com os partidos irmãos. Está mesmo pronto a ouvir reparos críticos que outros queiram fazer acerca da sua orientação. Mas, precisamente porque é um partido independente, não aceita ingerências na sua actividade.

Além disso, as concepções, projectos e modelos de «socialismo» que alguns desses camaradas estrangeiros propõem, para eles e para outros, não são nem realistas, nem adaptáveis à sociedade portuguesa dos dias de hoje. Tem-se falado muito num «eurocomunismo» ⁽⁵⁴⁶⁾, ou «comunismo europeu», ou «comunismo oeste-europeu». O PCP reconhece naturalmente a quaisquer partidos irmãos da Europa Ocidental ou de qualquer outra parte do mundo todo o direito de definirem a orientação que entendam ser a melhor para alcançar o socialismo nos seus próprios países. Reconhecemos também naturalmente o direito de alguns concluírem que o seu caminho é muito próximo ou idêntico, e façam entre si os acordos correspondentes.

Mas, sendo Portugal também um país da Europa Ocidental, o PCP afirma, pelo seu lado, que nem esse tal «comunismo europeu» se adapta à realidade portuguesa, nem se pode pretender, a partir duma concepção idealista, sobrepor esquemas construídos em abstracto à riquíssima experiência e ensinamentos das revoluções já realizadas e ao socialismo tal como existe.

Para quem conheça num mínimo a situação em Portugal, é claro que a classe operária e as forças progressistas portuguesas não vão colocar, como seu objectivo, lutar para que dentro de 10 ou 15 anos pudessem alcançar a

limitação do poder dos monopólios, quando o liquidaram já em menos de dois anos de Revolução.

Apesar das dificuldades que essas atitudes criaram nas relações com alguns partidos irmãos e apesar das reservas que possa haver acerca da nossa orientação e posições, o PCP continua sempre expressando a sua solidariedade para com a luta desses partidos e dos povos respectivos.

No prosseguimento da linha de orientação seguida na sua história, o PCP sempre foi, é e será solidário para com os partidos irmãos, independentemente das eventuais diferenças de pontos de vista ou divergências. Sempre foi, é e será solidário para com a União Soviética e os outros países socialistas, que constituem grandes fortalezas dos trabalhadores e das forças revolucionárias de todos os países. Sempre foi, é e será solidário para com os povos outrora submetidos ao colonialismo português e para com todos os povos em luta pela sua libertação e independência nacional.

Procurando sempre manter e reforçar os laços de amizade, solidariedade e cooperação com os partidos irmãos, o PCP luta pela unidade do movimento comunista, na base do marxismo-leninismo, do internacionalismo proletário. O PCP combate tanto as tendências esquerdistas como as tendências oportunistas de direita. Combate firmemente o maoísmo, que se converteu no alimento ideológico de grupos aventureiristas e provocadores divisionistas ao serviço da reacção e do imperialismo. Dando participação activa para a unidade das forças anti-imperialistas, considera que a base fundamental da unidade das forças anti-imperialistas é a unidade entre os trabalhadores e entre os comunistas dos diversos países, a unidade do movimento comunista internacional.

O PCP não procura estabelecer nem estabelece quaisquer relações com quaisquer forças políticas de outros países sem conhecer a opinião dos partidos irmãos dos países respectivos. Sobrepor a aproximação com forças políticas de outros países à amizade e solidariedade entre comunistas não contribui nem para a unidade do movimento comunista, nem para a unidade das forças anti-imperialistas e democráticas no seu conjunto.

A fidelidade aos princípios do internacionalismo proletário sempre foi e continua sendo uma característica da actividade do PCP.

A solidariedade activa para com os trabalhadores e os partidos irmãos de outros países é uma contribuição prática para a sua luta. Mas a mais importante contribuição que os trabalhadores de um país e a sua vanguarda revolucionária podem dar é a luta no seu próprio país contra as forças da reacção, por transformações revolucionárias.

A acção do PCP no processo revolucionário é por isso não só um grande combate pela liberdade, a cultura e o bem-estar do povo português e pela independência nacional como uma contribuição para a luta dos outros povos, para o desenvolvimento do processo revolucionário mundial no sentido da passagem do capitalismo para o socialismo.

*

A Revolução portuguesa vive de novo um complexo momento da sua evolução. Revela-se cada dia com maior nitidez a contradição insanável entre a política oficial do governo e as necessidades objectivas.

Nas condições actualmente existentes em Portugal a recuperação capitalista contraria a recuperação económica. Uma política de recuperação capitalista, a insistir-se nela, conduziria, não à solução das dificuldades económicas e financeiras, mas ao seu agravamento. Não à consolidação da democracia, mas à restrição das liberdades e ao uso da repressão. Não à estabilidade económica, social e política, mas à multiplicação dos conflitos e à desestabilização.

Não é procurando destruir as conquistas da Revolução, mas na base da sua consolidação e prosseguimento, que se podem resolver os grandes problemas nacionais. Não é contra os trabalhadores e contra o PCP, mas com os trabalhadores e com o PCP, que se pode manter, defender e consolidar a democracia.

A política do PCP indica o único caminho que, simultaneamente, pode assegurar a reanimação económica, o reequilíbrio financeiro, o desenvolvimento, o bem-estar material e cultural do povo português, a independência nacional e as liberdades e a democracia.

A perspectiva do socialismo não é já só um projecto político. A perspectiva do socialismo desprende-se da nova realidade criada pelas transformações revolucionárias.

No momento presente trata-se fundamentalmente de consolidar o regime democrático em todos os aspectos: económico, social, político e militar. Consolidar é não voltar atrás. A democracia portuguesa defende-se, consolida-se, constrói-se no caminho do socialismo.

No horizonte do regime democrático consagrado na Constituição, ao alcance do povo português, está a construção duma sociedade melhor, de igualdade e de justiça social, sem exploradores e explorados.

Não se deve porém menosprezar o perigo. A reacção conspira. Adoptando uma política de recuperação capitalista, o governo PS mostra-se incapaz de resolver os problemas actuais e caminha para um completo fracasso. Os partidos reaccionários preparam-se para o assalto ao poder.

Urge fazer frente ao perigo da direita. Urge reforçar a unidade dos trabalhadores, de todos os verdadeiros democratas, do povo e das forças armadas para assegurar o prosseguimento do processo democrático.

O PCP contribuirá com todas as suas forças e energias para que este objectivo seja alcançado.

Com uma orientação política justa e uma forte organização, com as raízes bem fundas na classe operária e nas massas trabalhadoras, com os seus militantes determinados e prontos para todas as provas, o PCP prosseguirá incessantemente o combate em defesa das conquistas da Revolução e para que a sociedade portuguesa venha a corresponder aos profundos e

sentidos anseios de liberdade, bem-estar, paz e independência acalentados pelo nosso povo.

A unidade e a luta garantirão a vitória completa e definitiva da Revolução portuguesa.